



4 a 7 de Junho de 2014
FAFICH – UFMG

**Anais Eletrônicos do II Encontro de
Pesquisa em História da UFMG– II EPHIS:**

ISBN: 978-85-62707-57-5

Volume II: Simpósios Temáticos 6 a 10

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG
2013

Organizadores:

Bruno Carvalho Corrêa
Carmem Marques Rodrigues
Débora Cazelato de Souza
Fabiana Léo Pereira Nascimento
Gabriela Silva Galvão
Paloma Porto Silva
Raul Amaro de Oliveira Lanari

**Anais Eletrônicos do II Encontro de
Pesquisa em História da UFMG– II EPHIS:**

Volume II

Simpósios Temáticos 6 a 10:

- 06: Patrimônio Cultural: possibilidades de pesquisa
07: Teoria da História, História da Historiografia e Filosofia da História
08: Sociedade, Política, Cultura e Religião na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)
09: Cultura Intelectual Moderna Brasileira
10: América Latina – Política, sociedade e manifestações culturais entre os séculos XIX e XXI

1ª edição

ISBN: 978-85-62707-57-5

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG

2013

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

Reitor

Clélio Campolina Diniz

Vice-reitora

Rocksane de Carvalho Norton

Diretor da FaFiCH

Jorge Alexandre Barbosa Neves

Vice-diretor da FaFiCH

Mauro Lúcio Leitão Condé

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Vidal

Subcoordenador do Colegiado de Graduação em História

André Pereira Miatello

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em História

Betânia Gonçalves Figueiredo

Chefe do Departamento

Tarcísio Rodrigues Botelho

Subchefe do Departamento

João Pinto Furtado

Comissão Organizadora:

Bruno Carvalho Corrêa
Carmem Marques Rodrigues
Débora Cazelato de Souza
Fabiana Léo Pereira Nascimento
Gabriela Silva Galvão
Paloma Porto Silva
Raul Amaro de Oliveira Lanari

Design Gráfico:

Guilherme Marques Rodrigues

Apoio:

Centro Acadêmico de História – CaHis
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS
Departamento de História
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FaFiCH
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Sumário

Anais Eletrônicos – Vol.II

Apresentação	8
ST 06: Patrimônio Cultural: Possibilidades de Pesquisa	9
Discurso e Memória: o festejo do carnaval de Santa Rita do Sapucaí – MG. Paola Nery de Carli Graduanda e Andrea Silva Domingues	10
Barba, cabelo bigode: O ofício dos barbeiros em Belo Horizonte Matheus Blach.....	17
Caderno UNIEDHS e a formação de uma identidade coletiva Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa.....	24
Em busca da “recuperação” do passado: a invenção do patrimônio histórico brasileiro e a construção de heróis nacionais no primeiro governo Vargas André Barbosa Fraga.....	32
O conselho deliberativo do patrimônio cultural e os primeiros anos da política de patrimônio municipal (1984-1996) Maria Letícia Silva Ticle.....	40
TRABALHANDO OS DIFERENTES DISCURSOS DA HISTORIOGRAFIA EM UMA CLASSE DE 6ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Cleyton Soares Santos	50
Permeando memórias: os festejos de 16 de julho em Borda da Mata, sul de Minas Gerais. Cleyton Antônio da Costa;.....	59
O Museu da História da Inquisição e suas possibilidades de pesquisa histórica e educacional Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins e Isis Menezes de Rodrigues.....	72
discurso, identidade e resistência da cultura afrodescendente em Pouso Alegre/MG. Elizabeth Maria Espíndola e Jonatas Roque Ribeiro.....	84
Discurso e Memória: o festejo do carnaval de Santa Rita do Sapucaí – MG. Paola Nery de Carli e Andrea Silva Domingues.....	93
Máscaras, flores e divinos: A cultura material da festa do Espírito Santo de Pirenópolis/go Amanda Alexandre Ferreira Geraldès	100
Do cotidiano do aluno à história da cidade – As visitas monitoradas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte Michelle Márcia Cobra Torre	111

A Política do SPHAN da década de 1940 e sua inserção na realidade patrimonial da atualidade: um estudo de caso	
Marcela Mazzilli Fassy e Ana Cláudia Caseiro de Oliveira	122
A documentação histórica do legislativo e do executivo de Alfenas: 1860-1982	
Alisson Eugênio	138
Ficção como fonte	144
Isabela Lemos Coelho Ribeiro e Maria Letícia Silva Ticle.....	144
Arte Neoclássica e Arte Moderna nos Salões Municipais de Belas Artes:um confronto além dos conceitos	
Rodrigo Vivas Andrade e Gisele Guedes Pessoa.....	149
Memória, arte e história: o cemitério como espaço de educação patrimonial, relato de uma experiência	
Marcelina das Graças de Almeida	164
Museologia e patrimônio: um estudo sobre a exposição curricular “Das Bandas de Lá às Bandas de Cá, sociedades musicais”	
Wanlyse Angélica Pontes Emery Graduada e André Leandro Gonçalves Silva	177
ST 07: Teoria da História, História da Historiografia e Filosofia da História.....	184
Leituras da Colonização: A <i>História</i> de Raynal e a Interpretação Caiopradiana, uma Aproximação Possível	
Tiago Aparecido da Silva	185
Marcha universal da história e <i>historia magistra vitae</i> no <i>Libelo do Povo</i> de Torres Homem	
Vinícius de Souza	197
Nos cantos da dança: espaços públicos dos sertões e dos gerais nos afetos do “Corpo de Baile”, de Guimarães Rosa	
Danilo Patrício	208
A leitura de Michel Foucault a Kant: antropologia crítica e escrita da história	
Tiago Viotto da Silva	217
Da estética da existência à performatividade de gênero: uma linha do diálogo entre Michel Foucault e Judith Butler	
Cássio Bruno de Araujo Rocha.....	224
As identidades de Minas Gerais na Primeira República: temporalidade e narratividade em Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena	
Walderez Simões Costa Ramalho.....	238
O “fim das metanarrativas” e o “fim da História”: uma consideração sobre o regime de historicidade presentista manifesto nas conclusões de Jean-François Lyotard e Francis Fukuyama	

Danilo Araújo Marques	255
Hegel e o Historicismo – Uma reavaliação	
Renato Paes Rodrigues	264
Trajetórias familiares: mesma família, diferentes destinos.	
Luis Henrique de Oliveira.....	276
Representação histórica: aproximações e distanciamentos entre as visões de Hayden White e F. R. Ankersmit	
George Zeidan Araújo.....	292
A repetição na historiografia: Uma contribuição Lacaniana e Koselleckiana	
Danieli Machado Bezerra.....	302
SIMPÓSIO TEMÁTICO 09: Cultura Intelectual Moderna Brasileira.....	319
Ocultas Senhoras: As Representações Femininas na Obra de Luiz Edmundo(1878-1961)	
Lucas Cardoso Alvares e Marcos Rodrigues Barreto	320
Chica da Silva, anjo tutelar ou caudilho de saias? Representações de gênero na obra literária “Chica que manda” de Agripa Vasconcelos	
Vinícius Amarante Nascimento	331
Política e ficção na crônica de Humberto de Campos	
Maria Elvira Malaquias de Carvalho.....	343
A construção da identidade nacional no início do século XX sob o olhar de um escritor carioca.	
Vanessa Kiara Rodrigues Milian	351
João Pinheiro e Diogo de Vasconcellos: vozes dissonantes no <i>Instituto Histórico Mineiro?</i>	
Mariana Vargens Silva	362
“Raças mestiças” e adaptação aos trópicos: mestiçagem e formação do Brasil no pensamento monarquista-católico (1870-1914)	
Flávio Raimundo Giarola.....	373
A capital da República tem seu sertão: pensamento e crítica de um intelectual carioca nos anos 1930	
Tayla Gabrieli Rodrigues Antunes.....	382
Os intelectuais e a política: a participação dos letrados no Estado Novo Vargasista (1937-1945)	
Ana Carolina Machado Arêdes	398
Oswald de Andrade no Suplemento Literário do Minas Gerais	
Valdeci da Silva Cunha	405

Iluminismo e Revolução nas idéias da Geração de 1870 brasileira Dievani Lopes Vital.....	415
“Brazil livre”? Crônicas como registro de falsas libertações Luiz Gustavo Vieira Santos	431
José Paulo Paes e a antologia <i>Poesia erótica em tradução</i>: leitura e memória de um Sistema Literário Paulo Roberto Barreto Caetano	448
Cultura política intelectual: uma possibilidade? Plauto Daniel Santos Alves.....	457
SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: América Latina - Política, sociedade e manifestações culturais entre os séculos XIX e XXI	470
Em busca da “vinculação internacional pela inteligência e pela cultura”: a <i>Revista Forense</i> e as trocas intelectuais entre Brasil e Argentina na passagem dos anos 1930 aos anos 1940 Mariana de Moraes Silveira	471
Jornal do Brasil: A construção de representações sobre a deposição de Arturo Frondizi na Argentina (1962) Josiane de Paula Nunes	482
A escória cubana: representações do Êxodo de Mariel Thiago Henrique Oliveira Prates.....	498
Imprensa e Revolução Sandinista: apreensões acerca do processo revolucionário através de <i>Cuadernos Políticos</i> Viviane Pereira da Silva	507
As representações sobre a Revolução Sandinista nas páginas da revista exílica <i>Araucaria de Chile</i> (1978-1990) Raphael Coelho Neto	523
<i>La revolución es una fiesta?</i> Um estudo de caso sobre o Movimento 19 de Abril Lídia Maria de Abreu Generoso.....	538
Culturas Políticas e Representações no Partido Comunista do Peru Sendero Luminoso Angelo Anderson Andrade Coimbra	555
Exposições da Arte Contemporânea Latino-americana (1980-2000): entre discurso e prática curatoriais Tálisson Melo de Souza	572
Rosalina Coelho Lisboa e a sua participação política na América Latina Luzia Gabriele Maia Silva	581

Apresentação

É com muito prazer que, finalmente, lançamos os Anais Eletrônicos do II Encontro de Pesquisa em História da UFMG. Muitos foram os contratemplos ocorridos para chegarmos até aqui e por isso gostaríamos de pedir desculpas por quaisquer transtornos causados. A organização de um evento é sempre um desafio e o nosso não fugiu à regra.

O II EPHIS foi realizado entre os dias 4 e 7 de junho de 2013 e foi, sem dúvida alguma, um sucesso. Contamos com a presença de cerca de 400 inscritos entre ouvintes, participantes dos quatro minicursos oferecidos e pesquisadores que apresentaram seus trabalhos em 14 Simpósios Temáticos e mais de vinte mesas de Comunicações Livres. Sempre gostamos de ressaltar que o evento é uma iniciativa discente, o que nos torna ainda mais orgulhosos dos seus feitos. Nunca é tarde para agradecermos todos aqueles que confiaram no Evento para expor e discutir suas pesquisas.

Aproveitamos também a oportunidade para demonstrar todo nosso carinho e gratidão aos Professores que acreditaram em nosso trabalho e aceitaram participar de nossas mesas de debates. Prof^a Ângela de Castro Gomes, Prof. Luiz Mott, Prof. Luiz Carlos Villalta, Prof. Lucas Pereira (Barrão), Prof^a Míriam Hermetto, Prof^a Soraia Dutra e Prof. Pablo Lima: muito obrigado! Não podemos deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG pelo apoio logístico e financeiro, ao Centro Acadêmico de História pelo auxílio inestimável e aos alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História pela participação e apoio ao evento.

Os trabalhos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus/suas autores/autoras e por isso pedimos que os eventuais problemas sejam diretamente reportados aos mesmos.

Comissão Organizadora
Bruno de Carvalho Corrêa
Carmem Marques Rodrigues
Débora Cazelato Souza
Fabiana Léo Pereira Nascimento
Gabriela Silva Galvão
Paloma Porto Silva
Raul Amaro de Oliveira Lanari

ST 06: Patrimônio Cultural: Possibilidades de Pesquisa

Ivaneide Barbosa Ulisses

Mestre em História/UFCE

Doutoranda em História/UFMG

Professora Assistente da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dayse lúcide Silva Santos

Mestre em História/UFMG

Doutoranda em História/UFMG

Yuri Mello Mesquita

Mestrando em História/UFMG

Diretor do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)

Alessandra Soares Santos

Mestre em História/UFMG

Doutoranda em História/UFMG

Michelle Márcia Cobra Torre

Graduada em História/UFMG

Mestre em Estudos Literários/UFMG

Raphael Freitas Santos

Mestre em História/UFMG

Doutorando em História/UFF

Discurso e Memória: o festejo do carnaval de Santa Rita do Sapucaí – MG.

Paola Nery de Carli
Graduanda – UNIVAS
paolaccarli@gmail.com
Andrea Silva Domingues
Doutora - UNIVAS
andrea.domingues@gmail.com

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar a ação dos diferentes grupos que coexistiram durante as comemorações do carnaval no município de Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, compreendendo como estes viviam e significavam a festa durante as décadas de 1960 a 1990, suas artes de fazer e se fazer no festejo como participantes e/ou organizadores. Metodologicamente para a análise deste festejo trabalhamos com um corpus documental composto de fotografias particulares e públicas, de depoimentos orais e jornais impressos, que auxiliam estas pesquisadoras compreender os diferentes discursos e memórias, conduzindo a compreensão das rupturas e/ou permanências dessa prática cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Festa, Cultura.

O presente artigo propõe uma análise acerca da festa carnavalesca da cidade de Santa Rita do Sapucaí, abordando a sociabilidade que se fazia presente no festejo e os (re) significados atribuídos pelos diferentes sujeitos históricos que a compõe ao longo dos anos e no presente. Portanto, busca-se compreender os diferentes olhares perante e sobre a festa, além das diversas experiências por ela proporcionada para os mais diversos sujeitos que direta ou indiretamente, a integravam.

Para se compreender essas experiências e (re) significados dado ao longo dos anos, faz-se necessário um diálogo entre categorias de análise historiográficas capazes de auxiliarem nessa reflexão e fontes sobre o festejo, as quais muitas vezes inibem ou desconsideram a presença daqueles que não estão no poder, mas cabe a nós, historiadores, através desses vestígios e silêncios das fontes oficiais, exercer um olhar político e histórico em nossas interpretações. Dessa maneira, propomos nesse trabalho a utilização de entrevistas, com esses sujeitos sociais que compõe a folia, uma vez que estas estão repletos de significados individuais e sociais, já que o

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

indivíduo “incorpora não só o relebrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, (re) significada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo” (PESAVENTO, 2004, p.95)

Para compreendermos como se deu o Carnaval em Santa Rita do Sapucaí, faz-se necessário discutir a categoria festa, assim entendemos que :

Durante muito tempo as festas não interessaram à historiografia, que tratava da história da classe trabalhadora, do mundo do trabalho, do movimento operário ou dos movimentos sociais, já que a atividade festiva era vista, no máximo, como momento de divertimento, de lazer, quando não de alienação e de cooptação do trabalhador, momentos de distanciamento e de afastamento da luta por seus verdadeiros interesses. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.142)

Esse novo olhar voltado para as festas se deu com a alteração nos paradigmas históricos propostos pela Nova História, em que se passou a agregar também as experiências cotidianas e culturais vivenciadas pelos mais diversos sujeitos históricos que não estavam presentes, até então, na historiografia. Passou-se a agregar aqueles que até então, eram vistos como “despossuídos” (SANTOS, 2003) e a margem da sociedade e suas práticas.

A partir da importância dada pela historiografia marxista inglesa dos anos cinquenta e sessenta em diante, a historiografia brasileira descobre o caráter político das manifestações culturais populares, encontrando nas festas populares não apenas rituais que encenam e simbolizam as relações sociais que norteiam a vida destes personagens, como também serão consideradas como expressões de formas de ver o mundo, como expressões de valores, costumes, formas de pensar e ver que estão em conflito com o que seria a mentalidade, o imaginário ou a ideologia dominantes. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.143)

Desse modo, propomos através da análise da festa carnavalesca desconstruir a festa para melhor compreender o processo no qual ela se formou, buscando não somente a elite santarritense, mas também demais sujeitos de igual importância para que esse festa de fato, acontecesse.

Os principais blocos carnavalescos da cidade de Santa Rita do Sapucaí, são: Bloco dos Democráticos, Ride Palhaço e Mimosas Cravinas, sendo os dois primeiros conhecidos pela rivalidade marcante entre eles, responsável por moldar a festa e a população.

O depoente Luiz Carlos Lemos Carneiro¹, recorda um pouco dessa rivalidade.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Separava na época do Carnaval sabe, era uma rivalidade, uma rivalidade sadia sabe, de respeito não é... Então um num deixava ver a fantasia do outro sabe...era um rivalidade muito bacana. Eu participei por mais de 50 anos disso sabe, dessa rivalidade. E foi uma das coisas mais bacana que tinha em Santa Rita, deixaram caba. Vinha gente de toda região pra ver o Carnaval daqui, o Carnaval daqui tanto o Ride quanto o Demo, as fantasias era confeccionada a mão, cê entendeu como é que é e ninguém ficava sabendo do que que o...

Ao observarmos a fala do depoente, podemos perceber que essa rivalidade era o que movia e contagiava o Carnaval na cidade atraindo inclusive, foliões de demais regiões, o que demonstra que durante a festa a cidade recebia muitas pessoas de outras cidades, o que possibilitava uma troca diferentes praticas culturais e sociais. Desse modo, havendo uma maior movimentação no palco da cidade, e mudanças no cotidiano nos dias de festejo, onde as consideradas estruturas oficiais tornam-se aparentemente menos rígidas.

Peter Burke ao analisar o Carnaval Europeu entre os anos 1500-1800, nos remete que:

O Carnaval não se opunha apenas à Quaresma, mas também à vida cotidiana, não só aos quarenta dias que começavam na Quarta-Feira de Cinzas, mas também ao resto do ano. O Carnaval era uma representação do “mundo virado de cabeça para baixo (BURKE, 2010,p.256)

¹ Entrevista cedida por Luiz Carlos Carneiro no dia 19 de março de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.

O depoente também discorre sobre a confecção das fantasias, as quais assim como os carros alegóricos e demais alegorias que compunham o festejo era um dos grandes formadores dessa grande rivalidade, entre os dois blocos, pois um bloco não deixava o outro ver sua fantasia antes do momento do desfile, o que gerava uma expectativa ainda maior nos foliões de ambos os lados que esperavam pelo melhor de seu bloco, acirrando o desfile o carnaval da cidade.

Retomando novamente as memórias de Luiz Carlos, o narrador nos diz “deixaram caba” remete-se aos dias atuais, em que ambos os blocos desfilam esporadicamente, fazendo então uma ligação entre o passado e o presente, onde os desfiles e os blocos ganharam um novo significado para a sociedade. Deixa transparecer em sua narração as palavras “ eu participei por mais de 50 anos disso sabe, dessa rivalidade”, sentimentos diversos , como sua tristeza ao ver essa rivalidade e os desfiles acabar, até mesmo como algo distante dos “50 anos” em que ele participou.

Observa-se, portanto, como a festa é significada pelo Senhor Luiz Carlos, tanto pelo tempo em que esteve ligado aos blocos, quanto pela rivalidade, e também por considerar a folia “uma das coisas mais bacana que tinha em Santa Rita”.

Utilizamos neste momento das palavras de Portelli:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquele que nos conta menor sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (1997, p.31)

Uma vez que a História é a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2002), são eles nossos principais objetos de análise com suas lutas cotidianas estão a todo momento resistindo, procurando táticas de sobrevivência em uma sociedade com interesses e valores contraditórios, faz-se necessário portanto compreendermos essa constante luta e resistência, por eles enfrentados cotidianamente como um modo de vida, que perpassa por sua cultura. (KHOURY, 2002), Luiz Carlos continua sua narração:

Não, esse ano eu criei um bloco, é o que sobrou, contratei uma banda de música, meus amigos me deram dinheiro sabe, porque eu sempre gostei de Carnaval. O Sol Nascente fui eu que fundei, era meu. Fui eu, o Juca carteiro, o Samuelzinho, Zé Vitor filho do pai do Roque Junior, fundamo a escola de samba porque aqui o negro não tinha espaço. E tinha a escola, tinha o Bloco da Maria Bonita que era Mimosas Cravina da Maria Bonita. Aí surgiu do Tunico, que era os sambistas do morro sabe, mas não falava nada, só descia, é o sambista do morro, ho ho ho, é o sambista do morro e descia e dava uma volta na praça, era raça negra, era isso.

Ao Luiz Carlos continuar rememorando o Carnaval da cidade, cita a criação de outros blocos, com o intuito de representar segundo ele a “raça negra” na cidade, pois esta não tinha seu espaço na folia. Ao citar o Bloco Mimosas Cravinas remete-se ao tempo em que o bloco ainda contava com seus desfiles de rua e bailes que ocorriam na Associação José do Patrocínio, fundando por Maria Bonita, mulher negra e bastante querida na cidade.

O Bloco Mimosas Cravinas foi fundado no ano de 1920, antes dos blocos Ride Palhaço e Democráticos, que tiveram sua fundação nos anos de 1934 e 1935, respectivamente. Contudo, seu primeiro desfile nas ruas foi no ano de 1932. Maria Bonita, era filha de ex-escravos, criada no

Bairro Rua Nova, que nos anos 30, era um bairro marginalizado socialmente ao ser considerado um bairro da classe negra de Santa Rita do Sapucaí.

Foi dessa maneira, como recorda o depoente Luiz Carlos Lemos Carneiro, quando da extinção do desfile do Mimosas Cravinas, é que ele e amigos vendo a necessidade de se representar “a raça negra” da cidade criaram outros blocos com esse intuito.

O Bloco Mimosas Cravinas era destinado em sua maioria a população negra da cidade, já os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos contavam com a elite santarritense financiando-os, como percebemos na fala de Luiz Carlos:

É, geralmente as, quem, isso nos dois blocos, as fantasias de carro eram as fantasias mais luxuosas elas ficavam mais caro pra quem ia desfilhar, você entendeu o que, então quem tinha mais dinheiro alugava a fantasia e ia em cima dum carro, ia se destaque né, era uma fantasia mais cara, agora, eu acho que o Ride fazia isso, pelo Democrático eu sei, o que acontecia... Havia gente que trabalhava, famílias que trabalhava no bloco e eles davam fantasia pra sair sabe... Agora hoje, ta difícil até pro cê arrumar gente pra sair no bloco. Aquela época, cê tinha que disputar lugar sabe. Num é da minha época tinha Carnaval no Centro Operário, tinha Carnaval Associação Zé do Patrocínio, tinha Carnaval no Crube Santarritense, então tinha Carnaval pra todos os lados. Hoje, acabou.

Novamente, o depoente Luiz Carlos rememora sobre os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos, fazendo alusão aos diferentes papéis sociais durante o desfile. Quem desfilava nos carros, eram aqueles que desembolsavam uma maior quantia de dinheiro pelas fantasias, “ia de destaque né”, ocupando dessa maneira um papel central na figurativa peça de teatro que se encenava em cima dos carros com seus temas e também nas ruas pelas quais os blocos passavam. Ainda segundo o depoente haviam aqueles que desfilavam, pois suas famílias trabalhavam na execução do bloco, recebendo em troca fantasias para o desfile.

A festa carnavalesca se dá a partir de um acordo, o de que todos os sujeitos estão de acordo que aqueles dias anteriores à Quaresma, são dias de comemoração, maneira encontrada pela população de aproveitar cada momento antes das privações que seriam impostas pelo seu início, uma vez que, antigamente, durante esse período passava-se quarenta dias em absoluta abstinência de carnes, bebidas, sexo e diversão. “ A partir dessa concordância inicial, entretanto, as disputas se estabelecem, pois cada um dos grupos procura ocupar o espaço da festa e impor seu ponto de vista e sua forma de brincar” (FERREIRA,2004, p.69).

Assim, o narrador cita também os carnavais nos espaços institucionalizados, os clubes: Centro Operário, Associação Santarritense José do Patrocínio e Clube Santarritense. Compreendemos dessa maneira que cada grupo encontrava sua maneira e espaço para a folia.

Dona Thereza¹, mais uma de nossas narradoras, era freqüentadora da Associação José do Patrocínio e se recorda de quando entrava nos bailes ainda muito jovem: “ah, o baile era muito bom, com muita gente dançando, branco e negro misturado, conjunto ao vivo...”

Participava também do desfile do bloco Mimosas Cravinas, e nos relata que o bloco ia para as ruas com a ajuda de cada um dos seus integrantes, demonstrando a força, união e amor daqueles que desfilavam e sua vontade em desfilar ao confeccionar sua própria vestimenta.

Não tinha financiamento não, era...cada um se virava com sua fantasia, ajudando Dona Maria, ela pedia, a gente ajudava [...] Não, não, tinha não, carros alegóricos só tinha Ride e Demo...e um bloco assim pobre, não tinha condições de ter um carro alegórico.

Dessa forma, como nos relata Thereza ao fazer sua própria fantasia, o sujeito se sentia parte integrante do processo carnavalesco. Sobre isso, Burke vem nos alertar:

Eram ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, bebiam e consumiam tudo o que tinham.[...] Em oposição ao cotidiano, era uma época de desperdício justamente porque o cotidiano era uma época de cuidadosa economia. Seu caráter de ocasião especial vinha simbolizado nas roupas que o povo usava para dela participar -as melhores.” (BURKE, 2010, p.243)

Portanto, compreendemos que a folia está repleta em si de um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais que acabam por moldá-la seja nos seus modos de brincar e pular o carnaval, nos espaços em que se dá, nas fantasias e carros utilizados e na maneira como são lembradas, uma vez que os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos tornaram-se referências do carnaval santarritense por serem financiados por membros elitistas, o que facilitou a perpetuação de uma memória oficial. Contudo, não menos importante, era os demais blocos,

¹ Entrevista cedida por Thereza Perereira Ribeiro no dia 8 de agosto de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.

incluindo o Bloco Mimosas Cravinas, pois dava aos demais sujeitos históricos a possibilidade de brincar a festa.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Festas pra que te quero: por uma historiografia do festejar*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa: 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FERREIRA, Felipe. *O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Revista Projeto História. PUC, São Paulo, n. 14, 1997.

Barba, cabelo bigode: O ofício dos barbeiros em Belo Horizonte

Matheus Blach
Mestrando – IPHAN
Agência financiadora: IPHAN.
matheusblach@sobrehistoria.org

RESUMO: Este artigo apresenta o documentário Barba Cabelo Bigode realizado por meio do edital Ofícios em Belo Horizonte da Prefeitura de Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura e o Centro de Referência Audiovisual (concurso 004/2011). Os objetivos aqui almejados foram: fazer um breve relato sobre o trabalho de pesquisa que envolveu a criação e execução do projeto para o documentário; contextualizar historicamente o ofício dos barbeiros; inferir que, por meio de um trabalho interdisciplinar, aliando referencial teórico-histórico e conceitual com produção audiovisual, é possível introduzir ao campo do Patrimônio Cultural uma linguagem de pesquisa promissora. A pesquisa que orientou a criação do projeto para o documentário, assim como a elaboração de roteiro foi pautada na metodologia das fontes orais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Audiovisual, Ofício dos barbeiros.

Introdução

No ano de 2011 a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Fundação Municipal de Cultura e do Centro de Referência Audiovisual, abriu edital de seleção (concurso 004/2011) de projetos de documentário de curta-metragem digital: *Ofícios em Belo Horizonte*. Segundo o edital, os projetos apresentados deveriam apresentar “pertinência do(s) objeto(s) elencado(s) em relação ao conceito de Patrimônio Imaterial”:

Patrimônio Cultural Imaterial são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN/ UNESCO)

Neste sentido, fui convidado a compor uma equipe cujo objetivo foi elaborar um projeto visando abordar o **Ofício dos Barbeiros na Cidade de Belo Horizonte**. Após o projeto ter

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

tido aprovado foi dado início a fase de pesquisa e construção de sugestões de roteiros para o filme. O documentário de 10 minutos, *Barba Cabelo Bigode*, sinaliza não somente a complexidade do tema proposto, mas também como o processo de produção, desde a criação do projeto, sua aprovação e execução revelam possibilidades de pesquisa inovadoras e poderosas para o campo do Patrimônio Cultural.

O intuito deste artigo é de apresentar um pouco da pesquisa que deu fundamento para a criação do documentário.

Os referenciais teóricos utilizados para este trabalho são importantes autores que encampam o cenário contemporâneo das pesquisas acadêmicas que debatem os conceitos relacionados à História, Memória, Identidade, Cultura, Patrimônio Imaterial, Oralidade, dentre outros assuntos relacionados. Sendo assim, mediante ao caráter interdisciplinar da equipe (jornalistas e historiador), os esforços foram de conciliar interpretações e conceitos que dessem sustentação ao argumento do filme.

Portanto, como fio condutor das entrevistas que foram feitas durante a realização de *Barba Cabelo Bigode*, foi considerada a metodologia de produção de fontes orais, como apresentada por Neves (2006), Becker (1999) e Prins (1992). Neves (2006) introduz uma tipologia das entrevistas visando à metodologia qualitativa para a História Oral: o grupo focal, a observação participante, a etnografia, as histórias de vida, as entrevistas temáticas dentre outras. Foram adotadas *entrevistas temáticas semiestruturadas* como metodologia de abordagem aos entrevistados buscando direcionar o questionário para os problemas formulados a partir do objeto de pesquisa. Procurou-se evidenciar por meio de comparações, em que medida as intencionalidades dos entrevistados em suas falas corroboram ou contradizem os demais. Como destaca Neves (2006), as *entrevistas temáticas* pressupõem a análise de desdobramentos e vínculos entre múltiplos indivíduos envolvidos no processo abordado pelo tema. Foi dessa forma que se buscou entrecruzar as falas de entrevistados de diferentes esferas sociais participantes no processo analisado.

O Ofício dos Barbeiros

O exercício do ofício do barbeiro remonta a Antiguidade Clássica, os usos, as funções e as atribuições do termo passaram por diversas transformações ao longo da História. Inicialmente, o barbeiro – ou o cirurgião-barbeiro – acumulava um espectro de funções mais amplo do que na contemporaneidade:

CORREIA, P. S.; SILVA, S. S.; LEMMA, R. M. S.; LEE, Fabiana; RODRIGUES, S. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

[...] faziam barbas, raspavam, cortavam e aparavam cabelos e unhas; também faziam benzeduras, curativos, extrações de cravos, espinhas e furúnculos, vendiam raízes que serviam como espécies de remédios e, ainda, realizavam operações cirúrgicas. Além de sangrar, sarjar, aplicar bichas, ventosas e sanguessugas. (SILVA, s/d. s/n).

Ser barbeiro na antiguidade era uma profissão de prestígio social que garantia status e independência financeira para quem a exercia. Ao longo dos séculos a profissão passou por diversas transformações, sobretudo com o advento das ciências médicas e a institucionalização da medicina que procurava sancionar o direito dos barbeiros de atuar como cirurgiões, dentistas e de prescreverem medicamentos e ervas. Já na América portuguesa, data do século XVI o exercício da profissão com o fato marcante que a partir do dezoito foi recorrente os casos de escravos libertos que atuavam como cirurgiões-barbeiros ou barbeiros-sangradores como forma de subsistência após sua libertação.

Com o passar do tempo, o embate entre médicos e dentistas – ligados a formalização destas profissões junto às universidades – e os cirurgiões-barbeiros cuja profissão era perpetuada por meio da oralidade e da tradição, levou gradativamente à redução considerável do espectro de funções dos barbeiros. Já no século XIX, suas atribuições estavam oficialmente restritas ao corte de cabelos e barba. Desde então, esta tradicional profissão vem se adaptando e reinventando ao longo dos anos através das vicissitudes do tempo.

Uma cultura em extinção (?): tradição versus modernidade

Os reflexos das revoluções industriais, tecnológicas e do desenvolvimento do fenômeno da globalização trouxeram consequências marcantes para o Ofício dos Barbeiros. A lógica do capitalismo industrial; a produção massiva de bens de consumo não duráveis; o fetiche com o “novo”; as novas tecnologias; os ideais de progresso; os estímulos do marketing e da propaganda, etc., são, dentre outros fatores, que podem ser percebidos como aqueles que contribuem para a perda de referenciais históricos, acarretando a redução ‘espaço-temporal’ na relação entre presente e passado na sociedade contemporânea. Conforme as categorias propostas por Reinhart Koselleck (2006), ocorre uma diminuição no *campo de experiência* dos indivíduos e concomitantemente também reduz seu *horizonte de expectativas*.²

² Koselleck (2006) propõe estas categorias para fazer uma análise do tempo histórico da historiografia. As categorias implicam que cada historiador lança seu olhar sobre a História a partir de um ponto singular do presente em que seu conhecimento sobre o passado e suas expectativas sobre o futuro se entrecruzam em sua própria narrativa. Ou seja, cada indivíduo se situa temporalmente em um ponto entre o passado e o futuro e, a partir deste ponto específico, seu **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (HOBSBAWM, 1995, p.13).

Por outro lado, este mesmo fenômeno leva, conforme demonstra Castriota (2009), a um “contramovimento” em que as culturas locais reaparecem ganhando novo sentido e, muitas vezes, visibilidade no cenário mundial.

Cada vez mais os novos padrões impuseram à população a necessidade da procura por profissionais altamente especializados como médicos, dentistas, farmacêuticos, todos devidamente diplomados e regulamentados pelo Estado. Assim, essa reformulação do mundo do trabalho leva os diplomas e qualificações a adquirem maior valor do que a experiência dos barbeiros (ANTUNES, 1995). Os saberes tradicionais dos barbeiros transmitidos pela oralidade foram perdendo fôlego e espaço de atuação.

A crescente difusão da cultura do *self-made-man*, do individualismo, dos padrões de comportamento, higiene pessoal e do consumismo; aliados à propaganda massiva dos produtos industrializados e distribuídos amplamente no conforto e proximidade dos lares e redes de supermercados, levou cada vez mais pessoas a adquirirem o hábito de cuidarem de seus cabelos, barbas e unhas em suas próprias casas.

Houve também a difusão dos cursos profissionalizantes de cabeleireiros e outros profissionais do ramo com a propagação marcante dos salões de beleza cujas práticas, comportamentos cotidianos, tendências e métodos estão ligados aos padrões de beleza da alta moda e já não correspondem às tradições dos barbeiros.

As barbearias são espaços masculinizados que não suprem as novas exigências da contemporaneidade. Técnicas inovadoras, “milagrosas” de beleza atendem ambos os gêneros, tipos de pele, cabelo, idade etc. Os salões utilizam tecnologias, softwares, massagens estéticas e corporais e uma variedade imensa de serviços novos. Giddens (2003), aponta que as múltiplas possibilidades de escolha, a auto-reflexão e os estilos de vida são características fundamentais da modernidade para se construir nossa identidade. Os salões inovaram ao introduzir esses outros

olhar é limitado pelo “alcance” que seu *campo de experiência* e seu *horizonte de expectativas* exercem sobre sua “visão”. Para maiores detalhes sobre o tema ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

serviços que não apenas o corte de cabelo ou o fazer a barba. A procura por esses serviços se consolida para atender a grande oferta de estilos de vida disponíveis.

As barbearias já foram espaços característicos da modernidade no que diz respeito à moda que, segundo Simmel (2008), é um dos atributos da modernidade. Entretanto, a moda representa o fugidio, o efêmero e a constante renovação. O domínio do corpo, as intervenções de beleza, a obsessão pelo belo constroem demandas de serviço que as barbearias não acompanharam.

No Brasil, em 2004, os ofícios de barbeiro, cabeleireiro e manicure foram regulamentados pelo Congresso Nacional com o objetivo de fiscalizar o exercício da profissão. A regulamentação obriga os barbeiros adotarem novos padrões higiênicos e estéticos para tratar dos cabelos e barbas, readequando sua profissão às demandas da sociedade capitalista globalizada.

Um exemplo marcante da *reinvenção das tradições* ligadas ao ofício dos barbeiros diante das demandas sociais contemporâneas pode ser percebido na matéria intitulada: “*Barbearias combinam tradição e modernidade para conquistar novos clientes*” realizada pelo programa Mundo S/A da TV Globo³. A reportagem relata o caso de alguns empreendimentos que obtiveram grandes lucros combinando elementos estéticos que compunham o cenário das tradicionais barbearias com a oferta de serviços que englobam tanto a função tradicional de corte de barba e cabelos quanto os serviços praticados pelos grandes salões de beleza.

Considerações Finais

A complexidade da discussão que encampa o tema pode ser explicada, juntamente com diversas outras abordagens, pela dicotomia na relação entre o *global* e o *local*. De um lado, o avanço do fenômeno da globalização e do sistema capitalista nas cidades com o discurso homogeneizante de valores e modos de vida ameaça a cultura e tradição do ofício dos barbeiros. Por outro lado, o “contramovimento” de revalorização da tradição e da cultura que surge no âmbito das microrregiões do planeta e do respeito a diversidade e individualidade. Ou seja, a relação dialética entre tradição e transformação.

Sendo assim, o termo *patrimônio imaterial* torna-se fundamental para se pensar o ofício dos barbeiros. Este conceito passa por uma considerável ampliação de seu sentido, sobretudo diante das contribuições da reformulação do olhar acadêmico das Ciências Sociais, o qual despertou o interesse por novos objetos, sujeitos sociais e temáticas culturais antes mantidos à margem da sociedade. Desde então, foi possível elevar à categoria de patrimônio da humanidade ou da

³ Disponível no seguinte link: <http://globovivo.globo.com/globo-news/mundo-sa/v/barbearias-combinam-tradicao-e-modernidade-para-conquistar-novos-clientes/1957848/>

CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

nação, elementos que – na visão mais tradicional do conceito eram descartados – como danças típicas, ritos, expressões religiosas, ofícios, além de práticas cotidianas de reprodução da cultura e da vida.

Portanto, o Ofício dos Barbeiros pode ser visualizado como uma prática tradicional que, como é demonstrado ao longo do filme, representa culturas e identidades regionais ligadas ao cotidiano da cidade, dos bairros, das comunidades locais. Os relatos dos barbeiros se enquadram no memorialismo, na reação à ideia de *presente contínuo mencionada* por Hobsbawm, no apego às identidades.

Uma possível recomendação de salvaguarda e do registro do Ofício dos Barbeiros na cidade de Belo Horizonte como Patrimônio Imaterial visa não o engessamento desta tradição, mas sim o respeito e reconhecimento da dinâmica própria de uma cultura ameaçada por valores externos que se impõem.

Acredita-se que tanto esta pesquisa quanto o documentário *Barba Cabelo Bigode*, possam servir de subsídio para argumentações futuras em prol da proteção e registro nacional do ofício junto às instituições competentes, IPHAN, IEPHA, Ministério Público, Ministério da Cultura etc. O trabalho realizado aqui se esforçou em aliar a pesquisa e metodologia acadêmica com a produção audiovisual. Atualmente, o curta-metragem está em circulação em eventos e festivais de cinema, sendo exibido também pela Rede Minas de Televisão. Em breve estará disponível pela internet. O trailer oficial pode ser visualizado no seguinte link: <http://www.youtube.com/watch?v=dr2dAeEYpQ0>

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995.
- BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. 4.ed., São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. Trad.: Sergio Miceli. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CEDRO, Marcelo. JK desperta BH (1940-45): A capital de Minas Gerais na trilha da modernização. 1. ed., 2009. v. 1. 205p.
- CEDRO, Marcelo. Pesquisa Social e Fontes Oraís: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. *Revista Perspectivas Sociais*, ano 1, n.1, p.125-135, Pelotas: UFPel, Ano 1, N. 1, p. 125-135, março/2011
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? In *Revista História Unisinos*. Vol. 8 nº 10 JUL/DEZ 157-17 2004. Disponível em http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/17historian10vol8_artigo11.pdf
- FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Cultura e Economia*, n.4, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em Descontrole*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2002.
- _____. *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GWYN, Prins. História Oral. In *A Escrita da História: Novas Perspectivas*: Peter Burke (org.). Tradução de Magda Lopes 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- HOBBSAWM, Eric J. Introdução: A invenção das tradições & A produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In *A Invenção das Tradições: Eric Hobsbawm e Terence Ranger*. São Paulo, Paz e Terra, 1997
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUPER, Adam. Introdução: guerras culturais. In: _____. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002, pp.21-42.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 5 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- NEVES, Lucília de Almeida. *Historia oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, pp. 200-212.
- _____. *Memória Esquecimento Silêncio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007 pp. 3-15.
- RICCEUR, Paul. *A Memória a História o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SAHLINS, Marshall. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I)”. *Mana*, Rio de Janeiro, 3 (1): pp.41-73, 1997.
- SANTOS, Vamilson Pereira dos. Os cortes da navalha: O Ofício dos barbeiros como fonte de subsistência no Brasil. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/os-cortes-da-navalha-o-oficio-dos-barbeiros-como-fonte-de-subsistencia-no-brasil/82135/>
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; SOARES, Pedro Paulo de Miranda A. O ofício de Barbeiro em Icoaraci (PA), diálogos com Seu Jorge. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9260>
- SIMMEL, Georg. A moda (Die Mode). Berlim, 1858 - Strasbourg, 1918, In IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte – São Paulo V.1 N. 1 abr./ago. 2008

Caderno UNIEDHS e a formação de uma identidade coletiva

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
Mestrando – UFMG
rodrigopaulinelli16@gmail.com.br

RESUMO: A cidade de Viçosa-MG, localizada na região da Zona da Mata mineira, se desenvolveu a partir da implantação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 1926, sendo o desenvolvimento local dado a partir dos setores demandados pela universidade, especialmente o setor de serviços. Além da UFV a cidade conta ainda com mais três instituições ensino superior, a ESUV, a Faculdade de Viçosa e a Uni - viçosa, e em função disso a população flutuante da cidade é muito grande. Essa condição de inconstância da população faz com que as pessoas não se sintam conectadas umas com as outras. Para os estudantes há o sentimento de não pertencimento ao lugar e para a população nativa há o desconhecimento da própria história. Diante disso, percebemos a necessidade de construir junto à comunidade do bairro Santo Antônio a história deste lugar. Para tanto será elaborado um caderno intitulado Caderno UNIEDHS, que, inicialmente, contará como o bairro Santo Antônio se constituiu e se desenvolveu. Para a coleta de dados, foi utilizado o método da história oral, a partir do qual os moradores mais antigos da região foram entrevistados. Além disso, foram consultados a revista O passado compassado de Viçosa e o Retrato Social de Viçosa nº3. O projeto ainda está em desenvolvimento, mas o que se observa é que com a intervenção no bairro Santo Antônio, as pessoas já estão se mobilizando, com a participação nas atividades propostas pelo Programa PIEPS.

Palavras-Chave: Caderno UNIEDHS, Desenvolvimento social, História oral.

Introdução

A cidade de Viçosa-MG, localizada na região da Zona da Mata mineira, se desenvolveu a partir da implantação da Universidade Federal de Viçosa em 1926, sendo o desenvolvimento local, dado a partir dos setores demandados pela universidade, especialmente o setor de serviços. Além da UFV, a cidade conta ainda com mais três instituições ensino superior - a ESUV, a Faculdade de Viçosa e a Uni-Viçosa - e em função disso a população flutuante da cidade é muito grande. As pessoas chegam a Viçosa, estudam e voltam para os seus locais de origem. Dessa forma, uma identidade coletiva não é constituída.

Segundo o autor italiano Antônio Gramsci, a sensação de pertencimento das pessoas a uma determinada região se constrói a partir de instrumentos de interação social (aquilo que nos possibilita relacionar com as pessoas e com nossa comunidade) sendo eles a linguagem, a história, o conhecimento de si e do seu grupo. Por meio da linguagem, que contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, é possível, então, construir sentidos comuns a todos de

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

uma comunidade. Ou seja, quando criamos elementos para a formação de uma linguagem comum, criamos uma cultura comum (GRAMSCI, 1978).

Linguagem é essencialmente um nome coletivo: ele não pressupõe uma coisa única, nem no tempo nem no espaço. Linguagem significa também cultura e filosofia e, portanto, o mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal de pensar e de sentir. A cultura, em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, em contato mais ou menos expressivos, que se entendem entre si em diversos graus.¹

Dessa forma, é possível perceber que o homem não é um ser isolado no universo. Se este não tiver conhecimento da linguagem local, das características culturais da região onde mora, ele não se sentirá pertencente aquele lugar.

Em Viçosa, é possível perceber a falta de uma linguagem comum entre as pessoas, uma vez que os mais antigos não conhecem os novos moradores e assim eles não se reconhecem como uma comunidade. O objetivo, principal, desse projeto é fazer com que os cidadãos viçosenses conheçam um pouco mais de sua história, e dessa forma, sintam-se pertencentes ao local onde habitam.

De acordo com José Carlos Reis, “cada sociedade possui uma legitimidade inscrita em sua estrutura atual, um espírito que a envolve, uma atmosfera própria, sem a qual seus membros exilados perdem o sentido de viver” (REIS,2003). Dessa forma, cada sociedade vive inserida em um conjunto de valores, de características próprias que a mantém unida, que a permite reconhecerem como uma sociedade. A história deve respeitar o destino particular, os interesses, a razão de cada local, entender as suas especificidades.

Reis ainda afirma que “o povo é uma comunidade cujas raízes mergulham no passado” (REIS, 2003). Dessa forma, se os moradores de uma determinada região não têm conhecimento acerca do seu passado, de sua história, o reconhecimento destes como uma comunidade é dificultada.

Objetivos

Com a intenção de possibilitar o reencontro das pessoas com sua história e de tornar esta história compartilhada pela comunidade, uma das áreas temáticas do PIEPIS – Programa Interdisciplinar de Estudos para a Inclusão Social se preocupa com o desenvolvimento de

¹ GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da História**. Civilização Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro. 1978
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

estudos e de ações práticas voltados ao desenvolvimento de instrumentos que possam contribuir para inserção das pessoas na vida cotidiana da cidade. Uma das ações é a estruturação de um material impresso, cujo objetivo final foi o de contar a história da cidade a partir dos documentos oficiais e das históricas contatadas pelos moradores. Este trabalho foi organizado por bairros e iniciou-se no bairro Santo Antônio, o segundo mais populoso de Viçosa e que recebeu um afluxo de migrações intensas. O material, intitulado “Cadernos UNIEDHS” será distribuído nas escolas, como fonte de pesquisa para os alunos conhecerem um pouco mais sobre a história do local onde moram. Distribuiremos também na associação dos moradores, igrejas, e demais pontos de convergência da população local, de forma a possibilitar acesso à comunidade a essas informações.

O Caderno UNIEDHS está inserido no projeto “Cartografia Sociocultural” que objetiva contribuir para o fortalecimento da identidade local da população periférica da cidade de Viçosa, por meio da construção de uma cartografia sociocultural pretendendo ser o início de um trabalho de mapeamento sociocultural para a cidade de Viçosa. Na ausência de políticas públicas específicas, iniciativas como as do projeto são bons instrumentos para que a própria população possa mapear suas necessidades contribuindo para a transformação deste quadro, por meio de ações que visam o início da construção de uma cartografia sociocultural para a cidade. Para tal, acredita-se que o conhecimento por parte da população, de sua história e de sua realidade é o primeiro passo. O envolvimento da comunidade, e sua orientação ao processo de mudanças a tais aspectos nos levam a conhecimento da realidade para compreender melhor os problemas vivenciados por esta.²

Além do objetivo final, que é a cartilha, seu processo de elaboração teve como objetivos a criação de um banco de dados sobre a história da cidade, aprofundar discussões sobre a inclusão social e o sentido de pertencimento a um determinado local, estudar a história a partir da perspectiva da pesquisa participante, possibilitar conhecer a realidade dos bairros e suas reais necessidades.

Metodologia

Para a coleta de dados, foi utilizado o método da história oral. Segundo **Delgado**,

O método da História Oral consiste em é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com

² BIFANO, AC et al. **Cartografia Sociocultural**: Possibilidade de Construção de Indicadores. Projeto de pesquisa em andamento. DED, UFV 2010a.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva.³

A história oral é uma forma de construção do conhecimento histórico, através da realização de entrevista, se instiga ao entrevistado relembrar dos acontecimentos vividos por ele. Dessa forma, um resgate da memória destes acontecimentos é feito. Em muitos casos observa-se uma recordação plena daquilo que foram vivenciadas, em outros casos, essas memórias vem camuflada por outros acontecimentos que marcaram a vida dessa pessoa.

O método da história oral não deve ser encarado como uma verdade absoluta, uma vez que as pessoas contam aquilo que se lembram sobre o passado. Dessa forma, é necessário um senso crítico ao se analisar aquilo que está sendo contado. A memória é repleta de subjetividade, as pessoas lembram-se daquilo que elas desejam lembrar, além de contarem os fatos da sua maneira, não respeitando a fidedignidade destes.

A história oral é um método eficiente, porém só pode se remeter a um passado próximo, uma vez é feito a partir de relatos de pessoas que viveram nesse passado.

Para a realização efetiva desse método, é necessário um roteiro previamente elaborado, no qual os objetivos a serem alcançados pela entrevista sejam abordados, caso contrário, esta pode acabar indo em uma direção totalmente diferente a qual o entrevistador deseja chegar.

As entrevistas foram realizadas com os moradores mais antigos do bairro, ou seja, os primeiros moradores que lá se fixaram e que ainda lá residem. Foi-lhes solicitado contar tudo aquilo que lembrassem sobre a criação do bairro, como este surgiu, quando foi levada água encanada, luz elétrica, quando as ruas foram asfalta, como aconteceu o povoamento da região.

Dez dos moradores mais antigos do bairro foram entrevistados. Essas entrevistas foram analisadas. Foi feito um quadro, no qual os pontos relevantes para cada um foram apontados. Em seguida, os elementos recorrentes nas entrevistas foram relatados no *Caderno UNIEDHS*, uma vez que para estes moradores, estes pontos são importantes para a construção da história do bairro. Dentre estes pontos podem-se destacar: a construção da igreja, a chegada de luz elétrica e de água encanada ao bairro, as melhorias que ocorreram no bairro ao longo desses cinquenta anos de existência do bairro. Na tabela 1 é analisado quais são esses pontos, a frequência com a qual estes aparecem e o que estes entrevistados falaram.

³ DELGADO, L. A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 16

Além das entrevistas foi utilizado o *Retrato Social de Viçosa* (SILVA, nº3, 2010), que é um livro elaborado pela ONG “CENSUS” de Viçosa. Essa ONG tem como objetivo retratar os aspectos, físicos, econômicos e sociais da cidade e para tal utiliza de pesquisas e publicações periódicas acerca da realidade socioeconômica do município. Também foi utilizada a revista *O passado compassado de Viçosa* (RANGEL, 2010), escrito por José Mario da Silva Rangel. Essa revista conta toda a história da cidade de Viçosa, desde a sua fundação até os dias atuais. Nesta revista são apresentados todos os prefeitos de Viçosa, assim como o período em que estiveram no poder e suas realizações. Essas informações foram fundamentais para dar o embasamento teórico necessário para a construção do caderno.

Essas bibliografias foram fundamentais à elaboração do caderno, uma vez que são as únicas referências que citam o bairro Santo Antônio. Sem estas, não seria possível ter conhecimento exato de quando a luz elétrica, água encanada, asfalto chegaram à região.

Para o desenvolvimento da noção de pertencimento dessas pessoas à região onde moram, foram propostos seminários nos quais foram discutidos temas como cidadania e os direitos civis dos cidadãos.

Resultados e discussões

Antes do lançamento do caderno, foram realizados seminários, nos quais o projeto piloto da cartilha foi apresentado aos moradores do bairro. Com a realização destas reuniões foi possível coletar alguns dados adicionais que não haviam sido previamente colocados no caderno.

A população se mostrou bastante satisfeita com a prévia do caderno que lhes foi apresentada na reunião. Mostraram-se bastantes apreensivos pelo lançamento deste.

Com esses trabalhos de intervenção no bairro Santo Antônio já é possível observar uma maior mobilização da população local para as atividades propostas pela UNIEDHS. Na primeira reunião feita no bairro, ocorrida no ano de 2010, apenas 10 pessoas participaram. Em uma segunda reunião que ocorreu no primeiro semestre de 2011, houve um aumento de 60% no número de participantes. E no primeiro seminário sobre cidadania que ocorreu no mês de maio de 2011, 18 pessoas participaram.

Conclusão

Como dito anteriormente, esse caderno foi distribuído nas escolas, igrejas, associação de moradores. Dessa forma, pretende-se estimular os moradores a conhecerem um pouco mais da história do local onde moram.

O que se pode observar é que com a atuação desses projetos no Bairro Santo Antônio gradualmente se observa uma mobilização cada vez maior da comunidade. Essas reuniões, além dos seminários e da efetivação da cartilha servirão para o desenvolvimento do senso crítico desses cidadãos, além de proporcionar um maior conhecimento da história do local onde residem. Por mais que o aumento do número de participantes não tenha sido muito grande, aos poucos observa um aumento do interesse da população para com os projetos de intervenção propostos pela UNIEDHS.

Inicialmente, o projeto está sendo aplicado no bairro Santo Antônio, mas o que se pretende fazer é estendê-lo para toda a cidade de Viçosa.

Tabela

Tabela 1- Pontos relevantes, o que os entrevistados argumentavam e a frequência que esses assuntos apareceram.

Aspectos relevantes à população	Entrevistas	Nº de depoimentos
População	Pessoas vindas do interior de Minas, especificamente da região de Viçosa, além daquelas que vinham de SP, RJ.	9
Urbanização	Na década de 1960, 70 o que se predominava na região eram propriedades agrícolas, praticamente não haviam casas, ruas.	6
Chequer.	De acordo com as entrevistas, o ex prefeito de Viçosa Antonio Chequer comprou uma grande faixa de terras na região e fez o seu loteamento.	5
Cantinho do Céu	Havia uma venda em que havia uma placa escrita: bar do cantinho do Céu	2

Igreja	Antes da construção da igreja as pessoas se reuniam em uma creche para a realização de missas, cultos, reuniões. A própria pop. Construiu a igreja	2
Motivos para vir para viçosa	Facilidade de emprego na universidade Procura por uma condição melhor de vida Melhor oportunidade de estudos	7
Condições do bairro	No início não havia água encanada, na havia eletricidade, não havia rua calçada. A iluminação das casas era feita com lampião de querosene.	4,
Melhorias no bairro	As pessoas entrevistadas dizem que a medida que o bairro foi evoluindo as melhorias foram chegando	4
Loteamentos iniciais	Zé Gambá construiu algumas casas, José Simeão, antigo delegado de polícia fez os primeiros loteamentos	2
Iluminação	Feita pelo prefeito Carlos Raymundo.	2

Referências Bibliográficas

BIFANO, A. C et al. **Cartografia Sociocultural: Possibilidade de Construção de Indicadores.** Projeto de pesquisa em andamento. DED, UFV 2010a.

DELGADO, L. A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da História.** Civilização Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro. 1978

RANGEL, J. M. S. **O passado compassado de Viçosa.** Disponível em <<http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/>>. Acessado em 20/04/2011

Reis, J. C. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.* Editora FGV, Rio de Janeiro 2003

SILVA, A. R. da. (coord.) ET. AL. **Retrato Social de Viçosa III.** Viçosa-MG, CENSUS, 2010. Site da prefeitura de Viçosa de do IPLAM. Disponível em <www.vicosamg.gov.br>.

**Em busca da “recuperação” do passado:
a invenção do patrimônio histórico brasileiro e a construção de heróis nacionais no
primeiro governo Vargas**

André Barbosa Fraga
Doutorando – UFF
andrebfraga@yahoo.com.br

RESUMO: O regime autoritário e nacionalista que se estabeleceu no Brasil a partir de 1930 e, principalmente, de 1937 imbuuiu-se da missão de valorizar uma cultura “tipicamente” brasileira, elemento importante na formulação de uma identidade “verdadeiramente” nacional. O primeiro governo Vargas foi, portanto, um momento estratégico, na história do Brasil, de “recuperação do passado nacional”. Com ele, o “lugar da história”, principalmente a do Brasil, não mais foi o mesmo, tal o investimento do governo em promover uma grande quantidade de iniciativas nas mais variadas áreas, dentre as quais podemos destacar a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, visando à proteção do patrimônio histórico e artístico do país e a valorização do ensino de história do Brasil e, como reflexo, dos “grandes homens”. Dito isto, o objetivo deste trabalho é o de demonstrar ter havido uma íntima relação entre essas duas iniciativas elaboradas no período: o projeto de criação e de conservação de um patrimônio histórico brasileiro e o projeto de construção de heróis nacionais. A análise desta relação se faz pertinente uma vez que ela é boa para pensar os contornos e limites estabelecidos pelo governo Vargas ao pensar a institucionalização e definição do que constitui o patrimônio histórico cultural do Brasil. Portanto, procurou-se mostrar como o Ministério da Educação e Saúde buscou associar a constituição de um patrimônio cultural brasileiro à valorização de vultos nacionais, por meio de políticas culturais, tais como: institucionalização do tombamento de imóveis considerados de interesse artístico e histórico; edificação de monumentos; criação de vários museus nacionais, guardiões da memória, como o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu da Inconfidência e o Museu Nacional de Belas-Artes; e preservação e ampliação de peças e objetos para integrar os seus acervos.

Palavras-Chave: Patrimônio histórico; Governo Vargas; Heróis nacionais.

Introdução

Iniciamos o artigo pelo golpe ocorrido em novembro de 1935 com o objetivo de derrubar o presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista no Brasil, que ficou conhecido como Intentona Comunista¹. Tal evento pode ser considerado um marco que desencadeou, entre outras coisas: “um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças

¹ Esse movimento ficou conhecido como Intentona Comunista e foi posto em prática entre os dias 23 e 27 de novembro, por integrantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O governo, que já vinha reprimindo as atividades dessa organização de esquerda, decretou o seu fechamento em 11 de julho de 1935.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Armadas” (CASTRO, 2002: 49); o fortalecimento da figura de Vargas; o aprofundamento de uma propaganda nacionalista e cívica; e o recrudescimento do regime.

Apesar de ter sido uma revolta frustrada, aquele movimento demonstrou que o “perigo comunista”, que há pouco tempo parecia distante, mostrou-se o mais próximo possível. Além disso, o episódio da chamada Intentona Comunista deixou claro que havia comunistas no Brasil dispostos a chegar ao poder por meios revolucionários. Porém, para o governo, o que se mostrou ainda mais perigoso foi a descoberta da atuação de estrangeiros ligados ao *Komintern*, a Internacional Comunista, no movimento, o que fazia dos brasileiros participantes elementos “a serviço de Moscou” e, portanto, traidores da pátria (CASTRO, 2002: 50 e 51).

Qual a solução encontrada pelo governo para que episódios como esse não se repetissem? Havia duas formas de combater o comunismo e de restringir a atuação de seus seguidores. A primeira, imediata e fundamental, era o uso da força física, com repressão, o que ficou a cargo da polícia.² A segunda, de caráter preventivo e de longo prazo, estava assentada na ideia de que para que as pessoas não pensassem em trair a pátria era preciso que amassem a mesma. Para isso, o governo realizou medidas para fortalecer o sentimento cívico na população. O primeiro passo para que as pessoas passassem a amar o Brasil era conhecê-lo. E conhecer o Brasil em grande medida é conhecer o seu passado. Sendo assim, a partir principalmente de 1935 o governo Vargas acionou uma quantidade considerável de investimentos públicos em iniciativas culturais de valorização do passado, da cultura e da história do Brasil, buscando incentivar o amor à pátria e, assim, afastar as ideias socialistas advindas da União Soviética, eliminando sua influência na sociedade.

Tais iniciativas, elaboradas desde o Governo Provisório, passando pelo Governo Constitucional, vão ser intensificadas a partir do dia 10 de novembro de 1937. Na prática, o Congresso Nacional já havia aprovado uma série de medidas que aumentavam o poder do presidente, por conta da necessidade de punir todos os envolvidos no episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista, de novembro de 1935. Será justamente o “perigo vermelho” que vai servir de pretexto para a radicalização do regime político. Em fins de setembro de 1937, o serviço secreto do Exército noticiou a descoberta de um plano comunista para tomar o poder, chamado de Plano Cohen, que, na verdade, era uma farsa. Aproveitando-se da instabilidade, Vargas, que há muito orquestrava o golpe, no dia 10 de novembro de 1937, instaura

² Ver: FERREIRA, Jorge. “Estado e repressão política no primeiro governo Vargas”. In: *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 91-122.

o Estado Novo. Fecha o Congresso, extingue os partidos políticos e suspende a Constituição em vigor, outorgando uma nova Carta, de caráter autoritário.

No período de dez anos, de 1935 até o final do Estado Novo, 1945, coube principalmente ao Ministério da Educação e Saúde e ao representante dessa pasta, Gustavo Capanema, a elaboração de medidas de valorização do passado histórico brasileiro. O nosso foco, neste trabalho, está depositado em duas ações: a construção de heróis nacionais e a celebração de personagens históricos; e a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, visando à proteção do patrimônio histórico e artístico do país. A ideia de tal iniciativa partiu do escritor, poeta e modernista Mário de Andrade e foi abraçada com entusiasmo por Gustavo Capanema.

A valorização de “grandes homens” aparecia enquanto um elemento essencial ao governo Vargas. Os heróis nacionais foram fundamentais para o plano do governo de elaboração de uma identidade nacional e para sustentar um regime político que alcançou o poder com o uso da força, necessitando, portanto, de símbolos a lhe conferir legitimidade. Tanto interesse dispensado à valorização dos vultos históricos pode ser justificado por conta de dois fatores, principalmente. Por um lado, porque os heróis são sempre bons exemplos para a transmissão de valores que se quer fixados na população, sendo, nesse caso, fundamentais para o projeto do regime de composição do “homem novo”. Por outro, pela contribuição que acabaram tendo na legitimação dos próprios integrantes do governo, que se valendo de estátuas, salas de museus, concursos biográficos escolares, fotos, livros, cartilhas, moedas e cédulas, apresentavam-se como uma continuidade dos heróis nacionais. Dessa forma, o presidente da república e seus ministros, ao serem representados como possuidores das virtudes dos “grandes mortos do passado”, tornavam-se os “grandes vivos do presente”.

Dada essa importância dispensada aos “vultos nacionais”, procurei demonstrar ter havido uma íntima relação entre essas duas iniciativas elaboradas no período: o projeto de criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o projeto de construção de heróis nacionais. É claro que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atuou em um campo muito mais abrangente do que o de apenas contribuir para a valorização dos vultos históricos brasileiros, reformando, por exemplo, igrejas, capelas, chafarizes e pontes. No entanto, essa relação parece ter sido muito forte. Portanto, para finalizar o artigo, gostaríamos de, com alguns exemplos, demonstrar como por meio de determinadas políticas culturais o Ministério da

Educação e Saúde buscou associar a constituição de um patrimônio cultural brasileiro à valorização de vultos nacionais.

Faremos isso dando exemplos das seguintes ações elaboradas no período: institucionalização do tombamento de imóveis considerados de interesse histórico; criação de vários museus; e preservação e ampliação de peças e objetos para integrar os seus acervos.

A institucionalização do tombamento de imóveis considerados de interesse histórico

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) era o órgão encarregado de implementar políticas referentes à proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e de estabelecer as regras para se definir os bens a serem tombados. Uma lei que possibilita que o Estado defina quais são os imóveis identificados como de interesse artístico e histórico, sendo preservados em sua forma arquitetônica original.

Com o primeiro exemplo, nós queremos mostrar como havia uma clara relação entre os prédios escolhidos para serem tombados e a sua importância dentro de um culto aos “heróis nacionais”. Em 03 de setembro de 1943, o Exército brasileiro ofereceu de presente ao Itamaraty um busto do Duque de Caxias. A escultura ficaria exposta em uma das salas do Palácio do Itamaraty, que desde 1897 era ocupado pelo Ministério das Relações Exteriores. Tal edificação oitocentista, por ser considerada de grande valor histórico e artístico para a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que abrigara a sede da Presidência do governo republicano no período de 1889 a 1897, foi o oitavo prédio tombado no Brasil, em 1938.³

Por conta daquela gentileza, Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, pronunciou um discurso de agradecimento. Em sua fala está presente a defesa da importância do Palácio do Itamaraty que, devido a seu caráter histórico, possibilitava a todos que o visitavam “sentir” a presença dos heróis nacionais, bem como se emocionar com ela, uma vez que tinha sido palco da atuação de grandes figuras da história:

Meus Senhores,

É uma honra para esta Casa receber a figura de Caxias, doada pelo Exército e trazida pelos seus Chefes e, para nós, colocá-la em uma sala, que passará a ter o seu nome tutelar.

Ficará, assim, este busto no salão central deste tradicional Palácio, rodeado pelas salas dos dois Pedros, de Rui, Nabuco, Cabo Frio, Cotegipe, dos dois Rio

³ As informações sobre a história do Palácio do Itamaraty foram retiradas do site <http://www.portalconsular.mre.gov.br>. Acesso em: 9 de janeiro de 2011.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Branco, guardado pela bravura de Deodoro e pela inteireza de Floriano, ainda vivos entre essas paredes.

O Itamarati transforma-se, por essa maneira, em um verdadeiro Panteon, onde não são guardados os restos dos grandes mortos, mas, pela memória, pelo culto e pela consagração, a vida mesma daqueles que se fizeram redivivos.⁴

Pensamento semelhante ao de Oswaldo Aranha foi empregado por Cristiano Machado, secretário de Educação de Minas Gerais, em discurso pronunciado no dia 15 de julho de 1938. Nesse caso, destacou-se a importância da preservação não de um único prédio como o Itamaraty, mas de se abranger toda uma cidade. Ele elogiou a iniciativa de Vargas que, por meio do Decreto nº. 22.928, de 12 de julho de 1933, tornava Ouro Preto monumento nacional, uma vez que a cidade representava a “matriz fecundíssima da nacionalidade”, capaz de tornar todos que a visitam suscetíveis a “sentir” a “presença” dos vultos históricos:

É que, em qualquer de seus ângulos de visada, a gente se transporta para o quadro amplo da história nacional. Quem quer que caminhe pelas suas ruas e ladeiras e escarpas, ou penetre em seus casarões de estilo colonial, ou assome aos cumes de suas encostas, estará a ouvir o eco de tropéus longínquos, a confiança de uma conjura criadora, ou o grito de revolta contra o despotismo asfixiador de além mar. Quem quer que visite os seus templos exibindo uma grandeza que não se apaga, na escultura majestosa de seus altares, nas figuras admiráveis [...] e na riqueza de seus ornamentos, haverá de sentir, ainda que a ignore, a floração estupenda de um grande período histórico.⁵

A criação de museus

Durante o primeiro governo Vargas foram criados vários museus nacionais, guardiões da memória, como o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu da Inconfidência e o Museu Nacional de Belas-Artes. O Museu Imperial ficou localizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, na antiga residência de D. Pedro II. Ele foi criado pelo presidente Getúlio Vargas, em 29 de março de 1940, por meio do Decreto-Lei nº. 2.096, e aberto à visitação pública em 16 de março de 1943, por ocasião do centenário de fundação daquela cidade. O Museu Imperial passou a ter como função preservar, recolher, ordenar e expor os objetos de valor histórico ou artístico referentes aos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II.

O Museu da Inconfidência, localizado em Ouro Preto, foi criado principalmente para abrigar os restos mortais dos inconfidentes que haviam sido repatriados, por iniciativa do

⁴ Arquivo Oswaldo Aranha, OA pi Aranha, O. 1943.09.03, microfilme rolo 20 fot. 0889. FGV/CPDOC.

⁵ Arquivo Cristiano Machado, CM pi Machado, C. 1936/1945.00.00/2. P. 2. FGV/CPDOC.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

governo Vargas, em 1936. Os despojos chegaram primeiro ao Rio de Janeiro e em 15 de julho de 1938 foram depositados na Igreja Matriz de Antonio Dias, em Ouro Preto. Os restos mortais permaneceram naquela igreja até o dia 21 de abril de 1942, quando enfim foi inaugurado o Museu da Inconfidência⁶ e nele instalado o panteão dos inconfidentes. No local havia 14 lápides funerárias, sendo 13 ocupadas pelas ossadas trazidas da África e uma, mantida vazia, para representar os integrantes do movimento cujos corpos não foram encontrados.

Já o Museu Histórico Nacional foi “esquecido” pelo governo federal no período anterior à Revolução de 1930. Foi no governo Vargas que se passou a dar atenção maior àquela instituição, principalmente durante o Estado Novo, quando transformações importantes nela foram realizadas: alteração na organização do acervo; novas instalações; ampliação do espaço físico existente; e aquisição significativa de novos objetos para a sua coleção permanente, muitos deles fruto de iniciativas pessoais do próprio presidente Vargas.

A preservação e a ampliação de peças e objetos para integrar os acervos dos museus

Por fim, queremos demonstrar a preocupação do governo em incluir em nosso patrimônio histórico as peças e os objetos que pertenceram a vultos nacionais brasileiros. No que se refere à preservação dos objetos pessoais desses grandes vultos, tratados como autênticas relíquias, um esforço muito grande foi empregado na difícil tarefa de reunir peças de valor, espalhadas pelo país ou encontradas fora dele. Em relação a tais objetos simbólicos, havia um comprometimento de que os que estivessem perdidos fossem achados; os que se encontrassem localizados no exterior, regressassem ao Brasil; e os que estivessem sob posse privada, fossem adquiridos pelo Estado. Portanto, eles passaram a ter uma função sociocultural importante, não sendo admissível que permanecessem distantes do olhar dos brasileiros, esquecidos em prateleiras ou acondicionados em caixas empoeiradas. Afinal, sua perda ou o descaso para com eles era um obstáculo à operação de representação de seus antigos donos. Portanto, todo o material que se conseguiu reunir foi distribuído entre museus e instituições públicas, onde devia ganhar maior visibilidade.

Nesse processo, o Ministério da Guerra, em agosto de 1941, recebeu, trazida de Portugal pela embaixada presidida por Júlio Dantas, a espada de D. Pedro I que teria sido utilizada no

⁶ O Museu da Inconfidência está situado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, localizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

famoso episódio do grito do Ipiranga.⁷ Os museus, aí incluídos os recém-fundados Museu da Inconfidência e Museu Imperial, foram organizados de forma a manter disponível ao público, em suas exposições permanentes, todos os objetos presentes em seus acervos que pertencessem a algum dos vultos nacionais. O Museu Imperial, por exemplo, passou a expor, em posição de destaque, a principal peça do seu acervo, a coroa que pertenceu a D. Pedro II e que depois de proclamada a República havia sido guardada no Tesouro Nacional, no qual permaneceu até a inauguração do novo museu, quando então foi transferida e exposta à nação.

Em 1940, Portugal celebrou as Comemorações Centenárias do seu país. Para tal, convidou o governo Vargas para que os brasileiros fizessem parte das celebrações. Entre as contribuições do Brasil, estava a organização da Exposição intitulada “Brasil colonial”, que foi realizada com o acervo do Museu Histórico Nacional, sob a coordenação do diretor dessa instituição: Gustavo Barroso. É interessante atentar para o inventário dos objetos que foram utilizados naquela exposição. Ele nos permite identificar as peças que se encontravam no acervo do Museu Histórico Nacional em 1940, entre as quais destacamos: caixinha com o cabelo de D. Pedro I, espada de uso de D. Pedro II, caneta de ouro utilizada pela Princesa Isabel para assinar a Lei Áurea e a espada com que Deodoro da Fonseca proclamou a República (NASCIMENTO, 2008: 207).

Com tudo o que foi exposto anteriormente, nós demonstramos ter havido uma íntima relação entre essas duas iniciativas elaboradas no período: o projeto de criação e de conservação de um patrimônio histórico brasileiro e o projeto de construção de heróis nacionais.

Fontes

Arquivos

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea – CPDOC

- Arquivo Cristiano Machado
- Arquivo Oswaldo Aranha

Site

- <http://www.portalconsular.mre.gov.br>. Acesso em: 9 de janeiro de 2011.

Referências bibliográficas

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁷ Arquivo Oswaldo Aranha, OA tt silva, V. B. da 1941.08.29, microfilme rolo 25 fot. 25. FGV/CPDOC.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. *O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940*. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2008. 280 p.

O conselho deliberativo do patrimônio cultural e os primeiros anos da política de patrimônio municipal (1984-1996)

Maria Letícia Silva Ticle
Graduada - UFMG
leticiaticle@gmail.com

RESUMO: A sistematização de uma política de preservação do patrimônio cultural de Belo Horizonte está relacionada a acontecimentos da própria cidade e segue também uma tendência nacional, que vem sendo repensada e reorganizada desde a década de 1980. A demolição do Cine Metrôpole, em 1983, e a movimentação popular acerca do fato podem ser interpretadas como ponto de partida para um maior interesse social em resguardar uma memória da cidade. No ano seguinte, através da Lei Municipal N°3802 de 6 de Julho de 1984, foi criado o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. O CDPC-BH sofreu algumas mudanças em 1989 e somente em 1992, no início do mandato do prefeito Patrus Ananias, pode-se perceber seu funcionamento efetivo. Este artigo pretende analisar a trajetória do CDPC-BH como instrumento efetivo da política de patrimônio municipal entre os anos de 1984 e 1996, fim do mandato de Patrus Ananias, durante o qual o órgão funcionou de maneira expressiva. Uma das principais referências do Conselho para nortear suas ações de preservação, o tombamento como a mais utilizada, baseia-se na polarização da cidade em Conjuntos Urbanos e Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs). Em que medida essa divisão reafirma uma oficialidade do patrimônio cultural? Como os diferentes segmentos da população encararam as propostas de tombamento do CDPC-BH e reivindicaram a proteção do que consideram seu patrimônio cultural de fato? Produzido por meio, principalmente, de balanço bibliográfico pertinente ao tema, este trabalho consiste em pesquisa de Bacharelado em História/UFMG, em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte, Patrimônio Cultural, Política de Preservação

Introdução

Esta apresentação diz respeito ao início da pesquisa para escrita de minha monografia, trabalho a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História. O tema escolhido para ser tratado foi o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte e seus primeiros anos de trabalho efetivo, desde sua criação em 1984 até o ano de 1996.

A maneira pela qual cheguei a esta definição remonta ao princípio do curso, momento no qual me interessei pelo Patrimônio Histórico e Cultural. Não empreendi pesquisa acadêmica na área durante os anos da Licenciatura, tendo focado em estágios e produções técnicas. Sentia certa dificuldade em definir um objeto de pesquisa para concentrar esforços e escrever um projeto, mas a ideia de continuar os estudos e aprofundar meus conhecimentos nunca ficou esquecida. A

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

temática do Patrimônio é ampla e nos proporciona inúmeras possibilidades, como a maioria das temáticas que se apresentam a nós, historiadores. No entanto, eu nunca quis me afastar muito da contemporaneidade e das especificidades da história Belo Horizonte.

Penso que a pesquisa acadêmica histórica deve servir de aporte para projetos aplicáveis e úteis para a sociedade. Minha compreensão vai além: acredito que passa pelo papel do historiador contribuir para viabilizar melhorias e crescimento em sua própria comunidade, buscando temas afins com o lugar em que vive e atua. Após diversas leituras sobre o Patrimônio no Brasil e no mundo e sobre conceitos e práticas a ele relacionados, defini que iria desenvolver um trabalho sobre a política de preservação do patrimônio em Belo Horizonte. Ou melhor, eu e minha orientadora, professora Miriam Hermeto, chegamos até esse ponto. Todas as nossas conversas, sua orientação e apoio foram essenciais para que eu não desistisse nos momentos de total falta de imaginação e prática de pesquisa e escrita.

Definimos então, como proposta para este artigo, a parte da pesquisa referente à revisão bibliográfica. Como dito anteriormente, ainda estou dando os primeiros passos, não seria prudente explorar aqui itens que ainda estão em fase superficial. Portanto, apresentarei hipóteses que ainda serão confirmadas ou refutadas, e não conclusões assertivas acerca do tema.

Política de preservação em Belo Horizonte

Diversos autores⁸ apontam o ano de 1983 como definitivo para a mobilização em prol da preservação do patrimônio cultural em Belo Horizonte. Uma parcela da população, em desacordo com a medida de demolição do Cine Metrôpole, promoveu intensa movimentação social e demonstrou interesse em resguardar uma memória da cidade. A edificação, de localização central e símbolo do movimento *Art Déco* na arquitetura e nas artes, já havia passado por processo de tombamento provisório, o qual não foi respeitado. Esse episódio foi marcante para a comunidade leiga e para os profissionais do patrimônio, que perceberam a urgência da sistematização de uma política de preservação municipal.

Até então, não havia nenhum órgão ligado a Prefeitura que atuasse nesse sentido. O IEPHA-MG (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) complementava a

⁸ Alguns dos autores que realizam essa abordagem são BORBA, s/d, LOTT e JESUS, 2005 e MIRANDA, 2002, dentre outros.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

atuação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no estado, dando continuidade, principalmente, a proteção do patrimônio colonial, das chamadas cidades históricas. Além disso, um só equipamento público já não era mais suficiente para dar conta de todo um estado, ainda mais como Minas Gerais. Nosso estado abarca um grande número de municípios e também já concentrava uma imensidão de bens culturais protegidos e com necessitando de atenção do poder público.

A comoção gerada pela demolição do Cine MetrÓpole anunciava a necessidade de preservar não só o patrimônio monumental e colonial, mas o patrimônio urbano. Isso se deu em consonância com novos conceitos patrimoniais, constituído por valores e referências locais, formadores de identidade e símbolos da memória da própria cidade, da noção de cidadania e coletividade, diversidade cultural e interdisciplinaridade, do patrimônio intangível representado por práticas, saberes e manifestações.

Essa tendência na forma de lidar com o patrimônio já vinha sendo preconizada desde a década de 1970 em dimensão nacional (MAGNI 2012) (FONSECA, 2003), num resgate da proposta unificadora do anteprojeto de Mário de Andrade.⁹ O intelectual concebia o patrimônio nacional como sendo constituído por bens materiais e pelos costumes e tradições culturais, pelo intangível.

Teodoro Magni (MAGNI, 2012) destaca ainda outros eventos marcantes da história da capital mineira que foram essenciais para que o patrimônio entrasse na agenda do poder público municipal como prioridade. A demolição de parte dos jardins da Igreja São José em 1976; em 1974, a exploração da Serra do Curral, tombada pelo SPHAN em 1960; demolições clandestinas que aconteciam por toda a cidade, mas que nem sempre recebiam a devida atenção. O corpo discente da Escola de Arquitetura da UFMG e membros do Instituto dos Arquitetos do Brasil de Minas Gerais (IAB-MG) organizaram, em 1981, o *Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, debate aberto com a população sobre a questão patrimonial em Belo Horizonte. Durante o *Encontro*:

O executivo municipal não apenas reconhece a necessidade de preservação de uma praça de grande importância para a cidade, como informa oficialmente sobre a decisão de criação de *instrumentos fundamentais para desenvolver uma política*

⁹ Mario de Andrade foi o autor do ante-projeto que deu origem ao Decreto-lei Nº 25 de 30 de Novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No entanto, sua interpretação unificadora do patrimônio foi distorcida, levando a uma separação formal entre bens materiais e imateriais que perdura até hoje. Em termos operacionais, essa divisão é funcional, porém fragmenta e enfraquece o patrimônio de maneira geral.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

de patrimônio, como o Conselho de Patrimônio e a legislação municipal. Essa intenção foi anunciada em um dos discursos de abertura do seminário, proferido pelo então secretário de cultura Jorge Normam. (MAGNI, PG 72, grifo meu)

O Conselho

Em 1982, o mesmo grupo que esteve envolvido na movimentação do evento da Praça da Estação, se empenhava em criar uma lei municipal que organizasse o patrimônio e estabelecesse um Conselho. Mas somente através da Lei Municipal N°3802 de 6 de Julho de 1984 ¹⁰foi organizada a proteção do patrimônio cultural em Belo Horizonte, o que incluiu a criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural¹¹. Diferentemente de outros conselhos patrimoniais, a maioria deles de caráter consultivo¹², o CDPC-BH veio demonstrar a tendência que a população belorizontina desejava seguir em se tratando da salvaguarda de seu patrimônio – efetiva participação popular no reconhecimento do patrimônio como passo essencial para o exercício da cidadania. (RODRIGUES, s/d) Uma das hipóteses a ser averiguada no decorrer da pesquisa é se o caráter deliberativo deu liberdade de atuação ao Conselho e se houve efetiva participação da sociedade civil em suas ações.

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte¹³, o CDPC-BH:

(...) é responsável pela proteção do patrimônio cultural da cidade e é composto por representantes da sociedade civil organizada e de órgãos e instituições públicas. (...) reúne-se uma vez por mês para analisar e deliberar os processos de inventário, tombamento, registro imaterial, registro documental e propostas de intervenção nos conjuntos urbanos protegidos. Por meio do tombamento, o conselho também protege monumentos, obras, documentos, bens e conjuntos de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, documental e paisagístico. A partir de 2004, o conselho passou a deliberar também sobre os estudos para reconhecimento como patrimônio os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares tradicionais de Belo Horizonte. Todas as pautas, atas e deliberações do Conselho são publicadas no

¹⁰ Captado em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:KJJE8uDjs8ecJ:www.cmbh.mg.gov.br/images/stories/divcon/cultura/lei3802.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 20 abr. 2013.

¹¹ A lei só foi regulamentada pela Câmara Municipal em 1986, já que em 1984 o então prefeito Hélio Garcia vetou-a.

¹² O Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB propõe, ainda à época da primeira tentativa de se constituir um Conselho de Patrimônio, que um conselho deliberativo atuaria com mais força e autonomia do que um de caráter consultivo. Ver MAGNI, 2012, pg 76.

¹³ Captado em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=17422&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0& Acesso em: 11/04/13

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Diário Oficial do Município e podem ser acessadas pelo site www.pbh.gov.br/dom.

Inicialmente composto por nove membros – o secretário de cultura e turismo, o diretor do Departamento de Cultura, um representante do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, um representante da UFMG, dois representantes da Câmara Municipal, um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, um representante do Sphan e um representante do IEPHA – o Conselho passa a ter 15 representantes em 1986 – são acrescentados um representante da Universidade Católica de Minas Gerais, um do IAB-MG, um da Anhpuh-MG, três representantes do prefeito. Este número aumentou para 17 no ano 2000 – agora também fazem parte um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais e um da Secretaria Municipal de Atividades Urbanas¹⁴.

Como base bibliográfica para analisar os primeiros anos de funcionamento do CDPC-BH, a melhor referência encontrada até agora foi a dissertação de mestrado de Teodoro Magni. (MAGNI, 2012) O autor faz uma divisão da atuação do Conselho desde sua criação até os dias de hoje em quatro fases: **Imobilista fechada, Monumentalista, Participativa ampliada e Gestão e negociação**, sendo a terceira fase a mais relevante. O recorte temporal proposto em meu trabalho exclui a última, a qual não será discutida neste texto. Proponho uma divisão mais simples, compilando as três primeiras fases de Magni a apenas duas, as quais chamarei de Fase de Incubação e Pragmática Progressiva:

Mandato de Sérgio Ferrara (PMDB) – 1986 a 1988 Durante a primeira fase não é realizado nenhum tombamento ou qualquer outra medida de proteção ao patrimônio urbano municipal, tendo ficado o Conselho restrito a discussões conceituais, normalmente trazidas pelos únicos três conselheiros técnicos – Escola de Arquitetura, IPHAN e IEPHA. As primeiras reuniões, inclusive, aconteceram antes mesmo de sua formação oficial, com pessoas que seriam convidadas a compô-lo futuramente. A única ação efetiva acontecida nesta fase foi a elaboração e aprovação do regimento interno do CDPC-BH.

O tombamento ainda era visto como um problema, muito pelo fato de o poder executivo não demonstrar nenhum interesse pelo patrimônio e praticamente ignorar o papel do Conselho.

¹⁴ MAGNI, 2012, p. 92.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A fim de evitar o desgaste político advindo de conflitos entre interesses econômicos, mais especificamente imobiliários, a prefeitura adotou uma postura de ignorar as questões patrimoniais. Os conselheiros também não utilizavam de sua prerrogativa legal de deliberação quanto às estratégias de proteção, demonstrando a postura que Magni chama de imobilista.

Considero o título de Magni um pouco exagerado, já que discussões sobre educação patrimonial e abrangência dos interesses do patrimônio em diferentes instâncias – local nacional e estadual – já eram trazidas por alguns dos conselheiros. Apesar de não terem estruturado estratégias palpáveis, é importante ressaltar que sem uma base teórica e discussões bem fundamentadas, nenhum tipo de ação é bem aplicada. Instrumentos alternativos ao tombamento e tão ou mais importantes quanto ele já estavam na agenda do Conselho, como o registro e o inventário. Questões como a definição de critérios a serem adotados para o tombamento também foram trazidas neste momento, como a valorização do patrimônio para além de seu valor arquitetônico isolado – ambiência urbana e valor sentimental, por exemplo.

Mandato de Pimenta da Veiga (PSDB) até praticamente toda a gestão de Eduardo Azeredo (PSDB) – 1989 a 1992 Já com quinze membros, o novo Conselho toma posse e inicia um momento mais ativo – o projeto finalmente começa a se firmar como política pública de proteção ao patrimônio histórico e cultural de Belo Horizonte. O novo grupo demonstra preocupação com Belo Horizonte, segundo Flávio Carsalade¹⁵, e é composto por membros com perfil mais institucional e interdisciplinar.

Nas 25 reuniões realizadas nesse período, as propostas de tombamento partiam exclusivamente do próprio Conselho, muitas vezes em parceria com a Secretaria de Cultura. Isso sinaliza a manutenção da distância em relação à sociedade civil, que não apresenta demanda por proteção. O caráter monumentalista apontado por Magni diz respeito ao perfil dos bens tombados no período – monumentos, edificações de grande porte, conjuntos urbanos – o que foi essencial para chamar a atenção e gerar debate público junto à população da cidade sobre o patrimônio¹⁶. Para Ricardo Lana¹⁷, essa postura foi fundamental como afirmação de uma política municipal.

¹⁵ O arquiteto e professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais Flávio Carsalade concedeu entrevista a Teodoro Magni em junho de 2011.

¹⁶ É importante ressaltar que não houve tombamento de propriedades particulares no período.

¹⁷ O arquiteto Ricardo Lana concedeu entrevista a Teodoro Magni em junho de 2011.

CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A ideia por trás dos tombamentos dos conjuntos urbanos nessa fase é a de regularizar a proteção da Lei Orgânica do município, o que nem sempre garantiu a efetivação dos processos. Esse embasamento legal evitaria, em parte, questionamentos jurídicos a respeito do tombamento. No entanto, eles não seguiam os trâmites legais, tendo havido posterior revisão e deliberação seguindo a legislação. Muitos dos tombamentos também tiveram seus processos iniciados a partir da ameaça de demolição ou venda do imóvel em questão.

Havia uma solicitação por parte dos conselheiros para que uma estrutura de apoio fosse criada, a fim de serem estabelecidos parâmetros que subsidiassem as deliberações e decisões tomadas por eles. O receio por conflitos e questionamentos vindos da sociedade estava sempre presente, o que evidencia a falta de participação popular nas questões concernentes ao patrimônio na cidade. Em 1990 foi elaborado por uma comissão de conselheiros um documento contendo estratégias, conceitos, diretrizes, instrumentos que serviu de referência para as ações do Conselho durante certo tempo. A intenção era que *Patrimônio Cultural – carta de princípios* (BELO HORIZONTE, 1990) fosse integrada à legislação municipal (Plano Diretor e demais legislações urbanísticas), o que nunca chegou a acontecer.

A nova Lei de Uso e Ocupações do Solo estava sendo formulada e antes de sua aprovação houve uma onda de demolições. Preocupado, o Conselho elaborava tanto medidas compensatórias para aqueles que protegessem o patrimônio, quanto punitivas àqueles que o desrespeitassem e passassem por cima de suas deliberações. Também ficou estabelecida a proteção prévia a qualquer deliberação das edificações anteriores a 1940.

Ainda durante esta fase, a noção de patrimônio e preservação começa a se ampliar, de maneira controversa, sendo levados em consideração os diversos valores culturais que o patrimônio pode assumir, os bens de valor intangível, as ambiências da cidade. Na *Carta* havia a ideia de “criação de um *zoneamento cultural* (apoiada na materialidade da paisagem arquitetônica), conceito que se relaciona e se concretiza com a criação dos *conjuntos urbanos protegidos*¹⁸, ou ainda, das *áreas de diretrizes especiais* (ADEs).”

A terceira fase, intitulada por Magni de Participativa Ampliada, tem início em **fins do mandato de Eduardo Azeredo do PSDB e se estende por toda a gestão de Patrus Ananias, do PT (1992 a 1996)**. É neste momento que o Conselho ganha visibilidade, a

¹⁸ O primeiro conjunto urbano protegido foi denominado *Conjunto Urbanístico Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro*.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

população de Belo Horizonte, de maneira geral, não conhecia sua atuação anterior. A partir de então, há mais debates e participação popular, inclusive pelo caráter público das reuniões (43 reuniões nesta fase). Poucos anos depois, em 1999, Departamentos, Serviços e Assessorias de Patrimônio são institucionalizados no âmbito da administração municipal, sendo o início do que é hoje a Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura.

Durante a gestão de Patrus, o Conselho fomenta a participação popular, gerando o que o autor chama de ensaio participativo de setores politizados da sociedade. O conceito de patrimônio ampliado é colocado em prática com o tombamento do Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Vale do Jatobá (LOTT e JESUS, 2005). Patrus também lança o IPUC – Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte, que se torna prioridade da Secretaria Municipal de Cultura. O projeto, de estudos de caráter multidisciplinar de bairros pericentrais de BH, foi interrompido em 1994¹⁹.

Novos conjuntos urbanos foram protegidos na área central da cidade neste momento, cujas propostas de proteção nem mesmo priorizavam os tombamentos das edificações, ainda na política de evitar conflitos com os proprietários. Para que isso acontecesse foi feita uma análise mais abrangente do espaço, extrapolando as características arquitetônicas das edificações e buscando perceber uma ambiência urbana. Foram utilizadas categorias antropológicas como mancha, pedaço e trajeto (MAGNANI, 2000). Mas é questionável se a proteção desses conjuntos segue a noção ampla de patrimônio ou se na verdade confirma uma postura de valorização do patrimônio edificado, chamado de “pedra e cal”, observada no Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, já que no fim das contas, a forma de proteção definitiva para os conjuntos foi o tombamento²⁰. O apoio da imprensa foi essencial no processo de legitimação de uma política municipal de patrimônio.

Esta foi uma fase marcante e 1994 um ano chave, pois apesar de todas as impugnações e dificuldades, a proteção dos conjuntos urbanos fez com que o patrimônio cultural figurasse realmente no cenário municipal, tendo que ser levado em consideração pelos gestores urbanos. Não se pode negar que a conjuntura política de abertura à participação popular foi extremamente favorável.

¹⁹ MAGNI, 2012, p. 110 e 111.

²⁰ Houve uma querela na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte relativa à legislação que diz respeito ao patrimônio. Ver MAGNI, 2012, p. 112
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Havia conflitos internos quanto às noções de patrimônio dos Conselheiros, o que sempre será uma realidade. O que confirma que, ao fim dessa fase, é pontuada a necessidade de uma revisão da política de patrimônio cultural a partir de uma discussão conceitual – reestudo dos conjuntos urbanos, reelaboração do regimento interno, educação patrimonial e marketing, estudo integrador, que envolva os museus, arquivos e outras instituições ligadas a então Secretaria Municipal de Cultura.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Michele. *A Diversidade Cultural na cidade contemporânea; o reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como patrimônio cultural*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2012.

BORBA, Denísia Martins. *Cidade: Lugar de trânsito de memória*. In: RODRIGUES, Bernadete Bittencourt. Projeto Corredor Cultural Rua da Bahia; Educação Patrimonial e Memória Urbana. Belo Horizonte, s/d. Captado em:

<http://www.descubraminas.com.br/Upload/Biblioteca/0000103.pdf>

Acesso em: 12 abr. 2013

CARSALADE, Flávio de Lemos. *A ética das intervenções*. Palestra ministrada na Oficina do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Petrópolis. RJ. Dezembro de 2012. (Mimiog.)

CHUVA, Marcia R. R. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio*. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2 ed. 2003. p. 83-95.

JAYME, Juliana Gonzaga e NEVES, Magda de Almeida. Cidade e Espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605 – 617, Set./Dez. 2010.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

LOTT, Wanessa Pires; JESUS, Cláudio Roberto. As políticas preservacionistas da cidade de Belo Horizonte: A questão do tangível e intangível. In: ANPUH-XXIII Simpósio Nacional de História – *Anais*, Londrina, 2005.

MAGNANI, José Guilherme C. *Quando o campo é a cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole*. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lílian de Lucca (orgs.) *Na Metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000

MAGNI, Teodoro. *O direito do patrimônio em Belo Horizonte: A institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta*. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Gestão das Cidades, Belo Horizonte, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009*. (*Anais*; v.2, t.1). Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39.

MIRANDA, André de Souza. *A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*. 241 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Belo Horizonte, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (coord.) *O espetáculo da Rua*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996, 2ª edição.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. *Importância e responsabilidade dos conselhos municipais do patrimônio cultural*. In: *Mestres e Conselheiros: Manual dos agentes do patrimônio cultural*. MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAUJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. (orgs) Belo Horizonte: IEDS, 2009.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, v. 1, p. 153-172.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

TRABALHANDO OS DIFERENTES DISCURSOS DA HISTORIOGRAFIA EM UMA CLASSE DE 6ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cleyton Soares Santos
Graduando - UNASP
ctn_agape@hotmail.com

RESUMO: A presente atividade apresenta uma reflexão sobre a realidade do Ensino no Brasil e tem como objetivo explorar as diferentes interpretações históricas para um mesmo fato dentro da sala de aula, para uma classe de 6º ano, e apresentar uma metodologia diferente de exploração dos conceitos de História no ambiente escolar. Utilizando das seguintes problemáticas: “O que é História? E qual sua dificuldade na matéria de história?”; e a partir de uma autobiografia, escrita pelos alunos, apresentar-lhes a problemática “Minha história pode ser considerada como uma fonte para o estudo da história de minha cidade?”. Levando os alunos a compreenderem que a História trabalha com diferentes visões da historiografia para interpretação de um mesmo fato.

PALAVRAS-CHAVE: 6º ano fundamental; historiografias; metodologia.

Uma das realidades da educação no Brasil

Segundo apuração de Marcos Prates apresentada em gráfico no site Exame.com em setembro de 2012, a taxa de analfabetismo no Brasil diminuiu entre 2009 e 2011. No primeiro ano de análise os números firmavam 9,7% (por cento), enquanto que em 2011 o quadro apresentava a faixa de 8,6% (por cento), Uma queda de 1,1% (por cento). Em números concretos, 12,9 milhões de brasileiros se declararam impossíveis de ler ou escrever um texto. Entre estes, segundo Prates, 64% (por cento) tem mais de 50 anos e 96% (por cento) tem mais de 25 anos.

Prates ainda apresenta a porcentagem de analfabetos em cada região, e, segundo a apuração, é sobre o Nordeste que recai a maior porcentagem, de 16,9% (por cento), embora a região tenha liderado, em 2011, a queda no índice de analfabetismo, segundo a apuração apresentada. Entretanto, a despeito da queda do índice no país, o artigo lembra ainda outro número que assombra ainda mais, “mais de 30 milhões de brasileiros são analfabetos funcionais”. Segundo artigo de Fernando Rebouças apresentado pelo site da InfoEscola, “55,4% dos estudantes do ensino fundamental no Brasil, não sabem ler e interpretar bem um texto

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

corretamente”. Os dados foram retirados da “[...] 2º avaliação brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização, a Prova ABC, publicada no dia 25 de junho de 2013”, como referenda Rebouças.

Em setembro de 2007, Maria Tramontina, redatora, na época, da UOL Educação, apresentou uma pesquisa onde mostrou que “menos de 50% dos alunos de 15 a 17 anos estão [estavam] nos ensino médio no Brasil”, uma afirmação alarmante e, por demais, preocupante. A pesquisa foi baseada em órgãos como o Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Na época, os dados apresentavam uma queda de 29,1% (por cento) na taxa de analfabetismo no Brasil entre 1996 e 2006. Essa queda, como lembra a editora, não foi o suficiente para afastar o país do fundo do poço do ranking dos países com maior índice de alfabetização na América do Sul. Essa realidade não mudou muito, é o que revela os dados apresentados acima que mostram que ainda temos 12,9 milhões de contemporâneos que são vítimas de um mal que está longe de ser solucionado, haja vista as mazelas que nosso país enfrenta. Os dados foram baseados no Pnad do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, de 2011, tão recente quanto à necessidade de mudança.

A lentidão na transformação da área é tão grande que Nathalia Goulart, em artigo ao site da VEJA em setembro de 2010, chega a dizer que “No Brasil, erradicar o analfabetismo é tarefa da natureza, não da educação”, ao referir-se a taxa de redução deste problema do ano corrente ao ano anterior, 2009, de 0,3 pontos percentuais. Goulart apresenta uma citação de Claudio de Moura Castro, que na época mantinha o cargo de especialista em educação e colunista de VEJA na qual ele diz que “O analfabetismo brasileiro está concentrado na população mais velha, e parte dessa população morre a cada ano: por isso, a taxa diminui a pouco, lentamente, e a evolução vem mantendo o mesmo ritmo [...]”. O especialista questionou o programa de combate a erradicação do analfabetismo, e diz ainda que programas como o EJA (Educação para Jovens e Adultos) tiveram impacto muito pequeno nas estatísticas. Portanto, para Moura Castro, “[...] extinguir o analfabetismo será uma tarefa da natureza, a ser realizada por meio do óbito das parcelas mais velhas da população”. Goulart nos lembra de que o fato de estarem na escola, referindo-se as crianças, não garante a completa alfabetização, como mostrou o Pnad ao apresentar o índice de analfabetos funcionais no país.

Para além de nossas fronteiras, vale lembrar, também, do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. O órgão tem manutenção avaliada pela ONU, Organização das nações unidas, o IDH é um índice medido ano a ano com base em indicadores de renda, saúde e educação, e

tem variação em uma escala de 0 a 1, sendo que, enquanto mais próximo de 1 mais elevado é o IDH do país. Segundo artigo de Mariana Oliveira no site G1 Educação de março de 2013, o Brasil melhorou IDH, mas manteve a mesma posição no ranking mundial, de 85ª posição. Como explicou, isso ocorre porque outras nações também registraram progresso. Por outro lado, parece que o nosso país só cresce no ranking à custa das dificuldades de outros países, não pelo esforço consideravelmente necessário com investimento nas áreas.

Segundo Mariana Oliveira, o IDH divide os países em quatro categorias de índices: muito elevado, elevado, médio e baixo. Com o registro de 0,730 no IDH de 2012, o Brasil está incluído entre os países de desenvolvimento elevado. “O Brasil está atrás de quatro países da América do Sul, como Chile (40º lugar), Argentina (45º), Uruguai (51º) e Peru (77º). [...] fica na frente de Equador (89º) e Colômbia (91º)”, (OLIAVEIRA, 2013).

É possível perceber que a despeito de qualquer mudança o Brasil ainda precisa investir na educação do país e buscar melhorias nos atuais quadros expostos nas pesquisas acima. Do contrário, a taxa de analfabetismo funcional, entre outros índices, só tende a aumentar, pois, pelo que parece a preocupação continua sendo o aumento da força produtiva de mão de obra, em detrimento do desenvolvimento crítico dos pequenos alunos. Assim julga-se de importante iniciativa, por parte de nós professores, a busca por novos métodos de ensino que possibilitem o pleno desenvolvimento da criança, embora, acima de qualquer iniciativa, esteja a necessidade de melhoras no investimento em educação por parte de políticas públicas que favoreçam e colaborem com estas novas metodologias.

A realidade no ensino de História no Brasil

Segundo Selva Guimarães Fonseca (2003: p.154), em artigo intitulado *Didática e Prática de Ensino de História*, quando cita Ernesta Zamboni (1993), “[...] o objetivo fundamental da História, no ensino de primeiro grau [ensino fundamental], é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]”. Segundo Carlos Augusto Lima Ferreira (1999), a educação brasileira ainda mantém muito das características que lembram o ensino tradicional, no qual se acreditava que o professor, enquanto autoridade intelectual dentro da sala de aula mantinha todo o conhecimento necessário a ser repassado para o aluno, que se acreditava não possuir conhecimento além do oferecido pelo educador. Quando se propõe uma reflexão sobre as diferenças entre o modelo antigo e o modelo proposto atualmente, recorda-se do termo *tabula rasa*, comumente utilizado para definir a condição do aluno dentro da sala de aula. Pensamento que remete as reflexões de John Locke.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Analisando a realidade do ensino de História no final do século XX, Ferreira afirma que,

O ensino de História ainda é predominantemente factual, trabalhando com as tendências narrativas e positivistas, tornando-se, dessa forma, para os alunos um ensino desinteressante, confuso, anacrônico, burocratizado e repetitivo. [...] Desta forma, o conhecimento recebido na Universidade por futuros professores de História é repassado como pronto e acabado aos alunos do ensino secundário, negando-se a estas atitudes questionadoras, colocando-os passivos diante dos conteúdos transmitidos. (FERREIRA, 1999: p. 02).

Segundo Ronilson Rosa Ribeiro, em artigo intitulado *Do Professor Real ao Professor Ideal ou Vice-Versa: A Representação do Professor de História no Discurso Historiográfico*, a despeito de qualquer transformação ocorrida nas propostas curriculares do Ensino de História, o autor, ao citar Luiz Carlos Villalta, afirmar haver um distanciamento longo entre o modelo de professor de História idealizado por estas propostas e o professor real, que precisa lidar de frente, todos os dias, com a realidade de ter seu ofício transformado na vergonha do subemprego.

Para Luiz Carlos Villalta, o professor ideal tem se tornado cada vez mais uma 'miragem' em um imenso 'deserto' em que se enquadra o ensino brasileiro. A longa distância entre o professor ideal e o real percebe-se, de maneira tímida, quando se estuda as falas dos professores de História entrevistados e questionados sobre a qualidade de sua formação e as suas *reais* condições de trabalho. (RIBEIRO, 2002: 112).

Sugestões de atividades com alunos

Há que se considerar que é preciso reconhecer o estudante como um agente ativo no processo de ensino/aprendizado, uma realidade mais favorável à sua necessidade de conhecer o mundo, tanto intrapessoal quanto extrapessoal. É preciso desconsiderar o abuso extravagante dos agentes de ensino que desconsideram a dialética entre educador e educando, que não admitem ser de suma importância para a educação, que supervalorizam a postura do professor como superior em conhecimento aos alunos. Tal atitude é por consequência o reflexo de sistema antigo e tradicional que por resultados de várias discussões está sendo transformado.

Segundo Ubiranta Rocha (2009) aluno não é uma *tabula rasa*, não é ausente de capacidade interpretativa, não está a mercê das exposições dos mestres como se pronto a aceitar toda

informação como verdade. A criança adquire conhecimentos que a possibilita interpretar ações do seu cotidiano mesmo sem ter entrado em contato com o conhecimento escolar. Eis a declaração de Ubiratan Rocha: “O aluno não é, assim, uma tabula rasa, onde se pode imprimir conhecimentos. O professor deve, pois, considerar todo um acúmulo pretérito, sobretudo a forma como a informação veio sendo trabalhada pelo aluno”, (ROCHA, 2009: p.66).

Diante destas considerações é possível responder uma questão levantada durante o desenvolvimento deste trabalho: “Será que alunos de 6º ano são capazes de fazer uma interpretação de uma fotografia antiga?”. No que julga a capacidade infantil comparada a capacidade de um historiador já calejado pelos estudos, pode-se dizer que uma criança não fará uma interpretação de uma fotografia antiga com as mesmas capacidades de um profissional de História, mas considerará, ao ver uma fotografia do cangaceiro lampião, que pelos trajes e pela estrutura da imagem é uma fotografia antiga e pode chegar a julgar entre o modo de trajar antigo e a sua moda contemporânea. “A partir da 3º serie (atual 4º ano) [...]”, afirma Katia Maria Abud (2010) ao propor atividades de comparação de imagem, o que pode responder a pergunta anterior, e explica, “Nessa faixa etária os alunos são capazes de realizar exercícios comparativos de forma mais satisfatória”, (ABUD, 2010: p.153).

A criança pode não exercer tal atividade com a mesma habilidade de interpretação semiótica de seu professor de História, mas, considerando seu conhecimento pretérito pode julgar sua posição diante da imagem interpretada. Assim, a primeira proposta deste trabalho, Explorar Diferentes Visões da Historiografia Para Uma Classe De 6º Ano Fundamental, parte da iniciativa de apresentar uma fotografia antiga relacionada à própria cidade para os alunos e pedir que descrevam a fotografia de forma simples. Em seguida, após a descrição feita pelos alunos escrita em caderno, pedir que falem em voz alta, como em um debate, o que veem na imagem, e o que julgam ser. Um por um os alunos devem descrever suas interpretações. Após as apresentações o professor levaria os alunos a um debate contrapondo as diferentes descrições, explicando que, embora cada um mantenha sua própria descrição, ainda assim cada uma das descrições pode ser considerada importante para interpretar a imagem. Neste momento o professor faz a ligação da explicação anterior com as diferentes possibilidades de se interpretar acontecimentos históricos, lembrando que a História lhes apresentada no livro não é única, mas serve de base para explanação da aula. É preciso lembra também que, assim como a interpretação feita pelos alunos em sala, as interpretações históricas também são subjetivas e por isso não podem ser consideradas únicas, já que toda interpretação do passado é consideração do próprio

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

presente sobre o que teria acontecido de fato, não a descrição do fato em si. Lembra Leandro Karnal (2010) que

Existe o passado. Porém, quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado é um homem do presente. Assim, uma vez produzido, todo texto histórico tornar-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado. (KARNAL, 2010: p.7).

Passo a passo da atividade:

Obs.: é importante lembrar que atividades como esta podem requerer um bom número de aulas para trabalhar os diferentes momentos da proposta.

1º momento: neste momento o professor precisa ter apresentado em aulas anteriores a atividade de interpretação, mesmo de forma simples, que a História pode trabalhar com diferentes ângulos para a abordagem de um mesmo acontecido através de problemáticas que levem o aluno à reflexão: Será que foi isto mesmo que aconteceu? Será que aconteceu diferente? Porque esta história é contada nos livros, não poderia ser a história da vida de fulano? Será que a História só é isso?

2º momento: Apresentação da fotografia, de preferência uma fotografia antiga de sua cidade. Após ter levado os alunos a reflexão, o professor pode apresentar a fotografia pedindo-lhes que descrevam o que imaginam ser apresentado na imagem. Após a análise da imagem, o professor precisa levar os alunos a exporem suas descrições. Este momento serve tanto para ensinar sobre a multiplicidade de interpretações na História quanto ensinar-lhes a importância de somar as interpretações, sendo que um aluno pode ter visto algo que o outro não viu, e vice versa, aumentando os detalhes da descrição. Portanto, após as apresentações o professor pode lançar lhes uma problemática: se todos estão vendo a mesma imagem, porque alguns podem ter descrições diferentes? Com esta problemática o professor pode levá-los ao debate esclarecendo que cada uma das descrições pode ser considerada possível.

3º momento: ligação da explicação anterior com a explicação de que a História também trabalha levando em consideração múltiplas formas de interpretação de um fato.

A segunda proposta “Minha história pode ser considerada como uma fonte para o estudo da história de minha cidade?” parte da iniciativa de apresenta uma atividade aos alunos que lhes
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

proponha pesquisar sua autobiografia, uma tentativa de levá-lo a conhecer um pouco de sua própria História e levá-los ao autoconhecimento como agente histórico. Segundo Jaime Pinsky,

Cabe ao professor, [...], aproximar o aluno dos personagens concretos da História, sem idealização, mostrando que gente como a gente vem fazendo História. Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”... (PINSKY; PINSKY, 2010: p.28)

Pois, pelo que é observado, o ensino de História no Brasil tem falhado em levar os alunos a um reconhecimento como atuante no processo histórico, durante muito tempo preocupou-se mais em produzir agentes mecânicos. “O conhecimento histórico, por si próprio, carrega profundo potencial transformador, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto de circunstâncias acaloradas”, (PINSKY, 2010: p.28).

Passo a passo da atividade:

1º momento: neste momento o professor precisa ter apresentado em aulas anteriores a atividade de interpretação, mesmo de forma simples, que a História pode trabalhar com diferentes ângulos para a abordagem de um mesmo acontecido através de problemáticas que levem o aluno à reflexão: Será que foi isto mesmo que aconteceu? Será que aconteceu diferente? Porque esta história é contada nos livros, não poderia ser a história da vida de fulano? Será que a História só é isso?

2º momento: pesquisa autobiográfica pelos alunos. Entrevista com os mais velhos da família, recortes de revista, visita a álbuns de fotos etc. o acúmulo de material aproxima o aluno do trabalho do historiador.

3º momento: compartilhamento dos materiais recolhidos na pesquisa individual com outros colegas em sala de aula. Dialética de informações, soma de trabalhos. O professor pode propor a atividade de elaboração da história pesquisada em grupos, levando-os ao compartilhamento de materiais. Montagem das histórias pesquisadas.

4º momento: apresentação final dos trabalhos. O professor pode pedir aos alunos a construção de cartazes contando a história pesquisada, ou pode pedir-lhes a elaboração de um pequeno vídeo, fica a critério do docente e dos alunos. Esta parte é importante, pois, como afirma Abud (2010), é preciso que eles, os alunos, concluam a atividade e sintam a satisfação de concluírem o trabalho por meio de uma apresentação a outros.

Conclusão

Assim diante das dificuldades apresentadas nas pesquisas acima, ao relatar o quadro do analfabetismo no Brasil, e a realidade enfrentada pelos docentes do ensino de História, é preciso pensar e repensar novos métodos de aplicação do conhecimento que realmente favoreça os educandos, e, como foco presente neste trabalho, pensar também metodologias de abordagem do ensino de História que possibilitem ao aluno o privilégio de se reconhecer como agente histórico, aquele que pode aparecer na história, embora não esteja tão próximo das realidades políticas e econômicas geralmente apresentadas pelos livros didáticos. Portanto, este trabalho pretendeu a exploração e favorecimento da História Cultural em sala de aula, como um instrumento transformador e humanizador.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia M.; SILVA, André C. de; ALVES, Ronaldo C. Espaços da História: ensino de museus. In. _____. **Ensino de História**. CARVALHO, Anna M. P. de (Coord.). São Paulo: Cengage Learning, 2010: p.125-146.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Ensino De História e a Incorporação das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: Uma Reflexão**. Revista de História Regional 4(2): 139-157, Inverno 1999.

INFOESCOLA. **Analfabetismo funcional no ensino fundamental**. disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/analfabetismo-funcional-no-ensino-fundamental/>. Acesso em 09 de ago de 2013.

EXAME.COM. **Como o analfabetismo se distribui pelo Brasil**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/como-o-analfabetismo-se-distribui-pelo-brasil>. Acesso em 09 de ago de 2013.

G1 BRASIL. **Brasil melhora IDH, mas mantém 85ª posição no ranking mundial**. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/brasil-melhora-idh-mas-mantem-85-posicao-no-ranking-mundial.html>. Acesso em 09 de ago 2013.

G1 EDUCAÇÃO. **Brasil tem a menor média de anos de estudos da América do Sul, diz Pnud**. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/brasil-tem-menor-media-de-anos-de-estudos-da-america-do-sul-diz-pnud.html>. Acesso em 09 de ago de 2013.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- KARNAL, Leandro. Introdução. In._____. **História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas**. São Paulo: Contexto, 2010: p.7-14.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História Prazerosa e Consequente. In._____. **História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas**. São Paulo: Contexto, 2010: p.17-36.
- RIBEIRO, Ronilson Rosa. **Do Professor Real Ao Professor Ideal Ou Vice-Versa: A Representação Do Professor De História No Discurso Historiográfico**. História &. Emino, Londrina, v. 8, p. 99-120, out. 2002.
- RUIZ, Rafael. Novas Formas de Abordar o Ensino de História. In._____. **História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas**. São Paulo: Contexto, 2010: p.75-94.
- TERUYA, Teresa K.; GOMES; Iara de O.; LUZ, Márcia G. E. da.; et al. **As Contribuições de John Locke no Pensamento Educacional Contemporâneo**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/BDxADftT.pdf. Acesso em 13 de maio de 2013.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Social da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995: p.59.
- ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In._____. **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2009, p.51-72.
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia Dialética: de Aristóteles a Paulo Freire**. São Paulo: Editora Brasiliense: 1983.

Permeando memórias: os festejos de 16 de julho em Borda da Mata, sul de Minas Gerais.

Cleyton Antônio da Costa;
Mestrando - PUC-SP

Agência Financiadora: Capes Integral Prosup
cleytoncac@yahoo.com.br

RESUMO: Este estudo teve como proposta analisar as festas de Nossa Senhora do Carmo e do Aniversário Político Administrativo da cidade de Borda da Mata, localizada no Sul do Estado de Minas Gerais. Notando que estas festividades foram se transformado, (re)criado, ressignificado diante de todas as interferências de interesses e necessidades que se agenciaram e possibilitaram a continuação da festa. Por meio da prática da História Oral, que foi realizado este trabalho, buscando conhecer e evidenciar experiências e memórias de homens e mulheres que vivenciaram e vivenciam os festejos de 16 de Julho na pequena cidade sul mineira.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, Festa, Memória

Este artigo se propõe a analisar as festas de Nossa Senhora do Carmo e do Aniversário Político Administrativo da cidade de Borda da Mata, localizada no Sul do Estado de Minas Gerais, Brasil, diante da dinâmica presente nos festejos e os olhares para elas. Notando que este evento foi transformado, (re)criado, ressignificado diante de todas as interferências de interesses e necessidades que se agenciaram e possibilitaram a continuação da festa. Ao estudar as festividades de 16 de Julho, nota-se que sua estrutura e dinâmicas perpassaram por algumas significativas mudanças. De um rito, exclusivamente, religioso, que visava e visa cultivar a padroeira do município à realização de shows em praça pública, organizados pela Prefeitura Municipal, desdobrando-se toda problemática que constitui a dualidade festiva do dia 16 de julho.

Metodologicamente, trabalhou-se com a prática da História Oral, por meio das diferentes memórias e experiências vivenciadas pelos sujeitos sociais entrevistados. Compreendemos que todo relato, apesar de ser individual, está dentro de um contexto social, apresenta vivências, experiências que foram vividas em comunidade, onde é notada a contribuição do sujeito social na história, pois este não é um elemento aquém desta, mas sim um construtor com sua participação.

O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos que nos relacionamos. (KESSEL, p. 03, 2013).

Assim, vemos as memórias festivas que, muitas vezes, podem ser convergentes e, em outros pontos, se distanciarem e/ou conflitarem. As lembranças decorrem da vivência comunitária, como os festejos de 16 de julho, no qual um contexto marcado por diferentes práticas culturais são evidenciadas.

Cria-se um universo que vai além do cotidiano, período aguardado pela população com expectativa. Devido a esta alteração, há nos ares da pequena cidade de Borda da Mata, como demonstra Guarinello:

[...] uma festa é uma produção social que pode gerar vários produtos, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativos. O mais crucial e mais geral desses produtos é, precisamente, a produção de uma determinada identidade entre os participantes, ou, antes, a concretização efetivamente sensorial de uma determinada identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva como um afeto coletivo, como a junção dos afetos e expectativas individuais, como um ponto em comum que define a unidade dos participantes. A festa é, num sentido bem amplo, produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais (2001, p. 972).

Constitui-se como um momento significativo para os participantes dos festejos em Borda da Mata, em que compartilham afetos e expectativas engendrando vivências e memórias. Aqui, compreendemos a festa como um espaço que propicia a produção de olhares divergentes e/ou convergentes.

O universo festivo que se elabora e reafirma possibilita a discussão da identidade que o festejo proporciona aos borda-matenses. A fala do dentista, advogado, Adolfo Cabral Junior, de 58 anos, aponta:

Então eu acho a festa hoje, ela é assim, também ela ficou totalmente despersonalização porque ela não é coisa mais da cidade, entendeu? Primeiro a gente perdeu... tava comentando aquela história da personalização da cidade, hoje a gente tá reproduzindo uma coisa que é de fora, por exemplo, chega alguém aí e toca um axé. O que a gente tem haver com axé, em termos culturais?²¹

De um espaço marcado pela sociabilidade religiosa e familiar, estrutura-se para um contexto que apresenta elementos oriundos de outras localidades, que se mesclam e como diz o narrador despersonaliza a festa. A identidade deste momento esperado pela comunidade tinha sua base em encontros familiares nas quermesses, rituais religiosos nos finais de semanas, algo regido por um convívio estreito, em que todos se conhecem.

Ao abordar uma (des)personalização, Adolfo implica ao festejo um molde cristalizado, em que não ocorrem alterações. Firma-se de tal maneira, que constrói uma instituição. Vemos este conceito como algo que tem seu funcionamento próprio, porém sua interação se modifica juntamente com a sociedade. Sustenta um perfil marcado pelo saudosismo e nostalgia, negando toda a alteração que ocorreu ao longo do tempo. Aqui é notória, a questão de perda daquilo que foi e não aceitação do que é atualmente. Sua fala é marcada pela postura de resistência em aceitar as mudanças que foram sendo realizadas no festejo no decorrer do tempo, desta forma, propiciando outros sentidos a este evento.

Quando a festa se constituía em âmbito familiar perpassava por uma dinâmica estabelecida, mediante a (re)significação da festa com uma outra vivacidade, a identidade pré-estabelecida no familiar agregou-se a outros elementos oriundos de outras localidades. Agora, não é mais algo somente restrito a amigos e aos familiares. Visitantes e turistas compõem o cenário festivo, com isto trazem outra bagagem cultural diferenciada, que se agrega ao evento proporcionando outras perspectivas diferentes das presentes na cidade de Borda da Mata.

Adolfo Cabral Junior discorre que, atualmente, a festa é um veículo para a reprodução de elementos que não pertencem ao contexto cultural local. Desta forma, a reestruturação da festa do aniversário político administrativo, que se juntou ao dia da festa da padroeira (16 de julho), contribui para a inserção de expressões culturais diversas, como o axé, o funk. Temos que compreender que

As hibridações [...] nos levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteiras. Todas as estas se desenvolvem em relação com outras artes: o

²¹ Senhor Adolfo Cabral Junior. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento (CANCLINI, 2003, p. 348).

A festa é um espaço dinâmico em que elementos locais são selecionados. Ela se faz por meio da sociabilidade de sujeitos sociais que vivenciam diferentes experiências no cotidiano, em que diversas influências se entrelaçam e moldam estas experiências. Desta maneira, todo processo cultural se faz por meio da negociação de elementos oriundos de outras localidades, que têm outros significados, mas que incorporam com esta expressão cultural que é a festa. E assim, evidenciado por meio das festividades estas influências que interagem e formam uma nova expressão cultural.

Em sua fala, continua argumentado que deveria valorizar “filhos da terra” que contribuíram em várias áreas e também organizar palestras, apresentação de danças regionais como folias de reis, congadas e oficinas que reflitam a história de Borda da Mata, pois “ai sim seria festa da cidade. Por exemplo, você tá manifestando aquilo que a cidade tem, isto é da cidade, por exemplo, não uma festa na cidade, é a festa da cidade [...]”²². Aqui aponta uma postura de evidenciar o que é “da cidade”. Manifestar uma festividade que reforce o reconhecimento dos elementos e práticas culturais da população. Adolfo reivindica um espaço promovido por estes elementos locais, pontuando com desta forma, como “festa da cidade”.

Imerso em um discurso que atenta aos aspectos culturais realizados no município de Borda da Mata, é necessário que produzam expressões que apresentem e reafirmem a cultura local, que é ligada a elementos do campo e religiosos. Pode-se afirmar, que a festa, atualmente, realiza uma incorporação destas manifestações citadas pelo narrador.

João Bertolaccini tem sua residência localizada na Praça Nossa Senhora do Carmo, do lado da igreja matriz, espaço em que se realiza a festa. Tendo, na época da festa a montagem do palco para os shows, as barracas dos comerciantes, como alimentos e vestuários. Diante deste cenário narra:

E a cada prefeito que entra é um modo. O Cobrinha, por exemplo, ele é exagerado. O Cobrinha punha o palanque, aqui, pegava a avenida

²² Senhor Adolfo Cabral Junior. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

inteirinha. Não sei o tamanho daquele palanque? Pra cantá duas ou três pessoas, ah? O som numa altura que balançava as todas vidraças da... então, agita. Cada vez que esta música funk. Ela agita o povo. É diferente das outras, ela agita a mocidade. Agita qualquer um, né? Muito pior é briga, é... qualquer coisa sai nela. Então, o que você vai fazer? A gente que tá vendo isto, tá tudo errado, não pode fazer nada. Você vai falar com o prefeito. O prefeito: ‘O povo gosta, né? Não sei o quê, não sei o quê?’²³

Neste relato, vemos que a Prefeitura Municipal, ao realizar a festa em praça pública, com a comemoração do aniversário político administrativo da cidade, organiza de formas variadas, e “cada prefeito que entra é um modo”. Bertolaccini questiona a estrutura física montada para a festa, como o palco para shows que fica ao fim da praça Nossa Senhora do Carmo, voltada para a praça Antônio Megale, pois residindo na área, se realiza o evento, é forçado a conviver com todos os ruídos provenientes de lá.

Ao descrever a respeito do tipo de música denominado funk, chega a caracterizá-la como “diferente das outras”. Não que ele não aceite a realização das festividades, mas não absorve tal tipo musical que é destinado, como ele mesmo dizer, para a “mocidade”.

Observamos, também, a atuação do poder público municipal empenhado em satisfazer o “povo”. Mas quem é este “povo”? E o povo que se consistiu como a massa, que é possível de ser manipulada nos períodos eleitorais? No olhar de Bôleme consiste que

“Povo” tem às vezes um lado obsoleto; ou é empregado quase que apenas no discurso oficial, presidencial [...] ou quando se estuda uma etnia particular. Falar do povo é convocar os homens a reunir-se e a posicionar (tomar posição), a mobilizar-se para e em nome da História (1988, p. 13).

Ao apropriar a categoria “povo” como algo obsoleto, Bolême compartilha a dificuldade em moldar em termos delimitados tal conceito. Porém, reforça a prática política marcada pela mobilização de “fazer acontecer” algo. No que se refere ao festejo, será que o povo de Borda da Mata não foi ouvido ainda sobre o que pensa acerca de como é realizado tal evento? Quando “o povo gosta” presume a busca de submissão coletiva em que se fecham os olhos acerca de outros

²³ Senhor João Bertolaccini. Em Borda da Mata, 24 de maio de 2011.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

problemas decorrentes pela administração pública que só enfoca as festividades como o único instante que a população deve ser extraordinariamente agradada?

Por meio da prática da História Oral aceitamos que:

como método dialógico legítimo de la producción de la fuente para y por las propias manos del historiador, debe ser comprendida como una posición política que desprecia, no la naturaleza de esa fuente oral em si como vestigio vacío de uma realidade passada, sino de sus contornos sociales amalgamados em su práctica (LAVERDI, 2011, p. 23).

É munido por este olhar que a oralidade possibilita uma postura diferenciada. Pelo fato que o pesquisador deve ir a campo e realizar um processo de levantamentos dos depoentes possíveis. Assim, ao trabalhar com esta metodologia, constatamos que existem diversos olhares acerca das festas, divergentes e/ou repetitivos, mas que desdobram em vários âmbitos que circundam a festa de Nossa Senhora do Carmo e do Aniversário Político Administrativo da cidade.

E partilhando com os estudos de Portelli, entendemos que a “História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos” (1997, p. 16).

Compreendemos que a festa não se limita, apenas a mera aglomeração de pessoas que gera socialibilidade, mas toda uma gama que perpassa por vários âmbitos que constroem diversas percepções para com o festejo. Culminando a festa, de modo análogo, há uma colcha de retalho, uma totalidade repleta de diferentes valores, gestos e dinâmicas.

O trabalho do historiador é debruçar sobre as fontes históricas e com elas produzir conhecimento acerca do objeto de estudo desejado. Uma das fontes que é utilizada nesta pesquisa é a imprensa jornalística. Na cidade de Borda da Mata, há dois jornais em circulação, atualmente, o jornal *Tribuna Popular* e o jornal *A Cidade*.



Imagem 01 – Nova estrutura da Festa.²⁴

Vemos na primeira página do Jornal Tribuna Popular, a matéria que destaca a nova estrutura da festa, que possibilitou, segundo a matéria, maior conforto aos frequentadores. Como um veículo de informações, que pode, facilmente, ser meio propagandista, o jornal constitui uma fonte que possibilita um olhar a mais para com o festejo, pois mostra a relação que há entre cidade e imprensa (CRUZ, 2000).

Bom, eu acho que deu uma melhorada, neste nível está bem melhor. Porque está mais limpo, a vigilância sanitária presta mais atenção, mais acho que antigamente era terrível, sabe? Você tinha a impressão que o pernil vinha da festa de lá, de Campinas, sabe? Era aquela coisa... agora não, tem barraca bonita.²⁵

Atenta aos cuidados exigidos pela vigilância sanitária, acerca da questão dos produtos alimentícios comercializados na festa, a narradora aponta que atualmente “deu uma melhorada”, o que se percebe é certa fiscalização pelos órgãos responsáveis pela festa no que se refere a este quesito.

²⁴ Jornal Tribuna Popular, Ano XV, nº 222, 29/07/2011.

²⁵ Senhora Cilene Maria de Oliveira. Em Borda da Mata, 12 de outubro de 2011.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Mediante a organização de uma estrutura específica algo que não havia sido realizado pela Prefeitura Municipal, procurou-se proporcionar um espaço para a organização de mesas e cadeiras, para que assim as pessoas possam consumir os produtos a venda, como macarronada, salgados, doces, entre outros. Por ser uma iniciativa inédita até então na festa, foi visto como diferencial, dando créditos positivos à atuação da prefeitura municipal por meio da Administração 2009/2012, sendo o Prefeito Edmundo Silva Júnior.

A narradora Cilene, de 44 anos, vendedora de calçados, reivindica:

Acho que fosse uma festa mais cultural, seria uma festa, além de Nossa Senhora do Carmo agradecia. Aí seria uma forma de... evangelizar, uma forma de ajudar melhor o conhecimento da população participa mais. Tem um dia com uma peça de teatro, um dia com cantor folclórico, um dia com... sabe pra pessoas terem conhecimento, aprende a conhecer a cultura e aprender uma vida melhor.²⁶

Seu olhar parte da afirmação de que a festa deve ter um sentido cultural e pedagógico, motivando a população a adquirir conhecimento e cultura, tendo como objetivo “aprender uma vida melhor”. Cilene aponta tal perspectiva devido ao grande gasto que é voltado para a realização de shows de artistas. E também elenca a festa da cidade como um momento de valorizar os seus artistas.

Então, que valorize as pessoas da cidade. Tem uma época que eu morava em São Paulo, eu vim pra cá e eu achei legal, né? Porque abriram o espaço pro da cidade cantá. Se você vai pagá quarenta, cinqüenta mil pra um cantor qualquer, pega o cinqüenta mil e divide pro grupo da cidade. É uma época pra ganhar um pouquinho de dinheiro pra ele cantá e aparece também.²⁷

Partindo do pressuposto de que possibilitando o espaço para a apresentação dos artistas locais estará valorizando-os, pois mediante apresentação haverá o pagamento e, assim, a população borda-matense conhecerá os talentos que residem lá.

E, ao partilhar suas evidências e reivindicações sobre a festa da cidade, temos ciência de que “a fonte oral é uma fonte viva, inacabada, e que, portanto, a história que se quer fazer é uma

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

história inacabada; o entrevistado relata e ao mesmo tempo cria sua história de vida através do tempo.”

Tecendo este trabalho de pesquisa apoiando se neste aporte teórico em que valorizamos os mais diversos olhares em torno do festejo, notamos quão ricas o são. Pois o (a) depoente com suas experiências e aspirações pincela um cenário que possibilita uma maior circulação e pertencimento. Cilene ao questionar acerca da possibilidade de espaço ao artista bordamatense, como já ocorreu, segundo ela, concretiza uma festividade que tem o objetivo de comemorar a santa padroeira e o aniversário da cidade com os habitantes desta localidade, pois são estes que colaboram na sua maneira na construção do município. E vendo um colega de trabalho e/ou vizinho no palco, local de maior evidência na festa, surge a percepção de que todos podem agir em várias áreas da cidade possibilitando assim, como a própria depoente afirma “uma festa mais cultural”.

Eu acho que... ela... esconde a cidade, porque quem entra não vê a cidade, não vê a praça, não vê nada, porque... o povo... eu acho que atrapalha um pouco sim. Atrapalha, ela consome a luz do município quase tudo que as vezes chega na igreja apaga a luz e não acende mais, então... a parte mundana, brigas, e... tem briga feia que já aconteceu na festa de Nossa Senhora do Carmo. Eu acho que até morte mesmo já teve. E eu acho assim que esta festa de fora é... não tem nada haver com a igreja, nada haver tanto é que já aconteceram coisas... horríveis aí durante a festa, né? Porque eles ficam aí quinze dias, né? Bebedeiras demais, muito mundanismo, né? Eu não gosto da festa de fora não.²⁸

Denominando a festa do Aniversario Político Administrativo do Município como “festa de fora”, Maria Ângela reveste a festa religiosa como um espaço sagrado, um local protegido do “mundanismo”. E por meio da estrutura física – como palco, parque, barracas – construídas para “esta de fora”, ela aponta que esta festa “esconde a cidade”. Com um olhar que restringe a cidade sendo, somente, o centro dela, verifica-se que, por meio das festividades a cidade anula ou altera seu cotidiano. Diante desta interpelação, que cidade é esta? Com um olhar repleto de evidência religiosa, Maria Ângela compõe sua fala de que a Igreja é escondida, devido ao fato como ela mesma partilha que “fica mais gente pra fora do que dentro da igreja”, pois a maior dinâmica ocorre na rua sem nenhum respaldo religioso.

²⁸ Senhora Maria Ângela Costa de Oliveira. Em Borda da Mata, 29 de março de 2011.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Trava-se um duelo entre o sagrado versus profano, em que a festa de fora atrapalha os ritos religiosos como o consumo de energia elétrica excessivo causando apagões na cidade.

Eu acho ideal. E ali que tem que ser a festa. Porque uma vez foi lá na avenida a festa da Borda foi um horror, um desastre. O pessoal não quis, era muito frio, era um mau-cheiro, o pessoal, a festa aquele ano foi...podia contá nos dedos quem tava na rua. Quando é na praça lota. Eu prefiro a praça. [...] porque é o centro, tá todo mundo e o pessoal já acostumo ali, sempre foi ali, já é o costume, né?! Porque se for mais afastada o pessoal não gosta muito.²⁹

A depoente Patrícia Pereira, de 27 anos, que trabalha como secretária de um escritório imobiliário, elenca o espaço ideal para a realização da festa, a praça central. E pautando na questão do costume, reiterando que “sempre foi ali” expõe sua frustração quando a festa ocorreu em uma avenida um pouco distante do centro da cidade.

Em sua fala, a resistência se faz presente pelo fato de a festa acontecer em outro espaço. Aqui, vemos a questão do território, que é o espaço significativo, segunda ela, para a população borda-matense, pois “quando é na praça lota”.

A praça congrega este simbolismo do festejo. Constituindo-se o espaço ideal na realização dos festejos, associa-se ao quesito espacial ao conceito de costume, visto o uso deste espaço ao longo dos anos.

Apropria-se deste território para constituir-se a festa. Mas a praça se configura como espaço de convergência, em que estão os principais serviços para a população, como agências bancárias, farmácias, lojas, igreja, dentre outros.

No espetáculo festivo, a praça é o palco, local onde é visto e pode ser ver. Promove-se, então, um contexto no qual o fazer da festa é permeado por um local certo, definido, segundo Patrícia, “se for mais afastada o pessoal não gosta muito”.

Ainda tratando da questão do lugar da festa, trazemos também o olhar e reivindicação de João Bertolaccini, que reside no centro, ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo:

E a cada prefeito que entra é um modo. O Cobrinha, por exemplo, ele é exagerado. O Cobrinha punha o palanque, aqui, pegava a avenida inteirinha. Não sei o tamanho daquele palanque? Pra cantá duas ou três pessoas, ah? O som numa altura que balançava as todas vidraças da... então, agita. Cada vez que esta música funk. Ela agita o povo. É diferente

²⁹ Patrícia Aparecida Pereira. Em Borda da Mata, 15 de março de 2011.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

das outras, ela agita a mocidade. Agita qualquer um, né? Muito pior é briga, é... qualquer coisa sai nela. Então, o que você vai fazer? A gente que tá vendo isto, tá tudo errado, não pode fazer nada. Você vai falar com o prefeito. O prefeito: ‘O povo gosta, né? Não sei o quê, não sei o quê?’³⁰

Neste relato, João Bertolaccini aponta a organização do festejo social promovido pelo poder público local. Menciona a estrutura física montada pela Prefeitura Municipal, que é o palco para os shows.

Como mora na Praça Nossa Senhora do Carmo ao lado da Igreja e a montagem do palco se faz no fim desta praça voltada para a Praça Antônio Megale, toda a movimentação e sons promovidos pelo evento próximo à sua residência provocando certo desconforto.

Ao apontar que “cada prefeito que entra é um modo”, expõe sua percepção na dinâmica dos festejos realizados. Tece comparações que o prefeito Cobrinha é tido, por ele, como exagerado, pelo fato de que, em sua administração política do município, promovia eventos com consideráveis dimensões ao trazer cantores e duplas sertanejas que convergiam grandes números de visitantes à cidade.

Devido a proximidade de sua residência ao local do evento, o som produzido pelos shows incomodava seu cotidiano, isto é, expressando quando aponta que as vidraças de sua casa “balançavam” por causa da altura do som.

Incomodado com o estilo de músicas executadas durante a festa, desta forma, considera como uma geradora de agitação que propicia a quebra da tranquilidade tão cara a um senhor de mais de 80 anos.

E, diante deste contexto festivo perturbador, vê-se sem apoio do poder público que investe na realização das festividades. Aqui, instalam-se tensões entre os moradores dos arredores do centro da cidade diante da execução das atividades dos festejos do aniversário político administrativo do município.

E, na busca de solucionar o que “está errado”, questiona o prefeito e este argumenta, segundo ele, que “o povo gosta”. E, assim, se vê sem alternativas para resolver os problemas que o incomodam.

³⁰ Senhor João Bertolaccini. Em Borda da Mata, 24 de maio de 2011.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Confrontando os olhares de Patrícia Pereira e de João Bertolaccini, vemos claramente duas perspectivas divergentes para a “festa da Borda”, isto se deve às experiências de cada sujeito social que expressa suas concepções de vida e, de modo concreto, a relação com o espaço onde é realizado as festividades. Sair de casa e se dirigir para o local da festa implica uma dinâmica, em contrapartida, conviver com a movimentação festiva do lado de fora de sua residência representa outra dimensão.

Aqui, deparamos com a questão da experiência que Thompson considera:

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Portanto, compreendemos as diferentes experiências aqui apontadas, pois estas se devem aos valores vivenciados por cada sujeito social. Desse modo, cada experiência remete a relações tidas com as festividades e seus desdobramentos. Como uma jovem que busca a festa como opção de lazer, enquanto um senhor que convive com os efeitos sonoros produzidos pelo mesmo. Constituem-se relações diferentes que produzem diversas perspectivas do que é a “festa da Borda”.

Narrativas tecidas pelo tom da resistência em não aceitar as (re)significações que a festa proporciona. Ao reverso desta postura resistente, há falas que marcam o valor pelo festejo atualmente com a predominância de shows e opções de lazer, “ofuscando” desta forma o panorama sagrado, Assim, aberto a elementos culturais que são oriundos de outras localidades, proporcionando a negociação destes novos elementos com os já permanentes das festividades, proporcionando um cenário híbrido.

Tensões são estabelecidas entre o sagrado e o profano. As falas dos narradores possibilitaram visualizar tal contexto conflituoso, onde (re)significações são evidenciadas ao longo dos anos. De um evento pautado no sagrado com ritos repetitivos e fixos para o contraponto de uma festividade conduzida pelo divertimento, lazer, consumo e improviso. Eventos paralelos, definidos que agenciam a data de 16 de julho na cidade de Borda da Mata.

Referências Bibliográficas

- BOLÊME, Genevievê. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I. & KANTOR, I (Orgs). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. V. II, São Paulo: Ed. Hucite./Edusp, 2001.
- KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/adm/Upload/291I6110920121916535P032.pdf>. Capturado em: Acesso em: 01 de agosto de 2013.
- LAVERDI, Robson. Raymond Willians y la historia oral: relaciones sociales constitutivas. In: *Palabras y Silencios*. Vol. 5, Num. 2, Octubre – 2011.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 15, 1997.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O Museu da História da Inquisição e suas possibilidades de pesquisa histórica e educacional

Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins
Mestre - UFJF
Isis Menezes de Rodrigues
Doutora - UFJF

RESUMO: Este trabalho possui o objetivo de analisar as possibilidades de pesquisa histórica presentes no Museu da Inquisição, situado na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Apresentamos uma análise empreendida sobre as práticas judaizantes e a contenção delas por parte da Igreja Católica em Minas Gerais. Tal contenção se processou pela disseminação das visitas episcopais, que estiveram sempre apoiadas pela inquisição do Santo Ofício de Portugal com a crescente participação dos Comissários nas visitas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Judaísmo, Museu, Inquisição.

A Inquisição em Minas Gerais

A missão de um museu é promover a cultura, a preservação e a salvaguarda dos objetos, monumentos e documentos, bem como proporcionar sua disponibilização, no intuito de informar e comunicar com o público (CHAGAS, 1990). Por essa razão:

Os museus tornam-se teatros da memória, onde os objetos, retirados de seu contexto e sem o seu valor de uso, são relacionados com outros objetos e, a partir das variadas técnicas museográficas, o profissional do museu, que podemos denominar também de profissional da informação, constrói narrativas que serão apreendidas de forma livre pelo público, possibilitando a construção de novos olhares e vivências a partir do acervo (FONTANELLI, 2005, p.72).

De modo geral os museus acabam recebendo a função de confluir elementos necessários para o resgate histórico e para disseminação das informações do passado e do conhecimento. A memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. Enquanto a história representa fatos distantes, a memória age sobre o que foi vivido. Assim, memória e história são inseparáveis, pois se a história é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da memória (LE GOFF, 1994).

Dessa forma, o entendimento da memória enquanto patrimônio possibilitou novas abordagens do presente, novos significados e sentidos. Por isso, as configurações de espaço e tempo e a relação entre passado, presente e futuro são fundamentalmente encaradas por um ponto de vista em que a memória tem sua essência na atividade humana, e por isso, é um aspecto social por definição.

Para compreender seu passado, o homem busca representações que possam responder e/ou atender as questões inerentes a curiosidade humana de perceber suas origens a aprender com seu passado comum. Portanto, a reconstrução do passado perpassa por diversos canais de comunicação entre passado e presente, vestígios, evidências de uma realidade, de uma história que a partir de fragmentos vai se compondo na medida em que as técnicas de reconstrução desse incrível “quebra-cabeça” toma corpo, principalmente com a pesquisa histórica metodológica e empiricamente orientada. É neste sentido que propomos aqui um estudo ancorado nas imensas possibilidades de pesquisa verificadas a partir de nossas visitas ao Museu da Inquisição, situado na cidade de Belo Horizonte. Nosso objetivo é analisar as visitas inquisitoriais direcionadas em Minas Gerais com a finalidade de punir as práticas judaizantes no século XVIII. Assim, faz-se necessário o estudo do processo das devassas, bem como dos crimes punidos pela igreja católica.

As visitas episcopais³¹ (eclesiásticas ou diocesanas) e pastorais foram usadas como um forte instrumento de poder católico a fim de garantir a disseminação dos dogmas religiosos bem

³¹ As visitas inquisitoriais, episcopais (diocesanas ou eclesiásticas) e pastorais, funcionaram juntas como uma forma de vigilância da população colonial por parte da Igreja católica. Assim, em Minas, não se verificou nenhuma visita inquisitorial, contudo, sua ação foi eficaz através dos comissários do Santo Ofício (representantes da inquisição na América Colonial). Apesar de as visitas episcopais permanecerem quase sempre sob a alçada de bispos locais, a presença destes comissários também pode ser observada nestas visitas locais. As visitas pastorais, vinham antes das episcopais e tinham um caráter de vigilância geral. Eram observados pelos bispos os estados de conservação das igrejas, os horários de celebração das missas e é claro a **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

como fortalecer a instituição clerical e combater as práticas religiosas sincréticas (entre elas as práticas judaizantes) na colônia portuguesa. Tais visitas podem ser relacionadas como parte integrante da Inquisição moderna portuguesa, tendo sido influenciadas pelas visitas europeias realizadas ainda no século XII.

Apesar de nunca ter se instalado na América Portuguesa um Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, toda uma hierarquia inquisitorial pode ser observada durante o século XVIII para este território, sendo subordinada ao Tribunal de Lisboa. Neste sentido, aqui, só se conheceram as visitas, espécie de tribunal itinerante (ou nas palavras de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (FIGUEIREDO, 1997) - uma pequena inquisição, baseado na ação dos comissários e familiares do Santo Ofício e especialmente dos bispos locais, sendo os comissários, subordinados diretos da Inquisição. Assim, em Minas Gerais (especialmente na Vila do Ribeirão do Carmo), o Tribunal inquisitorial agiu por meio dessa hierarquia. Tais visitas conhecem longa tradição. Embora já tenham entrado em uso no mundo cristão antes do século XIII, foi neste momento que elas se firmaram como uma das instituições mais regulares na Europa Ocidental. Desde o fim do século XII e ao longo de todo o século XIII, os papas convocavam os bispos para fazerem visitas às suas dioceses duas ou três vezes no ano, a fim de descobrir, ou ficar sabendo por meio de denúncias, delitos de ordem moral praticados pela população local. Nessas visitas já se percebem traços intensos de violência e intolerância presentes também nas Inquisições Medievais. A vigilância e a punição sobre os infiéis seriam reforçadas pelo Terceiro Concílio Geral de Latrão (1179), com suas severas medidas contra Patarenos, Cátaros e Publicanos, além de caber ao poder civil a aplicação das penas temporais e às autoridades eclesiásticas os castigos espirituais (FIGUEIREDO, 1997).

O nascimento da Inquisição, pouco tempo mais tarde estaria associado com o surgimento de instituições alheias ao episcopado, o que representou o início do rompimento com as tradições cristãs que conferiam aos bispos, total poder nas visitas. Os ritos de fundação da Inquisição em Portugal são expressão da ligação entre o poder religioso e o estatal. A bula de estabelecimento do Tribunal, *Cum ad nihil magis*, foi assinada pelo papa em 23 de maio de 1536, e nomeava três bispos (de Ceuta, de Coimbra e de Lamego) como inquisidores-gerais e

relação dos fiéis com os dogmas católicos. Caso se constatasse alguma irregularidade que merecesse uma melhor sindicância, era convocada a visita episcopal, que tinha um caráter mais particular na exterminação dos erros da população. Neste sentido, todas as três visitas estiveram ligadas ao longo do século XVIII a fim de estabelecer e fortalecer o poder católico na América portuguesa.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

concedia ao rei, D João III o poder de nomear um quarto inquisidor entre os bispos ou clérigos seculares formados em direito canônico ou teologia.(BETENCOURT, 2000). Desta forma, não competia mais aos bispos a autoridade de punir os criminosos da fé. O rei deixava claro a primazia dos inquisidores sobre os prelados, que teriam poderes para processar e condenar os eclesiásticos (FIGUEIREDO, 1997). A bula ordenava à população que executasse os pedidos do inquisidor-geral Dom Diogo da Silva, relacionados à perseguição dos hereges e à proteção dos inquisidores. Na lista de delitos que deveriam ser combatidos estava o judaísmo praticado pelos cristãos-novos, crime vastamente combatido até a época moderna, feitiçaria, bigamia, rejeição dos dogmas e dos sacramentos, entre vários outros.

Neste sentido, as relações entre os bispados e os Tribunais do Santo Ofício iriam se alterar profundamente com a inquisição moderna em Portugal. Ao se estabelecer como um tribunal fixo (na idade média era itinerante), em fins do século XV, passa a agir sobre todos os aspectos da doutrina católica e determina a perda definitiva da autoridade do episcopado. Ademais, o rei afirma externamente seu poder perante o papa ao permitir a perseguição aos cristãos-novos pelo tribunal, e internamente, ao reduzir a autonomia e a força dos prelados diocesanos.

O Concílio de Trento entre 1545 e 1562, também funcionou como uma ferramenta utilizada pela Igreja no enraizamento da Inquisição, representando um marco na natureza das visitas episcopais realizadas em solo colonial, na medida em que elas pretendem vigiar e punir as experiências contrárias à catolicidade populacional. Baseada nos pressupostos de Trento, a Igreja Católica norteou toda a sua ação evangelizadora no Novo Mundo. Apesar de não existir uma cláusula específica para esta questão, a Igreja utilizou-se dos princípios do Concílio durante as visitas inquisitoriais, pastorais e episcopais.

Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 1987) afirma que as decisões do Concílio de Trento, eixo da Reforma Católica, basearam-se especialmente na defesa do catolicismo frente ao avanço dos protestantes, que radicalizando a crítica à estrutura eclesiástica, negaram a autoridade papal, contestaram a validade dos sacramentos, o celibato clerical, e negaram a importância da caridade como meio possível de salvação eterna. O autor destaca que o Concílio não se fundamentou na simples reafirmação da tradição eclesiástica romana, mas também num movimento de avanço do catolicismo e da Igreja. Assim, algumas mudanças de atitudes com relação aos velhos códigos podem ser observadas, como a nova disciplina com respeito à

hierarquia eclesiástica, homogeneização da pastoral e da prática sacramental junto à massa de fiéis e por fim o reforço da autoridade episcopal, que pode muito bem ser observada a partir da disseminação das visitas episcopais (tomadas como um dos instrumentos de evangelização implementados pela Igreja na colônia portuguesa).

Enfim, é com bastante clareza que a partir da análise das devassas se percebe a história das visitas episcopais na América Portuguesa conectada com as determinações de Trento durante a Reforma. Como afirma Joaquim Ramos de Carvalho (CARVALHO, 2001), a Contra Reforma significou para a colônia a partir do século XVIII, um impacto decisivo na vida cotidiana das populações, sendo Trento responsável por duas linhas de transformação fundamentais nesta área. Em primeiro lugar, a definição clara de uma ortodoxia levou entre muitos outros aspectos ao reforço das formalidades específicas ao casamento e em consequência a uma intolerância crescente face aos mecanismos informais de relacionamentos, como é o caso do concubinato, delito extremamente perseguido ao longo das visitas episcopais. A confirmação dogmática preservada a partir de Trento levou para além das reafirmações e controle sacramentais a uma intolerância contra qualquer prática não católica. Neste sentido, as visitas episcopais significaram a tentativa de contenção das práticas judaizantes.

Um segundo aspecto observado a partir de Trento, de acordo com Joaquim Ramos Carvalho (CARVALHO, 2001), diz respeito à eficácia da relação entre Igreja Católica e a população. Apesar de este trabalho contestar o sucesso da empreitada católica durante as visitas, é plausível afirmar, em acordo com o autor, que a consolidação especialmente territorial foi crucial na vigilância sobre a população em época de devassa. Assim, as visitas episcopais funcionaram para além da tentativa normalização dos corpos e almas como instrumento de consolidação espacial utilizado pela Igreja, sendo os bispos, os responsáveis regionais que procuraram garantir a eficácia dessa missão. Não foi sem razão que Trento também concentrou esforços na reformulação do clero.

Além das determinações tridentinas, a utilização de uma “pedagogia do medo” (VILALTA, 2008), constituiu-se instrumento poderoso lançado pela inquisição e também pelas visitas episcopais na intimidação sistemática das populações. Com o estabelecimento de castigos e penas pecuniárias, a visita episcopal procurou impor e difundir os dogmas religiosos. Assim, baseada no medo da população diante da chegada da visita inquisitorial e

episcopal, a Igreja tentou estabelecer solidamente seus dogmas. Neste sentido, por meio desses instrumentos e na ação deles, ela estimulou as delações, as confissões de heresias e os delitos morais, para além da difusão dos preceitos cristãos.

No caso da América Portuguesa, nenhum tribunal foi estabelecido. Contudo, o Santo Ofício teve profunda penetração na sociedade colonial. Em momentos diversos, chegou a enviar visitantes à colônia: para Bahia e Pernambuco, respectivamente- 1591-1593 (Heitor Furtado de Mendonça), para Bahia novamente em 1618 e 1620 (Marcos Teixeira) e para o Grão- Pará em 1763-1769 (Geraldo José de Abranches)³², também comissário visitante de Mariana. Para o caso de Minas Gerais, a tentativa de coerção por parte da Igreja foi subsidiada pelos bispos locais, pelos comissários e familiares do Santo Ofício, os quais, no século XVIII, vigiavam e puniam o comportamento da população com a realização das visitas episcopais.

No que toca a relação entre os bispos e a Inquisição portuguesa, bem como o poder relacionado à jurisdição acerca dos crimes heréticos, buscamos apoio nas análises de José Pedro Paiva.(PAIVA, 2003). A partir das próprias pesquisas deste autor, hoje é perfeitamente sabido que desde o período de sua fundação e organização³³, a Inquisição moderna criou o problema de poder no que diz respeito à definição dos limites e das competências dos órgãos capacitados na verificação das normas religiosas e mais especificamente no comportamento das populações. Tal problema refere-se à noção de heresia, que possuía contornos fluidos, o que dificultava a delimitação rigorosa entre a jurisdição episcopal preexistente e a inquisitorial. Contudo, o que se identifica a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, bem como das visitas episcopais em Mariana, é que os bispos nunca deixaram de identificar e, algumas vezes, punir os

³² Sobre Geraldo José de Branches, comissário do Santo Ofício visitante em Mariana entre 1742 e 1762 (ou seja durante 20 anos de uma visita que durou 50 anos), nos informa o Códice da Costa Matoso que era “natural de Portugal. Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra. Veio para o Brasil em 1746, em companhia do primeiro bispo de São Paulo, dom Bernardo Rodrigues Nogueira. Na sé de São Paulo, foi nomeado arcepreste e vigário-geral, tendo permanecido por pouco tempo no exercício dessas funções pela sua má conduta, segundo o historiador da igreja Raimundo Trindade. Em 1748, esteve presente na posse do primeiro bispo de Mariana, dom frei Manoel da Cruz, tendo sido orador nas festividades de inauguração do bispado; em 30 de novembro do mesmo ano foi nomeado arcebispo e designado vigário-geral e juiz de casamentos e resíduos. O cônego envolveu-se em diversos conflitos com o bispo, chegando a ser preso por ordem do mesmo, segundo Raimundo trindade. Retirou-se da diocese em 1753. Por proteção de seu tio Filipe de Abranches Castelo Branco, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, foi designado inquisidor em Évora e visitante nos bispados do Grão-Pará e Maranhão. No Pará, foi eleito vigário capitular pelo bispo dom frei de São José Queirós em 1769. Depois de seu regresso a Portugal exerceu o cargo de inquisidor em Évora. Faleceu em Portugal no ano de 1787”. CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das Notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. p. 23.

³³ A *Bula Cum ad Nitri Magis*, de 23 de Maio de 1536 marca a instituição definitiva do Santo Ofício português. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

crimes heréticos, como os casos de feitiçaria e de práticas judaizantes, por exemplo. No entanto, as Constituições recomendavam aos bispos que casos mais graves, ou suspeitos de heresia, deveriam ser enviados ao Santo Ofício.³⁴ Não obstante, comissários do Santo Ofício, muitas vezes atuaram no lugar ou em conjunto com os bispos locais durante grande parte das visitas em Mariana. José Pedro Paiva aponta as relações de cooperação entre o bispo português D Afonso de Castelo Branco³⁵ e o tribunal do Santo Ofício como uma boa maneira de demonstrar as correlações existentes entre estas duas instâncias de poder. Podemos perceber a existência de tais relações também na colônia mineira durante as visitas episcopais que ocorreram em Mariana no século XVIII, quando destacamos as visitas episcopais realizadas pelos comissários Francisco Pinheiro da Fonseca³⁶ e Geraldo José de Abranches, que assim como os demais bispos locais procuraram garantir o sucesso das visitas episcopais, vigiando e punindo os excessos populacionais. Para isso, nessas visitas episcopais, os comissários, familiares e bispos exerciam uma ação de vigilância e repressão em relação à população. Assim, aos comissários eram dispostas as funções que lhe cabiam durante as vistas episcopais, de acordo o Regimento da Inquisição dos Reinos de Portugal O bispo, também tinha autorização para abrir devassas, colher informações e prender os “hereses”, claro que se subordinava ao Inquisidor-Geral, assim como comissários e familiares.

Enfim, toda a ação da Igreja Católica pode muito bem ser observada a partir da atuação dos comissários, familiares e bispos, pertencentes aos quadros eclesiásticos das visitas episcopais. E como parte deste projeto de expansão, moralização e difusão dos seus preceitos, a Igreja também contou, juntamente com estas duas visitas (inquisitoriais e episcopais), com as visitas pastorais que também contribuíam para inspecionar hábitos e costumes religiosos e morais da sociedade marianense. As cartas pastorais de que mais se tem notícia são as do bispo de Mariana Dom Frei Manuel da Cruz³⁷. O visitador pastoral é a pessoa que tem a seu cargo

³⁴ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia., p 311.

³⁵ D Afonso de Castelo Branco, bispo de Algarve (1581-1585) e posteriormente de Coimbra, (1585-1615) assistia ao despacho dos processos inquisitoriais de réus de sua diocese. Remetia para a inquisição casos por heresia de que tinha conhecimento através do ofício regular de suas visitas pastorais.

³⁶ “Por delegação do Bispo de Rio de Janeiro, dom Frei Antonio de Guadalupe, foi visitador da Capitania de Minas Gerais em 1737 e 1738, era Comissário do Santo Ofício, beneficiado do colegiado de São Pedro da Sé de Coimbra e da Capela da Santíssima Trindade da Sé de Lamego” *Códice da Costa Matoso*. Op Cit, p 38.

³⁷ Nasceu em 1690, no distrito do Porto (priorato de Crato), e faleceu, em Minas Gerais, em 1764. Monge cistercense, graduou-se em Teologia e Direito Canônico pela Universidade de Coimbra. Foi Reitor do Colégio do Real Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, Abade do Colégio do espírito Santo de Coimbra e mestre noviço do Real Mosteiro de Alcobaça; Bispo do Maranhão no período de 1739 a 1747, de onde foi transferido para a recém criada diocese de Mariana, partindo em viagem pelo interior do continente, chegando à nova diocese, **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

inspecionar e reconhecer pessoas, coisas e lugares eclesiásticos. É obrigação do bispo visitador de sua diocese, nomear substitutos, averiguar a limpeza das Igrejas e seu bom funcionamento. A visita pastoral tinha como objetivo maior fazer uma primeira observação, relativa a questões como limpeza das Igrejas, conservação dos santos e demais imagens religiosas, bem como dos costumes religiosos da população, sem o intuito de inquirir, apenas de investigar. Daí expressava-se a necessidade ou não de se fazer uma visita episcopal, ou seja, uma devassa. Os casos de denúncia por judaísmo significavam a necessidade da realização da devassa para averiguação e exemplar punição de qualquer resquício de práticas não católicas. Veremos a partir de agora alguns destes casos.

Práticas judaizantes em Minas Gerais e a Inquisição

Foi após a expulsão dos judeus da Espanha, em 1492, pelos reis católicos Fernando e Isabel, que grande parte deles refugiou-se em Portugal. Contudo, cinco anos mais tarde, em 1497, D Manoel promoveu ao lado da Igreja, a conversão de milhares de judeus que já se concentravam no Porto de Lisboa para embarcar com destino a outras terras. Minas Gerais foi, no século XVIII, uma das regiões mais procuradas pelos cristãos-novos portugueses. A partir do conhecimento da prosperidade da região, do afluxo do ouro e das possibilidades confiscatórias. A Inquisição ordenou uma persistente fiscalização e algumas dezenas de portugueses foram presos, acusados de praticar a religião proibida: o judaísmo. No entanto, muitos já estavam estabelecidos nas regiões auríferas desde o início do século.

É importante ressaltar que em Minas Gerais como no restante do Brasil, ser acusado de judaísmo não se resumia apenas em seguir algumas leis, como observar os jejuns, abster-se do trabalho aos sábados, ou obedecer alguns outros preceitos ordenados pela religião judaica. O marranismo entre os portugueses na colônia foi, em grande parte uma atitude mental, um sentimento, uma postura frente a vida. Podemos considerar uma maioria de cristãos-novos que conseguiu ultrapassar as barreiras discriminatórias legais impostas pela sua origem e sangue, ou a discriminação social, e se diluir na sociedade ampla, porém houve uma parte que permaneceu marginal e se manteve fiel a tradições, mesmo que apagadas, herdadas dos seus antepassados.

após 14 meses, tomou posse no dia 28 de novembro de 1748 e governou o Bispado a até 1764. As exigências do ouvidor Caetano da Costa Matoso em controlar as contas das irmandades mineiras e os rendimentos do Bispado desembocaram num grave conflito entre o Bispo e o Ouvidor, que, finalmente, levaram à destituição e prisão de Caetano da Costa Matoso. In: Códice Costa Matoso. Op cit, p 36-37
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Neuza Fernandes (FERNANDES, 2000) afirma que em muitos processos analisados, o que se observa nas práticas judaicas enunciadas é a presença dos elementos religiosos essenciais, bem como a preservação de algumas preces e adaptações feitas aos rituais, questões que segundo a autora caracterizam um processo de aculturação por parte da igreja católica.

Denunciada por Antônio Leite Guimarães, João do Vale e José da Silva Barbosa, Luzia Pinta foi acusada de ser calundzeira, curandeira, adivinhadora e de praticar o judaísmo. Diante dos inquisidores, Luzia garantiu “nunca ter-se afastado da fé católica, nunca ter praticado arte de adivinhar, nem ter feito pacto com o diabo, ou pratica o judaísmo. Segundo ela, ao ministrar certas beberagens aos doentes, mandava que as tomassem em nome da Virgem Maria. A contradição durante os depoimentos é algo recorrente quando se analisa tanto as devassas episcopais, quanto os processos inquisitoriais enviados à Portugal. O réu muitas vezes preferia negar as acusações e ratificar a fé católica à ter que passar por castigos como torturas ou degredos. Apesar de toda a tentativa de defesa, ao fim dos interrogatórios Luzia foi conduzida à câmara dos tormentos, sofrendo sessão de torturas, depois foi sentenciada à abjuração de leve suspeita de ter abandonado a fé católica, proibida de retornar a Sabar, sofrendo degredo de quatro anos em Castro Mearim, no Algarve, após permanecer dois anos nos cárceres do Santo Ofício.

Uma das práticas mais punidas ao longo das devassas em Minas Gerais era a de guardar os sábados e não comer carne de porco. Abaixo, extraímos um trecho do processo dirigido a Maria, escrava de Manuel de Souza Nunes,

Aos quatro dias do mes de outubro de mil sete centos e trinta e sete annos nesta / Villa do Carmo e cazas onde estava pouzado o Reverendo Senhor Doutor Francisco / Pinheiro da Fonseca visitador ordinário de toda a Capitania das Minas Geraes / apareceu Maria Solteira negra escrava de Manuel de Souza Nunes da freguesia de Antonio dias da Villa Rica notificada a sua ordem para satisfação da culpa que / lhe Resultou da Devaça da Vizita da dita freguesia a qual o mesmo senhor admoestou a não guardar mais os sábados e nem comer carne de porco.³⁸

³⁸ Devassas de Culpa- 1738.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

É importante destacar que Estado e a Igreja estiveram presentes ao longo de todo o século XVIII na tentativa de ordenar a população. Cabe dizer que a população que precisava aprender os valores portugueses e cristãos (aos olhos da Igreja), eram aqueles pertencentes às classes miseráveis, negros, mulheres e praticantes do judaísmo

Podemos perceber que a forma mais eficaz encontrada pela Igreja Católica para alcançar tais objetivos foi a visita eclesiástica, é claro que para o caso de Mariana, durante o século XVIII. Ou seja, a Igreja tomou para si o papel de executora de uma política de controle das questões de âmbito familiar e dogmática. Além do desejo de firmar-se institucionalmente numa terra ainda pouco explorada, ela precisava educar socialmente a população nascente e disseminar de forma sólida seus dogmas.

Apesar dos diversos delitos devassados ao longo das visitas episcopais e daqueles julgados e enviados ao Santo Ofício de Portugal como crimes heréticos, podemos considerar que mesmo as práticas judaicas conseguiram de manter, mesmo que de forma sincretizada ao longo do século XVIII em Minas Gerais, e desta maneira a identidade do povo mineiro foi-se formando de forma bem particularizada: católica, calundzeira, judaizante, feiticeira, em pecado carnal...

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Público Mineiro

RAPM, AnoXXXI, 1980

RAPM. Bando 27/08/1711

RAPM. Bando (1738-1746), séc 69, 14, G.3

Revista do IHGB,1892

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, Cx 40, Doc 24

AHU, Cx 63, Doc 61

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Devassas Episcopais:

Devassas de Testemunho 1723, 1726, 1733,1753

Devassas de Culpa 1730,1737,1738,1742,1749-1794

FONTES IMPRESSAS:

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo illustrissimo, e reverendissimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispado dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas e aceitas em Synodo diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

MATOSO, Códice Costa. Coleção das notícias dos primeiros estabelecimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto & vários papéis. Belo Horizonte . Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999

Regimento da Inquisição dos Reinos de Portugal, 1640. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 157, nº 392. Julho/setembro de 1996. P 717.

Registro de uma carta de Familiar do Santo Ofício, passada a Antônio Martins de Araújo. Em 1770 se registrou. In: *Termo de Mariana*. História e documentação. Mariana. UFOP. 1998. Revista do Arquivo Público Mineiro. Transcrição do Códice 23 “sobre as vexações de alguns visitantes” 10/set/1725. Transcrição do ano XXX, p 224-22.

Registro de uma carta de Familiar do Santo Ofício, passada a Antônio Martins de Araújo. Em 1770 se registrou. In: *Termo de Mariana*. História e documentação. Mariana. UFOP. 1998.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Transcrição do Códice 23 “sobre as vexações de alguns visitantes” 10/set/1725. Transcrição do ano XXX, p 224-22.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Dissertação de Mestrado. *Alterações nas unidades produtivas mineiras- 1750 a 1850*. Niterói, 1994.

BETENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*: Portugal, Espanha e Itália-século XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Ed Ática, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A mentalidade religiosa do setecentos: o curral Del rei e as visitas religiosas. *Vária História*. Universidade Federal de Minas Gerais. Nº 18. 1997.

CHAGAS, Mário. *Novos rumos da Museologia*. Lisboa: ULHT, 1994.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. 1300-1800. Uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDES, Neuza. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XIX. Rio de Janeiro: J Olympio. Brasília: Edumb, 1993.

_____, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias*: Vida Familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997

FONTANELLI, S.A. *Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária*. Monografia, TCC, Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2005.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

FURTADO, Junia Ferreira. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2001.

_____, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

_____, Júnia Ferreira. *Cultura e Sociedade no Brasil Colônia*. São Paulo: Atual, 2000

_____, Antonio Manuel. *Historia das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

LACOMBE, Américo Jacobina. “A Igreja no Brasil Colonial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira* Tomo I. Rio de Janeiro, 1977

_____, Laura de. *Miseria e Opulencia nas Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, Laura de. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MORAES, Borges Fernanda. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia de ; VILLALTA, Luíz Carlos. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. V1. Belo Horizonte: autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

_____, Luíz. O Calundú Angola de Luzia Pinta- Sabará, 1739. *Revista do Instituto de Arte e cultura, Ouro Preto*, 1994 (10), 171:128-130

_____, Luiz. *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil colonial*. Ano 3- nº 38, 2005

NOVINSKY, Anita. A Igreja no Brasil Colonial- Agentes da Inquisição. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo 33, p 17-34. 1984

PIRES, Maria do Carmo. Juizes e Infratores. *O Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Formação e Atuação da Rede de Comissários do Santo Ofício em Minas Colonial*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V 29, nº 57. P 145-164. 2009

RODRIGUES, Isis Menezes de. *Visitações eclesíásticas: do delito a punição- Mariana (1722-1743)*. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2009.

RODRIGUES, Mons. Flavio Carneiro. *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. M. 2. Segunda Coletânea das Visitas pastorais do Século XVIII no Bispado e Mariana.

SIQUEIRA, Sônia. O Poder da Inquisição e a Inquisição como Poder. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, nº 1

ROMEIRO, Adriana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

**O jornal “28 de setembro”:
discurso, identidade e resistência da cultura afrodescendente em Pouso Alegre/MG.**

Elizabeth Maria Espíndola;
Doutoranda – UFMG
elizabeth.espindola@yahoo.com.
Jonatas Roque Ribeiro;
Licenciado – UVS
jonatashistoria2010@hotmail.com.

RESUMO: O presente artigo buscou analisar os discursos identitários do Jornal O 28 de Setembro, seguindo os procedimentos teórico-metodológicos apontado por Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Heloísa de Faria Cruz no artigo “Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa”. O jornal foi produzido e mantido pelo Clube negro pousoalegrense 28 de Setembro. O Clube, ao longo de sua existência, evidenciou práticas culturais de afirmação e valorização da cultura, da identidade e da memória dos afrodescendentes, e uma destas práticas, foi o jornal O 28 de Setembro, que trazia em suas páginas os discursos e ideologias dos seus representantes, posicionando-se politicamente frente à sociedade pouso-alegrense.

Palavras-Chave: Linguagem, Discurso, Identidade.

O presente artigo tem como proposta analisar os discursos identitários do Jornal *O 28 de Setembro*, criado pela Diretoria do Clube 28 de Setembro. O Clube foi fundado em 1904 para acolher a comunidade negra local, este também, foi um espaço importante para a manifestação da cultura e da memória afrodescendente na cidade.

Ao se trabalhar com a imprensa, é importante salientar que inicialmente, a imprensa como fonte histórica, não era aceita como documento pela historiografia, por ser considerada fonte suspeita, portanto, deveria ser vista e usada com cautela. “Neste contexto os jornais pareciam pouco adequados para a abordagem recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizado sob influxo de interesses, compromissos e paixões” (Pinsky, 2008, p. 112). O uso dos impressos como fontes historiográficas surge com maior frequência a partir da década de 1970, através da História Nova, que coloca no campo historiográfico, novos documentos, como por exemplo, a imprensa. Gradativamente a imprensa pôde ser tomada como importante fonte, e mesmo como objeto, para se fazer análise de discursos e procurar desnudar o jogo de interesses que regem a sociedade.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

(...) A variedade de fontes impressas é enorme, e suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas (Guarnieri e Alves, 2007).

Segundo Heloísa Cruz e Maria do Rosário, a imprensa é um:

“Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica. (...) A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (Cruz e Peixoto, 2007, pp. 256-260).

O uso adequado e cuidadoso de impressos na pesquisa histórica pode contribuir e enriquecer grandemente uma pesquisa. Ao usar destas fontes em nosso trabalho, conseguimos reconstituir, analisar e compreender parte da trajetória das relações sociais e das estratégias de resistência articuladas pelos sujeitos sociais. Sujeitos que frequentavam o Clube na intenção de inserirem-se na globalidade das relações sociais. Sobre os documentos impressos é importante procurar: Observar o ambiente em que foram produzidos, a que tipo de sociedade está vinculado, quais os valores e circunstâncias da época, em síntese, entendê-lo no seu contexto para evitar um dos piores pecados do historiador: o anacronismo (Guarnieri e Alves, 2007).

A documentação impressa usada, neste artigo, foi o jornal: *O 28 de Setembro*, tal jornal foi publicado em Pouso Alegre entre os anos de 1922 e 1924, e encontra-se arquivado nos acervos do Museu Histórico Municipal de Pouso Alegre. Usamos este jornal, analisando-o, conforme a época e espaço em que foi produzido, como também, por quem foi produzido e a quem se destinava, assim conseguimos visualizar, analisar e compreender parte das relações existentes entre o Clube e a sociedade de Pouso Alegre. Este jornal noticiava as atividades promovidas pelo Clube, como as festividades, as disputas internas, pelas crises financeiras e pela má administração.

Ao longo de sua trajetória o Clube produziu dois pequenos jornais que circularam por pouco tempo, estes representavam um meio de comunicação com seus membros, mas principalmente com a sociedade. O primeiro jornal produzido pelo Clube foi intitulado de *A Verdade* e circulou nos anos de 1904 e 1905, este período marca os anos iniciais do Clube, infelizmente não encontramos os exemplares deste jornal. Em pesquisa nos memorialistas da cidade encontramos os relatos de Otávio Gouvêa que diz que: “além da finalidade recreativa, o clube também, cuidava da parte cultural, publicando um semanário, ‘A Verdade’ (1904/05)” (Gouvêa, 2004, p. 185) e de Amadeu de Queiróz que relata que o Clube produziu o jornal:

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A Verdade – Órgão literário do Clube 28 de Setembro, fundado pelos pretos de Pouso Alegre. Semanário, formato pequeno, 26x16, impresso em seis páginas de duas colunas, publicou-se de 2 de outubro de 1904 à março de 1905. Redator: José Capelache da Silva, gerente: Mirabeau Ludovico (Queiróz, 1998, p. 92).

De acordo com o memorialista Otávio Gouvêa, o Clube tinha, além das finalidades festivas, as literárias, representada pela produção do jornal *A Verdade*. O poeta e memorialista Amadeu de Queiróz, afirma que o referido jornal foi feito pelos pretos da cidade. Interessante notar, que o memorialista usa a categoria pretos, o que ainda, remete, a memória da escravidão. O jornal tinha uma função literária, mas tinha, também, uma ação política no sentido de construir uma identidade racial. Ainda de acordo com os relatos, era um jornal de formato pequeno e publicado semanalmente, tinha como redator José Capelache da Silva, que era um comerciante local, e sócio do Clube, e como gerente Mirabeau Ludovico, sobre a história de Mirabeau, sabemos que ele nasceu em Araxá, MG, em fins da década de 1880. Sabe-se pouco sobre sua trajetória, mas, nestas poucas informações consta que este foi criado por uma família de elite daquela cidade. Chegou a Pouso Alegre, no início do século passado, onde foi acolhido pelo bispo D. João Baptista Corrêa Nery, possivelmente, tenha sido indicado para o serviço por alguém próximo ao bispo. Trabalhou durante toda a sua vida no Palácio Episcopal a serviço dos bispos (Araújo, 1997, p. 130).

Sua primeira publicação deu-se logo depois da fundação do Clube, já que este foi fundado em setembro e a primeira edição do jornal saiu em outubro, ambos no ano de 1904. Tal jornal teve a duração de apenas seis meses e o motivo de seu encerramento é desconhecido, pois não há documentação acerca do mesmo. Todavia acreditamos que a curta duração do jornal pode ser atribuída aos custos de sua produção. Não conseguimos ter acesso aos custos que o jornal gerava, nem aos custos da comercialização do jornal, mas sabendo que o Clube era mantido pelas doações e mensalidade dos seus sócios, que em sua maioria, provinham de uma classe pobre, acreditamos que os custos do jornal confrontavam-se com a renda do Clube, ocasionado, assim, no encerramento da elaboração e publicação do mesmo.

O segundo e último jornal produzido pelo Clube, intitulado *O 28 de Setembro – Órgão Literário e noticioso dos homens de cor de Pouso Alegre* (Jornal O 28 de Setembro, 1922, p. 1) começou a ser publicado em 1922 e durou até o ano de 1924, como indica Amadeu de Queiróz: “O 28 de Setembro – Órgão literário dos homens de cor de Pouso Alegre. Dirigido por Mirabeau

Ludovico e José Capelache, formato 28x20, saiu em 1º de junho de 1922” (Queiróz, 1998, pp. 98-99).

Tivemos contato com alguns dos exemplares do jornal que, apesar de muito antigos, estão em bom estado de conservação e tivemos acesso aos originais do mesmo. Encontram-se, no Museu, apenas doze exemplares do jornal, distribuídos entre as edições de junho, setembro e outubro de 1922. O restante dos exemplares, por falta de cuidados e preservação desapareceram, resultando na ocultação parcial da trajetória, das histórias e das memórias acerca do Clube, mas, salientamos, que mesmo, com pouco exemplares, foi possível, fazer uma perspicaz análise dos discursos identitários dos representantes do jornal O 28 de Setembro. Todas as edições analisadas são compostas de cinco páginas, onde se desdobram vários assuntos ligados ao cotidiano do Clube e da cidade de Pouso Alegre.

O jornal O 28 de Setembro foi criado e dirigido pelos principais colaboradores e componentes da diretoria do Clube, os senhores Mirabeau Ludovico como diretor, José Capelache como redator chefe, e como secretário Pedro Ângelo de Oliveira. Através do título do jornal, o Clube tentava criar uma identidade tanto para o Clube, como para o seu jornal, que remete a uma consciência identitária racial percebida através do termo “homem de cor”.

Neste sentido é importante entendermos os sentidos atribuídos pelos afrodescendentes ao termo homens de cor. De acordo com Mariza de Carvalho Soares (Soares, 2000), até a segunda metade do século XIX, o termo negro ou preto referia-se à condição escrava, atual ou passada (forro). Os pardos eram duplamente qualificados como cativos, forros ou livres. Para os homens livres, o termo pardo era atribuído ao não branco. Na segunda metade do século, entretanto, à referência a cor branca desaparece e o critério cor continuará a ser usado apenas para se referir a um recém liberto, marcando, portanto, a condição cativa do sujeito e sua descendência. A autora ressalta que apesar dos homens de cor não terem passado pelas experiências da escravidão, estes se viam e se aceitavam como negros e tinham orgulho de sua etnia, bem como de suas culturas.

Assim, entendemos que os sujeitos sociais frequentadores do Clube, em sua maioria, eram afrodescendentes e tendo uma consciência identitária de base, também racial, nomeavam seus espaços, práticas e discursos como sendo de homens de cor, pois isto os qualificava como sendo de descendência étnica, racial e culturalmente africanas.

O pequeno jornal era publicado mensalmente, não havendo dia específico para a distribuição do mesmo, constituía-se de quatro a cinco folhas, e sua circulação dava-se de forma interna, entre os seus associados. Entre as suas funções, estava a de anunciar a programação do

Clube, comunicar ao público os resultados das eleições de sua diretoria, homenagens e notas curtas com finalidades diversas. Mas acreditamos que sua principal função fosse mostrar voz ativa na sociedade.

Dentre os inúmeros assuntos abordados em sua edição, o mês de maio constituía-se como um período importante para o Clube, pois este era um mês de importantes significados, valores e celebrações para a comunidade negra. Lembrando que em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, regente política do Brasil assinou a Lei Áurea, abolindo definitivamente o trabalho escravo no país. Porém ressaltamos que embora esta liberdade tenha vindo por mãos brancas, grande parte dos africanos e seus descendentes já viviam em liberdade no Brasil, liberdade esta conquistada com muito esforço, através da compra da própria alforria, a Lei do Ventre Livre e batalhas travadas através de longos processos de liberdade.

Segundo o jornal, as celebrações ao dia 13 eram marcadas por grandes exaltações e festividades feitas pela comunidade negra de Pouso Alegre e de outras comunidades negras vizinhas, como de Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, como segue abaixo noticiado:

Recebemos um delicado cartão de convite do Club 13 de Maio de Santa Rita do Sapucahy, para as festas realizadas ali, naquele dia. Por estarmos também em festa na mesma data, não foi possível, representar a nossa sociedade, naquele dia. Enviamos-lhes congratulações e pedimos mil desculpas (Jornal O 28 de Setembro, 1922, p. 1).

Para ambas as entidades, o 13 de Maio era uma das datas mais importantes para sua história e memória. Para estes, rememorar a abolição era também rememorar o tempo do cativo e a liberdade, bem como a memória daqueles que nasceram e morreram neste. Nota-se, também, no noticiário, as relações de sociabilidade construídas entre o Clube 28 de Setembro e os clubes negros da região. Isso nos mostra as tentativas empreendidas pela comunidade negra, freqüentadora destes Clubes, de manterem vivas as suas identidades, culturas e memória, resistindo aos preconceitos, à discriminação e a marginalização social e cultural.

Na mesma edição deste jornal, encontramos a notícia sobre as comemorações do dia 13 de maio feitas pelo Clube 28 de Setembro:

Realizou se no dia 13 de Maio, solemnes festas em homenagem a gloriosa data. A's 5 horas da madrugada alvorada pela corporação Lira do Rosário. Houve na Cathedral missa com cantigos. A's 17 horas foi recebida na gare da Sul Mineira a sympathica Sociedade 13 de Maio de Itajubá.

A's 9 horas da noite no vasto salão do Iris Cinema, imponente Sessão Solemne, presidida pelo sr. João Thigorio, digno presidente da Sociedade 13 de Maio de Itajubá, que deu em seguida, a palavra ao sr. Dr. João Miguel, digno orador oficial daquela sociedade, que saudou o Club 28 de Setembro. Em seguida fallou o sr. Jose Capelache, orador official do Clube 28 de Setembro. Logo em seguida falaram os srs. Elizeu Camargo pela data, em substancioso discurso, representado O Imparcial, e o sr. Alfredo Agueda, pela palavra concedida pelo Club.

Fallou ultimamente, o sr. Mirabeau Ludovico, saudando o Club 13 de Maio Itajubense, em nome da nossa associação 28 de Setembro.

Poesias recitadas pelas meninas Aparecida Xavier, Maria Capelache e Lourdes de Oliveira, que ao terminar offereceu um lindo ramalhete de flores a sociedade 13 de Maio de Itajubá. Ao encerrar a sessão, foi um grupo de meninas e senhorinhas cantando o hymno de nossa casa e idolatrada Patria (Jornal O 28 de Setembro, 1922, p. 3).

As comemorações em louvor ao dia 13 de maio consistiam em variadas atividades que movimentavam a comunidade negra da cidade de Pouso Alegre. As solenidades se iniciavam ao amanhecer com uma alvorada feita pela Lira do Rosário, seguida de uma missa na catedral do Bom Jesus. Percebemos, aqui, por um momento do ano, há uma proximidade entre os negros da cidade e a população branca que também frequentava a catedral, é um momento de afirmação da memória e da cultura africana na cidade.

Após as comemorações religiosas, havia a recepção, na estação da Rede Mineira de Viação, localizada no início da Avenida Dr. Lisboa, um dos principais logradouros da cidade, dos associados do Clube 13 de Maio da cidade de Itajubá. Durante a noite era realizado no salão do Iris Cinema, uma sessão rodeada de discursos proclamados por diferentes sujeitos sociais associados e não associados aos Clubes, declamações de poemas, congratulações e o canto do hino do Clube e do hino nacional. Em muitas destas festas, houve a participação de autoridades locais, como juízes, políticos, jornalistas, entre outros.

As comemorações invadiam os espaços da cidade, não ficando reclusa ao apenas ao Clube, ela penetrava em espaços importantes da cidade naquele momento, como a catedral, a estação ferroviária e o prédio do Iris Cinema que situava-se na Praça Senador José Bento, principais redutos sociais da cidade. Percebemos também que havia convidados especiais, como o representante do jornal O Imparcial, um influente jornalista da cidade. Acreditamos que sua presença na festa, era um sinal de que ele prestigiava as comemorações do Clube, e também, que o Clube mantinha relações sociais em vários setores da sociedade local. A comemoração ao dia 13, era um momento em que os negros dominavam parte da cidade e faziam dela palco para as suas manifestações culturais e exaltação das suas memórias e trajetórias, porém ressaltamos, que a

ideia de “guetos” negros e brancos não se sustentam, os negros circulam pela cidade e interagem com ela, mas há limites para suas ações, e, cabe a nós, historiadores, percebermos as formas improvisadas, as táticas e as estratégias articuladas por estes para vivenciarem nestas relações, e como vimos, a festa do dia 13 de maio, era uma destas formas.

A articulação entre os Clubes negros revela também a existência de uma identidade racial e de um posicionamento político, fato este confirmado em outra nota publicada na mesma edição do jornal:

Vindos de Itajubá, recebemos uma honrosa visita da diretoria do Club 13 de Maio composta dos distintos senhores:
Dr. João Miguel da Silva, João Tigório Pereira, João José de Abreu, José Camillo, Izaltino Prestes e Damião Beraldo.
De Santa Rita do Sapucahy, o Sr. Rosalino Máximo e sua esposa Sra D. Maria Máximo. Muito Gratos (Jornal O 28 de Setembro, 1922, p. 2).

O jornal trazia ainda, em relação ao mês de maio, um conteúdo repleto de valores morais e religiosos, dando vivas a este e articulando-o à imagem de Maria. A coluna Recordações do mês de Maio traz a seguinte nota:

Santo mez, este por sem dúvida de tantas caridades que une no mesmo pensamento, no mesmo coração, na comunicação dos bens espirituales, os fervorosos Christãos (...) Como é consolador e edificante ver aos pés da Mãe de Misericordia - Mater Misericordiae, prostrados todos os que têm mágoas e afflições! Que confiança ella inspira! Quanto conforto inspira! Oh quanta alegria nos innunda a alma! (Jornal O 28 de Setembro, 1922, p. 1).

A comunidade negra pouso-alegrense, no mês de maio dedicava-se não somente às comemorações do dia 13, como também se dedicava às ações e reflexões materiais e espirituais religiosas.

O conteúdo do jornal também era constituído de poesias diversas de autoria dos dirigentes do jornal, notas de aniversários, de falecimento, da chegada e saída de pessoas da cidade, das festividades ocorridas na cidade, de agradecimentos e congratulações, além de poucas propagandas publicitárias. O que possivelmente contribuiu para o encerramento do jornal, pois como sabemos, as propagandas publicitárias constituem-se em um significativo orçamento para a manutenção de um meio impresso.

O encerramento da circulação do jornal, ocorreu por dificuldades financeiras. Além do 28 de Setembro, outros jornais também tiveram vida curta na pequena esfera pública burguesa de Pouso Alegre, na qual o abrir e fechar dos jornais era uma constante.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

É importante salientar que mesmo tendo circulado por pouco tempo, e termos tido acesso a uma pequena parte restante dos exemplares do jornal *O 28 de Setembro*, este foi uma importante fonte e fio condutor que nos possibilitou uma releitura mesmo que parcialmente, das histórias, das memórias, da trajetória e das relações que este Clube construiu com a cidade. Nesta direção, as palavras de Heloísa de Faria Cruz nos contribuí, pois segundo ela:

Com relação aos sentidos da difusão da imprensa (...), vale ressaltar que, embora a maioria dessas folhas e revistas não tenha adquirido uma forma estável e permanente, foi através delas que os novos conteúdos da vida e das disputas culturais da cidade penetraram mais fortemente o campo da cultura (Cruz, 2000, p. 148).

O Clube ao criar o seu jornal, construiu uma via de comunicação com a sociedade. Através do jornal as pessoas tinham contato com os ideais e valores propagados por este, desta forma, inseria-se e se fazia presente nas relações sociais existentes na cidade. Heloísa de Faria Cruz fomenta esta discussão, ao explicar que:

Outros periódicos menos *chics*, por vezes mais singelos, outros mais críticos, referindo-se a bailes em associações recreativas (...) festivais, aos grupos de música e de teatro das fábricas e dos bairros, aos times de várzea, (...) mostrando a disseminação de novas formas de vivência e de pleitos sobre a cidade para além dos círculos das elites, articulam como personagens e leitores potenciais as camadas populares e da população (Cruz, 2000, p. 143).

A autora afirma que além dos jornais produzidos pela elite, existiam outros jornais, ditos menos “chics”, feitos pela e para a classe pobre que expressavam em seus conteúdos os mais variados assuntos relacionados aos seus cotidianos. Muitos destes jornais traziam para a esfera da literatura jornalística, para os outros grupos sociais e para os espaços da cidade, as suas formas de viver, bem como suas ideologias e valores. Beatriz Sarlo assegura que:

(...) olhar politicamente é pôr as dissidências no centro do foco, o traço oposicionista da arte frente aos discursos (a ideologia, a moral, a estética) estabelecidos. Um olhar político aguça a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente às linhas respaldadas pela tradição estética (Sarlo, 2005, p. 60).

Neste sentido, percebemos que o Clube ao criar o seu jornal e ao evidenciar em suas páginas, suas práticas culturais, seus valores, costumes e memória, posicionava-se politicamente frente à sociedade. Sua ação buscava romper com a cultura hegemônica, resistindo como cultura subalterna e excluída. O veículo de ligação destas relações e discursos entre a sociedade pouso-alegrense e o Clube foi o jornal *O 28 de Setembro*.

Assim, este jornal representava a voz dos excluídos e esquecidos da sociedade de Pouso Alegre, que enxergavam neste impresso produzido por um clube de negros, de pobres e de operários, as suas ideologias e valores inscritos nas poucas folhas do jornal e inserindo-se nos espaços e no cotidiano da cidade.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Alexandre de (coord.) **Pouso Alegre Através dos Tempos. Seqüência Histórica.** Câmara Municipal de Pouso Alegre/Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. Pouso Alegre. 1997.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. In: **Revista Projeto História, n.º 35.** São Paulo: EDUC, 2007.
- _____. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana- 1890-1915.** São Paulo: Edusc/Fapesp, 2000.
- GOUVÊA, Otávio Miranda. **A História de Pouso Alegre.** 2º ed. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2004.
- GUARNIERI, Ivanor Luiz. ALVES, Fábio Lopes. **Imagens do cotidiano e temporalidades: historiografia e imprensa.** Porto Velho. Labirinto - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. 2007. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo104.html>. Acesso em 28/05/2012.
- Jornal **O 28 de Setembro.** Pouso Alegre. 26 de outubro de 1922, ano I, n.º 8. Pertencente aos arquivos do Museu Histórico Municipal de Pouso Alegre.
- Jornal **O 28 de Setembro.** Pouso Alegre. 7 de setembro de 1922, ano I, n.º 6. Pertencente aos arquivos do Museu Histórico Municipal de Pouso Alegre.
- Jornal **O 28 de Setembro.** Pouso Alegre. 8 de junho de 1922, ano I, n.º 2. Pertencente aos arquivos do Museu Histórico Municipal de Pouso Alegre.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas.** 2º ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- QUEIRÓZ, Amadeu de. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa.** 2º ed. Borda da Mata/MG: Gráfica Imagem, 1998.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias.** 1º ed. 1º reimpr. São Paulo: Edusp, 2005.
- SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor.** Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Discurso e Memória: o festejo do carnaval de Santa Rita do Sapucaí – MG.

Paola Nery de Carli
Graduanda - Universidade do Vale do Sapucaí
paolaccarli@gmail.com
Andrea Silva Domingues
Doutora - Universidade do Vale do Sapucaí
andrea.domingues@gmail.com

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar a ação dos diferentes grupos que coexistiram durante as comemorações do carnaval no município de Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, compreendendo como estes viviam e significavam a festa durante as décadas de 1960 a 1990, suas artes de fazer e se fazer no festejo como participantes e/ou organizadores. Metodologicamente para a análise deste festejo trabalhamos com um corpus documental composto de fotografias particulares e públicas, de depoimentos orais e jornais impressos, que auxiliam estas pesquisadoras compreender os diferentes discursos e memórias, conduzindo a compreensão das rupturas e/ou permanências dessa prática cultural.

Palavras-Chave: Memória, Festa, Cultura.

O presente artigo propõe uma análise acerca da festa carnavalesca da cidade de Santa Rita do Sapucaí, abordando a sociabilidade que se fazia presente no festejo e os (re) significados atribuídos pelos diferentes sujeitos históricos que a compõe ao longo dos anos e no presente. Portanto, busca-se compreender os diferentes olhares perante e sobre a festa, além das diversas experiências por ela proporcionada para os mais diversos sujeitos que direta ou indiretamente, a integravam.

Para se compreender essas experiências e (re) significados dado ao longo dos anos, faz-se necessário um diálogo entre categorias de análise historiográficas capazes de auxiliarem nessa reflexão e fontes sobre o festejo, as quais muitas vezes inibem ou desconsideram a presença daqueles que não estão no poder, mas cabe a nós, historiadores, através desses vestígios e silêncios das fontes oficiais, exercer um olhar político e histórico em nossas interpretações. Dessa maneira, propomos nesse trabalho a utilização de entrevistas, com esses sujeitos sociais que compõe a folia, uma vez que estas estão repletos de significados individuais e sociais, já que o indivíduo “incorpora não só o relembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, (re) significada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo” (PESAVENTO, 2004, p.95)

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Para compreendermos como se deu o Carnaval em Santa Rita do Sapucaí, faz-se necessário discutir a categoria festa, assim entendemos que :

Durante muito tempo as festas não interessaram à historiografia, que tratava da história da classe trabalhadora, do mundo do trabalho, do movimento operário ou dos movimentos sociais, já que a atividade festiva era vista, no máximo, como momento de divertimento, de lazer, quando não de alienação e de cooptação do trabalhador, momentos de distanciamento e de afastamento da luta por seus verdadeiros interesses. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.142)

Esse novo olhar voltado para as festas se deu com a alteração nos paradigmas históricos propostos pela Nova História, em que se passou a agregar também as experiências cotidianas e culturais vivenciadas pelos mais diversos sujeitos históricos que não estavam presentes, até então, na historiografia. Passou-se a agregar aqueles que até então, eram vistos como “despossuídos” (SANTOS, 2003) e a margem da sociedade e suas práticas.

A partir da importância dada pela historiografia marxista inglesa dos anos cinquenta e sessenta em diante, a historiografia brasileira descobre o caráter político das manifestações culturais populares, encontrando nas festas populares não apenas rituais que encenam e simbolizam as relações sociais que norteiam a vida destes personagens, como também serão consideradas como expressões de formas de ver o mundo, como expressões de valores, costumes, formas de pensar e ver que estão em conflito com o que seria a mentalidade, o imaginário ou a ideologia dominantes. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.143)

Desse modo, propomos através da análise da festa carnavalesca desconstruir a festa para melhor compreender o processo no qual ela se formou, buscando não somente a elite santarritense, mas também demais sujeitos de igual importância para que esse festa de fato, acontecesse.

Os principais blocos carnavalescos da cidade de Santa Rita do Sapucaí, são: Bloco dos Democráticos, Ride Palhaço e Mimosas Cravinas, sendo os dois primeiros conhecidos pela rivalidade marcante entre eles, responsável por moldar a festa e a população.

O depoente Luiz Carlos Lemos Carneiro, recorda um pouco dessa rivalidade.

Separava na época do Carnaval sabe, era uma rivalidade, uma rivalidade sadia sabe, de respeito não é... Então um num deixava ver a fantasia do outro sabe...era um rivalidade muito bacana. Eu participei por mais de 50 anos disso sabe, dessa rivalidade. E foi uma das coisas mais bacana que tinha em Santa

Rita, deixaram caba. Vinha gente de toda região pra ver o Carnaval daqui, o Carnaval daqui tanto o Ride quanto o Demo, as fantasias era confeccionada a mão, cê entendeu como é que é e ninguém ficava sabendo do que que o...¹

Ao observarmos a fala do depoente, podemos perceber que essa rivalidade era o que movia e contagiava o Carnaval na cidade atraindo inclusive, foliões de demais regiões, o que demonstra que durante a festa a cidade recebia muitas pessoas de outras cidades, o que possibilitava uma troca diferentes praticas culturais e sociais. Desse modo, havendo uma maior movimentação no palco da cidade, e mudanças no cotidiano nos dias de festejo, onde as consideradas estruturas oficiais tornam-se aparentemente menos rígidas.

Peter Burke ao analisar o Carnaval Europeu entre os anos 1500-1800, nos remete que:

O Carnaval não se opunha apenas à Quaresma, mas também à vida cotidiana, não só aos quarenta dias que começavam na Quarta-Feira de Cinzas, mas também ao resto do ano. O Carnaval era uma representação do “mundo virado de cabeça para baixo (BURKE, 2010,p.256)

O depoente também discorre sobre a confecção das fantasias, as quais assim como os carros alegóricos e demais alegorias que compunham o festejo era um dos grandes formadores dessa grande rivalidade, entre os dois blocos, pois um bloco não deixava o outro ver sua fantasia antes do momento do desfile, o que gerava uma expectativa ainda maior nos foliões de ambos os lados que esperavam pelo melhor de seu bloco, acirrando o desfile o carnaval da cidade.

Retomando novamente as memórias de Luiz Carlos, o narrador nos diz “deixaram caba” remete-se aos dias atuais, em que ambos os blocos desfilam esporadicamente, fazendo então uma ligação entre o passado e o presente, onde os desfiles e os blocos ganharam um novo significado para a sociedade. Deixa transparecer em sua narração as palavras “ eu participei por mais de 50 anos disso sabe, dessa rivalidade”, sentimentos diversos , como sua tristeza ao ver essa rivalidade e os desfiles acabar, até mesmo como algo distante dos “50 anos” em que ele participou.

Observa-se, portanto, como a festa é significada pelo Senhor Luiz Carlos, tanto pelo tempo em que esteve ligado aos blocos, quanto pela rivalidade, e também por considerar a folia “uma das coisas mais bacana que tinha em Santa Rita”.

Utilizamos neste momento das palavras de Portelli:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquele que nos conta menor sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre

¹ Trecho da entrevista cedida por Luiz Carlos Carneiro no dia 19 de março de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.

revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (1997, p.31)

Uma vez que a História é a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2002), são eles nossos principais objetos de análise com suas lutas cotidianas estão a todo momento resistindo, procurando táticas de sobrevivência em uma sociedade com interesses e valores contraditórios, faz-se necessário portanto compreendermos essa constante luta e resistência, por eles enfrentados cotidianamente como um modo de vida, que perpassa por sua cultura. (KHOURY, 2002), Luiz Carlos continua sua narração:

Não, esse ano eu criei um bloco, é o que sobrou, contratei uma banda de música, meus amigos me deram dinheiro sabe, porque eu sempre gostei de Carnaval. O Sol Nascente fui eu que fundei, era meu. Fui eu, o Juca carteiro, o Samuelzinho, Zé Vitor filho do pai do Roque Junior, fundamo a escola de samba porque aqui o negro não tinha espaço. E tinha a escola, tinha o Bloco da Maria Bonita que era Mimosas Cravinas da Maria Bonita. Aí surgiu do Tunico, que era os sambistas do morro sabe, mas não falava nada, só descia, é o sambista do morro, ho ho ho, é o sambista do morro e descia e dava uma volta na praça, era raça negra, era isso.²

Ao Luiz Carlos continuar rememorando o Carnaval da cidade, cita a criação de outros blocos, com o intuito de representar segundo ele a “raça negra” na cidade, pois esta não tinha seu espaço na folia. Ao citar o Bloco Mimosas Cravinas remete-se ao tempo em que o bloco ainda contava com seus desfiles de rua e bailes que ocorriam na Associação José do Patrocínio, fundando por Maria Bonita, mulher negra e bastante querida na cidade.

O Bloco Mimosas Cravinas foi fundado no ano de 1920, antes dos blocos Ride Palhaço e Democráticos, que tiveram sua fundação nos anos de 1934 e 1935, respectivamente. Contudo, seu primeiro desfile nas ruas foi no ano de 1932. Maria Bonita, era filha de ex-escravos, criada no Bairro Rua Nova, que nos anos 30, era um bairro marginalizado socialmente ao ser considerado um bairro da classe negra de Santa Rita do Sapucaí.

Foi dessa maneira, como recorda o depoente Luiz Carlos Lemos Carneiro, quando da extinção do desfile do Mimosas Cravinas, é que ele e amigos vendo a necessidade de se representar “a raça negra” da cidade criaram outros blocos com esse intuito.

² Trecho da entrevista cedida por Luiz Carlos Carneiro no dia 19 de março de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.

O Bloco Mimosas Cravinas era destinado em sua maioria a população negra da cidade, já os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos contavam com a elite santarritense financiando-os, como percebemos na fala de Luiz Carlos:

É, geralmente as, quem, isso nos dois blocos, as fantasias de carro eram as fantasias mais luxuosas elas ficavam mais caro pra quem ia desfilhar, você entendeu o que, então quem tinha mais dinheiro alugava a fantasia e ia em cima dum carro, ia se destaque né, era uma fantasia mais cara, agora, eu acho que o Ride fazia isso, pelo Democrático eu sei, o que acontecia... Havia gente que trabalhava, famílias que trabalhava no bloco e eles davam fantasia pra sair sabe... Agora hoje, ta difícil até pro cê arrumar gente pra sair no bloco. Aquela época, cê tinha que disputar lugar sabe. Num é da minha época tinha Carnaval no Centro Operário, tinha Carnaval Associação Zé do Patrocínio, tinha Carnaval no Crube Santarritense, então tinha Carnaval pra todos os lados. Hoje, acabou.³

Novamente, o depoente Luiz Carlos rememora sobre os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos, fazendo alusão aos diferentes papéis sociais durante o desfile. Quem desfilava nos carros, eram aqueles que desembolsavam uma maior quantia de dinheiro pelas fantasias, “ia de destaque né”, ocupando dessa maneira um papel central na figurativa peça de teatro que se encenava em cima dos carros com seus temas e também nas ruas pelas quais os blocos passavam. Ainda segundo o depoente haviam aqueles que desfilavam, pois suas famílias trabalhavam na execução do bloco, recebendo em troca fantasias para o desfile.

A festa carnavalesca se dá a partir de um acordo, o de que todos os sujeitos estão de acordo que aqueles dias anteriores à Quaresma, são dias de comemoração, maneira encontrada pela população de aproveitar cada momento antes das privações que seriam impostas pelo seu início, uma vez que, antigamente, durante esse período passava-se quarenta dias em absoluta abstinência de carnes, bebidas, sexo e diversão. “ A partir dessa concordância inicial, entretanto, as disputas se estabelecem, pois cada um dos grupos procura ocupar o espaço da festa e impor seu ponto de vista e sua forma de brincar” (FERREIRA,2004, p.69).

Assim, o narrador cita também os carnavais nos espaços institucionalizados, os clubes: Centro Operário, Associação Santarritense José do Patrocínio e Clube Santarritense. Compreendemos dessa maneira que cada grupo encontrava sua maneira e espaço para a folia.

³ Trecho da entrevista cedida por Luiz Carlos Carneiro no dia 19 de março de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Dona Thereza, mais uma de nossas narradoras, era freqüentadora da Associação José do Patrocínio e se recorda de quando entrava nos bailes ainda muito jovem: “ah, o baile era muito bom, com muita gente dançando, branco e negro misturado, conjunto ao vivo...”⁴

Participava também do desfile do bloco Mimosas Cravinas, e nos relata que o bloco ia para as ruas com a ajuda de cada um dos seus integrantes, demonstrando a força, união e amor daqueles que desfilavam e sua vontade em desfilarem ao confeccionar sua própria vestimenta.

Não tinha financiamento não, era... cada um se virava com sua fantasia, ajudando Dona Maria, ela pedia, a gente ajudava [...] Não, não, tinha não, carros alegóricos só tinha Ride e Demo... e um bloco assim pobre, não tinha condições de ter um carro alegórico.⁵

Dessa forma, como nos relata Thereza ao fazer sua própria fantasia, o sujeito se sentia parte integrante do processo carnavalesco. Sobre isso, Burke vem nos alertar:

Eram ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, bebiam e consumiam tudo o que tinham. [...] Em oposição ao cotidiano, era uma época de desperdício justamente porque o cotidiano era uma época de cuidadosa economia. Seu caráter de ocasião especial vinha simbolizado nas roupas que o povo usava para dela participar - as melhores.” (BURKE, 2010, p.243)

Portanto, compreendemos que a folia está repleta em si de um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais que acabam por moldá-la seja nos seus modos de brincar e pular o carnaval, nos espaços em que se dá, nas fantasias e carros utilizados e na maneira como são lembradas, uma vez que os blocos Ride Palhaço e Bloco dos Democráticos tornaram-se referência do carnaval santarritense por serem financiados por membros elitistas, o que facilitou na perpetuação de uma memória oficial. Contudo, não menos importante, era os demais blocos, incluindo o Bloco Mimosas Cravinas, pois dava aos demais sujeitos históricos a possibilidade de brincar a festa.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Festas pra que te quero: por uma historiografia do festejar*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011

⁴ Trecho da entrevista cedida por Thereza Perereira Ribeiro no dia 8 de agosto de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.

⁵ Entrevista cedida por Thereza Perereira Ribeiro no dia 8 de agosto de 2013 em Santa Rita do Sapucaí.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa: 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERREIRA, Felipe. *O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Revista Projeto História. PUC, São Paulo, n. 14, 1997.

**Máscaras, flores e divinos: A cultura material da festa do
Espírito Santo de Pirenópolis/go**

Amanda Alexandre Ferreira Geraldés
Mestranda - PUC-SP
amandaalexandre@gmail.com

RESUMO: A Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás, ocupa um espaço especial no imaginário coletivo da comunidade. Neste artigo, cuja pesquisa se encontra em desenvolvimento para a elaboração da dissertação de Mestrado, iremos apresentar uma breve descrição dos tempos da festa e as muitas formas de celebrar o Divino. A pesquisa propõe analisar objetos da cultura material produzidos para a festa e busca identificar a relação estabelecida entre os significados dos símbolos e suas representações na coletividade da comunidade. Para tanto, entendemos que os saberes, as artes de fazer e a tradição são sustentados por uma memória e constroem identidades coletivas e individuais. A escolha metodológica parte do trabalho com fontes da Cultura Material, História Oral e Iconografia.

Palavras-chave: Festas, Cultura Material, História Oral.

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é uma festa religiosa que acontece tradicionalmente na cidade desde 1819. Consolidando sua relevância e sua memória, a celebração obteve pelo IPHAN em 2010 o registro como Patrimônio Cultural Imaterial, sendo então a segunda manifestação registrada no Livro das Celebrações, na qualidade de bem imaterial, realizada no país. A festa tem duração de quase dois meses, mas seu auge acontece no Domingo de Pentecostes, 50 dias após a Páscoa, data que representa a vinda do Divino Espírito Santo sobre os apóstolos de Cristo. Essa data marca na festa o início das famosas Cavalcadas – uma encenação que representa a luta dos cristãos liderados por Carlos Magno nas Cruzadas contra os mouros. De origem medieval, a celebração chegou ao Brasil na época colonial, prestando-se como forma de catequização e expressão religiosa.

Celebrar Pentecostes é parte da liturgia católica. A Festa do Divino é uma celebração muito comum em todo o país. No entanto, em Pirenópolis a festa tem suas particularidades. São muitas as manifestações que compõem as comemorações ao Divino: além do Império do Divino, lá encontramos as folias, novenas, missas e procissões, as pastorinhas, as cavalcadas e os mascarados, as congadas e os congos, as bandas de música, os reinados e juizados. É uma festa de grande porte que reuniu ao longo do tempo todas essas manifestações para celebrar o Divino.

Os tempos da festa e as festas dentro da festa

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O cronograma da festa é complexo: cerca de vinte dias antes de Pentecostes iniciam as Folias do Divino Espírito Santo¹. Atualmente são dois grupos de folias que fazem os giros e os pousos: a “folia do povo” e a “folia do padre”, essa organizada pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário – local onde se concentram as atividades religiosas da festa. As folias (que podem ser rural e urbana) saem e chegam em datas diferentes e têm cerca de dez dias de duração cada uma. Por volta de quinze dias antes do domingo de Pentecostes iniciam os ensaios dos cavaleiros das Cavalhadas. Faltando nove dias para o domingo de Pentecostes inicia-se a Novena do Divino Espírito Santo, sempre numa sexta-feira. O início da novena marca no calendário oficial a “abertura” da festa. Durante os nove dias de novena a cidade amanhece com duas alvoradas – a primeira às 4h com a banda de Couro e a segunda às 5h com a tradicional banda Phôenix. Fogos e roqueiras são disparados nesses nove dias de alvorada que se seguem com a missa e a novena, já no período noturno, às 19h. No último dia da novena – sábado, véspera de Pentecostes – ocorre a procissão dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento² para a bênção e o levantamento do Mastro, acontecendo em seguida a tradicional queima de fogos e a apresentação do auto de natal “As Pastorinhas” no teatro da cidade.



Imagem 1

Chegada da Folia Renovação Cristã na Fazenda Mateus Machado. 2012.



Imagem 2

Bênção e levantamento do Mastro, 2012.



Imagem 3

Auto natalino “As Pastorinhas”, 2012.

¹ As Folias mais tradicionais partem à cavalo percorrendo um trajeto pelas fazendas da zona rural da cidade. Com o objetivo de recolher donativos para a festa, os foliões fazem os giros com a bandeira do Divino, acompanhados pela comunidade que participa do evento e pelos anfitriões da casa que oferecem o pouso e o alimento. A dinâmica alimentar é característica primordial no processo das folias, constituindo um ato de fé e um comportamento festivo compartilhados socialmente.

² A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada em 1732 e constitui-se como um grupo de devotos que preservam os valores religiosos, promovendo solenidades e encontros relacionados à fé cristã e cuidando dos bens e interesses da igreja.

É chegado o dia mais esperado: o Domingo de Pentecostes. Após as alvoradas, segue o Cortejo Imperial, saindo da casa do Imperador³ rumo à igreja. Depois da missa é realizado o sorteio do próximo Imperador e dos mordomos. Terminado o sorteio, um novo cortejo sai da igreja rumo à casa do atual imperador. Nesse cortejo seguem: o Imperador e sua família ocupando lugar de honra na procissão, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Procissão das Virgens (meninas vestidas de branco), as bandas de Couro e Phôenix e por fim a comunidade que acompanha para receber do Imperador os cumprimentos e as tão esperadas Verônicas de Alfenim e os pãezinhos do Divino⁴. Na casa do Imperador fica exposto o altar em homenagem ao Divino, exibindo a Bandeira, a Coroa e o Cetro – símbolos do Espírito Santo.



Imagem 4

Chegada do Cortejo Imperial à Igreja, 2012.



Imagem 5

Saída do Cortejo Imperial após a missa, 2012.



Imagem 6

Irmandade do Santíssimo Sacramento no Cortejo Imperial, 2012.



Imagem 7

Procissão das Virgens no Cortejo Imperial, 2012.

³ O Imperador é o festeiro, figura responsável pela administração e divulgação da festa. Ele representa grande autoridade e status, pois foi escolhido pelo Divino para ocupar tal posição de honra e carregar seus símbolos do Império: a coroa e o cetro.

⁴ Quando o cortejo chega à casa do Imperador, as bandas entram para a área preparada para o evento (geralmente um pátio ou a área externa da casa) que é onde fica o altar ao Divino. Todas as pessoas que participaram da procissão se organizam em uma fila para receber as lembrancinhas. A banda toca o Hino do Divino e após esse momento os familiares do festeiro começam a distribuir as verônicas, que são doces feitos de açúcar – o alfenim, uma massa branca e muito delicada – que são trabalhadas à mão e moldadas em formato circular com motivos do Divino, e os pãezinhos do Divino, ambos embalados especialmente para a ocasião.

Esses objetos possuem um *status sacro*: na procissão as pessoas se debruçam para tocá-los e pedir graças. Todas essas atividades – que iniciaram às 4h da manhã – se prolongam até o horário do almoço. E é preciso estar atento: a abertura das Cavallhadas começa às 13h no campo conhecido como “Cavallódromo”⁵. Durante toda a tarde do domingo acontece o primeiro dos três dias de encenação das Cavallhadas. Ainda no domingo, na missa à noite, temos a posse do novo Imperador, que junto com os mordomos já começam a pensar os preparativos para a festa do próximo ano. O novo ciclo se inicia antes mesmo que o ciclo corrente termine.



Imagem 8

Chegada do cortejo à casa do Imperador, 2012.



Imagem 9

Bandeira do Divino em residência, 2012.



Imagem 10

Altar do Divino na casa do Imperador, 2012.



Imagem 11

Embalagem com as Verônicas de Alfenim e os pãezinhos do Divino, 2012

A segunda-feira começa com o Reinado de Nossa Senhora do Rosário: o cortejo, a missa e a festa do Reinado – os reinados e juizados seguem a mesma estrutura dos cortejos do Imperador do Divino: o cortejo busca o rei e a rainha em sua residência, seguindo para a igreja onde acontecerá a missa. Após a missa o cortejo retorna da igreja para a residência do rei e rainha onde acontece a “festa” e são servidos os quitutes para a comunidade. Esse movimento ocupa

⁵ Cavallódromo é o espaço onde se encena a performance das Cavallhadas. Foi construído especialmente para esse fim e sua inauguração é recente, em 2006. Essa mudança, conseqüentemente, alterou toda a cartografia da festa e também a relação do público x espetáculo e toda essa dinâmica presente no ritual.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

todo o período da manhã e às 13h dá-se continuidade ao segundo dia da encenação das Cavallhadas.

Na terça-feira acontece o Juizado de São Benedito – nos mesmos moldes do Reinado – e no período da tarde o último dia das Cavallhadas. A festa termina oficialmente em meados de junho, no dia de *Corpus Christi*, data em que o mastro é descido e se comemora o encerramento da festa com um grande almoço que é oferecido para todos os envolvidos na festa. E nesse mesmo final de semana ainda acontecem na cidade as Cavallhadinhas Mirins, onde as crianças participam e atuam nos mesmos moldes da festa ocupada pelos adultos.



Imagem 12

Mascarado – A morte de chapéu, 1992.



Imagem 13

Mascarado Curucucu, 1992.



Imagem 14

Rei Cristão (Azul), 2013.



Imagem 15

Rei e Cavaleiros Mouros, 1992.

Memória e representação na cultura material

É interessante observarmos alguns aspectos na dinâmica da festa: 1. Como a memória é construída na vida cotidiana coletiva e nos ritos da festa; 2. Como é estabelecido o calendário das atividades de produção dos objetos da cultura material; 3. A teatralidade que reveste toda a dinâmica dos ritos e representações; 4. As relações de poder e suas tensões que são mascaradas pela ordem própria da festa; 5. A dominação simbólica presente na cultura material. Para

compreender esses aspectos apontados, primeiro precisamos pensar nos conceitos das palavras-chave que norteiam o trabalho.

Buscamos conceituar a *feira* para compreender melhor as relações entre a dinâmica dessa prática social e a produção da cultura material. Fundamentamos em Bakhtin esse conceito, uma vez que se tratando de uma festa religiosa nota-se a profunda relação com o sagrado nas manifestações e suas representações. Segundo Bakhtin, a *feira* é algo maior que a experiência puramente humana:

As festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo. Os “exercícios” de regulamentação e aperfeiçoamento do processo do trabalho coletivo, o “jogo no trabalho”, o descanso ou a trégua no trabalho nunca chegaram a ser verdadeiras festas. Para que o sejam, é preciso um elemento a mais, vindo de uma outra esfera da vida corrente, a do espírito e das idéias. A sua sanção deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa. (BAKHTIN, 1987: 7-8)

Entendemos a festa como uma expressão fundamental presente na dinâmica cultural. Sua ordem própria revela concepções de mundo e, no âmbito religioso, pensamos na relação metafísica existente que desenvolve na comunidade vivências de profundo respeito, devoção e sacralização, culminando em verdadeiras experiências de contato com o sublime.

A cultura material é o suporte material físico de reprodução da vida social e que é apropriado socialmente pelo homem. Por apropriação social entendemos como uma intervenção humana, segundo padrões e normas culturais, sendo essa ação coletiva e não aleatória ou individual. Esses artefatos, no entanto, precisam ser considerados em duas vias: como *produtos* e como *vetores* de relações sociais, cumprindo ambas funções: como resultado de práticas sociais, mas também como possibilitadores de novas relações sociais. (Bezerra de Meneses, 1983: 112-113). A abordagem da cultura material é, portanto, um campo de reflexão que é associado a uma fonte, um objeto, um suporte material que é utilizado para compreender as práticas sociais, mas que, no entanto, não se limita a esse artefato.

E qual a relação que podemos estabelecer entre cultura material e memória? Naturalmente existe uma tradição, provavelmente oral, na transmissão dos saberes quanto à feitura desses objetos. Podemos também pensar numa memória coletiva relacionada aos artefatos e ao espaço material que os cercam. Para tanto, Halbwachs explica que:

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006: 170)

Pensando no espaço da cidade de Pirenópolis e também na cartografia da festa, podemos afirmar que tal relação espaço-memória coletiva se dá quase que naturalmente na rotina da comunidade, uma vez que a cidade carrega uma História em suas ruas calçadas de pedra, nas paredes das casinhas do século XVIII e em todo o festejo ao Divino. Perceber a cidade também como objeto de cultura material faz parte da dinâmica, pois não podemos nos esquecer que a cidade propriamente é material. Os objetos materiais também são responsáveis na construção dessa memória. Os saberes e os fazeres permeiam o cotidiano e possuem um calendário específico que antecede o calendário das celebrações. A proposta de identificar quais as representações estabelecidas nos objetos da cultura material se baseia na compreensão defendida por Gonçalves:

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos. [...] Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva. (GONÇALVES, 2007: 15)

Assim, buscamos analisar as transformações desses objetos ao longo do tempo e quais são as representações e significados simbólicos que esses carregam em cada tempo-espaço compreendido. Além da relação do espaço com a construção de uma memória coletiva, temos

nesse acervo vivo de memória um importante aspecto: as identidades que são construídas e sustentadas, tanto individualmente quanto coletivamente:

A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família. A memória é inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo e do entrecruzamento de tempos múltiplos. A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente. (DELGADO, 2010: 38)

Essas distinções em grupos privados podem ser atribuídas ao caráter da festa aos papéis que cada pessoa/grupo representa na “encenação” ritualística apresentada. Recorremos ao conceito de representação proposto por Chartier para entender como essa base teórica se aplicaria no trabalho proposto:

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. (CHARTIER, 2011: 20)

A cultura material e suas representações se significam na prática. Essa teatralidade encontrada nos ritos da festa desempenha distintos papéis e funções sociais. Para compreender o que cada um representa, precisamos identificar os cenários, os atores e seus papéis na festa. Compondo essa teatralidade, os objetos representam, portanto, simbolicamente um status na dinâmica da festa. São poderes invisíveis que correspondem a uma dominação, que segundo Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam

e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2011: 11)

Entendemos os *sistemas simbólicos* de Bourdieu na festa quando percebemos tensões presentes na dinâmica social, mas que, no entanto são mascaradas de certa forma na prática festiva. Não atribuímos esse caráter da dominação simbólica a uma estrutura de separação da comunidade em classes ou conflitos visíveis durante a festa, até porque toda a manifestação ao Divino tem uma característica muito forte de união em toda a comunidade, contudo, os símbolos representados pela cultura material são claramente divididos em funções e aspectos muito delimitados para cada grupo e para cada atuação no cenário da festa. Podemos exemplificar essa questão com o fato do próprio sorteio do Imperador e dos Mordomos exigir padrões e regras sociais e de valores religiosos específicos para participação, que são regulamentados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Atualmente, o sorteio é restringido aos membros desta Irmandade.

Os saberes e as artes de fazer

Os saberes, as artes de fazer e a tradição são sustentados por uma memória e constroem identidades coletivas e individuais. Por saberes entendemos como as táticas dos modos de saber e das artes de fazer os objetos da cultura material. Permeando a tradição, a oralidade e o cotidiano, “Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.” (CERTEAU, 1994: 41). Assim, entendemos que na produção da cultura material não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. (MAUSS, 2003: 407). Dessa forma, buscamos compreender as relações estabelecidas entre a memória e a tradição e como são construídas as identidades coletivas e individuais. Gonçalves explica que: “Enquanto “objetos cerimoniais”, eles não apenas demarcam posições sociais, mas permitem que os indivíduos e os grupos sociais percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto os objetos materiais que os simbolizam”. (GONÇALVES, 2007: 21). Portanto, ao analisar as representações simbólicas dos objetos, identificamos o sistema simbólico do grupo.

Segundo Lemonnier (apud ZUSE, 2008):

As escolhas técnicas são representações sociais que formam uma tecnologia ou uma ação tecnológica; são componentes do grande sistema simbólico e indicadores de significados e símbolos. São opções adotadas pelos artesãos, de

maneira consciente ou inconsciente, como a escolha de usar ou não certos materiais disponíveis, dos instrumentos a ser utilizados numa ação técnica, a escolha dos processos tecnológicos - conjunto de ações e seus efeitos sobre a matéria - e os resultados desses processos, a escolha de como a ação deve ser executada. (LEMONNIER, 1992: 5)

Esse imaginário participa diretamente no desenvolvimento dos produtos culturais utilizados na festa. Para compreender a produção dessa cultura material iremos investigar a construção desse imaginário. A memória sustenta a tradição e continuidade da Festa do Divino. Propomos registrar os saberes que constituem essa memória coletiva para compreender a construção identitária nas manifestações. Bosi diz que “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994: 55). Para isso, propomos verificar as experiências nas “memórias dos velhos” que participam da festa tradicionalmente para construir um memorial comparativo da festa, que seria um inventário de memórias para registro e análise desse *corpus documental* da memória oral, possibilitando assim um comparativo das memórias ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. In: Revista de História nº 115, p. 103-117, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 2ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades.** 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio.** Rio de Janeiro, Depto de Museus e Centro Culturais, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- LEMONNIER, Pierre. **Elements for an Anthropology of Technology.** Ann Arbor: Michigan, 1992.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ZUSE, Silvana. **Cerâmica Guarani e de Contato: Permanências e Mudanças Técnicas em uma Redução Jesuítica do Início do século XVII.** In: Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS, 2008.

Do cotidiano do aluno à história da cidade – As visitas monitoradas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Michelle Márcia Cobra Torre
Mestre - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
michelle torre@pbh.gov.br

RESUMO: O texto irá tratar da reformulação de uma das ações educativas desenvolvidas pelo *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* – APCBH, as visitas monitoradas, nas quais são recebidos estudantes do ensino fundamental, em sua maioria alunos entre nove e 12 anos. Em 2012, o novo roteiro foi implantado. Nesse trabalho, apresentamos essa experiência e discutimos as principais mudanças trazidas pelo novo modelo.

Palavras-chave: Ação Educativa, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Visita Monitorada.

Contexto da reformulação

A partir do diálogo estabelecido entre professores, alunos e APCBH, a instituição percebeu a necessidade de reavaliar o modelo de visita vigente, o que levou a uma remodelagem desta ação educativa em 2011. Nesse ano, o roteiro da visita foi discutido pela equipe e reestruturado, incluindo-se novos recursos e estratégias pedagógicas que visavam promover uma melhor interação entre visitantes, acervo e função social do Arquivo.

A equipe do Arquivo já vinha refletindo sobre a necessidade de uma reformulação da visita há algum tempo. Em 2011, dois acontecimentos propiciaram pensar nessa mudança de forma efetiva: o ingresso do APCBH no projeto “Circuito de Museus” e as comemorações dos 20 anos do APCBH. Assim, planejou-se, para aquele ano, um exame e uma reformulação das visitas monitoradas ao *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*.

A experiência propiciada pelo projeto “Circuito de Museus” foi essencial para nos guiarmos no exame dos limites e das possibilidades para a mudança das visitas. O projeto “Circuito de Museus” se configura numa parceria de diferentes instituições da cidade - voltadas para a memória, as artes e as tecnologias - com a *Secretaria Municipal de Educação* (SMED). Há três circuitos que os professores escolhem para participar com suas turmas - Circuito Ciências e Tecnologia, Circuito Artes Plásticas e Circuito Histórico - sendo que cada uma que participa de um desses circuitos deve passar pelas quatro instituições que fazem parte do circuito escolhido. O

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

APCBH está inserido no Circuito Histórico composto também, em 2011, pelo Museu Histórico Abílio Barreto, pelo Museu de Artes e Ofícios e pelo Memorial Minas Vale.

A partir daí as demandas por visitas monitoradas passaram a ser por duas vias - ou os professores entravam em contato de forma espontânea ou estavam participando do projeto “Circuito de Museus”. Com a inserção nesse projeto, além do aumento da quantidade de atendimentos, também foi possível que a equipe do Arquivo obtivesse um retorno qualitativo dos alunos quanto às visitas, uma vez que, ao final de cada rodada do circuito, os estudantes apresentam um produto como trabalho de conclusão.

Percebemos tanto por esses trabalhos, apresentados no formato de uma exposição, como por uma longa experiência de visitas ao APCBH, que não era construída uma ponte entre os estudantes e o Arquivo enquanto lugar de identidade, ou seja, havia uma dificuldade deles se reconhecerem nesse espaço e o reconhecerem como um lugar de memória e patrimônio inserido no cotidiano da cidade e mesmo em suas vidas.

As particularidades da instituição, em relação às outras participantes do projeto, atentaram para a necessidade de uma reflexão no sentido de trazer o Arquivo para o cotidiano do aluno, de uma forma diferenciada da que vinha sendo trabalhada até então.

Uma instituição como o Arquivo, diferente dos museus, geralmente, não se constitui enquanto lugar possuidor de atrativos para os estudantes. Não há exposições, painéis ou objetos curiosos, de épocas remotas, para serem visitados. Assim, verifica-se que há uma dificuldade de abstração dos estudantes quanto ao entendimento das particularidades desse espaço. A visita monitorada realizada pelo APCBH, muitas vezes, era entendida pelos alunos, e mesmo professores, como uma visita a mais um museu, mas sem os atrativos de um museu.

Que lugar era esse que os estudantes visitavam e não havia o que ver? Muitos se sentiam frustrados por irem ao Arquivo e não se depararem com uma exposição e, além disso, verem pessoas falarem sobre as atividades realizadas por um lugar que parecia ser distante de suas vidas. Apesar do modelo de visita utilizado nesse momento ter uma preocupação com a construção dessa “ponte” entre o estudante e a instituição, como o vídeo documento, que busca fazer um paralelo entre o arquivo pessoal do estudante e o arquivo da cidade, essas questões pareciam se dissolver no decorrer da visita. O momento mais interessante para os alunos, quando se conseguia estabelecer um reconhecimento de pertencimento a um lugar, era a atividade com as fotografias de Belo Horizonte, na qual eram projetadas fotos do passado e do presente, mostrando as permanências e mudanças nos espaços da cidade. Nesse momento, os estudantes

conseguiram estabelecer relações de pertencimento àquele espaço e reconhecer o Arquivo como lugar de “abrigo” dessa história.

Nesse sentido, refletiu-se sobre a necessidade de uma mudança no conceito da visita monitorada, com a utilização de novos meios e técnicas de interpretação da instituição. Foi visando a atender particularmente esse público tão presente no cotidiano da instituição, que, no contexto das atividades comemorativas dos 20 anos do APCBH, em 2011, realizou-se a elaboração de um novo modelo para as visitas monitoradas. A comemoração dos 20 anos incluía uma série de atividades voltadas para a reflexão da instituição sobre si mesma, momento propício para nos voltarmos também para a reflexão de nossas ações educativas. Dentro do que chamamos de “Projeto 20 anos”, foi possível incluir, como uma de suas atividades, a reformulação das visitas monitoradas, com a formação de uma equipe que se debruçou sobre o exame das limitações e possibilidades de mudança, assim como a utilização dos recursos do projeto direcionados para esse fim.

Novo conceito da visita

A reformulação da visita monitorada se pautou na mudança de perspectiva do que o Arquivo poderia oferecer ao estudante, numa tentativa de se aproximar de seu cotidiano, inserindo-o no contexto da discussão sobre arquivo, que inclui a seleção do que é importante e preservação de acervo documental, com medidas que podem ser realizadas por todos. Nesse novo modelo, o estudante passa a se perceber como sujeito produtor e receptor de documentos, sendo, por isso, responsável pela preservação daqueles documentos considerados de guarda permanente para ele. Assim, esse modelo propicia que o aluno reflita sobre a sua prática e a de uma instituição como o APCBH, criando uma identificação com o trabalho realizado por ela.

O estudante se percebe como produtor e receptor de documentos, realizando o trabalho de seleção com base em critérios como o que é mais importante guardar/preservar, e do valor probatório e de lembrança. Ele se conscientiza de sua responsabilidade em relação à preservação desses documentos.

Assim, esse modelo propicia que o aluno reflita sobre a sua prática e a de uma instituição como o APCBH, criando uma identificação com o trabalho realizado por ela.

A visita se configura como momento de sensibilizar os alunos para a importância da preservação e da valorização do patrimônio documental – pessoal ou coletivo – além de propiciar a construção de uma auto-representação dos estudantes como produtores, gestores e preservadores de documentos, memórias e identidades, sejam elas individuais ou coletivas.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O conceito que embasa o projeto – “É importante? Vamos preservar!” – sintetiza o objetivo geral do novo modelo de visita. A partir da concepção de educação patrimonial como processo, atribui-se à visita mais um sentido de etapa de formação do cidadão, do que de apresentação formal da instituição arquivística. A reflexão sobre a importância atribuída a algo – e a consequente decisão de colocá-lo na categoria de “documento” e arquivá-lo – visa a possibilitar a discussão sobre a atribuição de valor simbólico às nossas produções. O ponto de partida para essa reflexão será a desconstrução da noção de documento de arquivo como aquele antigo, escrito pelas autoridades e carimbado, apresentando aos estudantes os diversos formatos e suportes da documentação. Tomando como documento qualquer produção humana que forme a identidade de determinado coletivo e informe sobre a produção mesma dessa identidade.

Isso é feito a partir do estabelecimento de uma relação entre a documentação do acervo do APCBH e os documentos dos alunos, produzidos e recebidos por eles em seu dia a dia. A intenção é mostrar como cada arquivo pode ser constituído de uma forma, dependendo de sua natureza e finalidade. Pretende-se também conscientizar o aluno de que cada arquivo ajuda a construir e a entender sobre a identidade de uma pessoa ou cidade, possuindo os documentos caráter tanto memorialístico e/ou histórico quanto probatório.

A busca de uma aproximação entre a instituição e o cotidiano do estudante, implica ainda na desconstrução da ideia senso comum de que arquivar é guardar, no sentido de vigiar, aprisionar, restringir o acesso. Pretende-se trabalhar o conceito de que arquivar é guardar, no sentido de preservar, o que implica atribuir sentido e ordem aos documentos, conservar sua integridade física, na medida do possível, e garantir o acesso a eles.

Recursos didáticos

Na visita monitorada, os alunos recebem dicas de como armazenar a sua documentação, de forma a preservá-la por um tempo maior, e de materiais, encontrados em papelerias ou mercados, que podem ser usados para a maior duração desses documentos. O trajeto da nova visita não exclui a ida ao ateliê do setor de Conservação do APCBH, mantendo como era realizado no modelo anterior.

O novo modelo de visita monitorada mantém a estrutura adotada anteriormente, como a mediação pela equipe do APCBH (historiadores e estagiários), a recepção na Sala de Visitas, a projeção do vídeo documento, a ida ao setor de Conservação e a ida aos Depósitos. O caminho percorrido dentro do Arquivo foi modificado. Antes, os alunos eram conduzidos aos depósitos pela escada principal do edifício do APCBH, passando novamente pelo hall de entrada antes de

chegar aos depósitos onde a documentação já havia sido tratada e arranjada; no novo modelo, os alunos fazem um circuito interno na instituição, visitando outros depósitos do edifício, onde se encontram documentos que ainda não foram tratados e arranjados, o que permite maior riqueza de experiências, pois os alunos poderão observar os diferentes ambientes onde se encontra a documentação em suas fases distintas dentro de um Arquivo, tendo uma percepção melhor do trabalho da instituição.

Para enriquecer visualmente a visita monitorada, foram produzidas plotagens que foram instaladas na Sala de Visitas e ao longo do percurso dos estudantes. A arte foi realizada com o intuito de criar uma identidade visual para as atividades de educação patrimonial do APCBH, com a elaboração de um “mascote”, que acompanha toda a visita, e de frases que “interrogam” os alunos com assuntos relacionados aos objetivos da visita. As plotagens são de grandes dimensões, com fundos de cores fortes como rosa choque, roxo, alaranjado e azul. O “mascote” da educação patrimonial é um caracol, cuja concha é a cidade de Belo Horizonte - identificada pelos edifícios e viaduto Santa Tereza - uma metáfora da estreita relação entre os sujeitos históricos e o lugar onde vivem, de como ambos se definem mutuamente e devem zelar um pelo outro.

Na Sala de Visitas, onde se inicia o diálogo com os alunos, a parede do fundo propõe que se pense: “Arquivo!? Que Arquivo?”. Na mesa da antesala da Conservação, onde são apresentadas as noções básicas de preservação documental, há um conjunto de ilustrações de objetos usados em procedimentos técnicos junto com o texto que traduz o conceito básico do projeto – “É importante? Vamos preservar!”. No alto da escada que conduz aos depósitos de documentos, a última parte da visita, questiona-se: “E aí, onde estão os documentos?”. Finalmente, entre o depósito de documentos não arranjados e o de documentos arranjados, uma última provocação: “Vale a pena arrumar essa bagunça?”. A ideia básica das intervenções pontuais no espaço físico do Arquivo é instigar a curiosidade e a reflexão dos alunos. Há ainda, na Sala de Visitas, a plotagem de um mapa de Belo Horizonte com a divisão da cidade em nove regionais, o objetivo é permitir aos alunos que se localizem no espaço geográfico da cidade, identificando a sua regional de origem, assim como as demais.

A estratégia encontrada para uma maior interação com o acervo do APCBH e a construção da noção de documento, foi a produção de *fac-símiles* de documentos da nossa instituição. Foram selecionados alguns documentos de leitura mais ágil, que estão em diferentes formatos e suportes – levantamentos aerofotogramétricos, projetos arquitetônicos, revistas,

cartazes, jornais do ônibus, fotografias, negativos, fitas cassete, fitas de vídeo, CDs e disquetes. A proposta é que os estudantes manuseiem os *fac-símiles* e participem de uma atividade lúdico-pedagógica. Para isso, os alunos serão divididos em sete grupos, cada grupo receberá uma caixa com *fac-símiles* de mesmo formato (as caixas são de diferentes formatos, de acordo com a forma de acondicionamento de cada documentação). Os documentos possuem informações sobre a regional da escola que está visitando o Arquivo, assim, os alunos, além de identificarem os tipos documentais que compõem a sua caixa, a partir da leitura que o mediador faz de dicas sobre as características desses documentos, a atividade também permite que o aluno perceba os documentos como fontes históricas, sujeitas a escolhas e interpretações. Desse modo, mesmo que não exista mais a atividade anterior em que se trabalhava com as fotografias de Belo Horizonte, numa perspectiva temporal, inserido-as numa narrativa sobre a cidade, a história da cidade ainda perpassa pela visita, mas agora são os estudantes que identificam nos *fac-símiles* elementos que ajudam a contar a história de sua regional.

Tendo em vista o exposto, se configuram como objetivos gerais do novo modelo da visita monitorada ao *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*:

1. Sensibilizar os alunos para a importância da preservação e da valorização do patrimônio documental – sejam seus documentos pessoais, sejam acervos relativos à cidade e à coletividade.
2. Favorecer, junto ao estudante de educação básica, a percepção de si como produtor, gestor e preservador de documentos, componentes de memórias e identidades (individuais e coletivas).
3. Apresentar o *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* aos visitantes, associando-o ao seu cotidiano no meio urbano.
4. Desenvolver o conceito da História como uma construção feita a partir de escolhas de fontes e de diferentes interpretações sobre elas, identificando os documentos como um dos elementos centrais desse processo.
5. Identificar as concepções prévias dos alunos de educação básica sobre “arquivo”, “patrimônio”, “documento” e “identidade”, visando avaliar o processo de educação patrimonial proposto pelo APCBH.

Ao final da visita, os estudantes receberão um “kit didático”, composto por materiais ligados

às atividades de conservação de documentos, que eles poderão utilizar na preservação de seus próprios documentos em casa. O kit contém cliques de plástico, cadarço de algodão, elementos para a produção de sachês de conservação, máscaras e luvas, lápis de ponta macia e borracha. Há dois materiais impressos que compõem o kit, que são um flyer explicativo de seu conteúdo (inclusive com instruções para a montagem dos sachês) e um “passaporte do pesquisador”, que é, a um só tempo, um documento de identidade e uma espécie de convite para que o aluno retorne ao APCBH com mais frequência. Além de foto e assinatura, o passaporte tem espaços para carimbos, que ali serão impressos a cada retorno do aluno para a realização de pesquisas na instituição. A produção desse kit se constitui como mais uma estratégia de interação do Arquivo com os estudantes.

Como apontado anteriormente, a reformulação da visita monitorada ao APCBH é fruto da adoção de uma nova perspectiva conceitual, bem como da elaboração de outros objetivos para a atividade. Para além de apresentar a instituição e seu acervo, a ação se destina à construção de uma percepção coletiva do valor social dos documentos, dos seus múltiplos usos e, identificado isso, das responsabilidades compartilhadas na sua preservação.

Contemporaneamente, os debates sobre o papel e as possibilidades de intervenções educativas em instituições arquivísticas têm ganhado corpo, tanto em função da crescente demanda social por essas atividades, quanto do adensamento das discussões no campo da Arquivologia.

A partir do exame de algumas ações educativas realizadas no âmbito do *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, nas últimas duas décadas, foram discutidas as contribuições teórico-metodológicas que os campos do Ensino da História e da Educação Patrimonial podem oferecer para a construção de referenciais para o desenvolvimento de projetos educativos em arquivos, especialmente arquivos públicos, cujas naturezas de acervo, gestão e função social guardam algumas especificidades.

O exame realizado permite afirmar que, a partir de seu lugar institucional, de suas vivências e de seus debates próprios, os arquivos são capazes de contribuir em processos educativos – escolares e não escolares –, agregando novas questões e novas abordagens a antigos problemas. Para que isso se realize, é fundamental que a instituição compreenda-se não como único ator desses processos, mas como um dos participantes que desenvolve a cena. Para tanto, é preciso que a instituição arquivística reconheça os lugares sociais e as especificidades dos sujeitos com quem interage, bem como a legitimidade de suas diversas demandas. Além disso, que considere,

ao projetar e desenvolver essas ações, as inúmeras mediações que perpassam os saberes por ela produzidos e, especialmente, as múltiplas possibilidades de apropriações dos acervos que custodiam.

Uma contribuição central da Educação Patrimonial para o desenvolvimento das ações educativas em arquivos é a compreensão de que o público-alvo da ação educativa, em última instância, são os sujeitos do processo de valorização e preservação dos bens culturais – e que esse processo é dinâmico e interminável. Os acervos documentais, como parte do patrimônio cultural de uma dada coletividade, não podem ser desvinculados desses sujeitos nos projetos educativos, tratados como objeto em si mesmos, com importância independente da relação que têm com suas comunidades de origem. Cultivar a relação entre esses dois pólos – acervo e comunidade –, fortalecendo os elos de pertencimento e de identidade, pode contribuir para a atribuição de valor simbólico aos arquivos e para a ampliação do entendimento da noção de cidadania dos consulentes.

A importância de se pensar no processo de construção de capacidades de leitura de registros históricos – aqueles que constituem a essência dos acervos documentais – e possibilitar uma leitura mais densa e diversa da História Regional e Local são, por sua vez, contribuições fundamentais do Ensino de História para o desenvolvimento de ações educativas nas instituições arquivísticas.

Considerações

Após um ano de implantação desse novo modelo de visita monitorada já é possível perceber mudanças na forma como os estudantes se relacionam com o *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Partindo do cotidiano do aluno, a relação entre ele e a instituição se inicia antes mesmo da visita, pois se pede aos professores que façam com seus alunos uma listagem dos documentos que compõem o arquivo pessoal do aluno. As listas são lidas no dia da visita, logo no princípio, quando se começa o trabalho de estabelecer um paralelo entre arquivo pessoal e arquivo público. As respostas mais recorrentes nessas listagens são certidão de nascimento, cartão de vacina, carteira de identidade e fotografias. Respostas como brinquedos e revistas em quadrinhos também aparecem, mas em menor número.

A partir deste primeiro exercício já conseguimos delinear para o aluno os dois eixos principais que devemos trabalhar na visita em relação à importância da documentação, a saber, que ela serve como prova e também como lembrança, daí ser essencial que seja preservada para o futuro.

Nessa mesma atividade, trabalha-se a questão da seleção de documentos e da atribuição de valor a **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

cada um deles com base nos critérios de prova e de lembrança. Trabalha-se a questão do ciclo de vida dos documentos e, o que é essencial, conscientiza-se o aluno de que ele é produtor e receptor de documentos, sendo por isso responsável pela preservação dessa documentação pessoal. Traça-se nesse momento, um paralelo com o acervo documental sob a custódia do APCBH e como ele possui um caráter tanto de comprovação quanto de preservação da memória da cidade.

Em seguida, são mostrados em slides documentos de arquivo pessoal, que qualquer criança possui em casa, lado a lado com documentos do APCBH, em diferentes suportes e formatos. Com essa atividade, os estudantes conseguem ampliar a noção de documento, passando a perceber que vídeos de aniversário, desenhos infantis, por exemplo, também são documentos que poderiam estar em seu arquivo pessoal. Na atividade, mostra-se uma certidão de nascimento ao lado de uma nota de pagamento da Prefeitura de Belo Horizonte e faz-se a comparação desde o suporte em que a informação está registrada, passando pela forma como foi registrada, à leitura dos elementos que ambos possuem como carimbos e assinaturas. Em seguida, apresenta-se um desenho infantil e um projeto arquitetônico de uma casa, um vídeo de aniversário de uma criança e um vídeo de inauguração de um bairro da cidade na década de 1940. Encerra-se a atividade recuperando a discussão sobre o que é documento.

Outra atividade utilizada é o jogo com os *fac-símiles* dos documentos do APCBH. É apresentada uma gama de formatos e suportes de documentos, armazenados nas caixas utilizadas pelo APCBH para a sua própria documentação, de acordo com o seu formato. Com esse exercício os alunos realizam a atividade de leitura documental, pois precisam analisar os documentos para o funcionamento do jogo. O mediador lê para os alunos algumas “dicas”, que são características, formas de produção, locais por onde circulou e as possibilidades de usos dessa documentação. Com base nessas dicas, os estudantes devem apontar qual é o documento sobre o qual o mediador está discorrendo.

Essa atividade propicia a realização da leitura documental, assim, objetiva-se fornecer ao aluno as ferramentas e modos de usos para que por si mesmo ele leia outros documentos. Nesse exercício, os documentos se referem à regional da qual a escola provém, além de outros sobre a cidade em geral. Pede-se aos estudantes que com base na leitura dos documentos apontem como eles podem ajudar a construir uma narrativa sobre a cidade ou sobre o bairro com base nas informações encontradas neles.

Percebe-se que o jogo permite ao aluno a reflexão sobre a construção da história e como

cada documentação possibilita que se ilumine um campo diferente da vida da cidade, dos meios de transporte à ocupação urbana, passando pela vida cultural. Ao manusear e analisar esses *fac-símiles* percebe-se que os alunos apreendem melhor sobre a diversidade de suportes e formatos, assim como aprendem a ler/interpretar os documentos.

Após o jogo, os estudantes vão até a ante-sala da conservação onde aprendem sobre preservação preventiva para os seus documentos em casa. Essa sessão da visita possibilita mais uma vez a aproximação estreita da instituição ao cotidiano do aluno, pois os visitantes se conscientizam sobre a necessidade de cuidar de seus documentos. São discutidos cuidados básicos como local e forma de armazenagem, limpeza e os materiais que podem e os que não podem ser usados na documentação que será guardada/acessada. Os estudantes recebem o kit didático com materiais para usarem em casa na preservação de seus documentos.

O novo modelo de visita monitorada possibilitou que se estabelecesse a pretendida ponte entre os alunos e a instituição, possibilitando um diálogo entre o cotidiano dos alunos e o do APCBH. Os visitantes passaram a compreender melhor o trabalho da instituição e a sua importância. Aprendem a realizar leitura documental, percebem-se como produtores e receptores de documentos, conscientizam-se de sua responsabilidade de preservação dos documentos. Por fim, entendem o acervo do Arquivo como patrimônio cultural que diz respeito à memória da cidade devendo ser cuidado, pois pode ser usado para diferentes construções de histórias da cidade onde vivem. Todas essas considerações aqui colocadas se devem às percepções de atuação dos alunos durante as visitas e também dos *feedbacks* dados pelos professores que retornam à instituição com outras turmas, dentro do projeto “Circuitos de Museus”.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: _____. *Arquivos permanentes*. Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, p. 227-247, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). *Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas/São Paulo: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, p. 128-161, 1998 (Coleção Formação de Professores).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. História. Brasília: MEC / SEF, 1998.

FONSECA, Thaís N. de L. e. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

GRUNBERG, E.; HORTA, M. L. P. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Imperial, v. 1, 1999.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia Historia/Departamento de História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 581-597, jul./dez, 2011.

MURTA, Stela Maris e GOODNEY, Brian. Interpretação do Patrimônio para Visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, p. 13-46, 2002.

A Política do SPHAN da década de 1940 e sua inserção na realidade patrimonial da atualidade: um estudo de caso

Marcela Mazzilli Fassy
IBRAM/MinC
marcela.fassy@museus.gov.br
Ana Cláudia Caseiro de Oliveira
IBRAM/MinC
ana.caseiro@museus.gov.br

RESUMO:

PALAVRAS-CHAVE:

Introdução

No presente trabalho, pretendemos analisar a política patrimonial implementada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1940, a partir do estudo de caso do Museu Regional Casa dos Ottoni (MRCO), situado no município mineiro de Serro e instalado no sobrado onde nasceram os irmãos Teófilo e Cristiano Ottoni. O tombamento do imóvel e a idealização do museu serão analisados dentro de um contexto mais amplo, no qual o SPHAN e os intelectuais ligados ao órgão inserem-se num projeto de construção de uma identidade nacional e na escrita de uma “biografia da nação” (CHUVA, Márcia Regina Romero. Apud. LANARI, 2010, p.21), projeto no qual os valores ligados ao patrimônio e à tradição assumem fundamental importância. Dentro deste quadro, podemos identificar a seleção de um patrimônio ligado ao passado colonial mineiro e a personagens e eventos históricos considerados importantes para a memória nacional, numa busca de valorização do passado como elemento capaz de conferir sentido e coesão à nação.

Primeiramente, iremos pontuar a construção das identidades nacionais como uma operação simbólica preocupada com a formação do cidadão e com a conferência de legitimidade a uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2005, p.31), a partir da formação dos Estados Modernos. Em seguida, iremos analisar o caso brasileiro à luz das políticas culturais implementadas pelo SPHAN durante o governo Vargas, que se destaca por lançar mão de um projeto de construção da identidade nacional brasileira amparada, em grande parte, nas noções de patrimônio e preservação.

Dentro deste quadro mais amplo é que iremos analisar a criação do Museu Regional Casa dos Ottoni e de como este se insere no projeto de construção de uma identidade nacional
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

embasada na valorização de personagens ilustres e seus feitos, compondo o panorama do patrimônio histórico brasileiro. A partir destas considerações, pretendemos problematizar os usos do patrimônio e o papel das instituições museais nos dias de hoje, à luz das concepções mais recentes de patrimônio cultural e do fazer museal.

Patrimônio e identidade nacional

A noção moderna de patrimônio surge numa conjuntura posterior à Revolução Francesa, num contexto de formação dos Estados Modernos em que entra em cena uma concepção laicizada do poder, em lugar da legitimação divina do mesmo. Com a queda do Antigo Regime e a perda dos privilégios da aristocracia, o discurso em torno da nação e da formação dos cidadãos passa a ocupar lugar de destaque.

Em seu artigo intitulado *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*, Garcia Canclini, a partir da obra de Benedict Anderson, situa a nação e o nacionalismo enquanto artefatos culturais, enquanto ficções constituídas historicamente, ao invés de objetos naturais. O autor nos lembra que, ainda que existam suportes concretos a partir dos quais se concebe a nação, tais como território, população e etc, a sua identificação enquanto tal será em grande parte uma construção imaginária. (CANCLINI, 1994, p.98-99)

Neste contexto, os discursos em torno da construção do nacional passam a operar no sentido de conferir à nação uma continuidade, dotando o passado de um sentido capaz de forjar solidariedades e constituir um todo coeso e unitário onde, no plano do real, existem individualidades e interesses distintos. Trata-se de um projeto ideológico que busca promover uma ideia de nação acima das diferenças individuais e regionais, gerando uma memória nacional integradora e harmônica, que oculta as contradições e conflitos reais.

O processo pelo qual este discurso torna-se parte do real tem a ver com sua interiorização pelos cidadãos, e faz-se através das representações e da trocas simbólicas. Em seu trabalho *A Invenção das Tradições*, Eric Hobsbawm chama atenção para o fato de que “a maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais, que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias, músicas” (HOBSBAWM, Eric. Apud SANTOS, 1997, p.40).

O patrimônio e os monumentos que o compõem podem então ser compreendidos enquanto símbolos ou alegorias, na medida em que não *são* o passado, mas o *representam*; devem ser pensados enquanto significantes que mantêm uma distancia espacial ou temporal em relação àquilo que eles significam ou representam (GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Apud. LANARI, 2010, p.24). Para Santos, a eficácia discursiva do patrimônio está no “mérito de fazer crer numa narrativa que insiste em dizer que o símbolo é a própria coisa, ou seja, que os monumentos encarnam a própria ideia de nação.” (SANTOS, Mariza, 1996, p.78)

A busca pelas identidades nacionais passa, portanto, pela construção de narrativas do patrimônio que colocam os monumentos como testemunhos do passado a fim de legitimar uma concepção de nação homogênea e coerente, dotada de sentido. Entendendo o discurso nacionalista como artefato culturalmente produzido, e não como objeto naturalmente dado, podemos pensar o patrimônio, dentro deste contexto, como um espaço de luta material e simbólica entre grupos que buscam legitimar sua visão do passado. O discurso é tanto mais eficaz quanto maior sua aparência de neutralidade, que busca ocultar o fato de que, por trás das definições de nação e patrimônio, existe uma operação de seleção que busca tornar-se hegemônica, definido qual o patrimônio merece ser preservado, em detrimento de outros.

Dentre as ferramentas simbólicas utilizadas pelo discurso nacional, uma das que mais interessam ao presente estudo é a categoria de museu, entendido aqui como *lugar de memória*. A acepção moderna de museu remonta à Revolução Francesa e à instalação dos museus nacionais, destinados à formação do cidadão e à difusão do civismo e da história (JULIÃO, 2006, p.20-21). Concepção semelhante a essa irá nortear as políticas do SPHAN no que se refere à instalação de museus e à ação preservacionista no Brasil, como veremos a seguir.

A política do SPHAN e a construção da identidade nacional

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, insere-se no esforço de construção de uma identidade nacional levado a cabo pelo governo Vargas, que se destaca como uma das primeiras iniciativas de implementação de uma política oficial abrangente para a área patrimonial. A política estado-novista empenhou-se em delimitar as fronteiras do nacional apoiando-se em valores como *ordem, trabalho, pátria e cidadão*. (GOMES, Ângela de Castro Gomes. Apud. LANARI, 2010, p.58). Para Ângela de Castro Gomes, as ações culturais empreendidas nas décadas de 30 e 40 configuram-se como participantes de uma *pedagogia da nacionalidade*, ao empregar maciçamente os veículos de comunicação estatal para difundir um

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

projeto nacionalista no âmbito da cultura, que formasse nos cidadãos uma consciência nacional. (LANARI, 2010).

Gonçalves chama a atenção para o fato de que a criação do SPHAN se deu a partir de um projeto oficial de modernização política, econômica e cultural do país, implementado por uma nova elite de bases urbanas – em oposição às elites oligárquicas – que veio a dirigir o país sob a orientação de uma ideologia nacionalista, autoritária e modernizadora, após a revolução de 30. Uma burocracia estatal centralizada e autoritária dedicou-se a implementar mudanças estruturais nas áreas de cultura e educação, tendo como instrumento principal o Ministério da Educação e Saúde dirigido por Gustavo Capanema.

Se, durante o século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de medidas adotadas pelo governo imperial, já se pode constatar uma preocupação com a escrita da história nacional, é a partir do governo Vargas que estes esforços passam a estruturar uma política consolidada de construção da memória nacional voltada para a formação do cidadão, que se distancia da visão romântica muitas vezes associada ao exotismo dos trópicos.

É dentro deste cenário que surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão dirigido, até 1968, por Rodrigo Melo Franco de Andrade e que agregava diversos intelectuais comprometidos com a causa nacionalista, em sua maioria identificados com o modernismo. O projeto modernista tencionava fazer com que o Brasil ingressasse no “concerto internacional das nações civilizadas” (MORAES, 1988, p.231), sendo que para a conquista deste lugar era necessário proceder a uma “redescoberta” do país, através da revelação dos valores autênticos da cultura nacional.

Estes valores foram identificados, sobretudo, com o passado relacionado ao período colonial e ao barroco mineiro, a partir da atuação dos modernistas. Entendendo, como foi dito acima, os discursos patrimoniais como uma operação de seleção ideológica daquilo que deve ser considerado patrimônio e, portanto, preservado, podemos inferir que, neste caso, foram os modernistas os ganhadores da batalha simbólica de construção da identidade nacional. Segundo Gonçalves, fatores diversos influenciaram na eleição de Minas colonial como representante autêntico da cultura nacional, merecendo destaque a ocorrência da Inconfidência Mineira como o mais importante acontecimento histórico do Brasil setecentista na visão dos modernistas. Para o autor, o movimento veio a ser usado como símbolo oficial dos ideais nacionalistas de autonomia política, uma espécie de lugar sagrado da identidade nacional brasileira.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Dentro do projeto de construção do nacional empreendido pelos modernistas, o colonial foi associado ao moderno, a tradição à modernidade, numa articulação entre passado e futuro. A tradição e o conhecimento do passado eram as chaves para a compreensão da nação e para sua modernização, resultando num compromisso com o futuro e no ingresso no “concerto das nações civilizadas”. Tratava-se, portanto, de um discurso nacional que se fazia através de uma continuidade com o passado, e no qual o passado, o conhecimento e a valorização deste não apresentam qualquer contradição ante o caráter modernizador do movimento, mas formam a sua base mesma.

Os ideólogos do patrimônio, notadamente Rodrigo Melo Franco de Andrade, atribuíam a si mesmos a missão de civilizar e educar o povo, tecendo assim um discurso identitário da Nação. Neste discurso, o patrimônio histórico e os vestígios do passado são incorporados como provas documentais da existência mesma de uma identidade nacional, como podemos depreender das palavras do próprio Rodrigo:

o que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país. *São documentos de identidade da nação brasileira.* (ANDRADE, 1987, p. 57) [grifo nosso]

A busca do passado e da tradição formam, assim, os pilares da política preservacionista do SPHAN, num projeto pedagógico e civilizador levado a cabo pelas “elites esclarecidas” que tomaram para si a missão de definir o patrimônio a ser preservado com a finalidade de compor uma identidade nacional e elevar o Brasil ao plano das civilizações europeias mais avançadas. Segundo a concepção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, como coloca Gonçalves, a causa do patrimônio deveria ser reconhecida e apropriada por todos os cidadãos brasileiros, transcendendo assim as diferenças sociais, harmonizando os conflitos e compondo uma ideia de nação coesa e homogênea. Os monumentos selecionados para compor o patrimônio histórico são apresentados como a própria essência da nacionalidade, possuidores de um caráter universal, e não como escolha ideológica associada a um grupo (as elites intelectuais ligadas ao SPHAN); para Rodrigo é “por civismo, acima de todos os demais móveis ou sentimentos, é que nos devemos empenhar pela defesa do patrimônio histórico e artístico do Brasil” (ANDRADE, 1987, p.64).

Tais monumentos associam-se, segundo o decreto presidencial nº 25 de 1937, a sua “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”, ou ao seu excepcional valor histórico,

numa concepção em que os fatos históricos são vistos de um modo tão objetivo quanto possível, numa posição não muito diferente daquela assumida pela história narrativa do século XIX. Busca-se a tessitura de uma narrativa linear do passado, capaz de conferir coerência à nação, com base em uma história descritiva e pretensamente neutra e imparcial. Tal concepção tem a ver com o fato de que o SPHAN consolida sua posição apegando-se a um discurso científico e profissional acerca da cultura brasileira (GONÇALVES, 1996, p.48), num contexto de afirmação autônoma da disciplina histórica, cercando-se de um corpo técnico especializado. Dentro deste corpo técnico, entretanto, predominaram os arquitetos, o que explica o fato de que a quase totalidade do patrimônio protegido naquelas décadas se relaciona aos monumentos e bens imóveis, chamados de “pedra e cal”.

Desde início do século XIX, a identidade nacional era buscada através da interpretação da fusão das três raças que compõem o ser brasileiro – lusitana, ameríndia e africana. A partir da década de 30, esta identidade passa a ser afirmada não mais sobre valores raciais, mas sim culturais (ORTIZ, 2006, p.39). Dentro das concepções do SPHAN nas décadas de 30 e 40, a singularidade do patrimônio cultural brasileiro é concebida como produto unificado da combinação das três diferentes heranças, havendo entretanto uma sutil afirmação da superioridade branca, lusitana e cristã, como coloca Rubino, não através da detração do outro mas sim pela sua exclusão (RUBINO, 1996, p.103). Dentro da perspectiva evolucionista em voga na época, os africanos e ameríndios são associados a estágios primitivos da civilização e ignorados em termos de sua vida social e cultural presente. Prevalece assim a escrita de uma memória nacional unificadora e integradora, que procura a harmonia e sublima os conflitos, condizente com os objetivos do Estado Unificador.

Se no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encomendado a Mário de Andrade em 1936, este intelectual dá grande destaque à cultura popular e à diversidade étnica para a composição da cultura brasileira e do patrimônio, o projeto que vigorou através do decreto nº 25 de 1937 excluiu em grande parte estas preocupações, restringindo o patrimônio histórico em sua maioria aos monumentos arquitetônicos, protegidos através do instrumento do tombamento.

Neste contexto é que tem lugar o tombamento de diversas edificações situadas, em grande parte, nas chamadas cidades históricas mineiras. A estes monumentos da arquitetura civil e religiosa foram conferidos atributos referentes à autenticidade e à originalidade da cultura

nacionais, num processo de *invenção da tradição* que visava educar a população a respeito da unidade e permanência da nação (GONÇALVES, 1996, p.64), através da memória de fatos marcantes para a história nacional e seus heróis. Segundo Rubino, os fatos memoráveis presentes nos primeiros bens tombados remetem a eventos e personagens ilustres, tendo sido eleitos, por exemplo, as casas onde nasceram José Bonifácio e Rui Barbosa, e os episódios históricos da Inconfidência Mineira e da ocupação jesuíta nas Missões Gaúchas (RUBINO, 1996, p.98).

Dentro deste contexto, Rodrigo Melo Franco de Andrade irá, a partir da década de 30, proceder ao tombamento de certos remanescentes da arquitetura colonial e idealizar nestes locais a criação de museus regionais, que atuariam em consonância com os museus nacionais e o SPHAN. É este o caso do MRCO, que estudaremos em seguida, assim como de outras instituições criadas dentro do mesmo contexto, tais como o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul (1940), Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938), Museu do Ouro, em Sabará (1945), Museu Regional de São João Del Rey (1946), Museu do Diamante, em Diamantina (1954), entre outros. Tais instituições aproximam-se dos museus nacionais surgidos na França pós-revolucionária no sentido em que estão comprometidas, no contexto de sua criação, com a formação e educação do cidadão para os valores cívicos e patrióticos. São instituições criadas no âmbito do projeto pedagógico e civilizador dos ideólogos do patrimônio no sentido de se construir uma identidade nacional amparada pelos grandes feitos do passado. (JULIÃO, 2006, p.21)

O Museu Regional Casa dos Ottoni e sua inserção na política patrimonial do SPHAN

Dentre as várias instituições museais criadas por Rodrigo M. F. de Andrade, pode-se citar o Museu Regional Casa dos Ottoni, o qual teria sido criado em fins da década de 40, no município de Serro, e se insere na lógica da política patrimonial desenvolvida à época pelo SPHAN. Através do Decreto-Lei nº 25/37, ficava definido que:

A União manterá, para conservação de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes tantos outros museus quanto se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de oferecer assistência à instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Segundo memorialistas locais, a história do prédio em que o MRCO se localiza remonta a fins do século XVIII, quando foi construído para servir de residência ao procurador do Senado **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

da Câmara e sua esposa. A transferência da casa para a família Ottoni, embora não seja documentada, deve ter ocorrido, provavelmente, ainda no século XVIII ou no início do XIX. Antes de abrigar o museu, na edificação funcionaram outras instituições. Em 1911, a casa, que não mais se constituía como posse da família Ottoni, foi comprada pela Santa da Casa da cidade, responsável pela instalação de um asilo de órfãos e liceu. A incorporação do imóvel ao patrimônio da União se deu em 1918, por intermédio de Júlio Benedicto Ottoni, filho de Cristiano Ottoni, para que nele fosse instalado o Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, o qual foi fechado em 1930, após a morte de seu benfeitor e a despeito de sua vontade. Quatro anos mais tarde foi aberta, no “solar dos Ottoni” uma maternidade administrada pela Santa Casa de Caridade dedicada ao atendimento de parturientes pobres.

Em 13 de abril de 1944, pelo Decreto-Lei n. 6.418, o Ministério da Fazenda, por meio da Diretoria do Domínio da União, autorizava a alienação do imóvel via concorrência pública. Tal venda, no entanto, não ocorreu, devido à intervenção de Rodrigo M. F. de Andrade. Assim, no mesmo ano a posse foi transferida para o SPHAN e, em função de seu estado de conservação, o prédio passou por um processo de restauração. A casa dos Ottoni foi tombada em 28/04/1950, conforme o Livro do Tombo nº270, fl.46. Nos anos seguintes, o edifício passou a abrigar algumas peças de arte sacra provenientes da Igreja da Purificação, que foi demolida nos anos de 1920. Ao longo das décadas que se seguiram, mais peças foram adquiridas de forma sistemática para compor a exposição do museu. Tal acervo consiste principalmente em peças de mobiliário e de uso cotidiano, as quais estão dispostas de forma a recriar uma residência dos séculos XVIII e XIX.

O motivo da intervenção de Rodrigo M. F. de Andrade no momento da alienação da Casa dos Ottoni fica bastante claro em carta escrita por ele em 5 de maio de 1944 a Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde. Em tal documento, pertencente ao arquivo do IPHAN localizado em Serro e transcrito ao final do artigo, é mencionada a importância do edifício: “trata-se, efetivamente, da casa onde nasceram Elói Otoni, Teófilo Otoni e Cristiano Otoni, doada a União Federal por um de seus descendentes, a fim de perpetuar a memória daqueles grandes brasileiros”. Percebe-se, assim, a visão cívica de construção da identidade que serviu de guia para as ações do SPHAN, permeadas por um ideário elitista e nacionalista. O prestígio concedido por Rodrigo M. F. de Andrade ao prédio é um claro exemplo do culto à memória dos personagens ilustres, grandes homens que tiveram papel relevante para a história do Brasil, no caso, os membros da família Ottoni. É interessante mencionar que não há aqui **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

nenhuma reflexão acerca do significado da atuação desses indivíduos: isso é tido como pressuposto, como dado histórico inquestionável, lembrando do que foi dito anteriormente sobre o fato de as concepções históricas do SPHAN aproximarem-se de uma linha narrativa, característica da escola positivista. Mas afinal, quem foram esses homens?

Embora José Eloi Ottoni seja citado como um dos ilustres habitantes da casa, os grandes destaques são Teófilo Ottoni e Cristiano Ottoni. Sobre José Eloi, limitamo-nos a dizer que sua maior contribuição se deu no campo das letras: poeta renomado, possuía um estilo literário bastante crítico, semelhante ao de Boccage, de quem ficou amigo durante o período em que morou em Portugal. A respeito de seus sobrinhos – Teófilo e Cristiano Ottoni – começamos por descrevê-los como políticos e republicanos. Teófilo Ottoni nasceu em 1807 e foi um dos primeiros brasileiros a defender a causa republicana, tendo, inclusive, criado, em 1930, o jornal “A Sentinela do Serro” no qual criticava o Império. Teve participação efetiva na Revolução Liberal de 1842, em Santa Luzia, pela qual foi preso. Após ter sido solto, efetuou uma campanha pelo vale do Mucuri com a intenção de criar uma estrada de ferro que ligasse o norte de Minas ao litoral e fundou a cidade de Nova Philadelphia, que hoje leva o seu nome. Seu irmão, Cristiano Ottoni, formou-se em engenharia e atuou como professor de álgebra e aritmética e engenheiro (foi responsável pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil). Também Liberal, Cristiano Ottoni exerceu vários mandatos políticos e foi um dos signatários do manifesto do Partido Republicano em 1870. Ambos não contavam com grande estima de D. Pedro II mas, após a Proclamação da República em 1889, passaram a ser vistos com bons olhos diante da nova organização política brasileira. Tornaram-se, assim, grandes homens, dignos de terem sua memória perpetuada e cultuada através de um museu constituído na casa em que nasceram e erigido em sua homenagem.

Ao intervir pela não alienação do imóvel onde nasceram Teófilo e Cristiano Ottoni, o grande temor de Rodrigo M. F. de Andrade era de que, caindo em mãos de um particular, a casa correria o risco, “senão de ser desfigurada, pelo menos o de ser prejudicada por utilização menos condigna”. Essa “utilização menos condigna” refere-se, provavelmente, a uma destinação do imóvel na qual o valor histórico da casa e dos personagens que ali viveram fosse relegado a segundo plano, lembrando que o culto ao passado e aos grandes homens da memória nacional era de fundamental importância dentro da política patrimonial do SPHAN com vistas à criação de uma identidade nacional. Sendo assim, seria uma grande perda, na visão de Rodrigo, que a casa tivesse alguma destinação ligada a interesses particulares que não levassem em conta a **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

importância dos homens que ali nasceram para a Nação. Um outro aspecto que pode-se depreender desta fala de Rodrigo, é a confirmação de que ele, assim como outros intelectuais comprometidos com a “causa” do patrimônio, reservavam para si a “missão” de salvar a memória e a história do país através de seu patrimônio e de seus monumentos. Ao postar-se enquanto autoridade capaz de diferenciar uma utilização adequada do imóvel daquela que lhe seria “menos condigna”, Rodrigo deixa transparecer a ideia de que às elites esclarecidas cabe conduzir e civilizar as massas ignorantes ou indiferentes à causa do patrimônio, salvando a nação do esquecimento e redimindo-a da perda.

A própria criação de museus em cidades históricas utilizando imóveis tombados pelo SPHAN, como é o caso do MRCO, deu-se a partir de preocupações de Rodrigo Melo Franco de Andrade em primeiro lugar, com o comércio de antiguidades, mas também com o que ele considerava serem usos indevidos para edificações de valor histórico:

[sic] Fora do Rio de Janeiro, entretanto, havia razões que induziam o poder público federal a empreender a organização de museus. A primeira se originava de incremento e da extensão crescentes que o comércio de antiguidades assumia no país, despojando progressivamente de seu patrimônio as áreas mais ricas de obras de arte antiga e de artesanato tradicional. Isso tornava de conveniência manifesta um esforço para serem retidos, nas áreas prejudicadas, os espécimes mais expressivos que restassem do acervo regional, por meio de sua compra para o patrimônio da União, uma vez que os estados e municípios afetados não podiam ou não se interessavam em competir com os mercadores em defesa daqueles bens culturais. *Coincidia com tal conveniência uma outra, de importância quase equivalente: a de se utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas às expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações.* (ANDRADE, 1987, p. 159-160). [Grifo nosso]

Quanto aos usos propostos para o imóvel, na referida carta de 5 de maio de 1944, Rodrigo sugere que “o edifício, de tão notável valor histórico, poderia ser usado para sede desta repartição [o SPHAN] na aludida cidade (...)”. Já em documentação do diário oficial de 5 de agosto de 1957 (portanto, posterior ao tombamento da casa), existe menção à criação de um museu no local, juntamente com uma referência à restauração dos trabalhos do patronato agrícola:

Trata-se da casa onde nasceram Teófilo e Cristiano, personalidades que tanto ilustram a história política e econômica do Império. A memória desses mineiros voltados à causa da liberdade e do desenvolvimento econômico brasileiro deve ser cultuada, *não apenas nas atividades de museu, como ainda nos trabalhos do patronato agrícola, que ali existiu e merece ser restaurado.* [grifo nosso]

Portanto, não podemos afirmar com precisão a data de início de funcionamento do museu. Segundo Reis e Martins, já no ano de 1940, diante do interesse de compra da Casa por particulares, Rodrigo Melo Franco de Andrade teria manifestado-se, em ofício ao chefe da Diretoria Regional do Serviço de Patrimônio da União, comunicando que o SPHAN estava procedendo a estudos para instalação de um museu no imóvel. Os mesmos autores se utilizaram em seu trabalho de fontes orais que identificam a criação do museu durante a década de 40, sendo que nos anos 60 e 70 a Casa dos Ottoni já teria um funcionamento, ainda que informal, sendo aberta pelo Sr. José Olímpio de Moura, conhecido na cidade do Serro como Seu Olímpio.

Os primeiros registros de funcionamento regular do MRCO datam portanto de 1991, quando foi reinaugurado pelo IPHAN/ Pró-Memória após uma grande reforma com a qual adquiriu suas características atuais. Seu acervo continua fundamentalmente o mesmo que já tinha sido adquirido anos antes e sua concepção museal procura articular passado e presente por meio da preservação de representações do imaginário da história nacional, sobretudo relativa aos períodos colonial e imperial, e das memórias relacionadas à família Ottoni e à cidade de Serro. Em 2009, em função da lei nº 11.906, foi criado o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus – uma nova autarquia, vinculada ao Ministério da Cultura, à qual cabe a administração e manutenção dos museus federais antes pertencentes ao IPHAN. Atualmente o MRCO conta com um corpo técnico consistente que vem trabalhando no sentido de tornar o museu um espaço de todos e consolidá-lo como um lugar dedicado ao direito à(s) memória(s) e ao conhecimento.

Questionamentos (não) conclusivos

Como vimos ao longo deste estudo, o MRCO (assim como outros museus regionais criados ou idealizados pelo SPHAN) foi instituído no sentido de exaltar as memórias e os feitos de personagens ilustres do passado nacional (no caso do MRCO, principalmente aquelas ligadas a Teófilo Ottoni e ao ideal republicano). Tais ações se deram dentro de uma concepção de patrimônio adotada por uma elite intelectual com vistas a educar o cidadão para os valores da pátria e os feitos do passado, constituindo assim um esforço de construção de uma identidade nacional a partir da década de 1930.

A partir da década de 70, com o ingresso de Aloísio de Magalhães na direção do SPHAN, a tônica do discurso patrimonial vai alterar-se significativamente, passando a voltar-se mais para a questão da diversidade cultural e para uma concepção mais antropológica de cultura como

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

fundamentos da identidade brasileira, segundo mostra Gonçalves. Na mesma época, é lançada a *Declaração de Santiago do Chile*, documento produzido em 1972 e que irá explicitar as bases da Nova Museologia, mais comprometida com o papel social dos museus na atualidade.

Decorre deste movimento uma ampliação do conceito de patrimônio, que passa a incorporar também as manifestações populares, os saberes e práticas relacionados aos diversos grupos étnicos e culturais que compõem a sociedade, chamados bens imateriais. O patrimônio reivindica para si um caráter dinâmico e inserido dentro do cotidiano daqueles a quem representa. Dentro de uma concepção de patrimônio a que Garcia Canclini irá chamar *participacionista*, tem-se o patrimônio e sua preservação subordinados às demandas de seus usuários, sendo que “a seleção do que se preserva e a maneira de fazê-lo devem ser decididas através de um processo democrático em que os interessados intervenham, trazendo para o debate seus hábitos e opiniões” (CANCLINI, 1994, p.105).

Embora estes novos discursos sejam atualmente um consenso entre os estudiosos do patrimônio e da museologia, concordamos com Lopes no sentido de que existe uma defasagem entre discurso e prática, sendo que “no momento em que política cultural se transforma em uso político da cultura, está decidido que as ações nunca corresponderão aos conceitos” (LOPES, 1987, p.27). Nesse sentido, observamos que, a despeito da reivindicação de um papel social e de uma atuação mais dinâmica e inclusiva que os museus da atualidade arrolam para si, ainda percebemos em sua atuação prática muitos resquícios de uma visão preservacionista associada a um passado idealizado, à glorificação dos homens e feitos memoráveis da história nacional.

Muitos museus históricos, como é o caso do MRCO, situados em casarões tombados e pertencentes a personagens ilustres, originários de uma política patrimonial desenvolvida pelo SPHAN a partir do final da década de 30, carregam na atualidade o desafio de adotarem uma prática mais condizente com as novas concepções de patrimônio e museologia. Se, por um lado, não podem desprezar as contingências que levaram à sua formação, e que se relacionam a uma política ufanista de valorização da memória nacional, precisam fazê-lo de forma crítica, deixando claro que o próprio museu, para além de “representar” a história, é em si mesmo um produto da história e tem consciência deste fato. O desafio que se impõe, no entanto, é o de como tornar estas opções claras e transmissíveis ao público através das exposições e ações educativas desenvolvidas pela instituição.

O museu histórico nos moldes do MRCO possui, pelas características ligadas à sua formação e idealização, um caráter celebrativo da memória nacional. Como vimos anteriormente, o pressuposto que norteou a criação deste e outros museus relaciona-se a uma concepção de valorização do passado que oculta o processo de seleção ideológica deste patrimônio, e que pretende-se neutra e universal, transcendendo as diferenças sociais, culturais e étnicas e formando uma ideia de nação unificada e harmônica. Como nos lembra Halbwachs,

Se, por memória histórica, entendemos a seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança, não é ela, não são os seus quadros que representam o essencial daquilo que chamamos vida coletiva. Mas, entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros. (HALBWACHS, 1990, p.79)

Diante disso, quais devem ser as posturas adotadas pelos profissionais de museus, no sentido de abrir uma instituição concebida nos moldes de uma memória nacional e hegemônica para as diversas memórias associadas aos diferentes grupos que compõem a comunidade que circunda o museu? Quais práticas devem ser adotadas pela instituição para fazer com que estes diferentes grupos sintam-se representados dentro do museu, uma vez constatado o ardid ideológico por trás da memória nacional unificadora? Até onde deve ir o esforço dos profissionais de museus no sentido de se evitar reproduzir, seja inconscientemente ou por que falte o conhecimento de práticas mais adequadas, os discursos acrílicos em torno do patrimônio e da história? Este estudo não traz a pretensão de obter as respostas para tais questões, mas expressa a convicção das autoras de que elas simplesmente precisam ser levantadas e discutidas. O reconhecimento da defasagem entre teoria e prática no fazer museológico é, a nosso ver, questão de fundamental relevância na busca por uma atuação profissional plena e consciente.

Transcrição da carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade a Gustavo Capanema acerca da alienação da Casa dos Ottoni (o documento encontra-se no arquivo da 13ª Superintendência Regional do IPHAN, localizada em Serro-MG)

Of. 431

em 5 de maio de 1944

Senhor Ministro:

Transmitindo-lhe o telegrama incluso, endereçado a esta repartição pelo Prefeito Municipal do Serro, Estado de Minas Gerais, solicito a V. Excia. Pleitear com grande empenho **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

do Senhor Presidente da República se digne reconsiderar o despacho que houve por bem exarar em 14.1.44 no Processo nº 19.484/43, da Diretoria do Domínio da União, publicado no Diário Oficial (Secção I) de 3 de abril próximo findo, p. 5.868 – para o efeito de não ser posto a venda o proprio nacional denominada Casa dos Otoni, situado na referida cidade mineira.

Trata-se, efetivamente, da casa onde nasceram Elói Otoni, Teófilo Otoni e Cristiano Otoni, doada a União Federal por um dos seus descendentes, afim de perpetuar a memória daqueles grandes brasileiros e que, se porventura passar ao domínio de um partícula, correrá risco, senão de ser desfigurada, pelo menos o de ser prejudicada por utilização menos condigna. De outra parte, cumpre considerar que, em consequência do pequeno valor da propriedade imóvel na cidade de Serro, a alienação da Casa dos Otoni será de insignificante proveito para a União.

Finalmente, peço permissão para ponderar que o edifício, de tão notável valor histórico, poderia ser utilizado para sede desta repartição na aludida cidade, cujo conjunto arquitetônico e urbanístico se acha tombado para os fins estabelecidos no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Nessa hipótese, é claro que a este Serviço incumbiria o onus da reparação necessária e da conservação permanente do imóvel por conta das dotações orçamentárias que lhe são concedidas para o exercício de suas atribuições legais.

À vista das razões acima alegadas e que por certo ainda não teriam sido submetidas a alta consideração do Senhor Presidente da República, quando Sua Excelência deliberou sobre o assunto, confio em que o Chefe da Nação, com o seu claro discernimento e comprovado zelo pelos valores históricos do país, se dignará reconsiderar o despacho em apreço para o fim da Casa dos Otoni permanecer no domínio da União.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. Os protestos de meu alto apreço.

Rodrigo M. F, de Andrade

Diretor

A S. Excia.

Dr. Gustavo Capanema

D. Ministro da Educação e Saúde

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, 1898-1969. Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.23, p.94-115, 1994.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.264-275, 1988.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2 ed. Brasília: MinC/ IPHAN/ DEMU, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.
- LANARI, Raul. “O Patrimônio por escrito: A política editorial do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o Estado Novo (1937-1946)”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Captado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp148342.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2013.
- LOPES, Regina Clara Simões. A propósito de política cultural. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.22, p.26-29, 1987.
- MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.22, p.44-47, 1987.
- MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.220-238, 1988.
- ORTIZ, RENATO. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais – organização e apresentação/ Declaração de Santiago do Chile – 1972*. Cadernos de sociomuseologia/ n°15, p. 95-104. Lisboa: ULHT, 1999.
- REIS, Luiz Fernando; MARTINS, Elizabete Rodrigues de Campos. A persistência da memória: a trajetória do Museu Regional Casa dos Ottoni em Serro, Minas Gerais. Captado em http://arquimuseus.arq.br/anais-seminario_2010/eixo_i/p1-artigo-luis-fernando-reis-formatado-27-10.pdf. Acesso em: 1 de junho de 2013.
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.24, p.97-105, 1996.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória-cidadã: história e patrimônio cultural. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p.37-55, 1997.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “Identidade Nacional”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.28, p.21-35, 1996.

SANTOS, Mariza Velloso Motta. Nasce a academia SPHAN. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.24, p.77-96, 1996.

A documentação histórica do legislativo e do executivo de Alfenas: 1860-1982

Alisson Eugênio
Doutor – USP
alissoneugenio@yahoo.com.br

RESUMO: O texto que se segue relata o trabalho de organização do acervo histórico do Legislativo e do Executivo de Alfenas (1860-1982). Tal acervo foi doado pelo município à Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde encontra-se organizado. A sua organização foi elaborada pelo autor deste texto e alunos por ele treinados em dois projetos de extensão executados em 2012. O conteúdo de tal acervo foi catalogado e está à disposição de interessados no prédio A da referida universidade.

PALAVRAS-CHAVE: História, Organização de arquivo e Documentação histórica.

A persistência da memória,¹ particularmente da memória coletiva (tal como a concebe Maurice Halbwachs, 2006) expressa principalmente na documentação histórica, depende de grandes esforços conjuntos para sua preservação. Um desses esforços é a organização de acervos, a qual é necessária para os consulentes conhecerem a documentação conservada nas instituições arquivísticas e onde encontrá-la nas suas prateleiras ou gavetas. Deve-se acrescentar a isso o fato de que um arquivo organizado é uma expressão da própria organização da memória de uma sociedade, o que é fundamental para ela (re)construir suas identidades e consciência crítica de si mesma.

Assim, desde a Antiguidade as sociedades procuram preservar certos aspectos da sua memória, sobretudo aqueles que marcam a suas trajetórias históricas. Na época atual, em que é nítido o fenômeno da vertiginosa aceleração do tempo histórico, cuja evidência é a produção de eventos em grande escala,

¹Essa expressão é inspirada na tela homônima de Salvador Dali e refere-se à situação em que se encontra grande parte do acervo documental brasileiro e de demais países que tratam a memória histórica da mesma forma que predominantemente ela é tratada em nosso país. Uma persistência hercúlea, heroica, e porque não dizer dramática, diante das adversidades que a preservação dela sofre para cumprir sua missão de conservar alguns vestígios da experiência humana no tempo.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

provocando mudanças rápidas que dificultam a assimilação do passado imediato pela experiência cotidiana, tal como é representada na surrealista tela de Salvador Dalí (1904-1989), *A persistência da memória* (1931), observa-se a proliferação de lugares de memória (expressão cunhada pelo historiador francês Pierre Nora em seu livro *Lieux du mémoire*), isto é, arquivos, bibliotecas, museus, etc.

Um desses novos lugares é o centro de documentação histórica da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde encontra-se um dos principais acervos de Alfenas. Esse acervo estava totalmente desorganizado e, conseqüentemente, sem condições de ser consultado e em sério risco de rápida deterioração. Por essa razão, ele precisava de urgente intervenção, da qual resultou o catálogo (*Fontes para o estudo da história de Alfenas: 1860-1982*), que é fruto de um longo trabalho iniciado no começo do ano de 2010.

O seu ponto de partida foi um projeto de extensão dedicado a levantar a documentação histórica manuscrita de Alfenas. Foram descobertos quatro acervos: o da Paróquia de São José e Dores, o do Fórum, o do Cartório de 1º Ofício e o do Executivo e Legislativo Municipais. Os três primeiros encontravam-se razoavelmente organizados quando foi principiado o levantamento geral dos manuscritos conservados na cidade. Já o último não. Ele estava guardado no sótão do anexo da Secretaria de Educação e Cultura do Município (prédio da antiga estação ferroviária _ “Estaçãozinha”) em condições precárias de acomodação.

Devido a isso foi repassado em Junho de 2011 à Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) por tal Secretaria, sob a forma de custódia, para, restauro, organização, conservação, catalogação e pesquisa, quando o projeto de extensão que culminou neste trabalho estava em sua segunda fase. No ano seguinte, ele foi acomodado em uma sala no antigo prédio da EFOA, onde uma equipe de alunos (devidamente preparada em um curso de extensão ministrado por mim no primeiro semestre de 2012 _ Organização de arquivos históricos) e eu o organizamos.

A sua organização foi feita em etapas. A primeira delas consistiu em separar os dois fundos que compõem o acervo do Executivo e Legislativo Municipais: o fundo da Câmara Municipal de Alfenas e o da Prefeitura Municipal de Alfenas. Como eles estavam misturados, essa etapa foi muito custosa e demorada. Pois tivemos que identificar cada peça para reconstituição de ambos os fundos. Em seguida, separamos as séries documentais formadoras dos fundos para, na sequência, colocar as peças de cada uma delas em ordem cronológica. Finalmente, as dispomos em ordem alfabética para facilitar a sua localização nas prateleiras.

Tal acervo é composto de 69 séries documentais (34 da Câmara e 35 da Prefeitura) com conteúdos bastante diversificados e inéditos do ponto de vista dos estudos históricos. O tempo cronológico que ele abrange está compreendido aproximadamente entre o começo da década de 60 do século XIX (quando a antiga Paróquia de São José e Dores dos Alfenas foi transformada em vila, a vila Formosa de Alfenas, em 1860) até o início da década de 80 do século XX. Portanto, trata-se de cento e vinte anos de história da formação histórica de Alfenas a serem estudados.

Muito poderá ser descoberto em suas milhares de páginas. Pois, além das informações burocráticas correntes, sobretudo as de caráter contábil (as mais abundantes do fundo da Prefeitura), há dados eleitorais (os mais abundantes no fundo da Câmara) registrados nas Atas de eleições e Listas de eleitores, dados econômicos registrados nos arrolamentos de contribuintes que pagavam impostos relativos, por exemplo, à “indústria e profissões” (contendo as atividades exercidas e, quando se tratava de produtor rural, a quantidade produzida), de comerciantes do antigo mercado municipal e dos pecuaristas que abatiam seu gado no matadouro municipal (contendo o tipo do gado e a quantidade de cabeças abatidas). Há também dados relativos a demandas dos moradores (combate a formigueiros, reparos de ruas, solicitações para construção civil e abertura de

negócio, etc.) Afora dados mais gerais, como sepultamentos no cemitério municipal (contendo sexo, idade e causa do falecimento), registro de automóveis, relação de livros consultados na biblioteca municipal, entre tantos outros que podem ajudar a revelar muitos fragmentos da história local.

E é esse o maior objetivo desse catálogo: contribuir para a promoção de estudos sobre a formação histórica de Alfenas, sobre aspectos da vida de seus habitantes e sobre atividades dos seus poderes executivo e legislativo. Na condição de instrumento de pesquisa, ele auxiliará os pesquisadores e demais consulentes (cidadãos interessados na história deste município e alunos de todos os níveis escolares) a conhecer o acervo nele catalogado e localizá-lo no seu conjunto. Para os alunos interessados em pesquisar a história local, ele poderá servir de fonte de inspiração para futuras monografias e estudos mais avançados em nível de pós graduação *latus* e até *stritus sensus*.

Para organizá-lo partirmos da concepção minimalista do conceito de fundo de arquivo e da noção de respeito de proveniência. A referida concepção, de acordo com o teórico da arquivologia Michel Duchein, em seu texto "*Le respect des fonds em archivistique*" (1977), parte do pressuposto de que o fundo de arquivo deve ser constituído a partir da menor partícula funcional possível de um dado organismo produtor de documentação. Por exemplo: o poder executivo é dividido em várias secretarias e cada uma delas tem suas divisões e até suas subdivisões. É a partir da sua menor escala da divisão que o fundo será formado. Um fundo de arquivo é o conjunto indivisível de documentos cuja proveniência é a mesma. O respeito à proveniência é a manutenção dos documentos na série que lhe dá sentido no fundo ao qual pertence. É dessa forma, portanto, que foi organizada a documentação histórica manuscrita dos acervos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Alfenas. Quer dizer, os documentos serão arrolados por fundos, séries e sub-séries, sempre respeitando a procedência institucional da sua produção.

Dessa forma, esperamos criar as condições minimamente necessárias para que consulentes motivados por razões diversas consultem o acervo, cujo catálogo oferecemos ao público, com a maior destreza e eficácia possível, e assim (os que o consultarem para fins de pesquisa acadêmica) contribuam para impulsionar o conhecimento da experiência história dessa importante cidade e de seus cidadãos.

Referências Bibliográficas

AYER, Aspásia Vieira. Pioneiros desconhecidos: Domingos Vieira e Silva, o fundador da Capela de São José e Dores da Pedra Branca (Alfenas). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol XX, 1983-1985, p.7-43, Belo horizonte, separata.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. Rio de Janeiro Ed. FGV, 2004.

CABRAL, Rosemere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 25, n. 1, 2012.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 .

DUCHEIN, Michel. Le respect des fonds em archivistique. In: *La Gazette des Archives*". Paris. 2:97,1977.

FONSECA, Maria Odila. *Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *Enciclopédias Einaudi*. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006.

NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire* (dir.). Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires), Paris, 3 tomos : t. 1 *La République* (1 vol., 1984), t. 2 *La Nation* (3 vol., 1987), t. 3 *Les France* (3 vol., 1992).

PAES, Marilena Leite. *Arquivo Teoria e Prática*. 5ª reimp. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 24, n. 1, 2011.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

Ficção como fonte

Isabela Lemos Coelho Ribeiro
Graduanda – UFMG
isalemos.coelho@gmail.com
Maria Letícia Silva Ticle
Graduanda – UFMG
leticiaticle@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir sobre as contribuições de diferentes gêneros narrativos ficcionais – literatura, cinema e história em quadrinhos – como instrumentos de ensino e aprendizagem de História. Compreender as linguagens dessas fontes como informadas pelas e informando as práticas sociais elaboradas em determinados contextos; discutir os pressupostos teórico-metodológicos para sua utilização, ampliando o universo da pesquisa e da construção do conhecimento; discutir suas convenções particulares e especificidades como linguagens autônomas; avaliá-las criticamente para compreendê-las como práticas culturais e/ou resultados de disputas e negociações sobre questões pertencentes a determinado contexto, além de suporte de ideias e valores; entender a produção literária e cinematográfica africana: temáticas, escolas, autores e diretores; compreender e analisar as sociedades africanas na sua pluralidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Ficção, Fonte.

O projeto “Ficção como fonte”, coordenado pelo professor Luiz Arnaut¹, se propõe a elaborar novas formas para o tratamento de diversos tipos de fontes no que concerne à pesquisa e ao ensino de História. Ele integra o Programa de Extensão “Ensino de História e Linguagens”, que reflete teórica e metodologicamente sobre os diferentes tipos de linguagens das fontes na pesquisa e na prática de ensino de História, tentando articular esses dois campos do conhecimento. Nesse sentido, o trabalho se dará em torno de três linguagens: o cinema, a literatura e a história em quadrinhos.

Sob essa perspectiva, o projeto pretende “ampliar o universo da pesquisa e da construção do conhecimento histórico no contexto escolar”. Para tanto, a perspectiva teórica adotada privilegia uma nova abordagem da relação entre ficção e História. Assim, põe-se em questão o conceito de real pela ressignificação da noção de representação. Nesse sentido, a representação não seria apenas a maneira de se “representar o real”, mas “constitutiva desse real”, o que Certeau pensava como “efeitos de *real*”, ou seja, a luta de representações que influenciam na visão

¹ Luiz Duarte Haele Arnaut é Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e atualmente é professor assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, além de integrar o Grupo de Estudos e Trabalho em História e Linguagem da UFMG como coordenador.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

da própria sociedade sobre determinado aspecto da realidade. (DE CERTEAU, 1996) Pela aceitação e investigação das possibilidades de construção do conhecimento das diversas realidades que constituem o mundo social, constroem-se novas visões acerca do trato dos diversos tipos de fonte para a disciplina.

Entre elas, destaca-se a proposta de Le Goff sobre a oposição entre documentos e monumentos, revelando a subjetividade das fontes. Sob esse viés, as informações implícitas no texto ocupam lugar privilegiado, como a representação e o lugar social veiculados pelos autores e instituições ligadas à determinada fonte. Assim, pela investigação das práticas sociais relacionada ao conteúdo explícito de um monumento/documento, percebe-se a especificidade das diferentes linguagens como suporte de ideias e de valores de determinado grupo social. A interpretação das fontes se liga, portanto, a um conjunto de questões relacionadas ao contexto no qual foram produzidas.

Além disso, torna-se proeminente o entendimento das especificidades das linguagens de diferentes narrativas. O cinema, a literatura e a história em quadrinhos, como qualquer outra fonte, são dotados de características que carregam informações importantes sobre as escolhas de seus autores, sobre o conteúdo que veiculam, o suporte em que se desenvolvem, entre outros aspectos. Em suma, sobre as condições de sua enunciação e materialidade de sua forma. O modo como circulam na sociedade, a vinculação à determinada instituição, a escolha ideológica e estética são cruciais para a interpretação do produto final para a pesquisa e para o ensino de História.

Com esses pressupostos, o projeto, em sua parte relacionada ao cinema, visa o entendimento do cinema africano, que nas últimas décadas tem se desenvolvido vertiginosamente. O interesse pelos gêneros ficcionais produzidos no continente africano é acentuado pela obrigatoriedade do ensino de História da África nas escolas de Ensino Médio brasileiras. A utilização de filmes como fonte para essa disciplina auxiliará na compreensão das pluralidades de que é composto o continente, já que grande parte da produção cinematográfica pode ser relacionada aos muitos conflitos e mudanças que o continente tem vivido.

Seguindo essa lógica, parte dos filmes africanos trata da dualidade “modernidade *versus* tradição”, sob diferentes perspectivas, que variam de acordo com o engajamento político do diretor, sua formação cultural e o interesse comercial para o produto. Os temas privilegiados nessas produções são o conflito entre a cidade e a aldeia; a mulher ocidentalizada em contraste

com a mulher que respeita as tradições; a medicina moderna versus a tradicional; a arte endógena como mantenedora da identidade cultural e a arte que se tornou *commodity* e objeto de consumo. Nessas condições, cinco tendências são perceptíveis na produção cinematográfica africana: a apologia à volta às tradições, a conscientização do público, a crise de identidade de uma camada de intelectuais que viveram na Europa durante um longo período e retornaram à África. Há ainda duas tendências que não visam a um debate moral ou político: uma delas, a tendência cultural, pretende discutir os pontos positivos e negativos da modernidade; a outra é ligada a uma tendência comercial, que tem como intuito apenas o entretenimento, ainda rara nos filmes africanos.

Como as demais ações do projeto, aquelas ligadas ao uso da Literatura como fonte histórica estão programadas para acontecer no 2º semestre de 2013. A proposta é da pesquisadora do Grupo de Estudo e Trabalho em História e Linguagem, Renata Moreira².

Parte-se do pressuposto, já discutido anteriormente, de que toda linguagem é ficção, mas que umas se assumem como tal e outras não (ISER, 1990). O texto historiográfico se encaixa no segundo caso, porém podemos considerá-lo como ficcional já que a partir dele é criada uma realidade que não é real, palpável. O tema a ser explorado nas atividades é a ideia de nação e nacionalismo, sua construção e legitimação a partir de textos literários, nos textos historiográficos e ou na tradição de leitura de um país.

Determinado período da literatura brasileira será analisado com o aporte de textos historiográficos – o Romantismo. Entende-se que um período literário é marcado por algumas constantes, mas, nem por isso, comporta uma produção em apenas uma via. Uma das discussões presentes no Romantismo engloba o indianismo e todas as polêmicas que a partir dele se desdobraram, bem como a forte ideia de forjar uma identidade nacional. Há que se separar, entretanto, a produção literária romântica e sua crítica. Os críticos atuantes no Romantismo voltaram seus olhos para a literatura anterior. Já os intelectuais escolhidos para serem abordados ao longo do curso, em matéria de historiografia, foram José Veríssimo e Silvio Romero. Ambos são parte já da geração de 1870, todavia, voltam seus olhares para a produção romântica. A ampla ideia do que é a Literatura e como ela pode servir de suporte para um projeto de nação será discutida a partir de três textos:

² Paula Renata Moreira é Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente é professora de ensino superior e ensino técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, além de integrar o Grupo de Estudos e Trabalho em História e Linguagem da UFMG como pesquisadora. **CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

-O Uruguai, de Basílio da Gama – texto do século XVIII revisto e recategorizado durante o Romantismo por conta de uma temática indígena coadjuvante que lhe valeu o status de texto brasileiro;

-I Juca Pirama, de Gonçalves Dias – por ser um exemplar bem realizado de poema romântico, tendo caído logo nas graças da crítica;

-A Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães – por ter sido o motivador do longo debate entre o autor, seus parceiros e José de Alencar, na tentativa de definir qual a justa representação do índio brasileiro.

O público-alvo dos cursos serão os professores das escolas parceiras, com as quais os contatos ainda estão sendo feitos. A metodologia será de leitura e análise dos textos de Literatura, História da Literatura e História da Nação/Nacionalismo.

A questão de lidar com as histórias em quadrinhos como fonte para a pesquisa histórica será abordada no curso de extensão Quadrinhos, Linguagem e História. Houve um curso no mês de junho do corrente ano e outro em setembro, ofertados por Márcio dos Santos Rodrigues³, pesquisador que integra o Grupo de Estudos e Trabalho em História e Linguagem. A parceria com o Departamento de Extensão da Fundação Clóvis Salgado possibilita que professores do ensino fundamental e médio tenham a oportunidade de continuar sua formação e ampliar as possibilidades de atuação em sala de aula. As aulas aconteceram no Palácio das Artes, tendo havido ampla divulgação e turmas cheias.

Além das leituras individuais e reuniões do grupo para troca de idéias e debates teóricos, foram definidos os possíveis parceiros, ainda a confirmar, para os cursos e oficinas do projeto:

Instituições culturais: Centro Cultural CentoeQuatro, Funarte, Centro Cultural UFMG, Palácio das Artes

Escolas: Instituto de Educação de Minas Gerais, Espaço Escola, CEFET-MG, COLTEC, Centro Pedagógico.

Há possibilidades de o projeto contar, mais à frente, com um curso à distância.

³ Márcio dos Santos Rodrigues é Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente é professor substituto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, além de integrar o Grupo de Estudos e Trabalho em História e Linguagem da UFMG como pesquisador.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Os trabalhos do projeto “Ficção como fonte”, portanto, privilegiaram, no primeiro semestre, exercícios de leitura, encontros do grupo e trocas de ideias para formatar o direcionamento das atividades de extensão a serem realizadas efetivamente no segundo semestre. Nesse sentido, reforça-se o fato de ser um exercício do ofício docente para os graduandos e uma oportunidade de complementar a formação dos alunos da rede pública, pelo contato com o universo acadêmico.

Referências Bibliográficas

- ARNAUT, Luiz; MOREIRA, Renata. “História e ficção: notas para uma abordagem não dicotômica”. In: *História, arte e invenção- Narrativas da história*. Terezina: EDUFPI, 2012.
- BOUGHEDIR, Ferid. O cinema e a ideologia: tendências e evolução. In: MELEIRO, Alessandra (org). *Cinema no mundo: África - indústria, política e mercado*. Volume 1. São Paulo: Escrituras Editora, 2007
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Estudos Avançados*. 11(5) p.173-191, 1991.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ISER, Wolfgang. La Ficcionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias”. Trad. Paloma Tejada Caller. In: *New Literary History*, 1990, 21: 939 – 955.
- LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: *História e Memória*. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção História &... Reflexões, 2)

**Arte Neoclássica e Arte Moderna nos Salões Municipais de Belas Artes:
um confronto além dos conceitos**

Rodrigo Vivas Andrade
Doutor – UFMG
rodvivas@gmail.com
Gisele Guedes Pessoa
Graduanda – UFMG
ggiseleguedes@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho aborda questões referentes às modificações dos critérios artísticos nos Salões de Arte da Prefeitura de Belo Horizonte focando no debate ocorrido na década de 1950 sobre as duas categorias de premiação: Arte Neoclássica e Moderna. A proposta é a (re)condução destas obras ao primeiro plano de análise, contrariando a tendência comum da atual historiografia de arte mineira em valorizar explicações de determinação “política” ou “social” em detrimento a análise de obras específicas. A revisão deste quadro visa apreender a imagem visual em sua totalidade, em sua capacidade de desdobramento em vários níveis de percepção por meio da inclusão dos conceitos relativos à “função”, “destinação” e “problema artístico” no termo inicial de “autenticidade”.

PALAVRAS-CHAVE: Salão Municipal de Belas Artes, Arte Moderna, Arte Neoclássica.

A história da arte de Belo Horizonte, apesar de poucos estudos, possui em seu quadro grandes pesquisadoras como Cristina Ávila, Marília Andrés Ribeiro e Ivone Luzia Vieira¹. Apesar de diferenças individuais entre estas autoras, parece existir uma referência comum: a tentativa de vinculação dos fenômenos culturais e econômicos em uma seqüência à qual a arte seria dependente. As contribuições destas pesquisadoras não podem ser desconsideradas, e é através delas que notamos formado um perfil cronológico e institucional de uma narrativa da “história da arte em Belo Horizonte”. São três os momentos estabelecidos pela historiografia corrente: Arte acadêmica: 1918–1936; Arte moderna: 1936–1963 e Arte contemporânea: 1964– até os dias atuais. Este tipo de posicionamento tende a criar barreiras inexistentes, estipulando para as obras uma espécie de “prazo de validade”, como se estas obras e seus respectivos criadores, fossem obrigados a orientarem sua produção de acordo com os limites impostos pelo calendário. Já o “confronto do olhar” nos permite “fugir de uma história da arte linear e evolucionista que visa a comprovar a passagem do acadêmico, moderno e contemporâneo como um caminho natural”.

¹ O presente artigo faz menção aos seguintes trabalhos: Emergência do Modernismo - Ivone Luzia Vieira; Guignard, as gerações pós-Guignard e a consolidação da modernidade - Cristina Ávila e, Formação da arte contemporânea - Marília Andrés Ribeiro. Trabalhos estes compilados em Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte publicado em 1997.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

(VIVAS, 2012, p. 38.). Também nota-se em Minas, o excesso de vinculação do desenvolvimento econômico e processos políticos da sociedade com a atividade artística, o “Estado” é colocado como patrocinador da arte e visto como mecenas, as obras se tornam efeitos:

É assim que vemos desenvolver-se em Minas, desde os primeiros passos da “Nova Capital”, a formação de um “Mecenato Estadual” que, de certa forma, controla a produção artística, limitando-a às vezes às contingências de uma estreita mentalidade política ou desestimulando-a, quando esta mentalidade se abre a outras perspectivas. (ÁVILA, 1986, p. 166.).

Em resposta a superficialidade de tal afirmativa, que acaba por promover noções gerais que apenas rodeiam a obra de arte sem abranger cada uma de suas particularidades, busca-se a inclusão dos conceitos relativos à “função”, a “destinação” e “problema artístico” no termo inicial de “autenticidade”. Indicando-nos assim, como uma obra de arte se desdobra em vários níveis de compreensão e nos atentando para a conversão de questões sociais ou nacionais em questões artísticas:

O historiador da arte não nega que os artistas enfrentem problemas de controle social, mas prefere entender quais as “estratégias” formuladas artisticamente foram capazes de “negociar” com os sistemas coercitivos vigentes. Aceitar que a obra de um artista pode ser explicada pelo mecenato é desconsiderar as “estratégias” e “astúcias” que uma determinada delimitação comporta. (VIVAS, 2011, p. 108.).

Após as devidas considerações sobre as contradições existentes na história da arte mineira e a explicitação a respeito da matriz principal de pensamento seguida neste texto, bem como em outros também reunidos em torno do propósito de revelar coleções localizadas em Belo Horizonte², voltamos nossa atenção à discussão aludida no princípio: arte moderna e arte acadêmica, ressaltando como foco a década de 1950 e seus Salões Municipais de Belas Artes. Serão levantados ainda, alguns aspectos das Bienais realizadas em São Paulo.

O estudo aos Salões de Arte tem-se mostrado uma essencial ferramenta para a compreensão do processo de constituição do acervo de instituições nacionais como o Museu de Arte da Pampulha. São nas palavras de Angela Ancora da Luz que vemos expressa a dimensionalidade deste local expositivo conhecido por Salão - mais que um lugar, “um espaço de sacralização de nossa arte, de confirmação de valores e de obrigatoriedade de comparecimento”

² Para uma detalhada análise sobre obras de artistas mineiros presentes no Museu Mineiro, conferir: VIVAS, Rodrigo; ASSIS, Márcia Georgina de. A Academia Imperial de Belas Artes no Museu Mineiro. 19&20, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/mm_aiba.htm>. **CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

(LUZ, 2005, p. 18.). Os Salões, assim como a Academia³, se tornaram para o artista um veículo de divulgação e validação de sua produção e para muitos, era somente através destes, que a possibilidade de ver-se inserido em um circuito artístico e alcançar certa notoriedade se tornava real. Além do reconhecimento, havia ainda o prêmio de viagem ao estrangeiro, permitindo ao artista uma convivência direta com as obras dos grandes mestres sem as barreiras criadas por artifícios de reprodução. Este período passado no exterior funcionava também como uma espécie de formação complementar.

É que este espaço, antes de ser físico, é lúdico. Possui a capacidade de concentrar a produção artística de um período, de emoldurar valores que se materializam em obras, de fazer surgir do nada nomes ainda descobertos e levá-los a consagração com a mesma naturalidade com que condena ao ostracismo artistas renomados. (LUZ, 2005, p. 19.).

No que se refere à cidade de Belo Horizonte, o mapeamento das exposições aqui realizadas, foi feito através da busca de catálogos, críticas publicadas pela imprensa da época e mais importante, pelo contato com as obras. Esta sistematização de informações se torna imprescindível para a (re)construção do cenário de cada uma destas mostras. Ao realizar-se o levantamento sobre a década de 1950, algumas premiações chamaram mais atenção em virtude dos debates suscitados e pela possibilidade de acesso. Estão aqui reunidos o VII Salão Municipal de Belas Artes, 1952 e o XII Salão Municipal de Belas Artes, 1957.

Para que as disputas institucionais dos salões possam ser compreendidas, é necessário que se entenda também, como ele foi fundado. A oficialização dos Salões Municipais em Minas Gerais está vinculada a Exposição Bar Brasil realizada em 1936, que consegue instituir para a cidade, uma exposição anual de arte através da Resolução nº6 da Câmara Municipal, que posteriormente seria regulamentada pelo Decreto nº130 de 23 de agosto de 1937. De acordo com Ivone Luzia Vieira:

Esta exposição foi o primeiro evento coletivo dos emergentes de Belo Horizonte. Ela tornou-se um marco do início do movimento na cidade. Até aquele momento todas as manifestações modernistas tinham sido atividades individuais⁴ e prescindiam de uma organização de grupo ou de um programa. (VIEIRA, 1997, p. 150.).

Entretanto, “problematizar a realidade das artes em Belo Horizonte, questionar a arte institucional, democratizar o sistema” – ainda nas palavras da autora (Vieira, 1997, p. 150.) -,

³ É importante ressaltar que o termo Academia é aqui utilizado para referenciar a instituição criada em 1816 pela vinda da Missão Francesa por Decreto de D. João VI.

⁴ A “atividade individual” referida pela autora trata-se da exposição da artista Zina Aita ocorrida no ano de 1920 no Conselho Deliberativo e patrocinada pela Sociedade Mineira de Belas Artes do pintor Aníbal Mattos. **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

parecem ideais apenas parcialmente realizados considerando que muitos dos artistas “conservadores” da cidade ainda estavam presentes na exposição e não é possível perceber nenhum tipo de contestação organizada por parte dos artistas. “Um outro fator a ser destacado é que o evento possuía como objetivo conferir prêmios e vender as obras expostas, fatos que não indicam a iniciativa de motivar uma transformação social.” (VIVAS, 2012, p. 88.).

A inauguração do primeiro Salão de Belas Artes é registrada no ano de 1937, que desde o momento de sua criação foi fundado como representativo da arte moderna – e conseqüentemente, contrário à arte “conservadora” das Exposições Gerais de Belas Artes⁵ -, todavia, não era este o caráter da mostra, que parecia ter sido modificada apenas em teoria, uma vez que, mesmos eram os participantes e mesmos eram os premiados, Aníbal Mattos, por exemplo, permanecia em posição de destaque, comparecendo não só como pintor bem como jurado.

A permanência dos artistas conservadores nos salões, que teriam sido criados para representar a “nova arte de Minas”, faz com o modernizador Juscelino Kubitscheck, já na sua entrada na Prefeitura de Belo Horizonte, suspenda os SMBA's, que só voltam a ser realizados em 1943. [...] O discurso pronunciado por Kubitscheck buscava justificar a suspensão, ao afirmar que, apesar de existir uma Escola de Belas Artes junto à de Arquitetura, seria apenas “um esforço de abnegados”. Para Kubitscheck, “o capítulo da educação artística em Belo Horizonte está ainda bem vazio. E parece contraditório um Salão oficial de Belas Artes na cidade – sem uma escola da espécie, será apenas um salão para amadores.”. (VIVAS, 2012, p. 125-126.).

O objetivo de Juscelino ao suspender a realização das mostras era impedir a continuidade da arte dita “conservadora”, seria para ele uma forma de iniciar a cidade em uma “nova etapa artística” consolidando a arte moderna em Belo Horizonte. Como parte das ações modernizadoras, temos também a Exposição de 1944, a construção do Complexo da Pampulha e ainda, a vinda de Alberto da Veiga Guignard com a “missão” de fundar uma escola de arte. Quando em Belo Horizonte, Guignard assume portanto, a imagem da arte moderna e passa a ser sinônimo de modernidade e representante do “novo” momento artístico de Belo Horizonte.

Arte Neoclássica x Arte Moderna

No ano de 1952, o Salão ainda funcionava de forma dupla e desconexa, eram duas premiações, dois júris específicos e expositores separados por paredes mais consistentes que aquelas constituintes do espaço expositivo. Todas as categorias artísticas: pintura, escultura,

⁵ As Exposições Gerais de Belas Artes foram criadas obedecendo às normas da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e estabelecidas na cidade de Belo Horizonte através da atuação do pintor Aníbal Mattos.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

desenho, gravura e arquitetura, eram avaliadas segundo a divisão na qual se encontravam - a divisão de Arte Neoclássica e a divisão de Arte Moderna, como se uma ala fosse capaz de representar a arte do passado e a outra de apresentar a arte do futuro. A divisão de Arte Neoclássica, como consta nas atas dos salões, era também tratada com a divisão Acadêmica da qual se referiam os jornais da época e colunistas como Frederico Moraes e Sylvio de Vasconcellos. Tal divisão nos leva a questionar, quais seriam na verdade, os reais interesses dessas mostras, que criadas para atuarem como modernas, não pareciam ainda dispostas a assumirem este papel, persistindo em inaugurar, ano após ano, a mesma exposição tornando mais notório, o descompasso interno assinalado nos Salões Municipais entre o discurso das obras e silêncio das premiações, entre sua finalidade de criação e a prática criada pelo júri.

É necessário lembrar que nas divisões estabelecidas pela história da arte de Belo Horizonte pelas pesquisadoras Ivone Vieira e Cristina Ávila haveria uma ruptura com a arte acadêmica em 1936 com o Salão Bar Brasil. Outro fator fundamental de consolidação da arte moderna teria sido a vinda de Alberto da Veiga Guignard para criação de uma Escola de Artes moderna, que juntamente ao Conjunto da Pampulha de Oscar Niemeyer teriam provocado “uma cisão radical entre o academicismo dos anos 20 e 30 e o modernismo dos anos 40.” (VIEIRA, 1997, p. 163.).

Participando desta emulação entre artistas, podemos citar no ano de 1952 alguns concorrentes na divisão de Arte Neoclássica: Aníbal Mattos, Haroldo Mattos; Herculano Campos; Murilo Diniz e Nazareno Altavilla. Quanto ao júri de premiação: Belmiro Frieiro, Prof. Aníbal Mattos e Prof. Martins Francisco R. de Quadra, júri este que elegeu como premiados na categoria de pintura em primeiro lugar Haroldo Mattos com *Parque Municipal* (ou Parque de Belo Horizonte, nome que encontra-se registrado em ata), segundo lugar *Paisagem* de Murilo Diniz e por último, o terceiro lugar concedido a *Ao cair da tarde* de Iracema de Alencar. Merece menção, a ainda forte presença de Aníbal Mattos, que ao lado do filho, Haroldo Mattos, participa da exposição com cinco quadros inscritos, além da participação como artista, marca seu lugar no júri de premiação.

Do outro lado, temos na Divisão de Arte Moderna os participantes: Alberto da Veiga Guignard; Chanina Luwiz Szejnbejn; Israel Cândido de Oliveira; Maria Helena Andrés Ribeiro; Mário Silésio; Nelly Frade e Wilde Lacerda. Compondo o júri, temos mais uma vez citado o nome do Prof. Martins Francisco R. de Quadra, agora acompanhado de Alberto da Veiga

Guignard e de Sylvio de Vasconcellos. Os prêmios foram concedidos a Israel Cândido, Mário Silésio e Arlinda Côrrea Lima com os quadros *Morro de Pedreira*, *Abstração* e *Composição*, sendo aqui colocados, de acordo com a ordem de premiação.

É sintomático perceber que o júri tenha optado por conceder os dois máximos prêmios a trabalhos reunidos pela temática, mas diferenciados pela feitura. Porque não conceder o primeiro prêmio a um dos dois outros quadros inscritos como modernos, mas de caráter abstrato e geométrico? O que o júri parece deixar (não)dito é sua preferência por uma arte ainda tida como tradicional, dissimulada na imaginária mineira através das paisagens apropriadas de Aníbal Mattos que mesmo sendo reputado como “conservador”, permanecia como parâmetro normativo no circuito artístico mineiro, além de evidenciar também, a anacrônica tentativa do júri de atualização de uma arte Neoclássica. Neste sentido, a possível ausência de técnica de Israel Cândido serviu a estratégia do corpo de jurados ao simular um perfil para a arte moderna feita através de critérios construídos no registro do instável.

Nestes salões realizados em Minas Gerais nos anos de 1950, temos a presença de vários artistas, grande parte vinculada à escola Guignard e seus “ensinamentos”. Inferência esta que merece ser analisada com cautela, não podemos aqui afirmar com certeza o teor de tais “ensinamentos” e se existia de fato, um roteiro didático que pudesse justificar a atuação de Guignard como mestre. Evidentemente, não se tem o objetivo de negar a relevância de Guignard frente aos jovens artistas, mas talvez o termo “escola” seja de certa maneira, inadequado, uma vez que este comporta uma definição de estilo, traços precisos e recorrentes que permitam a associação de obras a suas respectivas escolas. Escola indica um estilo habitual, uma descendência direta, quase uma obrigação com o estilo do mestre, o que não pode ser demonstrado pelas obras produzidas pelos alunos de Guignard, cada quadro traz consigo uma concepção diferente, não há entre eles uma mesma linha de pesquisa, nem mesmo quando atemática do parque ou da paisagem se faz comum.

O interesse pela generalização observada em Minas Gerais possui um significativo paralelo no Rio de Janeiro, onde todos os pintores que estiveram ligados à Escola Nacional de Belas Artes, foram automaticamente definidos como acadêmicos/atrasados e participantes de um simples momento de transição para o modernismo – como nos revela Arthur Valle em sua extensa tese a respeito da formação dos artistas e das pinturas produzidas no período da 1ª República:

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Uma de suas mais notórias características era justamente a sua variedade: estilos diversos conviviam em um mesmo recorte temporal, na obra de um mesmo artista, por vezes em uma única pintura. Isso era verificável mesmo na prática do mais corriqueiro exercício escolar, a pintura de *academias*⁶, nas quais era possível ao pintor aprendiz lançar mão de partidos estilísticos relativamente variados. (VALLE, 2007, p. 296).

Esta associação desloca completamente o sentido gramatical da própria palavra acadêmico, que para os dicionários é tida como substantivo passa a assumir para aqueles que dela fazem o uso deliberado, a condição de adjetivo, ou mais propriamente, no caso da história da arte, de estilo. Considerar o academicismo como estilo é o mesmo que minimizar as possibilidades de alcance de cada uma das obras produzidas por artistas inseridos em instituições como a ENBA, é considerá-los por sua formação e não por sua capacidade de criação. Se esta associação não pode ser feita com os pintores da 1ª República, também não pode ser feita com os pintores mineiros, que por mais que tenham sido submetidos a um mesmo tipo de “formação”, quando em contato com Guignard, não apresentaram em suas obras, os mesmos modos de representação.

A identificação entre professor e alunos pode ser observada a partir de detalhes como gosto pela paisagem, a busca de uma linguagem pessoal, a tradição do desenho, o retrato e as cenas captadas ao ar livre. (ÁVILLA, 1997, p. 198).

VII Salão Municipal de Belas Artes, 1952

São dois os levantamentos essenciais que precisam ser feitos, o confronto entre as duas obras premiadas, de Haroldo e Israel Cândido e ainda, o curioso fato de “mestre” e “aluno” encontrarem-se em divisões antagônicas, Guignard de um lado, na divisão Moderna e Haroldo do outro, compondo a divisão de Arte Neoclássica.

⁶ Pintura ou desenho de academias são trabalhos realizados à partir da observação direta do modelo vivo. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

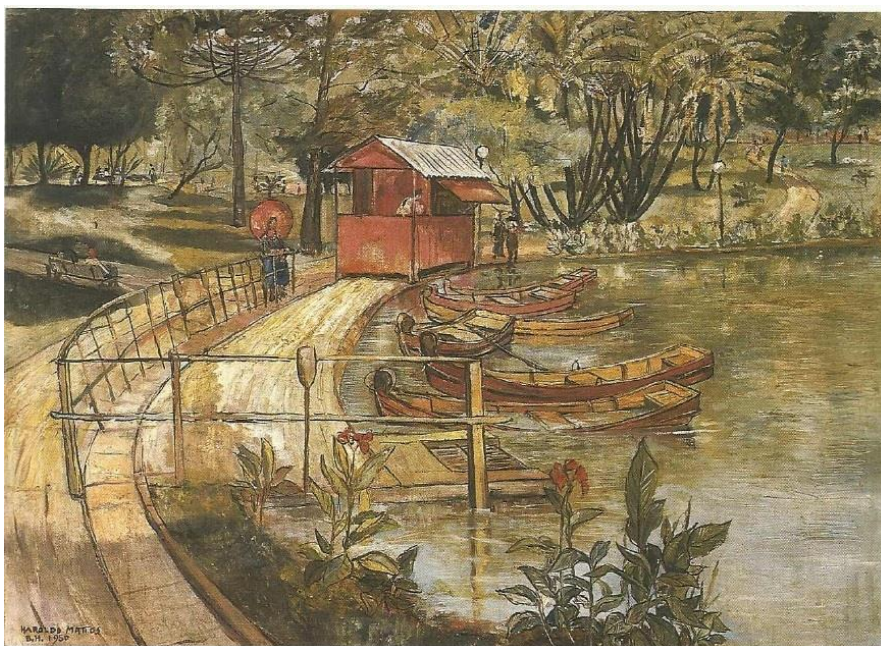


Imagem 1 - Haroldo de Almeida Mattos, *Parque Municipal*, tinta a óleo sobre tela, 85,5 x 117 cm, 1950. Museu de arte da Pampulha.



Imagem 2 – Israel Cândido de Oliveira. *Morro de pedra*, tinta a óleo sobre compensado de madeira, 40 x 49 cm, 1952. Museu de arte da Pampulha.

O quadro de Haroldo é composto por tons que parecem se completar, toda a variedade cromática possui uma nuance em comum, não há na composição, fragmento incompatível com o todo. As cores variam, se alternam, mas voltam ao mesmo lugar. Para as figuras, estas são

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

colocadas com certa economia de detalhes, apesar de ainda possuírem o básico que permite defini-las como tal. Importante ressaltar, a presença do traço em preto que delinea e estabiliza as estruturas. No quadro de Haroldo a ideia é de imobilidade, as figuras não somente apreciam a paisagem, mas são juntamente congeladas com esta. As folhas não balançam e as pessoas não respiram, o quadro se cristaliza em um recorte de um dia ensolarado onde o vento passa de forma silenciosa.

No tocante ao quadro de Israel, *Morro de Pedreira* [Figura 2], uma visualização inicial da imagem permite reconhecer como centro da composição uma estrada de ferro. Esta estrada ocupa toda a região inferior da imagem, posicionada de forma mais próxima ao observador. A percepção do quadro é feita da esquerda para a direita, seguindo-se o caminho proposto pelas barras de ferro horizontais, e depois de volta, da direita para a esquerda, acompanhando neste momento, as estacas - possivelmente de madeira - posicionadas verticalmente e que juntas, formam um tipo de cerca.

No canto direito, existe também, uma espécie de estação, da qual só é possível ver o exterior, já que a parte interna encontra-se inacessível pelo uso do preto, que ajuda a criar a ideia de sombra. Um pouco à frente da estação, vê-se o trem e três edificações. Direcionando neste instante, nossa percepção à parte superior, vemos colocadas de maneira alternada com a pouca vegetação oito casas, estas construções estão limitadas por uma nova cerca que produz a distância destas com a divisa do morro. E por último, o céu, que encerra a cena em uma mistura de azul com branco.

O intuito principal deste confronto entre as duas obras, é a compreensão de quais os critérios seriam capazes de diferenciar a divisão Moderna para a divisão Neoclássica, o que o júri estaria considerando nesta circunstância como representativa de um procedimento artístico moderno⁷?

Considerando aceitáveis apenas as certezas fornecidas pelas pinturas, pode-se levantar como hipótese, se teria sido usado como método de seleção a fatura do quadro, se a técnica - em certa medida -, pouco elaborada de Israel teria sido confundida com uma proposta moderna. Em Haroldo temos o contorno que realiza os elementos no espaço, o tratamento especial dado à

⁷ A noção de modernismo compreendida aqui aceita a perspectiva defendida por Clement Greenberg, que ressalta o reconhecimento da pintura moderna como autorreferente e independente: “A arte realista, naturalista, havia dissimulado os meios, usando a arte para ocultar a arte; o modernismo usou a arte para chamar atenção para a arte.” (GREENBERG, 1997, p. 102.).

vegetação nos dá provas de sua capacidade técnica. Contudo, quando observamos o quadro de Israel de forma atenta e detalhada, a conclusão é outra, percebemos no artista a recorrência a certas estratégias de representação não condizentes com o apuro técnico demonstrado por Haroldo.

Finalizando agora esta parte da argumentação que trata da análise as duas obras premiadas e reconhece como aspecto de diferenciação, a técnica de cada um dos artistas, direcionamos as novas considerações a outra problemática referida no início, a participação em sentidos opostos de mestre e aluno.

Haroldo Mattos freqüenta a Escola do Louvre em 1951, mas antes disso, na década de 1940, estuda com Guignard. Sobre a atuação do professor frente aos alunos:

A presença de Guignard em Belo Horizonte inspira a subversão da ordem. Jovens - rapazes e moças - são instigados a pintar e desenhar com liberdade. Abandonaram-se as cópias de quadros clássicos, os locais fechados, a luz artificial, o impressionismo e demais técnicas e estilos há muito superados na Europa, mas ainda correntes em escolas tradicionais. (ÁVILLA, 1997, p. 192).

Entretanto, não se sabe até que ponto este posicionamento pode ser aplicado à produção artística de Haroldo, ou até que ponto, este teria sentido o “peso” do professor. O termo “influência” é aqui evitado, em vista dificuldade de identificação do responsável pela iniciativa de ação no diálogo entre aquele considerado como “influência” e o outro, visto como “influenciado”:

A palavra influência é uma das pragas da crítica de arte. Antes de mais nada, o termo já contém um viés gramatical que decide indevidamente sobre o sentido da relação, isto é, quem age e quem sofre a ação de influenciar: parece inverter a relação ativo/passivo que o ator histórico vivencia e que o observador, apoiado unicamente em suas inferências, deseja levar em conta. Quando dizemos que X influenciou Y, de fato parece que estamos dizendo que X fez alguma coisa por Y e não que Y fez alguma coisa por X. Mas quando examinamos um quadro de qualidade ou um grande pintor, notamos que a segunda relação é sempre a mais ativa e forte. (BAXANDALL, 2006, p. 101-102).

Supondo-se que o júri de seleção agrupasse as obras inscritas tendo como base as possíveis “similitudes” que estas apresentassem entre si, a colocação destas obras em categorias contrárias se torna reveladora de suas diferenças, da impossibilidade de reconhecimento do “mestre” nos trabalhos do “aluno”.

Antes de passarmos a próxima premiação, é válido indicar que no ano de 1952 a Bienal de São Paulo já havia sido criada, caminhando para sua segunda realização. Mesmo não possuindo **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

ainda a total relevância que alcançaria com o decorrer dos anos, sua existência já promove alterações no panorama artístico brasileiro, situação comprovada, por exemplo, pelos acontecimentos desencadeados pela premiação máxima dada ao artista Max Bill em 1951 na categoria escultura. A obra intitulada *Unidade Tripartida* se apresenta de forma completamente autônoma, sem a busca por apoios na natureza ou em processos de abstração e subjetivação, promove o uso dos cheios e vazios como instrumentos de alcance à percepção visual. Max Bill foi um dos grandes defensores da objetivação da prática artística e da adoção de uma linguagem matemática na arte, que no Brasil passou a ser representada pelos artistas chamados Concretos. Esta nova adoção da linguagem matemática, moveu expoentes como Lygia Clark, Lygia Pape, Amilcar de Castro, Franz Weissman e Ferreira Gullar, cada qual, guiados por suas próprias particularidades e responsáveis em igual parcela por aquilo que mais tarde se realizaria no Neoconcretismo. Não será possível, todavia, nos deter neste aspecto, já que este não comporta o objetivo deste ensaio.

Esta ressalva só foi pontuada para que a arte mineira não seja aqui tratada como em suspenso e/ou alheia aos episódios exteriores, uma vez que a solicitação de associações diretas e falsamente explicativas não fazem parte do intuito deste texto. Forçar ligações entre trabalhos produzidos em Minas Gerais e outros centros, como São Paulo ou Rio de Janeiro, colecionando imagens em um mesmo armário temporal somente contribui para afastamento da real esfera da obra de arte. Modificações ocorrem, contudo, não de forma simultânea e uniforme, exemplo do meio mineiro, no qual a busca por uma linguagem mais geométrica e menos figurativa, se tornará evidente apenas nos anos seguintes, caso do XII Salão Municipal de Belas Artes.

XII Salão Municipal de Belas Artes, 1957

O Salão de 1957 foi o primeiro realizado com a união das seções de Arte Neoclássica e Arte Moderna, em matéria publicada no jornal Diário de Minas do mesmo ano, Sylvio de Vasconcellos relata as incoerências e contradições da antiga separação, que segundo ele, só estavam por dificultar a implantação de uma arte contemporânea na cidade e a produzir confusão no público e nos próprios artistas.

Para Vasconcellos, a separação inicial havia sido feita com o propósito de permitir que as duas artes fossem julgadas somente em comparação com suas similares, permitindo que a arte Moderna se desenvolvesse sem o peso de uma “tradição muito arraigada” ou se visse prejudicada

pelo prestígio do momento anterior, entretanto, esta medida havia se tornado com o tempo, cada vez mais impropriedade e desnecessária, pois:

[...] jamais o mérito, o valor ou a qualidade da obra de arte, esteve ou estará sujeita a premissas de conceituações temporais ou de escolas definidas. Se assim não fosse cada nova etapa da evolução da arte invalidaria automaticamente a anterior ou anteriores a cada obra-prima liquidaria com as demais. Ora, o que se verifica é exatamente o contrário. As novas conquistas não depreciam, antes valorizam o que já foi feito e cada realização se conserva em seu devido lugar, ainda que confrontada com outras de significação diversa. (VASCONCELLOS, Sylvio. Apelo aos amigos da arte. Diário de Minas, Belo Horizonte, 15 dez. 1957).

O crítico continua sua argumentação deixando claro que cada objeto artístico deve ser julgado de acordo com sua significação plástica, que em cada obra de arte devem sempre ser consideradas as ideias pelas quais as cenas são veiculadas, o modo, o meio e o processo que levaram a materialização da cena:

Por isso mesmo não tinha o menor cabimento a continuidade de dois salões separados. Como se houvesse duas artes distintas; uma voltada para o passado e outra para o futuro. Uma apegada a técnicas e proposição. O que de fato existe é simplesmente uma escala de valores. Quadros bons e quadros ruins, esculturas boas e esculturas ruins. Não importa a quais escolas ou tendências se filiem. Tanto pode ser boa uma pintura figurativa como péssima uma concreta. [...] Agora se pode confrontar livremente as obras expostas para apreciar só o seu valor sem as complicações de escolas e tendências. Há um caminho certo e claro. A arte reencontrou seu clima natural e verdadeiro. (VASCONCELLOS, Sylvio. Apelo aos amigos da arte. Diário de Minas, Belo Horizonte, 15 dez. 1957).

A despeito deste conjunto de colocações, os prêmios distribuídos neste XII SMBA parecem revelar outro panorama, sendo ainda uma alusão à antiga separação o fato de Marília Giannetti ser laureada por seu quadro *Construção* [Figura 4] e o segundo lugar ser entregue a Herculano Campos em um quadro simplesmente referido como *Retrato*. Sobre esta obra não podemos produzir juízos, uma vez que o gênero artístico seguido não nos diz nada sobre a imagem em si, dela possuímos apenas os registros deixados pela escrita de Frederico Moraes em publicação ao Diário de Minas:

Se na distribuição dos prêmios de desenho, o júri acertou os passos (esquecendo-se as menções honrosas) com relação ao prêmio de pintura este (sic) mesmo júri andou claudicando das pernas, cometendo alguns disparates bem lamentáveis. O primeiro destes disparates foi o segundo prêmio dado ao acadêmico Herculano (que entrou com dois quadros e, entre eles, um retrato de Chanina), cuja premiação só se fez para que os acadêmicos ficassem em paz com os outros e tivessem alguma vitória neste Salão sem divisões de arte clássica e moderna, expostas num Museu igualmente sem divisões. (MORAIS,

Frederico. XII Salão da Prefeitura 2 - Pintura, Escultura, Gravura. Diário de Minas, Belo Horizonte, 19 jan. 1958).

O posicionamento de Moraes se mostra bastante claro, para ele seria inaceitável que em um Salão realizado no ano de 1957 persistisse por premiar trabalhos como os dois retratos “acadêmicos” apresentados por Herculano Campos. O crítico transparece sua falta de interesse por obras que não se constroem através do uso da capacidade criativa e inventiva “sem uma participação dentro dos moldes da vida moderna”, e insistem mais em fazer um registro da realidade, do que dela apropriar-se de maneira única. A questão abordada por Moraes não se refere a simples escolha do gênero artístico feita por Herculano e se concentra no modo como o pintor lida com a relação existente entre o retratado e o retrato, entre a apresentação e a reapresentação da imagem do indivíduo. Os comentários deixados parecem apontar para um desejo por parte do autor, em ver quadros que pudessem transportar o público para discussões, para questionamentos que não ficassem restritos ao universo da pintura, sendo aptos a produzirem nos observadores a realização de uma experiência estética singular.

Giannetti comparece em 1957 com dois quadros: *Paralelas* e *Construção*, ambos frutos de pesquisas abstratas, representam um significativo passo, ainda que avulso a cultura figurativa praticada por outros pintores. *Construção* cria através do encaixe de formas geométricas a percepção da superfície, a integração destas formas almeja revelar a existência de uma terceira dimensão situada ao fundo dos sete retângulos intercalados em posições verticais e horizontais. Através do tom mais claro dado a região esquerda da forma geométrica central, Giannetti produz a noção de distanciamento entre os dois lados, como se este lado esquerdo estivesse posicionado um pouco mais à frente com relação ao lado direito, e por isso, recebesse mais da iluminação artificial. Além do arranjo dado aos retângulos, a artista faz uso de outro recurso na busca à terceira dimensão, linhas em diagonal são traçadas de modo a circunscreverem a forma no espaço, sendo desenhadas tanto na parte à frente, como na parte atrás da imagem.

A premiação aos dois artistas, Giannetti em primeiro lugar e Herculano em segundo, parecem de fato coincidir com os comentários feitos por Moraes, ao ressaltar a necessidade de estarem igualmente consagrados neste SMBA, os “dois lados da arte mineira”. Mesmo que esta afirmativa seja coerente, o primeiro prêmio dado ao quadro de Giannetti, já é capaz de demonstrar indícios da mudança de posição por parte do júri, que neste momento, não simplesmente aceitava expor quadros paralelos à cultura figurativa, como também, consagrá-los com a máxima colocação.

O objetivo deste trabalho foi trazer para o debate da história da arte mineira as contribuições e problematizações situadas na década de 1950 nos Salões Municipais de Belas Artes, buscando estabelecer o diálogo entre obras, artistas e os críticos atuantes na capital, acompanhando também, a importância do processo de instauração de um espaço expositivo como o Museu de Arte da Pampulha inaugurado em 1957.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Aracy (org). *Projeto construtivo brasileiro na arte: 1950-1962*. Rio de Janeiro: MAM; São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1977.
- AMARANTE, Leonor. *As Bienais de São Paulo/1951 a 1987*. São Paulo: Projeto. 1989.
- ARGAN, Giulio C. e FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Estampa 1994.
- ÁVILA, Cristina. Guignard, as gerações pós-Guignard e a consolidação da modernidade. In: RIBEIRO, Marília Andrés e SILVA, Fernando Pedro da. (Org.). *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte: Fundação João Pinheiro/Coleção Centenário, 1997.
- ÁVILLA, Cristina. Modernismo em Minas, um paradoxo - uma questão em aberto. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, jan./abril 1986.
- BAXANDALL, Michael. Padrões de intenção: *A explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GREENBERG, Clement. "Pintura Modernista". In: FERREIRA, Glória; MELLO, Cecília Cotrin. *Clement Greenberg e o Debate Crítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LUZ, Angela Ancora da. *Uma breve história dos salões de arte: da Europa ao Brasil*. Rio de Janeiro: Caligrama, 2005.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- RIBEIRO, Marília Andrés. Formação da arte contemporânea. In: RIBEIRO, Marília Andrés e SILVA, Fernando Pedro da. (Org.). *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte: Fundação João Pinheiro/Coleção Centenário, 1997.
- VALLE, Artur Gomes. *A pintura da Escola Nacional de Belas Artes na 1ª República (1890-1930): Da formação do artista aos seus Modos estilísticos*. 2007. Tese (Doutorado em História e Crítica da Arte) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do modernismo. In: RIBEIRO, Marília Andrés e SILVA, Fernando Pedro da. (Org.). *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte: Fundação João Pinheiro/Coleção Centenário, 1997.
- VIVAS, Rodrigo. *Por uma história da arte em Belo Horizonte: artistas, exposições e salões de arte*. Coordenação Editorial de Fernando Pedro Silva e Marília Andrés Ribeiro. Belo Horizonte: C/Arte. 2012.

Catálogo

XIV Salão Municipal de Belas Artes, [s.n], 1959, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Museu de Arte, 1959. 15p. (Catálogo de exposição).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Artigos de jornais

- MARSCHENER, João. Salão de Belas Artes (I). Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 dez. 1958.
_____. Salão de Belas Artes (II). Estado de Minas, Belo Horizonte, 18 dez. 1958.
- MORAIS, Frederico. Museu de Belo Horizonte - XII Salão da Prefeitura. Diário de Minas, Belo Horizonte, 12 jan. 1958.
_____. XII Salão da Prefeitura 2 - Pintura, Escultura, Gravura. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 19 jan. 1958.
_____. Calasans Neto. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 dez. 1958.
_____. O critério adotado. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 12 out. 1958.
_____. Pobre arte mineira. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 04 jan. 1959.
_____. Os melhores entre os piores. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 14 jan. 1959.
_____. Simplesmente contra os acadêmicos. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 18 dez. 1959.
- VASCONCELLOS, Sylvio. Ainda o Salão Municipal. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 11 dez. 1959.
_____. Apelo aos amigos da arte. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 15 dez. 1957.

**Memória, arte e história:
o cemitério como espaço de educação patrimonial, relato de uma experiência**

Marcelina das Graças de Almeida
Doutora – UEMG
marcelinaalmeida@yahoo.com.br

RESUMO: Inaugurado no final do século XIX, o Cemitério do Bonfim é parte integrante do projeto que redundou na construção da nova capital do Estado. Sua construção atraiu um grande número de artífices que registraram em seus túmulos e mausoléus uma parte da história da cidade. Conscientes da importância deste espaço funerário, a inserção de visitas educativas junto ao público acadêmico, passou a ser uma atividade pedagógica no planejamento educacional. Desde o segundo semestre do ano de 2012, esta ação foi ampliada para atingir a sociedade em sua diversidade. A proposta nasceu de uma parceria celebrada entre a Universidade do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Fundação de Parques Municipais, e posteriormente ampliada para o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, com o intuito de promover a conscientização e estimular o uso do cemitério como espaço turístico, explorando suas características históricas, artísticas e culturais. As visitas são mensais e a divulgação é feita através das redes sociais, e distribuição de cartazes pelos espaços públicos da cidade. A inscrição é feita eletronicamente, via e-mail ou pelo telefone. Durante a visita os inscritos são induzidos a conhecer o espaço e estimulados a refletir sobre o significado do ambiente. O projeto expandiu e, para o ano de 2013 foi incluído, na agenda da BELOTUR, Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. A perspectiva é ampliação das visitas para escolas e outras instituições e para isto estratégias para captação de recursos e treinamentos de monitores estão sendo efetivadas. A questão central é atingir o máximo possível de interessados e deste modo, estimular as atitudes para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade e neste caso, em particular, do Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial, Cemitério do Bonfim, Belo Horizonte.

O cemitério e a cidade: história e memória

A capital mineira é uma cidade jovem, às vésperas de completar 115 anos. Portadora de uma instigante e reveladora história. Cidade esquematizada e moderna carrega consigo o estigma da modernidade, dos novos tempos e dos novos valores que a mentalidade no *fin-de-siècle* preconizava.

É possível identificar diversas facetas da história de Belo Horizonte mergulhando através dos aspectos múltiplos que permeiam sua trajetória. Os cantos e recantos da cidade nos relatam uma cidade nova a ser descoberta. Um destes espaços, reveladores da vida social, cultural e política da cidade é o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. Construído e inaugurado na

mesma ocasião que a capital, o cemitério relata através de seus túmulos, lápides e mausoléus, uma parte significativa da história de Belo Horizonte.

Erguido fora do perímetro urbano o cemitério não deixará de absorver em seu projeto e concepção o imaginário da cidade a que estava destinado servir. Na realidade o planejamento de sua localização implicava, também, o planejamento de suas características estéticas e arquitetônicas. Para isto a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou plantas e projetos que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851 - 1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira.

O cemitério é um sinal de cultura. Através da arquitetura, escultura e artes decorativas cristalizam-se elementos simbólicos que, ao serem interpretados, permitem uma compreensão da sociedade na qual estão inseridos. Este resumo simbólico da sociedade pode ser encontrado no Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. Como parte do projeto republicano - positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida o cemitério irá representar rupturas decisivas numa sociedade tradicionalmente calcada na religião.

É importante lembrar que com o advento da República , em 1889 , ocorre a separação oficial entre Igreja e Estado. O decreto n.º 119 - A, de 7 de Janeiro de 1890, aboliu o regime do Padroado e estabeleceu um regime no qual Estado e Igreja deveriam caminhar separados. Dava lugar a um Estado não confessional, o nome de Deus não era invocado na Constituição Federal, era concedido às outras seitas religiosas o pleno direito de exercer pública e livremente seu culto.

Outros pontos polêmicos emergiram com a instituição do Estado laico como a obrigatoriedade do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Sobre este último aspecto considerava - se, na visão dos defensores da fé católica, uma afronta ao fiel ter que descansar numa sepultura ao lado de um ateu ou blasfemador. Neste contexto o Cemitério do Bonfim irá refletir em suas quadras e mausoléus essas questões que, ampliadas no plano nacional, se fizeram presentes naquele espaço.

Até a década de 40 o Cemitério do Bonfim foi o único cemitério da capital, assim, todos eram nele sepultados. Temos então uma primeira noção de democracia da morte. Entretanto se o cemitério resume a sociedade, irá revelar que as hierarquias sociais eram também mantidas no

espaço da morte. Esta manutenção pode ser percebida desde a localização da sepultura, o tipo de material usado na construção do túmulo, os ornamentos, bem como a dimensão.

O traçado arquitetônico do cemitério obedece ao traçado geométrico da cidade. É composto por 54 (cinquenta e quatro) quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A parte central do cemitério que é o cruzamento das principais alamedas encontra - se uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo, esculpida em bronze, nesse local está sepultado Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), ex - prefeito de Belo Horizonte, à esquerda da praça, distando cinco quadras, encontra - se o prédio do necrotério. Trata - se de um edifício pequeno, construído alguns anos antes da inauguração oficial do cemitério. Possui características estéticas condizentes com o ecletismo, estilo inclusive que predomina nos edifícios da capital. Encontramos no edifício ornamentos estilísticos, greco - romanos e barrocos. Há vários elementos simbólicos que remetem à morte: a ânfora recoberta com uma mortalha, a cruz, archote, entre outros, ornamentando o prédio.

Predomina nas quadras localizadas nas alamedas principais os mausoléus, as capelas e sepulturas mais requintadas construídas com material nobre, muitas delas importadas de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo do exterior. A maior parte dos túmulos que ocupam estas quadras pertence às famílias influentes e tradicionais da capital mineira, bem como os túmulos - monumentos dedicados à nobreza política do Estado de Minas Gerais. Nas quadras mais afastadas da parte central e das alamedas encontramos sepulturas mais simples, destituídas de atributos e alegorias suntuosas.

Nestes mais de cem anos de existência paralela à cidade dos vivos, a cidade dos mortos atravessou fases que acompanham as mudanças pelas quais sua parceira também vivenciou. Desde sua inauguração até a década de 30 podemos identificar uma variedade de túmulos que exploram os recursos estilísticos da época, o *art nouveau*, a influência francesa se faz sentir na decoração tumular importada do Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, em alguns casos até mesmo a exploração de matéria - prima local. A utilização do bronze é mais perceptível a partir da década de 40, momento em que a massificação e a repetição de alegorias, imagens e símbolos predominam na escultura funerária.

Nas décadas seguintes o fabrico tumular perdeu em qualidade artesanal e até mesmo em virtude da mudança de valores estéticos, sociais e mentais a opção por túmulos rebuscados, extremamente decorados, vai se perdendo. É possível identificar um ou outro túmulo com

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

características inovadoras, seja pela qualidade do artista que nele trabalhou ou até mesmo a originalidade da idéia que foi ali desenvolvida, sem necessariamente seja considerada uma obra de arte.

Na contemporaneidade não é um hábito social o investimento na confecção de túmulos grandiosos. Ocorre a predominância da lápide de granito com o nome do falecido e às vezes uma cruz encimando a cabeceira da lápide. Na realidade, sempre que possível, a opção é pelo afastamento em relação ao Cemitério do Bonfim. A maior parte dos habitantes da capital prefere ser sepultados em outros espaços e diante disto muitas sepulturas estão abandonadas, algumas semi - destruídas, revelando não apenas uma mudança de concepção mental em relação à morte e o morrer, mas também um desprezo em relação à história, memória e preservação do patrimônio cultural da capital.

As opções em relação aos espaços da morte foram ampliadas na capital mineira a partir da década de 40 e a preferência por ambientes “menos carregados” de imagens e lembranças fúnebres está mais de acordo com a concepção que se possui da morte atualidade.¹

Entretanto o Cemitério do Bonfim se destaca no cenário da cidade pela sua arquitetura, arte e história. Trata-se de um espaço significativo para se compreender Belo Horizonte e a educação patrimonial e ações de sensibilização da população acerca desta importância é uma ação pertinente para a preservação da memória e do patrimônio material e imaterial que compõe o acervo do espaço fúnebre.

O cemitério como espaço pedagógico e turístico

¹ Em 1941 o Prefeito Juscelino Kubitschek (1902-1976) inaugurou o Cemitério da Saudade situado na Rua Juramento s/ n. no bairro que leva o mesmo nome do cemitério. Este ainda mantinha características semelhantes às do Bonfim. Em 1967 a prefeitura entregou aos moradores o Cemitério da paz, já adotando as características de cemitério-parque, sem túmulos tradicionais, alguns anos adiante o Cemitério da Consolação situado às margens da Estrada Velha para Santa Luzia era concluído. Estes são administrados pelo poder público. No início da década de 70 foi inaugurado o primeiro cemitério - parque de luxo da capital, o Parque da Colina, construído dentro de linhas modernas, eliminava os túmulos de grande proporção, objetivando transmitir “amenidade “ e “paz” . Localiza - se no bairro Nova Cintra. Temos, também, o Cemitério Israelita situado no bairro Jaraguá e desde a década de 80 o Cemitério Bosque da Esperança localizado às margens da Estrada Velha para Santa Luzia . Trata - se na atualidade de espaço para os mortos com características extremamente modernas e preferido por aqueles que possuem recursos para nele serem sepultados. É interessante observar que se contrapõe ao primeiro cemitério da capital até mesmo em relação ao nome. Enquanto o “Bonfim” faz alusão à morte como um fim, um ponto final, ainda que bom, entretanto o Cemitério Bosque da Esperança acena para a possibilidade de vencer a morte através da esperança, questão que é pertinente ao mundo contemporâneo no qual a medicina dotada de avançados recursos torna a morte um inimigo menos perigoso em relação o que foi no passado.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O cemitério do Bonfim para além do cumprimento de suas funções habituais ligadas ao culto aos mortos vem sendo cada vez mais utilizado como espaço educativo e conseqüentemente, como lugar de turismo. O hábito de ministrar aulas específicas utilizando o espaço cemiterial vem sendo recorrentemente praticado. Esta prática na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais vem se realizando através do trabalho de docentes em disciplinas diversas que são ministradas para os cursos de Design Gráfico, Design de Produto, Design de Ambientes e Licenciatura em Artes Visuais. Na verdade esse uso do cemitério como um espaço não formal de educação vem se consolidando há mais de 17 (dezesete anos), na medida em que grupos de estudantes de diversos níveis acadêmicos são convidados a participar de incursões pedagógicas, propondo a reflexão sobre a história e a relevância no tocante à preservação da cultura material e imaterial que envolve aquele lugar.

Entretanto, desde junho de 2012, foi selado um acordo entre a Universidade do Estado de Minas Gerais, a Fundação de Parques Municipais e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, cujo intuito é promover a visitação, para além do público acadêmico, ao cemitério do Bonfim.

A primeira visita, com caráter extensionista, foi agendada para o dia 24 de junho e a divulgação foi realizada através das redes sociais, e para surpresa de todos, naquela manhã de domingo, mais de 30 (trinta) inscritos se dispuseram a participar do evento, movidos pelo desejo de conhecer o cemitério, explorando sua história e acervo.

Desde essa data, as visitas estão sendo organizadas de forma constante e sistemática sempre contando com um número significativo de participantes que têm revelado a importância desta ação. Possibilitar a compreensão do espaço urbano e seus equipamentos, explorar as potencialidades dos diversos lugares que compõem a cidade é uma oportunidade crucial para promover a alfabetização cultural. De acordo com a estudiosa Jarek:

A cidade – não só enquanto conteúdo histórico proposto em diversos currículos -, mas também como um documento a ser explorado pelo professor (a) de História, ou seja, como um espaço de múltiplas memórias, culturas, identidade e conflitos. No espaço da cidade, diversas práticas culturais são percebidas e se tornam mais concretas nas ruas, bairros, praças e lugares de memória. Em cada um desses lugares um sistema de valores se manifesta. Portanto, a trajetória da cidade pode ser lida nas diferentes marcas que os homens selecionam, conscientemente ou não, para transmitir algo as outras gerações. (JAREK, 2007,p.181)

Nessa perspectiva as visitas têm funcionado como uma prática pedagógica eficiente para conscientização e sensibilização naquilo que se refere à consciência patrimonial e amplia a noção de pertinência e identidade.

A proposta para condução das visitas segue o seguinte roteiro: são realizadas, uma vez por mês, de preferência, aos domingos. Não há limite para faixa etária. A visita dura uma média de 03 horas, das 9 às 12 horas. É solicitado aos visitantes que levem: água, chapéu ou boné, estejam calçados de forma adequada para uma longa caminhada, usem protetor solar e é autorizada a produção de imagens, respeitando, obviamente a privacidade das famílias que possuem túmulos no cemitério. As visitas são gratuitas. As inscrições se realizam através de e-mail ou telefone e a Fundação de Parques Municipais se responsabiliza por esta parte. No princípio foram disponibilizadas 30 (trinta) vagas, mas atualmente já se disponibilizam 40 (quarenta). O objetivo é atingir o maior número possível de interessados.

Imagem 1 Cartaz para divulgação do evento



Fonte: Produzido em parceria com o setor de comunicação da Fundação de Parques Municipais.

O interesse em atingir um grande público reside na ideia de que a educação não é um processo unilateral e separado do cotidiano. A educação é um processo que, a priori, deve buscar a formação do ser humano em sua integridade e inteireza. Motivar, despertar, sensibilizar é uma

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

tarefa dos educadores e de modo particular para aqueles que se preocupam com o patrimônio, portanto as visitas guiadas cumprem, em parte, este propósito educativo.

Para se ter uma noção do fluxo de visitantes participantes das atividades educativas e culturais em relação ao Bonfim, confira a tabela abaixo:

Tabela 1 – Fluxo de visitantes ao Cemitério do Bonfim – Visitas Guiadas, 2012

MÊS	NÚMERO DE VISITANTES
Junho	35
Julho	25
Agosto	25
Setembro	13
Outubro	23
Total	121

Fonte: autoria própria

Não há dados para os meses de novembro e dezembro, pois é um período de chuvas intensas e entendeu-se que não seria seguro o bastante realizar incursões ao cemitério nesta temporada. A tabela 2 expõe o fluxo de visitantes para o ano de 2013 até o mês de maio.

Tabela 2 – Fluxo de visitantes ao Cemitério do Bonfim – Visitas Guiadas, 2013

MÊS	NÚMERO DE VISITANTES
FEVEREIRO	08
MARÇO	18
ABRIL	18
MAIO	55

JUNHO	16
JULHO	16
AGOSTO	26
TOTAL	157

Analisando os números constantes nos quadros, nota-se que, embora, haja uma variação de público em alguns meses, nota-se a participação constante e o interesse permanente do público na atividade.

Para divulgar o evento durante este ano, foi criado um cartaz com outra diagramação, inclusive já destacando o calendário para todos os meses. Esta organização é fundamental, pois transmite para o grande público a noção de permanência, de perenidade do evento, destacando sua importância e ao mesmo tempo reforçando a necessidade de se buscar mais recursos

Imagem 2 Cartaz para divulgação do evento para o ano de 2013

VISITA GUIADA
Cemitério do Bonfim

- * HISTÓRIA
- * ARTE
- * MEMÓRIA
- * PATRIMÔNIO

Venha conhecer este museu a céu aberto e descubra os mistérios de sua construção e o significado de suas obras de arte.

VAGAS LIMITADAS
Inscrições pelo telefone 3277-5398 ou pelo e-mail: agendaparques@pbh.gov.br

CALENDÁRIO DE VISITAS

24/02	24/03	28/04	26/05	30/06
14/07	25/08	29/09	20/10	24/11

• As visitas têm início às 9 horas

Cemitério do Bonfim
Rua Bonfim, 1.120

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS ESCOLA DE DESIGN
FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE www.pbh.gov.br

Fonte: Produzido em parceria com o setor de comunicação e divulgação da Fundação de Parques Municipais

O público que frequenta as visitas é bastante heterogêneo. Estudantes de diversos graus, donas de casa, crianças, professores e profissionais de múltiplas áreas se inscrevem nas atividades movidos por, igualmente, múltiplos interesses.

Imagem 3 Alguns participantes da primeira visita, dia 24 de junho de 2012



Fonte: Autoria própria

As visitas seguem um roteiro que é iniciado na praça, na entrada do cemitério, neste local são transmitidas as informações preliminares sobre os procedimentos que o visitante deve respeitar como não subir em lápides e não fotografar nomes de famílias. É nesse momento que uma introdução à história da cidade e a construção do cemitério, especificando os condicionantes e as mudanças em relação ao culto aos mortos e a morte que marcam o século XIX e que pode ser compreendida a partir da análise do cemitério do Bonfim.

Após esta ação introdutória é iniciada a visita, propriamente dita, e é na alameda principal que são apontadas as diferenças sociais e hierarquias que se cristalizam no espaço, bem como a linguagem simbólica sob a qual são construídos e decorados os túmulos. Destaca-se que há uma gramática específica em relação à simbologia cemiterial e por outro lado, ressalta-se acerca a presença das famílias tradicionais povoando este espaço, elemento importante para se entender como a cidade é pensada, construída e como os nomes inscritos nos túmulos retratam a lógica do poder e das hierarquias que se consolidam na capital mineira.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Os visitantes são convidados a perceber as diferenças construtivas, os estilos arquitetônicos, bem como os modos de sepultamento. Na quadra dos grandes, quadra 18 (dezoito), são destacados os túmulos dedicados aos políticos, aos “grandes nomes”.

Na sequência do roteiro, os visitantes são estimulados a conhecer o local onde afirma ter sido feito o primeiro sepultamento oficial do cemitério, destacando-se o cipreste que, frondosamente, abriga o túmulo. Próximo a quadra onde se encontra este túmulo, fica o prédio do necrotério, único bem tombado pelo patrimônio e que é parte do acervo do cemitério. Nesse momento é debatida a questão do uso e reuso deste espaço que, na atualidade encontra-se fechado, pois necessita de reparos.

Ao longo da visita são destacados os nomes de artistas e artesãos que trabalharam no processo de construção e decoração dos túmulos, sendo oportunizado aos participantes a chance de visualizar as obras, o trabalho, de fato realizado por estes artífices da morte.

Para além do trabalho dos artistas e artesãos, os visitantes são convidados a conhecer os túmulos devocionais, lugares de manifestação da crença e fé popular. Ao cabo da incursão pelo cemitério, é oportunizado tempo e espaço para manifestação e comentários sobre a atividade e sobre os desdobramentos em relação à mesma.

Deste modo, pode-se inferir que as visitas realizadas no espaço do “Bonfim” integram e proporcionam a construção de identidades, auxiliam a construção do pensamento e ação no tocante à preservação e políticas de tombamento e a necessidade de se refletir, de maneira concreta acerca do cuidado com a memória coletiva, bem como da memória individual.

As visitas têm permitido a inserção do cemitério do Bonfim no espaço cultural, artístico e turístico da cidade, na medida em que, já se encontra registrada no calendário da BELOTUR, Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte, destacando o relevo desta iniciativa que, concomitantemente, destaca-se como atividade pedagógica educando para o futuro, pensando sobre o passado e estimulando, no presente, as iniciativas para a preservação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, Cultura, Memória: Múltiplas Interseções* – Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. 2007. 404 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. *Fé na Modernidade e Tradição na Fé: a Catedral da Boa Viagem e a Capital*. 1993. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. A Catedral da Boa Viagem: Fé, Modernidade e Tradição. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/ARTE Editora, 1996.

_____. Artistas Construtores de Belo Horizonte. REUNIÃO ANUAL SBPC, 49ª, 1997. Belo Horizonte. *Anais - Conferências - mesas - Redondas – Simpósios*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1997.p.9-10

_____. Belo Horizonte, Arraial e Metrópole: memória das artes plásticas na capital mineira. In: RIBEIRO, Marília Andrés e SILVA, Fernando Pedro da. (org.) *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora C/ARTE / Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. Coleção Centenário.

_____. Os artesãos da morte In. XI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 1998, Uberlândia. *Anais*. Uberlândia: UFU, 1998, P. 403.

_____. O espaço da morte na capital mineira: um ensaio sobre o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, n. ° 2 v.3, Inverno 1998, p.187-191.

_____. O Cemitério do Bonfim: a morte na capital mineira. *LOCUS Revista de História*. Juiz de Fora, n. ° 2, v. 4 , 1998, p. 131 – 142.

_____. O Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim de Belo Horizonte: espaço da morte – espaço de cultura In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIMENSÕES DA HISTÓRIA CULTURAL, 1999, Belo Horizonte. *Atas*. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, p. 179-180.

_____. Memórias, lembranças, imagens: o cemitério. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXX, n.1,p.105-122,junho 2004.

_____. Morte, cultura, memória-múltiplas interseções-uma abordagem acerca do Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim de Belo Horizonte. In: *Caderno de Resumos e Programação XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Campus da UFJF, 25 a 30 de julho de 2004.p.94

_____. Cemitério: história, memória e patrimônio – um debate sobre Educação Patrimonial. *Anais do III Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural*. Disponível em:

<http://ufpi.br/subsiteFiles/patrimoniocultural/arquivos/files/texto_6.pdf> Data de acesso: 15 de junho de 2013.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1928.

_____. *Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva História Antiga e Média*. Belo Horizonte: Edições da Livraria Rex, 1936. 02 volumes

_____. *Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

JAREK, Gisele Lutk S. Cidades, Culturas, Memórias e Identidades: uma proposta em educação patrimonial. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 13, nº 2, p.180-191, julho/dezembro 2007.

PELEGRINI, Sandra C. A.; NAGABE, Fabiane e PINHEIRO, Áurea da Paz.(Org.) *Turismo & Patrimônio* em tempos de globalização. Paraná: Editora da FECILCAM,2010.

PINHEIRO,Áurea da Paz e PELEGRINI, Sandra C. A. (Org.) *Tempo, Memória e Patrimônio Cultural*. Teresina: EDUFPI,2010.

**Museologia e patrimônio:
um estudo sobre a exposição curricular “Das Bandas de Lá às Bandas de Cá, sociedades
musicais”**

Wanalyse Angélica Pontes Emery
Graduada – UFOP
wanalyse@gmail.com
André Leandro Gonçalves Silva
Graduando – UFOP
andre.leandrogos@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende evidenciar o patrimônio cultural como elemento basilar para construção de discursos de significação e valorização, usando como base a aplicação dos fundamentos teóricos da Museologia. Para tal, evidencia-se a exposição curta duração Das Bandas de Lá às Bandas de Cá: sociedades musicais, trabalho de conclusão de curso dos alunos de Museologia da *Universidade Federal de Ouro Preto* – turma 09.2 – como estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVES: Sociedades Musicais, Exposição, Patrimônio.

A exposição a partir de seu recorte temático

A exposição Das Bandas de Lá às Bandas de Cá: sociedades musicais¹ teve como objetivo construir uma representação sobre as Sociedades Musicais dos municípios de Ouro Preto e Mariana², através da relação história, memória e identidade, no intuito de estabelecer perante o público um maior conhecimento sobre as estruturas simbólicas existentes no interior destes agrupamentos sociais. A proposta inicial foi construída através da ideia chave advinda do termo banda de música, expressão pública de força maior, que no imaginário popular está fortemente ligada a uma tipologia específica, presente em todo território nacional, conhecida como Banda de Sopro, Banda de Coreto ou Banda Tradicional.

Apesar do entendimento comum sobre o significado da palavra banda, tal termo remete a um conceito polissêmico, fazendo, por tal, inferências a várias formas de expressão musical. A partir das inúmeras tipologias instrumentais e musicais de tudo que se entende por banda, decidiu-se trabalhar com aqueles agrupamentos inerentes as livres organizações musicais, que

¹ Exposição de curta duração ocorrida na Sala de Exposições do Departamento de Museologia, localizado no Campus Morro do Cruzeiro da *Universidade Federal de Ouro Preto* (UFOP), entre 01 a 30 de março de 2013. Trabalho desenvolvido pelos alunos do Curso de Graduação em Museologia da UFOP, matriculados nas disciplinas Museografia II (MUL152) e Exposição Curricular (MUL153) respectivamente no primeiro e segundo semestre de 2012, ministradas pela Professora M.Sc. Priscilla Arigoni Coelho, que orientou a execução dos trabalhos.

² Os objetos elencados para a exposição são pertinentes às bandas do município de Ouro Preto e Mariana, compreendendo, por tal, cidade e distritos.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

remetem a ideia de coletividade, ou seja, com os conjuntos de sopro e percussão formados por livre iniciativa, que se inter-relacionam em um projeto comum, outorgando um sentimento de grupo.

Os termos bandas e sociedades musicais se confundem. Tal fato ocorre porque a maioria das organizações musicais, que a população em geral identifica como banda, possui em seu nome o termo sociedade musical. Assim, compreende-se banda como a alcunha popular dada à sociedade musical, sendo esta uma organização que surge para tornar pública uma demanda específica de uma comunidade. A distinção e aproximação destes dois conceitos é o que orienta a compreensão do objeto de representação da referida exposição, bem como sua divisão temática.

As bandas contribuíram para a evolução de diversos gêneros musicais, além de se fazerem enquanto centro de fomento musical por formar músicos profissionais e amadores. São estruturas de fomento musical, particularmente ligadas à história da música popular brasileira, difundindo gêneros musicais quando ainda não havia nenhum tipo de processo de reprodução musical em massa. “Num sentido amplo, as sociedades musicais apareceram e se organizam no Brasil num processo geral de organização política de diferentes grupos profissionais ou de construção de novas identidades sociais” (SANTIAGO, 1997/98, p.196).

As bandas de música estão presentes em diversos contextos e estão relacionadas às manifestações e eventos sociais populares de naturezas diversas, encontrando-se bastantes presentes nas comunidades e influenciando na vida das pessoas. Além disso, constituem um espaço importante de ensino e aprendizagem musical envolvendo muitas perspectivas de ensino (CISLAGHI, 2009, p. 13).

Sendo elementos indispensáveis aos diversos eventos sociais da cidade, seja de caráter sacro, político ou civil, as bandas são, até os dias atuais, um importante componente nas atividades festivas de muitas localidades. Sua atuação está vinculada as representações e produções simbólicas circunscritas na vida social da cidade, remetendo a uma herança cultural de sociabilidade, que lhe dão reconhecimento através das festejos (SANTIAGO, 1997/98). Enquanto prática social, tais agregações se constituem em espaços de trocas entre companheiros, de entreaajuda e de interações entre grupos de músicos. Assim, as sociedades musicais surgem de uma necessidade comum, desempenhando uma função criadora, que formata uma identidade coletiva, na qual se cria uma relação de pertencimento entre as pessoas e suas associações.

As bandas são expressões fundamentalmente públicas, que ocorrem nas ruas que são cotidianamente transitadas. Reily (2010), a partir da leitura de Roberto DaMatta (1979, 1986),

elencas três principais momentos de apropriação da rua nos quais as bandas estão inseridas: as paradas militares (cívicas), as procissões e o carnaval. Para tal autora, a atuação das bandas nesses três momentos é decisiva, pois determina o andamento do cortejo, bem como a transformação do espaço, as sensações corporais, tal como o processo de incorporação pelos participantes do momento celebrado. Destaca-se também, que as bandas proporcionam experiência não somente por meio da música, mas também por todo conjunto material que expõe publicamente, ou seja, uniformes, estandartes, bandeiras, entre outros.

A banda toca músicas com fortes associações culturais. Seus repertórios são capazes de articular as sensações corporais do ato coletivo a emoções e discursos de relevância aos participantes. A eficácia da banda deriva da forma como articula as identidades dos participantes no espaço geográfico de suas performances. A atuação da banda é, portanto, central a demarcação do espaço público, bem como, de sua redefinição e contestação. A banda então pode ser vista como mediador privilegiado no diálogo entre o ritual e a experiência cotidiana da rua (REILY, 2010, p.28).

Entretanto, para que toda esta transformação do espaço público ocorra, as bandas são antes de tudo sociedades musicais, que se estruturam dentro de um espaço privado, através da associação de pessoas em torno de uma ideia, de um objetivo comum, de uma vontade. “As sociedades musicais são lugares onde se articulam ideias e imagens, ritos e ações que exprimem a via escolhida pelo grupo para sua inserção na história local” (SANTIAGO, 1997/98, p.191). É espaço de socialização, de trânsito de ideias e ao mesmo tempo de lazer. É neste espaço privado que são gestadas as transformações que ocorrem no espaço público.

Tal tema foi escolhido porque mais do que a impressão sonora proporcionada pela música, ressoando pelas ruas e praças, as bandas são personagens na vida social, política, econômica e cultural de suas comunidades. As sociedades musicais mantêm uma tradição sólida na formação de instrumentistas e compositores e, por tal, é a junção da vida comunitária na sustentação de valores como respeito e solidariedade. São importantes manifestações culturais da região, que se fazem presentes em várias ocasiões públicas. Trabalhar esta temática em Ouro Preto representa uma ação de valorização do patrimônio cultural local, visto que as sociedades musicais permanecem até hoje pela motivação dos indivíduos em manter uma tradição.

As bandas de música através da perspectiva histórica

A banda é um conjunto musical formado basicamente por instrumentos de sopro e percussão (ANDRADE, 1989). Sua criação ocorreu na Europa, no século XVI, sendo desenvolvida em conformidade dos modelos atuais apenas no início dos oitocentos, com a invenção dos pistões e os instrumentos da família do sax-horns. No Brasil, as bandas de música, com configuração próxima aos moldes contemporâneos, apareceram pouco tempo depois da chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro³. Apresentando inicialmente caráter militar, as bandas criadas após a vinda da corte portuguesa, forneceram o modelo para as bandas civis, que apareceriam alguns anos mais tarde.

Em Minas Gerais, as bandas também surgiram a partir do século XIX, porém sua construção simbólica permeia uma tradição musical iniciada ainda em meados do XVIII. Com a descoberta do ouro e a formação das vilas, no início dos setecentos, ocorreu na região das Minas um grande aumento populacional. Pessoas advindas de vários lugares se instalaram, construindo uma sociedade hierarquizada, miscigenada e dinâmica. A vida urbana se formou, demandando uma série de serviços, dentre os quais estava à produção artística. Assim, efetivou-se um grande estímulo à música, à pintura, à escultura e à arquitetura.

Neste período, a música era considerada um ofício mecânico, não sendo percebida enquanto pura manifestação artística. A frente deste processo se destacaria, em sua grande parte, um grupo específico na sociedade colonial mineira, os homens pardos. Vivendo em uma sociedade escravista e verticalmente hierarquizada, esta camada ocupou os cargos de artífices e artesãos, ocupações que eram desprestigiadas pela elite colonial composta predominantemente por homens brancos (BOSCHI, 1986). Neste sentido, cabe lembrar a fala do Desembargador José João Coelho Teixeira, que, em instruções ao Governador da Capitania, disse: “aqueles mulatos que não se fazem absolutamente ociosos, empregam-se no ofício de músicos, e são tantos na capitania de Minas que certamente superam o número dos que há em todo reino”.⁴

Concomitante a este processo, havia o fausto econômico das Minas, que fomentou, em conjunto com a religião, uma complexa estrutura de demanda musical. A religião era o elemento central das atividades sociais da região mineradora. As irmandades e ordens terceiras contratavam músicos para suas comemorações. Arquetizado sobre o esplendor e a riqueza, os festejos

³ É consenso entre grande parte dos musicólogos brasileiros que antes de 1808 não havia bandas de música com configuração próxima aos modelos atuais das bandas de harmonia. Tal constatação é validada pela linha de pensamento de José Ramos Tinhorão, que procurou destacar ideia de precariedade e não a ausência das bandas antes da chegada da corte.

⁴ COELHO, José João Teixeira. Instruções para o governo da Capitania de Minas, 1780. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. N° 08. Belo Horizonte, 1903.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

religiosos tornaram-se palco para ostentação da hierarquia social vigente. Assim, as irmandades mais abastadas e elitizadas contratavam músicos para ostentar seu poderio econômico. As festas religiosas tornaram-se elemento de visibilidade na sociedade mineradora, dificultando o estabelecimento de fronteiras entre o sagrado e o profano.

A partir do enraizamento do poder real no interior do território, ao longo do século XIX, aumenta a procura pela execução pública da música laica, apta aos movimentos políticos. Com a chegada da corte e, posteriormente, a proclamação do Império, ainda na primeira metade dos oitocentos, estrutura-se um núcleo de poder no Brasil, que promoverá novos costumes, assim como, o aumento da demanda musical. Os músicos, que existiam durante e após o período colonial, encontraram nesta nova estrutura uma forma de continuidade de atuação.

A grande quantidade de músicos existentes nas Minas, inerente ao processo histórico acima citado, é hibridizada a esta nova condição. Os antigos músicos que se apresentavam nos festejos religiosos, agora também atuam de maneira contundente nas apresentações públicas civis e militares, nas quais as bandas se fazem presentes. Tal processo é assinalado pelo musicólogo Fernando Pereira Binder (2006), que constatou o primeiro corpo policial a ter banda de música foi o de Minas Gerais, em 1835. As bandas militares criadas no período atuaram como fatores simbólicos e instrumentais para a difusão das associações musicais.

Com relação à instrumentação, o formato das bandas – como é conhecido na atualidade – tornou-se possível apenas com o aperfeiçoamento técnico dos instrumentos de sopro. A inclusão de chaves e pistons aos instrumentos permitiu a execução de um número maior de escalas em cada um, tornando-os cada vez mais performáticos, estimulando, ao mesmo tempo, criação e a execução musical dos conjuntos harmônicos. Outro fator importante é a capacidade de projeção em ambientes abertos e diminuição a quantidade de instrumentos a serem transportados, possibilitando a execução musical em movimento (REILLY, 2008, p.25). Assim, ao longo do século XIX, as bandas musicais tendem a se diversificar, tanto em quantidade, como em qualidade, ganhando também novas denominações, tais como lira, filarmônica, associação, grêmio, corporação ou **sociedade musical** (CARVALHO, 1998).

Das Bandas de Lá às Bandas de Cá: sociedades musicais como ferramenta de (re)significação do patrimônio cultural

A exposição é um tipo de mídia, na qual elementos de naturezas diferentes são dispostos numa relação espacial para a construção de uma mensagem. É um tipo de linguagem baseada em sistemas de significação dos códigos culturais, sendo um veículo de comunicação produtor de discurso através da teatralização da cultura material. A exposição é um dispositivo midiático que usa da coerência associativa entre documento, informação e memória para transformar elementos da cultura material em signos, construindo, assim, mensagens cheias de valores e sentidos, que serão reelaborados pelo público. É uma ferramenta de (re)significação dos objetos expostos em patrimônio cultural, sendo um espaço de produção e troca simbólica, que trabalha diretamente a preservação do momento social representado pelo objeto através de sua ótica documental.

Por sua vez, o patrimônio cultural é uma categoria, que articula, dentro de uma vivência simbolicamente construída, a memória e a identidade coletiva. Esta construção permeia as extensões psíquicas daqueles que se apropriam do objeto como patrimônio, estabelecendo mediações cruciais entre este e o universo simbólico, natural e social construído pela sociedade. A materialidade só se transforma em patrimônio cultural, quando esta se vê reconhecida pela coletividade (GONÇALVES, 2005) e, o reconhecimento do patrimônio que, ao mesmo tempo, é herdado, encontra-se em constante reconstrução.

Ao se compreender o patrimônio dentro desta perspectiva ampliada, que “considera o homem, o meio ambiente, o saber e o artefato, o real na sua totalidade” (SANTOS, 2008, p. 86), percebe-se a possibilidade de mediação em uma construção expositiva, apta à valorização das bandas de música enquanto um bem cultural. Tal construção se faz por conta do sentido fundamental do patrimônio, que consiste tanto em sua natureza total, quanto em sua função eminentemente mediadora, que transforma a materialidade em algo a ser classificado, preservado e (re)significado por ações museológicas.

A exposição *Das Bandas de Lá às Bandas de Cá: sociedades musicais* apreendeu a percepção das bandas como patrimônio cultural a ser preservado e valorizado. A exposição representou, partindo desta expressão musical característica, os valores, memórias e anseios das sociedades musicais – sujeitos históricos que traçam relações sociais no tempo e no espaço – bem como sua atuação nos grupos humanos em que estão inseridos. Possuindo uma forma própria de tradição e transmissão conhecimento, as sociedades musicais utilizam uma série de elementos materiais – instrumentos, bandeiras, uniformes, entre outros – com a qual o homem se relaciona com a realidade. A informação trabalhada a partir dos artefatos pertencentes a tais sociedades, permitiu criar uma leitura desta realidade, contribuindo, assim, para sua continuidade.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Dicionário de música brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Ministério da Cultura; São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1989.
- BINDER, Fernando Pereira. *Bandas militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Música, São Paulo, 2006. 132 p.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARVALHO, Vinicius Mariano de. As Bandas de Música nas Minas Gerais. In: *I Simpósio Latino-Americano de Musicologia*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998.
- CISLAGHI, Mauro. *Concepções e ações de educação musical no Projeto de Bandas e fanfarras de São José - SC: três estudos de caso*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Música, 2008. 178 p.
- COSTA, Manuela Areias. *Notas Sociais: as práticas da banda da Sociedade Musical São Caetano (1890-1930)*. 93 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, Mariana: 2010. 93 p.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GONÇALVES, Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: As culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano XI, n. 23, 2005, p.15-36.
- PRIMO, Judite Santos. O Sonho do Museólogo, a exposição: desafio para uma nova linguagem museográfica. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 16, nº16, 1999.
- REILY, Suzel Ana. Bandas de sopro - um diálogo transcultural. In: BIASON, Mary Ângela (org.). *Anais do I Seminário de música do Museu da Inconfidência: bandas de música no Brasil*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2009, p. 22-3.
- SANTIAGO, José Jorge Pinto. Das práticas musicais aos arquivos vivos: bandas brasileiras, literatura local e a cidade. In: *Revista Redial*, nº 8/9, 1997/1998, p.189-200.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. In: *Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/ DEMU, 2008, p. 72-98.

ST 07: Teoria da História, História da Historiografia e Filosofia da História

Breno Mendes

Mestrando em História/UFMG

Fernando Garcia

Mestrando em História/UFMG

Warley Alves Gomes

Mestrando em História/UFMG

Marina Duarte

Mestranda em História/UFMG

Leituras da Colonização: A *História* de Raynal e a Interpretação Caiopradiana, uma Aproximação Possível

Tiago Aparecido da Silva
Mestrando – UFSJ
Agência financiadora: CAPES
tashistoria@hotmail.com

RESUMO: desenvolve-se a hipótese de que o debate sobre a América Portuguesa impresso na *História* de Raynal fornecera perspectivas amplamente utilizadas por Caio Prado Jr. Arrolam-se as representações da colonização como empresa gananciosa e a imagem do nativo brasileiro cunhada por ambos os pensadores. Trata-se de investigar as bases filosóficas da interpretação caiopradiana sobre a colônia portuguesa no Novo Mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Raynal, Caio Prado Júnior, Colonização.

Introdução

A descoberta da América proporcionou novas formas de pensamento, valores e temporalidades. O desbravamento desse novo continente evidenciou experiências sociais até então desconhecidas, suscitando questionamentos sobre como julgá-las e nelas interferir. Sua exploração reconfigurou a política e a economia mundial, alterando o equilíbrio entre os povos e transformando sociedades de ambas as margens do Atlântico. Desde os primórdios da expansão europeia, tópicos dessa natureza foram discutidos com o escopo de conferir inteligibilidade ao contexto que ia se desenhando.

Já no século XVI surgiram estudos sobre o tema. Pensadores como Francisco de Vitória, Michel de Montaigne, Jean de Léry e Bartolomeu de Las Casas problematizaram o Novo Mundo e suas populações nativas. No que tange ao assunto, o século XVII também produziu sua literatura. Em 1609, Marc Lescarbot buscou justificar a colonização francesa na América em sua *História da Nova França*. Joannes Laet, por seu turno, publicou, em 1625, *História do Novo Mundo*, em cuja tratava de temas concernentes à região (FRANÇA, 2000, p. 07). Contudo, o conturbado quadro político do período, sobretudo durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), revelou desafios na própria Europa, reduzindo, assim, o interesse pelo mundo ultramarino.

Todavia, no Século das Luzes este interesse é renovado. Respondendo a transformações na expansão europeia, uma nova gama de intelectuais retoma o debate sobre a América. Antes discutir este ponto, convém remeter ao contexto em que isso se desenvolve.

Para Frédéric Mauro, o “período entre 1700 e 1730 foi difícil”, entretanto, “a paz, o progresso técnico e científico, as novas ideias trouxeram uma recuperação entre 1730 e 1763 [...]” (1980, p. 105). Nessa segunda metade do século XVIII, a expansão europeia se acelera, as colônias ganham extraordinária relevância no cenário mundial e as disputas em torno delas se acirram. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) seria o ápice desse processo, envolvendo ingleses, **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

franceses e espanhóis na luta pelo controle territorial e comercial no ultramar (ELLIOTT, 2006, p. 440-443). Com o fim da conflagração, a expansão comercial ganharia novo fôlego, passando a uma grande atividade até 1788. As expedições se multiplicam, intensificando a presença e a exploração; os fluxos de comércio se alargam e novas relações entre a Europa e o restante do planeta são promovidas. O sistema colonial se redefine, e metrópoles e colônias se entrelaçam de modo que do ponto de vista cultural, político e econômico a compreensão do Velho Mundo passa a implicar necessariamente sua relação com o além-mar, em especial com a América.

Exige-se, então, uma visão de mundo ampliada, que não se restringisse ao quadro político e às elites da Europa. Em suma, que atinasse para a crescente importância das relações globais. Os ilustrados perceberam esta necessidade e depressa discutiram questões acerca da assimilação do nativo e da relação entre as coroas e as ordens religiosas no Novo Mundo; problematizaram a interação dos estados com as iniciativas comerciais privadas, principalmente no que tange às companhias de comércio; criaram novos e modificaram antigos conceitos para dar conta do processo que os desafiava¹. Enfim, conformaram um vocabulário próprio por intermédio do qual discutiam as particularidades de seu tempo (Pocock, 2003, p. 155).

Apropriadas e frequentemente expropriadas de seu sentido original, suas perspectivas se propagaram e influenciaram interpretações posteriores. Ademais, impulsionaram transformações na conjuntura em que foram desenvolvidas. O reformismo de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, por exemplo, calcou-se no ideário ilustrado, repetindo pensadores como Adam Smith (SILVA, 2008, p. 509). Quanto às interpretações da colonização da América Portuguesa, o texto anônimo *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Pianhy*, editado na última década do século XVIII, defendia o cariz civilizatório do comércio e os princípios fisiocráticos, algo partilhado por vários *philosophes*. Por sua vez, Robert Southey, em sua *História do Brasil* (1810-1819), dialogou amiúde com os textos de Raynal e Alexander Von Humboldt - indício de que a autoridade da interpretação iluminista da colonização permaneceu no século XIX. No período, ela também se difunde na imprensa brasileira e influencia a intelectualidade do IHGB (GUIMARÃES, 1988, p. 06).

Este trabalho tem como hipótese que certos argumentos ilustrados a respeito da colonização na América Portuguesa se fizeram presentes, inclusive, na historiografia do século XX. Em vista disso, investigo uma possível conexão entre a *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias*² - organizada pelo abade francês Guillaume-Thomas Raynal (1713-1796) - e a interpretação de Caio Prado Júnior (1907-1990) sobre o Brasil Colônia. Não busco uma “herança genética”. Aliás, esteja bem entendido, nem em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) nem em *História Econômica do Brasil* (1945), obras investigadas para a

¹ A título de exemplificação, Jean Starobinski (2001, p. 33) comenta como o moderno conceito de civilização ganhou contornos também a partir da polêmica sobre o Novo Mundo.

² A *História das duas Índias* está organizada em dezenove livros, possuindo ao todo mais de seiscentos capítulos. A obra versa sobre os empreendimentos europeus a partir do século XV, considerando tanto os estabelecimentos coloniais na Ásia como na América. Trata-se de um texto coletivo, com trechos escritos, inclusive, por Denis Diderot (1713-1784). Sua primeira edição data de 1772; entre os anos de 1780 e 1783 a obra é reeditada, sendo significativamente ampliada. Neste trabalho, utilizo o livro IX, incluído no tomo V, intitulado *Estabelecimento dos Portugueses no Brasil* (1781).

realização deste texto, o historiador brasileiro menciona a *História* de Raynal. Todavia, alguns tópicos sobre a colonização portuguesa é nos apresentado de maneira análoga por ambos os pensadores. A partir daí, desconfio que a leitura caiopradiana esteja, em certos aspectos, embebida na interpretação iluminista.

O caráter cúvido da colonização

Em um trecho elucidativo de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), Caio Prado apresenta os princípios que, conforme pensava, governavam a sociedade colonial: “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”. Um “verdadeiro descabro, que chafurdava a colônia e sua variegada população” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 365). Em linhas gerais, o autor deriva essas características do sentido geral da colonização: uma grande empresa comercial, sustentada pelo trabalho escravo, voltada fundamentalmente para o mercado internacional, um negócio destinado a fornecer gêneros tropicais e minerais, sempre de acordo com a demanda metropolitana. Eis a linha mestra da obra - a partir daí, escreve, se “organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 20).

Na elaboração caiopradiana, fatores diversos contribuíram para a formação desse sistema, dentre os quais destacamos a cupidez portuguesa. Nesse ponto, realizamos a primeira aproximação entre o autor e a *História* de Raynal.

A partir dessa variante, ambos explicam o desinteresse pelo Brasil recém-descoberto: colônia de poucos atrativos, em flagrante contraste com as lucrativas possessões do Oriente, onde a avidez lusitana podia ser exercitada. A ânsia pelas riquezas asiáticas teria determinado o tipo social das primeiras levas migratórias remetidas à colônia do Novo Mundo. Nas palavras de Caio Prado, os “degredados do reino” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 83). Raynal, por seu turno, resume o processo inserindo nele outro elemento: a “sede de ouro”. Ao não encontrar de início o cobiçado metal, a corte lisboeta teria decidido utilizar a colônia como uma espécie de refúgio para os “celerados do reino”, despachando “apenas homens desonrados pelas leis e mulheres perdidas por sua libertinagem” (RAYNAL, 1781, V, p. 06).

Caio Prado, é certo, não menciona a “sede de ouro” quando analisa este tema. Todavia, o tópico aparece em sua argumentação a respeito de outros capítulos da história do Brasil.

De acordo com o autor, os metais preciosos preocupavam os portugueses desde o início da colonização. As prematuras descobertas castelhanas no México e no Peru teriam inflamado ainda mais as imaginações, arraigando a crença de que esses tesouros poderiam ser encontrados em qualquer parte da América. No alvorecer do século XVIII, com a descoberta de grandes jazidas em Minas Gerais, as expectativas foram enfim contempladas. Daí por diante, “o ouro e os diamantes, então, fizeram perder o resto da cabeça e bom-senso que sobravam à metrópole. Com uma ânsia sem paralelo, ela se atira como um cão esfaimado sobre o osso que aflora na terra cavada” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 343). Em nome da mineração, na colônia as demais atividades entrarão em decadência, e as regiões em que ocorrem se empobrecem e se despovoam. O próprio açúcar, nervo econômico do empreendimento ultramarino até finais do século XVII, é

desprezado. Em suma, “tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte” (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 57).

Raynal, no último quartel do século XVIII, chegara à conclusão semelhante. Ele enceta seu argumento frisando que a colonização jamais havia obedecido a “máximas geralmente aceitas”. Desde o início da presença portuguesa, pouco se teria incentivado as manufaturas e o cultivo racional da terra. Após a descoberta das minas, a situação se agravara:

[o fato] fez com que se negligenciasse objetos que pareceram, desde então, menos interessantes do que eram. A esperança de fazer uma brilhante fortuna, apanhando essas riquezas fugidias e precárias, determinou que um grande número de proprietários abandonasse suas plantações. (RAYNAL, 1781, V, p. 145).

No que diz respeito, portanto, às consequências acarretadas pelo ouro, a *História das duas Índias* apresenta basicamente os mesmos prejuízos levantados por Caio Prado: ele despertaria a cupidez e ofuscaria as demais atividades, fazendo com que todo o resto orbitasse em torno de si. Em Raynal, o ouro aparece também como fonte de prejuízos morais, posto que na sequiosa busca pelo metal o homem seria capaz de “matar”, “massacrar” e “pilhar”, reduzindo-se “à postura e à estupidez da besta” (1781, V, p. 45).

Ao prosseguir, o ilustrado salienta que a ambição desmedida havia multiplicado os abusos na colônia, dentre os quais sublinha a insaciável ganância do fisco na cobrança do “quinto”. Isso ficaria ainda mais evidente após o Tratado de Methuen, que havia gerado enormes prejuízos na balança comercial lusitana em favor da Grã Bretanha. Para equilibrá-la, a Coroa decide então aumentar a fiscalização na região das minas, a fim de melhor captar o excedente da produção. O controle extremado teria sufocado o desenvolvimento de qualquer atividade de vulto com a finalidade de fazer a colônia progredir.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado comenta a atividade mineradora a sob esse prisma. Condição por um “rei esbanjador” e sua “corte de parasitas”, a exploração do ouro e dos demais minérios teve como escopo alimentar o fisco e “satisfazer o apetite imoderado de aventureiros” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 173). Mediante tais premissas, “fecha-se as portas do Brasil, tudo são temores de desvio de proveitos para fora da metrópole. Até a última gota, a seiva da colônia lhe deveria pertencer” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 83). Impede-se, dessa maneira, a formação de uma cultura cosmopolita. A própria mineração teria sofrido com o fato, uma vez que se manteve alijada dos avanços tecnológicos realizados na área por nações que não a portuguesa, o que Caio Prado identifica como uma das razões do precário aproveitamento das jazidas. Para o colonizador “nada interessava senão o quinto”. A administração não atinava para o destino da colônia, tanto que paralelo à exploração do ouro não tratou de desenvolver outras atividades. Com a decadência da mineração, remata o autor, sob seus escombros passa a gemer

“uma população empobrecida cuja miséria flagrante não podia mais iludir ninguém [...]” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 178).

O desenvolvimento interno e, por conseguinte, a superação do atraso colonial, tanto para Raynal como para Caio Prado, jamais foram prioridades para a Coroa Portuguesa. De acordo com o historiador brasileiro, o Brasil era compreendido como um mero “negócio do rei”, interessante somente à medida que gerasse volumosos lucros e atendesse aos desígnios da Metrópole:

os problemas políticos e administrativos que suscita a colônia americana são abordados a partir de um ponto de vista estritamente *financeiro*. Para a política portuguesa não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, [...] mas tão-somente “finanças” a cuidar. Lendo-se a maior e mais importante parte da correspondência oficial e da legislação relativa ao Brasil, percebe-se isto imediatamente. Aliás, nunca se procurou escondê-lo, e o Real Erário é o personagem que representa em nossa história colonial, e sem nenhum disfarce, o maior papel. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 372).

Em outro trecho elucidativo, Caio Prado reafirma essa perspectiva:

Assente numa tal base, a administração colonial não podia ser outra coisa que foi. Negligencia-se tudo que não seja percepção de tributos; e a ganância da coroa, tão crua e cinicamente afirmada, a mercantilização brutal dos objetivos da colonização contaminará todo mundo. Será o arrojo então geral para o lucro, para as migalhas que sobravam do banquete real. O construtivo da administração é relegado para um segundo plano obscuro em que só idealistas deslocados debateram em vão. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 343).

A *História das duas Índias*, escrita em linguagem diversa, é certo, também denunciava esse caráter acessório da colônia. Inclusive, retirá-la da condição de simples provedora de tributos seria a primeira providência para desenvolvê-la:

[a colônia] transformar-se-á assim que ficar desobrigada dessa enormidade de impostos e liberta desse bando de arrematantes que a humilham e a oprimem; quando os inumeráveis monopólios não mais agrilhoarem sua atividade; quando o preço das mercadorias que lhe são trazidas não for mais dobrado pelas taxas que as oneram; assim que suas produções não pagarem mais direitos, ou não pagarem consideravelmente mais, do que aquelas de seus concorrentes; quando sua comunicação com outras possessões tiver sido desembaraçada dos entraves que a oprimem [...]. (RAYNAL, 1781, V, p. 127)

A meu ver, além de denunciar o caráter acessório da colônia, a passagem em tela remete a uma contraposição recorrente na *História* de Raynal. Trata-se da dicotomia comércio civilizador *versus* saque/monopólio. Enquanto a primeira atividade promoveria o progresso, as artes e as ciências, a segunda multiplicaria os vícios, a voracidade e a destruição. A administração
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

portuguesa, ao vexar o Brasil com pesados tributos, estaria em sintonia com a última prática, sufocando o florescimento de qualquer atividade que não se conformasse aos seus ávidos propósitos. No tocante ao desenvolvimento da agricultura e, principalmente, das manufaturas - algo desinteressante para a Coroa ao passo que se chocava com o desenvolvimento de sua indústria nacional e afrontava as pretensões inglesas - a colônia se mantinha atrasada. Ademais, o desenvolvimento de um comércio civilizador, que colocasse em circulação os frutos dessas atividades, aquecendo a produção, teria sido abafado pelo monopólio exercido pelas companhias de comércio, as quais, segundo Raynal, possuíam numerosos privilégios e congregavam numa parte ínfima do corpo político todos os princípios do “movimento” e da “vida”, deixando para “todo o resto apenas inércia e morte” (1781, V, p. 60).

Em relação ao sistema de companhias, uma vez mais percebemos perspectivas semelhantes entre a *História das duas Índias* e a interpretação caiopradiana. Em *História Econômica do Brasil*, o historiador paulista se refere a elas como estabelecimentos privilegiados, detentores do “direito exclusivo de realizar o comércio externo da colônia” (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 54). Já adotadas por ingleses e holandeses em suas possessões, por meio delas a administração portuguesa aspirava dar a maior amplitude possível à exploração e ao aproveitamento do Brasil, canalizando “para o reino o resultado de todas suas atividades” (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 55). Ao longo do período em que vigoraram, as companhias detiveram inúmeros monopólios, como o do pau-brasil, do sal, da madeira, da pesca e do transporte de escravos. Além disso, nas transações, eram elas que estipulavam os preços de compra e venda, embolsando, assim, sempre consideráveis dividendos. Nesse mesmo sentido, argumenta Raynal, alheio aos malefícios que isto representava para os nativos e colonos, “deixava-se às companhias a liberdade de pagar tão pouco quanto quisessem pelos víveres das regiões submetidas à sua tirania” (1781, V, p. 91). Para Caio Prado, essa era a maneira de a Coroa Portuguesa obter grandes lucros no mercado internacional, objetivo alcançado plenamente, “embora mantivesse o Brasil [...] sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa; e abafasse a maior parte das possibilidades do país” (PRADO JÚNIOR, 1956, p. 55).

Em linhas gerais, percebe-se que ambos os pensadores detectam o atraso colonial como sendo também produto do caráter cúpido da colonização. Seja em função de arrecadar sempre mais tributos, de conseguir vultosas margens de lucro no mercado internacional ou de oferecer as melhores perspectivas na exploração dos metais preciosos, tanto Raynal como Caio Prado entendem o desarranjo do Brasil colonial como obra da política imposta por uma monarquia sequiosa e arcaica, que zelava por sua possessão americana apenas na medida em que esta pudesse lhe fornecer vantagens consideráveis.

Importa, para finalizar este item, esclarecer os objetivos que os autores em questão miravam com tais representações da colonização brasileira. Na esteira de Roger Chartier, entendo as representações como inseridas num campo de competição pública, no qual múltiplos atores, com opiniões contrastantes sobre determinado processo, utilizam diferentes estratégias para justificar suas escolhas e condutas e impor sua própria visão de mundo (1989, p. 17). No caso de Caio Prado Júnior, remeto a palavras do autor editadas em 1942:

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; “elementos” no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico-social, político. O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não “tomou forma”. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de “elementos” própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isso, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e do conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 03).

Caio Prado nos remete ao atraso de diversos setores do país, nomeadamente, à incipiência da indústria – que, em pleno século XX, ainda não havia se modernizado *in totum* - e à precariedade e miséria da maior parte da população, a despeito do desenvolvimento de alguns centros urbanos. O autor também condena a permanência de um modelo agroexportador, encarado por alguns setores da intelectualidade brasileira dos anos 1940 como “vocação” (PECAUT, 1990, p. 102). A esse todo ele relaciona a herança colonial; e no que há de mais estrutural, portanto necessário para entendermos nosso atraso crônico, nos remete ao histórico de dependência da nação frente aos desígnios exteriores, algo arquetípico em nossa formação. O passado colonial estaria presente no que há de mais fundamental: com roupagem diversa daquela da dominação lusitana, é certo, o Brasil do século XX ainda continuava sendo um apêndice de nações vorazes, com nítidas pretensões imperialistas.

Raynal, por sua vez, escreve no último quartel do século XVIII. É verdade que recrimina os métodos, segundo ele, bárbaros, com que a corte de Lisboa colonizava sua possessão americana. Enxergava nessa política não apenas as fontes do atraso brasileiro, mas também as da própria estagnação portuguesa. Todavia, o ilustrado não rompe com o pensamento colonialista. Ao arrolar recomendações para tirar o Brasil da “inércia”, as justifica na medida em que também pudessem “fortalecer os laços entre metrópole e colônia” e fomentar a produção de mercadorias para as “necessidades e deleites da Europa” (RAYNAL, 1781, V, p. 126). Nas páginas da *História das duas Índias* sobre o Brasil não aparecem sugestões para se encerrar a colonização. “Não há a tentação do retorno”, mas apenas uma condenação moral do modo violento e estúpido das práticas lusitanas (MOUREAU, 1998, p. 172). Raynal frisa a necessidade de redefinir as práticas coloniais, não de abandoná-las. Seria preciso civilizar, e para isso, dentre outras medidas, seria imprescindível suprimir os monopólios e o exclusivo colonial, eliminar qualquer vestígio da Inquisição e fomentar a imigração de europeus e de homens da América setentrional que, com sua indústria e capital, regenerariam o português nascido nessa parte do Novo Mundo. Também seria benéfico à colônia estabelecer laços com outras possessões, permitindo-lhe comerciar livremente (RAYNAL, 1781, V, p. 157). O ilustrado, portanto, sugeria uma reorientação do

sistema colonial, sempre no sentido de que este promovesse resultados civilizadores e reduzisse ao máximo sua faceta viciosa, de violência, rapina e barbárie.

O nativo brasileiro e a administração portuguesa

De acordo com Raynal, o nativo brasileiro conhecia poucas doenças, era longevo e alimentava-se de raízes e outros gêneros coletados em rios e florestas. Ademais, ele amava a dança e preocupava-se, sobretudo, em desfrutar o presente, sendo o futuro uma dimensão ignorada. Outra característica marcante do nativo - aliás, a que nos interessa neste momento - seria sua “indolência natural”. A título de exemplificação, a cultura da cana-de-açúcar, enquanto esteve dependente da mão de obra indígena, teria sido um fracasso. Somente por volta de 1570, quando se substituiu este “lânguido trabalho [...] pelos braços nervosos do negro, ela teve um grande crescimento” (RAYNAL, 1781, V, p. 54). Na argumentação do ilustrado, essa característica não aparece como um estatuto perpétuo, algo que não pudesse ser transformado. Em havendo uma estrutura que emulasse, o selvagem brasileiro se tornaria ativo e progrediria. Seria necessário instruí-lo e, principalmente, lhe garantir o acesso à propriedade da terra. Porém, a administração lusitana teria realizado o exato contrário. E em pleno Século das Luzes “os índios que permaneceram senhores de suas ações na colônia portuguesa são muito superiores em inteligência e indústria aos que foram mantidos sob tutela perpétua” (RAYNAL, 1781, V, p. 71).

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado comenta que “a indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata. Onde se erra é atribuindo-a a não se sabe que caracteres inatos do selvagem” (2000, p. 359). Se não natural, para Caio Prado qual seria a causa da lassidão? O historiador argumenta com clareza:

Na sua vida nativa, mesmo na civilizada quando se empenha em tarefas que conhece, e sobretudo cujo alcance compreende, o selvagem brasileiro é tão ativo como os indivíduos de qualquer outra raça. Será indolente, e só aí o colono interessado o enxergava e julgava, quando metido em um meio estranho, fundamentalmente diverso do seu, onde é forçado a uma atividade metódica, sedentária e organizada segundo padrões que não compreende. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 359).

A preguiça resultava, portanto, de uma brusca alteração de ambiente, na inserção apressada do nativo numa sociedade estranha a ele. A exemplo de Raynal, para Caio Prado uma das condições para eliminar essa característica perniciosa seria instruindo as populações autóctones. Todavia, desde o início o contato e as tentativas de incorporação teriam ocorrido mediante métodos bárbaros: o selvagem era arrebanhado com violência e a escola dispensada a ele “foi quase sempre o eito e a senzala” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 353). Assim como na *História das duas Índias*, Caio Prado admite que a sociedade colonial não emulava: “não seria um tal ambiente propício a estimular as energias e atividades dos indivíduos [...]”. Tratava-se de uma sociedade carente de oportunidades, de “perspectivas mesquinhas”; sociedade essa arrasada por “um vírus generalizado de preguiça, de moleza que a todos, com raras exceções, atinge” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 360).

De outro lado, os missionários, nas populações em que penetraram, teriam promovido realizações “quicá mais elevadas” – “moral e materialmente” - que a administração leiga, obtendo “resultados superiores no plano da civilização e cultura humanas [...]” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 88). Para Caio Prado:

Não resta a menor dúvida de que os padres, particularmente os da Companhia de Jesus, tinham uma capacidade de organização infinitamente superior à de seus sucessores leigos. Neste, como em todos os casos, a administração portuguesa sempre foi de uma ineficiência dolorosa. Mas aquela capacidade, os padres a punham a serviço de seus objetivos, bons ou maus, não o discutamos, e não da colonização, cujos fins também não procuro justificar. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 92).

Esboçando uma leitura similar, Raynal sublinha que enquanto a administração portuguesa utilizava métodos bárbaros para submeter os indígenas, gerando numerosos conflitos, os missionários, por meio do contato pacífico, promoviam alguma tranquilidade na colônia. Em vez de grilhões, os religiosos defendiam certos princípios indispensáveis para a convivência em sociedade: exprimiam “palavras afetuosas de paz e caridade”, instruíam os selvagens sobre os “principais mistérios da religião”, exortavam-nos sobre a “regularidade dos costumes, ao amor pela justiça, à caridade fraternal, ao horror pelo sangue humano e os batizava” (RAYNAL, V, p. 54). Os jesuítas instituíam alguma *polícia* nas coletividades em que se inseriam, e com isso as civilizavam³. Sendo assim, o ilustrado também admite o papel salutar das ordens religiosas se comparado à atuação leiga:

[...] compare os progressos que os jesuítas fizeram em tão pouco tempo, na América meridional, com aqueles que as armas e os navios de Espanha e Portugal não puderam fazer em dois séculos. Enquanto milhares de soldados converteram dois grandes impérios civilizados em desertos de selvagens errantes, alguns missionários converteram pequenas nações errantes em povos civilizados. (RAYNAL, V, p. 22).

O elogio, porém, finda por aí: no contato pacífico e na promoção de alguma ordem entre os autóctones. Raynal não poupa críticas ao obscurantismo que pairava sobre as ordens religiosas. Dogmáticas, elas seriam inimigas “do progresso do conhecimento e perseguidoras da filosofia” (RAYNAL, 1781, V, p. 21). Ademais, contaminados pelo “espírito infectado” de Roma, os missionários se introduziam nas cortes europeias para influenciar os acontecimentos em proveito próprio. De tudo buscavam tirar vantagem para “aumentar o esplendor de sua sociedade”. A partir desse diagnóstico, Raynal dispara a seguinte advertência:

se [os missionários] tivessem empregado tanta arte para serem amados quanto para serem temidos [...] o século XVIII não teria se envergonhado das atrocidades que acompanharam seu aniquilamento; o

³ Para Michèle Duchet (1971, p. 210), “cette défense des missionnaires, et tout particulièrement de jésuites, chez philosophes d’ailleurs peut enclins à vanter les bons effets de la religion et d’un pouvoir théocratique, montre la difficulté de concevoir un modèle de colonisation que fût purement laïque”.

universo continuaria sendo regado com seus suores e fecundado com seus empreendimentos (RAYNAL, 1781, V, p. 22).

Tirante quando comenta os prejuízos gerados pelo obscurantismo religioso - e nisso, como vimos acima, Raynal é claro -, no que concerne às pretensões políticas das ordens, especialmente as da Companhia de Jesus, o ilustrado realiza apenas tergiversações. Ficamos sem saber exatamente quais eram suas intenções ao enfatizar a ânsia dos missionários por “aumentar o esplendor de sua sociedade”. Sabemos que se trata de engrandecer a própria ordem a que pertenciam, mas não está clarividente no texto o que isso realmente significava.

Caio Prado, por sua vez, é cristalino. Para ele, as pretensões políticas dos jesuítas se chocavam com a utilidade que a administração leiga queria dar ao indígena: para o colono, tratava-se de um “*trabalhador* aproveitável”; para a Metrópole, um “*povoador* para a imensa área que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 87). Em face de tais objetivos, os missionários não atuavam como simples instrumentos de civilização. As “reduções”, o “enquistamento” de coletividades inteiras, tudo isso ia à contramão das intenções da administração leiga. O historiador resume a situação dos índios sob a égide dos religiosos:

O segregamento em que viviam nas aldeias jesuíticas, e que ia até a ignorância do português que não lhes era ensinado para evitar contatos com os colonos brancos; o regime disciplinar, quase de caserna, a que eram submetidos, e que faziam deles verdadeiros autômatos impelidos pela voz incontestável, e o que é mais grave, insubstituível de seus mestres e chefes, os padres, coisa que os integrava de tal forma na vida e rotina das reduções, que fora delas o índio se tornava incapaz de aproveitar os ensinamentos da civilização que lhe tinham sido ministrados. (PRADO JÚNIOR, 2000, p.88).

Tais práticas teriam impedido a “comunhão colonial” ansiada pela administração lusitana. Se deixado à revelia dos jesuítas, não haveria nem o índio “*trabalhador* aproveitável”, na visão do colono, nem o “*povoador*”, tão indispensável para a Coroa. “A autoridade e prestígio dos padres”, escreve Caio Prado, “formavam uma parede estanque além da qual se anulava o poder real” (2000, p. 90). Acrescente-se aí os visos de soberania política da Companhia de Jesus, estopim para a cassação de seu poder temporal em 1775, sob a jurisdição do Marquês de Pombal, e da expulsão de todas as ordens nos quadros do Império Português, em 1779. Desconfio que aquelas tergiversações de Raynal sobre as ordens religiosas também possam ser compreendidas sob essa ótica, porém precisaríamos de mais elementos para comprová-lo. Por ora, não os possuímos.

Por fim, chamo brevemente atenção para como os autores em questão encaravam a mestiçagem. Também nessa temática não abordarei pontos concernentes à figura do negro, tão presentes em Caio Prado Júnior. Justifico a escolha recorrendo à própria intenção deste trabalho: se optasse por investigar esses pontos, teria inviabilizada a tarefa de demonstrar as aproximações entre as obras que temos discutido, haja vista as diminutas menções na *História das duas Índias* referente ao elemento africano, em marcante contraste com a *Formação do Brasil Contemporâneo* e a

História Econômica do Brasil. Aliás, nesse tocante, percebe-se uma grande diferença entre o historiador brasileiro e o abade francês.

Para Caio Prado, foi o cruzamento das raças, incentivado notadamente pela licença dos costumes, que teria contribuído para a absorção do indígena na sociedade colonial. Durante o Diretório, instituído por Pombal, essa tendência teria ganhado respaldos jurídicos, e os casamentos mistos foram legalizados e, até mesmo, incentivados. Graças a esse conjunto de particularidades, somadas ao “impulso fisiológico [...] de uma raça de instinto sexual tão aguçado como a portuguesa”, escreve o autor, “foi possível amalgamar e unificar raças tão profundamente diversas, tanto nos seus caracteres étnicos como na posição relativa que ocupavam na organização social da colônia” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 93).

Em comentários sobre o tema, Raynal realizava o seguinte questionamento: “não teria sido mais humano, mais útil e menos dispendioso levar a cada uma dessas regiões distantes algumas centenas de jovens homens, algumas centenas de jovens mulheres?” (1781, V, p. 05). Os nativos teriam se miscigenado com o europeu e a consanguinidade teria transformado rapidamente os estrangeiros em naturais da região, gerando assim uma “única e mesma família” (RAYNAL, 1781, V, p. 05). Daí teria brotado necessidades e interesses recíprocos, inaugurando um comércio civilizador. Talvez assim a violência não tivesse sido a tônica do contato entre o português e o selvagem brasileiro. “A civilização”, alertava Raynal, “segue uma inclinação que leva todo homem a tornar melhor sua condição, contanto que não se queira constrangê-lo à força e que essas vantagens não sejam apresentadas por estrangeiros suspeitos” (RAYNAL, 1781, V, p. 06). Teriam sido justamente essas as barreiras que a administração leiga não conseguira superar.

Assim como em Caio Prado, para Raynal a miscigenação seria um amálgama salutar: “nada de armas, nada de soldados; muitas jovens para os homens e muitos jovens para as mulheres” (1781, V, p. 05). Tratava-se de transformar colonos e nativos em “um só povo”, objetivo a ser alcançado por intermédio da consanguinidade, “o mais intenso e forte dos laços” (RAYNAL, 1781, V, p. 06).

Conclusão

Não afirmamos uma relação direta entre a *História das duas Índias* e a interpretação caiopradiana da colonização na América Portuguesa. Algo do tipo, citado aqui (apenas) como hipótese, exigiria uma cuidadosa análise das fontes do historiador brasileiro, especialmente da obra de Robert Southey, do *Roteiro do Maranhão* e do *Ensaio sobre o comércio*, de Azeredo Coutinho. Por ora, buscamos apenas mapear alguns tópicos que aparecem de maneira semelhante no texto de Raynal e nos do historiador paulistano. Longe de esgotar o problema, não se discutiu outras temáticas abordadas de maneira similar pelos dois pensadores, a saber, a questão do nexos moral na sociedade colonial e as ponderações acerca da dependência portuguesa perante a Grã-Bretanha. A corroborar nossa hipótese sobre a influência das ideias ilustradas na literatura e historiografia brasileiras, remeto a um trecho do próprio Caio Prado: “tudo que se escreveu no Brasil desde o último quartel do século XVIII, que é quando realmente se começa a escrever

alguma coisa entre nós, traz o cunho do pensamento francês: ideias, o estilo, o modo de encarar as coisas e abordar os assuntos” (2010, p. 385).

Referências Bibliográficas

- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2004, vol. I.
- DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Maspero, 1971.
- ELLIOTT, John, H. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.
- FRANÇA, Jean, M, C. Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, Set/out/nov/dez. 2000.
- GUIMARÃES, M. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, n, 1, jan. 1988.
- JÚNIOR, Caio. P. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- MAURO, Frédéric. *A expansão européia*. Trad. Manuela Barreto. São Paulo: Pioneira, 1980.
- MOUREAU, François. “O Brasil das Luzes francesas”. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 36, 1999.
- POCOCK, J, G, A. *Línguagens do ideário político*. Trad. Flávio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.
- PECAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce de européens dans les deux Indes*. Genebra: Jean-Leonard Pellet, 1780, tomo, V, livro IX.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Marcha universal da história e *historia magistra vitae* no *Libelo do Povo* de Torres Homem

Vinícius de Souza
Graduando - UFOP
souza.viniciusde@yahoo.com.br

Resumo: O artigo visa discutir as categorias *marcha universal da história* e *historia magistra vitae* no livro *O Libelo do Povo*, escrito por Francisco de Sales Torres Homem, político do Império brasileiro, e publicado pela primeira vez em 1849. Para isso, será gestada reflexão acerca da experiência do tempo que compõe o estágio de modernidade no qual o autor se insere e problematizar-se-á a permanência do uso da exemplaridade do passado num contexto de recorrentes mudanças.

Palavras-chave: Torres Homem, Marcha universal da história, *historia magistra vitae*.

Introdução

Um traço característico da modernidade é o distanciamento progressivo entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. Isso muito em função da aceleração do tempo suscitada pelas transformações políticas, técnicas e epistemológicas que têm seus ápices em finais do século XVIII e no XIX.

Espaço de experiência e *horizonte de expectativa* são *categorias históricas*, não compõem o léxico apreensível nas fontes e são expressões cunhadas *a posteriori* para designar dadas relações com a passagem do tempo em determinadas ambiências.

Toda *categoria histórica* é um conceito, não obstante, nem todo conceito é uma *categoria histórica*. A distinção entre esta e os demais componentes que integram o vasto leque analítico do *metier* historiográfico é o fato de se referir ao que não foi pronunciado – não nos termos em que se investiga – e que mesmo assim se fez presente.

Numa rápida, e talvez, justamente por ser breve, despreocupada definição, que não pretende dar conta da gama de nuances tributárias do transcurso das épocas, *espaço de experiência* é a locução tradutora do passado atual nutrido pela forma conferida às realidades mais pretéritas, fundido aos efeitos provenientes da sensação de existir, compartilhado com as representações e informações do universo contemporâneo. É a aglomeração de variados estratos temporais.

Com as mesmas limitações descritivas supracitadas, o enunciado *horizonte de expectativa* diz respeito à projeção para o futuro condicionada pela situação ontológica presente, é a antecipação imaginável de experiências vindouras, afetada por esperanças, temores e outros sentimentos.¹

Intento discutir uma das obras de um intelectual brasileiro oitocentista que experimenta um contexto de substanciais e recorrentes mudanças no quadro estrutural e na mentalidade da nação que paulatinamente se construía. Circunstância produtora de fraturas na interação entre o futuro e o passado. Seu nome, Francisco de Sales Torres Homem. A obra trabalhada se intitula *O Libelo do Povo*², publicada pela primeira vez em 1849.

Torres Homem tem em si engendrada a modernidade. Verifica a vigência de uma história única, abarcadora de todo o mundo, pensada como um processo cumulativo e mobilizado por determinadas forças motrizes. Ainda assim, não se abstém de recorrer aos exemplos provenientes de outros períodos históricos para balizar seus argumentos acerca dos rumos a serem assumidos pelo Brasil, de modo a não privá-lo do êxito ante a empreitada de bem situar-se no desenvolvimento civilizacional.

É a partir dessa percepção que me proponho analisar a categoria *historia magistra vitae* e a que denomino *marcha universal da história*, no *Libelo do Povo*.

Marcha universal da história

A dissociação entre os prognósticos sobre os atos mais acertados de serem gestados e o conhecimento possível de ser adquirido com a atenção às realidades de tempos anteriores configura a atmosfera cognitiva que se edificava desde meados dos setecentos. As bruscas modificações pelas quais foram acometidas muitas sociedades nessa conjuntura alimentaram um clima de incertezas no que concernia ao porvir (KOSELLECK, 2006a). Já é bastante difundido, por exemplo, o célebre apontamento de Chateaubriand de que, no calor da França revolucionária, o que ele escrevia durante o dia era ultrapassado pelos acontecimentos da noite (KOSELLECK, 2006b: 58-59).

É um momento prolífero na cunhagem de conceitos que visavam dar conta da viragem de um *espaço de experiência* alargado para uma *experiência de tempo* peculiar a um ambiente em constante mutação.

Do conjunto de conceitos, um que assume incontestemente relevo no vocabulário dessa modernidade é o de *progresso*.

¹ Todos os apontamentos sobre *espaço de experiência*, *horizonte de expectativa* e *categoria histórica* estão embasados nas reflexões feitas por Koselleck, nos ensaios do livro *Futuro passado*, citados nas referências bibliográficas deste artigo.

² TORRES HOMEM, 2009.

Progredir era avançar rumo a um aperfeiçoamento moral, cultural, intelectual e material. Os pensamentos do presente eram mais aprimorados que os pensamentos do passado. Portanto, não se podia buscar no antes as respostas para o agora e para o depois, já que no agora era-se mais sábio que no antes, e no depois, mais sábio que no agora (KOSELLECK, 2006a: 316-321).

Com o crescimento do intercâmbio de informações entre as distintas regiões do globo, floresce a crença de que os povos, um pouco mais tarde as nações, encontravam-se em diferentes estágios de desenvolvimento, em variados níveis de adiantamento. Ainda assim, todos comungavam de uma história comum (KOSELLECK, 2006c: 278 e 284; 2006a: 317).

Tais especificidades são o que neste texto trabalharemos como *marcha universal da história*.

Historia magistra vitae

Um espaço de experiência contínuo, que impede a percepção de disparidades substanciais entre o passado e o presente, é o que vigorou, por cerca de dois mil anos até ser superado pelos eventos do século XVIII.

Mantenedor de uma *experiência de tempo antiga*, viabilizava a noção de que a história era mestra da vida. Se em essência não havia dessemelhança entre os homens do passado e os homens do presente, com uma correta observação dos erros ou acertos cometidos por aqueles que viveram antes, poder-se-ia articular e propor as melhores condutas a serem implementadas de modo a garantir os resultados mais satisfatórios.

O *topos historia magistra vitae*, criado pelo orador romano Cícero, conferia a quem compreendesse a história o poder de emitir juízos sobre a vida corrente e a vida futura, já que as transformações, quando sucediam, eram tão lentas que o passado continuava a ser uma coleção de exemplos. A experiência, até então, não se afastava da expectativa (KOSELLECK, 2006b). Era o que permitia a Maquiavel dizer que quem quisesse conceber previsões deveria olhar para trás, já que todas as coisas na Terra eram semelhantes ao que foi (KOSELLECK, 2006a: 318).

Após as rupturas epistemológicas já mencionadas, o *topos* continua a ser observável nas manifestações discursivas. A impressão de um espaço de experiência contínuo já havia sido superada, porém, o uso retórico de informações históricas como base de sustentação argumentativa persiste, ainda que muito menos incisivo e abrangente que em fases precedentes (KOSELLECK, 2006b).

A experiência do tempo no Brasil oitocentista

Valdei Lopes de Araújo, ao esquadrihar a permanência da fórmula *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro, chama a atenção para o fato de esse fenômeno coadunar-se com fatores

que ultrapassam hipóteses que o atrela a atrasos das sociedades do Reino Unido e do Império em se inserirem numa experiência moderna do tempo (ARAÚJO, 2012).

O *topos* compõe os discursos historiográficos desse contexto, mas sofre um *estreitamento*. Não há condições estruturais que assegurem inequívoca exemplaridade de eventos passados como norteadora de preparações para o futuro, a expressão história mestra da vida se apresenta muito mais como sintoma do processo de formação de um Estado nacional. É uma conjuntura exigente de solidificações de valores em torno de uma moral comum e da homogeneização de representações da realidade (ARAÚJO, 2012).

A história, aí, tanto como correr das eras quanto como relato dos acontecimentos, é captada enquanto potencial recurso de viabilização de pressupostos éticos e procedimentais – ideal para a afirmação do sentimento de pertencimento a uma nação. Surge ressignificada, metaforizada, aplicada, também, em subgêneros como biografias, necrológios e elogios. E, em momentos de crise, tem o seu caráter judicativo acentuado (ARAÚJO, 2012).

É por esse prisma que leio o investimento historiográfico de Francisco de Sales Torres Homem.

Torres Homem³

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1812, e falecido em Paris, em 1876, filho de pai padre e mãe mulata, formado em Direito e em Medicina, conseguiu ser, ao longo de sua vida pública, liberal exaltado, conciliador e conservador.

Na sua adesão à primeira vertente, além da publicação do *Libelo*, com o codinome Timandro, lhe é atribuída participação em ações de inequívocas repercussões no contexto imperial, como a colaboração com a Revolta Liberal, de 1842, em razão da qual foi preso e enviado por vários meses ao degredo em Portugal. Também veiculou nos órgãos de imprensa artigos inflamados a favor daquilo que reconhecia como prerrogativas democráticas.

Depois, passa a adotar uma postura conciliadora, tentando aglutinar liberais e conservadores. Dentre outros feitos, atua na administração e em prol da gestão do Marquês de Paraná, quando este foi presidente do Conselho de Ministros do Império.

Por fim, torna-se conservador. A Coroa lhe confere várias honras, dentre elas o agraciamento, em 1872, com o título de Visconde de Inhomirim.

³ Os dados biográficos sobre Francisco de Sales Torres Homem foram extraídos do trabalho de Raimundo Magalhães Júnior (2009).

CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Ocupou importantes cargos no decurso de sua carreira: membro da Câmara dos Deputados, do Senado, alto funcionário do Tesouro Nacional, Presidente do Banco do Brasil, Ministro da Fazenda e outros.

O Libelo do Povo⁴

O livro foi escrito pouco depois de o liberal Francisco de Paula Sousa e Melo ter sido demitido da presidência do Conselho de Ministros do Império, fato ocorrido em 29 de setembro de 1848.

Torres Homem, nessa altura ainda liberal, incumbiu-se da missão de redigir um manifesto contra o absolutismo, contra a arbitrariedade do Imperador e contra a “nobreza achinelada” do Brasil.

O emprego de um heterônimo não impediu que os leitores imediatamente identificassem a verdadeira autoria, dadas as ideias já tão propugnadas por Torres Homem em periódicos, com o mesmo discurso rebuscado e similar grau de erudição.

Rápido, jornais de viés conservador já atacavam o *Libelo*, dizendo ser somente uma reprodução, sem originalidade, dos escritos de Cormenin, de Stuart Mill e de Pellegrino Rossi.

Réplicas a tal crítica foram proferidas, na mesma ocasião. Defendiam revelar o livro sim forte influência dos publicistas europeus, mas longe de se constituir em plágio, era de primorosa forma e ímpar estilo, o que o habilitava para endossar as fileiras das grandes realizações literárias brasileiras.

Marcha universal da história no *Libelo do Povo*

Apresento abaixo passagens do livro nas quais detecto a manifestação do entendimento de que a história segue uma marcha universal.

Eis a primeira:

Aos 29 de setembro de 1848, a causa constitucional sofreu em nossa pátria um novo eclipse. Alucinada pelo mais vil dos sentimentos, a corte fechou repentinamente os olhos ao fúnebre clarão, que espargia nossa história recente, como o farol aceso no meio dos escolhos depois de um grande naufrágio. Um acesso de pavor das ideias do século, uma desconfiança injusta e covarde da lealdade e bom senso dos Brasileiros, foi tudo o que bastou, para que num instante se preterissem os

⁴ As informações acerca da recepção do *Libelo* por seus contemporâneos foram também obtidas do trabalho de Magalhães Júnior (2009).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

primordiais princípios da constituição, e a nação se visse com espanto outra vez transviada do caminho onde, no fim de tantas procelas, havia entrado com toda a energia de seus votos, com todo o ardor da esperança de um futuro melhor. (TORRES HOMEM, 2009: 53-54)

Nesse trecho, com o qual Torres Homem inicia a obra, há a constatação de que o Brasil, até 1848, ano da dissolução do gabinete liberal de Francisco de Paula Sousa e Melo, avançava em um caminho que o conduziria a um futuro melhor. Mas a arbitrariedade do monarca, insuflada pelos desejos retrógrados da Corte brasileira, veta essa marcha que era garantida por uma força motriz expressada no trecho a seguir:

A revolução da independência, que nos devolveu à posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo. No interior como no exterior, esse princípio, que é pedra angular dos estados livres, tornava-se os árbitros únicos, supremos e absolutos de nossos próprios destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha da organização política, que desde então devia regê-lo; só a ele, e a mais ninguém, cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços, que nos prendiam ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda natureza, que anulava e excluía as pretensões da realeza da conquista. (TORRES HOMEM, 2009: 66)

Essa força, motor da história, é a soberania do povo, que, como o fragmento acima aponta, é um princípio já incontestado no interior, ou seja, no Brasil, e no exterior. O que a revela como uma premissa universal, conivente com “as ideias do século”, expressão presente na primeira citação.

O mundo, então, para Torres Homem, já experimentaria uma universalidade de ideais de liberdade que conduziriam à plenitude da consumação das potencialidades humanas, conforme revelam as próximas partes do *Libelo*.

Na França:

Eis logo ao impulso da nova cruzada, a França, que tem a glória da iniciativa em todos os grandes fatos da civilização, ergue-se em pé, e precipita sobre as lajes das barricadas o trono de um rei pertinaz em governar a pretexto de ordem contra as necessidades do movimento contra as legítimas exigências da democracia, e que antepusera a causa egoísta da dinastia, e o interesse de páter-famílias à influência, à preponderância e à glória do povo. (TORRES HOMEM, 2009: 55)

Itália:

A essa palavra de esperança, de vida e de futuro, a Itália e a Europa inteira comovem-se, abalam-se; e o ouvido dos reis, que, dormiam acalentados pela lisonja, arrepia-se com os ecos sinistros, que, indicando a revolução operada nos sentimentos das nações, anunciam que vão ser quebrados os laços aviltantes, com que os interesses dinásticos as têm manietado. (TORRES HOMEM, 2009: 55)

Alemanha:

Os bons alemães pareciam resignados com a sua sorte; porém, uma revolução lenta, profanada, adequada ao caráter germânico, aí solapava, pelo alicerce, o monstruoso artefato do mundo absoluto. A mesma Prússia, como que forçada a consentir em seus estados o movimento da riqueza e da intelectualidade, para melhor resguardar-se da expansão política da civilização, preparava sem o querer futuros mais nobres a seus súditos. (TORRES HOMEM, 2009: 59)

Áustria:

Em Viena, as baionetas mercenárias sucumbem depois de pelejas encarniçadas das ruas, em que a população se mostra digna do grande a que aspira. O direito divino inclina-se ante o da soberania nacional, debaixo de cujo Império é convocada a assembleia dos notáveis do reino e são outorgados todos esses direitos e garantias, por amor dos quais se mandara degolar os cidadãos. (TORRES HOMEM, 2009: 61-62)

E Hungria:

A Hungria, que é chave do Danúbio, a barreira da Europa contra a ambição moscovita no Oriente e a protetora das povoações, que demoram nas ribeiras do seu rio nacional, insurgem-se igualmente; arrasa os monumentos da feudalidade; vende os bens eclesiásticos e constitui-se em estado independente da Áustria. (TORRES HOMEM, 2009: 62)

Tudo isso porque

Soa enfim a hora, em que essa revolução confinada na região das ideias especulativas, e amadurecida pelo tempo, vai traduzir-se em atos práticos, e receber a sanção material pelo contato com lava

incandescente, que a cratera francesa arroja em todas as direções.
(TORRES HOMEM, 2009: 59)

Portanto, o livro quer mostrar que há um avanço global rumo à realização das mais sublimes aspirações do homem. Ambição que se concretizará com o resguardo da soberania do povo que se dá por meio da liberdade.

Há-se a impressão de que o Brasil encontra-se apartado por causa dos atos da monarquia, conforme ilustra o trecho seguinte:

[...] o novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, riscava de nossa história o grande fato da revolução, que os devia separar e discriminar; inutilizava o tempo, os acontecimentos, o caminho andado; e restaurava o passado, não só com suas deploráveis tradições e tendências, mas até com seus homens, com seus erros e seus crimes! Não podia ser mais completa a decepção da expectativa do país [...] (TORRES HOMEM, 2009: 93)

E isso, para o autor, situa seu país em um grau de desenvolvimento aquém dos parâmetros civilizacionais do seu tempo. A intencionalidade do texto de Torres Homem atesta a tese de Koselleck de que na experiência de tempo moderna algumas pessoas em uma nação poderiam estar crenes de encontrarem-se à frente das de outras ou em posições que remetiam à necessidade de alcançar as mais avançadas.

História magistra vitae no Libelo do Povo

Para identificar em Torres Homem o pensamento de que a história é imbuída de uma natureza exemplar, seguem-se as próximas passagens.

Começo com uma de teor um tanto prosaico. Só que trata de um fato que será explorado pelo autor para ilustrar um dos defeitos da monarquia brasileira. A concessão de condecorações:

Essencial para as artes! Pois deveras a corte faz caso das artes? E precisam elas de suas bugigangas para florescerem? Havia rei, corte e condecorações em Atenas, quando no meio dos aplausos da multidão admirada, *Zeuxis* ornava de suas páginas sublimes as paredes do Partenon, ou quando debaixo do cinzel do Fídias respirava a majestade

viva dos deuses? Estava já por ventura instituída a legião d'honra em França, quando o altivo gênio de David lançava as Rabinas entre os dois Exércitos e pintava Leonidas moribundo nas Termópilas? Foram moços da Câmara e cavalheiros da Rosa os Ticianos, os Rafaéis, os Corrégios, e os Murilos? Essencial para a dedicação militar? Mas não tinham hábitos e comendas os soldados de Maratona, de Salamina e de Pateia! Não as tinham as famosas legiões, que avassalaram o universo conhecido ao poder da república romana! (TORRES HOMEM, 2009: 80)

Nota-se a evidente apropriação de modelos do passado como artifícios argumentativos. Se povos tão poderosos feito os atenienses e os romanos não precisaram premiar seus homens mais bem sucedidos, por que razão o Império brasileiro ainda utilizava tal recurso? O Imperador e a Corte não viam que a lição já havia sido dada?

Passemos a um trecho em que o autor apresenta uma situação ocorrida no início do governo de Jorge III, na Inglaterra, para depois lamentar o fato de os ministros do Brasil não terem tido tanta coragem quanto os ministros ingleses de meio século antes, que desafiavam o Rei quando percebiam atitudes inconstitucionais:

Assim tem sido isto entendido pelos estadistas mais consideráveis da própria terra, onde nasceu a máxima que – o rei não pode fazer mal (*The king can do no wrong*). Não é possível falar na ilegítima ingerência do reposteiro sobre a marcha dos negócios da Inglaterra, sem que logo ocorra o exemplo de Jorge III, este triste monarca, cuja insistência em preterir as condições do governo parlamentar, excitou contra si durante vinte anos todos os rancores nacionais. Quereis saber, Srs. Ex-ministros, que não tivestes a coragem de fazer o vosso dever e, que mudos e insensíveis, preferistes roer o frio ignóbil da Corte, quereis saber como em circunstâncias análogas se houveram os *Chatham*, os *Rockingham*, os *Grafton* e os *Shelburne*? (TORRES HOMEM, 2009: 102-103)

São incluídas no livro, as falas de *Chatham*, de *Rockingham* e de *Grafton* com a descrição de suas experiências como primeiros ministros, quando desafiavam os desmandos de Jorge III.

Outro fragmento que destaco é um no qual será feita comparação entre a Administração Colonial e o Governo Imperial. Aborda episódio em que Dom Pedro II, ao ser procurado por representantes da província de São Paulo, recusa-se a recebê-los. Para expressar quão inapropriado foi o comportamento do Imperador, Torres Homem dirá:

[...] em nome do monarca [o governo] recusou receber a representação da assembleia provincial de S. Paulo com o ridículo pretexto de que seu estilo não era respeitoso, esquecendo-se de informar a Sua Majestade, que o povo tem jus a ser ouvido, embora ignore a retórica da Corte; que a ocasião não era a mais usada para melífluo cumprimentos; que nossos pais nunca sofreram tão profunda humilhação da administração colonial, a qual se nem sempre dava aquiescência e lenitivo a seus queixumes, ao menos guardava a aparência da atenção, e não fazia delas objeto de zombaria e de ultraje [...] (TORRES HOMEM, 2009: 94)

Essa citação também configura uma ideia de que mesmo num passado colonial que precisava ser urgente e definitivamente superado tinha-se algo com o que aprender Dom Pedro II.

Há outras partes da obra em que o passado assume uma natureza ilustrativa de erros e acertos a serem considerados. O que saliente é que o próprio fato de o autor se propor a contar certos acontecimentos, que vão da Antiguidade a meados do século XIX, passando pela narração da trajetória da casa de Bragança e por determinados eventos da Europa do século XVIII, revela que opera a noção de que com a descrição histórica cumpre-se uma missão esclarecedora e pedagógica, que habilita a emissão de juízos da realidade presente e das possibilidades futuras. Tudo isso para poder dizer o que precisa ser feito em prol da superação dos obstáculos que inviabilizavam o desenvolvimento do Brasil.

Considerações finais

O *Libelo do Povo* é moderno. Da modernidade específica na qual foi redigido. Imprime a atmosfera mental erigida num Estado nacional cuja estruturação se dava por via dos choques de perspectivas, do embate entre projetos antitéticos de país, resultantes da multiplicidade de identidades políticas que ensejavam distintas alternativas de futuro (JANCSÓ & PIMENTA, 1999). Essas identidades, tal como a biografia de Torres Homem evidencia, eram suscetíveis à fluidez, passíveis de serem abandonadas e substituídas na medida em que a pátria se afirmava.

O autor do *Libelo* aplica a fórmula *historia magistra vitae* para conferir credibilidade à sua proposta de Brasil, sustentada por um afã modernizante de impulso ao horizonte que se abria. Sua relação com o passado não é a mesma dos indivíduos contidos na experiência antiga do tempo. O passado, em Torres Homem, é alteridade, pode de fato ser observado, ser comparado

ao presente e ser concessor de lições, mas não deixa de ser o repositório de outros homens, que não foram acometidos pelas consequências da sensação de irrefreável mobilidade da história.

A concepção de que ela é mestra da vida se manifesta, porém, esvaziada, sem a presença orgânica na mentalidade, com a qual se encontrava anteriormente. Nosso autor, em 1849, vê-se em uma crise política – como já dito, circunstância que dar relevo ao potencial da história para ajuizamentos –, seu grupo tinha sido posto à margem com a decisão de Dom Pedro II de trocar seu gabinete. Torres Homem vislumbra na narrativa histórica em si, não só nos acontecimentos, um recurso discursivo. Isso porque o *topos* ainda o alcança, silenciosamente demudado.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *Sobre a permanência da expressão historia magistra vitae no século XIX brasileiro*. In: ARAÚJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (org.). *Aprender com a história? O futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 130-147.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Cascatas de modernidade*. In: _____. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 9-33.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. *Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999. 2ª Ed. pp. 127-175.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC Rio, 2006a. p. 305-327.

_____. *Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC Rio, 2006b. p. 41-60.

_____. “Modernidade” – Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC Rio, 2006c. p. 267-303.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Sales Torres Homem e O Libelo do Povo*. In: _____. *Três panfletários do segundo reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86). p. 7-51.

TORRES HOMEM, Francisco Sales de. *O Libelo do Povo por Timandro*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86). p. 53-121.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Nos cantos da dança: espaços públicos dos sertões e dos gerais nos afetos do “Corpo de Baile”, de Guimarães Rosa

Danilo Patrício
Doutorando - UFMG
danilopatrício1@gmail.com

RESUMO: Voltar atenções para as novelas que integram o livro *Corpo de Baile*, lançado em 1956 por João Guimarães Rosa. Um total de 7 narrativas literárias integram o livro, vistas aqui como documentos de ficção que suscitam questões relacionadas à Teoria da História, pensando pontos como temporalidades, imagens e criação estética como forma de escrever história através do que o artista literato vai chamar literariamente de estórias. Considerando a polissemia da História e a trajetória deste vocábulo como campo de conhecimento e interpretação, pretende-se abordar as narrativas literárias, além da condição inerente de criação estética, como documento de ficção que ecoa mundo possíveis, no chão social de sujeitos - onde se situa, ainda que disfarçadamente -, como fonte para pesquisa e diálogos específicos e como discurso, que, mesmo assinado por um autor moderno, escapa à vontade exclusiva deste, em meio à falibilidade e potência da escrita que possibilita muitas associações, visões e diálogos múltiplos. Inscrevendo experiências, o autor faz literatura produzindo em “*Corpo de Baile*” um universo onde se pode identificar a história com a ideia de tempo como contexto e processo, ainda que nem sempre - e em alguns casos, dificilmente - de modo claro no entendimento começo-meio-fim, na estrutura romanesca, ou passado-presente-futuro, na demarcação das ações históricas. O artista conta estórias literárias estruturando narrativas modernas, utilizando-se para composição de narrativas da tradição - quadras, causos, memórias - com as quais dialoga na criação, invenção, que não podem ser vistas como mentiras, ou irrealis, mas sim carregadas do veraz, possível, que passam a existir no universo da ficção. Assim o artista João Rosa propaga estórias contadas e também interpreta a história, ainda que não explicitamente, em relato, em discurso explicativo sobre questões pontuais, objetivas (?) Estória ficção e História conhecimento interpretada, com imagens, modo de dizê-las. E o historiador, conta mais alguma estória ao tentar interpretar as estórias do artista? Ou, antes disso, consegue satisfatoriamente interpretar a escritura histórica do autor, da literatura?

“Tão fácil, se tudo nos aparecesse na verdadeira forma clara, sem a mínima possibilidade de engano!” (Guimarães Rosa, caderno 8 do IEB-USP)

As ações se enovelam em meio às reflexões que surgem entre personagens, enredos, narradores e outros *artifícios* do autor, como a difusão de imagens. O livro é *Corpo de Baile*, de João Guimarães Rosa, publicado em 1956. São truncados os acontecimentos, que se entrecortam nos enredos em meio à “massa de documentação” (BIZARRI, 2001, p. 90) utilizada na feitura de

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

7 novelas, de modo geral tecidas a partir da viagem do escritor ao interior de Minas Gerais, em 1952¹.

Com a intensidade de movimento histórico dos personagens que transitam pelo livro, produzindo sentidos em diálogo com a trajetória brasileira, trazendo pontos de contato com o republicanismo no país, mirando na obra literária os espaços públicos que se abrem pelos caminhos do afeto, com as fortes marcas da violência que entrecruzam os percursos individuais portadores de solidariedades, desejos e estranhezas projetados culturalmente na política.

Entendendo a modernização brasileira como autoritária e predatória na formação da polis no desamparo dos periféricos da cidade (STARLING, 2011, p.66), é possível realizar leituras na escritura de *Corpo de Baile* para observar caminhos e sentidos diversos de violência, entre permanências e mudanças, percorrendo lugares - família, trabalho e festa - que se entrecruzam de maneira múltipla no universo dos Gerais da obra, propagando-se historicamente pelos personagens e enredos.

“Você sabe (carta ao tradutor italiano), desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os “campos gerais”, ou “gerais” - paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: as gerais), até ao Piauí e ao Maranhão (BIZARRI, 2003, p. 40).

Para além das indicações geográficas apontadas pelo *autor*, os Gerais surgidos na *obra* estão em interface com o sertão, historicamente ligados a essa formação “do interior”, mas com suas peculiaridades em relação à região de cultura que se inscreve na nação (ABREU, 1998, p 107-181.). Extensa e densa obra, *Corpo de Baile* agrega temporalidades múltiplas, *passeando* do imemorial mítico, lendário, ao tempo de transformação mais perceptível em relação aos acontecimentos do urbano no Brasil no século XX, como, ilustrando, indicam o rádio e o *jeep* das “Noites do Sertão”².

Os Gerais históricos apresentam pela literatura lugares longínquos, sertões distantes uns dos outros e dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que vislumbra um imaginário de *vidas*

¹ Realizada por 10 dias, acompanhando a cavalo o trabalho de 5 vaqueiros, capitaneados por Manuel Nardi Rodrigues, o Manuelzão, além da presença em outros ambientes, como as estórias noturnas e as festas. Várias anotações foram feitas durante a viagem, reunidas a maioria em cadernos e cadernetas, no Acervo do Fundo João Guimarães Rosa (FJGR), no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, por mim pesquisadas em 2011.

² Título do 3º livro na divisão da obra em 3 volumes, que permanece até hoje, depois da publicação inicial dividida em 2 volumes, e da 2ª edição, em 1960, com volume único.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

urbanas. Entre elas estão os personagens que adentram em visita o cenário rural, como em O recado do Morro – o religioso, o cientista -, os que a ele retornam – Miguel, Lélío, Doralda – e as que nele chegam para períodos indefinidos, como Lalinha, a Leandra da cidade, assim identificada pelos modos de falar e de se vestir. Presente no sertão Brasil, os Gerais desdobram-se em Corpo de Baile, apontando para os sertões.

Vendo o sertão como lugar matriz, pode-se enxergar o *desamparo* na modernização na forma como a república, arregimentada na condição de Estado, passa historicamente a considerar apenas em discurso – um sertão, e único – o lugar de ancestralidade e origem da nação, posto à margem nas decisões de formação da pátria, que se estrutura de modo trincado aos vários sertões que geograficamente carrega, como os inscritos nos Gerais de Corpo de Baile. E a partir desse movimento identificável na escrita literária, permite-se pensar sobre o público, na perspectiva cultural numa trajetória política do Brasil, partindo da mesma para seguir os afetos que se fundem aos espaços coletivos por onde dançam os personagens no livro, entre as temporalidades e sentidos.

Pela fragmentação poética e com a amplitude de temas da obra, interessante observar no enredo primeiro, novela Campo Geral, em uma das associações entre os rumos políticos e a estrutura morfológica. Em análise publicada em 1973, tem-se apresentação assim realizada por Willi Bolle, vislumbrando como temática preponderante “sintomas de desenvolvimento” presentes no livro, relacionados com a escritura narrativa:

Relata-se a vida num sítio perdido no meio dos campos gerais, segundo a perspectiva do Menino Miguilim: as descobertas e alegrias de Miguilim criança; as primeiras amargas experiências: medo da morte, conflitos entre os pais que repercutem sobre ele; pouco a pouco, a aquisição de uma consciência, embora ainda nebulosa, do mundo dos adultos: a pobreza, o trabalho pesado em absoluta dependência, numa economia de subsistência; as doenças sem auxílio: Dito, o irmãozinho, morre de uma inflamação no pé; os estouros de raiva do pai, que procura compensar as frustrações sofridas no trabalho por castigos severíssimos contra a família, principalmente contra Miguilim. A agressividade anormal do pai é fomentada pelas duríssimas condições de trabalho; sua irritabilidade torna-se doentia, a tal ponto que, um dia, mata um agregado, Luisaltino, e depois se enforca. (...) Segundo a *lógica* imanente a esse mundo, Miguilim teria no futuro uma sorte semelhante a dos pais. mas surge uma ajuda inesperada: um dia, passa um médico, que leva Miguilim consigo para a cidade, liberando-o de compartilhar a condição dos pobres do meio rural (BOLLE, 1973, p. 74).

Em meio a uma estrutura *lógica* tão combatida por Guimarães Rosa, importante se ressaltar em *Corpo de Baile*, de maneira intensa e explícita, a presença das diferenças se dando pelas subjetividades e memórias como práticas políticas (SARLO, 2007, p. 16-17). Os conflitos se projetam ao público – ou à violação deste – na dimensão do afeto, desencadeadas nos cenários do doméstico, no interior dos pobres lares construídos no livro. Desencadeiam-se nas emoções entre os indivíduos e na constituição de grupos abertos, externos ao campo da morada das famílias, coletivizando-se como na festa, presente em pelo menos três das demais histórias que se seguem no livro, principalmente em “Uma Estória de Amor/Festa de Manuelzão”³.

Desenrolando-se como narrativa matriz do livro, “Campo Geral” se passa no isolamento do lugar Mutum, sem a constituição ainda de espaços públicos, da reunião em grupos para além do doméstico, preponderante na trama a partir da família do protagonista: os pais, os irmãos e os agregados ao núcleo central. Nos diálogos com o tradutor Edoardo Bizarri, Rosa afirma que, para o italiano, a ordem das narrativas pode ser aleatória, desde que se inicie pela história do menino de 7 anos. A trama esboça os antepassados comuns dos personagens (SOARES, 2008) que surgirão nas demais histórias, desenhando famílias alargadas (CATROGA, 2011, p. 12) que partem do sertão, espalhando-se – indivíduos, cidadãos? – em forma de *sertões* entre os Gerais e cidades do Brasil, nos movimentos de ir e vir do livro.

Antes do Brasil país, da pátria e mesmo da nação se considerarmos os registros do vocábulo – também grafado “certão” – antes da colonização, em Portugal e na África (AMADO, 1995), o sertão apresenta-se isolado, expande-se, movimenta-se, sofre golpes, e se refunde, nas experiências de tradição em trânsito⁴ e nas escrituras históricas literárias. A nação criança está no Campo Geral de Miguilim, que como tradição literária *começa* antes mesmo do livro, ligando-se aos “Campos Gerais” de José de Alencar (ALENCAR, 2001), com a presença do mito, lendas e dos confrontos de mundos norteados pela violência física, bruta, mantida e atualizada nas páginas rosianas dos Gerais.

Mutilado pelo mundo dos adultos, velhos e engessados em relação aos sonhos que carrega, Miguilim poetiza os desejos do indivíduo, em nome do grupo pelo qual nutre intenso afeto. Desejos barrados pelas ponderações pragmáticas do irmão Dito, na *fala* que pondera e

³ Também em “A Estória de Lélío e Lina” e “O recado do morro”.

⁴ Esboçadas em análise no livro “Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República” (p.11-30), sobre a complexidade das tradições brasileiras em diálogo com esse trabalho, citado na bibliografia.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

barra os sonhos ao apontar os limites de realização diante do contexto de violência que prende a família, grupo. “Pai é dono nenhum, Miguilim: o gadame é dum homem, Sô Sintra, só que pai trabalha ajustado em tomar conta, em parte com o vaqueiro Salúz” (ROSA, 2001).

Além do jugo político pelo trabalho com dificuldades econômicas, a família é dilacerada pela corrosão dos afetos, com o desenlace violento decorrente das disputas amorosas envolvendo a mãe de Miguilim, provocando a ira no já subjugado trabalhador Berno, que também descarrega seus insucessos no garoto protagonista. A novela traz a violência explícita na Casa – brigas, normas, traições, frustrações - e a que emanada do proprietário, já “em cidades”, na força externa ao lar, oriunda de um mundo para o qual parte Miguilim. Migrará com o afeto, a remexer-se na trajetória, na chega ao pretense lugar de experiências públicas, a cidade, polis, e nas lembranças sobre os sertões, para onde retorna como o veterinário Miguel na novela “Buriti”.

O Miguilim tornado o homem Miguel alcança com talento uma profissão, portando ciência de saber moderno, um médico de vacas e bois, de natureza. Na ambivalência, retorna aos sertões como remediador da cidade para o chão rural de bichos e pastagens com o qual se encanta, emociona-se, sem poder esquecer o vivido naquele lugar de cultura compartilhado, em semelhanças, e geograficamente difuso entre os muitos sertões das fazendas, também com diferenças: o Buriti Bom, o Grande, o Pau Roxo, o Mutum, a Guachimã.

Arrancado da família, em meio às dores vividas no ambiente doméstico, é cidadão urbano, mas individualmente permanece dilacerado no campo dos afetos individuais, atormentado pelas lembranças, e ausente de vínculos familiares, sem mais saber “se existe aquele lugar” e aquelas pessoas, incluindo os familiares como os irmãos com quem convivera antes de partir. O sertão não morre, desdobra-se, transforma-se e se espalha nas páginas de experiências. E se junta em territórios, geográficos e de subjetividade afetiva. Nesse caminho de se desgarrar da família simultâneo à permanente busca de vinculação de um grupo é que pode ser identificados lugares por onde fluem valores públicos.

Assim, entre a partida de Miguilim – carregando afetos em transformação – e os retornos de Miguel é formada uma estrada de utopia – sem lugar estático, *u-topos* – à imagem Benjaminiana, lembrada “entre o gesto de euforia do vencedor e o lamento do vencido” (STARLING, 2011, p. 48). Situa-se em Lugar de solidariedades e normatizações visíveis em *espaços* como a Festa, amplo momento público em outra estória de Corpo de Baile, Uma Estória

de Amor/Festa de Manuelzão. A Festa na narrativa é o universo onde se compartilham coletivamente memórias, onde se có-memora em grupo.

É na fundação a partir da festa que o vaqueiro Manuelzão, composto personagem por Rosa a partir da viagem aos Gerais, *idealiza* um mundo a partir da construção da capela em homenagem à falecida mãe, religiosa devota a quem o filho atende, fundando no enredo presente uma festa para ser lembrada. Dessa vontade do indivíduo escapam os valores públicos, que se formam pelo surgimento dos anseios dos anônimos – apresentados e feitos públicos! -, portadores de outras memórias, destoantes em relação aos do fundador, mas que com ele podem conviver, mesmo que vivenciem conflitos, estando reunidas publicamente na Festa.

Experiente vaqueiro por volta dos 60 anos, Manuelzão, em tempos difíceis, aceita convite/ proposta de trabalho feita por Federico Freyre para desbravar as terras de deste na Samarra, onde toma as providências para estruturar uma povoação. A fundação é desencadeada pelos laços da família, peculiar e errática, pois o vaqueiro não possui linhagem nobre no sertão – sem sequer uma família nuclear -, não é abastado e não possui autonomia política, estabelecendo laço de serviço para o homem da cidade, dono das terras. É nessa devoção sacra familiar que Manuelzão resolve fazer a festa, *organizar*.

A festa é formada por grupos, que a ela se integram dando vida a esse corpus, diversos, mas reunidos pela criação inicial do vaqueiro. A reunião de pessoas, grupos, forma outra ordem diversa da rotineira e, embora depois se desfça, provocará mudanças decorrentes da forma como cada pessoa ou grupo participou da festa, dela experimentou, dedicou-se para fazer tal tessitura, ou mesmo agiu para desmontá-la, modificá-la, ou mesmo transformá-la, acrescentando novos repertórios.

Na festa estão grupos como em presença dos sertões como vaqueiros, mulheres da cozinha, valentões, rezadeiras, mulheres “sem pudor”, loucos, contadores de estórias e outros artistas, que transitam entre nomes individuais e os grupos aos quais se filiam. Mais para os papéis, na vontade de representar forças e mesmo concentrá-las individualmente, estão o religioso, o fazendeiro, o eremita. Todos no baile, encenando a vida em dança que abre novos espaços para a fluência dos valores públicos.

Trata-se de uma abertura construída no ritmo dos afetos privados (STARLING, op.cit.,p.62). É o que se pode ver na estória do mesmo livro intitulada “Cara-de-Bronze”. A CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

narrativa mostra o fazendeiro de nome-título debilitado no quarto, ambiente particular da propriedade, de onde ainda ecoam as decisões pessoais do privado, em tempos de decadência econômica e culpa sobre *um* passado que naquele presente se descortina envolvendo coletividades, ávidas sobre as novas ordens a partir das mudanças na fazenda, que perde o patrimônio com a venda de bois e a chegada de novos donos, sem rosto.

Na agregação de enredos múltiplos, as mudanças estão ligadas com a chegada de Grivo, vaqueiro-poeta, do Alto Sertão, por onde fizera longa viagem, movendo-se nos espaço do Brasil, a partir dos Gerais, e pelos tempos que se intercalam na poesia a ser dita, com enredo apontado pelo vaqueiro mais velho da comunidade, Tadeu. Fora da casa, ele está no duro trabalho com os demais vaqueiros, em projeção de falas teatrais múltiplas de um tecido coletivo, em latente mudança, sobre a qual se debatem, e se interrogam sobre os filetes do privado, a partir do poeta, entre autoria e comunidade.

É do lar que se desencadeia o afeto intenso do boiadeiro Soropita, na narrativa do livro Dão-lalalão, tentando conter a violência que possui a partir do enlace amoroso com Doralda, que fora meretriz em Montes Claros. Soropita combatera a favor do governo contra os bandos, em tempos outrora de outros sertões. Nos “novos tempos”, a arma que porta não é mais usada abertamente, no Arraial onde é “respeitado”, pela condição de proprietário e pela força que continua a usar, em ameaças contra o Preto Iládio e contra quem puder violar seus segredos que pensa possuir, medos que o privam da vida aberta, sem o compartilhamento pleno de memórias com os sertanejos com quem tem contato.

A trajetória de Soropita já revela no livro encenações das instâncias (instituições?) oficiais, que representariam os direitos de justiça da *sociedade*. A violência atualiza-se, por exemplo, no Júri que o absolve dos crimes cometidos no passado, contra outros “valentões arrespeitados”, também temidos no sertão pela violência do crime, em armas. Ela, a violência dos “novos tempos”, está modernamente no país disfarçando leis em nome dos desejos de muitos dos sertões – vinganças, proteção de poderes – e preservando, para os contrários – camadas dos fracos, os negros, e mais amplamente os pobres, desamparados – a imposição do grito na praça, onde os muitos anônimos, sem privilégios, suplicam, humilham-se para manter a vida, no risco permanente de pagarem com o uso da arma, como a que ameaça ao Preto na narrativa, carregada por Soropita no incontido afeto do ciúme. Mesmo na praça pública, o arraial, ela não hesitaria em fazer uso dela em caso de *alguma desobediência* ao indivíduo que pessoalmente incorpora a lei.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A força política afetiva vai então se confundindo e se superpondo na particular compreensão do mundo público no país, marcando fortemente a modernização brasileira de forma autoritária e predatória, apontando para a feitura da polis no desamparo dos periféricos da cidade (STARLING, op.cit., p.63 e 66), historicamente no livro elaborando sertões vividos no chão dos Gerais. Percurso que, apesar das violências diversas, permite que se enxergue a presença de utopias dos personagens, que, independente dos poderes oficiais do país, elaboram laços públicos a partir das trajetórias individuais de intenso movimento.

O vaqueiro Lélío, por exemplo, chega à fazenda do Pinhém – lugar onde trabalhara o pai, vaqueiro Higino, guiando-se por esta memória - voltando da cidade, onde “sem gosto” havia exercido o ofício de caminhoneiro, sobrado para ele nas andanças pelas estradas do país, na escolha progressos que não o consideravam como cidadão. Depois de muito trabalho e buscas amorosas, deixa a fazenda partindo sem destino com a sabedoria de outros tempos, levando na garupa do cavalo a senhora Rosalina, amiga e conselheira dos conflitos amorosos.

Oriundo de uma *matríz sertão*, o vaqueiro vai à cidade e volta aos Gerais, de onde parte nos rumos do Peixe-Manso. Esse movimento de origem-partida-retorno é feito também em Corpo de Baile por Doralda, que antes de passar a ser Dama, *fundando* um lar com Soropita, respirava o ar das cidades, não tão nobre para ela no universo urbano, apesar da fama ecoada no tempo. Sem lugar estável na pólis, vivera para posse de muitos, anônima como eles. Situava-se entre as dores da vida e o espectro de glamour camuflado, que sedutoramente ela contava ao então amado Soropita. Nesse discurso partido do quarto, Doralda dava o tom das novidades a ela concedidas na cidade, incerta. Era partir para os sertões das gerais e refundar-se. Para além do quarto, do mundo privado, de alguma maneira se chegaria ao universo público.

Referências Bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos (vol.8, n.15, p.145-51), 1995.
- BIZARRI, Edoardo; ROSA, João Guimarães. João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizarri.- 3.ed. - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2003
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo, Hucitec; Brasília, Editora UnB, 1999 (p. 125 – 170: O vocabulário da praça pública na obra de Rabelais).
- BOLLE, Wille. Fórmula e Fábula. São Paulo, Perspectiva, 1973 (p. 65-82).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- COSTA; Ana Luísa Martins; GALVÃO, Walnice Nogueira (organizadoras). Cadernos de Literatura Brasileira – João Guimarães Rosa, n.20 e 21 (Edição Especial). Manuelzão (p.61-63). São Paulo, Instituto Moreira Sales (IMS), 2006.
- CATROGA, Fernando. Ensaio Respublicano. Lisboa, FFMS, 2011.
- PAULA, Delsy Gonçalves; STARLING, Heloísa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (Organizadores). Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. A narrativa da República em Grande Sertão: Veredas. In: BIGNOTTO, Newton (org.). Pensar a República (2a reimpressão). BH, Ed. UFMG, 2008.
- _____. Uma pátria *paratodos* – Chico Buarque e as raízes do Brasil. Rio de Janeiro, Língua Geral (coleção língua cantada) , 2009.
- ROSA, João Guimarães. Manuelzão e Miguilim. 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- _____. No Urubuquaquá, no Pinhém. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- _____. Noites do Sertão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SARLO, Beatriz. Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo, Companhia das Letras; Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- SOARES, Claudia Campos. Corpo de Baile: um mundo em transformação. In: Revista Ângulo No. 115, out./dez. 2008, p. 40-47. Disponível em <http://www.elfikurten.com.br/2011/01/guimaraes-rosa-diplomata.html>.
- _____. Rondando os segredos de um livro – Considerações sobre Corpo de Baile. In: Revista de Letras UFMG, 2006: www.lettras.ufmg.br/poslit/16...pgs/10-%20Revista%20Itinerários.pdf

A leitura de Michel Foucault a Kant: antropologia crítica e escrita da história

Tiago Viotto da Silva
Mestrando – UNESP/ Assis
Agência financiadora: FAPESP
viotto.ts@gmail.com

RESUMO: Meu objetivo nesta comunicação é traçar algumas breves considerações acerca da leitura de Michel Foucault a Kant e as relações dessa leitura com o empreendimento histórico-filosófico desenvolvido pelo pensador francês. Como fio condutor para desenvolver este tema, me apoiarei na leitura que o pensador francês realiza da obra de Kant nos textos do início de sua produção intelectual: *Introdução à antropologia de Kant*, tese complementar defendida junto a *História da loucura na idade clássica* em 1961; *As palavras e as Coisas* de 1966; e *A arqueologia do saber* de 1969. A partir desses trabalhos pretendo, em primeiro lugar, destacar a crítica de Foucault às antropologias filosóficas pós-kantianas, e o modo como essa crítica é desenvolvida por Foucault, nesse primeiro momento de seu trabalho, à luz do próprio kantismo. Em segundo lugar, pretendo sublinhar o modo como Foucault desenvolve seu método empírico-descritivo para a escrita da história como uma arqueologia da formação descontínua dos saberes que visa inserir o passado como diferença em relação ao presente - se esquivando, assim, daquilo que o pensador francês chama de *sujeições antropológicas* do pensamento, tais como as ideias de continuidade e progresso da razão. Além de ajudar a caracterizar o trabalho epistemológico da história na *arqueologia do saber* de Foucault, acredito que o debate crítico com Kant permite estabelecer alguns elos entre a ideia de história dessa primeira fase de suas reflexões às que permeiam as fases subsequentes de seu trabalho, a saber: o trabalho político de ação sobre o presente que constitui sua genealogia do poder e o trabalho ético estético de cuidado e construção de si advindo de suas reflexões sobre uma *estética da existência*.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault, Kant, escrita da história.

Em alguns de seus textos tardios, da década de 1980, Michel Foucault procurou reivindicar sua pertença a um trabalho crítico do pensamento, cuja abertura foi possibilitada por Kant. Segundo Foucault, ademais, esta abertura seria o ponto que caracterizaria a modernidade: o trabalho crítico acaba por definir o pensamento como um modo de ação, sobre si e sobre a atualidade. Mais do que um corte cronológico, a modernidade figura a Foucault como um modo de conduta, um *ethos*. A crítica kantiana se faz como uma atividade de constante interrogação sobre a possibilidade de formação do pensamento, isto é, o sistema de normas ou leis que o tornam possível, como também sobre os motivos que levam à obediência a tais normas. Cumpre, portanto, a tarefa de questionar o que é possível saber e, junto a isso, quais os usos possíveis de serem feitos com tal ou qual conhecimento.

A referência a Kant emerge nos trabalhos de Foucault desse período, quase sempre, enveredando um olhar retrospectivo que procura oferecer uma visão de conjunto aos três eixos desenvolvidos por Foucault em sua trajetória de pesquisas (a arqueologia, a genealogia e a estética da existência). Esse elo é evidenciado sob a designação de seu trabalho como uma ontologia crítica do presente (FOUCAULT, 2005).

Contudo, a referência a Kant, que de certo modo ajuda a aclarar algumas das noções desenvolvidas na trajetória de Foucault, não é uma novidade que se restringe às reflexões desenvolvidas em seus textos derradeiros. Assim como Nietzsche e tantos outros pensadores, a presença de Kant pulula nos textos de Foucault durante todo seu trabalho intelectual, porém, não com longas revisões conceituais ou referências diretas: assim como afirmou, seu maior sinal de gratidão para um pensador é utilizá-lo; fazer dele, um instrumento para se pensar.

Dentre os vários usos que Foucault procurou fazer a Kant, gostaria de me centrar brevemente em alguns pontos das reflexões desenvolvidas em um texto do início de sua formação intelectual, qual seja: *Gênese e Estrutura da Antropologia de Kant* (2011) - tese complementar defendida juntamente com a *História da Loucura da idade clássica*, em 1961. Como em outros textos que advêm da década de 1960, é possível destacar a preocupação de Foucault em dialogar com aquilo que o autor define como *antropologias filosóficas modernas*, isto é, formas de pensamento que centralizam o homem como sujeito de todo o conhecimento. O tema, como se vê, irá reincidir nas reflexões de Foucault desse período, como na tese central de *As Palavras e as Coisas*, de 1966, que versa sobre a constituição recente e o fim próximo do homem como fundamento do saber; e o posicionamento do sujeito como função derivada do discurso, exposta nas reflexões desenvolvidas em *A Arqueologia do Saber*, de 1969.

Ademais, nesses trabalhos Foucault procura evidenciar que essas antropologias filosóficas, das quais ele procura se desfazer, são possibilitadas devido ao mesmo empreendimento kantiano que, tardiamente, ele indicará como a *démarche* de seu próprio empreendimento histórico-filosófico. Contudo, seria um erro afirmar que se trata do mesmo Kant. Nesse caso, o texto da *tese complementar* pode ser apresentado como um possível caminho para se encontrar com a feição singular que Foucault procura dar a Kant em seus trabalhos. De antemão, pode-se afirmar que a crítica desenvolvida por Foucault é realizada à luz do próprio kantismo.

Publicada juntamente com a tese principal, *História da loucura na idade clássica*, a tese complementar de Foucault já expo alguns dos pressupostos que irão aparecer tardialmente, no conhecido texto *O que são as Luzes?*, de 1983, em que Foucault procura comentar sua relação com a filosofia crítica de Kant. Contudo, a tese complementar foi redigida em um diferente contexto intelectual: tratava-se de sugerir uma resposta à questão kantiana *O que é o homem?* (*Was ist der mensch?*). Foucault, portanto, procurou, a seu modo, responder a essa questão a partir de um retorno à obra de Kant e de uma leitura distinta das realizadas por seus contemporâneos. Trata-se, antes, de um ataque, do que uma tentativa de fundar uma antropologia filosófica.

Posteriormente, no livro *As palavras e as coisas*, o pensador francês busca desdobrar essa discussão apresentada inicialmente em sua tese complementar. Todavia, nessa publicação de 1966, Foucault procurou referenciar de forma genérica os empreendimentos antropológicos modernos, possíveis a partir da questão kantiana: o hegelianismo, representado, principalmente por Jean Hyppolite; e a fenomenologia, cujos trabalhos mais eminentes eram os de Sartre e Merleau-Ponty (ERIBON, 1990).

Composta por *Introdução, notas e tradução* do texto *Antropologia do Ponto de Vista Pragmático* de Kant, a tese complementar fora dividida, posteriormente pelos editores em cinco partes que explicitam o modo no qual Foucault desenvolveu seu estudo: 1 – Gênese da Antropologia; 2- Lugar da Antropologia no Pensamento de Kant; 3- Estrutura e especificidade da antropologia de Kant; 4- A projeção da antropologia de Kant na filosofia contemporânea; 5- A relação da antropologia kantiana e as antropologias contemporâneas de Kant. Não é o caso de percorrer todos os cinco momentos desenvolvidos por Foucault, mas de destacar pontos que permitem sintetizar alguns elementos fundamentais em sua reflexão.

Na primeira parte, Foucault se preocupa com a gênese da Antropologia no pensamento de Kant. Busca questionar se haveria uma imagem concreta do homem que estaria pressuposta ao trabalho crítico, ou se a imagem do homem fora surgindo pouco a pouco juntamente com o desenvolvimento das três críticas. Se a resposta for positiva quanto à primeira possibilidade, então Kant não teria nada feito de diferente daquilo que criticava, argumenta Foucault, isto é, fez valer um dado empírico como princípio metafísico para um juízo; contudo, se Kant partiu do trabalho crítico das condições de possibilidade do conhecimento e, a partir daí, avançou para um questionamento sobre o homem, então não há mais um questionamento sobre o homem em sua essência, mas sobre sua constituição como correspondente às experiências cognitiva, prática e

estética que emergem no uso da razão. Para responder essa questão, Foucault afirma uma relação entre crítica e antropologia que não é óbvia, mas precisa ser construída.

Para isso, na segunda parte do estudo, há a procura pelo lugar da Antropologia no pensamento de Kant, feita a partir da relação estrutural desse texto com outros que percorrem todo o trajeto kantiano. A conclusão é de que a Antropologia possui certa relação com a crítica, mas, por outro lado, a supera, pois aponta para uma investigação do originário do homem localizado entre o universal *a priori* (ensejado na crítica) e a temporalidade da experiência, ou seja, no câmbio entre sua condição de sujeito de conhecimento e sua condição de habitante do mundo que compartilha das mesmas vicissitudes que os demais *entes* possuem. Foucault procura sublinhar que o homem na Antropologia não é nem *homo natura* nem puro sujeito de liberdade, senão que é abordado nas sínteses já operadas da sua relação com o mundo (FOUCAULT, 2011). Aqui, o conceito de mundo aparece como cidade a ser construída e não como dado de antemão, percebe-se que a Antropologia, preocupada com o homem como cidadão do mundo, visa a uma análise das formas concretas da observação de si, isto é, do homem em sua articulação como sujeito moral e como coisa natural.

O homem surge como termo médio de uma trilogia que reúne, ainda, a universalidade de Deus e a temporalidade do mundo. Como unidade concreta desses termos, o homem surge como o lugar da edificação da síntese como indica a crítica, mas também como o lugar onde toda síntese é corrompida devido à sua ligação com a temporalidade do mundo: “Na região antropológica, não há nenhuma síntese que não seja ameaçada: o domínio da experiência está como socavado desde o interior por perigos que não são da ordem da superação arbitrária, senão do derrubamento de si” (FOUCAULT, 2011, p.45).

Ao chamar a atenção para o fato de que a razão humana atende a um sistema de fins que obedece às suas próprias faculdades, Kant acaba por inaugurar a possibilidade de uma reflexão sobre o homem: mas, afinal, o que é esse ser que não somente elabora um sistema de fins, como obedece a esse sistema? O que o caracteriza? O sujeito transcendental surge aí como condição formal *a priori* de toda a síntese, isto é, condição de possibilidade para todo o conhecimento possível. Contudo, Foucault procura arquitetar o conjunto dos textos de Kant de modo que a Antropologia surja como um negativo da empresa crítica, isto é, como aquilo que procura indicar a possibilidade, não de edificação da atividade sintética e reencontro de um sujeito transcendental, mas de sua transformação e esfacelamento no devir e no tempo.

Para Foucault a antropologia se constitui, portanto, como sistemática e popular. E são estes dois termos que podem ser entendidos como uma antecipação de alguns temas caros ao trabalho de Foucault que serão desenvolvidos posteriormente. O caráter sistemático já foi afirmado anteriormente: trata-se da sua constituição a partir de uma imagem invertida ao trabalho da crítica, porém, que dá ênfase à recuperação de uma dimensão temporal (a do mundo entendido como espaço de relação entre os homens). Foucault busca, portanto, pôr de cabeça para baixo a crítica kantiana ao renunciar um sujeito transcendental, substituindo as condições formais de possibilidade de experiência, por condições históricas (e, portanto, sempre variáveis e contingentes) de possibilidade de formação dos saberes.

Se Kant procura estabelecer os limites finitos do conhecimento e, a partir daí, encontrar o sujeito moral de sua significação, Foucault, busca, por outro lado, abrir mão do sujeito transcendental para interrogar sobre a sua constituição finita e, portanto, perecível. O originário é compreendido não como *realmente primitivo*, mas como *verdadeiramente temporal*. Isto é, encontra-se onde, no tempo, verdade e liberdade se pertencem. (FOUCAULT, 2011).

Tal questão é levada adiante em *As palavras e as coisas* em uma pesquisa de cunho mais empírico sobre os discursos acerca da vida, do trabalho e da linguagem e como, a partir da articulação desses três transcendentais, a imagem do homem pode surgir na modernidade. Ao situar o surgimento do homem como sujeito de conhecimento no século XIX, Foucault procura chamar a atenção para o fato de que esta figura surge comprimida entre os saberes empíricos (da biologia, da economia política e da filologia). Tais saberes anunciam ao homem somente a sua constituição finita, isto é, anunciam uma temporalidade que o antecede e o atravessa. Desse modo, é possível compreender uma das principais teses que permeia a discussão de *As Palavras e as Coisas*: a de que toda representação, como tentativa de fundamentação das finitudes empíricas, são fracassadas, na medida em que aquele que as funda, o sujeito humano, é também finito. Em outros termos, trata-se do anúncio de que o homem, tal como figura nas ciências humanas, tem uma recente constituição histórica e, além disso, está prestes a se esfacelar.

Além disso, há aquilo que Foucault afirma ser o caráter popular da antropologia; ou seja, é vista a partir de exemplos que o leitor possa por si mesmo encontrar, como um fio condutor empírico dos casos no qual o homem pode se defrontar no trabalho de construção de si. E é a linguagem aquilo que Foucault define como o elemento que insere a reflexão do homem nesse domínio prático:

É que há na linguagem, ao mesmo tempo, a possibilidade de falar e de falar sobre si, e isto em um único e mesmo movimento; em seu uso corrente, ela é a fonte inesgotável desses “exemplos” pelos quais a leitura prolonga, sem interrupção e na familiaridade do reconhecido, a escritura. Dizer que um texto é popular porque os próprios leitores podem encontrar exemplos é dizer que há entre o autor e seu público o fundo não dividido de uma linguagem cotidiana que continua a falar, sem transição e sem mudança, na página em branco. [...] [A antropologia nesse caso] será um conhecimento do homem que o próprio homem poderá imediatamente compreender, reconhecer e infinitamente prolongar porque um e outro obedecem à mesma inesgotável linguagem (FOUCAULT, 2011, p. 85).

Assim como o caráter sistemático, o popular, que centraliza a linguagem como lugar de relação entre os homens, como seres do mundo, é levado adiante. Pois é justamente esse fundo que permite que a linguagem seja compartilhada, prolongada, levada a diante, que Foucault procura isolar em seu trabalho arqueológico. A partir de suas noções de enunciado e discurso o que se vê é a afirmação de uma temporalidade própria à linguagem e a constituição de diferentes sujeitos como funções derivadas do discurso e da instituição que disciplina seu corpo e controla seu discurso. Como a linguagem possui sua espessura própria, sua temporalidade própria, o homem dela se apropria afim de realizar suas ações: “a linguagem está ligada não mais ao conhecimento das coisas, mas à liberdade dos homens”.

Isso faz com que Foucault enfatize, diferentemente do *a priori* formal, um *a priori* histórico: conjunto de enunciados efetivamente ditos e escritos e evidenciados em sua singular materialidade.

A descrição dos *enunciados*, por sua vez, possibilita delimitar as diferentes formas no qual a *razão* se formou no decorrer do tempo e, a partir das mesmas condições de existência, permitir pensar em outras formações possíveis. Outras formas de se pensar. A partir daí acredito ser possível delimitar qual seria a possível função do pensamento histórico para Foucault: inserir o passado como diferença.

Esta tarefa está intimamente ligada à sua pretensão filosófica de realizar uma *ontologia crítica do presente*. E ambas, por sua vez, se coadunam às três tarefas que Foucault procurou iluminar ao longo de seu labor intelectual: arqueologia do saber; genealogia do poder e estética da existência. Isto é, a partir do método arqueológico busca-se escandir novas possíveis formas de pensar que, devido a um jogo de poder, foram obscurecidas, isso permite agir sobre a atualidade

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

como uma atitude política de resistência e, por fim, esta atitude sobre a atualidade implica uma modificação de si como sujeito.

As três perguntas que compõe a crítica kantiana - a saber: *o que posso saber?*, *o que devo fazer?* e *o que posso esperar?* – são reinseridas em um trabalho diagnóstico e crítico que visa aferir as diferentes construções do ser no decorrer da história. Com isso, ilumina-se a diferença no passado e como esta, como uma forma de agir, pode ou não deslocar os regimes discursivos que estabeleciam tal ou qual conceito de verdade. Ora, iluminar a diferença no passado implica escandir a possibilidade de agir e pensar diferente no presente; trazer à tona os motivos pelos quais esta diferença foi suprimida - como resultado de um jogo entre poder e saber - e evidenciar as discontinuidades próprias de nossa razão que na modernidade busca se afirmar a partir de categorias como continuidade, totalidade e progresso. Categorias estas que procuram estabelecer as semelhanças e excluir formas alternativas de pensamento que não condizem aos seus desígnios.

Referências Bibliográficas

- ERIBON, D. *Michel Foucault (1926-1984)*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. *Gênese e estrutura da Antropologia em Kant*. Tradução: Márcio Alves Fonseca e Salma Tannus Muchail. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. O que são as Luzes? In: *Arqueologia das ciências e História dos sistemas de pensamento*. Organização: Manoel de Barros da Morra. Tradução: Elisa Monteiro. Coleção Ditos e Escritos, vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

Da estética da existência à performatividade de gênero: uma linha do diálogo entre Michel Foucault e Judith Butler

Cássio Bruno de Araujo Rocha
Mestrando - UFMG
caraujorochoa@gmail.com

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo pensar as possibilidades de cruzamento entre os conceitos de performatividade de gênero, conforme trabalhado por Judith Butler em *Problemas de Gênero*, e de estética da existência conforme apresentado por M. Foucault, entre outros textos, no segundo volume da sua *História da Sexualidade, O Uso dos Prazeres*. Entende-se aqui a performatividade de gênero, conforme definida por Sarah Salih, como um conjunto de atos, repetidos, que faz surgir o que nomeia (o gênero da pessoa) e constitui-se na e pela linguagem (ou seja, nos limites do discurso); e a estética da existência como a iniciativa de transformar-se a si mesmo, que Paul Veyne opõe à sujeitificação imposta pelos dispositivos discursivos, por ser fundada na liberdade possível dos sujeitos contingentes. Tendo em vista essas definições, argumentar-se-á a favor da relação entre os conceitos na elaboração da narrativa histórica como forma de dar espaço à agência ainda permitida aos atores históricos dentro de contextos de relações múltiplas (e em variados sentidos e dimensões) de poder engendradas em dispositivos discursivos definidores de limites às práticas (performativas, estetizantes) destes atores. Desse modo, demonstrar-se-á como o cruzamento entre a performatividade de gênero e a estética da existência de Foucault abre caminho para fecundas análises históricas nos campos da história dos gêneros, da história das mulheres e de estudos gays e lésbicos em variados recortes históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Performatividade de gênero, Estética da existência, Historiografia.

Além de serem autores fundamentais para a compreensão do pensamento pós-estruturalista, as obras de Michel Foucault e Judith Butler apresentam diversas dimensões dialógicas. A leitura do pensamento de Foucault, como se sabe, foi crucial para a construção das novas críticas feitas por áreas em formação desde a década de 1980, como o a teoria pós-colonial, um novo feminismo e, principalmente, a teoria *queer* aos movimentos das mulheres e dos homossexuais em sua linha assimilacionista desenvolvida desde a década de 1970 e à sociedade masculinista e heterossexista em geral. Judith Butler, filósofa estadunidense, foi uma das principais leitoras de Foucault a realizar a articulação de conceitos do autor francês às demandas dos movimentos sociais feminista e homossexual e às críticas que estes sofriam no contexto específico da conjuntura política, social e cultural dos Estados Unidos no final da década de 80, durante os governos republicanos de Ronald Reagan e George Bush.

Desse modo, muitas discussões podem ser realizadas entre as obras desses autores. A presente comunicação dedicar-se-á a esboçar uma dessas linhas de discussão, abordando dois

conceitos importantes nos textos dos filósofos em questão. Ao longo do texto, os conceitos de estética da existência de Foucault e de performatividade de gênero de Butler serão analisados com vistas a esclarecer suas distâncias e alguns pontos de aproximação que possam abrir caminhos a novas interpretações históricas nos campos da história dos gêneros, da história das mulheres e nos estudos gays e lésbicos em diferentes recortes históricos.

O conceito de estética da existência é introduzido por Foucault no segundo e no terceiro volumes da *História da Sexualidade*, publicados próximos a sua morte em 1984. A publicação destes livros (*O uso dos prazeres* e *O cuidado de Si*), gerou certa consternação inicial, pois pareceu aos contemporâneos uma mudança de objeto por parte de Foucault. Distanciando-se dos seus objetos até então (como a loucura, a delinquência e a sexualidade ou a formação dos sujeitos do louco, do delinquente e das espécies sexuais desde o século XVII), o autor voltou-se para os modos como o pensamento grego e romano antigo abordou a prática sexual como um problema ético e moral. Todavia, esse distanciamento é apenas aparente, como o filósofo explicou na introdução de *O Uso dos Prazeres* e em algumas entrevistas no período.

A leitura de textos gregos e latinos antigos impôs-se a Foucault como um desdobramento necessário de seu trabalho de pesquisa acerca de sua problemática tradicional, que era saber como o sujeito humano participava dos jogos de verdade¹. Em suas pesquisas sobre a sexualidade (no sentido específico de regime de verdade implicado em relações de poder-saber e em modos particulares de subjetificação), o filósofo abordou os diversos modos pelos quais os indivíduos foram levados a dar sentido e valor à conduta. O primeiro volume da *História da Sexualidade* expôs alguns mecanismos através dos quais os indivíduos foram (e são) levados a experimentar sua vida sexual como a parte mais importante de sua constituição como sujeito em articulação com um sistema de regras e coerções. Nesse conjunto, estão correlacionados, em uma cultura, campos do saber, formas de normatividade e de subjetividade².

Ao preparar a continuidade da história da sexualidade, Foucault considerou que deveria abordar três eixos constitutivos da sexualidade. São eles a formação dos saberes que se referem a ela, os sistemas de poder que controlam sua prática e as maneiras dos indivíduos se reconhecerem como sujeitos dessa sexualidade. Para tratar dos dois primeiros eixos, seus estudos anteriores sobre a psiquiatria e a medicina e sobre os poderes punitivos e as práticas disciplinares

¹ Foucault, M. *Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 P. 258.

² _____. *História da Sexualidade II. O Uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. P. 10.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

forneceram-lhe instrumentos de análise. Foi a abordagem do terceiro eixo que impôs a necessidade de retornar aos textos clássicos como forma de realizar uma história da hermenêutica de si, dos modos como, através dos tempos, os homens interrogaram seus desejos, procurando se reconhecer como sujeitos de desejo³. Para fazer isso, Foucault entendeu ser necessário retomar os textos da Antiguidade para fazer uma genealogia dos modos de subjetivação que, progressivamente, construíram os sujeitos humanos como hermeneutas de seus desejos em meio a diferentes regimes de verdade do sexo (como o regime da carne cristã e a sexualidade moderna).

O conceito de estética da existência aparece na obra de Foucault como o modo pelo qual filósofos, moralistas e médicos da Antiguidade greco-romana constituíram a vivência sexual como um problema moral, ético e político. Edgardo Castro, no verbete dedicado ao conceito em seu dicionário sobre o pensamento do filósofo, o conceitua como

uma maneira de viver em que o valor moral não provém da conformidade com um código de comportamentos, nem com um trabalho de purificação, mas de certos princípios formais gerais no uso dos prazeres, na distribuição que se faz deles, nos limites que se observa, na hierarquia que se respeita⁴.

Certos aspectos da prática sexual tornaram-se problemáticos para gregos e romanos na medida em que se considerou que apresentavam, no seu uso cotidiano, desafios à liberdade dos homens. Essa problematização, contudo, não tomou a forma de um código universal de regras e proibições sobre o sexo (como viria a ser sob o cristianismo). O trabalho que cada um deveria exercer sobre si era baseado em princípios gerais de conduta existentes na cultura clássica que apontavam para os modos de um uso moral dos prazeres.

Os atos sexuais foram agrupados pelos autores gregos sob o termo *aphrodisia*, como “atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer”⁵. Estes atos, os *aphrodisia* não tinham, para os antigos, uma natureza oculta sexual má e ameaçadora. Eles interessaram aos gregos e romanos não por representarem um mal original, mas porque manifestavam uma atividade, cuja dinâmica entre desejo, ato e prazer, tinha consequências importantes para a vida dos homens livres. Foucault analisa que, diferente do que acontece nos regimes da carne e da sexualidade, os gregos não separavam o ato, o prazer e o desejo envolvidos no uso dos *aphrodisia*. Era a ligação dinâmica entre eles que constituía o alvo principal da preocupação moral para os

³ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II*. O Uso dos prazeres. P. 11-13.

⁴ CASTRO, E. Estética da existência. IN: *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009. P. 150-151.

⁵ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II*. Uso dos prazeres. P. 53.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

gregos. Por enxergarem grande força nessa dinâmica, seu necessário controle tornou-se a base da experiência ética dos *aphrodisia*.

O uso dos *aphrodisia* coloca em ação, pelo grande prazer que provoca, uma força intensa, capaz de afastar o homem do caminho traçado pela razão na vida na cidade. Assim, fez importante teorizar acerca do melhor uso – do uso temperante – desses prazeres. Diversos filósofos, médicos e moralistas escreveram tratados acerca do uso (*chresis*) prudente e temperante dos *aphrodisia*. A *chresis aphrodisiois* (o uso dos prazeres) foi regulada pela necessidade natural sentida, desejada, pelo corpo, estabelecendo um equilíbrio na dinâmica entre desejo, ato e prazer, impedindo que o último seja desmedido. Dessa maneira, considerava-se imoral alimentar desejos e prazeres para além da necessidade natural sentida. A *chresis aphrodisiois* é dada pela elaboração da arte da temperança (*sophrosune*), “(...) uma arte, uma prática dos prazeres que é capaz, ao “usar” daqueles que são baseados na necessidade, de se limitar ela própria”⁶. A arte do uso temperante dos prazeres passava também pela consideração do momento conveniente (durante o dia, o ano e a vida) de usá-los, e do modo mais correto de usá-los em relação ao status do indivíduo.

Os *aphrodisia* eram interpretados pelos antigos como uma atividade polarizada entre aquele que é ativo no ato e aquele que é passivo. Não por outra razão o substantivo tinha também uma forma verbal, *aphrodisiazein*, que podia ser conjugada nas vozes ativa e passiva. A voz ativa relacionava-se ao ato de penetrar, tingido de tons masculinos e prestigiosos. A passiva, por outro lado, ligava-se ao ser penetrado, uma suposta prerrogativa do feminino, logo, menos prestigiosa. Nessa significação dos atos sexuais, existiria sempre um agente (ativo, penetrante, masculino) e um objeto (paciente, penetrado, feminino)⁷.

Tendo em vista que a moral greco-romana dos prazeres era uma moral feita por homens para homens, não se estranha a linha valorativa passar pelas práticas associadas ao masculino e ao feminino. Assim, aos homens adultos livres, os cidadãos da *pólis*, reserva-se a posição de agentes livres no uso dos *aphrodisia*, enquanto todos os outros, as mulheres, os escravos e os rapazes, eram objetos de prazer, uma posição desonrosa aos olhos do cidadão. Desse modo, para o homem adulto e livre na *pólis*, desempenhar um papel ativo na prática sexual era um modo de afirmar sua honra masculina.

⁶ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II*. Uso dos prazeres. P. 71.

⁷ _____ *História da Sexualidade II*. Uso dos prazeres. P. 59-61.

Ser agente no uso dos *aphrodisia* não envolvia apenas realizar a penetração em outros. Envolvia também ser agente, ativo, perante seus próprios desejos e os prazeres que eles demandassem. Dessa forma, o uso correto dos prazeres demandava um império, um domínio sobre os desejos, uma atitude denominada pelos gregos como *enkrateia*. A violenta força dos prazeres e dos desejos torna a relação do homem com eles uma luta contra si, de modo que a *enkrateia* é uma continência ativa dos próprios desejos e prazeres. Essa luta pelo domínio de si é a base da arte da temperança. Se o cuidado de si é uma luta pelo controle dos desejos e dos prazeres, é importante destacar que a vitória não era pensada como a erradicação dos mesmos – pois eles são antes de tudo pulsões naturais –, mas como a capacidade de, sentindo-os sempre, sempre conseguir controlá-los.

Articulando o uso dos prazeres como uma luta pelo domínio de si, este controle foi representado pelos antigos gregos e romanos como a liberdade do homem em relação aos próprios desejos. Somente o homem temperante seria verdadeiramente livre. E somente o homem dessa forma livre poderia exercer honradamente o poder sobre os outros na cidade. Destarte, um indivíduo que leva uma vida temperante prática, no uso que faz dos prazeres, princípios racionais buscados ativamente, reificando uma ordem ontológica natural e dando a ver aos outros e à posteridade a beleza de sua alma ordenada conforme a natureza. Uma vida assim, dizia-se, era vivida conforme uma estética da existência.

A subjetificação moral do indivíduo, portanto, não passava, na Antiguidade greco-romana, pela obediência a um código universal ou mesmo por regras detalhadas de quais atos fazer ou não. Essa construção era uma estilização da existência, pois consistia na observação e na prática dos desejos estritamente conforme a natureza ao longo das relações de si com os outros e, principalmente, consigo mesmo. O importante na Antiguidade clássica não era especificar como levar a vida sexual, mas como conduzir a vida em relação a si em uma postura viril perante os *aphrodisia*. Uma vida conduzida – estilizada, construída, transformada – de tal maneira seria uma existência temperante, logo, de acordo com a natureza, logo, boa e bela.

Vê-se que a estética da existência era uma prática ética⁸ da liberdade do cidadão da pólis. Por essa razão, importou ao pensamento greco-romano aplicar essa estilização da conduta às principais dimensões da vida do homem livre adulto. Tais dimensões foram o cuidado com o

⁸ Segundo Foucault, deve-se entender ético nesse contexto “no sentido que os gregos podiam entendê-lo: o *êthos* era a maneira de ser e a maneira de se conduzir. Era um modo de ser do sujeito e uma certa maneira de fazer, visível para os outros”. FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V*. Ética, sexualidade, política. P. 264.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

próprio corpo (uma dietética), o cuidado com o *oikos*, a casa em sentido amplo, e com a relação conjugal com a mulher (uma econômica) e o cuidado com o amor aos rapazes (uma erótica) – cujo desenvolvimento poderia desembocar no verdadeiro amor, e o ápice do cuidado de si, que era o amor à verdade e ao conhecimento em si. A estética da existência é definida, pois, por Foucault como “a arte refletida de uma liberdade percebida como jogo de poder”⁹.

Como foi dito acima, a filósofa estadunidense Judith Butler foi uma das principais responsáveis pela articulação entre o pensamento de Foucault (e de outros autores do pós-estruturalismo), a revisão crítica ao feminismo, à história das mulheres e aos estudos gays e lésbicos, e as novas demandas levantadas pelos movimentos sociais no contexto da segunda metade da década de 1980 – marcado principalmente pela epidemia do HIV-AIDS e pelos conflitos raciais nas grandes cidades dos Estados Unidos. A dinâmica articulação de todos esses fatores desembocou na formação de um novo campo de estudos, a chamada teoria *Queer*. Este novo campo caracteriza-se (ou caracterizou-se em sua formação inicial) pela multiplicidade de olhares e objetos, sendo constituído por autores de diferentes áreas com pensamentos que não se articulam harmonicamente. Isso, porém, não é visto como um ponto negativo pelos autores *queers*, mas antes como a chave da vitalidade crítica do novo campo¹⁰.

Judith Butler, a partir da publicação de *Problemas de Gênero, feminismo e subversão da identidade*, seu livro mais influente, em 1990, influenciou diversas áreas do conhecimento pelo modo como os conceitos de gênero e sexo são inseridos em uma perspectiva desconstrucionista do sujeito. Fazendo uma leitura foucaultiana da psicanálise (especialmente de Freud e Lacan), Butler questionou a existência de um sujeito universal e *a priori* das identidades de gênero – o que foi uma forma de teorizar as críticas feitas aos movimentos feminista e homossexual no período, questionando a validade do sujeito por eles pressuposto e que foi visto como uma representação de setores das classes médias brancas dos Estados Unidos.

A partir da problematização do sujeito, a filósofa procedeu à desnaturalização das categorias de gênero e sexo, recolocando-as nas tramas dos discursos. Retomando a questão de por quais modos a identidade, sobretudo a de gênero/sexual, é construída no e pelo discurso,

⁹ _____, *História da Sexualidade II*. Uso dos prazeres. P. 317.

¹⁰ Para uma introdução à formação da teoria *queer* nos Estados Unidos, ver JAGOSE, A. *Queer theory*. An Introduction. New York, N.Y.: New York University Press, 1996, LOURO, G.L. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2004, ou MISKOLCI, R. *Teoria Queer*. Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012 Para uma visão mais detalhada sobre a leitura feita de Foucault pelos teóricos queer, ver SPARGO, T. *Foucault and Queer Theory*. New York: Totem Books, 1999.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Butler postula um sujeito como sempre em processo, que se constrói no discurso pelos atos que executa. Assim, a identidade de gênero é conceituada como uma sequência de atos sem ator ou autor preexistente. A identidade, por exemplo, de mulher, é um devir, um construir sem origem ou fim. A identidade, portanto, está aberta a certas formas de intervenção e de ressignificação contínuas, porquanto seja uma prática discursiva.

A teorização do gênero e do sexo em Butler é uma forma de combater a chamada metafísica da substância, isto é, a crença difundida de que o sexo e o corpo são entidades materiais naturais e auto-evidentes. A filósofa argumenta, ao contrário, que o gênero não é natural e que não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero. Todavia, ela também alerta que, mesmo não sendo natural, o gênero pode se apresentar como se o fosse, nos casos em que se cristaliza.

Uma vez que o sexo e o gênero podem apresentar-se como naturais, a tarefa de desfazer esse artifício das próprias relações que os constituem torna-se mais importante. Judith Butler procura fazê-lo por meio do que ela chama uma genealogia da ontologia de gênero¹¹, em que ela investiga o sujeito como efeito das relações de poder. As identidades de gênero e de sexo acontecem no interior da lei, sendo por ela conformada. Observe-se que Butler trabalha com o modelo foucaultiano de poder, ou seja, como múltiplo, proliferativo e potencialmente subversivo a si mesmo. A liberdade de escolha individual no que concerne ao gênero e ao sexo é limitada, porém existe. A filósofa expõe essa liberdade como a possibilidade de interpretar as normas existentes de gênero, organizando-as de uma nova forma. Entendido dessa maneira, o gênero é um projeto tácito para renovar a história cultural do indivíduo segundo seus próprios termos; uma tarefa na qual ele está empenhado desde sempre. Porém, sempre com as limitações impostas pelos dispositivos discursivos de poder, uma vez que a filósofa postula que não há posição de liberdade para além do discurso.

Segundo Judith Butler,

¹¹ A genealogia de Butler deve ser entendida no sentido foucaultiano, conforme expresso no artigo “Nietzsche, a genealogia e a história” do filósofo francês: “Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história, será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos, prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fonds*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda”. FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 19.
CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória¹².

O conceito de gênero da filósofa desconstrói, pois, a noção de uma interioridade original do sexo, do desejo ou do gênero do indivíduo. Tal interioridade original é antes um efeito da produção disciplinarizada de imagens de presença e ausência que são construídas a partir e sobre os corpos assim generificados. A produção disciplinarizada do corpo generificado (que só existe a partir do momento em que pertence a essa construção) se dá por meio de atos que produzem a noção da interioridade originária do gênero.

O conceito de performatividade de gênero compreende esses atos que realizam, em seu acontecer cotidiano, os gêneros. Esses atos são performativos no sentido de que a essência ou a identidade que pretendem expressar são construtos, feitos e embasados por signos corpóreos e outros meios discursivos. As identidades de gênero são assim reconcebidas como a história pessoal e cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem também a outras imitações, e que constroem a ilusão de um eu de gênero internamente coerente e estável. Sendo um efeito de atos performativos em permanente e corriqueira repetição, o gênero não é uma instância original ou uma categoria a ser atingida, antes é uma cópia destinada ao fracasso. Os significados culturalmente acoplados aos atos performativos de gênero instauram ideais – de masculinidade ou de feminilidade, por exemplo – que nunca são plenamente atingidos por qualquer pessoa. Isso porque, mesmo sendo uma prática compulsória, a produção do gênero pela incorporação da norma nunca é totalmente determinada, pois a incorporação repetitivamente performativa nunca é completa e vitoriosa, apresenta sempre alguns pontos falhos que afastam os indivíduos generificados dos ideais de masculinidade e feminilidade.

É importante destacar que a performatividade de gênero não é meramente expressiva dos gêneros, ela é o que o constitui. A consequência de perceber as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural generificada como performativas é a destruição de noção de uma identidade pré-existente aos próprios atos performativos. Essa observação é importante tendo em vista o contexto da recepção do texto da autora no início da década de

¹² BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P. 201.

1990. Muitos críticos acusaram a filósofa de teorizar o gênero como fruto de atos deliberadamente praticados pelos indivíduos para construção de suas identidades em determinada direção.

Essa crítica – motivada pelo espaço dedicada pela autora à interrogação dos modos pelos quais o sistema masculinista e heterossexista dos gêneros poderia ser subvertido – foi refutada por Butler em seus demais trabalhos nas décadas seguintes, com destaque para o artigo *Critically Queer* publicado, em 1993, originalmente no periódico *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* e, depois, no livro *Bodies that Matter* do mesmo ano. Neste texto, a autora explicita a ligação do seu conceito de performatividade de gênero ao de citacionalidade de Jacques Derrida, conforme expresso no artigo *Assinatura, acontecimento, contexto*¹³.

Nesse contexto, a repetição performativa que constitui o gênero é redefinida como uma cadeia de citações dos discursos e das práticas autoritários anteriores. A cada ato performativo repetido, em cada injúria que reposiciona os sujeitos nos quadros de práticas punitivas, toda a experiência anterior de definição do gênero é trazida de volta ao presente na forma da citação. Desse modo, o conceito de citação apropriado por Butler de Derrida retira a categoria de intencionalidade de sua posição dominante nas cenas de construção dos gêneros. A intencionalidade ainda pode existir, mas somente nos limites da cadeia citacional.

Dessa maneira, o gênero é performativo na medida em que é o efeito de um sistema regulatório das diferenças de gênero em que eles são divididos e hierarquizados de modo constricto. A performatividade de gênero, portanto, é a reiteração ou a repetição, por meio de cadeias citacionais, de normas de gênero que constituem cada um. Ela é a compulsória repetição de normas sujetificantes anteriores (citadas), normas que não podem ser desprezadas conforme as vontades individuais. Tais normas constroem, animam e limitam o sujeito generificado.

Existe, todavia, espaço para a agência em meio à performatividade de gênero. Mas apenas se ela for tomada como o aproveitamento de uma situação política específica produzida pelos buracos, pelos vazios, abertos em meio à repetição das normas regulatórias do gênero. A agência aqui é definida como uma negociação em meio aos emaranhados das relações de poder que compõem os gêneros, não como uma categoria pré-social.

¹³ Integrante do livro *Margens da filosofia*, publicado pela editora Papyrus no Brasil em 1991 em Campinas. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O gênero é, portanto, o produto da citação forçada (e nunca completa) da norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação e punição. Neste contexto conceitual, o sujeito só se torna viável na medida em que é produzido pela citação das normas de gênero.

O diálogo entre os dois conceitos pode partir de uma questão posta pela própria Butler: tendo em vista que o sexo e o gênero foram redefinidos e termos discursivos dentro de um campo cultural de hierarquia dos gêneros e da heterossexualidade compulsória, “então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação “interna” em sua superfície?”¹⁴. Entre as respostas sugeridas pela autora, está a estilística da existência de Foucault.

Assim, o conceito de estética (ou estilística) da existência do filósofo francês pode contribuir para a percepção da performatividade em que o gênero é construído. Ou, a performatividade do gênero pode esclarecer modos pelos quais a existência é construída esteticamente pelos indivíduos na contemporaneidade. Guardadas as distâncias devidas aos diferentes contextos de elaboração dos conceitos, a articulação dos mesmos ajuda a pensar novos modos de abordagem à história dos gêneros, compreendendo formas de atuação e resistência das personagens históricas para além da temática da liberação e da posição de vitimização de certos grupos.

Ainda que Foucault negasse fazer uma filosofia prescritiva de modos de viver ou de agir ética e politicamente¹⁵, seu pensamento propõe questionamentos importantes para a cultura contemporânea marcada pela globalização dos mercados, das informações e das pessoas em um capitalismo sem quaisquer fronteiras. O autor ressaltou que, em um mundo no qual o imperativo de uma estrita obediência a um código moral universal se desvanece, aumenta a importância de uma busca por uma estética da existência. Sendo essa também uma razão para seu desvio pelas morais da Antiguidade greco-romana¹⁶.

¹⁴ BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. P. 198.

¹⁵ “De forma alguma faço isso para dizer “infelizmente, esquecemos o cuidado de si; pois bem, o cuidado de si é a chave de tudo”. Nada é mais estranho para mim do que a ideia de que a filosofia se desviou em um dado momento e esqueceu alguma coisa e que existe em algum lugar de sua história um princípio, um fundamento que seria preciso redescobrir. (...) O que, entretanto, não significa que o contato com esta ou aquela filosofia não possa produzir alguma coisa, mas seria preciso enfatizar que essa coisa é nova”. FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V*. Ética, sexualidade, política. P. 273-274.

¹⁶ FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V*. Ética, sexualidade, política. P. 283.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A performatividade do gênero foi elaborada por Judith Butler como o modo de explicar o processo de construção histórico-cultural dos gêneros dentro dos sistemas do binarismo sexual-generificado e da heterossexualidade compulsória. Essa construção ocorre nos termos do modelo foucaultiano de poder, logo, dentro de uma compreensão dos poderes como positivos, isto é, múltiplos, relacionais e proliferativos. De modo que, mesmo sendo uma construção compulsória, a performatividade pode ser apropriada e transformada pelos sujeitos dentro dos limites das relações discursivas de poder.

Butler trabalha essa apropriação possível como o lugar de uma possível subversão das hierarquias de gênero e da heterossexualidade compulsória. Nos termos de Foucault, a subversão pode ser pensada como as resistências estratégicas aos modos de sujeição que acompanham os processos de sujeitificação nas sociedades modernas. Resistências que, como práticas de liberdade, são também formas de cuidado de si para a elaboração de uma estética da existência.

Segundo Paul Veyne, o conceito de cuidado de si explicita os modos mais livres pelos quais o sujeito pode se constituir dentro do pensamento de Foucault. É preciso ressaltar que Foucault não destruiu o sujeito na história, apenas o deslocou e o colocou na contingência própria da história. O sujeito que existe nas narrativas do filósofo é modelado em cada contexto pelo discurso e pelo dispositivo então vigentes, mas também “pelos reações da sua liberdade individual e pelas suas eventuais estetizações”¹⁷. O historiador, comentando a obra de Foucault, destaca alguns pontos do conceito de estética da existência que podem ser pontes para um modo subversivo de experimentar a performatividade de gênero.

Veyne aponta que a estetização é uma iniciativa para a transformação de si por si próprio; para a iniciativa individual que deve marcar o empreendimento, que é uma iniciativa de liberdade. Os modos de vida que configuram formas estetizadas, trabalhadas de conduzir a existência não podem ser reduzidas às imposições dos dispositivos, são invenções e escolhas individuais que não eram necessárias ao contexto em que surgiram - mas que também não podem ser descontextualizadas, uma vez que as formas de resistências são sempre coextensivas às formas dos poderes¹⁸.

¹⁷ VEYNE, P. *Foucault*. O pensamento, a pessoa. Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2009. P. 109.

¹⁸ _____. *Foucault*. O pensamento, a pessoa. P. 109-113. Foucault destaca que “essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social”. FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V*. Ética, sexualidade, política. P. 269.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Nesse ponto, cabe precisar o que Foucault entendia por liberdade – ou por práticas de liberdade. Comentando como o cuidado de si é uma prática agonística de liberdade, Alípio de Sousa Filho destaca os sentidos de liberdade que perpassam, na maioria das vezes de forma implícita, a obra de Foucault. A liberdade, distinta da liberação – que, no entanto, é uma condição necessária à primeira –, é da ordem das experiências tentadas pelos sujeitos que inventam a si próprios nas margens dos discursos. A liberdade é algo que acontece nas resistências práticas, estando sempre à mercê de revezes e nunca sendo definitiva¹⁹.

Portanto, o cuidado de si que permite a elaboração de uma existência boa e bela (ética e estética) é uma prática da liberdade que é realizada a partir da iniciativa do sujeito. Ao trazer a estética da existência como uma linguagem possível para dizer os atos performativos que fazem os gêneros, Judith Butler acena para a possibilidade de que a estetização pode ser construída por meio de atos performativos, subvertendo assim a ordem dada do gênero e do sexo.

A subversão do gênero – uma forma de resistência passo a passo em relação aos poderes que o estabelecem – é aquela repetição performativa de atos que invertam a distinção interno/externo que forma os corpos generificados; é aquela que, de forma radical e refletida, perturba os lugares estáveis do masculino e do feminino; e que revela o caráter performativo compulsório de todo gênero, tanto dos indivíduos já assinalados como estranhos (queers), como aqueles que têm, aparentemente, identidades estáveis de gênero²⁰. Sendo, por conseguinte, estratégias de sobrevivência diferenciadas dentro da ordem cultura que interpela os indivíduos a assumirem desde sempre – atualmente, desde antes de nascerem – identidades, à primeira vista, estáveis de gênero, a subversão pode tomar a forma de um cuidado de si refletido para a construção de uma estética da existência.

Judith Butler cita como exemplos de atos performativos subversivos dos gêneros diversas vivências e ações de militância no contexto da luta contra a recusa dos governos republicanos dos Estados Unidos entre a década de 1980 e o início da de 1990 em desenvolver políticas públicas para responder à epidemia do HIV/AIDS, tais como as ações coletivas e públicas das organizações *ACT UP* e *Queer Nation*, espetáculos de exacerbação da sexualidade lésbica, passeatas de *drag queens* e *crossdressers* e a própria apropriação do termo *queer* pelo

¹⁹ SOUZA FILHO, A. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. IN: ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FLHO, A. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. P. 13-26.

²⁰ BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. P. 198.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

movimento político e pela academia. Comentadores de Foucault destacam igualmente que a vida orientada para a construção de si como um sujeito ético pode tomar a forma de múltiplas resistências políticas pontuais, como as lutas feministas, dos homossexuais, de negros e imigrantes. Esses militantes constroem suas vidas com o cuidado de inventarem novos modos de sujeitificação, novas formas estilizadas de subverterem os modos de sujeição a que são submetidos.

Vê-se, pois, que o cruzamento dos conceitos em estudo aponta para as possibilidades de agências dos sujeitos contingentes em seus relacionamentos múltiplos com os poderes. No que toca à análise histórica, essa abertura tem consequências significativas, pois conduz a novas problematizações possíveis dos objetos dos historiadores. Há que se dizer que essas consequências são antes de tudo convites à novas interrogações e investigações em diversos campos da histórias.

Ao buscar-se as formas estilizadas de, performativamente, cuidar de si praticadas por pessoas no passado, abre-se a possibilidade de evitar a perspectiva vitimizadora dos atores sociais marginalizados. Inserindo os atores em relações de poder que não se desprendem das formas de resistência, pode-se descobrir formas diferenciadas de resistência que acontecem nas tramas obscuras dos poderes e que escancaram o caráter histórico das diversas naturalizações que povoam as vivências cotidianas. Assim, pode-se fazer a história daqueles que, mesmo longe dos holofotes do que tradicionalmente considera-se como poder (notadamente o Estado ou grandes instituições como a Igreja), elaboraram práticas de si em estudada reação ao seu contexto de sujeição.

O que está sendo proposto aqui é um olhar para a história que problematize desde já os sujeitos, evitando considerar que o que se entende no presente do historiador por mulher, por homem, por homossexual, por negro, por mestiço, por imigrante seja transposto para o passado estudado sem alguma reflexão. No fundo, o que a articulação dos conceitos de estética da existência e de performatividade de gênero na história permite é evitar, de forma radical, o risco de anacronismo. Esse olhar cuidadoso das diferenças minuciosas entre o que se entende por sujeito pode permitir novas leituras de documentos já trabalhados, lançando luz sobre situações, lugares e contextos inusitados como momentos de subversão, estilizada de modo performativo, da ordem dos gêneros.

Referências Bibliográficas

- BUTLER, J. Critically Queer. *GLQ: A Journal Of Lesbian & Gay Studies*. 1993, 1, 1, pp. 17-32;
_____. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012;
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009;
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*. A vontade de saber. Lisboa: Antropos, Relógios d'água, 1977;
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 15-37;
- _____. *História da Sexualidade II*. O Uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984;
- _____. *Ditos e Escritos V*. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012;
- JAGOSE, A. *Queer theory*. An Introduction. New York, N.Y.: New York University Press, 1996;
- LOURO, G.L. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2004;
- MISKOLCI, R. *Teoria Queer*. Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012;
- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012;
- SANT'ANNA, D. B. Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres. IN: RAGO, M.; ORLANDI L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005;
- SPARGO, T. *Foucault and Queer Theory*. New York: Totem Books, 1999;
- SOUZA FILHO, A. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. IN: ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FLHO, A. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008;
- VEYNE, P. *Foucault*. O pensamento, a pessoa. Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2009.

As identidades de Minas Gerais na Primeira República: temporalidade e narratividade em Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena

Walderez Simões Costa Ramalho
Mestrando - UFMG
walderezramalho@gmail.com

RESUMO: Este texto apresenta o projeto de pesquisa em mestrado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, iniciado em 2013. Analiso a historiografia mineira dos primeiros anos da República, para avaliar os modos de articulação da experiência temporal e as visões de *identidade mineira*. Para este texto, selecionei dois autores importantes desse período: Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, historiografia, Primeira República

Este texto apresenta o projeto de pesquisa em mestrado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, iniciado em 2013. Analiso a historiografia mineira dos primeiros anos da República, para avaliar os modos de articulação da experiência temporal e as visões de *identidade mineira*. Para este texto, selecionei dois autores importantes desse período: Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena.

Não é minha intenção determinar a essência da “mineiridade”, nem buscar os traços “objetivos” que caracterizariam os mineiros (LIMA, 1946; VASCONCELOS, 1967). Tampouco compartilho da visão que reduz a questão da identidade mineira à mera “ideologia” utilizada pelas elites políticas para a sua legitimidade no poder (DULCI, 1984; REIS, 2007b). Entendo a identidade como uma construção discursiva, que se dá através da articulação de representações simbólicas, e sobretudo aquelas que se referem à experiência temporal (HALL, 2011; RICOEUR, 1991; REIS, 2006 e 2007a).

É a partir dessa perspectiva que analisarei a construção da identidade narrativa de Minas Gerais, através da análise interpretativa dos textos históricos de Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena. Pretendo discutir como em seus livros, discursos parlamentares e cerimoniais, artigos de periódicos, e outros textos que utilizam a História de Minas como base de sua argumentação, esses autores constroem representações que dão significado a uma experiência temporal mineira, formando assim a sua ideia de identidade. Como eles representaram o passado de Minas e quais são os seus projetos de presente e futuro? Como se coloca a dialética dos acontecimentos

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

fortuitos do passado de Minas, que organizados fazem surgir uma referência de “unidade” denominada “povo mineiro”? E o que isso representa para o presente? Essas questões serão trabalhadas ao longo do trabalho¹.

História, República e Minas Gerais

O processo de (re)construção das identidades torna-se mais intenso e urgente nos momentos de mudanças profundas, especialmente no campo do político. Nesse sentido, o período da Primeira República no Brasil (1889-1930) é extremamente significativo e estratégico para toda a historiografia posterior. De fato, a Proclamação da República no Brasil, em novembro de 1889, não resultou em mudanças significativas na relação entre Estado e sociedade, na ampliação da participação popular e nem a garantia de direitos básicos do cidadão, como a educação. No entanto, o novo regime trouxe certas transformações, especialmente na reavaliação do que se entendia por identidade nacional. Era preciso, nesses primeiros anos, legitimar o governo republicano, e uma das formas de concretizá-lo era “inventar uma tradição”² republicana através da criação e manipulação de símbolos nacionais, e reorganizá-los de modo a construir uma forma identitária adequada aos anseios e necessidades da República (GOMES, 2009; CARVALHO, 2010).

O caso de Minas Gerais é bastante representativo desse processo. Por um lado, o Estado destacou-se como uma das principais forças políticas do Brasil, ao lado de São Paulo; por outro, presenciou grandes mudanças no campo propriamente historiográfico, com a criação de institutos – o *Arquivo Público Mineiro* (APM, 1895), o *Instituto Histórico-Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG, 1907), e a *Academia Mineira de Letras* (AML, 1909) – e a difusão de livros, estudos monográficos, ensaios, corografias e discursos políticos e cerimoniais que mobilizavam a história regional de Minas como fundamento de sua própria argumentação (ARAÚJO e MEDEIROS, 2007). Nesse sentido, a República representou, particularmente em Minas Gerais, uma revalorização das narrativas locais que, embora não fossem antagônicas à identidade nacional,

¹ Para verificar os modos de articulação temporal do povo mineiro nos textos de Vasconcelos e Sena, utilizarei os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. É a relação entre essas categorias formais que surge o tempo histórico. Cf. KOSELLECK (2006)

² Cf. HOBBSAWM, (1984). Destaco aqui a importância que o autor dá ao aspecto temporal das identidades, isto é, o estabelecimento de “elos de continuidade” temporal no processo de “invenção das tradições nacionais”, objeto de estudo do livro como um todo.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

buscavam afirmar um “passado das Minas”, que fosse apurado e apreendido pelos novos cânones do saber histórico.

É importante destacar alguns elementos que contribuíram para esse processo. Em primeiro lugar, a implantação do federalismo no Brasil, que redefiniu a importância das antigas províncias – e agora Estados federativos – no cenário político nacional e na formação da identidade brasileira. Essa descentralização política foi acompanhada por uma renovação e fortalecimento do interesse pela história regional. Enquanto na monarquia tratava-se de fortalecer um projeto político centralizador e tomar o imperador como o destinatário principal da narrativa histórica, com a República os compromissos teriam de ser outros: valorizar as realidades estaduais na composição da história nacional, tornar o “povo brasileiro” como o grande destinatário desse discurso, e conceber a sociedade não mais fundada em privilégios aristocráticos e numa religião de Estado (GOMES, 2009). Ao mesmo tempo, houve uma proliferação de institutos voltados ao estudo e pesquisa das histórias locais (como o APM e o IHGMG), que embora não se colocassem em oposição ao IHGB e à nacionalidade brasileira, propunham novas formas de escrita da história – como a utilização de Corografias³ – e realçar as particularidades da região na formação do Brasil (CALLARI, 2001).

O impacto do federalismo na produção historiográfica foi sentido pelos próprios intelectuais da época. Logo nas “Palavras preliminares” do primeiro volume da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, publicação mais importante da historiografia mineira do período, o diretor José Pedro Xavier da Veiga exprimiu esse impacto:

Estabelecida com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertados os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos, que ao tempo das antigas províncias eram, por via de regra, parcelados por diversas repartições, e parcelados a esmo, desdenhosa e desordenadamente, sem nenhuma metodização ou nexos⁴.

³ Vale ressaltar que a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, logo no seu primeiro volume, publicou um questionário distribuído “entre as pessoas inteligentes” de cada distrito do Estado, “solicitando-lhes o seu eficaz concurso” para coligir informações para a organização de uma corografia mineira. Ver *RAPM*, Ouro Preto, v.1, jan/mar 1896, p. 129-133.

⁴ VEIGA, José Pedro Xavier. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.1, n.1, jan/mar 1896, p.II

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Um segundo fator está ligado às mudanças na *experiência temporal* advindas com o novo regime. Com efeito, ao termo “República” estavam associadas noções como “modernidade”, “progresso”, “avanço”, “civilização” e outros que denotavam um enfoque no futuro e engendravam uma *aceleração* do tempo histórico (MELLO, 2009). O sentimento de “atraso” e a ânsia no progresso nacional são elementos comuns entre boa parte desses intelectuais, que apresentavam projetos diferenciados de *modernização*⁵ para o Brasil. Ao mesmo tempo, ressaltava-se também o valor da ordem política e social, que estaria alicerçada nas “verdadeiras” tradições nacionais, isto é, aquelas legitimadas e autorizadas pela depuração histórica, que servissem de referência para as ações presentes e futuras dos cidadãos brasileiros. Apesar da confiança no futuro melhor, ele ainda continuava incerto; nesse sentido, muitos intelectuais propunham uma volta ao passado e encontrar as bases necessárias para a construção da civilização nacional (ARAÚJO e MEDEIROS, 2007). O passado, de maneira nenhuma, era desprezado em nome do futuro; antes, era reformulado para atribuir legitimidade e/ou crítica à ordem instituída no presente e aos projetos de futuro para as Minas Gerais e o Brasil. Contudo, esse processo não se deu repentinamente com a proclamação da República, muito menos sem acordos, negociações e pluralidade de pontos de vista, pois diferentes eram os projetos de modernização em jogo (GOMES, 2009).

Outro fator se refere ao estatuto científico da História, tema de importantes debates no âmbito do IHGB (por exemplo, ver LESSA, 1908), e até mesmo no IHGMG (VASCONCELOS (1909), que será analisado na próxima seção). Procurava-se estabelecer o lugar do saber histórico na ciência moderna, num período em que as fronteiras entre as disciplinas como a Geografia e as Ciências Sociais ainda não eram bem delimitadas. A utilização de “fontes primárias”, o olhar “imparcial” e a narração factual eram os aspectos mais sobressalentes do método científico da História da época. Além disso, a especificidade da História também residia na sua função pedagógica, isto é, de promotora do civismo e do amor à pátria entre os concidadãos – brasileiros e mineiros. “A história, como disciplina ‘moderna’, afirmava, exatamente pelo tipo de concepção que se construía e solidificava sobre sua identidade, feição que era, ao mesmo tempo,

⁵ Raimundo Faoro faz uma importante diferenciação entre *modernização* e *modernidade*. A primeira ocorre quando o processo é dirigido por um grupo dominante que comanda o processo de cima para baixo, enquanto a última engloba a transformação de toda a sociedade, à constituição de um Estado de direito, da cidadania, do fortalecimento da sociedade civil e da instituição da democracia. Para o autor, na história brasileira houve apenas uma modernização desvinculada de modernidades. Cf. FAORO (2008).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

erudita/científica e ensinável/pragmática, indissociavelmente”⁶. A História possuía uma “missão”, a de promover o conhecimento verdadeiro/científico do passado de um povo, para uma formação sólida dos cidadãos e o fortalecimento da nação civilizada e moderna.

A função cívica e pedagógica da História evidenciava o seu papel de fortalecer os laços de unidade dos mineiros. Isto era ainda mais urgente, no caso de Minas Gerais, tendo-se em conta as ameaças de separação de algumas regiões, como o Sul do Estado. Além disso, a questão da mudança da capital do Estado para Belo Horizonte - antigo Curral d’El Rey –também gerou grandes constrangimentos políticos, especialmente em Ouro Preto – que não queria perder o posto – e Juiz de Fora – que reivindicava a transferência da capital. No entanto, essas e outras desavenças foram contornadas pela elite política, com grandes dificuldades, em nome da manutenção da unidade política de Minas, no intuito de fortalecer-se no cenário nacional (WIRTH, 1982; VISCARDI, 2001).

Para este texto, escolhi como estratégia argumentativa apresentar dois discursos, o de inauguração do IHGMG, de Vasconcelos (1909) e de inauguração da Academia Mineira de Letras (AML), de Sena (1910). Proferidos em situações “semelhantes” – pois foram proferidos como abertura da assembleia inaugural desses dois institutos, cujos fins se aproximavam e possuíam muitos membros em comum – são boas referências da visão que cada um tinha de Minas Gerais. A análise interpretativa desses dois discursos servirão de instrumento heurístico para compreender os sentidos da temporalidade e identidade do povo mineiro por cada um desses autores.

Diogo de Vasconcelos

Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos nasceu em Mariana em 8 de maio de 1843, numa família tradicional e de destaque na história política mineira e brasileira. Diogo Luiz é descendente do antigo cronista das Minas, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, autor de obras importantes para o estudo da história colonial mineira. Era também sobrinho-neto de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, nomes de relevo da política do Império. Essa ascendência familiar influenciou, de um lado, o seu forte traço católico e conservador de suas ideias e a simpatia que dedicava à Monarquia; de outro, a sua precoce e

⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.10
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

longeva (embora intermitente) carreira política e o grande prestígio que gozava entre a elite mineira, antes e depois da Proclamação da República. Foi um dos nomes mais importantes do Partido Conservador em Minas no período final do 2º Reinado. Assumiu como deputado em 1871, prestes a completar 28 anos, e foi reeleito em 1872, 1877 e 1885. Após a Proclamação da República, Vasconcelos não engrossou as fileiras dos “adesistas”, mantendo-se fiel ao regime monárquico e criticando publicamente a política republicana. Todavia, não abandonou completamente a cena pública e os cargos de governo. Foi Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto entre 1892 e 1893, e também Senador de Minas Gerais em 1919, chegando à Presidência da Casa. Foi como presidente do Senado Mineiro que veio a falecer, em 17 de junho de 1927⁷.

Diogo de Vasconcelos é sem dúvida o nome mais importante da historiografia mineira do período estudado. Sua obra histórica mais importante é *História Antiga das Minas Gerais*, continuada com a *História Média das Minas Gerais*, lançadas respectivamente em 1901 e 1918 – a *História Antiga...* foi republicada em 1904 com um segundo volume totalmente inédito. Nesses livros, o autor narra as primeiras expedições ao território que viria a ser as Minas Gerais, e chega até 1785, já que os acontecimentos relacionados à Inconfidência Mineira fariam parte de uma “História Moderna de Minas Gerais”, mas que jamais foi escrita. Entre sua produção bibliográfica, contam-se também as publicações póstumas de *A arte em Ouro Preto* (1934) e *História do bispado de Mariana* (1935). Além disso, publicou alguns trabalhos na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, principal periódico de História de Minas da época: Também foi um jornalista atuante, contribuindo para *A Província de Minas*, *A União* (ambos órgãos do Partido Conservador); *O Apóstolo*; *Jornal de Minas* (do qual foi redator-chefe) e *O Farol*.

Não é minha intenção neste trabalho fazer uma biografia de Vasconcelos, tampouco discorrer sobre a sua atuação no debate político-parlamentar do período. Prefiro concentrar na visão de história do autor, a sua concepção de “povo mineiro” e a atribuição de uma temporalidade específica a essa identidade – assim como para Nelson de Sena. Para tanto, o discurso de inauguração do IHGMG, publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro* no seu volume 14, de 1909, serve de artifício para uma apresentação da análise que procuro realizar na pesquisa.

⁷ Vale destacar os trabalhos de Rodrigo Machado Silva que pesquisa Diogo de Vasconcelos na perspectiva da história intelectual e da história política. Este pesquisador lembra, por exemplo, que Vasconcelos homenageava D. Pedro II e defendia a manutenção da sua imagem mesmo com a mudança de regime político. Cf. SILVA (2010). **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

Passemos ao discurso. A história, na visão do autor, é um elemento imprescindível da civilização humana, condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento pois garante a *continuidade* das tradições de um povo.

A própria divisão do mundo atual nos demonstra como a civilização preferiu as raças, que tiveram história, deixando abatidas nos estádios mais rudes aquelas, que não a criaram. É, senhores, que os anais, as memórias, as biografias dos homens ilustres, encerram em síntese, alguma coisa mais preciosa. (...) São dos arquivos empoeirados, dos monumentos carcomidos e atas do passado, que se irradia a continuidade anímica de nossa existência coletiva, iluminada pelos votos e testemunhos tantas vezes dolorosos da velha experiência⁸.

A experiência do passado, devidamente depurada pela narrativa histórica, serve de instrumento para otimizar as ações do presente e do futuro. Em outras palavras, a história *ensina* os homens a viver na civilização e cultivar a pátria, através do testemunho dos grandes fatos e heróis do passado de um povo. E é o seu conhecimento que permite a sua continuidade pela tradição e pela experiência. Essa noção de continuidade, explicitada pelo autor, é um dos elementos constitutivos da construção de identidades, como ressaltou Eric Hobsbawm (1984).

O autor afirma que o maior valor da História, o aspecto que faz dela “a mais humana das ciências”, é que ela

nos fala de uma força maravilhosa, (...) para achar a unidade espontânea e final dos mais variados acontecimentos; e para cada dia mais purificar diante de nossas vistas a mira a que os homens inconscientemente se dirigem, através da nuvem tormentosa dos séculos (VASCONCELOS, 1909, p. 215).

Desse modo, Diogo de Vasconcelos trabalha com uma concepção teleológica da história, cujo motor é a Providência divina, a “força maravilhosa” que o autor se refere. É ela que garante a unidade de sentido da ação humana em geral e, conseqüentemente, do processo histórico como um todo. O progresso é colocado em função da Providência. “O fenômeno do progresso, que zomba da divindade e das contradições humanas, é, com efeito, o mais palpitante e visível sinal da Providência ao longo de todas as eras”⁹. Da mesma forma, é dentro dessa visão que a noção

⁸ VASCONCELOS, Diogo de. Discurso de inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.14, n.1, 1909, p.214

⁹ *ibidem*, p.215

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

de continuidade se inscreve, o que também permite ao autor trabalhar com o horizonte do *progresso* do povo mineiro, marcado pelo respeito às suas tradições e garantido pelo seu catolicismo fervoroso e sincero.

Um ser incompreensível a conduz [a história da civilização] e dorme dentro dela, para despertar a tempo e reagir no desânimo geral, fortificando a nossa fé, serenando as borrascas e mostrando em fim de contas o caminho andado na traça dos almejados destinos. A esse caminho chamamos nós o progresso e a esse poder, que está acima da previsão e vontade dos homens, chamamos Providência, e nem outro nome lhe pode convir, em que pese aos incrédulos¹⁰.

Também entendia que a história deveria se preocupar com as “sínteses” do passado e apresentá-las de maneira, clara, verdadeira e vivaz para os leitores do presente. Essas sínteses são constituídas pelos grandes eventos e personagens da história de Minas Gerais, que dominam toda a sua obra histórica e movimentam as suas narrativas. Ao historiador, cabia reconstituí-los em modelos para a juventude e guiar as suas ações no mundo, em nome da continuidade e do progresso da pátria mineira. Nesse sentido, a história tinha uma função moral, isto é, de desenvolver o civismo e o culto à pátria, pelo respeito aos heróis que sintetizam o caráter mineiro e a compreensão dos eventos formadores desse povo.

Muitos comentadores da obra de Diogo de Vasconcelos destacam o seu estilo romântico, em referência ao gosto pela narrativa, a densidade atribuída aos agentes históricos e o tom vivaz e eloquente da sua escrita (IGLESIAS, 1974). Além disso, esse traço romântico também está relacionado pelo respeito às singularidades, a busca pela “cor local”, que no seu caso era dirigido para as Minas Gerais como elemento integrante e integrador da nação brasileira. Entendia o povo mineiro como uma unidade étnica, uma entidade homogênea devido a sua formação histórica particular e suas tradições específicas.

O povo mineiro, que por sua história peculiar caracterizasse desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento [o IHGMG], na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais¹¹.

¹⁰ *ibidem*, p.215

¹¹ VASCONCELOS, 1909, p.213-214

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Por isso, fazia-se necessário a criação de espaços como o IHGMG e outros destinados ao estudo da história de Minas, para fortalecer a compreensão de si dos mineiros.

Condensar essas qualidades ingêntas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas de nossa origem, serão creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos o escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos¹².

A sua obra como um todo se constitui como uma busca pelas “origens” e dos traços constitutivos da identidade mineira, concebida por Vasconcelos como uma “essência” que se manteria imutável pela continuidade das tradições mineiras. O autor, aliás, pode ser situado como um “descobridor” das Minas, em referência à distinção feita por José Carlos Reis (2007a). Isto é, Diogo de Vasconcelos apresenta uma visão conservadora de Minas Gerais, defensor da continuidade das tradições coloniais e da herança lusitana.

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. (...) Descendente de generoso sangue paulista, congado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto a vida das gerações, que vão nos suceder¹³.

Nesse sentido, o povo mineiro só teria a ganhar com a criação do instituto, dada essa “utilidade da história para a vida”. Segundo o autor, a história serviria para revelar as *lições* do passado mineiro e fortificar a consciência dos seus direitos e sua identidade, no intuito de preservar a sua própria unidade social, que na eloquência de Vasconcelos assume também um ar religioso:

para manter na íntegra o território sagrado, herança de nossos pais, (...) e revestir de messes douradas as montanhas e vales em que nasceram os primogênitos de sua raça, sem falarmos da notícia profética de tantos destinos guardados nesses arquivos (*ibidem*, p.215).

¹² *ibidem*, p.214

¹³ VASCONCELOS, 1909, p.214

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Já apontando para o futuro, a tarefa de manutenção e fortalecimento da unidade mineira caberia agora para a “mocidade estudiosa”, que serão os primeiros, “eu espero, a honrar a nossa memória, como honramos, e temos honrado, a de nossos antepassados”¹⁴.

O estabelecimento de uma “origem” e de “elos de continuidade” do povo mineiro, a utilização do termo “nós” e a identificação de elementos constitutivos da conduta dos mineiros são os artifícios utilizados para construir uma referência de identidade através do discurso narrativo de Diogo de Vasconcelos. A pesquisa se dedica a analisar e discutir essas representações, bem como aquelas empregadas pelo segundo autor da pesquisa, Nelson de Sena.

Nelson de Sena

Nelson Coelho de Sena (Serra, 1876 – Belo Horizonte, 1952) foi um dos intelectuais e políticos mineiros mais proeminentes da Primeira República. Embora seja hoje uma figura um tanto “esquecida”, Nelson de Sena desempenhou um papel de destaque na vida social, política e cultural de Minas Gerais, como professor-pesquisador e como deputado. Atuou em vários campos do saber, a maioria deles concentrada na área de Ciências Sociais, e “sua referência foi sempre Minas Gerais, que analisava como região e como formação histórica”¹⁵. A amplitude de sua produção intelectual, aliada à grande variedade de objetos e temas pesquisados – índios brasileiros, africanos, religiosidade, recursos naturais mineiros, geografia e história de Minas – conferiu a Nelson de Sena um grande reconhecimento da comunidade política e acadêmica da época.

Desempenhou também uma longa carreira política, como deputado estadual (1907 a 1922) e federal (1922 a 1930). Foi um deputado atuante, produzindo uma grande variedade de discursos, uma “fonte rica para a compreensão da memória política do Brasil e de Minas Gerais no período da Primeira República”¹⁶. Sua atuação como homem público restringiu-se ao período da Primeira República. Em 1930, tendo o seu diploma depurado pela Comissão de Verificação de Poderes, e principalmente após o golpe de 1930 – aliás, com forte participação da elite mineira – abandonou a política e se dedicou exclusivamente à atividade intelectual, como professor e

¹⁴ *ibidem*, p.220

¹⁵ FUNDAÇÃO, 2006, p.39. Esta coletânea de discursos de Nelson de Sena lançada pela Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro conta, além de preciosas fontes de análise, um primoroso estudo crítico da professora Vera Alice Cardoso Silva, do Departamento de Ciência Política da UFMG.

¹⁶ FUNDAÇÃO, 2006, p.19

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

pesquisador. Sua última manifestação política foi a sua assinatura do famoso Manifesto dos Mineiros, em 1943.

Enquanto historiador, Nelson de Sena destacou-se pela larga utilização de fontes primárias, bem como pela ênfase às peculiaridades regionais de Minas, apresentando-a como um “mosaico”, mas sem abrir mão da sua unidade cultural e política. Era defensor da tese segundo a qual “o estado ensinaria ao Brasil o caminho para a integração social e cultural”¹⁷. Compreendia a história de Minas numa perspectiva evolucionista, a partir de quatro elementos sintetizados pela professora Vera Alice Cardoso Silva: o povo mineiro é miscigenado e isso é um aspecto positivo; o povo, a terra e a cultura mineira devem ser estudadas cientificamente; a valorização da mineração como destino histórico do estado e como a base da mineiridade; e a valorização dos “grandes homens” que fizeram a história do estado.

No discurso de inauguração da AML, republicado na coletânea organizada pela Fundação João Pinheiro – *Memória política do Estado de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena* (2006) – Nelson de Sena afirma que o estudo do passado de Minas Gerais pode, de um lado, despertar “ideias poentes” e servir de inspiração para o trabalho intelectual e literário, e de outro, justificar a criação da própria Academia. No entanto, o autor prefere concentrar a atenção no futuro, “pedindo ao patriotismo vidente que me aclarasse o que porventura nos aguarda nesse amanhã de incógnitas e esperanças quanto ao domínio geral do progresso no meio físico e no ambiente moral desta Terra, que nossa é pelo berço e pelo amor”¹⁸. Portanto, também trabalha com o horizonte do progresso, ancorado no sentimento patriótico de devoção à terra de Minas.

Portanto, Sena faz um exercício futurista para Minas Gerais, o que bem demonstra o sentido da temporalidade que o autor trabalha para os mineiros. E embora esse futuro seja constituído de incógnitas, “seja qual for o futuro que nos espera, (...) pode-se, de antemão, augurar para esta terra de Minas Gerais espantoso e irreprimível surto ascendente na escala industrial da civilização”¹⁹. Se por um lado esse horizonte de expectativas indica uma perspectiva típica desse período de crença na ciência e no desenvolvimento comercial, industrial e urbano da humanidade civilizada, por outro está assentada nas próprias raízes históricas de Minas Gerais,

¹⁷ SILVA, 2006, p.39

¹⁸ SENA, Nelson Coelho de. [O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária] In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: *Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena*. Belo Horizonte, 2006. Discurso de abertura da assembleia inaugural da Academia Mineira de letras. Título atribuído pela Fundação João Pinheiro, p.70

¹⁹ *ibidem*, p.70

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

isto é, sua vocação para a mineração e seus recursos hídricos que promoverão a criação de indústrias siderúrgicas e usinas hidrelétricas, por exemplo. Portanto, o autor não visualizava um futuro sem passado, pois valoriza a herança da experiência e das tradições mineiras.

Sena também prevê um forte crescimento da população mineira, concentrada cada vez mais nas cidades, que se tornarão grandes e opulentas metrópoles espalhadas pelo território mineiro: Juiz de Fora, Muriaé, Poços de Caldas, Uberaba, etc. Nesse sentido, o autor desenvolve suas previsões para as diferentes regiões do Estado, destacando suas cidades mais importantes e de acordo com suas vocações “naturais”, isto é, vinculadas ao passado dessas próprias regiões: a agricultura, pecuária, comércio, extração mineral, etc. Todavia, o autor não perde de vista a manutenção e fortalecimento da unidade mineira, a partir de sua nova capital. “E todos esses empórios, essas magníficas e populosas cidades, contemporâneas da geração de amanhã, sertão, Senhoras e Senhores, serão apenas vassalas de uma só rainha: Belo Horizonte”²⁰. Esta cidade será, na visão de Nelson de Sena, tão grande como uma nação, ainda ligada ao Brasil pelos laços federativos, pela “comunhão da raça brasileira”, pela língua e direito comuns, mas com peculiaridades internas de governo que melhor atendam às necessidades do povo mineiro. De fato, Nelson de Sena não tinha nenhum compromisso com a monarquia, e em toda a sua carreira política e intelectual se caracterizou como um republicano liberal-conservador (SILVA, 2006).

Desse modo, o progresso de Minas será realizado pela afirmação da unidade mineira e sua ligação com a nação brasileira pelos “laços do federalismo”. Nelson de Sena apresenta, portanto, uma visão “otimista” para o futuro de Minas Gerais. No entanto, o futuro assim delineado para os mineiros também faz surgir uma questão: o progresso industrial e urbano entorpecerá a intelectualidade mineira?

O requinte do conforto, a intensa luta industrial, o progresso econômico, o trunfo definitivo da era mercantil, no Brasil de amanhã, entibiarão as energias do cérebro nacional e farão apoucada a nossa cultura artística e literária?²¹.

Embora não possa dar uma solução concreta e definitiva para esse problema, Nelson de Sena propõe uma resposta calcada na *fé*. Fé em Deus, certamente, mas principalmente a esperança de

²⁰ *ibidem*, p.73

²¹ SENA, 2006, p.73

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

que os homens do futuro ainda se disponham a lutar pelas letras e pela tradição cultural de Minas Gerais.

Esperança de que, ainda em meio à áspera luta de uma era industrial, não de sobrar corações que amem a beleza e a bondade (...) e timbrem no propósito alevantado de não deixar perecer os ideais de uma raça meiga e sonhadora. Fé, Senhores, nesse poderoso instinto que leva os povos a conservarem as suas crenças mais sentidas e suas mais caras tradições²².

Esse futuro marcado pelo progresso não está descolado completamente do passado de Minas, marcado, entre outros elementos, pelo amor à cultura, às letras e às artes. Assim, o futuro se liga ao passado pela continuidade da tradição, formando assim a articulação temporal da identidade mineira.

Pois haveríamos nós, meus Amigos, de deslustrar em dias de hoje as tradições de ‘Cláudio, Basílio, Durão e Gonzaga, que foram os maiores espíritos poéticos do seu tempo na língua portuguesa’, no conceito de um grande e severo crítico^{23,24}

A seguir, o autor cita vários escritores e artistas mineiros dos séculos XIX e XX, no intuito de demonstrar esse traço característico da sua identidade histórica. “De Minas, ninguém dirá em tempo algum que possa ter sido pobre de talentos e de magníficas vocações artísticas”²⁵. Desse modo, Nelson de Sena recorre a um *topos* muito utilizado para se referir à identidade mineira, isto é, o gosto pela cultura superior e sua tradição erudita herdada desde o período colonial, sobretudo com os poetas inconfidentes (ARRUDA, 1991). Por outro lado, a literatura também é vista como instrumento de formação do próprio caráter mineiro. Assim, além de ser um dos traços dos mineiros, a produção literária também promove o fortalecimento dessa tradição tão cara ao povo de Minas.

Não duvidemos, Senhores acadêmicos, de que ‘tudo se pode esperar da imaginação impetuosa e do espírito ativo que caracteriza os Mineiros’, conforme a nosso respeito opinou um insuspeitíssimo viajante inglês, Mr. Walsh²⁶.

²² *ibidem*, p.74

²³ O autor se refere a Sílvio Romero, em *História da literatura brasileira*.

²⁴ *ibidem*, p.74

²⁵ *ibidem*, p.75

²⁶ SENA, 2006, p.76

O autor também cita Varnhagen para valorizar o papel de Minas Gerais no cenário nacional: “Deixemos por hora só em profecia que sendo Minas o estômago do Brasil, nunca será vigorosa e genuína a literatura que daí não tire as forças, o vigor e a origem”²⁷. O papel central do Estado se coloca não só na sua posição geográfica, mas também na cultura brasileira. E a AML, no contexto do discurso, nasce para subsidiar o desempenho desse papel, além de reafirmar o caráter mineiro de amor pela cultura, herdada desde os “mártires” da Inconfidência e mantida ao longo do tempo. Portanto, mesmo que o autor declare a sua intenção de projetar o futuro, não deixa de se voltar para o passado na busca de experiências e lições da história. E é nessa chave que Nelson de Sena constrói uma representação do caráter mineiro articulado à sua própria historicidade, formando assim uma visão de Minas e a sua identidade.

Conclusão

A análise interpretativa dos discursos de Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena foi feita no intuito de apresentar, na prática, o objetivo geral da pesquisa – discutir as suas visões de Minas Gerais, nas suas semelhanças e diferenças, tendo em vista os modos de articulação temporal relativos ao povo mineiro, enquanto unidade social, política e cultural singular e integrante do todo nacional. Para se chegar a esse objetivo geral, algumas etapas deverão ser seguidas, as quais foram explicitadas na própria divisão deste texto: compreender a conjuntura histórica de Minas Gerais na Primeira República e os impactos ocorridos no campo historiográfico do período; analisar a posição social e política de Diogo de Vasconcelos e Nelson de Sena, para auxiliar o entendimento de suas visões de história e de Minas Gerais; e discutir as representações simbólicas que esses autores mobilizavam para a construção de uma história mineira, tais como a ideia de “origem”, a formação de “elos de continuidade temporal”, a atribuição de certos traços psicológicos e sociológicos que seriam comuns aos mineiros; e a construção de projetos de futuro para o povo das Minas.

Pela leitura desses discursos, pode-se observar algumas características em comum das visões de identidade de Minas de Vasconcelos e Sena. Ambos trabalham com a perspectiva do progresso de Minas Gerais, que por sua vez não está desvinculado das tradições e do passado do seu povo. Na mesma medida, afirmam explicitamente a defesa da *continuidade* do povo mineiro, isto é, da permanência de suas características “essenciais” fixadas pela tradição. E assim

²⁷ *ibidem*, p.76

apresentam uma imagem de Minas, construída pelo passado e que não se altera nem deseja se alterar, em nome do próprio futuro. Nesse sentido, esses autores buscam delimitar os traços substanciais da identidade mineira – seja a religiosidade, a formação étnica, o gosto pela cultura e artes, etc. Além disso, fica evidenciado o caráter pedagógico do conhecimento histórico, e sua utilidade consistiria em promover o próprio progresso do povo mineiro, na medida em que este se mantenha fiel à sua “tradição”.

Vale ressaltar que a pesquisa não trabalha com essa chave de interpretação “essencialista” e conservadora da identidade. Assim como José Carlos Reis (2006) afirmou, pretendo “dessubstancializar” esses discursos sobre a “mineiridade”. Não se trata de endossar ou corrigir essas visões, mas compreendê-las como uma das várias faces de Minas e dos mineiros, colocá-las em debate, e contribuir para o estudo das interpretações do Brasil e de Minas, num período em que se torna cada vez mais urgente e problemática a questão das identidades coletivas (HALL, 2011). Para tanto, assumo aqui a afirmação de José Carlos Reis, segundo a qual “a história é o discurso que representa as identidades de indivíduos, de grupos e nacionais, e a crítica historiográfica é a própria ‘vida do espírito’ de uma nação”²⁸.

Fontes

SENA, Nelson Coelho de. [O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária] In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: *Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena*. Belo Horizonte, 2006. Discurso de abertura da assembleia inaugural da Academia Mineira de letras. Título atribuído pela Fundação João Pinheiro.

VASCONCELOS, Diogo de. Discurso de inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.14, n.1, 1909, p.213-220.

VEIGA, José Pedro Xavier. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.1, n.1, jan/mar 1896, p.I-VI.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.43, p.22-37, 2007.

²⁸ Reis, 2006, p.20.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos: do patronato de d. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.40, v.21, p.59-83, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. *Ciência & Trópico*. Recife. n.1, vol.13, p. 73-89. jan/jul 1985.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In. *Ciências Sociais hoje*, ANPOCS, São Paulo, Cortez: 1984, p.7-31.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

HALL Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: LP&A Editora, 2011

HOBSBWAM, Eric. Introdução. In HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. In. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 4ªed., vol.1, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.

LESSA, Pedro. Discurso de posse. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, tomo 69, v.114, 1907, p. 716-22 (publicado em 1908).

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. Niterói: *Tempo*. n.26, vol. 13, 2009, pp. 15-31.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____. *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda*. Editora FGV, 2006.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. *Cadernos de História*. Belo Horizonte: v.9, n.11, 1ºsem de 2007b, p.89-97.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *Tempo e narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 3vol.

SILVA, Rodrigo Machado. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v.1, n.2, jan./jul. 2010.

SILVA, Vera Alice Cardoso de. Estudo Crítico. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Memória política de Minas Gerais*: Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte, 2006. p.344 (Coleção Mineiriana Série Obras de Referência).

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade*: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VISCALDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Federalismo oligárquico com sotaque mineiro*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLII, n.1, jan./jul 2006.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O “fim das metanarrativas” e o “fim da História”: uma consideração sobre o regime de historicidade presentista manifesto nas conclusões de Jean-François Lyotard e Francis Fukuyama

Danilo Araújo Marques
Mestrando – UFMG
Agência financiadora: CNPq
danilomarques.his@gmail.com

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar as obras *A condição pós-moderna* (1979) e *Moralidades pós-modernas* (1993), do filósofo Jean-François Lyotard, bem como o ensaio intitulado “The End of History?” (1989) e o livro *O Fim da História e o Último Homem* (1992), ambos do cientista político Francis Fukuyama, buscando relacionar suas duas distintas concepções como uma espécie de manifestação da atual percepção temporal marcada por aquilo que seria o “regime de historicidade” de nossos dias, depreendido por vias daquilo a que o historiador François Hartog, em *Regimes de historicidade*, denominou “presentismo”. Tal noção, que acreditamos estar expressa naquelas duas obras, afastar-se-ia em tudo do “regime de historicidade” moderno, o qual, bem como afirmara o historiador Reinhart Koselleck, possuía o regime de uma história voltada para o futuro, para a síntese representada pelo chamado “horizonte de expectativa”, em contraposição àquele “regime de historicidade” que se fundamentava na tradição e nas lições fornecidas pelo passado captado pela *Historia Magistra Vitae*. Com esta análise, buscaremos discorrer sobre a forma como nossa atual sociedade ocidental apreende o tempo e relaciona as categorias koselleckianas de “espaço da experiência” e “horizonte de expectativa”, bem como lançar a reflexão sobre o lugar epistemológico da disciplina histórica em um “regime de historicidade” que parece marcado, cada vez mais, pelo que Hartog classificou como “onipresença do presente”.

Palavras-chave: Pós-modernidade, Fim da História, presentismo.

Em uma conferência proferida originalmente no II Congresso Internacional "Historia A Debate", realizado em Santiago de Compostela, em 1999, e, posteriormente, publicada como artigo, sob o título “Para um novo paradigma historiográfico”, o historiador Carlos Barros buscou analisar e criticar as consequências da teoria do “fim da História” e da noção de pós-modernidade na experiência temporal e no pensamento historiográfico contemporâneo. De acordo com ele:

Os filósofos pós-modernos e Fukuyama partem efetivamente de pressupostos opostos, os primeiros negam a modernidade, e o segundo diz que ela chegou à sua plenitude, mas ambos coincidem numa coisa: *deixam-nos sem futuro*. [...] Fukuyama nega um futuro alternativo, porque assegura que a história chegou ao fim e, portanto, o futuro, como algo essencialmente distinto do presente, desaparece; seu futuro é, pois, um *presente contínuo*. E a pós-modernidade nega a conquista de um futuro melhor, a partir do conhecimento do passado e da crítica do presente, ao

asseverar que o fracasso da modernidade conduz à ideia de progresso. (Grifos nossos) (BARROS, 2001.)

Em acordo com esta afirmação, considera-se, aqui, que, por um lado, o filósofo Jean-François Lyotard e, por outro, o cientista político Francis Fukuyama possuem, em seus respectivos discursos, uma percepção temporal fortemente marcada por aquilo que, no excerto acima, foi denominado como “presente contínuo”. Mesmo que em concepções distintas, como veremos a seguir, ambos os autores parecem expressar uma espécie de manifestação de nossa atual percepção temporal (ou experiência do tempo), que estaria marcada pelo fenômeno a que François Hartog, em *Regimes de historicidade*, denomina “presentismo”. Para embasar essa minha hipótese, passo a uma breve exposição das obras fundamentais dos dois autores.

Em *A condição pós-moderna*, obra publicada em 1979, Jean-François Lyotard procura lançar luz sobre o estatuto do saber na cultura ocidental contemporânea, sobretudo após os anos 1950 e 1960. Para tanto, o filósofo argumenta que o recurso utilizado para a legitimação do conhecimento ao longo da modernidade – compreendida como a época em que o homem tomou o lugar reservado a Deus na Idade Média –, principalmente a partir do ideário iluminista, foi o da função narrativa do discurso da razão, que se fundamentava no relato de seu poderio emancipatório para humanidade, substituindo o relato escatológico religioso. Tal como afirma Tzvetan Todorov em *O espírito das Luzes*: “O espírito das Luzes faz o elogio do conhecimento que liberta os seres humanos das tutelas exteriores opressoras” (TODOROV, 2008. p.27). Assim, as metanarrativas históricas ou os grandes relatos históricos modernos, seja na forma prático-política emancipatória das Luzes ou na forma especulativa do idealismo alemão, de acordo com Lyotard, estiveram envolvidos no projeto de legitimação do saber.

Por outro lado, a grande hipótese demonstrada pelo filósofo sobre o estatuto do saber na realidade ocidental “pós-Auschwitz”¹ – ou “sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna” em suas palavras – é a de que a sua legitimação já não se pauta de acordo com aquelas metanarrativas, marcadas pelo desejo da unidade e da totalidade, ou seja, da prevalência de *uma única* narrativa. De acordo com ele: “O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato de emancipação” (LYOTARD, 2009. p.69). Sendo assim: “O recurso aos grandes relatos está excluído; não seria o caso, portanto, de recorrer nem à dialética do Espírito nem mesmo à emancipação da humanidade para validação do discurso científico pós-moderno” (LYOTARD, 2009. p.111).

¹ De acordo com Lyotard, em “Histoire Universelle et différences culturelles”, a incomensurável negatividade de Auschwitz – o “absoluto negativo” – explicita a fragilidade de metanarrativas como a hegeliana. De acordo com ele, é impossível pensar neste fato histórico em termos de uma “astúcia da razão”. Para Lyotard, Auschwitz figura o fim dessa História Universal (LYOTARD, 1985; GUALANDI, 2007).

É certo que para propor tal diagnóstico do estatuto do conhecimento nas sociedades ditas pós-modernas em seu livro, Lyotard se baseia na teoria dos “jogos de linguagem”, proposta por Ludwig Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*, postulante de que, pelo fato de a linguagem não possuir uma essência unitária nem uma estrutura lógico-sintática-semântica que determine *a priori* todos os usos dotados de sentido (tese *destruens*), a mesma deve ser concebida como uma multiplicidade dispersa de práticas – sociais, singulares, autônomas –, muitas das vezes incomensuráveis, das quais as regras, o sentido e o objetivo são ordenados de acordo com seu uso intersubjetivo (tese *construens*) (WITTGENSTEIN, 2009). Contudo, a princípio, concentremo-nos em sua conclusão de que as chamadas metanarrativas já não fazem mais sentido no contexto histórico daquilo que ele mesmo chamou de pós-modernidade e passemos ao seu segundo texto, caro à construção de nosso argumento, intitulado “Uma fábula pós-moderna”, e presente no livro *Moralidades pós-modernas*, publicado em 1993.

Neste texto, Jean-François Lyotard apresenta uma trágica narrativa que se desdobra de tempos imemoriais até a contemporaneidade sob o signo da destruição de todo o sistema solar. Nela, o chamado “herói” não é a espécie humana, mas a energia, que “obedece a leis cegas, locais e a acasos” (LYOTARD, 1996, p.90). A intenção do filósofo é mostrar que o que faz dessa narrativa uma “fábula pós-moderna” é o fato de ela não possuir absolutamente nada de similarmente característico no que diz respeito às grandes narrativas teleológicas modernas, que se destacam por possuírem, em seu imaginário, o elemento distintivo da historicidade.

Dessa forma, de acordo com o filósofo, a narrativa apresentada possui um tom denominado “pós-moderno” justamente por não se fundamentar naquele impulso da projeção de sua legitimidade no porvir, tão cara, sobretudo, às modernas Filosofias da História. Afirma ele: “A fábula que ouvimos é, decerto, uma narrativa, mas a história que ela conta não oferece nenhum dos traços principais da historicidade [moderna].” (LYOTARD, 1996, p.94) Ela se distingue das grandes narrativas modernas por três principais fatores: sua temporalidade não exige que passado e futuro, em sua ausência, sejam mantidos “presentes” ao mesmo tempo que o próprio presente; ela não se finaliza em um “horizonte de emancipação”; e, por isso, não toma o futuro como um objeto de esperança. Diz Lyotard:

Sem ir mais adiante, vemos que a fábula não apresenta os traços de uma “grande narrativa” moderna. Não responde à demanda de remissão ou de emancipação. Na falta da escatologia, a mecanicidade e a contingência conjugadas da história que ela conta deixam o pensamento na expectativa de finalidade. Essa expectativa é o estado pós-moderno do

pensamento, o que atualmente se convencionou chamar sua crise; seu mal-estar ou sua melancolia. (LYOTARD, 1996. pp.96-97)

Por outro lado, em vias argumentativas diametralmente opostas às de Jean- François Lyotard, consideremos também a teoria do “fim da História” de Francis Fukuyama, que se tornou conhecida após a publicação do artigo intitulado “The End of History?” na revista *American Interest*, no verão de 1989, onde o cientista político norte-americano, diante do iminente colapso da União Soviética, chegou à conclusão de que a marcha da História, basicamente entendida como um desenvolvimento dialético de ideias, finalmente havia chegado ao seu fim.

Fukuyama argumentava que o “ponto final da evolução da humanidade” se devia, sobretudo, ao fracasso de todos os regimes autoritários do século XX, bem como de suas alternativas ideológicas, diante da democracia liberal: o fascismo fora destruído ao final da Segunda Grande Guerra e o comunismo, seu grande adversário no período *post bellum*, mostrava-se visivelmente em colapso, rendendo-se, cada vez mais, ao seu grande rival, o capitalismo.

Para proclamar esse “fim da História”, Fukuyama baseou-se em alguns termos do sistema filosófico e da Filosofia da História de Georg Wilhelm Hegel, bem como na leitura de um de seus intérpretes mais conhecidos, o filósofo franco-russo Alexandre Kojève, o qual, além de procurar livrar Hegel de seus “intérpretes marxistas”, argumentava que os pensamentos operados pelo filósofo germânico na obra *Fenomenologia do Espírito*, bem como suas reflexões sobre um “Estado Homogêneo Universal”, forneciam a chave necessária para se entender aquilo que seria sua noção de “fim da História” – uma ideia que estaria calcada na vitória de Napoleão sobre a Prússia, na Batalha de Jena, em 1806, e no suposto lançamento das bases para a universalidade dos princípios da Revolução Francesa, em detrimento do *ancien régime* (KOJÈVE, 2002).

Tanto em seu ensaio, quanto em seu livro, publicado em 1992, Francis Fukuyama toma como suporte a noção moderna de uma “História Universal” possuidora de um *telos* específico, em direção do qual seu desenvolvimento se encaminha. Contudo, para ele, essa finalidade, figurada pela democracia liberal e a concretização de seus princípios, não se encontraria mais no porvir, tal como postulavam as modernas Filosofias da História, mas dava mostras, cada vez mais concretas, da realização de sua inelutável universalidade no aqui-agora, diante do iminente colapso daquela que seria a última de suas antíteses ideológicas: o comunismo soviético.

O “fim da História”, para o cientista político norte-americano, é marcado pela emergência do “Estado Homogêneo Universal” proclamado por Alexandre Kojève (KOJÈVE, 2002;

FUKUYAMA, 1992). Liberal e democrático, tal Estado seria instrumento de uma defesa convicta da liberdade garantidora dos direitos universais do homem e as operações da economia de mercado. Este “Estado Universal Homogêneo” satisfaria e resolveria todas as contradições e necessidades humanas que antes caracterizavam a História e sua dinâmica. Contradições como a que existiam entre o amo e o escravo ou entre o proletário e o capitalista – e caracterizavam os conflitos concernentes ao desenvolvimento histórico, tomados, sobretudo, como produtos do impulso pelo “desejo de reconhecimento” – seriam progressivamente extintas. Como ele mesmo diz: “[...] a história humana e o conflito que a caracterizava baseava-se na existência de ‘contradições’ [...] Mas no Estado Homogêneo Universal, todas as anteriores contradições são resolvidas e todas as necessidades humanas se satisfazem” (FUKUYAMA, 1989. p.5).

Note-se que, ao contrário de Lyotard, Fukuyama não nega a existência de uma metanarrativa histórica. Contudo, valendo-se deste mesmo discurso, o norte-americano postula o alcance pleno daquilo que seria o *telos* específico da História Universal, em vez de pensar, ainda, em sua futura concretização. Como ele mesmo afirma: “Hoje [...] mal podemos imaginar um mundo radicalmente melhor do que o nosso ou um futuro que não seja essencialmente capitalista e democrático [...] não podemos visualizar um mundo *essencialmente* diferente do atual e ao mesmo tempo melhor” (Grifos no original) (FUKUYAMA, 1992. p.77).

Como já foi dito no início do texto, tanto os textos de Jean-François Lyotard, quanto os de Francis Fukuyama, ao mesmo tempo em que expressam, parecem se pautar de acordo com aquilo a que François Hartog, em *Regimes de historicidade*, denominou de o “regime de historicidade presentista” de nossos dias (HARTOG, 2003). De acordo com este último, “fomos do futurismo para o presentismo e ficamos habitando um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado, sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e seu próprio futuro” (HARTOG, 2003).

Ao comentar a obra de Hartog, em *Teoria & História*, José Carlos Reis chama a atenção para o fato de que essa atual noção de uma historicidade marcada pelo presentismo é contrária àquela de progresso, da marcha para o futuro, tão cara ao “regime de historicidade” moderno das seculares Filosofias da História ou das metanarrativas, como nos diria Lyotard, e, por isso mesmo, se mostra como “pós-moderno”. Diz Reis:

Para ele [François Hartog], não há dúvida de que houve um corte no tempo, que se tornou imprevisível. [...] Vivemos em uma ordem do tempo desorientada, entre dois abismos: de um lado, um passado que

não foi abolido e esquecido, mas que não orienta mais o presente e nem permite imaginar um futuro; de outro, um futuro sem a menor imagem/figura antecipada. Vivemos em uma “brecha temporal”: *o tempo histórico parece parado!* [...] (Grifos nossos) (REIS, 2012. p.54)

Considera-se aqui que, diferentemente do *ethos* temporal moderno – o qual, nos ensinou Koselleck em *Futuro Passado*, possuía o regime de uma história voltada para o futuro, para a síntese representada pelo chamado “horizonte de expectativa”, em contraposição àquele “regime de historicidade” que se fundamentava na tradição e nas lições fornecidas pelo passado captado pela *Historia Magistra Vitae* –, o “fim das metanarrativas” de Lyotard e o “fim da História” de Fukuyama são expressões desse atual “horizonte-cerco” ou “horizonte-dique, sem passado e sem futuro imediato”, tal como bem descreveu José Carlos Reis (REIS, 2012. p.55). François Dosse mesmo, ao destinar algumas páginas de seu livro *A História* ao estudo da teoria de Francis Fukuyama, vai além da mera exposição da tese e afirma categoricamente: “Nossa pós-modernidade, marcada por este fim da história, não teria, portanto, mais horizonte de espera e essa seria a característica de nossa consciência de época. A consciência de horizontes suprime o horizonte e o transforma em miragem” (DOSSE, 2003. p.249).

De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht, Lyotard foi o primeiro grande nome a romper com o que ele chama de “cronótopo historicista”, ou seja, aquilo que François Hartog, também baseado no estudo de Koselleck, denominou como o futurismo do moderno “regime de historicidade”. Em sua obra *Graciosidade e estagnação*, Gumbrecht afirma que

Jean-François Lyotard, por meio de seu manifesto *La Condition Postmoderne*, [...] Implodiu a premissa segundo a qual existiria apenas uma representação narrativa para cada objeto do mundo. [...] Creio que, com [ess]a implosão da premissa do historicismo, também aconteceu uma transição do *topos* historicista do movimento humano através dos tempos para um – por vezes angustiante – *topos* de paralisia temporal e de simultaneidade. Pois, no início do século XXI, o futuro de forma alguma se apresenta como horizonte de possibilidades aberto à ação humana. (GUMBRECHT, 2012. p.93)

Ora, lembre-se que Lyotard (já como professor na Univerisade Paris X - Nanterre) foi um nome influente nas manifestações de Maio de 1968 na França, quando, segundo Hartog

Houve [...] uma estranha combinação entre utopias e aspirações revolucionárias [...] com um horizonte estritamente limitado ao presente. [...] (Tudo, tudo agora) diziam os muros de Paris em maio de 1968. E logo depois apareceu a formulação: “Sem futuro”. Vieram desilusões, o fim das esperanças revolucionárias, a crise econômica de 1974, e com elas várias respostas, mais ou menos desesperadas e por vezes cínicas: o presente e nada além. (HARTOG, 2003. p.27)

Um dos atuais grandes pensadores dessa pós-modernidade, o filósofo-sociólogo Zygmunt Bauman, na bela obra *O mal-estar da pós-modernidade*, chama a atenção do leitor para a forma como são planejadas as estratégias do que ele chama de “jogo da vida” dos homens e mulheres pertencentes às sociedades pós-modernas e, por conseguinte, da forma como lidam com as responsabilidades e escolhas existenciais cotidianas. De acordo com ele, tudo se resume a

Não controlar o futuro, mas se recusar a empenhá-lo [...] Proibir o passado de se relacionar com o presente. Em suma, cortar o presente nas duas extremidades, separar o presente da história. Abolir o tempo em qualquer outra forma que não a de um ajuntamento solto, ou uma sequência arbitrária de momentos presentes: aplanar o fluxo do tempo num *presente contínuo* (Grifos no original) (BAUMAN, 1998. p.113).

Se a hipótese aqui apresentada ainda se mantiver, é possível dizer que este mesmo “presente contínuo”, ou este “cronótopo do presente amplo”, como diria Gumbrecht, ou, ainda, esse “presentismo”, como diria Hartog, mostra-se patente como forma de experiência do tempo nas obras de Jean-François Lyotard e Francis Fukuyama, as quais, em suas diferentes acepções, versam sobre o fim daquela História com “H” maiúsculo. E uma vez que, seguindo a conclusão do livro de Hartog, atualmente a categoria do presente se mostra como onipresente e presentista, esta mesma experiência do tempo, entre outros fatores, ao que tudo indica parece figurar a atual “condição pós-moderna”. Ora, vale lembrar a exortação do filósofo Gianni Vattimo, o qual, no livro *O fim da modernidade*, atenta para a necessidade de se reconhecer a característica do pós-moderno “não apenas como novidade com relação ao moderno, mas também como dissolução da categoria do novo, como experiência do ‘fim da história’, mais do que como apresentação de uma etapa diferente [...] da própria história.” (VATIMMO, 2007. p.IX) E mais a frente o mesmo filósofo explica que:

O que caracteriza o fim da história na experiência pós-moderna é que, enquanto na teoria a noção de historicidade se torna cada vez mais problemática, na prática historiográfica e em sua autoconsciência metodológica a ideia de uma história como processo unitário se dissolve, instaurando, na existência concreta, condições efetivas que lhe conferem uma espécie de imobilidade realmente não-histórica. (VATIMMO, 2007. pp.X-XI)

Dito tudo isto, enfim, – indo um pouco além da questão proposta por este trabalho, mas de maneira alguma fora de seu diapasão – faz-se necessário, mais uma vez, questionar e refletir sobre o próprio estatuto epistemológico da disciplina histórica.

Bauman nos diz que, atualmente, vivemos “Num cenário em que a sincronia toma o lugar da diacronia, a copresença toma o lugar da sucessão e o presente perpétuo toma o lugar da

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

história” (BAUMAN, 1998. p.127). Hartog, por sua vez, nas últimas linhas de seu livro, afirma que hoje a única e exclusiva referência temporal (o que ele chama de “luz”) é produzida pelo presente, e que, por isso, “não há mais nem passado, nem futuro, nem tempo histórico, se for verdade que o tempo histórico moderno encontrou-se posto em movimento pela tensão criada entre campo da experiência e horizonte de expectativa” (HARTOG, 2012. p.250). Sendo assim, podemos perguntar: como fazer História atualmente? Seria possível escrever uma História da perspectiva do presente, e tomando-o como referência de si mesmo? A resposta do próprio Hartog a essa questão é de que isso é algo aparentemente difícil, para não dizer impossível, e que a maior contribuição do historiador talvez seja “restabelecer um tipo de comunicação entre os três termos [passado, presente e futuro], sem que exista uma tirania de um dos termos sobre os outros, tirania do presente, tirania do futuro, tirania do passado” (HARTOG, 2003a).

Contudo a questão permanece: considerando a proclamação da atual “onipresença do presente”, seria mesmo possível restabelecer a comunicação entre as três categorias? Se o próprio Hartog nos mostrou que os diferentes “regimes de historicidade”, em diferentes períodos históricos, tomaram como referência uma das três categorias temporais, ser-nos-ia possível, hoje, estabelecer uma experiência multiperspectiva do tempo a partir de um tempo histórico que já não possui nem passado, nem futuro e que parece parado ou que talvez já nem mesmo exista? Obviamente não há uma única resposta satisfatória a essa questão. Por outro lado, deixar de refletir sobre a mesma pode fazer do historiador contemporâneo um covarde epistemológico dentro de seu próprio ofício.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BARROS, Carlos. Para um novo paradigma historiográfico. *Tempo*, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, nº 11, pp. 205-221, jul. 2001.
- DOSSE, François. O *télos*: da Providência ao progresso da Razão. In: _____. *A história*. Trad. Maria Helena Ortiz Assumpção. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, Summer 1989. pp. 3-18
- _____. *O Fim da História e o Último Homem*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos*. Trad. Luciana Villas Bôas e Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.
- HARTOG, François. Tempo, história e escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, nº 148, pp. 09-34, 1º - 2003.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

- _____. Entrevista com François Hartog. *Literatura, Filosofia e História na Antigüidade*. Tema: Contestações do Mito. Belo Horizonte: NEAM/UFMG, nº1, abr. 2003a.
- _____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva, Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. *Moralidades pós-modernas*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- REIS, José Carlos. A historiografia pós-1989: pós-modernismo, representações e micronarrativas. In: _____. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. Trad. Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Barcarolla, 2008.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Trad. Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2009

Hegel e o Historicismo – Uma reavaliação

Renato Paes Rodrigues
Graduando - UFOP
renato09sohc@gmail.com

RESUMO: Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um dos filósofos que mais trabalhou com a filosofia da História ao propor seu ser e sentido; muitos o acusam por isso de reduzir a História às categorias da filosofia. Esta é uma famosa crítica feita por Leopold von Ranke, considerado um dos principais nomes do historicismo, pensamento pelo qual defende a autonomia do pensamento histórico e a individualidade dos objetos históricos, irreduzíveis ao geral. Partimos da hipótese que as ideias de Hegel não estavam tão distantes do historicismo, o que comprava uma relação mais complexa que ainda precisa de maior aprofundamento.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da história, Historicismo, Hegel.

A razão é forma infinita, lei do mundo, da vida natural e espiritual, inclusive da História do mundo. Em Hegel, esta seria a única contribuição que a Filosofia teria a dar à História, pois ela em si mesma não considera a razão como premissa. Ao contrário das substâncias finitas, que dependem de coisas exteriores a ela, a razão se auto consome. E ela é forma infinita, pois apenas em sua imagem e por ordem sua os fenômenos surgem e começam a viver¹³¹.

Ele aponta para dois aspectos em favor da razão como domínio da história do mundo: ela é a mente, a compreensão geral e seu desenvolvimento busca o entendimento de si mesmo. Perceber que a natureza está organizada por lei imutáveis, que ela em si é racional, em Hegel é um absurdo; ela só é racional do ponto de vista humano, esta é sua função; toda construção sobre o mundo está confinada ao abstrato; a razão não está em oposição a uma providência divina:

A verdade de que uma Providência, ou seja, uma providência divina preside aos acontecimentos do mundo corresponde ao nosso princípio - razão, pois a Providência divina é a sabedoria dotada de infinito poder que realiza o seu objetivo, ou seja, o objetivo final, racional e absoluto do mundo¹³².

E ainda por meio razão, o homem realiza sua ação no mundo, que é também a realização da liberdade, esta que deve ser é o fim último do espírito. Pois a natureza humana, segundo Hegel, se constitui pela integração do reino da Natureza e o reino do Espírito, este na qual abrange tudo, e que procura o entendimento de si mesmo. Segundo ele, existem povos que

¹³¹ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história. Robert S. Hartman ; Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo : Centauro, 2001, p. 52.

¹³²Ibidem, p.55.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

não tem consciência de que são livres. Na cultura ocidental, os gregos foram os primeiros a encontrá-la, mas não conseguiram identificá-la como universal, pois seu modo de vida estava vinculado à escravidão.

Só os povos germânicos, através da cristandade, é que vieram a compreender que o homem é livre e que a liberdade de espírito é a própria essência da natureza humana. Esta consciência surgiu primeiro na religião, na região mais interior do espírito; mas introduzi-la no mundo leigo era uma tarefa maior que só poderia ser resolvida e cumprida através de um demorado e rigoroso esforço de civilização.¹³³

Para Hegel, em suma, não há dúvida sobre o que a é História, qual seu conteúdo; assim ela é o palco do desenvolvimento do espírito, da racionalidade e da liberdade, cujo processo caminha em direção progressiva. As ideias hegelianas sobre a história foram alvo de muitas críticas, sobretudo, feitas pela corrente de pensamento classificada de historicista. “Não existe qualquer definição consensual do que é ou do que seria ou do que foi historicismo”¹³⁴. Apesar das controvérsias em torno do conceito, uma das definições mais aceitas é de Friedrich Meinecke, quando afirma que “o cerne do historicismo consiste na substituição de uma consideração generalizante dos fatores históricos – humanos por uma consideração individualizante, na qual sejam interdependentes o pensamento individualizante e o pensamento evolutivo”¹³⁵. Os principais nomes do século XIX defensores dessa perspectiva seriam os de Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, Jacob Burckhardt, Heinrich von Sybel, Theodor Mommsen.

Para os historicistas pensar a História através das ideias de Hegel seria reduzi-la a um estudo puramente filosófico, além de ser uma abordagem determinística. Ranke em *O Conceito de História Universal* não faz menção explícita a Hegel, mas suas ideias se dirigem exatamente contra a filosofia da história, que segundo ele, tem a pretensão de reduzir a História a seus princípios. “Ela reconhece a verdade da História [*Geschichte*] unicamente na medida em que ela se submete ao seu conceito”¹³⁶. Apesar de reconhecer que o mundo é obra divina e que tudo ocorre por este princípio, Ranke diz que o estudo da história não se limita a provar esta premissa, senão, estaria

¹³³ Ibidem, p.64 e 65.

¹³⁴ Mata, Sérgio da. Elogio ao Historicismo. In: Flávia Florentino Varela; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdeí Lopes Araujo (org.) A dinâmica do historicismo. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2008, p.49.

¹³⁵ Apud MARTINS, Estevam C. Resende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdeí Lopes de (org.) A dinâmica do historicismo. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2008, p.18.

¹³⁶ MATA, Sérgio da. "Ranke – O conceito de história universal (1831). In: Estevão de Rezende Martins (org.). *A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 204.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

se aproximando da filosofia. “A História dedica seus esforços ao concreto, e não apenas ao abstrato que nela estaria contido”¹³⁷.

Uma análise pormenorizada do problema revela, no entanto, que muitos conceitos de Ranke, principalmente, em relação a princípios metodológicos – crítica, imparcialidade, primado da indução sobre a dedução e imparcialidade – eram também defendidos por Hegel. Apesar de se opor a História Crítica de Niebuhr, que serviu de modelo para o método de Ranke, em que o observador supunha poder se diferenciar do passado, Hegel concordava com a postura crítica em relação às fontes. A imparcialidade é outro ponto que liga ambos os autores, pois acreditavam que às posições pessoais do autor não deveriam se impor ao objeto. Sobre o primado da indução sobre a dedução, Hegel tinha consciência que o historiador filosófico não poderia aplicar seus princípios a priori à História e sim proceder empiricamente. Entretanto, a versão comumente aceita é de que o método de Hegel é realmente apriorístico, dedutivo, ou ainda, dialético. Segundo Frederick C. Beiser, a avaliação filosófica se dá a posteriori: “Hegel argues that the standpoint of the philosopher has no a priori warrant, but that it stands in need of a posteriori confirmation from the self-examination, or what he calls the experience, of his subject matter.”¹³⁸ [Hegel argumenta que o ponto de vista do filósofo não tem um mandado a priori, mas que tem necessidade de uma confirmação a posteriori do autoexame, ou o que ele chama de experiência, de seu assunto]. E, por último, a questão da individualidade é compreendida por Hegel da mesma forma que Ranke, que cada nação e indivíduo têm de ser tratado em si, apesar da diferença metafísica entre eles.

O que podemos afirmar com mais contundência sobre as diferenças entre Ranke e Hegel se dá no campo da epistemologia e da ontologia. “Regarding their epistemology, Hegel believes, and Ranke doubts, that through the examination of historical particulars we can arrive at a systematic knowledge of the general plan of history.”¹³⁹ [Quanto à epistemologia, Hegel acredita, e Ranke dúvida, que através do exame dos pormenores históricos, podemos chegar a um conhecimento sistemático do plano geral da história]. Sobre a ontologia, Ranke dá mais autonomia ao sujeito que Hegel, pois acredita que o individual é autônomo, irreduzível ao todo; já Hegel compreende que o individual, mesmo que não alinhando ao todo, realiza algo maior, algo geral. A resistência de Ranke a visão holística e hermética de Hegel era fruto da sua concepção de que a liberdade humana – influenciado por

¹³⁷ Ibidem, p.207.

¹³⁸ BEISER, Frederick. Hegel and Ranke: A Re-examination. Edited by Stephen Houlgate and Michael Baur. A Companion to Hegel. A John Wiley & Sons, Ltd., Publication, 2011, p. 337.

¹³⁹ Ibidem, p.339.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Kant e, sobretudo, por Fichte - estaria acima de qualquer princípio racional ou qualquer outro aspecto que a limitasse.

Em suma, Ranke propõe a autonomia da História em relação à religião, à filosofia, negando indiretamente a dialética hegeliana, que concebe esses conceitos determinando-se mutuamente (filosofia – conceito, forma; história – conteúdo). Ele compreende que o objeto de estudo da História é o individual.

Enquanto o filósofo, observando a História a partir de seu campo, busca o infinito por meio do progresso, do desenvolvimento e da totalidade, a História reconhece o infinito em cada coisa viva, algo de eterno vindo de Deus em cada instante, e cada ser; é este seu princípio vital.¹⁴⁰

Para Burckhardt, às concepções de Hegel carecem de comprovação e transmitem a falsa ideia de uma teodicéia do processo histórico. “Hegel desenvolve a consideração fundamental segundo a qual a História Universal constitui a ilustração do processo evolutivo do espírito até chegar à consciência plena da sua própria significação”¹⁴¹. Se os filósofos procuram por origem e escatologia, os historiadores se esforçam apenas no estudo das transformações.

O tema central da História parte da observação de que o espírito, como a matéria, é mutável e de que a passagem do tempo arrebatava consigo ininterruptamente as formas que constituem a vestimenta exterior da vida espiritual¹⁴².

Outros autores irão fazer uma crítica ainda mais incisiva de Hegel, classificando-o de determinista, por crer num fio condutor da história, necessário, teleológico. Odo Marquard, por exemplo, no ensaio *En defensa de lo accidental*, acusa a filosofia de Hegel de querer se livrar do accidental para construir o homem absoluto (determinado); para ele tal projeto se constitui com a filosofia moderna, que teria se iniciado com Descartes, pela chamada *dúvida metódica*.

... todo lo que no es absolutamente verdadero y que, por ello, puede ser falso (es decir, el conocimiento basado en valores de juicio), debe ser tratado como si fuera verdaderamente falso hasta que se halla demostrado – a través del *scientia more certa methodo* (el método segura de la ciência) – “*clare est distincte*”, que es absolutamente verdadero¹⁴³.

Assim o conhecimento deveria ficar suspenso até se tornar absoluto. No mesmo sentido, Hegel estaria tentado difundir com sua filosofia da história o caminho unilateral pelo

¹⁴⁰ MATA, op. cit., p. 206.

¹⁴¹ BURCKHARDT, Jacob. Reflexões sobre a História. RJ: ZAHAR Editores, 1961, p.11.

¹⁴² Ibidem, p. 14.

¹⁴³ MARQUARD, Odo. "En defensa de lo accidental". *Fractal* n° 2, julio-septiembre, 1996, año 1, volumen I, pp. 11-26.

qual a humanidade deveria seguir, a partir da ideia da realização do princípio racional. Para Marquard, a vida é muito mais acidental do que as escolhas humanas. Bem diferente de Marquard, Hebert Marcuse faz uma interpretação muito particular da filosofia da história de Hegel ao dizer que:

A filosofia da história, de Hegel, poderia importar em uma teoria determinística, mas o fator determinante é a liberdade. O progresso depende da habilidade dos homens de apreender o interesse universal da razão, e de sua vontade e eficácia em torná-la realidade.¹⁴⁴

De fato, não se pode negar que Hegel é um determinista, ou seja, de que o fim último do princípio racional levaria todos os homens à autoconsciência da liberdade, no entanto, ele vê que este processo não é contínuo, abrangendo fases de decadência. Por isso, a verificação de que há períodos de desenvolvimento e decadência não poderia ser formulada por uma filosofia puramente idealista e redutora, mas só por uma teoria que se baseie no estudo da História propriamente dita, factual, dada. Dessa forma, assim como a concepção geral historicista, Hegel concorda com a proposição de que no estudo da História deve-se proceder empiricamente, ou seja, com base nos fatos (como já observamos), mas como eles não dizem nada por si sós é preciso que sejam submetidos ao exercício da razão, que governa o mundo e, portanto, a História.

Mesmo o historiador normal e mediano, que de certa forma pretende e acredita manter-se compreensível e submisso ao fato, não age de modo passivo no seu pensar, recorrendo às suas categorias e encarando por meio destas os fatos; especialmente em tudo que deve ser científico, a razão não pode adormecer, devendo utilizar-se da reflexão¹⁴⁵.

Se por um lado, Hegel é muitas vezes vinculado a um idealista por excelência, por outro os historicistas são recorrentemente chamados de empirista, o que conduz a interpretação unívoca de oposição radical entre filosofia e história. Não bastasse isso, Ranke, considerado um dos nomes mais importantes do historicismo, foi interpretado como um positivista (principalmente nos EUA) e por isso não teria outro objetivo senão apurar fatos e nada mais. Uma análise mais apurada do problema revela que um estudo empirista e a teórico não se aplica ao historicismo; ao contrário, seu caráter hermenêutico o aproxima do hegelianismo, como

¹⁴⁴ HEBERT, Marcuse. Razão e Revolução – Hegel e o advento da teoria social. Tradução de Marília Barroso – Editora Saga, 1969, p. 211.

¹⁴⁵ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História/ trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2.de., reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p.18.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

aponta Martins: “O sentido do mundo histórico precisa tanto do alimento das informações coletadas – sem as sacralizar – quanto da compreensão do conjunto (em termos hegelianos, do todo – mesmo que tal soa pretensioso)”¹⁴⁶.

Este caráter hermenêutico no estudo histórico será mais bem desenvolvido por Droysen, historiador cuja teoria mais se aproximou de Hegel, conscientemente ou não. Diz ele: “A essência do método histórico é de compreender ao pesquisar”¹⁴⁷. Como Ranke, ele buscava a autonomia do pensamento histórico (mais sabia de seu limite), pois o modelo físico-matemático de um lado e a filosofia/teologia de outro dominavam às explicações sobre o mundo. Droysen compreendia que a História deveria ser uma síntese dos dois modelos (movimento cambiante), um fim ético que reconciliaria movimento e unidade, restabelecendo o cânone da ciência: lógica, física e ética. “Os acontecimentos históricos têm a sua verdade nos poderes éticos (tal como as coisas da natureza os têm nas suas ‘leis’ mecânicas, físicas, químicas, etc.): estes são a sua respectiva concretização”¹⁴⁸.

Diferente de Ranke e Burckhardt, Droysen reconhece a importância da filosofia especulativa no trabalho de teorização da história. “Seus primeiros materiais já são abstrações, e não a própria realidade, mas uma acepção subjetiva”¹⁴⁹. Por isso que a História não é um conceito imediato (como adverte Hegel), ela é constituída primeiramente da auto reflexão do eu, proporcionada pelo exercício filosófico. Isso não quer dizer que Droysen quisesse subjugar a História à Filosofia, pelo contrário, na *Historik*¹⁵⁰ ele deixa claro que o objetivo de uma teoria é postular um *organon* do pensamento e da pesquisa histórica.

O historicismo (ou Historismo para Pedro Caldas) em Droysen têm outras significações e talvez o conceito não seja muito adequado para classificar seu pensamento. Dialética, teodicéia, realização da liberdade, reconhecimento de Deus, ideias imediatamente associadas à Hegel, eram

¹⁴⁶ MARTINS, Estevão C. de Resende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: Flávia Florentino Varella; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdeci Lopes Araujo (org). A dinâmica do historicismo. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p.19.

¹⁴⁷DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis; Vozes, 2009, p.38.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 42.

¹⁴⁹ Apud CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen. Orientador: Luiz de França Costa Lima Filho – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2004, p.25.

¹⁵⁰ A obra *Historik* surgiu do curso ministrado por Droysen chamado “Enciclopédia e Metodologia da História” em 1857, sistematizando sua teoria da história; antes deste período suas considerações sobre o assunto só apareciam em prefácios de suas obras. No Brasil, a obra foi traduzida com o nome de *Manual de Teoria da História*.

CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

compartilhadas por Droysen. Segundo Pedro Caldas, “O maior problema nas teorias sobre historicismo reside no silêncio sobre a possibilidade da hipótese de enquadramento da *Historik* como ciência do espírito de clara precedência hegeliana”¹⁵¹. De todo modo, Droysen apresenta diferenças relevantes à Hegel, principalmente sobre a contingência da história; vimos acima, segundo Marquard, que por muito tempo foi tarefa da filosofia livrar-se do contingente – como em Hegel -, já em Droysen ocorre exatamente o contrário e é talvez esta questão que o aproxime do historicismo. “Hegel é mais utópico ao enfatizar a relativização da particularidade e apostar posteriormente no rejuvenescimento. Droysen parece apostar em uma forma de reconstrução, em reviver passados ideais não mais presentes de modo imediato”¹⁵².

Dada algumas ligações entre historicismo e filosofia da história, não podemos esquecer que ambas correntes se desenvolveram a partir de ideias difundidas pelo Iluminismo, razão, objetividade, crítica, mas também por um forte embate a este corrente de pensamento que teria construído o conceito do homem universal, essencial, permanente, imune às transformações matérias do mundo. De maneira alguma o Iluminismo se limita às proposições citadas acima (muitos autores são céticos), entretanto, alguns nomes como Hume e Voltaire, lido por Hegel e pelos historicistas, parecem confirmá-las.

O primeiro buscava com sua filosofia uma racionalização da humanidade, queria distinguir o verdadeiro do falso, para chegar a obter uma visão completa e imparcial do mundo. Formou-se dentro de uma concepção jusnaturalista, mas percebeu que não era possível estabelecer causalidades para explicar o mundo, ou seja, tinha consciência dos limites do conhecimento. A História para ele buscava conhecer as variações, os costumes, os hábitos, no entanto, a natureza humana seria a mesma em todos os tempos, assim como Locke entendia. Segundo Meinecke:

*...su historiografía quedó confinada, a pesar de las grandes cualidades que le supo conferir con su método específico, al campo del pensar iusnaturalista, por causa del viejo prejuicio fundamental, nuevamente revigorizado por Locke, de que la naturaleza humana es idéntica en todos los tiempos*¹⁵³.

Hume ainda chegou a fazer trabalhos que buscavam compreender a individualidade da História, com em *History of England*, em que atribuiu aos puritanos (mesmo sendo um crítico

¹⁵¹ CALDAS, op.cit., p.43.

¹⁵² Ibidem, p.53.

¹⁵³ MEINECKE, Friedrich. El Historicismo y su génesis. Traducción de José Mingarro e San Martín (Libro Primero) y Tomás Muñoz Molina (Libro Segundo). Editora Fondo de Cultura Económica, 1943, p.175.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

deles) a conquista da liberdade na Inglaterra. Diz Meinecke, que Hume teve uma boa percepção sobre a mudança na História, só que não foi suficiente para compreender a individualidade.

Mais que Hume, Voltaire terá uma influência decisiva no século XIX, tanto por ser um dos primeiros pensadores a desenvolver uma filosofia da história, quanto por ampliar o pensamento histórico. Como característica das filosofias da história, Voltaire queria investigar o que estava por de trás dos acontecimentos e não tanto os acontecimentos em si. “*Filosofia de la historia significaba, por consiguiente, para Voltaire, nada más que el desglosamiento de las ‘verdades útiles’ de la historia*”¹⁵⁴.

Sua historiografia tinha por objetivo o combate à Igreja e o fortalecimento da razão; estava fortemente influenciado pelas descobertas das ciências naturais e matemáticas, além de crer que o mundo era ordenado por leis universais. Em consequência dessas ideias, compreende Meinecke, que Voltaire acabou por criar uma moral mecanicista, ou seja, uma simples extensão das leis naturais. Ao invés do dualismo cristão entre bem e mal, ele permaneceu na mesma compreensão do mundo, mas agora a oposição se daria entre a razão e o irracional.

Se Voltaire foi crítico do cristianismo (principalmente Igreja Católica) não resta dúvida, mas foi a partir da História Cristã, que ele chegou a desenvolver melhor a História Universal, se tornando um referencial no Ocidente. A partir de seu mecanicismo, conseguiu incorporar diversos povos em sua História Universal, aumentando o pluralismo cultural, e por consequência, a possibilidade de um método comparativo. Assim identificou, por exemplo, que na China de Confúcio a ideia de razão já estava presente. O cientificismo de Voltaire teria outras consequências, que melhor se desenvolveriam no século XIX, principalmente, entre os historicistas.

Apesar da contribuição ao estudo científico da história, assim como Hume, Voltaire acreditava na existência de uma natureza humana e provavelmente sua filosofia da história estava baseada também neste princípio.

Todo lo que se relaciona íntimamente com la naturaleza humana se identifica de un extremo del universo al outro; todo cuanto depende de la costumbre es diverso, y su identidad es puro accidente. El reino de la costumbre es mucho más vasto que el de la naturaleza; se extiende sobre la moral, sobre las costumbres, produce la variedad sobre la escena del universo. La naturaleza (del hombre), por el contrario, extiende la

¹⁵⁴Ibidem, p.74.

unidad, instituye em todas partes um pequenõ número de princi inmutables ..., la naturaleza ha puesto em el corazón humano pasiones, la costumbre hace de diferentes maneras (Essai, cap. 197, comp. también cap.143.)¹⁵⁵

Para Hegel, o Iluminismo ignora os objetos, o meio exterior, onde não há dialética, mas uma simples oposição entre sujeito e objeto, o que corresponde a uma visão da História que não consegue compreender a transformação não só do mundo exterior, mas dos homens. A máxima historicista de que a história estuda a mudança aparece, portanto em Hegel, ao denunciar a História Iluminista. “A natureza ou essência do homem é justamente o transforma se, e não algo permanente”¹⁵⁶.

Mais interessante de se observar é que as primeiras reflexões historicistas tiveram início já no século XVIII, em autores como Möser, Goethe e Herder. Este último ainda é considerado um dos primeiros autores a desenvolver também uma filosofia da história (influência a filosofia do espírito de Hegel), o que demonstra que no interior da própria discussão filosófica que vai se constituindo um olhar próprio em relação à História.

Por isso, a filosofia “idealista” contribui de certa forma para preparar o campo historiográfico; Herder, Humboldt, e mesmo Hegel são autores fundamentais para a compreensão da constituição da disciplina histórica – em Droysen isso é muito evidente. Sem tentar hierarquizar os papéis, a filosofia da história e o historicismo são respostas às transformações radicais que estavam sendo processadas no mundo ocidental, principalmente, pelos efeitos da Revolução Francesa e da industrialização. A primeira surgiu com a pretensão de substituir em certo sentido uma visão geral e sintética sobre o mundo (religião) e o segundo evidencia a complexidade do processo histórico. “Observa se, nesses séculos, uma transformação da História, em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade”¹⁵⁷.

A autonomia da pesquisa histórica e o afastamento de a priori teórico podem ser características dos historicistas, só que de alguma maneira nas entrelinhas e às vezes de forma explícita, a visão de mundo do autor surge de forma evidente. Ranke, por exemplo, diz o

¹⁵⁵Apud, MEINECKE, Friedrich. El Historicismo y su génesis. Traducción de José Mingarro e San Martín (Libro Primero) y Tomás Muñoz Molina (Libro Segundo). Editora Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 105.

¹⁵⁶GRESPLAN, Jorge. Hegel e o Historicismo, In: História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Vol. 7, n. 1/2, (2002), p. 59.

¹⁵⁷KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006, p.23.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

seguinte: “À medida que nos libertamos das pretensões de uma certa teologia limitada, percebemos que todos nossos esforços brotam de uma fontes mais elevada, religiosa”¹⁵⁸. Mas Ranke, com outros autores tinha a preocupação que suas opiniões pessoais não interferissem no trabalho científico ou conduzisse a filosofia da história. Segundo Martins a teoria entre os historicistas se revela em introduções, posfácios e resumos, não sendo algo muito explícito, e porque a ciência histórica estaria por se constituir em oposição à Filosofia da História.

O progresso a ser assegurado pela pesquisa histórica empírica devia ser imunizado contra as tentativas, da filosofia da história, de delimitar o âmbito da experiência histórica possível aos limites de um esquema da evolução histórica determinado por critérios racionais universais¹⁵⁹.

Por isso, os historicistas acreditavam que suas crenças deveriam ficar de lado, mas será que de alguma maneira elas não interferiam na pesquisa científica? O ganho no procedimento da pesquisa, realizada principalmente pelos historicistas é incontestável, nem mesmo os Annales superaram tais postulações, entretanto, descartar a dialética de determinação entre sujeito e objeto é ignorar a dimensão subjetiva de qualquer investigação. Para o filósofo da história a subjetividade está explícita em suas proposições, já no historicista suas ideias mais íntimas apareçam de forma discreta. Queremos dizer, portanto, que a postulação filosófica sobre a história não diminui o ofício do historiador, pois acreditamos que elas não se anulam. Em suma, com base no que foi apresentado é possível afirmar as seguintes proposições:

1. Hegel não está tão distante como se pode imaginar dos historicistas no que diz respeito à pesquisa científica da história;
2. Todavia, como o debate entre Hegel e os historiadores profissionais se estendeu anos após a morte do filósofo, buscaremos investigar as razões mais profundas destas diferenças, assim como os eventuais mal-entendidos de ambas as partes;
3. O estudo filosófico da história não necessariamente reduz o papel da ciência histórica, ambas gozam de certa autonomia com relação à produção do saber.

¹⁵⁸MATA, Sérgio da. "Ranke – O conceito de história universal (1831). In: Estevão de Rezende Martins (org.). *A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 207.

¹⁵⁹ MARTINS, Estevão C. de Resende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: Flávia Florentino Varella; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdei Lopes Araujo (org.). *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p. 29.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Referências Bibliográficas

BEISER, Frederick C. Hegel and Ranke: A Re-examination. In: HOULGATE, Stephen; BAUR, Michael (eds.) *A Companion to Hegel*. A John Wiley & Sons, Ltd, Publication, 2011.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. RJ: ZAHAR Editores, 1961.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen*. Orientador: Luiz de França Costa Lima Filho – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2004.

DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis; Vozes, 2009.

GRESPLAN, Jorge. Hegel e o Historicismo, In: *História Revista - Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*. Vol. 7, n. 1/2, (2002).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. Robert S. Hartman ; Tradução de Beatriz Sidou, 2. ed. São Paulo : Centauro, 2001.

_____. *Filosofia da História*/ trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2.de., reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

MARCUSE, Hebert. *Razão e Revolução – Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso – Editora Saga, 1969.

MARQUARD, Odo. "En defensa de lo accidental". *Fractal* n° 2, julio-septiembre, 1996, año 1, volumen I, pp. 11-26.

MARTINS, Estevão C. de Resende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: Flávia Florentino Varella; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdei Lopes Araujo (org.) *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, pp. 15-48.

MATA, Sérgio da. Elogio ao Historicismo. In: Flávia Florentino Varella; Helena Miranda Mollo; Sérgio Ricardo da Mata; Valdei Lopes Araujo (org.) *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, pp. 49-62.

_____. Ranke – O conceito de história universal (1831). In: Estevão de Rezende Martins (org.). *A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su génesis*. Traducción de José Mingarro e San Martín (Libro Primero) y Tomás Muñoz Molina (Libro Segundo). Editora Fondo de Cultura Económica, 1943

Trajetórias familiares: mesma família, diferentes destinos.

Luis Henrique de Oliveira
Mestre–UFJF
Professor - FaSaR
luishufop@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo principal do presente texto é discutir as principais características da metodologia micro-histórica, suas contribuições e importância para um maior dinamismo e “renovação” dos estudos históricos. Entretanto, neste trabalho, buscaremos analisar a contribuição desta metodologia para os estudos acerca do estabelecimento das redes sociais durante o Antigo Regime colonial brasileiro e deste modo entender a dinâmica das relações sociais estabelecidas no período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Micro-história, Redes sociais, Antigo Regime.

Segundo Revel, no final dos anos 1970, um dos primeiros a oferecer um diagnóstico pessimista sobre o trabalho dos historiadores de sua geração, foi Lawrence Stone, que convidava a refletir sobre o momento que a historiografia atravessava. Todo esse mal-estar se assentava na incerteza dos historiadores com relação à capacidade de administrar a duração que pretendiam analisar. Assim, “as ambições diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia ser o de uma reconstrução. A Micro-história deve ser compreendida como uma tentativa neste sentido” (REVEL, 2000, p.15).

Assim, a micro-história deve ser entendida como um sintoma, como uma resposta a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo uma reformulação de certas exigências e procedimentos. Como afirma Levi “a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existente” (LEVI, 1992, p.135). Segundo Hebe Castro (1997, p.53), a redução de escala de abordagem se tornou comum à maioria das recentes pesquisas em história social. Para Giovanni Levi, a redução de escala de análise, “representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização” (LEVI, 1992, p.138).

Deste modo, a micro-história não procura renunciar à história social, mas sim reconsiderá-la e dinamizá-la. Ela nos permite um enriquecimento da análise social, CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

complexificando-a ao levar em conta aspectos inesperados. Como salienta Levi, o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados. Devemos, portanto, estudar o social, não como um objeto dotado de propriedades, mas como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação. “A micro-história tem demonstrado a habilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos” (LEVI, 1992, p.157). Ela procura ir além da interpretação, para tentar formular explicações históricas.

Porém, como toda análise historiográfica inovadora, a micro-história não poderia deixar de ser alvo de críticas e questionamentos acerca do seu alcance histórico. O ponto de maior polêmica, gira em torno da contribuição de uma análise pontual para o entendimento mais abrangente, o que ela teria de representativo, de que modo ajudaria a entender as grandes transformações históricas. A questão elaborada por Natalie Zemon Davis resume de maneira esplêndida toda essa desconfiança em torno da redução de escala: “*La primera objecione: hasta que punto, es representativo vuestro valle, pueblo, mascara, masacre, molinero, impostor, exorcista o santo de los galgos?*” (DAVIS, 1991, p.178).

Acredito que a maneira mais adequada para se responder esta questão, é procurar entender de forma mais aprofundada o conceito de micro-história para Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, ou seja, a forma como compreendem a relação "macro/micro", e de que maneira utilizam suas idéias dentro de seus trabalhos historiográficos¹⁶⁰, e o que compartilham em comum a partir da forma que concebem esta metodologia.

Iniciemos este ponto da discussão pelas idéias de Giovanni Levi (2000). Para o autor, a micro-história é uma prática que visa essencialmente a redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral (LEVI, 2000, p.158).

¹⁶⁰ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. e GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Para Levi, portanto, o método da micro-história consiste principalmente na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades provenientes da microanálise. Em seu artigo no livro *Jogos de Escalas*, mais uma vez Giovanni Levi nos chama atenção para um ponto muito importante nesta questão do foco a ser utilizado, e nos dá indícios, de como o pesquisador deve proceder na escolha da melhor escala de análise. Nas palavras do autor:

Não considero que todo problema histórico ganhe em ser tratado em nível microanalítico. De toda forma, o debate que há alguns anos pôs frente a frente os pesquisadores em torno da micro-história contribuiu para torná-los conscientes do fato de que escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver (LEVI, 1998, p.203. In: REVEL, 1998).

Ao procurar esclarecer de forma ainda mais convincente esta relação "macro/micro", Levi salienta que boa parte deste debate se assenta na necessidade de se compreender a complexidade de um problema por meio de generalizações baseadas em observações minuciosas, onde ao ampliarmos nosso olhar, desvendamos a multiplicidade dos elementos em jogo. Portanto, pelo que vimos até o momento, podemos perceber que ao realizarmos uma modificação da escala de análise, estaremos proporcionando uma leitura mais densa e rica, do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa.

Em entrevista a um historiador costarricense, o historiador italiano teceu o seguinte comentário:

Na micro-história a redução da escala se utiliza para compreender a história geral (...) Isto pode ser ilustrado se considerarmos de que maneira se usa o microscópio. Através dele podemos ver as coisas anteriormente não visíveis, mas que existiam (...) A micro-história procura analisar como funciona a sociedade na sua base e, através desses dados, generalizar conclusões com o intuito de gerar perguntas e respostas capazes de serem comparáveis, em outros contextos (...) Ao perceber o micróbio, é possível generalizar e entender a doença.¹⁶¹ (Disponível em : <[http:// www.historia.fsc.urc.cr/mo-hist/e-levi-coshtm](http://www.historia.fsc.urc.cr/mo-hist/e-levi-coshtm)>. Acesso em: 15. Jul. 2013)

¹⁶¹ Entrevista de Juan Jose Marín a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 - [http:// historia.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm](http://historia.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm).

Com relação ao segundo autor, Carlo Ginzburg, a noção de micro-história apresenta algumas peculiaridades. Apesar, de assim como Levi, ser um dos responsáveis pelo nascimento do projeto micro-histórico, diferentemente de seu companheiro, Ginzburg é um historiador da cultura, o que implica em determinadas particularidades em sua maneira de usufruir desta metodologia. Como para os demais historiadores citados, para Ginzburg, a micro-história surge em função das dúvidas crescentes sobre a validade de determinados processos macro-históricos de análise do social. Entretanto, a redução de escala proposta por Ginzburg, visava uma nova leitura do social, uma vez que, a história social dominante, não suportava mais seu próprio peso, pelo fato de refletir sobre agregados anônimos durante um longo período, não levando em conta o indivíduo.

Segundo Ginzburg, um dos sintomas, e ao mesmo tempo, instrumento desta consciência é a relação cada vez mais estreita entre história e antropologia. No entanto, esta relação é carregada de obstáculos, como diz o autor, sendo o primeiro deles, a diversidade da documentação utilizada por ambas as disciplinas. O antropólogo, em função do trabalho de campo, possui uma enorme complexidade de relações sociais que podem ser reconstituídas, e que contrasta com a unilateralidade dos arquivos com que o historiador trabalha. Esta divisão arquivística implica conseqüentemente em uma fragmentação das fontes utilizadas pelo historiador em função do objetivo a que está direcionado. Assim, corre-se o risco de perder a complexidade das relações, que ligam um indivíduo a determinada sociedade. Porém, Ginzburg levanta a alternativa para a solução deste impasse, segundo o autor:

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome (GINZBURG, 1989, p.173-174).

Desse modo, Ginzburg propôs uma outra maneira de entender a história social, acompanhando o "nome" dos indivíduos ou dos grupos. Entretanto, é fundamental compreender "como" se dará esta nova abordagem do social, que privilegia a escolha individual. Para Ginzburg, "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido" (GINZBURG, 1989, p.175). Portanto, o que Ginzburg propõe, é acompanhar o sujeito

através do nome, nas suas múltiplas inserções sociais, na complexa rede de relações, no tecido social em que ele se insere.

De acordo com o comentário de Jacques Revel (2000, p.17), este seria, o modelo do antigo sonho de Ginzburg, de uma história vista de baixo. Uma análise micro-histórica que torna possível uma reconstituição do vivido, inacessível às outras abordagens, e que propõe por outro lado, identificar as estruturas invisíveis em que este vivido se articula, o que Ginzburg chama de uma análise bifronte. A partir destas investigações, Carlo Ginzburg propõe uma prosopografia vista de baixo. Ao contrário de Lawrence Stone, a proposta do autor italiano, é aliar a análise qualitativa de uma prosopografia elitista, à análise quantitativa de uma prosopografia das classes subalternas. Esta não é, portanto, uma tarefa fácil, porém, não é impossível de se realizar. Para tanto, é imprescindível conhecer a fundo as fontes e estar ciente de sua falta de padronização.

A resposta destes autores aos impasses colocados para a História Social mais clássica, o modo como concebem o modelo micro-histórico, e a maneira como o utilizam em seus trabalhos historiográficos, em muito inspira o desenvolvimento desta pesquisa. Dois livros, de forma especial, inspiraram o modo como se desenrolou nosso trabalho, obviamente que não com a mesma erudição de seus autores, e levando em conta os problemas que enfrentamos, principalmente com relação à documentação. Estes livros são os já citados: *Herança Imaterial* de Giovanni Levi e *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg. Nestes textos os dois autores apresentam vários pontos em comum. Para os nossos propósitos o mais importante deles é a noção de redes. Giovanni Levi, através das condutas sociais dos habitantes do Vilarejo de Santena, identifica como se fundamentavam as estratégias utilizadas por estes, para se defenderem frente às várias situações de incerteza, especialmente quando trata da descrição das estratégias familiares, e do comportamento em relação à posse da terra. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg procura acompanhar um indivíduo, o moleiro Menocchio - que, no entanto, não era apenas mais um simples moleiro, pois possuía características que o tornavam "excepcional" -, desvendando seu cotidiano e suas idéias que o levaram a ser perseguido pela inquisição.

Embora com perspectivas distintas, os dois autores reconstroem exemplarmente os mecanismos de inserção social dos indivíduos que analisam e suas implicações para a compreensão de seus comportamentos. O primeiro procurou em seu livro, seguir a trajetória e reconstituir as estratégias de algumas famílias, enquanto o segundo, também através de intenso trabalho documental, procurou mapear e rastrear um indivíduo e suas inserções sociais.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Inspirados por estes autores, paralelamente a uma análise serial dos inventários *post-mortem*, procuraremos realizar também, um estudo pontual, rastreando e mapeando a trajetória de alguns indivíduos, através dos vestígios documentais que nos chegaram. Assim, ao desvendarmos as estratégias de solidariedade e reciprocidade a que algumas dessas famílias vieram a recorrer, poderemos identificar a permanência ou não de determinados comportamentos e, se com o avançar do tempo, a tendência era que ocorresse uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes. Lembrando sempre que estas estratégias poderiam se dar, tanto dentro do grupo camponês, como também no interior das redes que poderiam interligar os camponeses a grupos mais privilegiados desta sociedade. Daí também a necessidade de um tempo relativamente curto, em função de uma análise que tem como ponto fulcral, o comportamento humano. Para Adeline Daumard a história social deve trabalhar com tempos mais curtos, no máximo três gerações, para que se possa compreender a lógica dos grupos sociais.

Porém, como já alertamos, em nossos arquivos, e com o segmento social com que trabalhamos, buscar o indivíduo pelo “nome” implica em problemas metodológicos, pois, na maioria das vezes, os filhos não recebiam os mesmos sobrenomes dos pais, o que dificultava na identificação de seus descendentes. Geralmente a transferência do sobrenome era uma estratégia utilizada pela elite, que procurava assim se constituir enquanto grupo, mas, mesmo entre a elite esta regra era muitas vezes ignorada.

Ao analisar a transmissão do nome de família, Carlos Bacellar (1997, p.177-186), confirma uma “não-normatização”, como prática comum a toda a sociedade, ou seja, alerta para a inexistência de uma regra fixa para a adoção de nomes de família. Segundo o autor, mesmo entre os indivíduos da elite, não havia preocupação com a diferenciação dos indivíduos através do nome, como nos casos em que os filhos abandonam o último sobrenome herdado do pai ou da mãe, ou na despreocupação em fazer as mulheres adotarem o sobrenome do marido, e quando isto ocorria, segundo Bacellar, não passava de coincidência, ou consangüinidade próxima. Esta prática torna-se corrente a partir do momento em que estes indivíduos passaram a se julgar diferentes, “melhores” e tentam provar isto. O sobrenome ganha um valor diferenciador e passa a definir que este ou aquele indivíduo pertencia a um restrito círculo social, e também como forma de comprovar a filiação para fins de herança, patrimônio e outros privilégios. Ao concluir sua análise, Bacellar afirma que:

[...] a transmissão do sobrenome era ainda prática recente em nossas famílias. Havia um interesse em legar aos filhos algum sobrenome dos pais, preferencialmente do pai, mas esta transmissão não era padronizada. Não havia preocupação em manter sobrenomes iguais para todos os filhos. Logo, não era possível se identificar irmãos pelo sobrenome, mas somente pela ascendência, e com alguma dificuldade. A forma do sobrenome dos filhos podia ser livremente modificada desde pela alteração da ordem dos sobrenomes, como pela inclusão ou exclusão de um sobrenome qualquer. (BACELLAR, 1997, p.184)

Portanto, como afirma Bacellar, a dificuldade em identificar descendentes e familiares apresentava-se até mesmo entre a elite, o que pode indicar problemas ainda maiores entre os indivíduos de grupos inferiores. No entanto, apesar dos obstáculos, rastreamos a trajetória de alguns membros de cinco famílias, identificando assim os diferentes rumos que os filhos e netos seguiram em suas vidas.

Deste modo, buscaremos através de alguns exemplos colhidos a partir da documentação trabalhada, analisar as relações sociais estabelecidas por alguns indivíduos, buscando assim, entender as redes que estabeleciam e as estratégias que utilizavam para superar os obstáculos em uma sociedade marcada pela “instabilidade”. Desta forma analisaremos a trajetória de algumas famílias, para que possamos compreender como membros de uma mesma família poderiam alcançar condições de vida diferentes e as estratégias das quais usufruíam em função das relações e redes que estabeleciam.

Uma maneira interessante de percebermos as diferentes trajetórias que os membros de uma mesma família podem apresentar é analisando os inventários de dois irmãos de Manoel Martins Paiva, o filho. O primeiro é João Pedro Martins Paiva¹⁶², que faleceu em 1801, casado com Ana Maria Teixeira e que teve apenas um filho, Domingos Martins, que tinha no momento do falecimento de seu pai 14 anos de idade. No que se refere à condição sócio-econômica, João Pedro possuía certa vantagem com relação a seu irmão Manoel, mas mesmo assim poderíamos caracterizá-lo como camponês.

Este possuía um monte-mor no valor de 300\$050, dividido entre bens móveis avaliados em 31\$900. Apesar do significativo valor não havia nenhum utensílio, vestimenta, ou objeto de qualidade destacada, o mesmo ocorrendo com as ferramentas que representavam 4\$350 do total. Encontramos também a presença de jóias de ouro e prata, que valiam 13\$800, e três escravos,

¹⁶² ACSM – Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

sendo dois deles com moléstias, e o outro que recebeu como herança de seu pai, que foram avaliados em 250\$000. Percebemos, portanto, que a situação de João Pedro Martins Paiva poderia sim ser melhor que a de seu irmão Manoel, mas também não apresentava condições de vida semelhante à de seus pais. A análise torna-se ainda mais interessante, quando trabalhamos o inventário do filho de João Pedro Martins Paiva e Ana Teixeira, que é o Tenente Domingos Martins Teixeira¹⁶³. Este faleceu em 1817, possuía nove filhos, sendo dois casados e um já falecido. O inventário deste tenente apresenta peculiaridades, pois, num primeiro momento são descritos bens que somavam apenas 284\$124, que são alguns poucos móveis, ferramentas, um cavalo, dois bois de carro, oito carneiros e quatro escravos, dois deles aleijados e que valiam 240\$000. Exatamente 29 anos depois da abertura do inventário, no ano de 1846, foi dado como acréscimo de bens do Tenente Domingos Martins, mais seis escravos, que possuíam valores significativamente elevados, certamente em razão do momento, e que valiam 1:570\$000, sendo que um destes escravos, Ignácio crioulo de 12 anos foi avaliado em 500\$000, e desta maneira seu monte passou a ser de 1:854\$124, um valor considerável. Portanto, percebemos que Domingos Martins Teixeira alcançou condição econômica e principalmente social, mais privilegiada que seu pai, chegando a obter a patente de tenente, apesar de que seu pai possuía objetos e jóias mais valiosos e luxuosos que este. Podemos também destacar que o último sobrenome do tenente vem de sua mãe, o que possivelmente poderia ter lhe proporcionado maiores privilégios, inclusive a possibilidade de se tornar tenente. Possivelmente o nome da mãe e o casamento teriam lhe proporcionado certos privilégios sociais.

Retornando aos irmãos de Manoel Martins Paiva, trabalhamos com o inventário daquele que possivelmente foi o filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira que mais prestígio social alcançou, que é o Capitão Ubaldo Martins Paiva¹⁶⁴. Este faleceu em 1833, casado com Maria Bernarda Faustina Moreira e deixava como herdeiros dois filhos, Ubaldo Martins Paiva e Emereciana Antonia Paiva casada com o Alferes Francisco da Silva Araújo inventariante e pai de seus sete netos. Este capitão deixou um monte-mor no valor de 2:622\$000, sendo que a metade ficou com a viúva e a outra metade dividida entre seus nove herdeiros, cabendo a cada um 187\$345. Este possuía 80\$420 em bens móveis, merecendo destaque peças como colheres de prata, catre torneado de jacarandá, caneca de louça da Índia e cálices de vinho, entre os

¹⁶³ ACSM – Co. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício.

¹⁶⁴ ACSM – Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício.

instrumentos, metade de um alambique e outros de costume. Possuía ainda um canavial avaliado em 100\$000 e mais três fazendas sendo que a mais valorizada foi avaliada em 230\$000, sendo descrita uma produção pecuarista irrelevante, de apenas três bois, e uma dívida ativa de 73\$333, além de seis escravos que valiam 1:205\$000.

Portanto, vimos que em uma mesma família encontramos irmãos com trajetórias diferentes. Enquanto alguns conseguem mais prestígio social e uma melhor condição econômica, outros quase não alcançaram condições que lhes permitissem abrir um inventário, como o caso dos filhos Manoel Martins Paiva e de João Pedro Martins Paiva que não manteve as mesmas condições de vida de seus pais, e nem mesmo que alguns irmãos. Destinos diferentes podem ser explicados por motivos como um melhor casamento, o que proporcionava melhores relações sociais, como compadrio, amizade, etc. Infelizmente não tivemos tempo ou oportunidade de trabalharmos com uma série mais ampla e variada de documentos, que certamente nos permitiriam apreender essas questões, porém estas reflexões mesmo que não categóricas, nos permitem enxergar as diferentes trajetórias, incertezas e insegurança que homens e mulheres estavam propícios a enfrentar.

Outro caso bastante interessante é o de Antonio Pereira Gularte¹⁶⁵, português, natural da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, Bispado de Braga, que veio para o Brasil com 11 anos de idade, filho de Francisco da Costa Gularte e Catharina Dias Machado. Era casado com Juliana de Matos Pereira, natural de Guarapiranga e filha natural do Capitão Antonio de Matos Pereira. Tinham oito filhos, sendo que apenas duas apareciam como casadas, e um modesto monte-mor que somava 302\$350. As condições de vida desta família eram simples, pois, não aparece descrito em seu inventário nenhum objeto de uso doméstico e pessoal, como utensílios, roupas ou jóias, apenas uma espingarda. Entre seus instrumentos de trabalho merece destaque um forno de torrar farinha, avaliado em 6\$000. Este inventariado possuía ainda duas moradas de casas que juntas valiam 106\$000, e um sítio avaliado em 120\$000, possuindo ainda duas escravas que somavam 50\$400. Percebemos, portanto, através da descrição do inventário de Antonio Pereira Gularte, que este não possuía uma situação econômica tão tranqüila, o que podemos confirmar através de duas justificações movidas por ele. A primeira diz respeito à necessidade de Antonio Pereira Gularte e sua mulher, em se habilitarem como herdeiros da legítima de seu sogro, o Capitão Antonio de Matos Pereira, tendo que comprovar que eram casados e que sua

¹⁶⁵ ACSM – Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

esposa era realmente filha natural do dito capitão, como este acabou declarando em seu testamento. O casal recorre então à justiça a fim de terem direito à legítima paterna da esposa, certamente pelo fato de necessidade econômica e da situação difícil em que viviam¹⁶⁶.

Na outra justificação, Antonio Pereira Gularte pede a dispensa da tutela dos sete filhos do defunto Francisco Lopes de Sampayo. O suplicante afirma que “além de não saber ler, nem escrever, tem a legítima escusa de ter seis filhos legítimos debaixo de seu pátrio poder, por serem todos vivos (...) bastava que os ditos seus filhos fossem cinco por não dever ser compelido a aceitar a dita tutela (...)”¹⁶⁷. Além de ser amparado pela lei, que isentava o indivíduo com mais de cinco filhos de aceitar o papel de tutor, Antonio Pereira Gularte certamente não teria condições de tutelar sete órfãos, em função dos imprevistos e riscos tanto econômicos quanto social que esta função poderia exigir.

Conseguimos encontrar alguns documentos de um dos filhos de Antonio Pereira Gularte, que era seu homônimo. Este era natural de Guarapiranga, casado com Bernarda do Sacramento, também natural de Guarapiranga e filha natural de Vitória, escrava de Miguel José Machado, e de pai incógnito, que recebera seu nome como uma homenagem à sua madrinha Bernarda do Sacramento, prática comum neste período. Infelizmente não encontrei o inventário de Antonio Gularte, o filho e somente seu testamento¹⁶⁸, em que deixava como herdeira universal sua esposa. Este declara em seu testamento que pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na freguesia de Guarapiranga, e que deixava várias dívidas por crédito. Porém, encontrei o inventário e o testamento de sua esposa, Bernarda Maria do Sacramento, que deixava como herdeiro seu único filho, Inocêncio José Machado, nome que pode significar uma tentativa de demonstrar que este era neto de Miguel José Machado, proprietário de sua mãe, a escrava Vitória e avô de Inocêncio. Ao falecer no ano de 1801, em seu inventário Bernarda Maria do Sacramento declarava ser filha de Miguel José Machado. O inventariante e filho Inocêncio de 42 anos descreveu os bens que compunham o patrimônio de sua mãe, que somava 277\$900. Era composto por alguns poucos bens móveis no valor de 5\$100, rústicos instrumentos de trabalho que valiam 2\$400, uma vaca e um cavalo, uma roça com terras de planta e suas benfeitorias, avaliada em 110\$000, além de três escravos, um doente e outros dois de 50 e 14 anos. Em seu

¹⁶⁶ ACSM – Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício.

¹⁶⁷ ACSM – Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício.

¹⁶⁸ ACSM – Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício.

testamento, Bernarda institui como herdeiro seu filho, e apesar de sua precária condição econômica beneficia dois agregados com 1/4 de ouro cada um.

Podemos perceber pelas informações descritas, que Antonio Pereira Gularte, tanto o pai como o filho, apresentaram o mesmo nível de vida, não possuindo uma riqueza considerável, o que passou, portanto, de geração. Outra questão interessante, e que pode não ser uma mera coincidência, está no fato de que ambos se casaram com mulheres forras e filhas de capitães. Uma explicação que podemos aventar é que esta situação poderia significar um “negócio” interessante para os dois lados. Para estas mulheres negras ou pardas que conseguiam se casar com homens brancos inclusive um deles português, havia a possibilidade de obterem maior respeito frente à sociedade. Para estes homens que não conseguiram casamentos melhores significava a possibilidade de constituírem família com mulheres que poderiam herdar um quinhão na riqueza de seus pais.

Outra trajetória que buscaremos reconstituir com base na documentação que encontramos, foi a de Francisco Ferreira de Melo¹⁶⁹, seu pai Caetano Coelho da Costa¹⁷⁰ e sua irmã Apolônia Maria de Jesus.¹⁷¹ Francisco era casado com Margarida Rosa de Jesus, era natural do Furquim, onde ainda residia, enquanto seus pais Caetano Coelho da Costa e Maria da Assumpção, e seus avós eram naturais da Ilha Teixeira, Bispado de Angra. Já sua esposa Margarida era natural de Guarapiranga e filha do Capitão José Gonçalves Vieira e Quitéria Gonçalves de Almeida. O casal teve nove filhos, sendo que o mais velho, faleceu antes de seu pai e a idade dos demais variava entre 3 e 14 anos. Francisco deixou um monte-mor que somava 757\$674, e era composto por jóias de ouro que valiam 14\$424, bens móveis simples que somavam 12\$375 e instrumentos de trabalho, dentre os quais podemos destacar um tear aparelhado, que foram avaliados em 27\$675. Deixou também uma significativa produção agropecuária, com 240 alqueires de Milho, 31 cabeças de porcos, 15 ovelhas, dois cavalos e um garrote, que somavam 78\$200. Possuía ainda meia sesmaria com suas benfeitorias avaliada em 400\$000, além de três escravos que valiam 225\$000. Portanto, Francisco, sua mulher e filhos levavam uma vida relativamente tranqüila.

Se voltarmos um pouco no tempo e analisarmos o inventário do pai de Francisco, Caetano Coelho da Costa, encontramos dados bastante interessantes. Quando faleceu em 1759,

¹⁶⁹ ACSM – Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício.

¹⁷⁰ ACSM – Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício.

¹⁷¹ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício.

Caetano deixou um monte-mor no valor de 825\$425, oito filhos, sendo duas casadas e mais seis menores de 14 anos, dos quais Francisco era o mais velho. Deixou irrelevantes bens móveis e ferramentas, cinco bovinos e um cavalo e seis escravos avaliados em 594\$000. Como tutor dos menores foi designado Manoel Afonso Rigueira, casado com Apolônia Maria de Jesus, irmã de Francisco Ferreira. Este ficou responsável por dar conta da divisão da legítima entre os herdeiros e de conduzir os rendimentos futuros. O fato de ter uma condição de vida relativamente tranqüila, permitiu a Manoel Afonso Rigueira tutelar os seis filhos menores de seu sogro, inclusive Francisco Ferreira de Melo. Porém, em 1793 o tutor faleceu deixando descrito em inventário para a partilha entre sua viúva Apolônia Maria e seus cinco filhos a quantia de 1:185\$150, ficando a viúva com 592\$575 e a cada herdeiro 118\$575. Com relação à descrição dos bens detectamos móveis e ferramentas simples e comuns, porém foi declarada uma relevante produção agropecuária, com uma junta de bois, uma besta, 40 porcos e 200 alqueires de milho no paiol, que somavam 64\$400, além de uma sesmaria com terras de planta e benfeitorias, que ficava na Ponte Nova, freguesia do Furquim, onde a família residia, avaliada em 450\$000. Possuía também sete escravos que valiam 630\$000. Ao falecer Manoel deixou seu filho mais velho Manoel Afonso da Costa como tutor, e este ainda dividiu entre os três menores, a quantia de 220\$000, referente ao trabalho realizado por dois escravos de serviços durante cinco anos, desde a morte do pai. A vida seguia relativamente tranqüila mas, tempos depois, a insegurança e incerteza que caracterizavam o mundo colonial caíram sobre a família. No ano de 1806, Apolônia Maria de Jesus e Manoel Afonso da Costa recorrem a justiça com o seguinte objetivo:

Dizem Apolônia Maria de Jesus, viúva de Manoel Afonso Rigueira e Manoel Afonso da Costa herdeiro do mesmo como filho legítimo e tutor dos órfãos, que possuem uma Fazenda de Cultura no lugar da Ponte Nova, freguesia do Furquim, e por que as moléstias naturais têm reduzido a cinzas alguns escravos do casal, e a barbaridade do gentio tirado a vida a outros, por cuja razão se vêm impossibilitados de poder subsistir no lugar e menos fazer interesses com que possam alimentar-se e pagar numerosas dívidas do casal, com o resto da mesma fazenda, díizimos e outras mais, nestas tristes circunstâncias.¹⁷²

O Juiz de Fora e Órfãos julgou no ano de 1806 e comunicou a seguinte sentença:

(...) se digne mandar para melhor comodidade de se pagar as dívidas, que se diponha da fazenda pelos meios mais próprios, e com o seu produto se paguem

¹⁷² ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

os credores, atento, à falta dos necessários meios de poderem nela fazer interesse algum.¹⁷³

No entanto, o advogado João de Souza Barradas, indicado como curador da herança do falecido Manoel Afonso Rigueira, não concordava com os suplicantes e com a sentença do Juiz, e recorreu:

Não posso convir na venda da Fazenda de Cultura de que trata o requerimento atento à proibição das ordenações, pois, determina que em nenhum caso se vendam bens de raiz dos órfãos, salvo que tal necessidade que se não possa escusar, muito mais quando os suplicantes não mostram de forma alguma haja necessidade que expõem no seu requerimento. O meritíssimo Dr. Juiz de Fora e Órfãos decidirá o que for mais justo.¹⁷⁴

O Juiz de Fora aceitou a apelação do curador e afirmou que a dúvida deste procede, pois, os suplicantes não indicam por modo geral a necessidade de venda. Vimos, portanto, que as incertezas do mundo colonial poderiam de um momento para outro, complicar a vida de certas famílias. Infelizmente não consegui encontrar o inventário de Apolônia Maria de Jesus, e assim identificar se a fazenda ainda permanecia com a família, ou se foi vendida, e desta maneira continuar acompanhando a trajetória desta família que, se num primeiro momento, possuía melhores condições que as de Francisco Ferreira de Melo e Caetano Coelho da Costa, possivelmente anos depois se encontrariam em situação bem mais precária. Percebemos, portanto, que principalmente os grupos menos privilegiados da sociedade, estavam à mercê dos diversos problemas, e geralmente sozinhos não conseguiam superá-los caso não pudessem recorrer a pessoas mais privilegiadas e de maior influência na sociedade.

A questão referente às relações e distinções sociais aparece de forma bastante interessante nesta próxima trajetória analisada. Bernardo Viera Marques¹⁷⁵, natural da freguesia de Passos, Bispado do Porto. Era filho de Antonio Silva e Luiza Vieira, solteiro, embora tivesse tido três filhos com sua escrava Sebastiana, já falecida. Uma de suas filhas, Tereza, vivia sob o estado de emancipada. O seu segundo filho, Antônio, faleceu depois da morte do pai, e a terceira filha, Genoveva, era casada com David da Silva Ribeiro. Em seu inventário consta apenas um crédito no valor de 1:400\$000 que devia ao falecido, Antonio de Faria Salgado, seu inventariante, referente a 17 escravos e mais bens que foram vendidos, ficando às duas herdeiras 466\$666. Em

¹⁷³ *Idem*

¹⁷⁴ *Idem*

¹⁷⁵ ACSM – Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

seu testamento, além de afirmar que deixava seus filhos como herdeiros do restante que ficar de sua fazenda depois de pagas suas dívidas e satisfeitos seus legados, deixava-os também alforriados. Ou seja, os seus filhos até o momento de sua morte viviam como seus escravos. Declarava também que: *deixo 200,000 à pessoa que me fizer mercê recolher os ditos meus herdeiros para seus alimentos até se arrumarem.*¹⁷⁶

Apesar desta recompensa, percebemos através do inventário de Bernardo Vieira Marques, que não foi nada fácil conseguir um tutor para seus filhos. O primeiro indicado foi José Gonçalves da Costa, e este pede dispensa alegando que:

Pelo fato de ser morador na Pirapetinga distante seis ou sete léguas de onde faleceu o pai dos órfãos (Xopotó), e que como estes são mulatos e o suplicante homem branco tratando-se a lei de nobreza parece e é sem dúvida que não pode ser obrigado a assinar tal tutela e além disso tem 65 anos de idade e padece de várias queixas e também passadas as águas mudará para o Serro Frio onde tem lavras e escravos.¹⁷⁷

Através deste requerimento, podemos perceber que a relação entre pobres e ricos, negros e brancos era bastante complexa, tratando-se de uma sociedade amplamente excludente, onde o tutor indicado se recusava a assumir a tutela dos órfãos, entre outras questões, pela lei de nobreza, que retirava dele a obrigação de assinar a tutela, pedido no qual foi bem sucedido. Desta maneira, procurou-se indicar como tutor, pessoas da mesma condição, sendo designado Euzébio de Chaves Moreira, que, no entanto, pediu dispensa por ser pobre, viver de esmola e não ter inteligência para tal função, sendo também dispensado. Foi indicado então Gabriel Barbosa Coura, que por se declarar pobre, doente e morar longe também foi dispensado. Outro que foi dispensado do papel de tutor por ser pobre e possuir mais de seis filhos foi Rodrigo Gomes de Oliveira. Portanto, a tutela dos órfãos apresentou dificuldades com relação a sua definição, tanto por indivíduos de condição superior, como aqueles de mesma situação. Ficou então como tutor Pedro de Villas Boas Fruão, porém este vivia longe das órfãs, que ficaram sob seu poder, ficando realmente responsável por elas o Alferes Antonio de Faria Salgado, inventariante do falecido de quem conseguimos um interessante depoimento:

Diz o Alferes Antonio de Faria Salgado, morador na freguesia de Guarapiranga que ele suplicante tem umas órfãs em sua casa, e as tem educadas e criadas como suas filhas e agora tem ocasião de dar estado a uma delas por nome Genoveva, com David da Silva Ribeiro, oficial de ferreiro pessoa de mesma

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ *Idem.*

igualhia e compatibilidade de a sustentar, pois, tem tenda estabelecida nesta mesma freguesia, e como destes acertos não se acha a cada passo o tutor dela que está em outro termo, e ele suplicante as tem a seu cargo.¹⁷⁸

O requerimento foi aceito e o marido de Geneveva, David da Silva Pereira entrou com uma justificação requerendo a parte da herança que cabia à sua esposa com o falecimento de seu pai, tendo sido bem sucedido. David e Geneveva casaram-se no ano de 1796, sendo ele natural de São Francisco das Chagas do Taubaté, Bispado de São Paulo, filho de Antonio da Silva e Domingas da Fonseca. Trabalhei com o inventário deste casal, em função do falecimento de David da Silva Ribeiro no ano de 1795. Podemos perceber nitidamente que a condição de vida do casal sofreu significativa queda, apesar de que ao ser alforriada pelo pai, Geneveva adquiria uma certa ascensão, e com isso uma possível melhoria de sua condição de vida. David teve com Geneveva dois filhos e uma filha, sendo esta casada, e deixou um monte-mor de 132\$700. Declarou a viúva inventariante que o casal possuía poucos e rústicos bens móveis e instrumentos que valiam 2\$700 e três escravos, sendo que um deles sem valor e os demais avaliados em 130\$000. A queda na condição de vida deste casal pode ser comprovada pelo fato de que Geneveva havia herdado de seu pai 466\$666 e o monte do casal apresentava um valor bem abaixo deste. Também no inventário é informado que a inventariante e seu marido havia dotado sua filha Maria para se casar com João de Medeiros, com suas terras de planta, o que podemos entender como uma possível estratégia para se conseguir um bom casamento para sua filha¹⁷⁹. Esta família percorreu uma trajetória bastante confusa, o que certamente deveria marcar a vida de muitos indivíduos de grupos menos privilegiados da sociedade, que procuravam alternativas e estratégias em busca de uma vida menos miserável.

Portanto, ao mostrar a trajetória de algumas famílias camponesas, buscamos demonstrar a complexidade de situações inesperadas que marcavam suas vidas e como buscavam responder às necessidades que surgiam. Nos casos que trabalhamos, a maior parte dos filhos não conseguiu superar as condições de vida dos pais, o que pode significar uma certa dificuldade em manter relações sociais com indivíduos de grupos mais privilegiados, restando principalmente a estes camponeses, contar com a solidariedade de seu grupo e também familiar.

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Referências

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

DAVIS, Natalie Zemon. Las Formas de Historia Social. In: *História Social*, n.10, primavera-verano, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEVI, Giovanni . Comportamentos, recursos, processos antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992.

REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VOLVELE; Michel. A longa duração .In: *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Site:

Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 - <http://história.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>.

Representação histórica: aproximações e distanciamentos entre as visões de Hayden White e F. R. Ankersmit

George Zeidan Araújo
Doutorando – UFSC
georaujo@ymail.com

RESUMO: Talvez possa ser afirmado que uma das questões de tratamento mais delicado no interior do campo da história seja a que diz respeito à natureza do conhecimento histórico. Muito já foi dito e escrito sobre o tema, que parece ser insolúvel. Entre as discussões relativas à essa temática, que diz respeito ao próprio cerne da teoria e metodologia da história, julgamos válido apresentar um dos debates atuais mais fecundos nesse campo: o que trata do conceito de *representação histórica*. Para tanto, iremos expor sobre esse tema as visões de dois importantes historiadores da área: o norte-americano Hayden White e o neerlandês Franklin Rudolf Ankersmit, no intuito de mapear as aproximações e os distanciamentos existentes entre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Hayden White; Franklin Rudolf Ankersmit, Representação Histórica

Introdução

Talvez possa ser afirmado que uma das questões de tratamento mais delicado no interior do campo da história seja a que diz respeito à natureza do conhecimento histórico. Muito já foi dito e escrito sobre o tema, que parece ser verdadeiramente insolúvel.

Entre as discussões relativas à essa temática, que diz respeito ao próprio cerne da teoria e metodologia da história, julgamos válido apresentar um dos debates atuais mais fecundos nesse campo: o que trata do conceito de *representação histórica*.

Para tanto, de maneira sintética, iremos expor sobre esse tema as visões de dois importantes historiadores da área: o norte-americano Hayden White e o neerlandês Franklin Rudolf Ankersmit, no intuito de mapear as aproximações e os distanciamentos existentes entre elas.

Representação: um conceito polissêmico

É, com efeito, impossível referir-se simplesmente a um único conceito de *representação*, já que o termo é assaz polissêmico, e sendo sua definição muito diversa, caso se esteja tratando de ciências sociais, psicologia, estudos em história cultural, artes, ciência política etc.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Nossa intenção aqui não é fazer um levantamento histórico do surgimento e desenvolvimento conceitual do termo em cada uma dessas áreas, nem mesmo expor o atual andamento das discussões nelas, já que isso excederia em muito os limites deste trabalho e nossas capacidades. Portanto, limitar-nos-emos a constatar essa pluralidade.

Aliás, de acordo com Ankersmit, essa polissemia teria contribuído para que, embora o termo tivesse sido adotado no discurso de vários campos do conhecimento, isso acabou não se traduzindo em uma discussão verdadeiramente interdisciplinar.

[...] apesar do termo “representação” ter sido quase universalmente adotado, todos tendiam a ver sua própria disciplina como a que apresentava às demais os exemplos paradigmáticos de representação. Por razões óbvias, isso restringiu seriamente o debate sobre representação. Se de fato houve uma discussão interdisciplinar sobre representação, ela raramente foi mais do que um *dialogue des sourds* (ANKERSMIT, 2000, p. 149).

Com efeito, em um texto publicado originalmente em 1980 e intitulado *A presença e a ausência: Contribuição à teoria das representações*, o filósofo francês Henri Lefebvre apontou que o que chamou de “semântica da representação” remete a nada menos que seis significados (e suas respectivas derivações). Assim, para o termo *representação*, temos os significados a) científico (uma curva, por exemplo, pode representar algum fenômeno físico), b) político (um político representa um território e sua população e um sindicato representa os trabalhadores de um determinado setor), c) “mundano” (como ser representado por alguém em alguma cerimônia), d) comercial (representantes comerciais que buscam mercados para alguma companhia), e) estético (uma tela pode representar alguma paisagem, bem como uma peça teatral pode representar algum evento histórico) e f) filosófico. De acordo com o autor, seria o sentido filosófico o mais importante, na medida que é a “chave para o entendimento de todos os demais” (LEFEBVRE, 1983, p. 15). Para Lefebvre, esse significado da representação manteve-se presente no pensamento filosófico moderno ocidental desde Immanuel Kant, ainda que não se restrinja ao filósofo de Königsberg.

Uma das intenções de suas intenções era mostrar que a representação não se configura por uma simples oposição binária entre “presença” e “ausência”, mas torna-se possível devido à complexa relação que se estabeleceria entre esses dois termos, onde haveria simultaneamente uma determinação recíproca engendrando “unidade e contradição” (LEFEBVRE, 1983, p. 15). As indicações de Lefebvre são, sem dúvida, muito importantes para que simplificações grosseiras no

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

tratamento da representação em geral sejam evitadas. Contudo, como nosso interesse neste trabalho reside na escrita da história, nosso foco recairá sobre um tipo específico de representação – a representação histórica.

Iniciaremos com nossa exposição com a visão de Hayden White sobre o termo, e logo passaremos ao modo como a problemática aparece em F. R. Ankersmit, no intuito de buscar perceber as aproximações e os distanciamentos entre esses dois autores.

Hayden White: representação histórica como relação entre forma e conteúdo na narrativa construído pelo historiador

O historiador norte-americano Hayden White, autor do célebre *Metahistória: A imaginação histórica no século XIX* (1973), é mundialmente reconhecido como um dos principais autores envolvidos nas discussões contemporâneas sobre teoria da história. Para ele, a questão da representação histórica está intimamente vinculada à problemática da narrativa, um tema que perpassa toda a sua obra.

Segundo White, devido à própria função exercida pela linguagem no processo de descrição e constituição de eventos passados como objetos de explicação e entendimento, ou seja, na constituição de um enredo, de uma narrativa, existiria “uma inexpugnável relatividade em toda representação do fenômeno histórico” (WHITE, 2006, p. 191). É importante destacar que tudo indica que White não quis dizer com isso que todas as maneiras de se representar o passado sejam válidas ou equivalentes, ou que não se possa chegar a algum tipo de conhecimento na história e nas ciências humanas. Para ele, esse conhecimento seria sim possível, embora distinto ao alcançado pelas ciências naturais.

No passado acusaram-me de ceticismo radical, e até de pessimismo, quando considerei a possibilidade de consecução do conhecimento real nas ciências humanas. [...] Nunca neguei que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade; neguei apenas que fosse possível um conhecimento científico, do tipo alcançado no estudo da natureza física. Mas tentei mostrar que, mesmo que não possamos alcançar um conhecimento propriamente científico da natureza humana, somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento sobre ela, o tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis. Somente uma inteligência voluntariosa e tirânica poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é o representado pelas ciências físicas. Meu objetivo foi mostrar que não precisamos optar entre arte e ciência, que, na verdade, não podemos fazê-lo na prática, se esperamos continuar a falar da cultura em contraste com a natureza – e, além disso, a

falar sobre ela de maneiras apropriadas a todas as várias dimensões do nosso ser especificamente *humano* (WHITE, 2001a, pp. 37-38).

De acordo com White, qualquer conjunto de acontecimentos históricos porventura registrado só se constituirá em estória e em trama histórica, através da confecção de uma narrativa pelo historiador, que inclua-os como elementos dessa trama. Portanto, sublinhando a proximidade entre a atividade do historiador e a do romancista no que diz respeito à constituição da trama, ele sustenta que o texto histórico seria melhor definido como um “artefato literário” (WHITE, 2001b, pp. 97-116).

Mas se o autor identifica a operação de constituição de um enredo como atividade comum ao historiador e ao escritor de literatura, e que historiador e romancista em nada difeririam do ponto de vista da narrativa (SANTOS, 2011, p. 38), isso não significa que White defenda que o texto literário e o texto histórico sejam equivalentes em absolutamente todos os aspectos. Com efeito, ele apressa-se em reconhecer, por exemplo, que os eventos históricos possuem natureza distinta dos eventos ficcionais.

No intuito de antecipar algumas das objeções que os historiadores opõem muitas vezes ao argumento que segue, quero admitir desde já que os *eventos históricos* diferem dos *eventos ficcionais* nos modos pelos quais se convencionou caracterizar as suas diferenças desde Aristóteles. Os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados (WHITE, 2001c, p. 137).

Pouco adiante, no mesmo texto, White volta a insistir que seria a maneira como o discurso histórico e o discurso literário são organizados em uma narrativa é que os tornaria tão semelhantes (WHITE, 2001c, p. 137).

Em outro escrito, o autor afirma que a narrativa não seria apenas um dos muitos códigos que uma cultura poderia utilizar para atribuir significado à experiência, mas “um metacódigo, um universal humano sobre cuja base podem transmitir-se mensagens transculturais acerca da natureza de uma realidade comum” (WHITE, 1992a, p. 17). Além disso, para que a mensagem

seja transmitida na narrativa, seria preciso traduzir a diferença em semelhança, ou seja, conformar a multiplicidade dos eventos, a realidade dos fatos, em uma mesma ordem de significados (WHITE, 1992a, p. 30).

Contudo, para Hayden White, essa conformação no discurso histórico implicaria sempre na atribuição de um juízo moral ou moralizante, ao mesmo tempo em que necessitaria sempre da imaginação do historiador para que se efetivasse (WHITE, 1992a, pp. 38-39). A conformação do discurso histórico, a criação de uma representação história e a gênese de uma “verdade humana”, portanto, *dependeriam*, mas *não se restringiriam* aos processos vividos.

Qualquer passado, que por definição inclui acontecimentos, processos, estruturas, etc, como poderia considerar-se perceptível, tanto representado na consciência como no discurso senão de forma “imaginária”? Não é possível que a questão da narrativa em qualquer discussão da teoria histórica seja sempre uma questão sobre a função da imaginação na gênese de uma verdade especificamente humana? (WHITE, 1992b, p. 74).

Portanto, a única maneira de se pensar a escrita da história, e por conseguinte, a representação histórica seria pensando, ao mesmo tempo em toda a problemática referente à questão da natureza essencialmente narrativa do discurso histórico.

Assim, baseando-se nos textos que brevemente expusemos, afirmamos que uma das maneiras possíveis de se entender a questão da representação histórica em Hayden White, é considerá-la como parte da complexa relação existente entre a forma e o conteúdo – ou ainda, entre o conteúdo da forma e a forma do conteúdo – na narrativa histórica.

F. R. Ankersmit: representação histórica como elo composto pela narrativa histórica entre o que foi e o que deve ter sido

O neerlandês Franklin Rudolf Ankersmit, autor de *A lógica narrativa: uma análise semântica da linguagem do historiador* (1983), também é reconhecido mundialmente como uma das principais referências para a discussão contemporânea sobre teoria da história e historiografia. Ankersmit busca não na literatura, mas nas artes plásticas, especialmente na pintura, seu referencial teórico

para tratar da *representação histórica*, desejando destacar que a noção de que a *representação histórica* está relacionada a determinado(s) significado(s) que são transmitido(s) através do texto.

Para Ankersmit, não há dúvida de que os historiadores não só tentam falar sobre o passado, como também explicá-lo. Entretanto, essa explicação não teria por base *apenas* critérios ou “condições de verdade”, mas estaria intimamente relacionada à maneira como os historiadores se dispõem a definir determinado processo, evento, período, sociedade etc. Mas, assim como Hayden White, Ankersmit trata logo de esclarecer que ao sustentar tal posição, não está defendendo um relativismo absoluto ou inconsequente, e sim chamando a atenção para que critérios de verdade podem não ser suficientes em determinadas discussões.

[...] [N]ão podemos utilizar a verdade como critério pelo qual nos vemos habilitados a determinar se devemos definir o ser humano como um bípede com pernas ou como uma criatura dotada de razão – e perceber qual das duas definições é a mais útil dependerá de em qual tipo de conversação sobre a natureza humana desejamos seguir. Mas, repito, isso não exclui a possibilidade de discutirmos significativamente sobre como podemos melhor definir [por exemplo,] a Renascença. Uma definição certa da Renascença pode nos ensinar mais acerca do que havia em termos de interesse na civilização italiana no período relevante que alguma civilização rival. E alguém pode ter bons e convincentes argumentos para defender sua preferência por uma definição ao invés de outra(s). [...] A verdade não é decisiva aqui, mas sim a questão de qual definição da Renascença pode ser mais bem-sucedida ao inter-relacionar de modo significativo diferentes aspectos do período em questão (ANKERSMIT, 2012a, pp. 75-76).

Segundo Ankersmit, portanto, embora importante para a constituição da representação histórica, a evidência histórica não “dita” qual representação o historiador deveria propor sobre o passado. Em outras palavras, por carregar um ineliminável componente estético, a escrita da história não pode ser reduzida ao plano puramente epistemológico. Destarte,

[...] o significado da afirmação singular verdadeira singular em uma narrativa histórica é, portanto, duplo: a declaração afirma que algo é verdadeiro na realidade [...] e, ao mesmo tempo, a afirmação contribui para a definição de uma certa representação do passado [...]. E nós nunca podemos isolar essas duas funções da afirmação uma da outra, assim como nós não podemos dizer de uma pincelada individual em um retrato que a pincelada se refere ao assistente ou atribui certas propriedades a ele ou ela. Há, contudo, uma diferença entre o texto histórico e a pintura: nós não podemos dizer de uma pincelada individual o que podemos dizer de declarações individuais da narrativa, a saber, que elas podem ser verdadeiras ou falsas. Mas tirando isso, há uma estreita simetria entre a representação histórica e a artística da realidade; ambas não podem ser reduzidas à matriz da epistemologia, e, portanto, exigem uma investigação nova e aberta da relação entre a representação e o representado (ANKERSMIT, 2000, p. 155).

Para o autor, utilizar o conceito de *representação*, próprio de como as artes o concebem, para o entendimento do texto histórico significa reconhecer essa dimensão estética da escrita historiográfica, sem, contudo, negar suas exigências de investigação racional e baseada em um método científico específico. Para que isso seja possível, seria preciso fazer previamente uma necessária distinção entre *representação* e *descrição*.

É comum, conforme Ankersmit, que *descrição* e *representação* sejam geralmente vistos como sinônimos, como partes ou relatos de alguma realidade. Porém, recorrendo a um exemplo das artes plásticas, Ankersmit insiste que os textos não querem dizer a mesma coisa, havendo uma “diferença lógica” entre eles.

Em uma descrição tal como “este gato é preto”, nós podemos sempre distinguir uma parte a qual se refere – “este gato” – e uma parte que atribui certa propriedade ao objeto referido – “é preto” [...]. Tal distinção não se faz possível acerca de uma fotografia ou pintura de um gato preto. Não podemos identificar com precisão absoluta na imagem as partes que se referem exclusivamente ao gato preto (como está sendo feito pelo termo substantivo na descrição) e aquelas partes que lhe atribuem certas propriedades – como a de ser preto – como é feito na parte predicativa da descrição. Ambas, referência e predicação, assumem o mesmo lugar e ao mesmo tempo em pinturas (ANKERSMIT, 2012a, p. 76).

Ankersmit defende que, assim como na pintura, aconteceria o mesmo na escrita da história, ou seja, em um texto histórico não seria possível separar totalmente a referência da atribuição.

[N]a escrita da história e no texto histórico, referência e atribuição sempre andam juntas. [...] Deixe-nos, pela causa do argumento, assumir por um momento que um texto sobre a Renascença “refere-se” ao passado. Devemos perguntar, então, a qual passado exatamente ele se refere. E aqui emergirá um desacordo. Diferentes textos escritos por diferentes historiadores “referem-se” a coisas diferentes. A Renascença de Burckhardt difere-se da Renascença que Michelet, Baron, Huizinga, Burdach, Goetz, Brandi ou Wölfflin tinham em mente. E tais diferenças não são meras incertezas ocasionadas pela falta de precisão crônica peculiar à escrita da história. Porque é exatamente nessas diferenças e nessas incertezas que todo pensamento histórico e toda compreensão histórica [se] articulam entre si (ANKERSMIT, 2012a, pp. 77-79).

Segundo o autor, toda escrita histórica possuiria um objetivo duplo: “[...] dizer a verdade sobre o passado e alcançar uma representação narrativa específica do passado” (ANKERSMIT, 2000, p. 156). Nesse sentido, a representação histórica teria por escopo dar sentido ao mundo pretérito que foi transformado pela ação do tempo, transformando a experiência do tempo em coerência narrativa, uma vez que unidade e coesão “não são propriedades do passado, mas da narrativa histórica proposta para a interpretação do passado” (ANKERSMIT, 2012b, p. 58). Assim, a representação histórica, em um certo sentido, faria presente o que está ausente, superando e preenchendo a lacuna existente entre a realidade e o passado. O texto histórico seria uma representação do passado, compensando sua ausência. E, nesse sentido, a representação histórica seria uma espécie de “elo” entre o que foi e o que deve ter sido (ANKERSMIT, 2012c, p. 223). Entretanto, salienta Ankersmit que não se deve confundir o passado com sua representação, que é uma apenas maneira de se enxergar algum/alguns aspecto(s) dele (ANKERSMIT, 2012c, p. 190).

A experiência, de acordo com Ankersmit, poderia lançar um pouco mais de luz sobre essa relação entre o passado e a representação do passado – a representação histórica. Para ele, a representação histórica sempre se faz acompanhar pela experiência, no sentido de que, de alguma forma, nós já somos parte do passado e o passado já é parte de nós (ANKERSMIT, 2012d, p. 256).

[A]s mudanças em como as pessoas no passado experienciaram seu mundo podem apenas ser percebidas se elas, de alguma forma, têm ressonância em como o historiador experiencia o seu. Dessa forma, há alguma continuidade entre o passado e o presente, um transbordamento do primeiro sobre o segundo [...] (ANKERSMIT, 2012c, p. 181).

Assim, tendo por base os escritos e as problemáticas que rapidamente apresentamos, afirmamos que a questão da representação histórica em F. R. Ankersmit talvez pudesse ser melhor compreendida se interpretada como o multifacetado elo entre aquilo foi e aquilo que deve ter sido. Laço que, composto pela narrativa histórica, seria inesgotável em suas possibilidades de significação e ressignificação.

Considerações finais

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Como podemos observar ao longa desta rápida exposição, as visões de Hayden White e F. R. Ankersmit sobre a problemática da *representação histórica* possuem diversos pontos de aproximação, mas também diferem em uma série de concepções e caracterizações.

Julgamos que, pelo lado das aproximações, os principais pontos que aproximam as visões dos dois autores em questão sejam o interesse pelo texto em si, a valorização da subjetividade e do estilo do historiador na composição de sua narrativa histórica, e, de um modo geral, uma atenção aos questionamentos que o movimento conhecido como *virada linguística* trouxe para a teoria e metodologia da história.

No que diz respeito aos distanciamentos, pensamos que, em linhas gerais, remetem justamente como ambos concebem, entendem e abordam a vínculo existente entre o texto histórico e a representação do passado. E essa diferença está, sem dúvida, relacionada ao fato de que White vale-se principalmente da teoria literária em suas abordagens sobre a escrita da história, ao passo que Ankersmit baseia-se na filosofia da linguagem para tecer suas considerações.

Talvez possamos dizer que as preocupações de Hayden White no que tange à representação histórica dizem respeito principalmente à poética e à poeticidade do texto enquanto narrativa histórica, enquanto que, para Ankersmit, a questão principal remete à estruturação e aos usos da linguagem em forma narrativa que conferem inteligibilidade ao texto histórico. E não há dúvidas de que, mesmo nas divergências, existem pontos de interseção e sobreposição entre essas posições.

Por fim, cumpre reconhecermos que este breve trabalho deve ser entendido apenas como algumas simples notas de leitura. Estamos cientes de que questões complexas foram abordadas de maneira um tanto quanto sumária e, portanto, não houve nenhuma pretensão, por mais remota que fosse, de esgotá-las.

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, F.R. A virada linguística, teoria literária e teoria histórica. In: _____ . *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012a.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. O uso da linguagem na escrita da história. In: _____. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012b.

_____. Representação e referência. In: _____. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012c.

_____. Experiência histórica: além da Virada Linguística. In: _____. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012d.

_____. *Historical Representation*. Standford: Standford University Press, 2001, p. 11.

_____. Representation as the Representation of Experience. In: *Metaphilosophy*. Vol 31, nºs. 1/2, January 2000, pp. 148-168.

LEFEVRE, Henri [1980]. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económico, 1983.

SANTOS, Dominique. Acerca do Conceito de Representação. In: *Revista de Teoria da História UFG*, v. 6, 2011, pp. 27-53.

WHITE, Hayden. El valor de la narrativa en la representación de la realidad. In: _____ [1987]. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992a.

_____. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A escrita da história: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. La cuestión de la narrativa en la teoría historiográfica actual. In: _____ [1987]. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992b.

_____. [1973]. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Introdução: A tropologia, o discurso e os modos da consciência humana. In: _____ [1978]. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001a.

_____. O texto histórico como artefato literário. In: _____ [1978]. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001b.

_____. As ficções da representação factual. In: _____ [1978]. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001c.

A repetição na historiografia: Uma contribuição Lacaniana e Koselleckiana

Danieli Machado Bezerra
Doutoranda - UFRJ
Agência financiadora: CAPES
danielymb@gmail.com

RESUMO: Este texto apresenta o que vem sendo desenvolvido em meu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Este trabalho visa a um estudo sobre a história como repetição a partir de algumas obras do historiador Reinhardt Koselleck e do psicanalista francês Jacques Lacan. Ambos os pensadores articulam a linguagem como contribuição para seus estudos. O primeiro enfatiza a discussão sobre a história das idéias e dos conceitos e o segundo, em sua releitura original e fecunda de Freud, introduz conceitos e faz a psicanálise ganhar um novo estatuto paradigmático na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Psicanálise e Repetição.

Koselleck escreve em um momento de reorientação dos estudos históricos na Alemanha. Após a Segunda Guerra Mundial foi levantada a questão se a historiografia de afirmação de um passado nacional se baseava em temas que se orientavam para a procura dos motivos da catástrofe mundial e a história passa a ser vista como arma para uma crítica da situação presente. Buscou novos métodos sobre o fenômeno histórico e com estudos sobre a semântica política moderna através de análise de obras de historiadores, filósofos, políticos, artistas, ele chega a uma tese principal que foi uma definição de “história como experiência existencial e como dimensão iniludível constitutiva da modernidade” (KOSELLECK: 2006:135).

Elucidamos aqui a possibilidade comparativa entre as teorias dos autores supracitados, pois ambos comentam em seu *corpus* teórico o conceito de repetição. Em Lacan o *Seminário XI* traz a discussão sobre o *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* e dentre eles temos a repetição, o *Seminário XVIII: De um discurso que não fosse semblante* e com Koselleck, *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*, a entrevista do livro *História dos conceitos: debates e perspectivas e Histórica y hermenêutica*¹⁸⁰. Marcelo Jasmin em sua apresentação da edição *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* nos indica sobre o conceito de repetição em Koselleck e comenta:

¹⁸⁰ Este texto foi extraído do site www.4shared.com.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Se as histórias (no plural) guardavam a sabedoria acumulada pelos exemplos do passado para servir de guia à conduta presente, evitando a repetição dos erros e estimulando a reprodução do sucesso, a história (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura (...).

Em relação ao pensamento de Koselleck, nessa obra acima citada, nos damos conta que seu objetivo na constituição de uma história dos conceitos não é apenas de tratar de um estudo sobre a semântica de alteração dos significados tradicionais, porém, de uma compreensão das formas que os sujeitos têm de:

Conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar. É este um dos sentidos em que a história conceitual de Koselleck vai além da pesquisa etimológica ou filológica do conceito¹⁸¹.

A linguagem é de fundamental importância para os estudos dos dois autores, é através dela que o desenvolvimento de qualquer pesquisa torna-se possível. Koselleck nos afirma:

Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem. Mas nem os acontecimentos nem as experiências se reduzem a articulação linguística (KOSELLECK: 2006: 268).

Nesse primeiro momento elucidamos o que é a linguagem em cada campo teórico aqui estabelecido para podermos continuar com os argumentos seguintes.

O axioma “o inconsciente está estruturado como uma linguagem” (LACAN: 1978) faz o ensino de Lacan ser inaugurado com precisão conceitual que avança o que Saussure havia construído em sua teoria sobre a linguística produzindo uma releitura à obra de Freud na qual a psicanálise passa a ter avanços significativos. A visão lacaniana sobre o inconsciente se distancia da percepção biologizante e este passa a ser visto como condição da linguagem.

Assim Lacan definiu o inconsciente: “a partir de Freud, é na cadeia de significantes que em alguma outra parte se repete e insiste em interferir nos cortes que lhe brinda o discurso efetivo e a cogitação que ele informa” (apud LEITE: 2001:35).

A linguagem passa a ser sustentada por uma cadeia de significantes e é pensada dentro de uma lógica própria e não mais como uma sucessão de palavras como pensavam os linguistas. Para

¹⁸¹ Marcelo Jasmin em seu comentário na apresentação do livro *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos* de Koselleck.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

o psicanalista francês “o inconsciente é um saber posto em situação de verdade, o que não se concebe senão numa estrutura de discurso” (apud: LEITE: 2001:35).

Com Koselleck que criou a história dos conceitos que proliferou na Alemanha nas décadas de 1950 e 1960, e esta indaga quando determinados conceitos são resultados de um processo de teorização. Para ele, todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também indicativo de algo que se situa para além da língua e que a partir de um fato linguístico é que se pode atuar sobre a realidade de forma concreta (KOSELLECK: 1992:139). Koselleck nos diz:

Os conceitos não nos instruem apenas sobre o caráter singular de significados passados; a par disso, eles contêm possibilidades estruturais, tratam simultaneidades, as quais não podem ser apreendidas por meio da sequência dos acontecimentos na história. (...) Apenas por meio dos conceitos providos de capacidade de duração, de uma economia de repetição de uso e, ao mesmo tempo, dotados de referencial empírico, ou seja, conceitos providos de uma capacidade estrutural, é que são capazes de deixar o caminho livre para que uma história antes tida como “real” possa hoje manifestar-se como possível, logrando assim também ser representada. (KOSELLECK: 2006: 116)

Koselleck nos afirma que “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado, expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórico-abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única” (Idem). Entretanto, isso quer dizer que não é que não possam surgir novos conceitos, articulados a conteúdos, que são produzidos/pensados mesmo que as palavras utilizadas sejam as mesmas. Reinhart utiliza em sua estrutura teórica, a semântica, e diz que o que é decisivo é que o uso pragmático da língua é sempre único, e o que se repete são estruturas linguísticas semânticas, todavia, esse uso pragmático nos indica que a semântica é fundamental para a comunicação linguística, pois com ela fazemos política, exercemos influência e fazemos revolução e etc. Todos esses usos pragmáticos articulados a uma língua, ou que pela língua são indicados, vivem na verdade de uma semântica que é pré-existente e nos é dada. Como exemplo, nos cita Koselleck, que na Alemanha Oriental, a utilização de expressões como “nós somos um povo” ou “nós somos o povo” vive de uma semântica que pressupõe o conhecimento por cada um do que seja um povo (...) essa expressão pragmática “nós somos um povo” e seu uso político alteraram a situação. Ele salienta que há “o elemento de continuidade semântica” e o fato de que, mesmo quando há a tentativa de explicar algo claramente único, de comunicar uma mensagem única ou um ato de fala único, “um mínimo de consenso sobre o significado das

palavras se faz necessário; uma semântica preexistente é necessária. A repetição constitui a *longue durée* da linguagem. A semântica pode ser definida como a possibilidade de repetição”. (KOSELLECK: 2006: 29). Temos estruturas linguísticas que se repetem e são necessárias para que o conteúdo seja compreensível, ainda que uma única vez e só podemos ser compreendidos se um mínimo de repetição da semântica estiver pressuposto. Citando Kornmann ele nos indica que a “nossa história contemporânea é uma repetição dos fatos e acontecimentos de alguns milênios – só que em um período de tempo dramaticamente reduzido”, percebemos isso através das estruturas semânticas que os conceitos trazem ao longo do tempo (KOSELLECK: 2006: 80).

A capacidade de repetição dos eventos que para ele são isolados depois de uma infinidade de acontecimentos e podem ser retirados dos arquivos e também são considerados como um conjunto de fatos que possuem uma unidade de sentido possível de serem narrados. O estudo da semântica histórica mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação – por exemplo, Estado, democracia, exército, partido, para citar apenas conceitos gerais – torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre a unicidade de significados anteriores, mas também contêm possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que é não-contemporâneo e vice-versa. (KOSELLECK: 2006: 142). Há questões nos conceitos que se repetem enfatizando um tempo que não esteja presente nos eventos narrados e isso nos mostra a capacidade que eles têm de retorno, ou seja, de se repetirem, mesmo não fazendo parte de um determinado evento.

Koselleck cita em seu artigo *Representação, evento e estrutura* que “tudo que acontece na Terra é passível de repetir-se, de um ponto de vista estrutural”. Para ele a estrutura é entendida como as circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados, implicam maior duração, estabilidade e alteram-se em prazos mais longos. (2006: 127-135). Para ele:

Existem estruturas que são tão duradouras que permanecem guardadas no inconsciente ou na não-consciência daqueles que a viveram, ou cujas alterações se dão a tão longo prazo que escapam ao conhecimento empírico dos atingidos (KOSELLECK: 2006: 137).

Concluimos que a história que Reinhart constrói nos indica sobre a possibilidade de repetição dos eventos, e através deles podemos pensar nas possíveis condições estruturais

capazes de desencadear algo como um evento análogo a partir das estruturas semânticas formais de retorno e repetibilidade (KOSELLECK: 2006: 263).

Se na história, algo se repete, e Koselleck ressalta as estruturas semânticas que guardam elementos capazes de retorno e repetibilidade, na psicanálise Lacan traz a repetição como sendo um dos conceitos fundamentais de seu ensino; é importante que verifiquemos essa constatação para que possamos saber onde estão possíveis analogias e homologias entre os conceitos a serem trabalhados nesta proposta de pesquisa.

Para compreender a repetição em Lacan é importante nos situarmos um pouco sobre a repetição em Freud. Em sua clínica, ele se deparava com algo que sempre insistia, incessante em buscar se fazer dizer e que advinha do passado, que não encontrava seu caminho em direção à consciência e que redundava na formação do sintoma. A repetição foi sendo transformada, na trajetória freudiana, de um fenômeno clínico a um conceito de grande importância: a compulsão à repetição.

No texto *Recordar, repetir e elaborar, de 1914*, Freud enfatiza: “o que nos interessa, acima de tudo, é, naturalmente, a relação desta compulsão à repetição com a transferência e com a resistência”. Estando em resistência, o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e recalçou, mas o expressa pela atuação ou *acting out*. Repete não como lembrança, mas como ação e sem saber que está repetindo.

No ano de 1920 Freud percebeu que havia algo que se repetia “para além do princípio do prazer” e isso acaba sendo um impasse para avanços em seus estudos sobre a histeria. Deu-se conta de uma espécie de satisfação que se dá no nível da pulsão e que desafia os princípios do prazer e da realidade. E formula o conceito de pulsão de morte que tem relação com o conceito de repetição.

Lacan apresenta a repetição em seu *Seminário XI*. Afirma que a repetição nunca é a repetição do mesmo, há algo novo: “O que se repete é sempre algo que se produz.” (LACAN: 1998: 56) Esse algo não se reproduz, ele produz. O que se repete é o real, que volta sempre ao mesmo lugar em que o sujeito procura e não acha, pois o real não pode ser alcançado nunca. Isso se articula com o gozo que “... encontra sua origem na busca, tão repetitiva quanto inútil, do momento de satisfação de uma necessidade, que só se constitui como demanda no só-depois da resposta que lhe foi dada.” (Lacan: 1998: 60)

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Lacan examina na *Física* de Aristóteles dois conceitos acerca da repetição: *tiquê* e *automaton*. A *tiquê* determina-se como o encontro do real que é essencialmente faltoso e que não pode mais se dar a não ser repetindo-se infinitamente. O *automaton* liga-se à pulsão de morte e com a compulsão à repetição de Freud. Trata-se de uma repetição simbólica que não é do mesmo, mas da origem. O real está sempre além do *automaton*, do retorno, da volta, da reprodução (LACAN: 1998: 55-65).

Para Lacan, a repetição se articula com o subjetivo e relaciona-se com a possibilidade de o sujeito fazer outra coisa com aquilo que, inicialmente, o conduzia ao sintoma. Com o manejo da transferência a repetição faz com que o sujeito dentro de sua singularidade, disponha de algo novo, ou seja, que faça uma ação perante a esse algo que quer repetir em seu sintoma não utilizando uma resposta racional, consciente.

Em relação à história há algo que se repete também. O historiador que utiliza a história dos conceitos lida com uma série de acontecimentos e discursos que se apresentam, ao mesmo tempo, e de maneira contraditória, como únicos e repetidos. “a historia está repleta de estruturas e fenômenos recorrentes” (KOSELLECK: 2006: 137).

Koselleck nos diz que a estrutura da argumentação é repetitiva como no caso da Alemanha supracitado:

Há uma semelhança na argumentação e isso prova que há conexões profundas entre problemas que se formulam e são vividos de maneira diferente, e creio que a semelhança de estruturas vai muito além do que acostumamos a pensar (...) o historiador como costuma deixar de lado esses temas e dedica-se a estudar acontecimentos concretos, singulares, a partir de fontes singulares e esses documentos não falam do que há de repetitivo em tais acontecimentos, não encontramos as repetições de forma explícita. (KOSELLECK: 2006:138-139).

Para levar em conta essa discussão acerca das repetições que acontecem nos eventos e nas estruturas o que é preciso analisar é qual a capacidade de inovação existente numa língua que pode ter séculos de antiguidade, e como se produz essa inovação, por exemplo, como consequência das mudanças das estruturas semânticas existentes na língua. E ao abordar essa relação entre antigas estruturas e novos significados, devemos observar a nova semântica introduzida na língua a partir de resultados de novas experiências. Temos que definir, pois, essa relação complexa entre antigas estruturas e novos significados, mas não podemos afirmar que tudo seja novo, pois há algo estrutural na língua que se repete (KOSELLECK: 2006:141-142).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

É através dos dois autores aqui abordados que propomos pensar a história como fenômeno que se repete. Analisamos essa questão a partir de uma abordagem comparativa porque acreditamos na possibilidade de aplicar e praticar outras aproximações através de perguntas e hipóteses que possam ser respondidas e contrastadas pelos estudiosos da história conceitual e da semântica histórica, por exemplo, Koselleck e por outros estudiosos, como Lacan.

No escrito *A ciência e a verdade* Lacan nos aponta uma prévia do que elaborou em seu *Seminário XVII* intitulado *O avesso da psicanálise*, com o qual ele nos mostra a elaboração dos quatro discursos que estruturam as relações entre os sujeitos.

A expressão discurso é usada em *Função e campo da palavra e da linguagem* em uma relação com quatro lugares: agente/verdade, outro/produção e quatro termos que são definidos: S₁ (significante mestre), S₂ (saber), \$ (sujeito barrado), (a) (objeto mais-de-gozar). São assim representados:

$$\frac{\text{agente}}{\text{verdade}} \rightarrow // \frac{\text{outro}}{\text{produção}}$$

O primeiro, o agente, organiza a produção discursiva, domina o laço social, ao dar o "tom" ao discurso e possibilitar que haja alteridade. O *outro* é aquele a quem o discurso se dirige. O outro precisa do agente para se constituir. A *produção* é o efeito do discurso, é aquilo que resta. A *verdade* sustenta o discurso, mas é acessível apenas pelo "semi-dito" porque o dizer não é não todo. A verdade não pode ser toda dita, havendo uma interdição (/ /) entre a produção e a verdade (COELHO: 2006).

Esses termos ao ocuparem esses lugares alternadamente tornam possível o funcionamento dos quatro discursos fundamentais: discurso do mestre, discurso da histórica, discurso do universitário e discurso do analista. Abaixo temos as suas representações gráficas:

U	M	H	A
S2 → @	S1 → S2	\$ → S1	@ → \$
S1 \$	\$ a	a S2	S2 S1

Nesses discursos encontramos a relação entre causa (agente)/verdade e Lacan nos diz que “para cada causa há uma verdade que a sustenta” (QUINET: 1996:203). No caso do discurso do mestre:

A causa é o poder e a verdade é o sujeito do desejo. Aqui o que interessa é o poder – tudo pelo poder: ir para o poder, permanecer no poder, voltar ao poder. O poder é a causa do laço social, é o que move o sujeito para subjugar o Outro obtendo dele um produto do qual o mestre possa usufruir. O objetivo do poder pelo poder é extrair do Outro o objeto de gozo para seu proveito (QUINET: 1996: 203).

O discurso que nos interessa é o do mestre porque foi com ele que Lacan conseguiu elaborar os outros três discursos a partir da relação dialética entre o senhor e o escravo introduzida por Hegel em *A fenomenologia do espírito*. Lacan discute a ideia de que o escravo se libertará pelo trabalho, e só isso nos importa acerca da obra hegeliana¹⁸²: O trabalho, diz-nos ele, a que se submete o escravo, renunciando ao gozo por medo da morte, será justamente a via pela qual ele realizará a liberdade. Não há engodo mais manifesto politicamente e, ao mesmo tempo, psiquicamente. O gozo é fácil para o escravo e deixará o trabalho na servidão (LACAN: 1998: 825). Esse comentário aponta para as reflexões lacanianas sobre a questão do vínculo social entre os sujeitos.

Os discursos nos mostram as formas de relacionamentos sociais e representam uma estrutura sem palavras, são representados com as fórmulas acima. São modos de uso da linguagem explicando os vínculos sociais, pois é na estrutura significante que o discurso se funda. É a articulação da cadeia significante que produz o discurso (COELHO: 2006). Os quatro discursos são configurações significantes - embora nem tudo seja significante na estrutura do discurso - que se diferenciam e se especificam por sua distribuição espacial. O que está em jogo é aquilo que ordena e regula um vínculo social entre os sujeitos (COELHO: 2006).

O conceito de discurso laciano é articulado em seus quatro discursos no *Seminário XVII*. Para compreendermos o que cada símbolo significa destacamos aqui o que eles representam no pensamento laciano.

Primeiro o sujeito, nomeado por um S maiúsculo traçado por uma barra, $\$$, que marca seu caráter insubstantivo e é condicionado pela articulação da bateria dos significantes. É nesse

¹⁸² Para esta questão poderíamos elaborar uma discussão ampla, entretanto, por se tratar aqui de uma escrita com limitações de números de páginas, não vamos nos estender mais sobre o que poderia ser desenvolvido. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

sentido que ele é sujeito da estrutura clínica. Seu símbolo comporta, em si mesmo, que ele não é substancial e que ele deve aquilo que é, seu ser, à articulação na qual está inserido. É representado pela fórmula $\$ \circ a$ leia-se sujeito barrado em relação ao objeto a . Nesta articulação temos os outros dois termos das formulas que são o $S1$, $S2$, a isto se acrescenta, na estrutura que Lacan chamou de discurso, o termo a , cuja presença é tão equívoca quanto a do sujeito e está também em um limiar, já que este símbolo indica o produto da articulação, tal como o símbolo de $\$$ deve designar a hipótese subjetiva da articulação. O a é o objeto mais-de-gozar ou a perda de objeto, ou objeto perdido. Lacan extrai isso de Freud e nos faz pensar sobre a articulação desse objeto perdido com o sentido específico da repetição, pois esta tem certa relação com aquilo que, desse saber, é limite – e que se chama gozo (LACAN: 1992: 13).

A perda de objeto é hiância, o buraco aberto em alguma coisa, que não se sabe se é a representação da falta em gozar, que se situa a partir do processo do saber na medida em que ganha ali um acento totalmente diverso, por ser desde então saber escandido pelo significante (LACAN: 1992: 18).

Enfatizamos que o significante, diferente do signo, é aquilo que representa um sujeito para outro significante. Diante das fórmulas apresentadas, o discurso do mestre, ou do senhor (para lembrar Hegel) como também é conhecido, se for reduzido a um único significante, implica que ele representa alguma coisa para outro significante (LACAN: 1992: 29). Essa relação resulta o sujeito barrado e a fórmula $S1 \rightarrow S2$ esboça o que se trata na bateria dos significantes representando um significante para outro significante.

Em sua teoria dos discursos Lacan nos diz que:

O discurso concebido como estatuto do enunciado, $S1$ é aquele que deve ser visto como interveniente. Ele intervém em uma bateria significativa que não temos direito algum, jamais, de considerar dispersa, de considerar que já não integra a rede do que chama um saber (LACAN: 1992: 11).

Para ele, Freud introduz o que ele chama de *além do princípio do prazer*, pois isso faz com que a vida se detenha em certo limite em direção ao gozo. “Há uma relação primitiva entre saber e gozo, e é ali que vem se inserir o que surge no momento em que aparece o aparato do que concerne ao significante” (LACAN: 1992: 17). Depois voltamos a esta discussão sobre o saber na psicanálise.

Em se tratando da história e da psicanálise temos duas formas de elaboração sobre o saber, são dois estatutos diferentes. Com Koselleck sua questão sobre a semântica nos orienta para uma discussão sobre o significado. Para Lacan, seu estatuto nos coloca a questão sobre o significante.

Nessa articulação com a produção do saber histórico Koselleck citando o Barão von Eichendorff disse: “um faz a história, outro a escreve”, acredita que existe o agente, aquele que faz, que é responsável, e existe também o outro, aquele que escreve, o historiador. Para Koselleck, que concorda com o Barão, pontuar que a história está disponível sob os dois pontos de vista – o do agente, que dispõe sobre a história que faz, e o do historiador, que sobre ela dispõe quando a escreve (Koselleck: 2006:234). Essa tese levantada aqui nos remete para a discussão acerca do discurso do mestre porque a história produzida nesta perspectiva equivale à fórmula de Lacan $S1 \rightarrow S2$ no qual a produção desse saber se constrói nessa relação de um significante para outro de forma ininterrupta, tal como acontece com o discurso do mestre. Neste há uma articulação entre o desejo de um com o desejo do outro, entre a vida e a morte, entre o trabalho e a casa, entre o objeto e o gozo e por que não com a produção da história, como Koselleck abordou ao comentar sobre a frase do Barão?

Ainda sobre a repetição em Freud, esta surge como sendo o gozo, diz Lacan: O gozo necessita da repetição:

Na medida em que há busca do gozo como repetição que se produz o que está em jogo no franqueamento freudiano – o que interessa como repetição, e se inscreve em uma dialética do gozo, é propriamente aquilo que se dirige contra a vida. É no nível da repetição que Freud se vê de algum modo obrigado, pela própria estrutura do discurso, a articular a pulsão de morte (LACAN: 1992: 47).

Aqui não se trata de a repetição apenas ter uma função de ciclos que a vida comporta, tais como o da necessidade e da satisfação, porém de um ciclo que acarreta na desaparecimento da vida, ou seja, o retorno ao inanimado. A repetição se funda em um retorno do gozo e com ela produz-se algo que é defeito, fracasso (LACAN: 1992: 48).

O que se repete só se repete porque há perda. “Em perda do que quiserem, em perda de velocidade, de força – há algo que é perda. Para Lacan Freud insiste desde a origem, na perda, pois na repetição há desperdício de gozo” (LACAN: 1992: 48).

O que é essa identificação do gozo? Para responder a esta pergunta o *traço unário* nos elucidada, pois é um termo que Lacan tira de Freud no texto *Psicologia das massas e análise do eu*. A identificação se dá com um traço, se dá com um significante e não com a imagem. O que determina a identificação do sujeito é um significante que registra a ausência da falta, chamada por Freud de *traço unário*, e que é o outro Um da psicanálise. No *traço unário* que tem origem tudo o que nos interessa como saber e surge no simbólico, trazida pelo registro da linguagem (LACAN: 1992: 48). Concluímos que o significante articula por representar um sujeito junto a outro significante. É daí que partimos para dar sentido a essa repetição inaugural, na medida em que ela é repetição que visa o gozo (LACAN: 1992:48).

O saber nos interessa porque é ele que coloca em jogo a incidência da repetição por estar sempre presente desde a origem sendo “o meio do gozo, que ultrapassa os limites impostos, sob o termo de prazer, às tensões usuais da vida” (LACAN: 1992: 50). No lugar da perda de gozo e que a repetição introduz é que vemos surgir a função do (a) (objeto perdido).

Dentre os discursos formulados pela teoria lacaniana o do mestre nos fornece dicas de como podemos compreender a história nessa relação de agente e saber supracitado e quando Koselleck menciona a frase do Barão, pois esse discurso supõe uma identificação do sujeito por meio de um significante-mestre, a história passa a ser pensada a partir de explicações ou categorizações sobre os fatos.

O discurso do mestre tem as seguintes funções:

Significante-mestre → saber

Sujeito gozo

Para Nestor Vaz em seu texto *Saber e gozo no discurso do mestre*¹⁸³ nos afirma que:

O discurso do mestre demarca o próprio limite de nossa civilização, fato assinalado pela antropologia moderna quando separa as sociedades ditas *primitivas* das civilizadas. Por um lado vemos sociedades sem escrita, sem história, cuja rica tradição mítica é herdada oralmente, onde o discurso do mestre não predomina conforme podemos constatar nos trabalhos de Lévy-

¹⁸³ Texto encontrado no site <http://www.escolaletrefreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra1012/040.pdf>, acesso em 14 de setembro de 2010.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Strauss e de Pierre Clastres. Por outro lado, temos as sociedades históricas, com sua escrita e os seus monumentos (VAZ: p.252).

Nesse discurso a partir da relação do S1 a S2, o sujeito fica ligado com todas as ilusões que comporta ao significante-mestre, ao passo que a inserção no gozo se deve ao saber (LACAN: 1992: 97).

O que é esse gozo no discurso do mestre? O significante mestre no lugar do senhor (que seria o sujeito barrado) e do outro lado, o outro significante do saber, trabalha na produção do gozo. Portanto, o significante produz o gozo, que rege, comanda e faz convergir todos os outros significantes. E é isso que mobiliza o discurso da história já que ele se encontra enlaçado por esse discurso que é puro gozo ou puro gozar, tal como acontece com a filosofia.

Partimos da ideia de que a história é um significante-mestre porque a teoria do discurso do mestre laciano com a fórmula **S1→S2** representa o significante-mestre para outro significante desencadeando a cadeia dos significantes, cuja cadeia é ininterrupta e, portanto, infinita.

Isso nos remete para a questão acerca da cadeia dos significantes porque o que interessa para a psicanálise é o só depois do dito. O dito se inscreve em um dizer que só acontece depois. Para a escrita da história essa fórmula não funciona, seria o seu inverso. Mas como podemos pensar essa coisa que se repete na língua quando Koselleck argumenta que o que se repete são estruturas semânticas? Como articular esse pensamento ao saber que é construído na e pela psicanálise?

Entretanto, Koselleck questiona:

Pode-se perguntar o que pretendem essas análises semânticas? Posso lembrar que os acontecimentos históricos e sua constituição linguística estão entrelaçados. Mas o decurso das ocorrências históricas não coincide simplesmente com a possibilidade de sua elaboração linguística, de tal forma que o acontecimento só apareça em sua compreensão linguística. Entre os dois, pelo contrário, existe uma tensão que se modifica continuamente. Torna-se importante analisar a forma peculiar como os acontecimentos passados são levados a “falar” e como os acontecimentos futuros passam a ser esperados. O que se está realmente falando quando se diz, por exemplo, “que se pode fazer história?” (KOSELLECK: 2006:236).

Essa tensão de que fala Koselleck não seria esse caráter repetitivo que sempre faz questão de retornar? Que sempre vem à tona? Qual o sentido da expressão “fazer história”, quem faz a história e quem a escreve?

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Faremos uma articulação dessas nossas hipóteses com o discurso do mestre, pois os elementos S_1 , $\$$, S_2 e a formariam uma combinatória fechada se não irrompesse algo que surge como perda, perda de gozo que engendra um *mais-de-gozar* a retornar: objeto (a), objeto perdido de Freud porque o aparecimento desse quarto elemento, (a), nos impede de pensar a repetição como repetição do mesmo e sim como repetição da diferença. Essa coisa que é perdida é sempre nova no dizer do inconsciente mesmo sendo repetida.

Quando nas estruturas semânticas algo se repete, temos aí algo que faz diferença, mesmo repetindo, marca uma diferença de algo que foi e que é. Essa diferença nos importa.

De acordo com o discurso do mestre a história busca, tal como a filosofia, ser um sistema aberto porque o que ela busca não é só constituir um saber, mas avançar na questão dessa verdade que só se desvela lançando um novo véu. O historiador quer ser o mestre da verdade que sustenta seu saber e, portanto, de seu gozo.

Questionamos se a história também teria esse papel de saber sendo mestra da verdade, como elucidou Koselleck em sua *Historia magistrae vitae*. Para a filosofia a relação entre o mestre e o escravo (lembrando Hegel) importa se a lei for mantida em uma ordem estabelecida. E para a história qual é a lei que é questionada quando nos deparamos com uma tentativa de elaboração de seu saber?

Para Lacan:

A história da técnica historiadora mostra que seu progresso se define no ideal de uma identificação da subjetividade do historiador à subjetividade constituinte da historização primária onde se humaniza o evento (...) e que a exemplo da história se dissipa também como uma miragem esse recurso à reação vivida que obseda nossa técnica assim como nossa teoria, pois a historicidade fundamental do evento que retemos basta para conceber a possibilidade de uma reprodução subjetiva do passado no presente (LACAN: 1979: 151-152).

Confrontamos Koselleck e Lacan. O que buscamos quando necessitamos de “fazer história”? Quais os objetos que são perdidos e ou achados? Perdido porque há objetos que nunca foram inventados e achados porque há invenções sobre temas que sempre vem à tona.

Na psicanálise lacaniana o objeto a não têm representação no significante da demanda, porém pode ser considerado um objeto que representa o desejo para o Outro sendo a causa de seu desejo. No discurso do mestre o objeto a ocupa o lugar da causa que é o poder. Isso nos leva a refletir sobre que poder é esse causado por um saber construído por um sujeito que tem como

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

desejo uma causa de um saber construído a partir de algo que nunca vai ser ocupado, preenchido? Teria essa função do desejo da história em construir um saber que nunca vai dar conta de tapar isso que nos faz desejar sempre? E qual é o desejo que move a escrita da história nesse gozo infinito que é movido pela repetição?

A obra de Koselleck, autor destacado entre os historiadores alemães contemporâneos, recebeu tradução brasileira de poucos de seus livros, e segundo, Marcelo Jasmin e João Feres Júnior em uma entrevista do autor no livro *História dos conceitos: debates e perspectivas* (2006: 135) “a discussão em torno das possibilidades e das proposições de uma história dos conceitos não tem sido frequente entre nós” (2006:21).

Esperamos contribuir para uma introdução acerca da temática dos estudos sobre a história dos conceitos incentivando a reflexão sobre a história como repetição através da linha de raciocínio que utiliza meios alternativos e menos restritos de nossa atuação, como, por exemplo, a psicanálise, um instrumental que faz corte no discurso universitário e do mestre.

Questionamos a escrita da história e como esta pode ser debatida e em que medida permaneceu constante, alterada ou criada de novo nesse processo de repetição abordados pelos pensadores a serem pesquisados.

A partir do século XVIII, velhos termos em uso começaram a tornar-se cada vez mais abstratos em seus significados e, a história, por exemplo, substituiu as narrativas até então descontínuas, transformando-as em singular e contínuas.

Questões sobre conceitos produzem respostas esclarecedoras, portanto a história dos conceitos fornece indicadores de como a história não se desenrola em eventos únicos, mas pode se repetir em estruturas análogas.

Nessa articulação com a psicanálise não existe apenas uma história dos conceitos, mas diferentes perspectivas, abordagens, tradições disciplinares e estudiosos que fazem pesquisas com vários campos nos quais as histórias conceituais podem ser comparadas com fronteiras difusas em relação às outras.

Refletir sobre a história a partir de nosso objeto aqui apresentado nos faz pensar sobre a comparação entre Koselleck e Lacan e a possibilidade de aplicar outras aproximações teóricas, pois o recurso a outras fontes não nos cessam de fazer perguntas e hipóteses que podem ser

respondidas e contrastadas por especialistas diversos, partindo da idéia de que nossos preconceitos (diga-se: quando iniciamos nossa discussão com o objeto desta proposta de pesquisa, nos perguntamos se teria relevância e a partir disso, esta foi sendo desenvolvida) foram sendo transformados em hipóteses. A relação entre ambos os autores é pertinente porque a repetição na história pode ser pensada a partir da análise comparativa e onde houver formas diversas e contraditórias em suas teorias aqui serão elucidadas e criticadas.

Por fim, trazemos Lacan com seu texto *Função e campo da fala e da linguagem* que nos faz questionar sobre a contribuição da história para seu *corpus* teórico quando ele cria uma analogia com a história comparando o inconsciente com os aspectos inerentes da pesquisa histórica:

O inconsciente é esse capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; o mais das vezes ela já está escrita em algum lugar. A saber:

- *Nos monumentos*: e isso é meu corpo, isto é, o núcleo histórico da neurose onde o sintoma histórico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode sem perda grave, ser destruída;
- *Nos documentos de arquivos* também: e são as recordações de minha infância, impenetráveis como eles, quando eu não conheço a proveniência;
- Na evolução semântica: e isso responde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, como ao estilo de minha vida e a meu caráter;
- *Nas tradições também*, e mesmo nas lendas que sob uma forma heroicizada veiculam minha história;
- *Nos rastros*, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções, necessitadas pela emenda do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e das quais minha exegese restabelecerá o sentido (LACAN: 1978: 124).

A história necessita desse debate. Koselleck ganha força e passa a configurar um momento no qual a própria história possui transformações em sua estrutura, pois é um processo que há repetições para responder às tentativas de encobrimento de uma realidade possível de ser questionada e escrita. Concluímos com a ideia de que a repetição permite uma reflexão a respeito da história onde o sujeito está necessariamente implicado (GOES: 1999: 26).

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARROS, J.A. 2007. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp.1-30, jun.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- _____; *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____; *Imaginário, Mentalidades e Psico-História* – uma discussão historiográfica. Captado em: <http://www.cei.unir.br/artigo71.html> Acesso em: 18 ago. 2009.
- CESAROTTO, Oscar (Org). *Ideias de Lacan*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- COELHO, Carolina Marra S. *Psicanálise e laço social* – uma leitura do seminário XVII. Mental v.4 n.6 Barbacena, jun, 2006
- FILHO, Celso Ramos Figueiredo. *História e Psicanálise: possíveis afinidades*. Captado em: < <http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:kAPGwoLUv4QJ:www.fia.edu.br/fia/revista/revista2/2.pdf+Celso+Ramos+Figueiredo.+Hist%C3%B3ria+e+Psican%C3%A1lise:+poss%C3%A1veis+afinidades&hl=pt-R&gl=br&sig=AFQjCNG35kfN5eOJDzD4vlt4AyOTOQojcw>> Acesso em: 15 set. 2009.
- FILHO, Luiz Carlos Uchôa Junqueira. *Psicanálise e história das mentalidades*. Captado em: <[http://74.125.47.132/search?q=cache:dROh1X1Ao1QJ:pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ide/v30n45/v30n45a21.pdf+Um+monge+no+div%C3%A3:+O+adolescer+de+Guibert+de+Nogent+\(1053-1124\)+%E2%80%93+uma+an%C3%A1lise+hist%C3%B3rico-psicanal%C3%ADtica&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://74.125.47.132/search?q=cache:dROh1X1Ao1QJ:pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ide/v30n45/v30n45a21.pdf+Um+monge+no+div%C3%A3:+O+adolescer+de+Guibert+de+Nogent+(1053-1124)+%E2%80%93+uma+an%C3%A1lise+hist%C3%B3rico-psicanal%C3%ADtica&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 18 ago. 2009.
- FRANÇA, Maria Inês (Org). *Ética, psicanálise e transmissão*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- FREUD, S. *Obras Completas*, Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Buenos Aires: El Ateneo, 2008.
- FORBES, Jorge (Org). *A escola de Lacan: a formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise*. Campinas: Papirus, 1992.
- GAY, Peter. *Freud: Uma vida para nosso tempo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GÓES, Clara de. *Psicanálise e capitalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- _____; *Teresa D'Ávila: A escrita do desejo*. Tese (Doutorado em Semiologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Pós-graduação da Faculdade de Letras, 1999, p.200.
- HARARI, Roberto. *Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan*. Trad. Marta M. Okamoto e Luiz Gonzaga B. Filho. Campinas: Papirus, 1990.
- JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora contraponto/PUC, 2006.
- _____; *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Trad. Manoel Luis Salgado Guimarães. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 134-146.
- _____; *Historia conceptual e historia social*. Captado em: www.4shared.com. Acesso em: 20 jul. 2009.
- LACAN, Jacques. *O Seminário livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. MD Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____; *O Seminário I: Os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____; *O Seminário VII: A ética da psicanálise*. Trad. Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____; “*Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*”. IN: *Escritos*, Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1966.

_____; *O Seminário XX: Mais, ainda*. Trad. MD Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____; *O Seminário XVII: O avesso da psicanálise*. Trad. Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____; *Escritos*, Trad. Trad. Inês Oseki-Dépré. São Paulo: Editora perspectiva, 1978.

LEITE, Márcio Peter de Souza. “*Inconsciente: O inconsciente está estruturado como uma linguagem*” IN: *Idéias de Lacan*. São Paulo: Iluminuras, 2001, p.31-42.

MILLER, Jacques-Alain. *Percursos de Lacan: Uma introdução*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____; *A experiência do Real na cura psicanalítica – Aula 1, 18 de novembro de 1998* (Tradução E.B.P.).

PELLANDA, Nize Maria Campos e PELLANDA, Luiz Ernesto Cabral (Orgs.). *Psicanálise hoje: uma revolução do olhar*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate*. Almanack Brasiliense. nº 07, maio, 2008.

QUINET, Antonio. *As 4+1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ROTH, Michael (ORG). *Freud: Conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

VALADARES, Lúcia. *Nós, outros e a psicanálise*. Captado em: <http://www.estadosgerais.org/encontro/nos_outros.html> Acesso em: 20 jul. 2009.

VAZ, Nestor Lima Lobo. *Saber e gozo no discurso do mestre*. Letra Freudiana - Ano XI-nº 10/11/12. Captado em: <<http://www.escolaletrefreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra1012/040.pdf>> acesso em: 02 set. 2010.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09: Cultura Intelectual Moderna Brasileira

Thiago Lenine Tito Tolentino

Doutorando em História/UFMG

Cleber Araújo Cabral

Doutorando em Estudos Literários/UFMG

Valdeci da Silva Cunha

Mestre em História/UFMG

**Ocultas Senhoras: As Representações Femininas na Obra de Luiz Edmundo
(1878-1961)¹**

Lucas Cardoso Alvares
Mestrando – UNIRIO
Agência Financiadora: CAPES-DS
lucasalvares07@gmail.com

Marcos Rodrigues Barreto
Mestrando - UNIRIO
marcosriodejaneiro@gmail.com
Agência: CAPES-DS

RESUMO: O presente artigo abordará a representação de gênero feminino na obra do historiador e memorialista Luiz Edmundo de Melo Pereira da Costa (1878-1961), em especial nas antologias *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* (1938) e *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* (1940). As citações à presença feminina no espaço urbano serão interpretadas à luz das teorias de Norbert Elias, em *Os Estabelecidos e Os Outsiders* em associação a teóricos que abordam o universo das diferenças nas representações de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: memória, história, Rio Antigo, gênero.

Introdução

No Brasil setecentista e oitocentista, tempos de tradição oral em que a palavra escrita era censurada por determinação oficial que proibia as impressões no país, o *sassarico* das ruas, de um Brasil que se redescobria em suas casas coloniais, ladeiras e becos, sincretismos religiosos e abertura de portos escandalizava a moral pública e atraía a repressão policial². O processo de coerção social que envolvia os grupos carnavalescos era também aplicado às mulheres que se colocavam a frente de seu tempo. A ordem instituída, oportunista, se apoiou na repulsa das novas elites urbanas para enfrentar as caóticas manifestações *entrudescas*, oriundas da Ilha da Madeira e que movimentavam o carnaval carioca desde os tempos dos vice-reis. Assim publicou edital do

¹ Trabalho final referente à disciplina “Memória, Espaço e Identidades Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012/2.

²ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.p. 372

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ano de 1857, já no Segundo Reinado, sob os auspícios do 2º delegado de polícia da Corte, Dr. Antônio Rodrigues da Cunha³:

Fica proibido o jogo do entrudo dentro do município; qualquer pessoa que o jogar incorrerá na pena de 4\$ e 12\$, e não tendo com que satisfazer sofrerá oito dias de cadeia caso seu senhor não o mande castigar no calabouço com cem açoites, devendo uns e outros infratores ser conduzidos pelas rondas policiais à presença do juiz, para os julgar à vista das partes e testemunhas que presenciarem a infração.

Os registros de historiadores e memorialistas que presenciaram o apogeu e decadência do entrudo são, quase sempre, pouco profundos. O jornalista Luís Edmundo de Melo Pereira da Costa (1878-1961), membro da Academia Brasileira de Letras e autor dos clássicos *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis* e *O Rio de Janeiro no Meu Tempo*, foi responsável por algumas das mais ricas descrições a respeito dos folguedos populares no período colonial, dos primeiros ecos entrudescos nos tempos de D. João e da institucionalização do carnaval *bellepoquiano*.

Ao inventariar a partir de métodos de historiador e lembranças de memorialista os usos e costumes do Rio de Janeiro ao longo de quase dois séculos, Luiz Edmundo cumpria muito antes que de fato se tornassem práticas as premissas das cartas patrimoniais:

A respeito da História, Le Goff, não desassocia seu valor da memória, pois esta a alimenta: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”, afirma.⁴ A natureza mnemônica da obra de Luis Edmundo, que publicou suas memórias de repórter quatro décadas após perambular por quase todas as redações de jornal do Rio de Janeiro do início do século passado revela um relicário riquíssimo de bens culturais, usos, costumes, monumentos, falares e saberes em geral do povo carioca. Por outro lado, a obra do historiador que remonta a tempos em que não viveu é tão rica quanto. A partir de recortes de manuscritos e dos primeiros jornais, que como repórter tão bem recortava, estes inventários chegaram a períodos em que, para o senso comum, é difícil identificar o que havia de brasileiro no Rio colonial ou joanino. Pois ele revela os traços do sertanejo, dos caboclistos, das primeiras manifestações em defesa da emancipação dos escravizados, as pioneiras mulheres de vulto, a culinária tão diferente da portuguesa e até tradições abandonadas, como as touradas.

³ COSTA, Haroldo. *100 Anos de Carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.p. 13

⁴ LE GOFF, Jacques. *Memória*, Ruggiero Romano (dir.). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O autor José Reginaldo Santos Gonçalves, a respeito do conceito de *patrimônio intangível* enumera elementos que corroboram o papel de Luís Edmundo como um pioneiro no inventário deste no Brasil⁵:

Nesta categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações.

Ou seja, ao acompanhar o desenvolvimento das tradições urbanas ao longo de um extenso lapso temporal, registrar o que permaneceu e o que se extinguiu e dissecar modos de fazer e técnicas dos tempos coloniais, joaninos e republicanos, o memorialista conduziu sua obra como um libelo em defesa do registro das tradições.

Mulheres Ocultas no *Rio de Janeiro do Tempo dos Vice-Reis*

Antônio Flavio Pierucci, em *Ciladas da Diferença*, faz a respeito do conceito de Gênero uma definição que, embora jamais deva ser deslocada de realidades espaço-temporais, parece ter muito de comum às culturais postas sob a lupa das ciências sociais:

(...) a diferença coletiva, quando afirmada em sua positividade, quando abraçada discursivamente pelos que se consideram seus portadores (...), quando posta em discurso com a pretensão de legitimar-se em sua peculiaridade irreduzível à indiferença costumeira, é produtora de novas diferenças coletivas⁶.

Mesmo quando analisado o discurso de gênero e as representações da mulher em uma realidade colonial, notadamente opressora e refratária às reformas sociais adotadas por seus contemporâneos de Revolução Francesa, as referências bibliográficas que a cultura brasileira fornece aos leitores atentos apontam para um sem-número de marcações de caráter discricionário que fazem, por exemplo, de uma mulher escravizada dotada de atributos e máculas que extrapolam o rótulo unívoco de “mulher escravizada”. Este fenômeno pode ser observado de forma explícita na obra *O Escravo Nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*, de Gilberto Freyre. Ali, em caráter ensaístico, Freyre traça um retrato das representações de gênero, raça e

⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O Patrimônio como Categoria de Pensamento*. IN *Memória e Patrimônio*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.p. 28

⁶PIERUCCI, Antonio Flavio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. In: *Ciladas da Diferença*. SP: Editora34, 1999. P. 123.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

classe na sociedade escravocrata do Império do Brasil por uma das únicas bases empíricas nem sempre contaminadas pelo discurso dominante: os anúncios de jornais.

Freyre menciona, em dado momento, o anúncio de uma escravizada sem nome no Recife de 1857: “vendia-se na Rua do Brum, no Recife, uma mulata de 28 anos, de bonita figura, que além de saber muito brasileiroamente fazer doce e refinar açúcar, era muito carinhosa para meninos”⁷. Aí estão presentes tantos caracteres discricionários que não é exagero comparar este anúncio com o prospecto de um eletrodoméstico atual: gênero, raça, beleza, aptidões para o trabalho e comportamento. Mesmo entre os mais marginais *Outsiders*, as representações discursivas no século XIX se apresentavam múltiplas em interações e representações.

Por razões próximas do óbvio, a obra de Luiz Edmundo sobre as representações no Brasil dos vice-reinados se situa em um período anterior aos anúncios de escravos em jornais. O endurecimento da proibição da imprensa pós-Inconfidência Mineira tornou, até 1808, inviável a edição de jornais no Brasil, mesmo que para adular os mais descolados *Estabelecidos*. As “árduas pesquisas”⁸ às quais se refere a nota introdutória da primeira edição de *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice Reis* jamais se esclarecerá metodologicamente como deveria. Talvez, esta obra tenha tanto de literatura quanto qualquer folhetim. Percursos à parte, é ela que fornece ao leitor uma das mais importantes contribuições a respeito do panorama sociocultural do Rio de Janeiro da virada do século XVIII para o século XIX.

Uma das descrições mais contundentes de Edmundo: “Lembremos, para começar, que as mulheres coloniais poucas vezes saíam. À missa iam elas, raramente, recatadamente, embrulhadas nas suas mantilhas de bioco, pelo lusco-fusco da madrugada. Quando iam.”⁹. Esta ideia a respeito da representação feminina no Brasil colonial dialoga com a conceituação de *Outsider* de Norbert Elias:

(...)eles (os *outsiders*) põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o status de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior.¹⁰

⁷FREYRE, Gilberto. O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX. São Paulo: Global, 2010. P. 131

⁸ EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 9

⁹ EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 227

¹⁰ ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Zahar, 2000 P. 26.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Isto é, no Brasil Colônia, os primeiros fios de tecido urbano eram consagrados aos *Estabelecidos* e o contato com as mulheres fora do ambiente eclesiástico redundava no desrespeito às normas e tabus que compunham a instituição Matrimônio e o Pátrio Poder. Em uma sociedade sexista que tinha, ao fim das contas, uma mulher como monarca em Portugal – D. Maria I – a segregação da mulher ao espaço doméstico, muito mais explícita do que em outras culturas do mesmo tempo, era assimilada pela sociedade fluminense descrita por Luiz Edmundo como algo natural e salutar. Uma maior interação entre homens e mulheres levaria a um panorama *anômico* que poderia contestar o *status quo* do período.

Quando sopravam ventos de modernidade trazidos por Paris sublevada na Revolução, a coerção via padrões morais dos *Estabelecidos* novamente recaía sobre o comportamento feminino e impunham normas de assimilação. Este fenômeno pode ser observado na obra de Luiz Edmundo na seguinte passagem:

Com a revolução francesa, extinguiu-se o balão. Os vestidos murcharam em panejamentos voluptuosos sobre o corpo, panejamentos esses que foram diminuindo e, de tal sorte, colando ao corpo das mulheres, que elas, por fim, andavam quase nuas. Não obstante, menos devido ao espírito conservador do português, que à natural prevenção pelas coisas vindas do revolucionado Paris, essa nova moda não foi, tanto aqui, como em Portugal, bem-vista e assimilada imediatamente.¹¹

Neste ponto, enquanto burguesas que exerciam algum trânsito no espaço urbano, ainda que restrito à vida religiosa, nota-se que o caráter discricionário presente nos caracteres da mulher negra escravizada dos relatos de Freyre não se encontram nas descrições das mulheres de hábitos inovadores, presumivelmente brancas e livres. Muito antes da *womenhood* das primeiras gerações feministas, mulheres eram representadas como tal, “unicamente pelo gênero”¹², quando não recebiam o carimbo de propriedade nos cartórios. Ser branca, do vice-reinado do Brasil ou imigrante portuguesa, representava algo que neste caso Pierucci descreveria, em fenômeno muito posterior, como *color blind*. Antes de caráter discricionário, ser branca para exercer as limitadas funções sociais relegadas às mulheres enquanto *Outsiders* no tempo era um pré-requisito, tão vital que sequer parecia precisar ser mencionado.

Mesmo nos limites das adulações eclesiásticas, o Clero – historicamente uma instituição de *Estabelecidos* – mensurava em badaladas ao nascer o peso que uma mulher e um homem tinham

¹¹EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 233

¹²PIERUCCI, Antonio Flavio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. In: Ciladas da Diferença. SP: Editora34, 1999. P. 138
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

para a sociedade. Segundo a descrição de Edmundo: “Tangiam, no tempo, pelo nascimento dos meninos, nove badaladas, e sete pelo nascimento das meninas. Por onde se vê que já por essa época as mulheres nasciam fazendo menos barulho que os homens. A bisbilhotice urbana sabia tudo isso de cor.”¹³

O historiador Emanuel Araújo, na obra *O Teatro dos Vícios*, aborda entre muitos outros temas a condição da mulher na sociedade colonial. Para ele, o caráter de completa submissão era consagrado à classe burguesa:

A situação por assim dizer ‘clássica’ da população feminina nos tempos coloniais era efetivamente como já delineado. Não obstante, o padrão da mulher submissa valia, sobretudo para famílias bem-postas na sociedade – ou que tinham pretensões a isso – de comerciantes, funcionários, advogados, etc. Para esse pater famílias, qualquer escândalo originado em sua casa podia arranhar prestígio ou embarçar aspirações¹⁴.

É neste ponto que é possível observar um dos mais costumeiros processos de coerção social de *Outsiders* por *Estabelecidos*: a *fofoca*, o *escândalo*. Referências a *mulheres mal faladas* são quase tão antigas quanto o próprio Brasil. Esta realidade é apresentada por Norbert Elias sob a égide de dois conceitos basilares: a *blame gossip*, fofoca depreciativa, e a *pride gossip*, a elogiosa¹⁵. A primeira é utilizada com vistas a estigmatizar seus personagens. Na sociedade colonial, pode ser explicitada pelo burburinho das ruas ou dos vizinhos ou documentada em processos do *Santo Ofício*, que muitas vezes eram abertos com base em rumores da plebe. Referências nestes documentos se referem a “*mulheres que dão de comer ao lar*”¹⁶, apresentadas de forma depreciativa sob suspeitas de prostituição ou – o que não deprecia menos – como *dignas de pena*. Luiz Edmundo menciona a proibição de estas mulheres frequentarem os teatros da capital: “Também acabou a Sr^a D. Maria I com as cortinas nos camarotes, e com a entrada na platéia das mulheres de porte duvidoso que vão servir de escolho à virtude, como se a castidade do século de há muito não vivesse naufragada.”¹⁷

¹³ EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 295

¹⁴ ARAÚJO, Emanuel. O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. P. 195.

¹⁵ ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Zahar, 2000. P. 121

¹⁶ ARAÚJO, Emanuel. O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. P. 197.

¹⁷ EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 373

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A virtude, por outro lado, era retratada nas vistas de santas e na tradicional *mariofilia* brasileira. “Nunca se defendeu tanto a virtude como nessa época”, afirma Luiz Edmundo¹⁸. Estes “exemplos de virtude” davam origem à *pride gossip* do tempo. Com eles, *Estabelecidos* procuravam garantir que *Outsiders* não fugissem aos costumes. Porém, mesmo sob os auspícios do moralismo, Edmundo completa: “Em compensação, nunca tivemos tantos pais e maridos enganados.” A submissão da mulher ao lar, no fim das contas, contribuía para prevenir fofocas boas ou más.

Mulheres Vividas no *Rio de Janeiro do Meu Tempo*

Na sociedade fluminense da transição do Império para a República descrita por Luiz Edmundo em sua outra obra de vulto, *O Rio de Janeiro no Meu Tempo*, as mulheres ocupam espaços sociais outros, embora ainda relegadas à condição explícita de *Outsiders*: não votam, não se divorciam plenamente, estão submetidas a resquícios de instrumentos do *Pátrio Poder* colonial e continuam *faladas*, pela via das fofocas depreciativas ou das que apresentavam bons exemplos. Valores como *pureza* e *virtude* permaneciam no topo da lista de necessidades do comportamento. Este panorama dialoga com a afirmação da antropóloga Verena Stolcke: “No século XIX, durante o processo formativo da sociedade de classes, atribuiu-se às mulheres o papel instrumental de mediação entre a pureza biologicamente concebida e a proeminência social”¹⁹.

É deste período o ditado popular por “trás de um grande homem, sempre existe uma grande mulher”. Quase todas as mulheres mencionadas como socialmente proeminentes por Luiz Edmundo são esposas de mandatários e homens da alta burguesia, e sob a cunha do sobrenome do marido: Madame Pereira Passos, Madame Rui Barbosa, Viscondessa de Schmidt, entre outras²⁰, embora sejam elas assimiladas por seus “grandes dotes pessoais” e circulem, com as devidas limitações, entre os *Estabelecidos* como “graciosos adornos de seus maridos”. Esta correlação, de notado caráter econômico, é observada na obra de Norbert Elias quando dissecada a superioridade de poder que confere vantagens aos grupos de *Estabelecidos* sobre os *Outsiders*. Além da indissolubilidade do matrimônio na sociedade brasileira daquele tempo, as coerções

¹⁸ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 285

¹⁹ STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como Raça para Etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, (20):101-119, junho de 1991. P. 114.

²⁰ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 204.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

econômicas eram bem conhecidas e instrumento de barganha para a assimilação de mulheres em espaços limitados de uma sociedade sexista²¹.

Os jornais da época, filhos de uma imprensa que florescia na esperança de manter em tempos republicanos a relativa liberdade que manteve durante o Segundo Reinado, contribuíam para dar vazão às *pride gossip* que exaltavam virtudes femininas para, ao fim das contas, reforçar estigmas. Edmundo menciona um caso descrito pelo *Jornal do Brasil* na virada do século em que foi contada a “história do homem que esporeou a própria mãe e virou cabeludo”²². Nela, a figura intocável da mãe, associada na cultura brasileira à *mariofilia*, foi aviltada na “violência que passou dos limites” de seu filho. Isto comprova: a violência contra a mulher era aceita socialmente, desde que “soubesse seus limites”.

O valor atribuído à beleza criou novos caracteres discricionários. Na medida em que a mulher ocupava cada vez mais o espaço urbano, suas distinções entre *mulher livre* e *mulher escravizada* – extintas oficialmente com a Lei Áurea – se diluíram em uma miríade de outras classificações no espaço urbano. Merece especial destaque a representação atribuída às mulheres mais velhas. As representações culturais da época associavam pureza e virtude a juventude e virgindade. A beleza virginal, logo, não era compatível com a velhice. Rachel Soihet, em *Condição Feminina e Formas de Violência*, aponta, após descrever os autos processuais de uma ação de adultério:

É bem o reflexo dos preconceitos da época contra as mulheres que não se adequavam ao modelo de mulher ‘higiénica’ ligada ao lar e ao marido. Estas, mantendo-se solteiras, (...) e ousando entreter uma vida livre, são mulheres perdidas, indignas, perigosas por servirem de descaminho para as ‘filhas de família de poucos teres’, incapazes de sentimentos mais nobres²³.

O processo de 1919, oriundo da denúncia de uma esposa sobre o comportamento adúltero do marido, terminou com ganho de causa ao homem. Sem que fosse submetido o caso às devidas designações da Justiça, as humilhações públicas passadas pela mulher em ação de seu marido foram contemporizadas pela decisão do juiz. Segundo Elias: “A atribuição de falhas – e também de qualidades positivas – a indivíduos que pessoalmente nada fizeram para merecê-las,

²¹ ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Zahar, 2000 P. 33

²² EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Brasília: Senado Federal, 1999. P. 592

²³ In SOIHET, Rachel. Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres, Pobres e Ordem Urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. P. 292

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

pelo simples fato de pertencerem a um grupo julgado digno delas, é um fenômeno universal”²⁴. Isto é, o estigma ao qual a mulher Malvina de Souza Lima, negra e apontada como prostituta estava submetida era universalizado às *Outsiders* de seus caracteres discricionário. Segundo a decisão do Juiz: “A acusada é moradora à rua Luiz Gama, antiga Espírito Santo, solteira, habituada ao comércio do amor e das emoções da mudança de amantes, o que a faz agir mais por cálculo do que por sentimento”²⁵.

Por outro lado, Luiz Edmundo publicita as mulheres assimiladas que adotavam comportamentos simpáticos aos *Estabelecidos*. Humoradamente, ele descreve em uma conversa por bilhetes da época a descrição, emblemática, dada da esposa de um negociante: “E atira-lhe um papel onde se lê, escrita em maus garranchos, uma notícia assim: *Aniversário. Faz anos, amanhã, a senhora D. Maria de Tal, esposa virtuosíssima do muito bonrado negociante desta praça, comendador Beltrano de Tal...*”²⁶

A *virtude*, terminologia colonial que discriminava mulheres *Outsiders* vistas como sujas e subversivas das que eram ricos adornos de seus maridos assimiladas pela sociedade sexista, logo, pelos *Estabelecidos*, permanecia em voga. Curiosamente, não é difícil entender o porquê das diferenciações entre Malvina e D. “Maria de Tal”, uma negra e solteira, a outra branca e casada com um capitalista.

Recontar a trajetória feminina no Brasil a partir de documentação inusitada, como processos judiciais arquivados por crimes de baixa importância ou uma animada troca de bilhetes entregues em uma redação de jornal é incorporar às reflexões sobre o tema um novo paradigma metodológico. Segundo Joan W. Scott:

A experiência é um dos fundamentos que têm sido reintroduzidos à escrita histórica no despertar da crítica ao empirismo; diferentemente de fato bruto ou simples realidade, suas conotações são mais variadas e indefiníveis²⁷.

Há, portanto, forte caráter experiencial em recontar a trajetória de mulheres pela via de processos judiciais, com base em seus depoimentos – sem desconsiderar, é claro, as coerções que ocorriam durante este processo. As mulheres descritas por Luiz Edmundo em *O Rio de Janeiro do*

²⁴ ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Zahar, 2000. P. 131

²⁵In SOIHET, Rachel. Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres, Pobres e Ordem Urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. P. 292

²⁶EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Brasília: Senado Federal, 1999.P. 579

²⁷SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. de S. e RAMOS, Tânia R. Oliveira. (Orgs) Falas de Gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. P. 29
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Meu Tempo representam, sobretudo o trabalho de um memorialista, o que é altamente experiencial. São suas conhecidas, esposas de amigos e até, no caso das mais espevitadas, colegas de redação. Recontar trajetórias, ainda que anônimas e ocultas sob as vestes de uma sociedade moralista e sexista pelo mais próximo que for possível da experiência autêntica é um desafio de quem aborda a *herstory* sem as amarras empiricistas.

Considerações Finais

Luiz Edmundo, mais do que historiador e memorialista, foi um interlocutor de percursos culturais que transcendeu o historicismo que marcou seus contemporâneos. Ao tratar de todas as camadas sociais em sua trilogia mais famosa – que inclui também *A Corte de D. João VI no Rio de Janeiro*, ele traçou um aguçado panorama da sociedade fluminense e, mesmo sem explicitar este intuito, de suas relações de exclusão e assimilação.

Ao permitir uma exemplificação precisa da segregação de uma metade inteira da população do Rio de Janeiro ante a categoria de *Outsiders*, à qual durante séculos sequer o trânsito no espaço urbano era permitido em plenitude, Edmundo contribui aos autores que se seguiram como o fundador de uma cidade que, muito antes de ser teorizada como tal, já era *partida*. *Estabelecidos*, em número restrito e de discutível dotação dos meios de produção – entregues a mãos muito mais difusas e onde, de um modo geral, cujos produtos eram importados de Portugal – transformaram legislação, práticas sociais e redes de burburinhos de fofocas boas ou más em agentes normatizadores da representação feminina como casta, virtuosa e virginal, em detrimento das que “davam de comer ao lar”, logo tornadas “mal faladas” e que obtinham seus reversos nos “exemplos edificantes” de virtude e comportamento regrado.

A principal conclusão deste artigo é de que de fato este é um panorama que pode ser demonstrado por meio da obra de um de seus principais memorialistas. Mesmo sem jamais ter se preocupado em tornar cientificista seu discurso, e sim em adotar uma proposta quase anedótica de rememoração de fatos passados, Luiz Edmundo traçou um panorama aguçado de uma sociedade onde o caráter discricionário ao fim deixava tão poucos *Estabelecidos* que a assimilação de seus “enjeitados” tornou-se inevitável. E a mulher branca, em sua *color blind*, só teria uma ação em massa a seu favor muitos anos depois, com a campanha pelo voto feminino no século XX.

Relegada a posição ainda mais subalterna, a mulher negra e escravizada foi, no fim das contas, abarcada com certa generosidade pelos bons nomes da Campanha Abolicionista que propunham integração étnica e políticas de inclusão social, e aos quais a História merece melhor

valor: José do Patrocínio, os irmãos Rebouças e tantos outros que também foram personagens de Luiz Edmundo. Seu caráter *Outsider* permanece oculto sob a égide da negação de um preconceito latente, bem como o sexismo que marcou a sociedade fluminense do Século XIX tem ainda seus ecos atuais.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Emanuel. O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Voz do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

COSTA, Haroldo. *100 Anos de Carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ELIAS, Norbert. *Introdução*. In: *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

ELIAS, Norbert. *Observações sobre a fofoca*. In: *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Global, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O Patrimônio como Categoria de Pensamento*. IN *Memória e Patrimônio*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

LE GOFF, Jacques. *Memória*, Ruggiero Romano (dir.). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *A Diferença faz Diferença, ou A Produtividade Social da Diferença*. In: *Ciladas da Diferença*. SP: Editora34, 1999.

SCOTT, Joan. *Experiência*. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. de S. e RAMOS, Tânia R. Oliveira. (Orgs) *Falhas de Gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres, Pobres e Ordem Urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

STOLCKE, Verena. *Sexo Está Para Gênero Assim Como Raça Para Etnicidade?* Estudos Afro-Asiáticos, (20):101-119, junho de 1991.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Chica da Silva, anjo tutelar ou caudilho de saias? Representações de gênero na obra literária “Chica que manda” de Agripa Vasconcelos

Vinícius Amarante Nascimento

Mestrando em História Unimontes

Agência Financiadora: CAPES

viniciusamarantehistoria@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa propõe uma leitura do romance *Chica que manda*, 1966, de Agripa Vasconcelos a partir da utilização dos conceitos de representação e gênero. Busca também discutir a aproximação entre História e Literatura e com os suportes de interpretação discursiva identificar as desigualdades de gênero que circulam no discurso do referido texto literário. Discurso esse que busca delimitar os lugares de atuação de homens e mulheres, assim como, moldar a subjetividade feminina criando uma identidade naturalizada.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura, Chica da Silva

Objetivou-se através desta pesquisa analisar as representações literárias de Chica da Silva no romance histórico biográfico *Chica que manda* (VASCONCELOS, 1966) do escritor mineiro Agripa Vasconcelos.

Médico e consagrado escritor mineiro, Agripa Vasconcelos nasceu em Matosinho em 1900, dedicou-se a poesia e a prosa produzindo durante sua trajetória intelectual, inúmeros romances, como o selecionado para esta pesquisa. Esta obra faz parte de uma coleção de livros que compõem as Sagas do país das Gerais²⁸, série que busca contar à história de Minas Gerais no período colonial e imperial conjugando fantasia e realidade (DUARTE, 2010). Com um estilo próprio e híbrido, amálgama de História, Biografia Ficcional e Romance Histórico, Agripa Vasconcelos expõe as suas obras como históricas, resultado de anos de investigação, de viagens e de informações merecedoras de “crédito” pelo leitor.

Vários de seus romances também foram adaptados para a narrativa televisiva²⁹. Embora tenha deixado um legado de importantes obras sobre Minas Gerais, foi colocado na orla

²⁸ Seis textos compõem as “Sagas” publicadas ainda em vida do autor, são os romances históricos publicados pelas editoras Itatiaia e Villa Rica: Fome em Canaã, Sinhá Braba: D. Joaquina do Pompéu, A vida em flor de Dona Bêja, Chica-que-manda, Gongo-Sôco, Chico Rei. Falecendo em 1969, Agripa Vasconcelos também deixou escrito inéditos, que se tornaram livros, são eles São Chico e Gado preto e ouro verde.

²⁹ Duas obras foram transformadas em novelas pela extinta Rede Manchete de Televisão: A vida em flor de Dona Bêja e Chica- que –manda, readaptadas respectivamente nas novelas Dona Beija (1986) e Xica da Silva (1996).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

da crítica literária contemporânea e poucos brasileiros conhecem o seu trabalho. Além de contar pitorescas tradições do povo mineiro, Agripa Vasconcelos busca descrever a vida de personagens reais que viveram no interior mineiro, e recria uma tríade de retratos femininos que protagonizaram três de suas obras “Chica da Silva”, “Dona Beja” e “Joaquina do Pompéu.”

As maneiras de imaginar o “ser mulher” nas diferentes sociedades em que as mesmas se encontraram introduzidas, seja por meio das apreciações masculinas como femininas, cunham representações. Neste sentido, este trabalho teve como principal questionamento: Que representações de Chica da Silva foram construídas na obra literária de Agripa Vasconcelos?

Essa pesquisa tem como fonte de observação um objeto literário, que possibilitou a identificação de representações de Chica da Silva. Tendo como abordagem da História Social e Cultural, torna-se importante tocar no movimento dos ANNALES³⁰, baliza simbólica da edificação de um novo modelo de história (CASTRO, 1997). Tal movimento se caracterizou pela abertura de múltiplos horizontes de exploração da história, redefinindo o campo dos pesquisadores que se abriam a novas possibilidades, novos problemas e questionamentos de pesquisa, modificando os setores tradicionais da História. A árdua luta pelo acesso à cidadania vem vencendo uma negligência histórica e reconstruindo os papéis femininos dentro da sociedade e história. As discussões levantadas na década de 1970, com o surgimento da categoria de “gênero”, têm possibilitado, além do descortinamento da dualidade cultural, o ingresso dos homens dentro do teatro da escrita da história das mulheres, pois, no palco das relações sociais homens e mulheres contracenam juntos, afastando-se de determinismos biológicos.

Fora da clivagem entre homens e mulheres, onde se busca princípios de diferenciações sexuais, a categoria de gênero procura uma nova configuração histórica para as funções e papéis praticados por homens e mulheres, permitindo definir melhor o campo dos comportamentos compartilhados por ambos, como também, permite o melhor entendimento do complexo jogo de construção de papéis culturais e identidades múltiplas pelos dois sexos (MAIA, 2007).

A História Social exumou mulheres de seus túmulos, resgatando fragmentos de suas vidas, através de fontes inusitadas. Tal resgate permitiu entender questões sobre família, os sentimentos, a sexualidade, as identidades coletivas, as representações sociais e imaginárias. Este

³⁰ A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre; na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas idéias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico (CASTRO, 1997, p. 45).
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

trabalho insere-se neste campo investigativo da História das mulheres e do gênero, fruto da grande área da História Social. Como referencial teórico foram utilizados autores como Roger Chartier, Joan Scott, Sandra Pesavento.

Nas últimas décadas a História Social vem sendo influenciada por uma vertente culturalista, a História Cultural que “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16 – 17). E para isso a História Cultural analisa textos, imagens, e principalmente as práticas e experimentações humanas que engendram na sociedade sob a perspectiva cultural. Em geral, História Social e História Cultural buscam ver “[...] como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, idéias e conceitos sobre o mundo” (PESAVENTO, 2002, p.32). A representação também está no cerne da Nova História Social e Cultural, e essas representações “[...] construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência” (PESAVENTO, 2008, p. 39). Como forças “[...] geradoras de condutas e práticas sociais [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 39).

Segundo Pesavento (1998, p.19), a representação é a “[...] presentificação de um ausente [...]”. Presença que pode se manifestar, através de imagens visuais, mentais, materiais e discursivas. A imagem de Chica da Silva, fluida na memória coletiva, ausente pelo espaço e tempo, seria presentificada por Agripa Vasconcelos. Como um homem do século XX, Agripa Vasconcelos reconstruiu tal personagem segundo os desígnios de sua época, pois, as representações “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p. 17). Sendo assim, determinados grupos buscaram impor a sua maneira de enxergar o mundo, procuraram estabelecer as suas regras e valores, divisões e classificações, percepções e gestos, “[...] que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais” (PESAVENTO, 2008, p. 42).

O corpus documental desta pesquisa é composto por uma fonte impressa, um romance literário. Fonte profícua para pesquisadores que buscam impressões de vidas, valores, anseios, sentimentos humanos e no caso deste trabalho, representações sobre a figura feminina, repleta de significados. Isso não seria possível sem o advento da História Social e Cultural, da História das Mulheres e da categoria de Gênero, que retiraram das fimbrias da memória aspectos importantes do universo feminino. Ressalta-se que, no estudo das representações literárias se “[...]

requer, necessariamente, a interpretação da forma e do conteúdo das obras, ou seja, exige que sua análise interna seja articulada aos contextos históricos e sociais” (FERREIRA, 2009, p.83). Assim sendo, tornou-se indispensável instituir uma tática para o estabelecimento da conversação entre texto e o mundo circundante, dessa forma utilizou-se como procedimento de investigação e interpretação do documento, a análise do discurso, que visa “[...] explicitar como texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeitos e sentidos” (ORLANDI, 2001, p, 26-27). Já que para a análise do discurso, a interpretação da fonte textual é indissociável do seu momento histórico de feitura, não sendo o discurso exterior a realidade.

A análise do discurso, como um dispositivo teórico de interpretação, permite ao analista atravessar as transparências da linguagem, a partir da investigação das propriedades do discurso. Dessa forma, seguindo os pressupostos de Orlandi (2001, p, 65 a 68) buscou-se de-superficializar o discurso a partir de recortes feitos nas *superfícies lingüísticas* (texto literário selecionado), num processo de identificação dos *objetos discursivos*, conjunto de palavras, de significados, de memórias, intenções inseridas e produzidas no texto, cujos sentidos se dão numa relação com a exterioridade. Pois, a materialidade discursiva é condicionada pela conjuntura específica de produção, já que se trata de um objeto sócio-histórico. Só assim tivemos contato com os fios emaranhados que teceram uma rede de posições ideológicas, a *formação discursiva* que nos possibilitou entender os dizeres no texto que desenharam representações sociais.

Agripa Vasconcelos ocupou uma posição de enunciação relevante pelo seu posto de autoridade como médico e literário. Seu romance, pelo alcance e circulação territorial, tornou-se notório. Tal obra recriou uma personagem feminina, tal mediatização é resultado de um discurso social masculino que não é neutro, mas, ideológico, já que, “[...] a linguagem, em seu sentido mais amplo, desempenha papel fundamental na definição e na manutenção da visão de mundo “masculina”, vigente na maioria das sociedades ocidentais modernas” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 55). Tal discurso tem influenciado na composição de uma subjetividade feminina inata e, em decorrência, tem contribuído para manter as mulheres em uma posição de subalternidade ao validar diferenças hierárquicas entre homens e mulheres forjando uma identidade feminina conatural.

Neste trabalho, a fonte precípua é a literatura, mais especificamente um romance que foi confrontado com leituras bibliográficas, de forma a deixar emergir não só o momento social que lhes serve de panorama, mas os perfis femininos aí representados. A literatura nos oferece um conjunto de possibilidades para novas leituras de retentivas do passado. O diálogo entre

história e literatura permite interpenetrar processos sociais e processos simbólicos. A diferença entre história e literatura não mais se dá porque a primeira³¹ tem o compromisso com a verdade, pois a história vem assumindo seu caráter ficcional. No seu ofício, o historiador urde o enredo de sua trama subjetivamente, assim como o literato, “tal como a literatura, a história, enquanto representação do real constrói seu discurso pelos caminhos do imaginário” (LEENHARDT, 1998, p. 12). Os historiadores, como artífices da história, utilizam de recursos ficcionais na representação de fatos e acontecimentos, embora freados por alguma documentação.

A literatura não pode ser sintetizada a uma mera realização estética, mas sim como fenômeno cultural, que vem possibilitando ao historiador assumi-la como documento para as suas observações e indagações, por trazer “[...] a luz alguns dos valores, comportamentos, gestos, inclusive motivações e imaginários que serviam como guias para as ações das pessoas em cada época” (CARNEIRO, 2006, p. 15). Por historiar e registrar o movimento que o homem desempenha, suas perspectivas de mundo, suas aspirações, a literatura dá um depoimento histórico, e como tal, deve ser inquirida segundo seus atributos característicos. Dadas as mãos, história e literatura, aproximam-se das representações construídas sobre o real.

Através deste trabalho buscou-se resgatar representações discursivas de Chica da Silva na obra “Chica que manda” 1966 de Agripa Vasconcelos, além de rastrear os traços de historicidade presentes no desenho projetado pelo literário na década de 1960 desta mulher do século XVIII. O romance é protagonizado pela escrava Chica da Silva, que vive como mucama do Sargento-Mor no arraial do Tejuco nas Minas setecentistas. Pela sua beleza e graça ganha o coração do homem mais poderoso do Distrito Diamantino o contratador João Fernandes de Oliveira, deste recebe a alforria e poder. Elevando-se socialmente passa a ser uma dama da alta sociedade tejuquense, sendo amada por uns e odiada por outros. De João Fernandes recebe tanto um grande Palácio como um lago artificial com uma galera. Porém a Corte Portuguesa é avisada sobre irregularidades no contrato como dos gastos exorbitantes de João Fernandes e manda um fiscal, que prende o contratador. Chica da Silva passa a viver só, riquíssima, porém sempre atormentada pela ausência do companheiro.

As representações de Chica da Silva na obra de Agripa Vasconcelos são irregulares como os borrões provocados pelas pinceladas de um artista impressionista, imagens estas criadas

³¹ Na transição do século XIX para o XX, apregoava-se que literatura e história ocupavam lugares distintos; o literário ficcionalizaria o real, enquanto o historiador estabelecería este real. Sendo assim, a história elevar-se-ia na escalonada como disciplina científica, por se reconhecer a única capaz de registrar a realidade passada, não evidenciando tal atributo na literatura que exprimiria o verossímil, uma modalidade imaginária do fato, que não seria o falso.

a partir do folclore popular, pesquisa histórica e da intenção do literário de edificar uma heroína distante do modelo dócil e submisso da mulher colonial, pois, Chica ousou na vida e em suas ações. O literário preocupou-se em agregar a sua personagem na medida do verossímil à rebeldia, à visão política de sua raça e a subversão do pensamento colonial. Agripa Vasconcelos buscou traduzir em palavras a vida de uma mulher que escapava “a todas as classificações e limites impostos por sua época” (FLÓRIDO, 2010, p.60), pois, se narrar a vida de uma mulher colonial era meramente salientar uma história trivial que se passava no interior da igreja e do domicílio, Chica pouco se enquadrava com este retrato feminino.

Na obra literária João Fernandes foi condenado por sua riqueza e se vê obrigado a partir para o reino, deixando a sua amada Chica da Silva, que não negligenciou as transações do amado, muito pelo contrário, como uma mulher forte, competente e ativa toma as rédeas dos negócios do marido. Pois, Chica é uma “criatura que sabe administrar os bens do homem que ela ama” (VASCONCELOS, 1966, p.294). Se engana quem acredita que no Brasil colonial às mulheres só se reservava ao ambiente doméstico. Elas transcenderam a esfera domiciliar e como fica nítido nos retratos nuançados através dos registros históricos, não faltaram mulheres que ingressaram no território político e público, cujas vidas entrecruzavam-se com a própria circulação de riquezas, (SAMARA, 2003) como o caso de Joana do Campo Verde uma “mulher de posses, dona de muitas terras, e que ficando viúva buscou conduzir os negócios e a família, punindo netos desobedientes, emprestando “gentios” para filhos que iam ao sertão e pagando o dote devido às filhas” (SAMARA, 2003, p.52).

Pelo ouro e pelos diamantes, todos laboravam, pobres e ricos, e por eles o mundo era transformado. Estas riquezas também atraíam extraviadores, embora se tenha “apertado o cêrco aos contrabandistas e aos negros perdidos” (VASCONCELOS, 1966, p.110) que eram violentamente reprimidos pelas autoridades do Distrito. Mas, estes “tinham a proteção reservada de gente boa metida no contrabando. Não eram de todo desamparados. Chica era uma que os protegia em segredo, não por ouro ou diamante, mas por ódio aos marotinhos” (VASCONCELOS, 1966, p.117). A expressão “marotinhos”, remete a repulsa de Chica da Silva pelos homens que ofereciam serviços diretamente para o Reino, de certa forma representa o embate entre o elemento colonizado e o colonizador, já que, Chica da Silva é elevada como a heroína libertária dos negros. Chica da Silva protegia a negros (as), mulatos (as), forros (as), além dos arribados no mato. Isso por ser mulher negra, outra por ver essa gente perseguida pelos portugueses dos quais, no coração, não gostava (VASCONCELOS, 1966). Na obra literária

Chica da Silva mesmo analfabeta, continuava denunciando as questões sociais e o despotismo reinol. Segundo Agripa Vasconcelos o Padre Rolim supostamente na história o meio irmão de Chica da Silva, tornou-se inconfidente devido o fato desta inculcá-lhe idéias de liberdade que culminaram com a Inconfidência Mineira, “as conversas com Chica da Silva influíram no padre para abraçar logo a idéia da Conjura” (VASCONCELOS, 1966, p.362).

Chica da Silva é descrita como uma mulher de muita contumácia e altivez, cujas ações e atitudes eram determinadas pelo mesmo espírito que tange os homens, pois não é “mulherzinha choramingas”, (VASCONCELOS, 1966, p.152) é mulher decidida sabendo ser mais homem do que muitos homens (FLÓRIDO, 2010). Assim, na obra de Agripa Vasconcelos Chica da Silva passa a se tornar uma ameaça à posição do homem, pois, liga o feminino ao espaço público e político. Dessa forma Chica da Silva passa a ser associada à imagem da mulher à frente de seu tempo, que está em paridade com os homens e que assim como “milhares de brasileiras que inconformadas com sua condição se rebelaram contra a situação estabelecida: [...] contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino” (SHUMAHER; BRASIL, 2000, p.09). Imagem esta que vai de encontro com o momento de escrita de Agripa Vasconcelos, a década de 1960, período marcado pelo avanço do movimento feminista e pela luta das mulheres por uma maior autonomia e liberdade.

Porém, a heroína seria concebida no plano dos extremos do bem e do mal, a Chica antitética de Agripa Vasconcelos caminharia entre a nequícia e o pecado de Eva e a santidade e caridade de Maria, pois, como coloca Joan Scott (1996) a mulher é recorrentemente concebida a partir desta representação contraditória do modelo judaico-cristão. Embora seja simplificador este discurso dualista do autor, ele é revelador da maneira como a mulher é imaginada pelos homens, pois, a Chica da Silva de Agripa Vasconcelos é um verdadeiro anjo para sua escravaria e benemérita dos desamparados. Mulher que trata doentes desesperançados, sem amearhar custos, pois, os doentes eram igualmente objeto de caridade. Mas também é uma mulher sádica e cruel capaz das piores atrocidades quando enciumada, pois, Chica da Silva se comportava como qualquer Sinhá branca com relação as suas escravas tratando sempre “com severidade exagerada a seus serviçais” (VASCONCELOS, 1966, p.71), mandando inclusive arrancar a torquês os dentes de uma de suas escravas.

Na obra de Agripa Vasconcelos João Fernandes é fraco e passivo e se rende a “natureza” dominadora e tirânica de sua amada, que tinha as suas veleidades mais frívolas atendidas por ele. A caricatura da mulher, “que manda” no romance de Agripa Vasconcelos

remete ao próprio mito da mulher castradora, que desde o período da Antiguidade Clássica já se personificava nas figuras de mulheres - demônio, Harpias, Fúrias, Sereias, Parcas, mulheres poderosas e temíveis que terrificavam o imaginário masculino. Chica da Silva não se distancia tanto destas mulheres assombrosas, pois, na inscrição literária sabe ser tão traiçoeira e cruel quanto elas, cometendo crimes injustificáveis, como lançar de uma falésia um hipotético filho de uma relação extraconjugal de João Fernandes. Assim, no que tange ao caráter de Chica da Silva o retrato composto pelo narrador é monstruoso. Por seus crimes, Chica da Silva poderia ser descrita como a própria imagem da desordem, e personifica “o paradigma do desvio feminino, definindo a norma pela transgressão” (FILHO, 1983, p. 105). Percebe-se que o autor se compraz em narrar pormenores da perversidade de sua biografada.

Seja como Rainha, Grande Senhora, Matriarca ou como a “mulher fatal”, Chica da Silva revela-se diabólica, traiçoeira, verdadeiro mal que desatina e desagrega, pois, “a literatura e as lendas estão povoadas de fadas más e venenosas, mulheres fatais e demoníacas, identificadas com a Medusa, as Górgonas, a deusa Kali, Pandora, Eva, Cleópatra e Salomé” (SANT’ANNA, 1993, p.81). Agripa Vasconcelos como um parnasiano tardio revisita tanto os textos bíblicos como textos mitológicos em busca de inspiração para compor o retrato de sua Chica da Silva através de uma procissão de mulheres de perigosa feminilidade.

Chica da Silva também seria idealizada como uma mulher burguesa, que passa a freqüentar baile e teatros, comportando-se como uma dama da mais alta estirpe. O autor nos faz esquecer por alguns momentos que a personagem já foi escrava pela dignidade e encômios que dedica a ela comparando-a as mais famosas rainhas, para poder legitimar seu relacionamento assente com João Fernandes. Porém, não demora muito e o autor convoca um de seus personagens para nos lembrar da cor ou da condição de ex- cativa de sua protagonista, o que revela um traço preconceituoso da escrita de Agripa Vasconcelos, que toma uma posição dúbia ao descrever Chica da Silva, em alguns momentos busca valorizá-la suavizando a negritude a “branqueando” e ressaltando a morenidade como os “bons” traços herdados do pai branco. Em outros momentos despidos de eufemismos, o autor dispensa um tratamento preconceituoso a sua personagem ao apontar a sua negrura como repelente e sinônimo de feiúra além de enfatizar a “abjeta” herança deixada por sua mãe cativa de procedência africana.

Se uma das características da mulher burguesa era ser aureolada e santificada como mãe, Chica não se enquadrou neste perfil, escondendo-se do seu papel materno através do seu modo aristocrático de viver. A “máscara social” colocada pelo autor em sua personagem revela

uma mulher que se gabava para a alta sociedade Tejucana dos filhos e filhas que estudavam nos melhores colégios, mas, que não demonstrava carinho e nem atenção aos mesmos. Para o autor, Chica da Silva sacrificou as suas obrigações maternas por seus desejos pessoais, sua crua insensibilidade fica nítida quando entretetece os fios referentes à relação entre os filhos e a mãe, pois, para as filhas os “carinhos pareciam forçados” (VASCONCELOS, 1966, p.319) e os filhos “pareciam muito longe dos seus afetos” (VASCONCELOS, 1966, p.319). Do mesmo modo, “os rapazes parecem não lhe ter nenhum afeto” (VASCONCELOS, 1966, p.365). Não podemos aqui negligenciar que a literatura por muito tempo, declarava que o exercício nobre da maternidade era um designativo da mulher branca, digna de ser chamada de “mãe” vista como casta e pura em detrimento da mulher negra vista muitas vezes como desnaturada, infanticida, a mulher sem religião, incapaz do exercício pleno da maternidade. Esta permanência literária provavelmente influenciou na obra em questão. Não são poucas as passagens em que se busca explicar o mau comportamento de Chica da Silva retornando as suas raízes africanas e a sua origem escrava.

O arraial do Tejuco é o cenário do amor romântico entre Chica da Silva e João Fernandes um amor que transcende a mera atração física dos corpos. Embora não possamos deixar de ressaltar na obra o estereótipo da mulata irresistível que “tem muita graça no corpo... Alta, delgada, de grandes olhos serenos, boca úmida de sorriso simpático e lábios polpudos sem exagero” (VASCONCELOS, 1966, p.68). Além de ser “uma jovem muito harmoniosa de poucas palavras, dentes brancos e olhos grandes, gateados,” (VASCONCELOS, 1966, p.74). Aqui ficam evidentes os fortes traços da estereotipia do tipo literário da mulata, que corrobora com a descrição expressa por Teófilo de Queiroz Júnior.

O bem torneado de braços e pernas, mãos e pés pequenos, a cintura fina, o busto insinuante e bem moldados, a boca sensual, de dentes sadios, iluminados por sorrisos fáceis, sonoros e comunicativos; os bastos cabelos negros; os olhos grandes e belos, quase sempre negros – eis o tipo de mulata mais comumente registrado literalmente. (QUEIROZ JÚNIOR, 1975, p. 30)

O autor buscou atribuir à Chica da Silva certas características estéticas das mulheres brancas, não negligenciando o exotismo das negras, também imputado à biografada. Por esses atributos, muitos olhares masculinos voltar-se-iam para Chica da Silva. Pela sutileza de seus gestos e do seu corpo Chica da Silva fez João Fernandes cativo. Mesmo que o autor não a descreva como a morena voluptuosa e libertina nota-se que a imagem da mulata brasileira está estigmatizada pela sensualidade em razão de uma forte carga histórica proveniente de um passado

escravista. Para agravar esta situação o romance inter-racial entre Chica e João foi sendo utilizado com o intuito de reafirmar que o território brasileiro é livre de preconceitos raciais o que escamoteou relações de dominação de cunho racial e sexual sobre a mulher negra

No final da história a mulher fatal termina a sua vida só, punida pela falta de João Fernandes, atormentada pelos crimes cometidos e à beira da loucura. Assim é o final da vida, segundo Agripa Vasconcelos, da mulher que nega a maternidade, que não se contenta em ser sepultada no âmbito domiciliar e que transgride os padrões normativos transcritos para o feminino.

Na trama literária Chica da Silva foi apresentada como pertinaz, brilhante, forte, fria, hábil a gerência e ao raciocínio cruel, mas também contraditoriamente foi descrita como santa e genuinamente caridosa. Tais representações fazem parte do projeto identitário do literário que ao procurar entender o fato da mulher poderosa que exerce o mando, acaba por simplificá-la através de uma tipologia de caráter maniqueísta, como se todas as mulheres formidáveis pudessem ser reduzidas a uma forma condensada, visto que outras personagens de Agripa Vasconcelos também são descritas dessa mesma forma.³²

Esta pesquisa ao identificar os preconceitos, estereótipos e idealizações na construção das representações desta mulher contribui para a investigação da produção de identidades de gênero na literatura, como também no processo de desconstrução desta identidade que não é natural nem invariável e para o descortinamento de um discurso masculino (muitas vezes machista) que fala sobre a mulher, ajuizando expressar-se por ela.

De acordo com Furtado (2003), Chica da Silva foi uma personagem histórica nascida escrava entre os anos de 1731 e 1735 no arraial de Milho Verde que viveria no diamantífero arraial do Tejuco entre 1750 e 1779 data do seu falecimento. Sua vida se cruza à do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, com o qual manteve um relacionamento duradouro e 13 filhos. Chica conseguiu alforria e buscou logo mudar os rumos de sua vida, auferindo bens, tornando-se senhora de escravos e buscou comportar-se como um membro da elite tejudana. A ex-escrava mostrou desvelo pelos filhos, não medindo esforços para educá-los e inseri-los positivamente em uma sociedade excludente, demonstrando também devoção aos preceitos católicos.

³² Dona Beija e Joaquina do Pompéu.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Bibliografia:

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Imagens de “mães pretas”: representações da maternidade e da escravidão na escrita de José de Alencar. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v. 8, n. 2, p. 13 – 30, jul./dez. 2006.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45– 59.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DUARTE, Constância Lima (Org.). *Dicionário biobibliográfico de escritores mineiros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 81-82.

FILHO, Ovídio de Abreu. Dona Beija: análise de um mito. In: FRANCHETTO, Bruna. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Vol. 3. p. 76 – 107.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1988.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890 – 1948)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Tese de Doutorado.

ORLANDI. Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____ Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.30, p. 56 – 75. 2002.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____ Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In. LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: UNICAMP, 1998.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275 – 296.

SHUMAHAR, Shuma; BRASIL, Érico Vital. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.

VASCONCELOS, Agripa. *Chica que manda*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

Política e ficção na crônica de Humberto de Campos

Maria Elvira Malaquias de Carvalho
Doutoranda – FALE/UFMG
Agência Financiadora: FAPEMIG
elviralettras@yahoo.com.br

RESUMO: O presente texto aborda a relação entre política e ficção na crônica do escritor maranhense Humberto de Campos, salientando as características do cenário intelectual nacional das primeiras décadas do século XX. A partir do volume *Notas de um diarista*, que reúne textos coligidos entre 1935 e 1936, o artigo aponta como o sistema literário brasileiro aceitou a crônica como gênero limite entre o discurso historiográfico e o ficcional. A boa receptividade da crônica em nosso sistema literário demonstraria não só a relevância deste gênero textual na consolidação da literatura brasileira enquanto tal, mas ainda a necessidade de uma revisão do impressionismo crítico instituído na (e pela) crônica brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Humberto de Campos, crônica, impressionismo.

Ninguém ousaria considerar Humberto de Campos como um dos nomes mais conhecidos e estudados da literatura brasileira, mas o autor maranhense ocupa um posto coadjuvante de especial atrativo no cenário intelectual nacional das primeiras décadas do século XX. Apesar de não pertencer à plêiade de autores consagrados de nossa literatura, sua produção artística engloba, com suficiente vitalidade, o período histórico que se inicia na Primeira República, passa pela Revolução de 1930 e irrompe no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Humberto de Campos participou de um interessante momento, se assim se pode dizer, da formação da literatura brasileira moderna. Este momento, de fundamental importância como campo de pesquisa acadêmica, estaria associado a rupturas e transições no pensamento estético-político nacional. Não obstante a ebulição das vanguardas, o crescimento dos fluxos migratórios, a expansão das zonas urbanas e o florescimento dos regimes de exceção, verifica-se certa acomodação da elite intelectual às contingências políticas e econômicas enfrentadas pelo Estado brasileiro moderno. Tal acomodação enseja uma constante discussão sobre a necessidade de maiores esclarecimentos a respeito das relações entre arte e política no período em questão.

Jornalista, crítico, contista e memorialista de sucesso, Humberto de Campos Veras nasceu no Maranhão, em 1886, em uma localidade chamada Miritiba, que hoje recebe seu nome – Humberto de Campos. Em 1912, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde construiu a parte mais

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

significativa de sua carreira jornalística. Em 1919, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e, no ano seguinte, elegeu-se deputado federal pelo Maranhão. Perdeu o mandato, quando da dissolução do Congresso pela Revolução de 1930. Segundo consta em nota divulgada pela ABL, em sua página oficial, no setor destinado à biografia de cada um dos acadêmicos, o presidente Getúlio Vargas seria “admirador do talento de Humberto de Campos” e teria procurado “minorar as dificuldades” do jornalista, oferecendo-lhe os cargos de inspetor de ensino e de diretor da Casa de Rui Barbosa.

A partir do volume *Notas de um diarista*, o leitor contemporâneo pode encontrar uma mescla entre ficção e história interagindo nos elementos anedóticos, mitológicos e políticos da crônica de Humberto de Campos. Gênero textual de grande popularidade no Brasil moderno, a crônica não goza de prestígio acadêmico, mas seu modo ligeiro de lidar com casos políticos e demais acontecimentos cotidianos contém certo investimento ficcional próprio aos conflitos de representação da nossa identidade nacional.

As *Notas de um diarista* são constituídas de um total de cem crônicas que foram editadas postumamente, sob forma de livro, posto que o escritor faleceu em 1934, no Rio de Janeiro. Poder-se-ia dizer que há uma espécie de baralhamento dos critérios de diferenciação do discurso historiográfico e do discurso ficcional na obra de Humberto de Campos, cuja oscilação tende a se decidir pela via da ficção. A crônica de Humberto de Campos, enquanto narrativa de parte da história nacional, desemboca em um discurso repleto de anátemas, dada a dificuldade em se estabelecer a verdade dos fatos, dificuldade observada na vida política brasileira, pelo menos, desde a era republicana.

A política, dizia Humberto de Campos, “é uma profissão, ou uma indústria, que só devia ser explorada pelos filósofos”. (CAMPOS, 1960, p. 194) Desse modo, as assertivas, dadas pelo autor, com relação a costumes, movimentos de sublevação social e efervescência cultural mostram sua perspectiva dentro de uma agenda de debates sobre um país em transição de um regime republicano a outro. Não obstante a demonstração dos pontos de vista de Humberto de Campos em suas crônicas, não é tarefa simples tratá-lo expressamente de conservador, liberal, legalista, pró-Primeira República, ou quaisquer outras denominações político-partidárias mais circunstancialmente precisas.

Assim, Humberto de Campos saúda a eleição de Santos Dumont como membro da Academia Brasileira de Letras, referindo-se ao “brasileiro mais notável do seu tempo e que é,

também, uma das maiores figuras do seu século” (CAMPOS, 1960, p. 53), quase no mesmo momento em que condena “o feio poema de sangue e lama” (CAMPOS, 1960, p. 27) da Guerra de Canudos, criticando o alto custo das expedições oficiais para combater os cangaceiros:

A impunidade de “Lampião” constitui, sem dúvida, uma vergonha da civilização brasileira, e reclamava, de há muito, a intervenção do Exército, isto é, de forças da União, para acabar com o escândalo da sua sobrevivência. Mas não reclamava, talvez, a honra de uma expedição tão vultosa, como essa que lhe está destinada. (CAMPOS, 1960, p. 33)

Humberto de Campos escreve sobre o que se passa no interior do Brasil, bem como nas nossas grandes cidades, além de dedicar-se a fatos que pontuam o noticiário internacional. É interessante a atenção que o cronista dispensa a questões referentes à emergência do movimento feminista, ou ao universo das mulheres em sentido lato. Em “A Renovação da campanha feminista”, o autor alude aos esforços empreendidos, por parte da sociedade civil, em favor da concessão do voto às mulheres. O cronista mostra que os argumentos que tinha antes da Revolução de 1930 permaneceram inalterados após o marco histórico, ainda que não se sinta confortável no novo regime político:

Cidadão de uma República desaparecida a 24 de outubro de 1930 e não naturalizado ainda naquela que a substituiu, é-me vedado, como já se me fez ver pela imprensa, tratar de assuntos que dizem respeito à economia interna e à segurança militar do país em que sou estrangeiro. (CAMPOS, 1960, p. 109)

O escritor manifesta-se, então, favoravelmente ao direito de voto “a todos os brasileiros que tenham atingido a maioria e que representem uma força consciente da nação, sem cogitações de sexo.” (CAMPOS, 1960, p. 111-112) Já na crônica denominada “Os males do feminismo”, Humberto de Campos resenha algumas estatísticas sobre as mulheres e o mercado de trabalho. Recenseamentos do início da década de 1930 apontariam que as mulheres com inserção em áreas tradicionalmente masculinas, como fábricas, escritórios e oficinas, ganhariam menos que os homens, embora estivessem ocupando os mesmos postos que seus companheiros. Este dado indicava um drama familiar, já que, no momento da crise, “industriais e comerciantes preferiram dispensar os homens, pois que as mulheres, em geral, têm salários menores.” (CAMPOS, 1960, p. 123)

O que chama a atenção no discurso narrativo empregado pelo autor maranhense é certa malícia com relação aos câmbios repentinos e supostamente inexplicáveis dos agentes políticos brasileiros, civis ou militares. Em todos os casos, Humberto de Campos parece escolher o percurso ficcional, para desmascarar a leviandade ou a volubilidade das instituições brasileiras. A crônica “Lenha verde e gente nova” versa sobre a situação de São Paulo após a Revolução Constitucionalista de 1932. Nota-se, aqui como em outros textos do autor, uma preocupação estética com a construção da narrativa, mediante o recurso anedótico e quase sempre moralizante, que atua tanto para o convencimento do leitor quanto para o esquivamento das posições “autênticas” do cronista, que se esconde na posição de estrangeiro em seu próprio país.

Dentre as crônicas compiladas no livro, aquela que mais atinge a contemporaneidade política brasileira é “Vivamos dentro da verdade”, na qual se relata a criação, pelo Governo Provisório que sucedeu à Revolução de 1930, de um Tribunal Especial. Este Tribunal teve como função principal “o julgamento dos crimes atribuídos aos homens públicos apeados do poder pela Revolução [de 1930]” (CAMPOS, 1960, p. 31), exemplo que ora acompanhamos com a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012. Esta Comissão apura as violações aos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Em seu tempo, Humberto de Campos pensava que a criação de um Tribunal Especial colocaria em xeque a própria ordem jurídica nacional e indicaria claramente a pouca confiança depositada na magistratura, carente ela própria de reformas. Preocupado com a repercussão do ato governamental que criara tal Tribunal Especial, sobretudo em relação à divulgação, no exterior, das mazelas do Brasil, Humberto de Campos dizia que

o funcionamento de um tribunal especial, de um aparelho alheio à magistratura comum, não seria mais do que a confissão de que ainda não se acha em vigor entre nós a ordem jurídica, protetora do direito das gentes. (CAMPOS, 1930, p. 32)

Cronista experiente e sabedor das dificuldades de seu ofício, Humberto de Campos se refere à vida de seus “companheiros desamparados” (CAMPOS, 1960, p. 8) e apela, com ironia, para São Francisco de Sales, padroeiro dos jornalistas, conhecido pela simplicidade e frugalidade de seus hábitos. O santo deve saber “o que é, em qualquer parte do mundo, um jornalista sem

trabalho, a suspensão de um jornal com os seus auxiliares atirados à rua, a crise, enfim, no seio de uma classe cuja atividade se desenrola num círculo estreito e fechado”. (CAMPOS, 1960, p. 8)

A relação entre literatura e jornal, como vem ocorrendo na historiografia literária brasileira moderna, foi fundamental para a consolidação tanto de uma opinião pública quanto de uma consciência estética e cidadã no leitor de crônicas. Observa-se a influência determinante do jornal sobre a literatura, sobretudo na criação de gêneros novos, como a crônica, e na problematização do estatuto da linguagem literária. Tema de inquietante reflexão na crítica especializada, “o conúbio entre escritor e jornal é contumaz, e não só em nosso país” (GALVÃO, 2004, p. 622), como lembra Walnice Nogueira Galvão. A autora considera que, no caso da literatura brasileira, parece ser positivo o saldo verificado entre o exercício do jornalismo e a prática da literatura entre nossos cronistas e articulistas.

Gênero híbrido por excelência, a crônica tem suas raízes na Grécia Antiga, mas demonstra uma pujante renovação ao longo dos séculos. Aquilo que compreendemos por crônica moderna ou contemporânea, consagrou-se por volta do século XIX, em decorrência da implantação da imprensa em vários países do mundo. Adaptada para o jornal, a crônica atinge o grande público, tem linguagem acessível e está próxima dos fatos cotidianos, os quais deve comentar, analisar ou transfigurar ficcionalmente.

Em artigo publicado no *Correio Mercantil*, entre 10 e 12 de janeiro de 1859, Machado de Assis exalta o jornal como a “propriedade do espírito moderno” (ASSIS, 1985, p. 945) e defende a necessidade de uma forma de comunicação “aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário, a verdadeira república do pensamento”. (ASSIS, 1985, p. 946) As observações de Machado de Assis corroboram não só a boa receptividade da crônica em nosso sistema literário, mas também a relevância deste gênero textual na consolidação da literatura brasileira enquanto tal.

Entre nós, a crônica tem atuado, dissimuladamente, como discurso-limite entre a ficção, a história e a literatura. Deveria, por isso, ser estudada de acordo com suas especificidades formais, as quais requerem uma investigação mais ampla, que não exclua o elemento literário de seus liames culturais, antropológicos e históricos. A propósito, convém ter em mente a hipótese de trabalho de Luiz Costa Lima, a respeito da dificuldade de separação entre o historiográfico e o ficcional. Embora ambos se utilizem do imaginário, e dele sofram certas restrições, é necessário

comparar a escrita da história com a ficção e a literatura, pois cada uma delas ocupa uma posição diferencial quanto à imaginação. A imaginação atua na escrita da história, mas não é o seu lastro. Porosa, a história não há de ser menos veraz. (LIMA, 2006, p.65)

Concebida e desenvolvida como filha do jornal, é um tanto difícil separar a crônica das páginas do periódico ou da revista onde apareceu. Existe, no entanto, um teste de validade para a crônica, que consiste justamente em ela passar do jornal ao livro. No argumento de Antonio Candido, “a crônica tem algo do repolho que vira flor” (CANDIDO, 2002, p. 208), e deve, de certo modo, libertar-se do jornal em que fora impressa, para que seu valor literário e o talento do autor sejam reconhecidos pelas gerações posteriores.

A obra de Humberto de Campos não se caracteriza por profundidade analítica; suas resenhas e crônicas apresentam frequentemente um viés ficcional, endossado pela tradição literária ou pela sabedoria popular. A própria Academia Brasileira de Letras, em nota biográfica já mencionada, não demonstra nenhum constrangimento em referir-se à “crítica literária de natureza impressionista” executada por Humberto de Campos.

Um dos supostos defeitos da crítica impressionista é sua incapacidade de resistir à passagem do tempo, devido a seu aspecto presumivelmente datado, bem como a seus argumentos de base subjetiva e aos procedimentos ficcionais utilizados para corroborar a “verdade” dos fatos. Mas o impressionismo – tomado como método amador de leitura e comentário de textos, na medida em que não é exercido em um ambiente acadêmico –, é congênito à crítica jornalística, desde Sainte-Beuve e Thibaudet, os padrinhos da crítica moderna de jornal. Como reivindica acertadamente Antonio Candido, “impressionista é todo aquele que prepara um artigo de uma semana para outra, baseado mais na intuição que na pesquisa, e se exprimindo sem espírito de sistema”. (CANDIDO, 2002, p. 47)

Toda a crítica impressionista, derivada do jornalismo literário do século XIX, tende a colocar-se contra o dogma ou contra todo tipo de racionalidade pretensamente metódica. Nesse sentido, a crítica impressionista é ficcional por vocação, pois a ficção, enquanto recurso heurístico indispensável para a teoria do conhecimento, situa-se entre o dogma e a hipótese. A ficção não carrega um fim em si mesma, ela é antes um meio para se alcançar alguma finalidade. Como adverte Costa Lima, “a ficção é sempre um meio de passagem” (LIMA, 2006, p. 277); ela é uma verdade fantasmática, mas de eficácia incontestável para o raciocínio. Sobre a utilização da ficção como meio heurístico de grande valia para o pensamento, Georges Picard nota que uma verdade

relativa sempre é uma verdade, posto que “a inteligência tem menos necessidade de fins que de meios para exercer seus poderes”. (PICARD, 1999, p. 188)

A tarefa de rever certos pressupostos que balizaram o entendimento da crônica brasileira das primeiras décadas do século XX deve, portanto, enfatizar a existência de um “impressionismo válido”, conforme a expressão de Antonio Candido. O cronista Humberto de Campos nada mais faz do que mobilizar os procedimentos ficcionais que encontra disponíveis, procedimentos, aliás, bastante conhecidos quando se trata de matizar os problemas de representação da cultura e da identidade brasileiras. Em sua especificidade, a crônica de Humberto de Campos é um tanto ligeira, como se espera desse gênero literário, que pretende oferecer “ao leitor o espetáculo de um espírito livre, nutrido no comércio sereno dos livros, sem tecnicismo nem dogma, liberal e jornalístico no melhor sentido de Thibaudet” (CANDIDO, 2002, p. 50), como finaliza Antonio Candido.

Referências:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Humberto de Campos: Biografia. Captado em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=640&sid=221>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O Jornal e o Livro. In: _____. *Obra completa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. V. 3. p. 943-945.

CAMPOS, Humberto de. *Notas de um diarista*. 1935 e 1936. São Paulo: Mérito, 1960.

CANDIDO, Antonio. Um impressionismo válido. In: _____. *Textos de intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002. p. 45-50.

CANDIDO, Antonio. Dois cronistas. In: _____. *Textos de intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002. p. 205-210.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Página de livro, página de jornal. In: SÜSSEKIND, Flora e DIAS, Tânia. (Org.) *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, Vieira e Lent, 2004. p. 622-630.

PICARD, Georges. L'intelligence ne sert pas à découvrir des vérités. In: _____. *Petit traité à l'usage de ceux qui veulent toujours avoir raison*. Paris: José Corti, 1999. p. 187-188.

A construção da identidade nacional no início do século XX sob o olhar de um escritor carioca.

Vanessa Kiara Rodrigues Milian
Mestranda – UEL/PR
kiaramilian@hotmail.com

“Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela”

Lima Barreto

RESUMO: A presente pesquisa propõe analisar a contribuição das crônicas do autor Lima Barreto para o estudo da Primeira República, principalmente no que se refere à construção de um ideário nacional. O autor foi contemporâneo ao período do pós-abolição e do fim da Monarquia e assistiu de perto a busca das políticas públicas pela modernização do país. Sempre refletiu de forma crítica em suas obras a exclusão social que a maioria da população sofreu e a negligência política em relação aos negros recém-libertos. Neste sentido, o estudo histórico sobre a Primeira República por meio das crônicas de Barreto, nos possibilita a entender a História enquanto processo dinâmico, principalmente no que se refere à relação entre passado e presente dentro de um diálogo de permanências e rupturas. Por meio do cotidiano vivido e observado pelo cronista, entendemos como o Rio de Janeiro foi palco de transformações urbanas, que acentuou as práticas exclusivas do governo.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto, Primeira República, cotidiano.

Introdução

A virada do século XIX para o XX foi marcada por um período complexo de transição, alguns países assistiram de forma gradual a modernidade se instalando, seja pelo avanço da Revolução Industrial, pela organização de Exposições Universais ou pela mudança de um sistema político para outros, como aconteceu no Brasil em 1889. Entretanto, independente das formas específicas que cada país se constituiu enquanto uma sociedade moderna, a consolidação de um sentimento de nação se fez necessário durante este processo.

Dentro desta perspectiva a discussão acerca da formação do nacionalismo é importante para entendermos as especificidades deste processo e principalmente realidade do Brasil no final do século XIX e início do século XX. A reflexão sobre a formação da identidade nacional brasileira se dá a partir da discussão historiografia da Primeira República e o diálogo com o pensamento do escritor carioca Lima Barreto, o qual em suas crônicas reflete o conflito entre a busca pela modernidade e a realidade social do país recém-saído do sistema escravista e da Monarquia.

O processo de consolidação do nacionalismo

Ernest Gellner em sua análise sobre o surgimento do nacionalismo, mais especificamente nas sociedades europeias, busca desconstruir a ideia “etapista” em que apenas no final do processo de transformação de uma sociedade “agro-letrada” para uma “industrial avançada” que se dava a construção deste sentimento nacional. Pelo contrário, são em alguns pontos de transição entre estes dois processos que o sentimento nacionalista se materializa.

O autor categoriza cinco estágios de passagem entre uma sociedade para outra, mas mais interessante que as características destes, é entender que a constituição da sociedade que entendermos por “moderna” advém de um processo longo de confluências com o passado e está inserida em um jogo de interesses maior. Neste sentido, a nação seria uma alternativa viável para englobar uma cultura geral, de diversos interesses para o seu próprio fortalecimento.

Neste sentido o nacionalismo está vinculado às transformações do próprio cotidiano, daquilo que é comum a todos, mesmo que de maneira diferente. Um exemplo é a própria resignificação das necessidades dos trabalhadores e do significado do trabalho na nova sociedade industrial:

Nossa teoria vinculou o surgimento do nacionalismo à transformação do trabalho: a cultura comum torna-se importante quando o trabalho deixa de ser físico e se torna semântico. Os membros de uma mesma comunidade em interação devem compartilhar um mesmo código padronizado... Mas sendo assim, por que tornaria o nacionalismo a diminuir quando a *semantização* do trabalho atinge o auge?... A resposta reside na desigualdade da industrialização, que maximiza as desigualdades e tensões dos primeiros estágios, nos pontos de entrada no mundo do trabalho semântico. (GELLNER, 2000, p.133)

No estágio avançado da industrialização o nacionalismo perde aquela unidade do início do processo, assistimos assim o aumento das diferenças entre as camadas sociais e o sentimento de uma nação que abarca as diferenças não faz mais tanto sentido. Durante o processo de materialização da industrialização, assistimos uma hostilidade entre os diferentes grupos sociais, entretanto com o auge do industrialismo, apesar de existir estas diferenças, o nacionalismo perde a sua função unificadora e assistimos a sua “domesticação”. (GELLNER, 2000, p. 135).

Dentro desta conjuntura, além da questão do trabalho, o surgimento de uma sociedade global, principalmente no pós 1945, acaba por priorizar as relações exteriores de sociedades distintas do que demarcar as fronteiras da mesma. O consumo, neste sentido se torna um fator comum e geral de muitos países, estes que já superaram o estágio de consolidação de suas fronteiras, por meio do discurso nacionalista – o qual ratifica a razão de existência de uma sociedade – mas que no mundo contemporâneo vive outros conflitos e necessidades.

Como o próprio Gellner analisou, cada sociedade teve um processo de construção do sentimento nacionalista de acordo com sua realidade histórica, suas necessidades sociais. Muitas tiveram pontos comuns, mas sempre seguindo as questões peculiares dentro da identidade de seu “povo”. No Brasil, assistimos no final do século XIX e mesmo antes o processo de criação de uma identidade nacional, a qual englobasse não apenas o que o país era, mas principalmente o que ele queria ser.

Período de transição: os aspectos que influenciaram a construção da Primeira República.

A razão de estudar a produção do escritor Lima Barreto, especificamente suas crônicas entre 1915 a 1922 é devido a uma preocupação de refletir a importância da inserção de novos agentes sociais na historiografia sobre a Primeira República, não apenas no sentido de trazer a história novos personagens marginalizados por outrora, mas como estes permitem uma compreensão mais complexa sobre o período estudado, além da busca pelo entendimento da configuração da sociedade atual. A literatura neste caso permite ao historiador entender a história por outros vieses, buscando as várias possibilidades para um mesmo passado e qual a relação deste mesmo passado com a sociedade que vivemos atualmente.

Há questões incontornáveis quando se trata de refletir sobre as relações entre história e literatura na modernidade, tendo em vista a fluidez das fronteiras que, mais do que separá-las, as aproxima. Ambas abordam temas comuns sob diferentes perspectivas, utilizam formas aproximadas para se concretizarem – a escrita em suas variadas dimensões. (CAMIOTTI; NAXARA, 2009, p. 17)

A transição do sistema monárquico para o republicano marcou a constituição social brasileira, a marginalização das camadas populares, mais especificamente a exclusão dos escravos recém-libertos, é o início de algumas tensões sociais que vivemos atualmente.

Se por um lado, o Brasil estava vivendo um período de modernização buscando civilizar-se após a implementação da República, por outro o governo tentava distanciar-se de seu passado escravista e monarquista, excluindo grande parte da população deste “novo” país. O autor Lima Barreto, por meio de seus romances, crônicas e escritos pessoais debateu de diversas formas esta dupla face da modernidade, da Primeira República brasileira, pois ao passo que o país se transformava em busca do novo, cada vez mais as camadas populares eram marginalizadas. Neste sentido, houve um retrocesso no tocante aos direitos sociais, que foram centralizados em um determinado grupo social, marginalizando todo o resto, que não se enquadravam no ideal de novo, moderno.

Além desta busca pelo estético, pelo moderno, o período foi marcado pelo aumento das epidemias e das cidades, o que culminou em uma política de higienização e propagação de modelos de família, hábitos e costumes, além do fechamento dos cortiços e expulsão das massas para lugares afastados sem apoio, causando surgimento das favelas e o rápido crescimento das mesmas.

O contingente populacional da capital aumentou rapidamente após a abolição, pois o Rio de Janeiro recebeu um grande número de libertos que chegavam de várias partes do país, além da própria imigração de diversos países. No que se refere à política, a República começou de uma forma autoritária, pois precisava impor seu novo modelo político e combater no campo simbólico tudo que o Império significou. Estas mudanças na paisagem, bem como nas políticas sociais ficaram registradas nos escritos de Lima Barreto, que não se conformava com a transformação que o Rio sofria, uma busca desenfreada pelo novo:

(...)É preciso acabar com essa história da Grécia e de imaginar que os gregos tinham uma única concepção da beleza e que foram belos, como os mármore que nos legaram. Convém não esquecer que tais mármore são imagens religiosas e sempre os homens fizeram os seus deuses mais belos, mesmo quando os fazem humanos. Mas, tudo isso não vem ao caso. Eu não me atrevo mesmo a dar opinião sobre a retirada das grades do Passeio Público. Hesito. Mas, uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada de árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a aridez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável. Nos subúrbios, as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras piedosos tamarineiros, vão

sendo ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas (...). (BARRETO, 1961, p.87-88).²¹⁶

A intelectualidade brasileira passou por diversas mudanças no período da instauração da República, outras profissões estavam surgindo, tal como a institucionalização da profissão do escritor, que se materializava nas redações dos jornais e nas publicações de livros. Os grandes jornais eram os maiores veículos de transmissão da ideologia política, tinham uma função “pedagógica” de “educar” dentro dos ideais republicanos a população brasileira.

Outros fatores como o medo branco em relação aos negros, na transição do trabalho escravo para o livre – devido ao grande número de negros que começaram a ocupar o espaço urbano – contribuíram para o desejo de segregação dos espaços públicos e privados, mas apesar da tentativa de se fechar os cortiços, eram neles que os negros e imigrantes iam morar em maior número. Entretanto, as políticas públicas invadiam os espaços privados: ditando comportamento, “orientando” como dividir os cômodos das casas e o modelo ideal de família. As Vilas Operárias são exemplos de controle dos patrões, sobre os operários até mesmo fora da fábrica.

Em meio às políticas de segregação, a padronização do comportamento e a exclusão dos diferentes, a cultura popular continuava se expressando: na literatura, música, nos botequins e na própria luta diária pela sobrevivência. As lutas pelos espaços continuaram, o centro urbano que era para ser usado pela elite, passa a ser palco de manifestações populares como o carnaval. A resistência era mostrada nas greves, sabotagens e nas “repúblicas populares” tais como a Pequena África e os bairros de imigrantes.

Lima Barreto e seu olhar para o Moderno.

²¹⁶ Parte da crônica *A Derrubada*, publicada pela primeira vez no Jornal *Correio da Noite*, em 31 de dezembro de 1914.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Afonso Henriques de Lima Barreto, nasceu no dia 13 de maio de 1881, filho João Henriques e Amália Augusta, seu pai era tipógrafo da Imprensa Nacional até o final da Monarquia, sua mãe fora professora e faleceu em 1888, o ano da abolição da escravatura. Seu pai era mulato e sua mãe filha de escrava com português, sua origem é muito importante pra entender seu posicionamento com o novo sistema político.

Seus pais sempre apoiaram seus estudos e viam neste um caminho para a ascensão do jovem Afonso Henriques. Ele estudou na escola da família até a morte de sua mãe, indo depois para escola pública D. Teresa Pimentel do Amaral e entra, em 1895, no Colégio D. Pedro II, financiado pelo seu padrinho, Visconde de Ouro Preto. Finalmente em 1897 termina os preparatórios e entra na Politécnica, entretanto o sonho de seu pai de ver o filho da Politécnica, não fora suficiente para que Lima Barreto terminasse seu curso, ora por desmotivação por parte dos professores e colegas que não concordavam que um “mulato” frequentasse o mesmo espaço dos filhos da elite, ora por não se ver no mundo dos “doutores”. Entretanto devido as dificuldades em casa, a falta de condições para mantê-lo nos estudos e a loucura de seu pai em 1902, Afonso Henriques decide prestar concurso público para Amanuense no Ministério da Guerra e assume o cargo no ano seguinte.

Em 1905 começa escrever para o *Correio da Manhã* e em 1906 inicia o seu romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, escreve para revista *Fon Fon* e junto com amigos lança a revista *Floreal*. O autor escolheu para ser seu primeiro romance conhecido *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado em Portugal, devido à falta de oportunidade e enquadramento de fazê-lo no Brasil.

O autor ficou internado duas vezes no Hospício Nacional de Alienados, a primeira vez, em 1914, devido o uso excessivo do álcool e depressão, em 1918, quando pede aposentadoria do Ministério e no ano seguinte é internado novamente. Podemos entender estes momentos da vida de Barreto pela leitura de seus diários, obras de caráter reflexivo as quais encontramos desabafos de alguém que sempre se esforçou para mostrar suas habilidades enquanto escritor, mas não encontrou uma receptividade esperada.

Alguns de seus romances foram publicados em folhetins, outros foram bancados pelo próprio escritor para serem publicados. Podemos notar em sua obra, desde o período da Primeira

Guerra Mundial, a intensificação de sua militância literária e, a partir de 1919, além da publicação de *Vida e Morte J.M Gonzaga de Sá* pelo seu ídolo Monteiro Lobato, Lima Barreto passa a escrever para vários jornais. Após a saída do hospital, intensifica sua carreira de jornalista, além de terminar algumas obras inacabadas com o intuito de ter uma fonte alternativa de renda com as publicações de suas obras e o trabalho no jornal.

Em 1921 Lima Barreto conhece Monteiro Lobato quando aquele seguia viagem para Mirassol no interior de São Paulo, buscando nesta cidade do interior um clima melhor para sua frágil saúde. E neste momento conhece “os moços de São Paulo” (participantes da futura Semana de Arte Moderna). O autor morreu sem atingir o que desejava, o reconhecimento enquanto escritor em seu período de produção, entretanto este foi gradual, começando apenas no final de sua vida, mas nada comparado ao que viria depois. A importância e contribuição de Lima Barreto são inúmeras, em suas obras resgatamos não apenas agentes sociais que foram excluídos do período, mas também da historiografia, esta que por muito tempo manteve seu caráter político sobre este momento histórico.

A pesquisadora Nádia Maria Weber Santos em seu artigo *Lima Barreto muito além dos cânones* tece uma análise muito enriquecedora no que se refere às produções do escritor carioca, partindo do levantamento bibliográfico do mesmo e questionando a razão de suas obras serem publicadas ou reeditadas apenas 30 anos depois do seu período de produção. Dentro destes questionamentos, Santos analisa o ato combativo de Barreto devido à sua condição social e à exclusão sofrida pelo mesmo em vários aspectos da sociedade brasileira: a exclusão dentro do meio intelectual, o qual muitas vezes apontou a literatura do escritor como autobiográfica, a exclusão sofrida diante do novo sistema político brasileiro, seja por sua origem racial ou social e por não se enquadrar na literatura dominante da época.

Porque as obras do autor foram “redescobertas” apenas 50 anos depois? Ele foi um moderno do seu tempo; para além dos cânones. Ele encontrava em sua experiência marginal, em sua sensibilidade de escritor e, não menos importante, nas ruas do Rio de Janeiro, uma forma de expor o momento social, cultural, político e econômico pelo qual passava o Brasil. Era um momento de passagem, uma transição, que anos depois seria pensado, também, a partir de suas obras. Sua vida, marcada por sentimentos de profunda solidão e de exclusão, foi matéria prima para seus escritos, não obstante o literato tenha extrapolado estes sentimentos para dar forma a uma forte obra literária. Lima insurgiu-se contra a ordem estabelecida nos cânones literários e contra o cerceamento da liberdade na sociedade carioca que se modernizava rapidamente. (SANTOS, 2011, p. 4).

A Literatura e a História

Maria Cristina Teixeira Machado em seu estudo *Lima Barreto: Um pensador social na Primeira República* parte de um estudo social para entender a representação sobre a modernidade nas obras de Barreto. A socióloga utiliza-se da literatura como fonte e forma específica de debater o conhecimento social do período, principalmente as tensões que cercaram a implementação da República. O caráter urbano, o realismo social está presente nos escritos do autor, mas principalmente a sua origem social é refletida em sua forma de pensar. O autor tentou a vida inteira dissociar o conceito de inteligência relacionada à condição social, entretanto “a violência da sociedade brasileira que, pelo preconceito, restringe as possibilidades de vida aos negros e aos seus descendentes, está presente em toda obra de Lima Barreto” (MACHADO, 2002, p.57).

Maria Cristina analisa o fio condutor nas obras do escritor, um “grito de dor”, desabafo, decorrente da marginalidade sofrida por Barreto em relação ao campo da “República das Letras”(MACHADO, 2002, p.66) este campo literário o qual o autor distancia dos cânones do momento, ou melhor, no qual não obteve o reconhecimento almejado e merecido em seu período de produção.

As condições existenciais de Lima Barreto e o intenso sofrimento que delas decorreu foram marcas tão fortes em sua literatura, que lhe imprimiram não só a temática dominante – a questão do preconceito enlaçada em traços bibliográficos – como também a forma literária que rompe com os cânones estabelecidos até então no universo literário brasileiro. Sua obra transforma em um grito de protesto contra sua origem, contra o sofrimento dos que vivem nas mesmas condições. (MACHADO, 2002, p.58).

Lima Barreto durante sua trajetória colocou a literatura como objeto máximo de sua vida, introduziu ao campo a temática social, a militância literária e vivenciou a própria transformação da imprensa e se tornou um grande colaborador de jornais com cunhos sociais e políticos. O autor buscou estabelecer o papel entre o intelectual e seu público, por meio de uma linguagem clara e uma escrita simples.

Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, obra do historiador Nicolau Sevcenko, faz um estudo intenso sobre este período a partir do diálogo historiográfico com as obras de Lima Barreto e Euclides da Cunha. Este momento é caracterizado por uma transição política a qual necessitava inserir o país dentro do contexto exterior a si, o da *Belle Époque*, mas que vivia o paradoxo da sua realidade social: modernizar-se a todo custo, mesmo que

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

para isto fosse necessário excluir grande parte da população que não condizia com este ideário civilizado.

Aos intelectuais que não se enquadravam ao modelo civilizatório, “restou” pensar, criar e escrever de outra forma, carregar suas obras de um caráter militante, caracterizado por uma crítica ativa ao novo sistema político e aos elementos que o cercavam: a mudança dos espaços, a exclusão social e a padronização de comportamentos. Lima Barreto e Euclides da Cunha, segundo o Sevcenko, são importantes para a compreensão deste período, para compreender o ponto de encontro entre ciência, cultura e história.

Realmente, poucos índices podem proporcionar uma visão tão transparente dos principais campos de tensões históricas que marcam o período sob estudo, quanto um cotejamento crítico entre as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Definindo as perspectivas fundamentais que se colocaram aos agentes e pacientes dos processos de mudança então em curso, esses escritores opõem-se num choque radical, envolvendo a totalidade das suas obras. Desde os tratamentos temáticos, os procedimentos literários, gêneros e técnicas narrativas, suas obras se contrapõem em sentido simetricamente inverso, com uma linguagem e seu espectro espetacular, evidenciando um divórcio irremediável entre as visões de mundo e dos dois autores. (SEVCENKO, 2003, p.141-142).

Lima Barreto, segundo Sevcenko, traz à literatura uma originalidade a qual não distingue estilos literários, elevando assim em seus escritos um caráter combativo, social, além da busca pelo estético. Barreto conseguiu, portanto, discutir uma amplitude de temas diversos, mas sempre se ocupou do cotidiano, as baixas camadas sociais, as transformações dos ambientes, ou melhor, do Rio de Janeiro. Elementos estes que são importantes para o estudo historiográfico do período. Segundo o historiador:

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer a si a revelação dos seus focos mais candentes da tensão e mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. (SEVCENKO, 2003, p. 29).

O escritor carioca, neste sentido, deixou uma obra muito vasta, caracterizado como um romancista social o qual colocou como seus protagonistas personagens sociais que viviam a margem do sistema. Em um estilo diferente, por meio da crônica, também sempre posicionou sua visão de mundo e suas reflexões acerca da Primeira República. O livro *Marginália* publicado inicialmente em 1953 reúne uma grande gama de seus artigos e crônicas, muitos publicados em

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

jornais que era colaborador, outros sendo publicado apenas na década de 1950. Como já elencado, estas publicações e reedições de suas obras mostram que o reconhecimento que Barreto sempre almejou em vida, aconteceu 30 anos após sua morte.

Considerações finais

Ernest Gellner tece uma reflexão sobre o surgimento da nação, o papel do nacionalismo e argumenta que é na junção de mais de um sistema político, nas sociedades em transições que este “sentimento” surge. Se no início do industrialismo o nacionalismo é intenso, em uma sociedade industrialmente avançada, este é decrescente, pois após a constituição de um território enquanto Estado, o nacionalismo é domesticado, pois o mundo se torna cada vez mais conectado, cada vez mais global.

O Brasil, no entanto, devido a sua constituição histórica faz parte de uma realidade diferente trabalhada por Gellner, mas não deixou de passar pelo processo de construção do nacionalismo. Este que esteve atrelado ao novo sistema político, o qual desejava construir uma nação “civilizada” e “evoluída” por meio de uma importação de modelo e costumes.

Lima Barreto foi um crítico destas práticas e desde o início da sua carreira literária foi contra este modelo de nação, imposto de cima para baixo, e principalmente contra o modelo civilizador que excluía a maior parte dos brasileiros. O autor observou de forma atenta e com certa ressalva as transformações urbanas, o comportamento das elites políticas e o rumo que a nova nação iria seguir. Neste sentido o uso das crônicas do autor como fonte histórica para entender o Brasil do começo do século XX é enriquecedor para a discussão sobre o que significa o período, quais as estratégias foram adotadas para construção de um imaginário nacional na época e qual era a realidade das populações que ficaram a margem do sistema “civilizatório”.

Fonte

BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

CAMILOTTI, V, NAXARA, M. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. História: *Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. Editora UFPR, 2009.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: Gopal Balakrishnan. (Org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. p.107-154

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: Um pensador social na Primeira República*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

PESAVENTO, S. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2006. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/1560>> Acesso em 10 fev 2013.

_____. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Lima Barreto muito além dos cânones. In Dossier Thématique : Brésil, Questions Sur Le Modernisme / Dossier temático: Brasil, cuestiones sobre el modernismo *Artelegie*, Primavera 2011 2011 no. 1 p. 230-260.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

João Pinheiro e Diogo de Vasconcellos: vozes dissonantes no *Instituto Histórico Mineiro*?

Mariana Vargens Silva
Graduanda - História UFMG

marianavargens@gmail.com

RESUMO: Analisaremos neste trabalho dois discursos apresentados na inauguração do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, enquanto referências para a historiografia mineira, que passava por um processo de reformulação em decorrência da Proclamação da República. Participaram deste evento duas figuras que manifestaram no passado posições políticas antagônicas. Referimo-nos a João Pinheiro da Silva, militante ativo da República, e Diogo de Vasconcellos, defensor do cristianismo e antigo monarquista.

PALAVRAS-CHAVE: História da historiografia, Instituto Histórico e Geográfico, Minas Gerais.

Com a instauração da República, as antigas *províncias* passam ao estatuto de *estados* que compunham a Federação. A maior autonomia dos estados era um desejo amplamente reivindicado no movimento republicano, influenciado pelo positivismo de Augusto Comte, que defendia a ideia de “pequenas pátrias” (IGLESIAS, 1974: 14). Contudo, mesmo com a aparente vitória política, a sociedade passa por um momento de incerteza e ao mesmo tempo de grande expectativa quanto ao futuro republicano. Nesse momento de conflito, era preciso construir uma identidade forte, que definisse o estado perante os demais, mostrando, inclusive, como se inseria de maneira destacada e ativa na grande história do país, e, em alguns casos, mais do que isso: mostrar como a história daquele estado era propriamente a parte mais significativa da história do Brasil republicano. Para esta tarefa os intelectuais do período foram buscar no passado elementos que permitissem explicar o que estava acontecendo no presente, e, com base nesta explicação, poder projetar um futuro à altura de suas aspirações.

Nesse contexto, surgem os institutos históricos estaduais, herdeiros do modo de fazer história do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), mas buscando afastar-se da ideia de construção de uma “história geral do Brasil”, que já não satisfazia suas expectativas federalistas. É válido lembrar, todavia, que também o IHGB passava por reformulações nesse período, adaptando-se ao novo regime. A ideia da

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

criação de institutos históricos nas províncias do Império já constava no estatuto do IHGB desde sua criação, em 1838. Entretanto, como afirma Lúcia Paschoal Guimarães, o que houve foi uma “inversão nos planos traçados pelos fundadores do IHGB, que imaginaram a expansão da ‘Casa da Memória Nacional’ de dentro para fora, promovida por sua própria iniciativa” e na prática o que tivemos foi a solicitação das províncias para a fundação ou o reconhecimento destas “filiais” pelo IHGB, tido como “matriz” do Rio de Janeiro (GUIMARAES, 1994: 172-173). Os dois primeiros institutos estaduais de que se tem notícia a solicitarem este reconhecimento foram o do Rio Grande do Sul, criado em 1853 e refundado em 1860, e o *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que surgiu em 1862. Após a Proclamação da República, no entanto, há a criação de vários institutos estaduais ao longo território nacional. Apenas para citar alguns exemplos, temos neste momento a criação de institutos históricos no Ceará, 1887; na Bahia, em 1894; em São Paulo, 1895; Santa Catarina, 1896; Rio Grande do Norte, 1902; Paraíba, 1905; e em Minas Gerais, 1907.

O presente trabalho analisa duas propostas para a nascente historiografia mineira, feitas na inauguração do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), realizada no dia 15 de agosto de 1907. Tais propostas foram proferidas por duas figuras que desfrutaram de trajetórias políticas bastante distintas, ainda que suas formações intelectuais tivessem ocorrido em instituições similares. Referimo-nos a Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos, antigo monarquista, e João Pinheiro da Silva, conhecido por seu protagonismo no Partido Republicano Mineiro.

Trajetórias políticas e intelectuais

As reflexões a respeito da interação entre intelectuais e política no Brasil em fins do século XIX e inícios do XX ganharam expressão com os trabalhos da socióloga Ângela Alonso e da historiadora Ângela de Castro Gomes. Ambas as autoras trazem a ideia de que nesse período não é consistente assumir uma clara separação entre o campo intelectual e o político, pois os intelectuais são, simultaneamente, produtores e mediadores de interpretações da realidade social (ALONSO, 2000; GOMES, 2009). Minas Gerais fornece um bom exemplo a essa teoria, pois o encargo de se pensar e escrever a história, tida como elemento básico para a compreensão da sociedade, é tomado como responsabilidade de seus políticos.

Oferecemos uma rápida análise das trajetórias intelectuais - e políticas, portanto - de Diogo de Vasconcellos e João Pinheiro, o que nos será de grande auxílio para compreender suas proposições a respeito da história. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos nasceu em 1843, na cidade de Mariana. Filho de uma tradicional família mineira, que deu origem a vários políticos do estado, desde cedo foi marcado por uma forte religiosidade católica e um conservadorismo político em prol da Monarquia. A formação inicial de Vasconcellos se dará no Seminário de Mariana, o mesmo lugar em que anos mais tarde

estudará João Pinheiro. Após este período estudou em Congonhas do Campo, e então, no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Logo em seguida, começa o seu curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se gradua em 1867. (SILVA, 2010)

Um pouco antes, e já em um ambiente que ensaiava transformações políticas no país, nasce no Serro, em 1860, João Pinheiro da Silva, filho de imigrante italiano e de uma brasileira de família pouco abastada. Ele e seu irmão mais velho, José Pinheiro, concluíram seus estudos de Humanidades no Seminário de Mariana. José optou por ordenar-se padre naquele mesmo seminário, mas João Pinheiro tinha outros planos em mente. (BARBOSA, 1966)

Enquanto isso, Vasconcellos atuava como membro do Partido Conservador Mineiro e ocupou os cargos de Deputado Geral e Provincial por diversas legislaturas. Na década de 1870, durante os conflitos da Questão Religiosa, manteve-se em oposição ao gabinete Rio Branco, defendendo os bispos e a religiosidade. Ao longo da década de 1880, Vasconcellos intensificou seus esforços nos jornais, convocando os eleitores conservadores a votar, pois percebia que seu partido caía cada vez mais na impopularidade, à medida que seus rivais liberais se fortaleciam. Colaborou, assim, em vários periódicos do estado, como, por exemplo, o *A Província de Minas Gerais* e o *Jornal de Minas*. (SILVA, 2010)

Após um período na *Escola de Minas de Ouro Preto*, João Pinheiro transfere-se para São Paulo em 1883, onde inicia seu curso jurídico, no mesmo lugar em que havia se graduado Vasconcellos. Em 1886, alista-se como eleitor em São Paulo, declarando-se republicano. No ano seguinte, recebe a carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela *Faculdade de Direito da Cidade de São Paulo*. Em 1888 retorna a Ouro Preto, começa a atuar como advogado e a participar do Partido Republicano da Capital, trabalhando intensamente no movimento republicano. Já em 1889, junto a Antônio Olinto dos Santos Pires, dirige o jornal republicano *O Movimento*.

Mesmo após a Proclamação da República, Vasconcellos mantém seu saudosismo monárquico, mas isto não será empecilho para que continue participando da vida política – inclusive incentivando litígios, como o da mudança da capital do estado. Vasconcellos defendia a permanência da capital em Ouro Preto, liderando o grupo dos “não-mudancistas”, e com isso estabelece um confronto direto com João Pinheiro, que apoiava transferência. As discussões se dão no nível da imprensa, através, principalmente, dos periódicos, *Jornal de Minas* e *O Movimento* (SILVA, 2012). Em 1893, entretanto, após o término do seu mandato de Presidente da Câmara de Ouro Preto, afasta-se da política para dedicar-se à advocacia, ao jornalismo e à história. Em 1901, Vasconcellos lança sua primeira grande obra, *História Antiga das Minas Gerais*, reeditando-a ampliada em 1904.

Em 1892, João Pinheiro também se afasta do meio político, possivelmente desiludido com os rumos que a República havia tomado. Passa a se dedicar à fábrica de cerâmica, que funda em Caeté (1893),

e ao ofício de professor, que exerce na *Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais*, ocupando a cadeira de “Direito das gentes, diplomacia, história dos tratados”, do curso de Ciências Sociais. Entretanto, retorna à cena política em 1903, como organizador do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Em 1906 João Pinheiro é eleito como Presidente do Estado de Minas Gerais e no mesmo ano, dá início aos primeiros movimentos de reforma do ensino no estado. Foi neste cargo que fundou o *Instituto Histórico e Geográfico Mineiro*, em 1907, ao lado de destacados nomes do cenário político em Minas Gerais, como Augusto de Lima, Nelson de Senna, Carlos Ottoni e, inclusive, Diogo de Vasconcellos. Entretanto, não cumpre seu mandato até o fim, pois morre em outubro 1908, aos 47 anos.

Já dentro do *Instituto*, Vasconcellos lança sua segunda grande obra em 1918, a *História Média das Minas Gerais*. Suas obras, apesar das críticas que receberam na época e que recebem ainda hoje, são consideradas como trabalhos de grande valor para a historiografia mineira. Após anos de dedicação à escrita da história do estado, Vasconcellos morre em 1927, com 84 anos.

Percebemos que, apesar de frequentarem instituições semelhantes, os dois políticos o fazem em momentos bastante distintos no cenário da política nacional. Vasconcellos, mais velho, se posiciona a favor do regime vigente, seguindo a tradição de sua família, e, após a queda do Império, torna-se um saudosista do passado monárquico. João Pinheiro, por sua vez, integra-se na corrente de insatisfeitos com o Império e se concentra no futuro republicano que se abria no horizonte da nação. Apesar de o *Instituto Histórico Mineiro* só surgir anos mais tarde, o passado político de ambos deixa-se perceber nas entrelinhas dos discursos proferidos, definindo modos distintos de se pensar a escrita da história que pretendiam fundar no estado.

A instalação do *Instituto Histórico Mineiro*

Fundado em 17 de junho de 1907, o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* proferiu sua sessão solene de instalação no dia 15 de agosto do mesmo ano. Uma prática que se tornou recorrente foi o convite de membros do IHGB para a participação nas reuniões especiais da associação, o que estreitou ainda mais a relação entre as duas instituições. Na sessão de instalação, Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, esteve presente como convidado especial e proferiu um discurso que colocava a criação do *Instituto* em Minas dentro dos planos do próprio IHGB, fazendo questão de recordar que constava no Artigo 9º do primeiro estatuto do grêmio carioca a ideia de ramificar-se nas províncias do Império, para facilitar a reunião dos documentos necessários à escrita da história e ao desenvolvimento da geografia do Brasil - o que se deu de forma invertida, como já dissemos.

A história é definida por Fleiuss como “elemento social mais decisivo”, servindo às necessidades concretas da sociedade, mesmo porque “a época das banalidades literárias (...) passou” – a história deveria

ser desenvolvida de maneira séria, pautada na razão, deixando para trás a visão da história como gênero literário, ideia que se remete à tradição greco-romana clássica e, de certo modo, à historiografia desenvolvida no Brasil ao longo do século XIX. Para se enfrentar as transformações políticas e sociais que estavam acontecendo naquele momento, era necessário compreender profundamente a história, que “habitua à variação das formas sociais e dissipa os receios dessas mudanças”. Para Fleiuss o trabalho do historiador estava imbuído de tamanha importância que concorda com Oliveira Viana quando este afirma que até aquele momento “o Brasil tem tido (...) grandes pesquisadores, como Varnhagen, mas não possui ainda um grande historiador” (FLEIUSS, 1927: 229-233).

Fleiuss cita uma série de autores, dentre eles Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos, de quem os trabalhos realizados até aquele momento “são magníficos subsídios que poderemos oferecer ao definitivo historiador que não tardará”, assim como a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, deixando transparecer sua crença em uma história, ou um historiador – para usar seus próprios termos -, “definitivo”, ao mesmo tempo em que faz uma forte crítica à historiografia praticada até aquele momento no estado, retirando seu *status* de “história” e transformando-a em “fontes” para o verdadeiro trabalho historiográfico que ainda estava por se realizar. O discurso de Fleiuss segue – ou é seguido – de acordo com o do próprio IHGMG, que se pretende fundador não de uma nova, mas da própria escrita da história no estado, uma vez que as iniciativas anteriores não mereciam tal estatuto.

Finalizando seu discurso, Fleiuss recordará um evento da história mineira que também aparece nos discursos de João Pinheiro e de Diogo de Vasconcellos, proferidos na mesma sessão. Referimo-nos à chegada dos bandeirantes paulistas, que para o historiador “oferecem margem para fecundas pesquisas”, e devem ser vistas como “invasões beneméritas”, pois tiveram por consequência a descoberta das riquezas da pátria.

Adentremos, neste ponto, nas propostas dos intelectuais mineiros para a escrita dessa história, que nascia digna de ser reconhecida como tal a partir daquele momento. Acreditamos que esses discursos, e também os proferidos na sessão de fundação, que analisaremos em outra oportunidade, marcam a forma – ou as formas – da escrita da história dentro da instituição, e é possível que, sem deixar de lado os diálogos com a produção externa - seja do IHGB, seja a nível internacional - forneçam os referenciais metodológicos para o tratamento da história e definam os contornos do objeto – a história de Minas Gerais – constituindo os “textos de fundação” da historiografia mineira, para lançar mão da expressão de Manoel Luiz Salgado Guimarães (GUIMARAES, 2008: 393-414).

Diogo de Vasconcellos e a “hermenêutica do cristianismo”

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Vasconcellos é eleito como orador perpétuo do IHGMG, e abre sua fala na inauguração do *Instituto* ressaltando a importância da criação do grêmio para o povo mineiro, que “sentia falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais” (VASCONCELLOS, 1909: 213-214). Já aqui a história é apresentada como elemento unificador e homogeneizador da sociedade: estão suprimidos os conflitos e divergências.

Em seguida, Vasconcellos levanta uma longa lista de pensadores europeus que refletiram sobre a história até aquele momento, dos quais discorda em grande parte. O discurso de Vasconcellos ainda carece de um estudo aprofundado que identifique com maior precisão os autores com quem dialoga, no entanto, este não é o objetivo do presente trabalho. Por hora, nos limitaremos a seguir o raciocínio do historiador, nos concentrando na forma como ele lida com suas fontes na construção de seu discurso. Vasconcellos aborda, por exemplo, a doutrina de Hegel, “que nos ensina que a história é a justificação divina, mostrando-nos como Deus se manifesta na vida coletiva dos homens”, mas o orador afirma que, se tudo fosse obra de Deus, o bem e o mal ocupariam posição de igualdade, o que torna a ideia inaceitável (VASCONCELLOS, 1909: 217). Sem necessariamente negar o discurso religioso, Vasconcellos identifica outras forças atuando sobre a história, para além da divina.

Consideramos conveniente transcrever uma passagem da fala do orador, ainda que demasiado extensa, com a finalidade de recuperar suas expressões e a maneira como ele desliza pelos discursos sobre a história. Sobre Augusto Comte, afirma,

Espírito genial, mas puramente científico, preocupado exclusivamente de fatos e algarismos, alma todavia leal, e honesta, no dizer de Guisot, Augusto Comte a seu turno se fez inovador e dogmaturgo. Sem se falar de sistema ateuista (...), o Mestre se apresentou fazendo descobertas, e propondo a história uma nova filosofia.

Mas, senhores, a maior descoberta de Comte resulta da semelhança com as três idades de Vico, e a sua crítica histórica iniciada desde os tempos de Santo Agostinho, coordenada por Volney, não excede em mérito à Ciência Nova daquele mesmo insigne Napolitano.

O sucesso do grande inovador se fez notável pelo emprego exclusivo do método experimental, pelas tendências materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo ceticismo metafísico de Kant, em meio das classes matemáticas e especulativas, que preferem sobre tudo os métodos a priori.

Proclamando o progresso, por fim, supre o ideal humano e para tanto invoca a história que trunca e desencadeia a propósito e a medida de conclusões

antecipadas. Comte não pode alegar ter feito uma filosofia para a sua história, mas uma história para a sua filosofia.

Tomando de Bukle o modo de observar os fatos, de que se deduzem logicamente as consequências, concebeu igualmente a ideia de leis gerais segundo a história, à semelhança das leis fatais que regem os astros e produzem os fenômenos.

No positivismo caímos, portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que respeita ao mundo moral. (VASCONCELLOS, 1909: 217)

Desse modo fica claro que, para Vasconcellos o positivismo não tem utilidade para a história, pois se aplica ao mundo das ciências naturais, e não “ao mundo moral”, onde localiza a história. “Nestas condições”, ele afirma, “rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel (...), o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada” (VASCONCELLOS, 1909: 217). Após esse longo balanço historiográfico, condição para um trabalho sério de história no início do século XX, ao mesmo tempo em que se esforça em desacreditar a produção realizada até ali, Vasconcellos se pretende inaugurando uma nova teoria para a história, que coloca como a melhor opção para os futuros trabalhos – a “hermenêutica do cristianismo”.

Por “hermenêutica do cristianismo”, o autor demonstra compreender uma teoria composta por “três verdades”, que são, por sua vez, a Verdade Filosófica, “tríplice ciência das coisas intelectuais e morais”; a Verdade Religiosa, “conhecimento de Deus, manifestado no culto”, que por natureza ama o passado; e, por fim, a Verdade Política, que representa a ordem, ou seja, “a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público”. De acordo com este raciocínio, é da interação entre estas três dimensões – política, religião e filosofia - que os “fatos” históricos acontecem, partindo-se do pressuposto da existência de uma “verdade” a respeito delas. A Verdade Política seria disputada pelas duas anteriores (Religiosa e Filosófica), mas elas se equilibram, pois mesmo que combatam entre si, nunca poderão se destruir. Ainda sobre este assunto, Vasconcellos afirma que, “a maneira apaixonada (...) de se encarar na história o fenômeno do progresso dá em resultado das lutas os desvarios, que no desespero proclamam a fatalidade das coisas. O cristianismo, porém, separando aquelas três verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competência, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuízo da Providência” (VASCONCELLOS, 1909: 217-218). Ancorada na filosofia cristã, a história de Vasconcellos preserva as dimensões de razão e religião, colocando-as em posições semelhantes, ainda que com declarado predomínio da divindade.

A imparcialidade surge na fala do orador como um elemento importante para a escrita da história, e ele nos oferece uma mostra do que entendia por “imparcialidade”. Diz Vasconcellos, “ao historiador (...) decorre o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difícil, no campeonato das letras. (...) A crítica tem de ser (...) imparcial e justa, não somente com os tempos, se não ainda mais com os homens.” Os povos “não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos” (VASCONCELLOS, 1909: 218). Ao mesmo tempo em que lança bases para se pensar os problemas do anacronismo no ofício do historiador, a disciplina transforma-se aqui em instância para julgamento das ações humanas, como Manoel Guimarães já identificava na historiografia do século XIX (GUIMARÃES, 2006: 67-85), ainda que, para Vasconcellos, esta concepção não se relacione necessariamente com a redução do papel da Igreja enquanto instituição referencial de valores, mas, como no exemplo anterior, religião e história são dimensões que ele aproxima constantemente.

Tal como fizeram os demais oradores da noite, Vasconcellos traz ao fim de seu pronunciamento o descobrimento das terras que se tornariam Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, como o aspecto da história mineira que deveria ter lugar de destaque. Considerando os princípios historiográficos elencados acima, os historiadores mineiros tinham a missão de ressaltar a “origem privilegiada” do estado, pois é “descendente de generoso sangue paulista” (VASCONCELLOS, 1909: 219). São as “invasões beneméritas” de que fala Fleiuss, ainda que por motivos diferentes, ou seja, não por fornecer riquezas à nação, mas por legar uma tradição conservadora e católica ao estado, aspectos caros à Vasconcellos.

João Pinheiro e a necessidade prática da história

Enquanto um dos expoentes do Partido Republicano de Minas Gerais e Presidente do Estado, João Pinheiro é muito conhecido por sua ação política, tanto pelos investimentos que fez na educação em Minas Gerais - especialmente no desenvolvimento do ensino técnico -, quanto por sua defesa do liberalismo, e ainda por seus esforços em afastar a Igreja dos assuntos do Estado. Entretanto, buscamos recordar aqui suas contribuições intelectuais, pois foi um dos grandes incentivadores da produção historiográfica em Minas, além de leitor entusiasta e difusor das obras de Roosevelt, como afirma Francisco de Assis Barbosa (BARBOSA, 1966: 13-15).

O presidente do *Instituto* abre sua fala na sessão de inauguração da seguinte maneira: “Ao Estado de Minas faltava, para a sistematização completa da sua vida social, a instituição que ora inauguramos”. João Pinheiro demonstra ser o mais preocupado com o caráter social e prático da história, afirmando que, mais do que um prazer intelectual, a história deve servir “as fecundas e positivas cogitações da atualidade, na solução premente de problemas mais necessários, que resguardem o futuro, melhorando-o”. E

completa dizendo: “de par com os estudos propriamente da erudição, devem ser feitos e principalmente, os que visem uma utilidade humana, procurando, pela imparcial observação do passado, induzir leis que regulem o presente para que o futuro seja melhor que ambos” (BARBOSA, 1966: 248-250). Infere-se desta fala a concepção de história como ferramenta de compreensão da sociedade que serviria como ponto de partida para a solução de problemas da atualidade e projeção de um futuro que atendesse às expectativas. O caráter da imparcialidade, também se encontra presente na fala de João Pinheiro. Ainda que ele não se detenha a explicar o que entendia por esse termo, podemos afirmar que essa *imparcialidade* não ia de encontro com os usos políticos do passado.

João Pinheiro define a história como sendo a “marcha da Humanidade”, que passa por períodos gloriosos e períodos de decadência, por isso, apesar de dizer que o estudo do passado nos remete ao entendimento de que devemos confiar “no Direito, na Justiça, na Liberdade, [e] no Bem”, João Pinheiro afirma que a história “assinala lições de prolongado aviltamento dos povos e nele o exemplo da desonra do homem e, por isso, não pode ser a ‘mestra da vida’” (BARBOSA, 1966: 249-250). Observamos aqui um posicionamento que questiona a relação direta entre a disciplina História e o ensino dos bons costumes - a história começa a se afastar da ideia de *magistra vitae*, deixando de ser uma disciplina fundamentalmente moralizante. A história enquanto *magistra vitae* provoca desconforto a diversos historiadores no período, que se aproximam ou se afastam da ideia, sem conseguir chegar a uma conclusão sobre o tema, mantendo-o como território de disputas que envolvem, inclusive, a historiografia europeia²¹⁷.

Para finalizar seu discurso, João Pinheiro dá enfoque ao “descobrimento” de Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, da mesma forma que Max Fleiuss e Diogo de Vasconcellos. Mas, diferente desses, refere-se ao exemplo de luta e persistência que marcam a origem da vida no estado, assim como ao legado de força moral que os paulistas deixaram aos mineiros. João Pinheiro oferece referências de onde se deveria buscar os documentos relativos ao período do “descobrimento” da “estremecida terra mineira”, que se encontravam “nas reclamações dirigidas ao governo d’el-Rei, nas respostas de ultramar, nos roteiros, nas informações dos governadores sobre os descobrimentos felizes, como sobre as fundas desilusões dos garimpeiros sem riqueza, nas narrações das próprias lutas ensanguentadas” (BARBOSA, 1966: 250) , ou seja, a história de Minas deve ser buscada nos momentos de conflito com a Corte e nas dificuldades e desilusões de seus primeiros habitantes.

Observem que tanto Diogo de Vasconcellos quanto João Pinheiro utilizam o mesmo episódio para defender elementos bastante distintos. Enquanto o primeiro destaca aspectos que lhe são caros: o conservadorismo e a religiosidade dos paulistas, deixando de lado os conflitos, o segundo, a seu turno, vê

²¹⁷ Sobre este tema, consultar os trabalhos de Ângela de Castro Gomes e Manoel Luiz Salgado Guimarães. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

nos bandeirantes o exemplo de luta e persistência, ressaltando as dificuldades que estes tiveram em relação à coroa.

João Pinheiro demonstra com sua proposta que, apesar de não ter se dedicado profundamente à escrita da história - talvez por estar mais interessado em “fazer história”, ou por sua morte precoce – era um leitor dedicado desta e possuía uma boa noção, ou pelo menos apresentava uma proposta coerente e que dialogava com as formulações teóricas de sua época, de como deveria ser desempenhado o ofício do historiador.

Conclusão

De um lado, temos um líder republicano, de outro, um monarquista histórico - ambos ocupando posições de destaque dentro da mesma instituição. Ambos buscando - cada um a sua maneira - reformular as experiências do passado sob a perspectiva do que esperavam para o futuro e assim, criar um projeto de história para Minas Gerais que valorizasse suas especificidades dentro da história do Brasil. Se suas trajetórias políticas distintas geram certo estranhamento ao encontrá-los somando esforços dentro da mesma associação, tal desconforto se dissipa ao percebermos que naquele momento seus objetivos são comuns – ambos acreditavam que através da escrita da história poderiam alcançar um futuro digno da grandeza de Minas Gerais. Melhor do que falar em dissonância, é pensar na difícil articulação feita entre o passado e o futuro, neste complexo e instigante momento da nossa história.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n° 44, out. 2000.

CALLARI, Claudia Regina. “Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889). 387 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: *Estudos sobre a escrita da história. Anais do encontro de historiografia e história política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. “Uma história da história nacional: textos de fundação”. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

IGLESIAS, Francisco. Prefácio à reedição de Diogo de Vasconcellos. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol.1 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937)*. 415 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Rodrigo Machado da. *A experiência do passado: a escrita da história como discurso da civilização*. 110 f. Monografia de conclusão de curso - Universidade Federal de Ouro Preto, Graduação em História, Mariana, 2010.

_____. “Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais”. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, Paraná, vol. 3, n. 3, 2012.

Fontes impressas

BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966.

FLEIUSS, Max. “Discurso de Max Fleiuss no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 15 de agosto de 1907”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1928 [1927], tomo 101, vol. 155.

VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso”. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, 1909.

“Raças mestiças” e adaptação aos trópicos: mestiçagem e formação do Brasil no pensamento monarquista-católico (1870-1914)

Flávio Raimundo Giarola
Doutorando - História UFMG

Agência Financiadora: CNPq

flaviogiarola@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo analisa as ideias e representações de um grupo de intelectuais monarquistas-católicos acerca do mestiço e das misturas raciais no Brasil. Influenciados pelas formulações do General Couto de Magalhães, no livro *O Selvagem* (1876), tais indivíduos compuseram um enredo para a história brasileira no qual a mestiçagem aparecia como elemento chave, determinante para o processo de conquista e colonização do país. Neste sentido, questionavam os argumentos que defendiam a degenerescência do mestiço, mostrando, pelo contrário, os benefícios e as potencialidades da fusão entre “raças” distintas. Apesar de reconhecerem a participação do negro na constituição étnica da nação, deram uma ênfase maior ao indígena que, através da miscigenação com o branco, permitiu a aclimação ao clima e ao meio ambiente hostil, além de ter contribuído significativamente para o desenvolvimento da cultura nacional.

PALAVRAS-CHAVES: Mestiçagem, monarquistas, historiografia

Em fins do século XIX e início do XX, a maior parte das teses que valorizavam a mestiçagem no Brasil apontava o caminho do “branqueamento” como alternativa a ser seguida. Segundo Thomas Skidmore, buscavam a produção de uma população mestiça sadia e capaz de torna-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente (SKIDMORE, 1976: 81). No entanto, um grupo de monarquistas e católicos, que se socializaram ao redor de Eduardo Prado (1860-1901), pensou a mistura entre índios e brancos de forma positiva para a formação do brasileiro. Enquanto os adeptos do branqueamento idealizavam uma mestiçagem futura que levaria a uma população branca, os intelectuais monarquistas-**CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

católicos positivavam as mesclas ocorridas em um período pretérito, desde o começo da colonização portuguesa.

Neste sentido, o presente artigo pretende analisar as visões sobre o mestiço e a mestiçagem desse grupo de restauradores que atuaram em São Paulo em fins do século XIX e início do XX. Tinham como principal veículo de divulgação de suas ideias, além das obras individuais, o periódico *O Comércio de São Paulo*, redigido por Eduardo Prado, assessorado por Afonso Arinos (1868-1916) e Couto de Magalhães Sobrinho. Também se socializavam através das tradicionais reuniões na casa da família Prado;²¹⁸ além de terem produzido artigos para a comemoração do *Terceiro Centenário de Anchieta*, em 1897; participarem ativamente do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*; e fundarem, em 1901, a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*.

Intelectuais como Eduardo Prado, Afonso Arinos, Brasília Machado (1848-1919), Theodoro Sampaio²¹⁹ (1855-1937), General Couto de Magalhães (1837-1898), Joaquim Nabuco²²⁰ (1849-1910), João Mendes Júnior (1856-1923), Estevão Bourroul (1856-1914) entre outros, forjaram importantes laços de amizade que tiveram reflexos importantes sobre as representações destes autores acerca da importância dos mestiços para a formação do Brasil.

A base para as argumentações e ideias destes intelectuais acerca das misturas entre os povos indígenas e o colonizador português já haviam sido lançadas na década de 1870, quando fora publicado o livro *O Selvagem* (1876), de José Viera Couto de Magalhães. Ainda que o autor previsse o futuro desaparecimento dos índios, defendia o aproveitamento de suas qualidades positivas. Para Magalhães,

²¹⁸ Me refiro ao *Brejão*, residência de Eduardo Prado. Segundo Teodoro Sampaio (1978: 276), “O Brejão tornou-se logo o ponto de convergência dos nossos homens de letras e de quantos estrangeiros ilustres vinham a São Paulo com intuídos de estudar as nossas”. Dizia ainda que Prado tinha conseguido juntar ali uma biblioteca de mais de doze mil volumes, “repertório soberbo de raridades bibliográficas sobre história e geografia do Brasil, como bem poucos possuem entre nós”.

²¹⁹ Danilo José Zioni Ferretti (2004: 238-239), afirma que, mesmo mantendo privadamente as convicções monarquistas, Teodoro Sampaio aderiu ao novo regime aceitando cargos públicos. Aparecia, assim, como uma ponte entre os principais setores oponentes da sociedade paulista da época, conseguindo manter trânsito livre, tanto entre os grupos republicanos no poder, quanto entre os “subversivos” católico-monarquistas, como seu amigo Eduardo Prado, João Mendes Jr., Brasília Machado.

²²⁰ Joaquim Nabuco é uma figura singular entre os intelectuais católico – monarquistas. De acordo com Ângela Alonso (2002: 328), a instauração do regime republicano foi um momento de invenção de tradições, no qual atores alijados da política militante reconstruíram a crise do Império de um ponto de vista interessado. É o caso de Joaquim Nabuco e Teixeira Mendes (1855-1927), dois homens convertidos à religiosidade, que já não guardavam mais sombra do radicalismo que os unira na década anterior. Nabuco reconstrói, portanto, o seu ponto de vista, passando a valorizar a tradição imperial e o catolicismo daquela forma de governo. Assim, nos interessa para a pesquisa proposta, apenas os textos do autor posteriores ao ano de 1889.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O índio e o branco produziram uma raça mestiça excelente pela sua energia, sobriedade, espírito de iniciativa, constância e resignação em sofrer trabalhos e privações; é o mameluco, tão justamente célebre na história colonial da Capitania de São Vicente (MAGALHÃES, 1975: 63).

Apesar de reconhecer que o mameluco tinha o defeito da “imprevidência ou indiferença pelo futuro”, Couto de Magalhães fora um dos grandes defensores da mestiçagem no Brasil. Utilizando de um argumento criacionista, que para o autor não era incompatível com seu evolucionismo, dizia que Deus organizou a vida com leis tão sábias e inflexíveis, “que não é possível supor-se que tais cruzamentos fossem fecundos, se a Providência divina não tivesse em vista um melhoramento e um progresso na espécie” (MAGALHÃES, 1975: 71). Deste modo, fazia um esforço de conciliação entre seu discurso religioso e o discurso cientificista.

O sertanista também negava a afirmação frequente de teóricos racialistas de que o mestiço seria incapaz de reproduzir-se. “Ora, tanto o mulato, como o mameluco e o cafuz, não só gozam da faculdade de reprodução, como parecem possuí-la em maior extensão e desenvolvimento do que as raças puras de onde provém” (MAGALHÃES, 1975: 72). Deste fato, deduzia que as diferenças entre os troncos humanos eram acidentais e que as diferenças entre os fenômenos intelectuais não deveriam ser lançadas à conta das “raças” e sim à falta de educação, pobreza, clima “e todas essas que os naturalistas capitulam com o nome de ação dos meios” (MAGALHÃES, 1975: 72). Neste sentido, com um pensamento completamente oposto às principais teorias da época, o autor definia a superioridade dos brancos sobre negros, índios e mestiços apenas como um fator de condições. Colocando tais indivíduos em iguais oportunidades, o desenvolvimento seria o mesmo.

Por isso, dizia que no Brasil as “raças mestiças” não apresentavam nenhuma inferioridade intelectual. A proposição contrária poderia ser verdadeira se levasse em conta o fato de que “os mestiços são pobres, não recebem educação e encontram nos prejuízos sociais uma barreira forte contra a qual têm de lutar antes de fazer-se a si uma posição”. (MAGALHÃES, 1975: 73).

Outro argumento utilizado por Couto de Magalhães em defesa do mestiço era o da sua importância para a adaptação em climas como o do Brasil, principalmente no caso da mistura com o índio: “a mistura de sangue indígena é uma condição muito importante para aclimatação da raça branca em climas intertropicais como o nosso” (MAGALHÃES, 1975: 66). Segundo suas ideias, a raça branca pura, na terceira ou quarta geração, dá apenas descendentes magros e nervosos, ou gordos, de carne e musculação flácidas e de temperamento linfático:

se, sem robustez física, a inteligência não é sã, a raça branca não pode conservar sua superioridade sem estes cruzamentos providenciais que, no decurso do tempo, lhe hão

de comunicar esse grau de força de que ela necessita para resistir à ação deletéria do clima de nossa terra (MAGALHÃES, 1975: 72).

Deste modo, o intenso cruzamento racial fora fundamental para que houvesse êxito na colonização dos portugueses. Segundo os argumentos do autor, sem a mestiçagem, os brancos provavelmente teriam sucumbido ao clima e ao meio ambiente tropical. Como exemplos para comprovar sua tese, Magalhães indicava São Paulo e Maranhão, províncias onde a “raça branca” teria mais profundamente se cruzado com a indígena: “São Paulo está na vanguarda dos melhoramentos materiais, e seria injusto aquele que desconhecesse que a Província do Maranhão, atenta a sua população e recursos, é a que representa o mais enérgico movimento literário do Império” (MAGALHÃES, 1975: 74).

O autor voltou a destacar a mestiçagem no Brasil em texto que compôs para as comemorações do *Terceiro Centenário de Anchieta*, evento organizado por Eduardo Prado, em 1897. Dizia que as mesclas das “raças” do Velho com a do Novo Mundo não foram somente no sangue, foram também na inteligência, moralidade, linguagem, religião, divertimentos e alimentação populares (MAGALHÃES, 1900: 269-270). Deste modo, reconhecia que a miscigenação ia além da mistura física, mas era também cultural.

Já no texto escrito por Eduardo Prado para a mesma ocasião, foi utilizado o argumento de maior propensão dos povos ibéricos para se misturarem com outras “raças” que, segundo o autor, fora o atestado “de força e de vitalidade incontestáveis, que se revela nos mais ardentes” (PRADO, 1900: 45). Assim como Couto de Magalhães, dizia que a tendência dos brancos puros, em terras quentes, era a atrofia e que os ingleses e os holandeses, colonos em regiões equatoriais, mandavam os filhos em tenra idade para a Europa, afim de que se retemperassem nas brisas marítimas e no frio do norte. Desta maneira, Prado questionava-se como “poderia essa raça florescer nas regiões equatoriais e tropicais, hoje ocupadas na América, a não ser pela fusão do sangue ibérico com o sangue índio e africano?” (PRADO, 1900: 45).

Apesar de ter incluído o negro como elemento importante nas fusões raciais americanas, o intelectual restaurador deu uma ênfase maior à participação do índio no processo de aclimação definitiva da “planta humana europeia” ao novo continente. A colonização não seria possível, em um país tórrido, sem o enxerto da “planta indígena”. O cruzamento com o “selvagem”, portanto, aparece como fator essencial para o êxito no processo de ocupação da América. Em consequência, o mestiço, resultante desta mistura, não pode ser tomado com um tipo inferior, pelo contrário, representa a perfeição da mestiçagem:

Nesse cruzamento, se o branco entra com um cérebro mais desenvolvido, que se produz no seu descendente, o índio traz para o novo tipo a agudez da sensibilidade dos seus sentidos e a agilidade elástica dos seus músculos, sentidos e músculos um tanto atrofiados no homem civilizado (PRADO, 1900: 51).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Deve-se destacar que, na concepção de Prado, existem diferenças físicas e mentais entre as “raças”, como pode ser percebido na citação acima. Portanto, mesmo que negue a ideia de degeneração decorrente da miscigenação, o autor acreditava que os brancos eram mais inteligentes do que as demais “raças”, enquanto os índios, e porque não incluir os negros, eram fisicamente mais desenvolvidos. Entretanto, o mestiço representava a união destas características sendo, ao mesmo tempo, forte e inteligente, por isso, adaptado.

Outra chave para se entender o êxito das misturas no Brasil estava no catolicismo. Para o autor, os povos protestantes tendiam ao extermínio das “raças” diferentes, enquanto os católicos preferiam a “fusão de raças opostas” (PRADO, 1900: 43). Isto porque a Igreja Católica tinha em sua história a absorção dos povos bárbaros, prodígio renovado na América. Desta maneira, foi possível no Novo Mundo a união fecunda entre as “raças”, a partir da qual surgiram diversas nações.

O jesuíta aparecia como o principal representante desse papel da igreja, pois, através da catequese, possibilitou o amansamento dos índios e sua posterior absorção racial. “Não tivessem os jesuítas tornado os índios sedentários e mansos, e esse cruzamento, a que devemos, pode-se dizer que a quase totalidade da população brasileira não se teria dado” (PRADO, 1900: 51).

Concepção semelhante aparecia no texto de Américo de Novais. Para o autor, os jesuítas, ao se instalarem em Piratininga, tinham o ideal de tornar os aborígenes um povo livre, laborioso e cristão, ou seja, civilizado. Quando houvesse a igualdade desta “raça” com o português, dar-se-ia o cruzamento:

Os portugueses pobres tinham já começado a casar com os naturais da terra.

Os abastados não tardariam a fazer o mesmo, quando a educação e a cultura dada ao selvagem o colocassem em um grau de civilização que competisse com a do europeu (NOVAIS, 1900: 163).

Nesse sentido, os índios de Piratininga, após serem transformados pela influência cristã, estavam aptos para se unirem aos portugueses. Novamente, o mestiço aparece longe das concepções negativas de fins do século XIX, visto que, os filhos desse enlace, “vigorosos de corpo e de alma, aliando à delicadeza da sensibilidade uma inteligência privilegiada” (NOVAIS, 1900: 163), seriam os impulsionadores do movimento que resultou no “grito do Ipiranga” e na constituição da pátria brasileira. Portanto, esse mestiço era o paulista, que, através da miscigenação, teve papel de destaque na formação da nacionalidade.

Joaquim Nabuco também escreveu para as comemorações em honra à Anchieta. Em seu texto, questionava se, sem o catolicismo, seria possível fundir pelo modo que o foram, em uma nacionalidade

homogênea, o indígena, o português e o africano (NABUCO, 1900: 326). Ao contrário dos demais, Nabuco destacava que a religião católica também havia exercido influência sobre os negros que, vindo bárbaro da África, tornou-se um sublime tipo de resignação e doçura. Tal perspectiva ia de acordo com as ideias do período abolicionista do autor, no qual, de acordo com Ricardo Luiz de Souza, não era conferido um papel determinante no movimento libertador ao escravo, cabendo a este o papel passivo de alguém que espera chegar o dia de sua libertação (SOUZA, 2006: 34).

Outros autores monarquistas expressaram ideias favoráveis à miscigenação em suas obras. Segundo Vanderson Roberto P. Gaburo, o mineiro Afonso Arinos, no romance “*Os jagunços*” (1998), ao descrever a personagem cabocla Aninha, mostrava que da mistura étnica resultaria algo novo, o mestiço, “no qual não era capaz mais de serem caracterizadas as heranças de uma ou outra descendência, agora comungadas” (GABURO, 2009: 125):

Não era mulata, nem mameluca, nem cariboca: ali havia por força o sangue de três raças, fundindo-se num exemplar que fazia honra a cada uma: ali havia branco, índio e negro. Por isso é que a cor e os cabelos dela enganavam a gente. Quando se queria dizer que os cabelos eram lisos, notavam-se umas ondulações nas pontas; quando se queria dizer que eram finos e anelados percebia-ce-lhes, na raiz da testa, atrás das orelhas e na nuca, uma linha de fios enroscados, como essas plantinhas rasteiras e cerradas com que os jardineiros formam a barra dos canteiros (ARINOS, 1969: 257; apud: GABURO, 2009: 125).

Posteriormente, em seu *Lendas e Tradições Brasileiras* (1917), o escritor mineiro dizia que fatos capitais decidiram nossos destinos e formaram nossa pátria: o cruzamento do branco com a indígena e a conquista do vasto território central do país (ARINOS, 1968: 728). Segundo o argumento do autor, esses dois acontecimentos estavam ligados, uma vez que o segundo só fora possível devido ao primeiro.

Da mesma maneira pensava Theodoro Sampaio. Em seu texto introdutório da revista da *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*, instituição fundada pelo grupo de restauradores estudado, o autor destacou a importância da conversão do gentio ao cristianismo, no início da colonização europeia no Brasil, o que permitiu a sua incorporação à sociedade: “dando um elemento de solidez, de estabilidade e de vigor que a nova raça adquire, fundindo-se com ele” (SAMPAIO, 1901: VII). Sampaio também acreditava na importância da miscigenação com o indígena para a adaptação aos trópicos. As constantes misturas entre brancos e índios permitiram a resitência ao clima hostil, somando as características físicas do “selvagem” à inteligência e moral do europeu, resultando numa “sub-raça” apta a levar adiante o processo de conquista do vasto território brasileiro:

Vencidos e vencedores ligados pelo sangue e pela crença dão origem a uma sub-raça a quem, na verdade, vai caber a vitória decisiva na luta dramática da conquista. O índio, puro, sólido, primitivo será a força ou o vigor, condição especial da adaptação da estirpe na terra da América, assim como a inteligência, a ação, a energia, a tradição civilizadora do europeu modelarão o gênio da descendência nova (SAMPAIO, 1901: VII).

Portanto, segundo Sampaio, o mestiço fora uma figura central na expansão territorial, nas conquistas e no povoamento das solidões continentais, que dependeram “quase exclusivamente desse elemento novo” (SAMPAIO, 1978: 168).

Se a mestiçagem física foi amplamente valorizada pelos monarquistas- católicos, deve-se destacar que alguns destes intelectuais também exaltaram a existência de um aspecto cultural nessas misturas. Couto de Magalhães afirmava que a mescla entre a língua tupi e a língua portuguesa mostrava que o cruzamento físico entre duas “raças” deixava vestígios morais, não menos importantes do que o do sangue (MAGALHÃES, 1975: 64). Estes vestígios morais apareciam na inteligência, na moralidade, na linguagem, nas superstições populares, na alimentação, na dança e na luta física (MAGALHÃES, 1900: 272). Todos estes elementos demonstravam que a cultura brasileira era mestiça, com contribuições advindas das três “raças formadoras”.

Theodoro Sampaio também mostrava a importância de se desenvolverem estudos dedicados à influência do indígena na cultura nacional:

O nosso vocabulário comum, o nosso falar vulgar aí estão inçados de americanismos, ou melhor, de *tupinismos*; a nossa geografia pátria é quase toda uma nomenclatura selvagem, deturpada e desconhecida; as nossas lendas, os nossos contos populares, as nossas canções refletem o sentir da raça selvagem de quem as recolhemos ou herdamos. É mister apurar tudo isso, determinar até onde se deixou influenciar pelo gênio obscuro e indefinido do índio a alma nacional, até onde a herança psicológica da sub-raça brasileira se deixou ir pela influência consanguínea do selvagem (SAMPAIO, 1901: X).

No entanto, de todos os aspectos da mestiçagem cultural na formação do brasileiro, nenhum teve maior importância entre os monarquistas-católicos do que a língua, sobretudo as misturas processadas entre o tupi e o português. Tanto Couto de Magalhães quanto Theodoro Sampaio se dedicaram profundamente ao tema, sendo que este último escreveu uma obra inteira voltada para o assunto, o livro *O Tupi na Geografia Nacional* (1901). Por outro lado, a *Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios* tinha em seu estatuto a preocupação de desenvolver o “Estudo da língua tupi e das modificações por que passou nos

atuais aldeamentos e tribos” (ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS, 1901: 09). Como afirma João Paulo Rodrigues, essa importância do legado da língua tupi adquiriria um duplo aspecto: por um lado, a importância do estudo de uma língua morta e testemunho do passado colonial; por outro, a ideia de que o bandeirante e seus descendentes paulistas do século XIX que ocuparam o espaço tomado aos indígenas, herdaram sua língua, que deixou, por sua vez, marcas profundas no falar mameluco e do homem branco (RODRIGUES, 2010: 161).

Portanto, cultural ou física, a mestiçagem foi exaltada entre o círculo intelectual estudado. De acordo com estes autores, a miscigenação teria desempenhado um papel singular para a constituição do brasileiro, influenciando no seu caráter, nas suas tradições, nos seus atributos físicos e no seu falar. Fica evidente que, para estes restauradores, sem as misturas raciais, o processo de colonização nas terras brasileiras teria sido lento e menos exitoso do que o que se processou. A mestiçagem, vista desta forma, é pensada não como um “vir a ser” como parecia demonstrar os adeptos do embranquecimento da “raça”, mas como um processo iniciado em um tempo passado, fator essencial para se entender a história do Brasil.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARINOS, Afonso. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS. IN: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. Tomo I, nº 1, São Paulo, julho de 1901, p. 9, Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *A Construção da paulistanidade: Historiadores, identidade e política em São Paulo (1856-1930)*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH – USP.

GABURO, Vanderson Roderto Pedruzzi. *O sertão vai virar gente: sertão e identidade nacional em Afonso Arinos*. Espírito Santo: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.

MAGALHÃES, General Couto de. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MAGALHÃES, General Couto de. Anchieta e as raças e línguas indígenas do Brasil. IN: *III centenário do venerável Joseph de Anchieta*. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia, 1900, Acervo Brasileira Digital/ USP.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

NABUCO, Joaquim. José de Anchieta: a significação nacional do centenário anchietano. IN: *III centenário do venerável Joseph de Anchieta*. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia, 1900, Acervo Brasileira Digital/ USP.

NOVAIS, R. P. Américo de. Método de ensino e catequese dos índios usado pelos jesuítas e por Anchieta: missões, pregação e peregrinação. IN: *III centenário do venerável Joseph de Anchieta*. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia, 1900, Acervo Brasileira Digital/ USP.

PRADO, Eduardo. O catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Brasil. IN: *III centenário do venerável Joseph de Anchieta*. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia, 1900, Acervo Brasileira Digital/ USP.

RODRIGUES, João Paulo. Tupifilia na Amazônia e em São Paulo (1850-1930). IN: *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. V, nº 1, 2010.

SAMPAIO, Theodoro. A “Revista”, IN: *Revista da Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios*. Tomo I, nº 1, São Paulo, julho de 1901, p. VII, Acervo Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nabuco, Rebouças, Patrocínio: monarquismo e abolicionismo. IN: *Impulso*. Piracicaba, 17(43): 33-44, 2006

A capital da República tem seu sertão: pensamento e crítica de um intelectual carioca nos anos 1930

Tayla Gabrieli Rodrigues Antunes
Mestranda - História Social UFRJ

Agência Financiadora: CNPq

tayla.ga@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho visa compreender de que forma a natureza de uma zona vizinha da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, é concebida no livro *O sertão carioca* de Armando Magalhães Corrêa, publicado pela Imprensa Nacional em 1936. O termo “sertão carioca” cunhado por Magalhães Corrêa para designar um mundo desconhecido e abandonado tão próximo à principal cidade do país, exemplo de civilização, revelava aos letrados brasileiros, sobretudo cariocas, em tom de crítica, tanto a ignorância em relação ao ambiente natural da própria cidade quanto um apelo ao poder do Estado para que intervisse na região em vias de proteger a natureza local e melhorar a condição de vida dos sertanejos. A obra apresenta considerações sobre as interações dinâmicas da natureza da região do Rio de Janeiro e sua historicidade, a relação dos sertanejos com o mundo biofísico, detalhes da geografia local, descrição de lugares e gentes. Explica a dependência que a cidade asfaltada criou deste seu sertão, realizando, nesse sentido, inúmeras críticas. Tudo isto, fruto das incansáveis anotações de Magalhães Corrêa sobre os aspectos da região a partir de longas pesquisas de campo, a mais ou menos trinta quilômetros de distância da grande urbe carioca.

PALAVRAS-CHAVE: Armando Magalhães Corrêa, *Sertão carioca*, ideias de proteção à natureza.

“No anno dois mil, quando os nossos melhores romances já não tiverem mais leitores, alguns estudiosos subirão as escadas das bibliotecas para folhear ‘O sertão Carioca’. É o destino das cousas que nascem para durar para sempre. É a sorte dos bons documentos.”

(Edgar Roquette Pinto, prefácio ao *Sertão Carioca*, 1936)

Ano 2013. Século XXI. Há quase oitenta anos Edgar Roquette Pinto fazia esta afirmação em tom profético. Pouco mais de uma década depois do ano dois mil, cá estou eu; com *O sertão Carioca* em mãos, ele mesmo. E Roquette Pinto tinha razão: de fato apenas alguns estudiosos o folheariam neste futuro nem tão distante que antevia. Pois é, ao longo desse tempo muitas coisas mudaram. Roquette Pinto não me imaginaria escrevendo sobre ele em um *notebook*, com acesso à *internet*, lendo seus livros em versão digital, numa tela luminosa, sem sair de casa. Magalhães Corrêa talvez levasse um susto vendo todos os seus desenhos aqui guardados, escaneados e tendo passado por um programa de tratamento de imagens. Esta obra, outrora tão

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

conhecida, está hoje dada ao esquecimento, empoeirada mesmo nas bibliotecas. Este livro, enquanto objeto, logo de início impressiona o curioso que o tateia, a começar pelo título. “Sertão carioca”. Em geral, provoca estranhamento imediato: “E o Rio de Janeiro lá tem sertão?” – poderia se perguntar um pretense leitor. Ao abrir o pesado livro, em suas quatrocentas e setenta e duas páginas, os mais sensíveis ficariam logo cedo encantados: por detrás da capa dura, um lindíssimo desenho. Os mais jovens poderiam deduzir talvez: “é nanquim!” (técnica de pintura que apesar de ter sido inventada pelos chineses há mais de dois mil anos encontra-se bem na moda em nossos dias). Mas era feito à bico-de-pena mesmo, uma das tecnologias de ponta dos artistas da época. Ao continuar, encontraria uma série de outros desenhos: plantas, animais, rios, lagoas, mares, montanhas, florestas, pessoas. Uma natureza abundante. Um carioca que circule bastante em sua cidade provavelmente identificaria alguns lugares. Um bom observador perceberia que o “sertão” de que tratava Magalhães Corrêa teria a ver com uma paisagem predominantemente rural e gente simples. Para os moradores contemporâneos da região da cidade tratada no livro, a reação poderia muito bem ser um suspiro nostálgico por parte de um antigo morador: “Ah, foi-se o tempo...”. Ou, no caso de um novo habitante, uma voz dizendo: “que atraso!”.

Ocorre que hoje a especulação imobiliária impera na maior parte da região tida como sertaneja por Magalhães Corrêa. De lá para cá, o tom verde desses locais retratados nos desenhos e sistematicamente estudados pelo autor vem progressivamente diminuindo ou desaparecendo; seus rios e lagoas criticamente poluídos; sua fauna refugiada nos parques. O asfalto chegou, o concreto armado também, um sem número de aterros, de condomínios fechados e arranha-céus, vários *shopping centers*, engarrafamentos quilométricos. Bairros como Barra da Tijuca e mesmo Recreio dos Bandeirantes, partes do velho “sertão carioca”, representam hoje a modernidade dos projetos urbanísticos da cidade e tem recebido um enorme contingente de novos habitantes, capazes de pagar os preços exorbitantes para viver neste novo paraíso arquitetônico. Estes recém-chegados se identificam mais com tudo isso que tem surgido do que os elementos naturais os quais Magalhães Corrêa tanto enfatizou. A delimitação do “sertão carioca” compreenderia, atualmente, quase todos os bairros entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, na baixada de Jacarepaguá, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, composta pelos seguintes bairros: Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Pechincha, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Rio das Pedras, Tanque, Taquara, Vargem Pequena, Vargem Grande e Vila Valqueire.

Como vemos, as reações podem ser bastante variáveis diante dessa região (ou seria ex-sertão?). Até porque “ser carioca” nunca foi sinônimo de unanimidade. Mesmo etimologicamente, não há consenso quanto ao seu significado original, a sua razão de ser, precisamente. Fato é que quem nasce no Rio de Janeiro tem a especificidade de ser chamado assim. Gentílico para lá de original o nosso, como poucos outros (haja vista “gaúcho” para quem nasce no estado do Rio Grande do Sul ou “capixaba” para os que são do estado do Espírito Santo). É, carioca. Nada óbvio ou sugestivo para quem é natural da capital de um estado brasileiro cujo

nome é Rio de Janeiro e sua capital idem. O próprio Magalhães Corrêa, cidadão carioca nascido junto com a República, em 1889, estava pensando exatamente sobre isso em 1934. Chegou até a escrever um artigo para uma publicação do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), admitindo possuir ainda dúvidas quanto à origem do nome “carioca”. Mesmo sabendo que Von Martius, Varnhagen, Léry e outros já haviam pesquisado o Rio da Carioca para entender o porquê de se chamar desta forma a que nasceu no Rio de Janeiro, Magalhães Corrêa fez questão de se esclarecer. E ele mesmo conta:

[...] um dia, pela manhã primaveril de outubro, fui ao encontro do professor Roquette-Pinto, em seu gabinete de trabalho, na seção de Etnografia do Museu Nacional. Lá estava ele entregue aos seus estudos; interrompi-o por um instante.

- Bom dia, Dr.! Estou preocupado com a origem do nome Carioca: acha que a sua etimologia representa a verdade?

- Não! Tens razão, Armando; li ainda há pouco o “Jornal do Brasil”, e nos Episódios da H. do Brasil por A. Kreisler, encontrei um mapa antigo do Rio de Janeiro, que traz o nome do Rio Acarioca. Ovo de Colombo, rápido como o rádio, passaram os nomes de Guacari, Wacari, Acari e Cari – peixe dagua doce – cascudo.

Comecei a estudar o caso. O mapa de A. Kreisler em que aparece Acarioca é o mesmo, com pequenas modificações, do “Mapa anterior a 1600” do “O Rio de Janeiro, em 1922”, por Ferreira da Rosa; ali também está Acarioca, sendo estes mapas os documentos mais antigos dessa época histórica, preciosos para o nosso trabalho. Assim podemos prosseguir na etimologia do nome.

Nos “Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” – volume 7-8179.80 – Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual, padre A. Ruiz de Montagu, aparece Guacari – peixe – guag, pintado ou côr, escama. No tomo XIII – Museu Paulista, vocabulário tupi, pelo dr. Constancio Tostevin, Wacary – peixe cascudo. Loricaria plecostomus. No “O Tupi na Geografia Nacional” de Theodoro Sampaio, Acary – peixe dagua doce, vulgo Cari, (Locaria plecostomus), de forma que temos todas as variantes do Cari (CORRÊA, 1934).

Mais adiante, ainda investigativo, Magalhães Corrêa expõe que foi também ao encontro do professor Miranda Ribeiro, de quem afirma ter recebido verdadeira lição sobre o termo “cari”. Ribeiro o assegurou de que o tal peixe cascudo de água doce era abundante em quase todas as regiões do país e, sobretudo, no distrito federal à época da chegada dos primeiros europeus. Corrêa assim transcreveu suas palavras:

Encontrei também em diversos historiadores, falando do cascudo, que era hábito dos habitantes selvícolas do Rio, comerem e apreciarem um peixe cascudo, muito comum nestas paragens. Assim era o Cari habitante de rio pedregoso, e sendo o Carioca o único topograficamente no Distrito Federal, nestas condições, razão há para justificar o nome de “paradeiro dos Acaris” – Carioca.

Magalhães Corrêa conclui seu breve texto admitindo que o vocabulário tupi teve enorme importância na construção do Brasil, com suas infundáveis toponímias. Lembrou ainda que os índios brasileiros tinham o hábito de designar as coisas e lugares com nomes de animais, fazendo-o não por acaso, obviamente, mas

referenciando àquilo que era mais típico na geografia local, dentro de determinado ecossistema. Sendo assim, as denominações advindas do Tupi seriam riquíssimas e ajudariam a compreender a historicidade do lugar.

Ao final, realiza ainda mais algumas interessantes inferências:

Historiando, vê-se de princípio que o primeiro habitante europeu, Gonçalo Coelho, desembarcou na foz do Rio Carioca, e aí passou de dois a três anos com seus companheiros. E, naturalmente, os índios denominaram de Acaris, guerreiros encorajados, (por terem semelhança com o cascudo) o local Carioca – casa dos Acaris. Estes habitantes do Flamengo construíram mais tarde a primeira casa de pedra do Rio de Janeiro – outra razão mais forte ainda, pois este fato interessante é mais uma prova de que sendo os Acaris, habitantes de toca, vivendo entre pedras e os portugueses pro coincidência providencial fizeram a sua primeira casa de pedra junto à foz do Carioca. É ainda curioso o serem estes primeiros habitantes denominados na época colonial de cascudos, perdendo essa denominação para os conservadores, por imposição dos liberais. A este respeito, o dr. Raimundo Lopes lembrou-me que num trecho do *Perú et Bolívia* de Ch. Wiener lera que os índios do antigo Império dos Incas davam o nome de lagosta aos conquistadores hespanhoes, em virtude de suas couraças (CORRÊA, 1934).

Ser *carioca*, bem como ser *brasileiro*, é fazer alusão imediata (mesmo que inconscientemente) – pelo simples pronunciar das palavras – à natureza local, aos antigos habitantes, ao peixe cascudo e ao Pau-Brasil. Encontram-se estes elementos, portanto, simbolicamente presentes, apesar de não vermos mais os caris nadando no rio da Carioca, os índios nas matas se comunicando em tupi, nem mesmo o Pau-Brasil, inspiração de sermos “brasileiros”, não à toa. Aliás, o Brasil é o único país do mundo que possui nome de árvore. A despeito do simplismo e da obviedade que essa afirmativa aparenta possuir, revela algo profundo sobre a formação do país: a intensa relação com o mundo natural que se estabeleceu desde o início da colonização e que constitui até hoje um traço marcante do Brasil. Ironicamente, o país com nome de árvore pouco deixou restar do Pau-Brasil, cujos espécimes foram aos milhões abatidos e hoje a espécie raramente pode ser encontrada. Ao passo em que a cobertura da Mata Atlântica, ao longo dos séculos, vem sendo quase inteiramente reduzida, o Brasil continua detendo, por enquanto, a maior extensão contínua de florestas nativas tropicais, a Floresta Amazônica. Esse forte desflorestamento que fez da Mata Atlântica, “um dos biomas mais antropizados desde o início da colonização do território nacional devido à sua proximidade com o litoral” (DEAN, 2007, p. 254-256), e que é perceptível ainda hoje nas parcelas que restaram, se tornou uma “identidade ambiental” brasileira e “marca registrada” reconhecida internacionalmente (DRUMMOND, 2002, p. 18).

Percebe-se que o projeto de cidade e de civilização empreendido no Brasil excluiu estes elementos ou apenas era incompatível com os mesmos. O luxo do distrito federal ocidentalizado, espelhado nas principais cidades europeias, sobretudo Paris, nas primeiras décadas do século passado, foi rapidamente substituindo estas características primeiras da região, tornando-a exemplarmente urbana, como ideal de progresso. Olhar para o “sertão carioca” de Magalhães Corrêa, na década de 1930, era ainda a possibilidade de se deparar com um contraste, a um tempo e distância relativamente curtos da capital. Contudo, a cidade veio crescendo e o

“sertão” de Corrêa vivendo um processo de rendição à mesma, tornando-se, o Rio de Janeiro, um centro urbano cada vez maior, contínuo em sua expansão e populoso.

Destacou-se na época um grupo de cientistas e intelectuais, entre os quais se poderia listar o botânico autodidata Frederico Carlos Hoehne, o influente botânico Alberto José de Sampaio, o zoólogo Cândido de Melo Leitão, e ainda Armando de Magalhães Corrêa, boa parte deles tendo atuado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Drummond e Franco, estes cientistas se apropriaram de tradições de pensamento da geração anterior, cujo grande nome e, que, inclusive os influenciou teoricamente, foi Alberto Torres. Na concepção de Torres, a chave do progresso estaria no uso previdente da natureza, na educação e na saúde da população. Além disso, as suas concepções permitiam relacionar as preocupações com a natureza e a necessidade de construção da nação brasileira. Por esta razão, para os protetores da natureza do período analisado, “as ideias de Torres tornaram-se um programa de ação” (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 39).

A especificidade principal dos cientistas do período examinado consistia na defesa do uso racional dos recursos naturais através da construção de uma visão mais aprofundada da diversidade e riqueza da natureza com associação à questão do desenvolvimento de uma identidade nacional. Para Barbosa Lima Sobrinho, em seu livro *A presença de Alberto Torres*, um dos principais propósitos de Alberto Torres era o de procurar “admitir os fatos que constituem a realidade brasileira, para deles deduzir uma orientação, um rumo, um destino”, promovendo uma “política orgânica” ou de “equilíbrio” (SOBRINHO, 1968, p. 338). À sua crítica geral da civilização moderna (de construção nacional bastante frágil, no caso do Brasil e de todas outras “nações novas”), Alberto Torres acrescentará o “pressuposto ecológico” (PÁDUA, 1987, p. 51), visualizando a civilização humana como “produto do sacrifício da Terra ao impulso de cobiças incontidas” (TORRES, 1978, p.174).

Armando Magalhães Corrêa (1889-1944) nasceu, cresceu, estudou, sempre viveu e morreu na cidade do Rio de Janeiro. Teve uma vida bastante ativa, tendo exercido inúmeras e variadas atividades. A trajetória deste escritor, cientista, professor, escultor, desenhista, jornalista é marcada por seu brilhantismo, premiações e autodidatismo. Em várias mostras artísticas, como escultor, teve seus trabalhos apreciados e recebeu diversos prêmios entre os anos 1920 e 1930. Estudou escultura na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e, anos mais tarde, se tornou professor desta renomada instituição.

Foi importante e assíduo colaborador do jornal carioca *Correio da manhã*, o matutino de maior circulação na cidade até a década de 1950, publicando uma série de textos, inclusive os que deram origem, mais tarde, ao livro *O sertão carioca* nos anos 1931 e 1932. Além da série de reportagens sobre o “sertão carioca”, também publicou no mesmo jornal muitos de seus desenhos a bico-de-pena, as séries *Terra carioca* e *Ilhas da Guanabara*. Magalhães Corrêa publicou ainda mais um livro, intitulado *Terra Carioca – fontes e chafarizes*, que versava sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, com foco na sua relação com a água a partir da

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

investigação de seus chafarizes e fontes. Para publicar este livro, também aproveitou artigos seus já publicados na série Terra Carioca, no *Correio da Manhã*, do mesmo modo que fez para publicar *O sertão carioca* (DRUMMOND e FRANCO, 2009; SARMENTO, 1999; VIDAL E SOUZA, 2010).

Corrêa sempre demonstrou enorme apreço pela história natural, aprimorando-se, ao longo da vida, como um “naturalista autodidata” (DRUMMOND e FRANCO, 2009, p. 88). Trabalhou por muitos anos na Seção de História Natural do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), como conservador, devido à sua notável capacidade.

Aprendeu, também por conta própria, a desenhar plantas e animais, habilidade muito valorizada pelos estudiosos da botânica e da zoologia do seu tempo, quando eram limitadas as possibilidades de registro fotográfico de espécimes raros e paisagens agrestes. Os seus conhecimentos de história natural e a sua capacidade de produzir imagens sobre a natureza o transformaram em professor do Museu Nacional e da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 88).

Acabou se tornando morador de uma área longínqua da cidade; Jacarepaguá. Tornou-se um verdadeiro apaixonado pela região, depois de lá realizar inúmeras excursões e pesquisas de campo, bem como na Barra da Tijuca, Guaratiba, Recreio dos Bandeirantes nas encostas dos maciços da Tijuca e Da Pedra Branca. Inicialmente ia para estes locais nos fins de semana, com a família. Com o interesse cada vez maior em investigar o cotidiano daquela região ao mesmo tempo tão próxima e tão distante da Capital Federal, acabou comprando um sítio e fixando residência em Jacarepaguá.

A fauna, a flora, os moradores, as formas econômicas como também a religião foram retratadas e descritas através da observação direta de Magalhães Corrêa nestas regiões. O trabalho de campo realizado em Jacarepaguá se transformou no livro *O Sertão Carioca* (1936), publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, devido a sua importância para a história do local, além de servir de alerta a forma de depredação do que chamou Corrêa de “patrimônio natural”. Além da atenção dada às matas e mananciais, era também um apelo para que fossem vistas melhorias para a região, como escolas públicas e saneamento básico. Destacava que os problemas da região não eram exclusivos de lugares ermos e distantes da capital federal. Ali, a poucos quilômetros, havia uma região que se encontrava na mesma situação que qualquer outro sertão neste país.

Portanto, *O sertão carioca* nasceu da atividade jornalística que exercia Magalhães Corrêa para o *Correio da Manhã*, com seus artigos publicados em 1931 e 1932, e pelo incentivo que recebeu Ramiz Galvão, quando diretor da revista do IHGB, de seus amigos Ricardo Palma e Edgard Roquette Pinto, que muito haviam apreciado as reportagens de Corrêa, pelos detalhes e originalidade. Galvão, então, providenciou uma edição coligida dos textos de Corrêa e editada na forma de livro, em seguida publicado pela Imprensa Nacional em

1936. Sua qualidade de “etnógrafo amador” (SARMENTO, 1998, p.5) o levaram a construir uma curiosa narrativa da deslumbrante paisagem das terras alagadiças, de uma “realidade” tipicamente sertaneja.

Esse livro é quase todo baseado em informações primárias recolhidas durante o trabalho de campo do próprio autor, que se constituiu em extensas e assíduas caminhadas por trilhas, estradas, fazendas, areais, praias, lagoas, aquedutos, barragens, pontes, etc. Corrêa, ao longo de vários anos, fez anotações, conversou com moradores e compôs excelentes gravuras, ilustrando as paisagens, os objetos, as casas e os tipos humanos que encontrava (FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 88).

Sua forte identificação com a região de Jacarepaguá, na qual foi morar com sua família em um sítio, se faz clara ao longo do texto. Segundo Vidal e Souza, este lugar representaria um verdadeiro “reduto de brasilidade” (2010, p. 104) para Magalhães Corrêa, característica essa suficiente para convencer qualquer pessoa a visitar a região. Qualquer pessoa bem disposta, é claro, pois a viagem era (e continua sendo) deveras longa. O viajante aventureiro deveria estar bem atento a todos os detalhes no caminho, senão correria o risco de apenas observar o já conhecido. E assim, Magalhães Corrêa nos formalizou o convite:

Jacarepaguá, com sua vida própria, num ambiente bem brasileiro, apresenta seus habitantes com usos e costumes da nossa gente sertaneja. Querem conhecê-la? Infiltem-se por suas serras, planícies, restingas, alagados, lagoas e rios, onde sua flora é exuberante e a fauna abundante, mas não pelas belíssimas estradas de rodagem, porque aí nada perceberão; hão de passar sem compreender e sentir a alma dessa gente leal, hospitaleira, de têmpera férrea, que aí trabalha (MAGALHÃES CORRÊA, 1936, p. 205).

E assim, Corrêa inicia seu texto: com a indicação pormenorizada da delimitação da área estudada e registrada em suas anotações e seus muitos desenhos em bico-de-pena:

A vasta zona da terra carioca, denominada planície de Jacarepaguá (vale dos jacarés), compreendida entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca, é constituída pelos vales dos tributários das lagoas da Tijuca e Camorim; por essas lagoas e a de Marapendy (mar limpo), na restinga de Itapeba (laje), pelos Campos de Sernambetiba e pela Restinga de Jacarepaguá, com suas dunas, a qual é o anteparo do Oceano Atlântico. Começa no Campinho, com o nome de Marangá (vale da batalha) entre este e o morro do Valqueire (vale de pau-ferro), na altitude de 40 metros do nível do mar. No Tanque, a 14 quilômetros do Campinho, dilata-se consideravelmente, chegando a ter 6 quilômetros de largura. Deste ponto, vai progressivamente aumentando, até encontrar o Oceano, onde alcança a sua maior largura, formada pela bacia hidrográfica das lagoas da Tijuca, Camorim, Marapendy e Campo de Sernambetiba. Aí da Barra da Tijuca (Morro da Juatinga – Juá branco) até a base do Morro das Piabas, alcança 23 quilômetros de extensão, mais ou menos. Do Campinho ao Oceano, a extensão é de 15 quilômetros; o terreno vai em declive suave, seco, até as Estradas da Tijuca, do Camorim, Vargem Grande e Piabas; daí ao litoral, pode-se dizer, é quase em sua totalidade alagadiço, com as lagoas, os campos (Sernambetiba), as matas Tropicófilas e as Halófilas. Essa grande planície tem por assim dizer a forma topográfica de um funil, cuja

área é calculada em 160.000.000 de metros quadrados (MAGALHÃES CORRÊA, 1936, p.23)

Como se pode perceber, não há espaço para a imprecisão geográfica, mas sim, para apontamentos detalhados sobre a constituição geológica, geográfica, biológica. Estão presentes ainda descrições, ao longo de seus capítulos, do trabalho dos habitantes da região, como pescadores, machadeiros, carvoeiros, esteireiras, cesteiros, tamanqueiros, cabeiros, oleiros, caçadores e bananeiros, com capítulos, subcapítulos e desenhos em bico-de-pena dedicados a cada um. Isto nos revela a constante preocupação do autor em registrar descritivamente o que existe naquele determinado hábitat e em seus aspectos humanos tanto sociais quanto físicos. Magalhães Corrêa faz lembrar um “cientista naturalista”, segundo Candice Vidal e Souza.

Falamos aqui do “mapeamento preciso de um sertão demarcável” (VIDAL E SOUZA, 2010, p.103), que torna o “sertão carioca” diferente dos demais apresentados na literatura brasileira. Magalhães Corrêa conta ainda que foi esta a região que mais o havia impressionado, de todo o distrito Federal. E acrescenta, curiosamente, que esta zona ainda não havia sido objeto de observação dos estudiosos brasileiros. Para Vidal e Souza, essa demarcação detalhada, justificada e a todo o momento explicada de Corrêa era bastante inusitada, na medida em que “a imprecisão geográfica e a fluidez dos limites que separariam o sertão do não sertão são características apontadas pelos estudos sobre o sertão etnográfico e o sertão dos intelectuais” (VIDAL E SOUZA, 2010, p. 103)

Foi esse pedaço do Distrito Federal que muito me impressionou e por isso pensei relatá-lo em pálidas notas, apanhadas em excursões, visto não ter sido objeto de observação dos nossos estudiosos. Aí encontrei uma população laboriosa, bem brasileira, cujos usos e costumes me levaram a denominação de Sertão Carioca.

Não são novas as apropriações do termo “sertão” para designar um espaço desconhecido. Desde o período colonial brasileiro, o termo já era usado por cronistas. Historicamente, seu acentua não só um desconhecimento (pela ausência da experiência), mas um estranhamento com relação a um espaço que possui características diferentes daquele sujeito que o observa conhece e que faz parte de seu mundo. Nesse sentido, o influente naturalista francês Saint-Hilaire já se pronunciava, na primeira metade do século XIX, quando dava a definição de sertão como sendo “as áreas despovoadas do interior do Brasil” e concluía: “Quando digo ‘despovoada’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada até em excesso”²²¹. Sertão era o local onde o viajante não reconhecia uma cultura civilizada, medida a partir do seu ponto de vista estrangeiro. Logo, sertão era o espaço da alteridade. A literatura romântica

²²¹ Apud: AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, nº

15, 1995. P. 148.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

brasileira, por sua vez, concebeu os sertões como algo a ser reconhecido, como lugar de origem da nacionalidade. Literatura esta que se valeu dos relatos de viajantes.

O pensamento sobre o Brasil organizado em torno das representações sobre sertão e litoral é explorado no livro de Nísia Trindade Lima, *Um sertão chamado Brasil*, como proposições acerca da nacionalidade, nas quais se articulam reflexões sobre a identidade dos intelectuais locais. A reconstrução de uma tradição de excursões intelectuais com vistas a localizar, descrever e explicar o habitante do interior abarca textos distribuídos entre a segunda metade do século XIX, as primeiras três décadas do século XX e a sociologia universitária desenvolvida entre 1933 e 1964. As denominações de “sertanejo”, “caboclo” ou “caipira” já foram tidas como negativas e positivas e seus sentidos vem mudando ao longo do tempo.

No Brasil de fins do século XIX, o termo “sertão”, em vias de construção de uma possível “civilização” aos moldes europeus, passa a ser encarado como o lugar da “não civilização”, da barbárie, em contraposição ao espaço urbano. O significante “sertão” passou a ser definido a partir dos significados dados à cidade urbanizada. Entender essa transformação nos leva a pensar no lugar do observador no espaço, colocando-o como um sujeito que observa a partir das cidades. No Brasil, as cidades eram territórios onde se criavam novas sensibilidades e sociabilidades no final do século XIX. A partir da segunda metade do século XIX, as alterações de cunho sócio-culturais que nelas se processavam já apontavam para mudanças que ocorreriam na forma de viver o espaço citadino. À nova maneira de perceber-se como cidadão da urbe veio juntar-se um distanciado ponto de vista em relação ao outro. As cidades tornaram-se o epicentro, onde interagiam as ideias modernas importadas e os subprodutos das sociabilidades burguesas via Europa. Na cidade cosmopolita, era construída uma visão de sociedade por exclusão de elementos entendidos como antigos e selvagens que pudessem pôr em risco a nova racionalidade. O espaço urbano era encarado como o espaço da civilização por excelência, do moderno, do progresso. O outro era o outro. Incivilizado. Tomando como parâmetro o espaço urbano idealizado, lançava-se o olhar a outros lugares. Definindo o que era cidade, definia-se o que não era. Definia-se o outro: o sertão. Sem o entendimento de um espaço “sertão” tornava-se impossível definir o outro.

A publicação, no final de 1902, do livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, em que o autor denunciava, através da narrativa da história da Guerra de Canudos, o drama que definhava a construção de uma nação no Brasil, foi de grande influência na literatura do pensamento social brasileiro. A publicação de *Os sertões* fez surgir, portanto, várias discussões que versavam sobre o tema “sertão”. A tônica era que se tornava necessário o Estado intervir no espaço sertanejo a fim de incorporá-lo a um modelo de civilização que se fazia nas cidades - que eram tidas como parâmetro pelo qual se deveria olhar para outros lugares. A cidade era a medida de todas as coisas. Para Euclides, no entanto, a dicotomia sertão-cidade resultava em catástrofe nacional. Dicotomia que se expressava no vetor de negatividade que Euclides atribuiu especialmente às cidades, como o lócus do

progresso, onde se geravam ideias para se pensar a nação. Se, por um lado, ela era o espaço onde as sociabilidades europeizadas se afirmavam, por outro lado, também era o espaço de crítica.

Logo, Euclides conseguiu, de maneira definitiva, aliar o sertão à questão nacional, uma vez que, para o autor, desconhecer o sertão resultaria ficar alheio a uma grande parte do país, fazendo definharem qualquer tentativa de construção da nacionalidade.

Para Drummond e Franco, o termo “sertão carioca” foi cunhado para causar no leitor um efeito desconcertante, ao combinar essas duas palavras, aparentemente opostas, seguindo a literatura tradicional. Quanto ao uso do termo “sertão” Antonio Carlos Robert Moraes aponta:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (MORAES, 2003, p. 13).

Magalhães Corrêa tem como traço central de sua obra o exame detalhado dos componentes da paisagem, tanto aqueles tidos como ‘naturais’ – espécies de plantas e animais, formações geológicas, de relevo, rios lagoas, mares, praias, correntes marítimas, mananciais (muitos deles abastecedores da capital) – quanto aqueles ‘artificiais’, construídos diretamente pelo esforço humano – aquedutos, represas, barragens, casas, estradas e trilhas, meios de transporte, áreas de fabricação de tijolos, carvão vegetal, retirada de lenha.

Estava sempre atento também às formas existentes, oficiais ou não, de proteção à natureza. No caso da não observância dessas restrições à exploração dos recursos formalizadas nem presentes nas práticas dos próprios sertanejos, Magalhães Corrêa buscava fazer sempre alerta frente ao perigo eminente da destruição dos recursos naturais. No trecho abaixo Corrêa demonstra seu contentamento ao observar nas matas do entorno da Pedra Branca elementos criados por locais que simbolizariam respeito à natureza:

Mas aí a lei florestal é um fato, pois, num aviso escrito numa tabuleta pregada a uma árvore, lê-se: “É proibido caçar, derrubar árvores, tirar lenha e apanhar borboletas”. [...] Descendo em plena mata a estrada, depois do cruzamento com a represa dos Três-Rios, a um quilômetro desta, aparece a casa do administrador das Matas e Mananciais, o Sr. Emiliano Martins de Oliveira, que é a alma desse recanto, pois, identificado com tudo que diz respeito à nossa natureza, conserva e mantém, com auxílio dos guardas da represa e matas, o mais perfeito asseio. [...] As furnas e matas pertencem hoje em dia à Inspetoria Agrícola e Florestal do Distrito Federal (CORRÊA, 1936, p. 28).

Procurava ainda sempre tecer comentários sobre os costumes assumidos pelas populações locais, descrevendo seus hábitos em relação ao mundo natural, situando-o dialogicamente. Na seguinte passagem, ao tratar do rio Grande, na Taquara, o descreve em interação com as pessoas que nele se banham e lavam suas roupas:

[...]A rede hidrográfica das vertentes formadas pelos morros do Quilombo, Nogueira, Santa Bárbara, Pedra Branca e do Mello (Monte Alegre), denomina-se “*Pau da Fome*”. [...] Ali, num grande remanso cristalino, com vários seixos rolados, os moradores lavam roupa e tomam banho [no Rio Grande]. [...] O aqueduto, de cimento, tijolo e pedra, tem o seguinte traçado: mantém a canaleta das águas sobre pilares com base em forma de dado, ligados entre si, na parte superior, por arcos de berço, de uma elegância severa. (CORRÊA, 1936, p. 37).

A todo e qualquer pequeno povoado, dedica-se a descrever, descobrir seus principais elementos, tanto materiais e arquitetônicos quanto de seus habitantes. E prossegue, lançando mão, sempre que possível, de um levantamento da história local, a partir de fontes como documentos de compra e venda de terras:

O *Rio Grande* perde o nome ao atravessar as terras da *Fazenda da Taquara*, tomando este nome. Esta fazenda foi, em tempos coloniais, comprada a Corrêa de Sá e Benevides pelo comendador Pinto da Fonseca, por trinta e seis contos, dando dezoito, à vista e o resto, a prazo, mas aconteceu morrer Benevides e o negócio ficou de pé até hoje. Junto à casa da Fazenda, existe a *Igreja de Santa Cruz*, construída pelo Juiz dos Órfãos Antônio Telles de Menezes, no ano de 1738, quando seu proprietário (CORRÊA, 1936, p. 3).

Muitas vezes Magalhães Corrêa critica os cariocas da urbe por sua ignorância com relação ao sertão de que dependem. Em uma passagem sobre a Lagoa Marapendi, Corrêa faz inclusive uma inovadora sugestão, já que vislumbrou a possibilidade de os próprios sertanejos, “na medida em que as autoridades lhes proporcionassem a necessária assistência e elaborassem as leis adequadas, se transformassem nos principais protetores do ambiente” (DRUMMOND e FRANCO, 2009, p. 92). É comum hoje pensarmos que esta visão de conservação integrada, com participação das populações locais neste processo seria “uma inovação radical dos cientistas sociais e dos socioambientalistas brasileiros” (DRUMMOND e FRANCO, 2009, p. 92). Contudo, Magalhães Corrêa já propunha medida similar na década de 1930, o que demonstra sua originalidade.

Em muitas de suas excursões pela região do “sertão carioca”, Magalhães Corrêa não estava sozinho. Muitas das vezes estava acompanhado por sua família, sua esposa e seu filho, Paulo, e gente local. Recebia também companhias ilustres que eram seus parceiros no desvendar do sertão. Nesta passagem pelo pontal da Sernambetiba, estavam com ele, à cavalo, os professores Edgard Roquette Pinto e Alberto José de Sampaio, os naturalistas Brade e Bertha Lutz, e o Sr. J. W. Finch:

Nessa excursão tomaram parte os professores Roquette Pinto e A. J. Sampaio, os naturalistas Brade e Bertha Lutz, e o Sr. J. W. Finch. Acompanhou-nos a pé, o guia encarregado dos cavalos. O panorama foi extraordinário, principalmente nestes campos, verdadeiro deserto de guryrys (CORRÊA, 1936, p. 150).

nas últimas páginas de seu livro, Magalhães deixa mais claro que em qualquer outro momento do texto sua visão afinada a dos demais cientistas da época que destacamos anteriormente: a nação brasileira, segundo ele, deveria tomar seus próprios passos, sem excluir o que era típico, como os sertões:

As grandes indústrias, as valorizações, os empréstimos e os colonos são balões de oxigênio, que não resolvem o problema de uma nacionalidade, como a nossa, que precisa viver por si e para si. O problema fundamental no Brasil é o de uma sadia brasilidade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para garantia de nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência aos seus habitantes. Particularizando o sertão carioca, o fiz como exemplo dessa calamidade que abrange todo o território brasileiro. Como um dever, citarei trechos de duas personalidades, honra de nossa cultura, verdadeiros sacerdotes da nossa natureza, dois fluminenses, nomes iguais, um advogado, outro médico; um juriconsulto e outro botânico; o primeiro já falecido, Alberto Torres, espírito lúcido, grande mentalidade e patriota; o segundo, Alberto J. Sampaio, a maior autoridade presentemente no assunto, botânico conhecidíssimo no estrangeiro, mais do que em sua pátria, modesto, a alma do movimento atual da defesa da natureza (MAGALHÃES CORRÊA, 1936, p. 237).

As citações que Magalhães Corrêa faz de Alberto Torres e Alberto José de Sampaio sintetizam o sentimento de construção de uma nação brasileira sadia, pautada na conservação da natureza. Conclui com o desejo de que esta obra tenha sido uma contribuição, ainda que pequena, para a compreensão e o estudo do hábitat rural brasileiro e “esperando para a nossa terra o esforço abnegado dos verdadeiros patriotas, dos que desejam um Brasil grande e forte, com leis brasileiras para os brasileiros, feitas mediante estudos nossos e à nossa feição [...]” (MAGALHÃES CORRÊA, 1936, p. 238).

Esses artigos escritos para o Correio da Manhã e que originaram o livro Sertão Carioca foram uma forma de alerta às autoridades para questões sociais que se faziam necessárias à região na qual se pretendia “amansar”, segundo Candice Vidal e Souza. Além deste alerta, das críticas e das denúncias das múltiplas formas de descaso e de negligenciar este sertão, por parte do Estado, está também dada a necessidade de reconhecimento deste sertão, assistindo-o e promovendo a conservação da natureza, para que a nação brasileira fosse bem construída, consolidada e reconhecida, a partir de seus próprios traços.

Como o próprio Magalhães Corrêa afirmou, a delimitação “sertão carioca” serviu mais como um estudo de caso, um exemplo alarmante do abandono do território brasileiro que não fosse as grandes cidades, configurando um gravíssimo problema, obstáculo à construção da nação - anseio este tão caro aos intelectuais do período – do que a de um lugar desconhecido seu, pelo qual se aventuraria e contemplaria frugalmente a natureza

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janáina. Região, sertão, nação. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995. P. 148.

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico: el medio, la cultura y la expansion de Europa*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CAPANEMA, Carolina Motta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

CORRÊA, Armando Magalhães. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CORRÊA, Armando Magalhães. *Por que se chama Carioca a quem nasce na Capital Federal?* Revista Nacional de Educação, ano I, nº 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Publica/ Museu Nacional Rio de Janeiro, 1933.

CORRÊA, Armando Magalhães. *Terra Carioca: fontes e chafarizes*. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. 170 (1935), p. 214, 1939.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático. *Varia Historia*, n.26, p. 13-32, jan. 2002.

DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. Preocupações com a Proteção à Natureza e com o Uso dos Recursos Naturais na Primeira República Brasileira. *Textos de História* (UnB), Brasília, v. 12, n. 1/2, p. 145-165, 2004.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1946*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, Austin, Texas, EUA, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

FERNADEZ, Annelise Caetano. *Do sertão carioca ao parque estadual da pedra branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do rio de janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil*, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. *Varia Historia* (Dossiê História e Natureza), Belo Horizonte, n.26, p.77-96, 2002.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.12, n.3, p. 1033-1059, set./dez. 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos vol. I nº 1*, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MCNEILL, John R. *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, n. 4-5 (Território), p. 11-23, 2002-2003.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues e WHATELY, Maria Celina. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v.23, n.68, 2010.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, 1987.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 231-269.

TORRES, Alberto. *Organização nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1915.

VIDAL E SOUZA, Candice. O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.13, n.1, p. 101-110, jan./jun. 2010.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, 1991.

Os intelectuais e a política: a participação dos letrados no Estado Novo Vargasista (1937-1945)

Ana Carolina Machado Arêdes
Mestranda – História/UFOP
Agência Financiadora: UFOP
anacarolaredes@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho almeja discutir a relação entre intelectuais e políticas, tendo como enfoque o período da história brasileira conhecido como Estado-Novo (1937-1945). Tal governo foi presidido pelo gaúcho Getúlio Vargas e ficou conhecido, dentre outros fatores, pela ampla participação de letrados, tendo reunido intelectuais das mais variadas ideologias.

Para discutir esta questão serão primeiramente analisados textos que ajudam a definir o que é e como age o intelectual na sociedade, como o dos autores Julien Benda, Karl Mannheim, Joseph Schumpeter e Neil Harding. Posteriormente, serão utilizados os trabalhos de Sergio Miceli, que trata da relação entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil entre 1920-1945, e o de Maria Helena Bomeny, que aborda especificamente a participação dos intelectuais no Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, Política, Estado Novo.

Afinal quem são os intelectuais? O filósofo francês Julien Benda usa o termo *clerics* para defini-los. Os *clerics* são aqueles que obtêm alegria no exercício da arte, da ciência ou da especulação metafísica, dessa forma, não perseguem fins práticos. Para Benda, os *clerics* se diferem dos leigos, uma vez que estes últimos buscam interesses temporais, conhecimento prático e sistematicamente realista. Os leigos são as massas, burguesas ou populares. A principal diferença entre leigos e *clerics* salientada no clássico de Benda é em relação às paixões políticas. Enquanto os leigos se entregam a elas, os *clerics* se mantêm afastados, ou as analisam sem se envolver. (BENDA, 2007).

Para o economista austro-húngaro Joseph Schumpeter, o intelectual não é um tipo fácil de definir, uma vez que não constitui uma classe social. Surgem de variadas esferas do mundo social e apresentam pensamentos diversificados, combatem-se uns aos outros, e, muitas vezes defendem interesses que não são os seus. Além disso, Schumpeter considera muito reducionista a definição de que são intelectuais os que possuem educação superior, e, muito ampla a oposição que se estabelece entre intelectuais e os que realizam trabalho manual. (SCHUMPETER, 1961).

O sociólogo judeu Karl Mannheim sustenta que o pensamento sociológico mostra ao intelectual que ele não constitui nenhuma classe e, dessa forma, não possuem identidade social. (MANNHEIM, 1957) Assim como Schumpeter, Mannheim afirma que os intelectuais ou a

“intelligentsia” não constituem um grupo social definido, sendo assim, atuam em prol dos interesses de outros grupos sociais (SCHUMPETER, 1961 & MANNHEIM, 1957), como o proletariado.

Segundo Mannheim, o proletariado foi o primeiro grupo que desenvolveu uma consciência sociológica de classe, enquanto a “intelligentsia” foi a última a perceber que não se constitui como classe, uma vez que sua posição na divisão social não lhe proporciona um acesso direto a nenhum segmento vital ou funcional da sociedade. (MANNHEIM, 1957). Os intelectuais possuem uma visão privilegiada dos acontecimentos, são como um conglomerado ‘entre’ - não ‘acima’ ou ‘abaixo’ - das classes.²²² Dessa forma, possuem amplitude de ação em uma sociedade que é polarizada, já que experimentam várias situações e são menos fiéis a elas, em virtude de ser um grupo livre. (MANNHEIM, 1957).

O professor britânico Neil Harding estudou a participação dos intelectuais na elaboração da ideologia marxista e, assim como Schumpeter e Mannheim, acredita que a “intelligentsia” tenha contribuído na condução de interesses de classe que não são as suas. Para Harding, os intelectuais precisavam do proletariado para dar corpo à teoria marxista, enquanto o proletário necessitava dos intelectuais para desenvolver a teoria marxista. (HARDING, 1997). De acordo com Lênin, a ideologia marxista não poderia ser fruto do pensamento e reflexão da classe trabalhadora, ela foi importada para o proletariado. (LÊNIN *apud* HARDING, 1997).

O teórico marxista Antonio Gramsci expõe que um Estado é ético na medida em que sua mais importante função é a de aumentar na grande massa da população a cultura e a moral, o que contribui também para o desenvolvimento de suas forças produtivas. (GRAMSCI *apud* HARDING, 1997). Quem contribui nesse processo de moralização e conscientização das massas é a elite intelectual, que acaba por auxiliar no crescimento do Estado. (HARDING, 1997) Para “guiar” as massas, os intelectuais precisam inseri-las na política e, assim, passam a controlar até mesmo sua vida particular. O Estado se torna hegemônico, quando sua elite letrada conduz a massa popular rumo ao progresso. (BENDA, 2007).

Este envolvimento dos intelectuais com o Estado, e, por consequência com a política, também é tratado por Benda. Para ele a “traição dos intelectuais” acontece quando estes descem à praça pública e passam a compactuar com o realismo dos Estados, quando deviam se opor. A grave desordem do mundo moderno é esta. Os *clerics* aderem às paixões políticas, às paixões mundanas, e, com isso, reforçam-nas no coração dos leigos. O intelectual falta à sua função quando visa o triunfo de uma paixão realista de classe, de raça ou de nação. É esse patriotismo cego em defesa do Estado o que torna as nações fortes, mas é função dos intelectuais tornar as nações fortes? (BENDA, 2007).

Esta adesão dos *clerics* às paixões políticas tornam suas obras, que deveriam ser espelho da inteligência desinteressada, obras de cunho político. Os letrados passam a defender o senso prático e a desprezar a transcendência. Para Benda, o que espanta é a forma como os *clerics* exortam os povos a se identificarem naquilo que os faz distintos, a honrar seus caracteres enquanto lhe são peculiares. Este mesmo ensinamento é aplicado às classes: existe uma verdade

²²² Max Weber tem a seguinte definição: “Intelligentsia relativamente independente”. *Apud* MANNHEIM, Karl. *Op. Cit.* p.156.

burguesa e uma verdade operária e devemos agir conforme somos burgueses ou operários. (BENDA, 2007).

Os intelectuais modernos defendem Estados autoritários, regimes autocráticos, governo pelo arbítrio, pela razão de Estado. Trabalham pela grandeza da nação sem deixar espaço para vontades particulares. Benda sustenta que agindo dessa maneira, os intelectuais tornaram-se tão leigos quanto os leigos, mas não são ingênuos como os leigos. O autor não consegue ver nesse movimento uma moda, que poderia retroceder. Para ele, o mundo moderno fez do intelectual um cidadão, submetido aos encargos dessa condição, por isso é difícil o desprezo às paixões leigas e aos fins práticos. A “traição dos intelectuais” coincide com a formação dos Estados Nacionais. No mundo moderno é impossível levar uma existência intelectual, o Estado moderno não os manteve isentos de deveres cívicos. Todavia, Benda salienta que as vicissitudes do mundo sensível não deveriam afetar o verdadeiro intelectual. (BENDA, 2007).

Assim como Benda, Joseph Schumpeter vê o intelectual como aquele que não tem responsabilidade direta por assuntos práticos. Para Schumpeter, os intelectuais são aqueles que “esgrimem o poder da palavra escrita e falada”. Aos letrados faltam conhecimentos de primeira mão, que podem ser obtidos apenas pela experiência real. “Será a profissão de um não-profissional? Diletantismo profissional? Ou serão aqueles que falam de tudo porque não entendem de nada?” (SCHUMPETER, 1961).

Essa mobilidade do saber intelectual, também é ressaltada por Mannheim, que vê a “intelligentsia” com implicações múltiplas, uma vez que é desvinculada da organização classista da sociedade. Tal qual Benda e Schumpeter, Mannheim discerne o intelectual do homem prático. O intelectual não corre o risco do homem prático que tende a conceber o mundo de acordo com sua vocação e seu grupo social. O intelectual conhece os estereótipos que podem lhe confundir, em vez de esclarecer, a respeito dos problemas existentes. O intelectual possui uma visão privilegiada dos acontecimentos. O homem prático adquiriu hábitos e pragmatismos ao lidar com situações cotidianas, enquanto o intelectual se entrega a uma abstração sem temer as consequências. Contudo, esta propensão à abstração pode fazer o intelectual perder contato com a realidade. O ócio é indispensável à atividade intelectual, mas o faz correr o risco da ilusão. (MANNHEIM, 1957).

O ócio, necessário à atividade intelectual, é defendido por Benda, que via os intelectuais da Grécia Antiga o realizarem com maestria. A filosofia de outrora que ensinava o homem a sentir-se existente porque pensante: “Penso, logo existo”, agora o ensina que é preciso agir: “Ajo, logo existo”. Para Benda, “De sua cátedra mais alta, o intelectual moderno assegura ao homem que ele é grande na medida em que é prático.” (BENDA, 2007).

Como foi explicitado acima, Benda afirma que um Estado se torna mais forte quando recebe o apoio dos *clerics*. (BENDA, 2007). Schumpeter expõe que em épocas de rápida expansão da máquina burocrática, a maior parte do pessoal adicional necessário é recrutada diretamente do grupo intelectual. Quando participam da administração pública, os letrados acabam por deixar o selo da sua mentalidade sobre os acontecimentos. (SCHUMPETER, 1961). Mannheim sustenta que a administração civil deve preparar seus intelectuais a fim de absorvê-los em sua burocracia e se tornar forte. Contudo, deixa claro que a participação da “intelligentsia” em grandes organizações, tal como o Estado, esteriliza o pensamento intelectual. (MANNHEIM, 1957).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

É precisamente sobre a ação dos intelectuais na esfera estatal que pretende tratar a segunda parte deste trabalho, mais precisamente da participação dos letrados na burocracia do Estado Novo, gerido por Vargas.

Os intelectuais no Estado Novo

Após esta sumária contextualização acerca do que são os intelectuais e como estes se envolveram com o jogo político, tratar-se-á da relação que a elite letrada brasileira estabeleceu com a burocracia. É justamente este o tema tratado no clássico *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, do sociólogo Sergio Miceli.

Miceli analisa as estratégias que os intelectuais utilizaram para se alçarem às posições criadas nos setores público e privado do mercado de postos brasileiro, entre 1920 e 1945. Almeja entender a feição institucional que assumiu a tutela da produção intelectual e o fato do Estado ter se destacado como principal investidor. Dessa forma, busca detectar as peculiaridades da condição intelectual na sociedade brasileira. O trabalho de Miceli é uma resposta positiva a outras análises que tratam do mesmo tema, como a de Gramsci – na Itália – e a de Bourdieu – na França. (MICELI, 1979).

Segundo Miceli, o declínio das antigas famílias dirigentes e a expansão dos cargos públicos, assim como dos bacharéis, contribuiu para a adesão dos intelectuais brasileiros à burocracia estatal. O primeiro governo Vargas ficou conhecido pela imensa cooptação de letrados, dos mais variados tipos de pensamento, já que entre 1930 e 1945, ocorria o processo de modernização autoritária. Nesse sentido, existia um trabalho de construção institucional e uma crescente ingerência do Estado em domínios até então exercidos por outras frações da classe dominante. Criou-se uma “intelligentsia” e a cultura foi encarada como um “negócio oficial”. Dessa forma, com o controle do mercado de postos públicos, o Estado age como instância suprema de recrutamento do público portador de diplomas superiores. (MICELI, 1979).

Para os letrados, o ingresso nas fileiras burocráticas passou a constituir “trunfo indispensável” para o êxito nas demais atividades do campo intelectual. A “intelligentsia” passou a servir de modelo para a classe dirigente e suas obras foram tratadas como referências do paradigma político da nação. Miceli constata que a elite letrada se concentrou em cargos que dispunham de salários elevados, além de regalias e vantagens junto à burocracia. (MICELI, 1979).

Assim como Miceli, a socióloga Maria Helena Bomeny, estuda a relação entre intelectuais e Era Vargas, especificando sua análise ao Ministério da Educação e Saúde Pública, gerido pelo intelectual mineiro Gustavo Capanema entre 1934-1945. Bomeny afirma que o “Ministério Capanema” foi um exemplo memorável da participação dos intelectuais na política, tanto que ficou conhecido como “Ministério dos Intelectuais”. (BOMENY, 2001).

O período denominado Estado Novo (1937-1945), no qual Vargas ascendeu ao poder através de um golpe e governou de forma ditatorial, foi de indiscutível mecenato da política brasileira, uma vez que tinha um projeto de construção do Estado Nacional, sobre as bases da

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

educação, ciência e cultura. Bomeny ressalta que o mecenato do Estado é comum no Brasil e em outros países da América Latina, mas não é tão comum em outras nações, como os Estados Unidos. Nos Estados Unidos o mecenato é exercido por setores e atores da sociedade civil. Lá, historicamente, o Estado é malvisto neste tipo de empreendimento. Já na América Latina, o mecenato encontrou no Estado seu “maior, mais confiável e legítimo fiador”. Bomeny afirma que na América Latina existe a desconfiança no setor privado, uma provável herança dos tempos de mandonismo e coronelismo. (BOMENY, 2001).

Assim, agindo como mecenas, um governo que pretendia criar um Estado moderno acolheu os mais diferentes tipos de intelectuais. A participação dos letrados no governo foi tão intensa, que política e cultura estavam imbricadas. (BOMENY, 2001). Contudo, a relação da “intelligentsia” com o Estado foi marcada pelo dilema da participação em um governo autoritário. Miceli sustenta que os intelectuais se apoiavam em “álibis nacionalistas” para justificar seu envolvimento no Estado Novo. (MICELI, 1979). Bomeny, assim como Miceli, afirma que existia um constrangimento por parte dos intelectuais em virtude da participação na gestão despótica Vargasista. A relação dos letrados com o Estado Novo oscilava entre momentos de adesão/afastamento e de enaltecimento/crítica do regime. (BOMENY, 2001).

Curioso, era que os intelectuais do Ministério Capanema sentiam menos desconforto em participar do governo. Tanto Miceli quanto Bomeny salientam esta questão. Para Miceli, a gestão Capanema era uma espécie de “território livre” e infenso às ideologias do regime. (MICELI, 1979). O Ministro Capanema se colocava acima de disputas ideológicas, e seu território se caracterizava pela ousadia e variedade de ideias. (MOREIRA *apud* BOMENY, 2001).

O “Ministério Capanema” concentrou um grande número de intelectuais, pois os chamava para auxiliarem na elaboração de políticas nas mais distintas áreas da vida social, para a construção de um Estado do “bem-estar”. Contudo, mesmo em um ambiente com ideias mais arejadas, os letrados demonstravam fidelidade parcial para com a política, revelando a tensão que tem na tese de Benda um bom ponto de orientação. (BOMENY, 2001).

Bomeny afirma que os intelectuais minimizavam o constrangimento de participar da política em um governo autoritário usando a arte como justificativa:

A defesa da arte minimiza o constrangimento dos vínculos de seus criadores com programas, projetos, ideologias e políticas criticáveis. É a arte, em sua transcendência e imortalidade, e não os seus criadores, como mortais, que está sendo absolvida. É como se, absolvendo-a, absolvêssemos todos os que se mantêm seus amantes a despeito das traições ou das infidelidades, como quis Julien Benda, de seus criadores. (BOMENY, 2001).

É como se a arte ultrapassasse a política em sua transcendência, em sua insuperável capacidade de emocionar e em sua insubmissão às conjunturas. A obra de arte não é feita para ser superada, como bem colocou Max Weber, ao distinguir ‘arte’ e ‘ciência’; distinção que, nesse

caso, pode ser entendida como entre a ‘arte’ e a ‘política’. (BOMENY, 2001). A política muda, é superada. A arte permanece. Assim, em nome da arte, destinada à construção do Estado Nacional, os intelectuais confeccionavam trabalhos para a burocracia, o que, mesmo com a melhor das justificativas, não deixava de causar-lhes incômodo.

Conclusão

Na primeira parte do trabalho houve um esforço em definir o grupo intelectual e como ele age na sociedade. Foi mostrado que a elite letrada não se encaixa na estratificação social, constituindo um grupo desprendido e, que, por isso, tem facilidade de acesso às camadas sociais. Sendo assim, assegura grande mobilidade para suas ações e ideias, atuando em prol dos interesses das mais variadas classes. A “intelligentsia”, enquanto grupo, não possui interesses em comum, somente o da atividade intelectual, uma vez que seus componentes provêm dos mais diversos setores sociais.

Na busca de definir os intelectuais, suas atividades foram confrontadas às do homem prático. O homem prático, preso à sua classe social, realiza tarefas diárias e se entrega à rotina e ao pragmatismo. O intelectual se dedica ao ócio e ao abstrato. Contudo, como foi salientado, o intelectual moderno se tornou um cidadão. Enquanto cidadão, ele passa a realizar atividades que visam fins práticos e deixa de dedicar seu tempo ao ócio e à especulação. Dessa forma, o intelectual moderno age como leigo em um mundo que lhe impôs essa condição. Geralmente, as atividades realizadas pela “intelligentsia” no Estado moderno estão ligadas à esfera burocrática, ou seja, os intelectuais passam a fazer parte da política.

A relação entre intelectuais e política foi mostrada na segunda parte deste trabalho, que tratou especificamente da atuação dos letrados no Estado Novo. Como foi exposto, a participação em um governo marcado pelo processo de modernização autoritária causava na “intelligentsia” grande desconforto. Dessa forma, os intelectuais afirmavam realizar seus trabalhos em nome da transcendência da arte.

Enfim, como pudemos ver, os intelectuais não são fáceis de definir, uma vez que representam os interesses de várias classes, mas não constituem nenhuma; no mundo moderno não possuem ações tão distintas da do homem prático ou leigo, jogam o jogo das paixões políticas, participam da burocracia, se engajam no processo da construção do Estado Nacional, mesmo com todo o constrangimento que isto lhes causa.

Referências Bibliográficas:

BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BOMENY, Maria Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Políticas. In: *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*/ Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas ; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

HARDING, Neil. Intellectuals and socialism. Making and breaking the proletariat. In: JENNINGS & KEMP WELCH (eds.) *Intellectuals in politics*. London: Routledge, 1997.

MANNHEIM, Karl. El Problema de La “Intelligentsia”. Un estudio de su papel en el pasado y en el presente. In: *Ensayos de sociología de la cultura*. Madrid: Aguillar, 1957.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

SCHUMPETER, Joseph. A Sociologia do Intelectual. In: *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Oswald de Andrade no Suplemento Literário do Minas Gerais

Valdeci da Silva Cunha
Mestre - História UFMG
valdeci.cunha@gmail.com

Resumo: O artigo propõe-se analisar as releituras da produção do escritor Oswald de Andrade encontradas no *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais*. Com recorte temporal localizado nos anos 60 e 70, verificou-se o lugar conferido ao trabalho intelectual do escritor nas reflexões apresentadas nos ensaios de Benedito Nunes, Heitor Martins, Haroldo de Campos, entre outros, publicados no impresso.

Palavras-chaves: Oswald de Andrade, Suplemento Literário, Cultura intelectual

O ensaio que por hora apresento surgiu de uma afirmação e de uma curiosidade. A primeira, feita por Heitor Martins e que tive conhecimento através do livro *Oswald de Andrade e os outros*, publicado em 1973, seria que a de que, provavelmente,

[...] o autor brasileiro sobre quem mais se escreveu em 1967 tenha sido Oswald de Andrade – e 1968 segue a mesma esteira [...]. Uma leitura, por mais rápida, desta longa bibliografia, dá-nos apenas o mais insípido material: nenhuma análise de sua obra (que a merece!) a não ser a repetição *ad infinitum* de meia dúzia de linhas de instantâneo futurista²²³.

A segunda, surgida do que talvez possa ser considerada uma feliz coincidência, elemento por vezes presente no ato “caça documental”, tendo em vista o quão problemático é essa questão para os arquivos no Brasil, se apresentou durante uma pesquisa no *Suplemento Literário* do *Minas Gerais*. Ao vasculhá-lo, na intenção de construir um mapeamento da crítica feita pelo impresso a respeito das artes plásticas em Minas Gerais e, por extensão, brasileiras, deparei-me com uma quantidade considerável de textos sobre o escritor os quais se referem à sua produção literária e intelectual.

Na oportunidade em que estudei o escritor no mestrado, defendido em 2012 na perspectiva da História e Culturas Políticas do PPGH da UFMG, ocupei-me de sua trajetória nas décadas de 1920 e 30, com a preocupação de mostrar como teria se dado o seu engajamento político nesse período²²⁴. Nesse estudo, fiz um pequeno recorte sobre a produção intelectual de Oswald na tentativa de demarcar e elucidar as permanências e rupturas em suas tomadas de posição política, norteadas, a primeiro momento,

²²³ MARTINS, Heitor. *Oswald de Andrade e outros*. São Paulo: Conselho Nacional de Cultura, 1973, p. 11.

²²⁴ Ver *Oswald de Andrade: da “deglutição antropofágica” à “revolução comunista” (1923-37)*.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

pela ideia ou conceito de antropofagia, e, posteriormente, a partir dos anos 30, pelo ideário comunista, ao qual o escritor passou a se identificar. Contudo, como se supõe de todo trabalho desse calibre, várias outras possibilidades acabaram não sendo contempladas.

Por hora, e dentro dos objetivos dessa comunicação, não nos ocuparemos de retomar toda a trajetória do escritor, desde dos anos 10, até a sua morte, em 1954. Para tanto, o leitor interessado pode lançar mão de bons trabalhos biográficos e do primeiro volume, e único, de sua autobiografia, intitulado *Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe*, que relata a vida do escritor até o ano de 1919. Entretanto, se temos que começar por algum lugar de seu itinerário, comecemos pelo final.

Oswald de Andrade chega ao final de sua vida, no ano de 1954, muito doente e com uma sensação que seu legado não havia tido seguidores, que sua obra não tinha sido lida e que sua luta não teria gerado frutos. Ao escrever uma comunicação para o “Encontro dos Intelectuais”, que teve lugar naquele mesmo ano, no Rio de Janeiro, seu texto, na verdade, ganhou o tom de um apelo.

Em um pequeno texto, de apenas duas páginas datilografadas, é possível perceber, pelo menos, um “duplo apelo”, de acordo com a leitura de Henrique Rodrigues Estrada. Em sua análise, recolhidas do ensaio intitulado *Extrapolando Oswald de Andrade*, a preocupação teve um caráter de urgência “de um lado, para que toda uma tradição intelectual sobre a ‘importância autônoma do primitivo’, inaugurada com o ensaio de Montaigne sobre ‘Os canibais’, fosse continuamente repensada; de outro, para que sua própria contribuição ao debate, explicitada desde o ‘Manifesto Antropófago’ (de 1928) não fosse esquecida”²²⁵. Dito isso, voltemos para o proposto para o elucidado pelo título desse texto.

O *Suplemento Literário* foi fundado em 3 de setembro de 1966 e em seu primeiro número encontramos um texto intitulado de “Apresentação”, espécie de manifestação de princípio, com a afirmação de que

Cumprindo mais uma etapa de seu atual programa de renovação, o “Minas Gerais” lança hoje o “Suplemento Literário”, de publicação semanal e que circulará regularmente com a edição de sábado. [...] se insere na presente fase renovadora o lançamento de um suplemento dedicado à literatura e à arte em geral, providência que se compreende também no plano cultural do governo²²⁶.

²²⁵ RODRIGUES, Henrique Estrada. *Extrapolando Oswald de Andrade*. Captado em: <http://www.chaodafeira.com/?p=166>. Acessado em: 01 jun. 2013.

²²⁶ Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano I, v. 1, n. 1, p. 1, set. 1966. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Em sintonia com o momento histórico vivido pelo país nos anos 60, principalmente em diálogo com as artes de vanguarda²²⁷, o *Suplemento Literário* surgiu como um projeto que se propunha a ampliação da noção, ou conceito, de cultura, ao conjugar em seu projeto o local e o universal.

Deliberamos reivindicar a importância da literatura, frequentemente negada ou discutida. Para começar, tomamos o termo na acepção mais ampla. Nessa ordem de ideias, o “Suplemento Literário” vai inserir não só poesia, ensaio e ficção em prosa, mas também crítica literária, a de artes plásticas, a de música. Sem negligenciar os aspectos universais da cultura, queremos imprimir a estas colunas feição predominantemente mineira, assim no estilo de julgar e escrever, como na escolha da matéria publicável²²⁸.

Em 13 de abril de 1968, o *Suplemento* chegava ao seu 85º número e, para essa edição, o impresso deu lugar a uma homenagem a Oswald de Andrade. Entretanto, como pudemos constatar, o escritor já havia aparecido nas páginas do impresso em pelo menos dois momentos. Em dezembro de 66, dois textos figuraram nas páginas do impresso.

Intitulado “Minas e a poesia de Oswald de Andrade”, em forma de apresentação do décimo quinto número do *Suplemento* e sem assinatura, constata-se que

No momento em que a Difusão Européia do Livro [1951] lança a reedição das *Poesias Reunidas de Oswald de Andrade*, a transcrição de seus poemas do *Roteiro de Minas* neste Suplemento quer significar uma justa embora pequena homenagem de Minas à memória do seu amigo e grande poeta brasileiro Oswald de Andrade²²⁹.

Ainda, segundo o texto,

Oswald de Andrade inscreve-se entre os intelectuais brasileiros de nosso tempo que melhor compreenderam o sentido exato da Inconfidência Mineira, encarando-a como um movimento não só de afirmação da incipiente nacionalidade, mas de vontade crítica de sintonizar-se a inteligência brasileira com as ideias progressistas do tempo. Além de ter publicado um ensaio-tese intitulado “A Arcádia e a Inconfidência”, Oswald viria depois a aproximar a sedição mineira de 1789 e a Semana de Arte Moderna de 1922,

²²⁷ Esse é o período histórico que assistiu o surgimento de vários artistas, grupos e movimentos com propostas artísticas experimentais, que exploravam novas formas de ser pensar o fazer artístico. Nomes como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Rubens Gerchman, Antonio Dias, Jarbas Juarez, entre outros, se estabeleceram como importantes referências, tanto por suas obras como por seus trabalhos conceituais, nesse contexto. Para mais informações, ver PECCININI, Daisy. *Figurações: Brasil anos 60*. São Paulo: Itaú Cultural, Edusp, 1999.

²²⁸ Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano I, v. 1, n. 1, p. 1, set. 1966.

²²⁹ Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 1.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

vendo os dois importantes marcos de nossa história política e cultural sob o mesmo meridiano crítico da necessidade de acertarmos o passo com o tempo histórico²³⁰.

Curiosamente, o texto faz referência a duas obras de Oswald: a *Poesias Reunidas*, de 1945, que foi uma espécie de compêndio da produção do escritor desde a década de 20, incluindo *Poesia Pau-Brasil* e o *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*; os *Poemas menores*, *Cântico dos cânticos para flauta e violão* e *O escaravelho de ouro*, da década de 40, e a tese apresentada na USP, em 1945, para a cadeira de Literatura Brasileira.

Para Laís Corrêa de Araújo, em seu artigo “Poesia por contato direto”, em um título que nos remonta princípios formais e estéticos inseridos tanto no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* quanto no *Manifesto Antropófago*,

[...] parece-nos haver, em certa área de intelectuais, uma luta surda contra Oswald de Andrade, especialmente entre aqueles que consideram Mário de Andrade o verdadeiro “dono” do modernismo. Cremos que isso ocorre principalmente porque se tem levado em conta mais a biografia do que a bibliografia oswaldiana, o que é um erro de perspectiva. Além disso, acredita-se haver um propósito sub-reptício dos poetas concretos de São Paulo em “forçar o brilho de Oswald em detrimento de Mário”, coisa em que, é claro, não acreditamos²³¹.

Em certa medida, os textos em questão sugerem a apropriação enfatizada por Heitor Martins, qual seja a necessidade de análises que superassem a “meia dúzia de linhas de instantâneo futurista”.

Calcada em uma perspectiva de “recuperação” de um escritor incompreendido, iconoclasta e, em certa medida, “maldito”, Araújo ressaltou que

[...] de fato, Oswald foi um renovador dos modos de expressão poéticos e não se pode negar a utilidade de uma revisão que o libertasse da desconfiança existente ainda entre os intelectuais de que a sua poesia seria uma mera “blague” e não um experimento singular. Não tendo sido levado a sério em certos setores só poderia escapar à marginalidade através de uma isenção não só crítica, mas também de preconceitos. A vida do escritor influenciando na opinião sobre sua obra, insistimos, é um erro de perspectiva²³².

Ao percorrermos o acervo do *Suplemento*, foi possível encontrar algo em torno de 40 textos que tiveram Oswald de Andrade como tema. Para o levantamento, foram usadas as palavras-chaves “antropofagia”, “modernismo”, “Semana de Arte Moderna”, “Pau-Brasil”, para além, obviamente, do nome do próprio escritor. Para os fins desse primeiro ensaio analisamos mais detidamente o número especial dedicado aos “40 anos da antropofagia” – e, de certa forma, ao escritor –, do ano de 1968.

²³⁰ Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 1.

²³¹ _____. *Minas Gerais*, p. 1.

²³² Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano III, n. 85, p. 1, abr. 1968.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Em texto de abertura, já nos é possível vislumbrar qual foi o tom da edição. Em seu primeiro parágrafo, temos a afirmação de que

[...] há quarenta anos surgiram dois textos fundamentais do Modernismo brasileiro: o *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, lançado em maio de 1928 no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, e *Macunaíma*, a rapsódia de Mário de Andrade que empolgaria as letras do tempo pelo caráter inventivo da linguagem e o teor novo da estrutura ficcional. Refletindo – um, no plano das ideias, outro, no plano criativo, os princípios da Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo seis anos antes, os dois fatos significam, respectivamente, uma radicalização do pensamento crítico diante da realidade brasileira e a tentativa de criação de uma língua capaz de exprimir literariamente a consciência totalizadora dessa mesma realidade²³³.

Excetuando-se frágil divisão entre planos “criativo” (Mário) e “das ideias” (Oswald), a consideração de que o manifesto oswaldiano se localizaria em um lugar para além do estético, aqui entendido como o da criação literária, é sugestivo para a sua consideração em conexão com o político, sendo esse entendido como um fenômeno mais amplo e complexo do que as definições tradicionais e reducionistas do conceito de política.

A tese antropofágica hibernou criticamente por vários anos, para ter finalmente retomadas e revistas as suas postulações a partir da década de 50, quando uma nova sensibilidade despertou para a compreensão do que ela continha de lucidez e válida intuição. O manifesto, mais do que simples plataforma ideológica de uma ala radical do Modernismo, passou a ser debatido e a atuar como roteiro para uma indagação crítica e filosófica de nossas perplexidades de nação jovem. Conceitos como *redução sociológica*, *importação* e *assimilação de técnicas* e uma *fazer novo nacional*, estreitamente ligados a uma atitude desenvolvimentista, desdobraram-se sem dúvida, da ideia central antropofágica, para assumir função objetiva como valores ou critérios no campo da sociologia e da economia brasileiras²³⁴.

Ainda para a década de 50, seria importante, segundo o artigo do *Suplemento*, considerarmos a importância da retomada dos estudos sobre o escritor feita pela poesia concreta, “[...] que recolocou [...] em meio atividade teórica e crítica, a problemática de uma linguagem identificada com as formulações estéticas da antropofagia”, a revisão da “síntese filosófica da antropofagia”, que é a tese intitulada *A Crise da Filosofia Messiânica*, de 1950, a “descoberta e contundência cênica” da peça *O Rei da Vela* e a “própria música brasileira”, que buscava uma “linguagem de modernidade e universalidade numa verdadeira atitude antropofágica”²³⁵.

Para além do tom laudatório, afinal de contas se tratou de “um número especial”, o gesto é de revitalização, de oxigenação das ideias que estariam, nas palavras do próprio impresso, “hibernadas”. Por outro lado, ele pode ser lido como a monumentalização da própria Antropofagia. Em certa medida, há a reafirmação das mesmas diretrizes ou afirmações contidas no manifesto de 1928. Não é de espantar, por

²³³ _____, *Minas Gerais*, p. 1.

²³⁴ *Suplemento Literário. Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 1.

²³⁵ _____, *Minas Gerais*, p. 1.

exemplo, que o citado texto fosse publicado logo na segunda página no impresso, em uma publicação que contava com 12 páginas, ocupando, assim, todo o seu espaço.

Do ponto de vista de uma criação dos lugares da memória (ou das formas de arquivo), esse gesto nos sinaliza para um agenciamento desse passado intelectual próximo do que Walter Benjamin considerou como a construção de uma “história monumental”, ao apagar a temporalidade histórica, ou o “tempo histórico” como afirmou o historiador Reinhart Koselleck²³⁶. O que estaria sendo vislumbrado, ao fim e ao cabo, seria o apagamento das permanências e mudanças que o conceito encerraria.

Em 1944, Oswald veio a Belo Horizonte, junto com vários outros artistas e intelectuais de São Paulo, a convite de Juscelino Kubistchek, então prefeito da cidade (1940-45), para o pronunciamento e a participação daquela que ficou conhecida como a exposição de Arte Moderna da Prefeitura de Belo Horizonte. Mesmo com a “comitiva” paulista chegando apenas no final do evento, a recepção da chamada “segunda caravana paulista a Minas” foi uma parada em bloco. Com uma ampla cobertura pela imprensa, que foi responsável por várias matérias e uma quantidade de fotos de considerável volume, o evento ocupou um lugar de destaque na memória da capital. Oswald de Andrade, então no momento já um cinquentenário, foi o responsável por fazer a síntese, ou a ponte, entre a Semana de Arte Moderna de 1922 e o evento em Belo Horizonte, em 1944. Intitulada *O caminho percorrido*, a palestra foi publicada em seu livro de críticas e ensaios *Ponta de lança*, lançado no mesmo ano, com organização e seleção textual do próprio escritor.

Intitulado *Da Inconfidência à Antropofagia*, o *Suplemento* publicou uma parte significativa desse texto. Nele, segundo Oswald,

[...] indagar por que se processou na nossa capital a renovação literária é o mesmo que indagar por que se produziu em Minas Gerais a Inconfidência. Como houve as revoluções do ouro, houve as do café. Naquelas culminaram os intelectuais de Vila Rica, nestas agiram como semáforos os modernistas de 22. Nunca se poderá desligar a Semana de Arte que de produziu em fevereiro, do levante do Forte de Copacabana que se verificou em julho, no mesmo ano. Ambos os acontecimentos iriam marcar apenas a maioria do Brasil. Essa maioria fora renunciada em Minas pelos Inconfidentes. E o que queriam os inconfidentes senão acertar o passo com o mundo, senão tirar o meridiano exato de nossa hora histórica?²³⁷

O texto, marcado por um forte caráter político e ideológico, teve a sua publicação no impresso acompanhada apenas de uma nota no final sobre a sua origem e nada mais. Ainda para Oswald, “[...] se me perguntarem o que é Pau-Brasil eu não vos indicarei o meu livro paradigma de 1925, mas vos

²³⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

²³⁷ *Suplemento Literário. Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano III, n. 85, p. 3, abr. 1968.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

mostrarei os poetas que o superaram – Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Ascenso Ferreira, Sérgio Milliet e Jorge Lima”²³⁸.

Capcioso ou não, laudatório ou não, nele está explícito a narratividade que elegeu os dois momentos, 22 e 44, como dois grandes monumentos à memória modernista brasileira. Entretanto, nunca é demais lembrar, de passagem, que nenhuma referência foi feita, para além da rápida menção aos poetas Carlos Drummond e Murilo Mendes, do que já havia tido lugar em Belo Horizonte. Rapidamente, podemos citar a exposição individual da artista Zina Aita, em 1920; a existência do impresso *A Revista* e da *leite crioulo*; a exposição coletiva feita em 1936 no Bar Brasil, para além, é claro, da existência do grupo dos *Verdes*, de Cataguases, que, aliás, chegou a publicar poemas de Oswald em sua revista homônima.

Em que pese tudo isso, o que nos interessa é a eleição desse texto, dentre os vários possíveis escritos e publicados por Oswald. Mesmo ao fazer uma referência à antropofagia, tema do número, o que era comum nas conferências ou palestras do escritor como na passagem a “antropofagia foi na primeira década do modernismo o ápice ideológico, o primeiro contacto com nossa realidade política, por que dividiu e orientou no sentido do futuro”, esse não é um texto que aborda o assunto em questão. Por seu caráter altamente valorativo do passado “glorioso” e “prenunciador” das Minas dos inconfidentes em relação ao futuro da nação, em “estado de maioridade” recente, a palestra de Oswald foi curiosamente incluída nas páginas do impresso. No limite, talvez o que tenha motivado a sua escolha tenha sido essa leitura “histórica” do passado mineiro marcado pelo *ethos* antropofágico.

O autor referenciado pelo *Suplemento* como o grande responsável direto pela criação, conceituação e difusão da antropofagia foi, explicitamente, o escritor Oswald de Andrade. Raul Bopp e Tarsila do Amaral foram mencionados em uma página, dividida entre os dois, simplesmente intitulada “Dados biográficos”, sendo Bopp tema de um pequeno texto escrito pelo crítico Mário da Silva Brito. As outras menções, uma página com fragmentos do *Cobra Norato*, de Raul Bopp, e outra intitulada “Tarsila e a exposição antropófaga”, escrita também por Mário da Silva Brito, nos sugerem meros exemplos para ilustrar a figura central de Oswald. Entretanto, um texto de maior fôlego de Bopp merece destaque.

Intitulado “Uma subcorrente modernista em São Paulo: a antropofagia”, esse texto, na verdade, é um recorte do livro *Movimentos modernistas no Brasil – 1922/1928*, que foi escrito pelo próprio autor e publicado no ano de 1966.

Para Bopp, por exemplo,

A agitação que resultou do Movimento Modernista de 1922, estendeu-se por todo o país. O seu ruído acordou o Brasil de um estado de estagnação. O ânimo de renovação

²³⁸ *Suplemento Literário. Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 3.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

liquidou não somente com um passivo de ideias antiquadas que predominavam nas letras e nas artes, como chegou mesmo a influir na formação de um espírito novo que veio ocupar a nossa órbita política²³⁹.

Como o próprio título de seu livro indica, seu objetivo foi traçar um panorama geral da história da antropofagia e dos principais nomes por ela responsável.

Em sua definição, segundo a subcorrente que ela encerraria, a antropofagia foi a “[...] agitação no mundo das letras, que surgiu com um sentido ferozmente brasileiro. [...]. Foi um movimento independente, burlão, negativista. Marcou época. Fez uma derrubada impiedosa de figuras de meia casca literária, sem cerne. Sacudiu hierarquias inconsistentes”²⁴⁰.

Em sua reconstrução, não se absteve em comparar os dois nomes principais do modernismo paulista. Para Bopp,

Mário era comedidamente amável. Guardava uma austeridade sob medida. [...] Oswald era diametralmente diferente. Figura de singular complexidade. Tinha qualquer coisa de cavaleiro andante, com “missões” a cumprir, em face de um mundo em plena expansão, servido por uma arte que não correspondia às suas exigências.²⁴¹

Explicitamente, seu texto não só reivindica (e de certa forma constrói) o lugar monumental da Antropofagia, como também tem o interesse de redimir a imagem do próprio Oswald de Andrade, personagem alvo de uma série de elogios por parte de seu autor.

Em seu esforço de historicização sobre a importância do “movimento da antropofagia” na história do modernismo brasileiro, e especialmente a paulista, mesmo como “subcorrente”, Bopp construiu uma narrativa em que, mesmo de forma sintética, vários elementos foram elencados na construção do sentido da sua existência. Entre eles, destacamos os tópicos

São Paulo, Debates Literários, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Solar de Tarsila, Clube da Antropofagia, Revista de Antropofagia, Antropofagia Brasileira de Letras, Concílio, “Primeiro Congresso Mundial de Antropofagia”, Clássicos da Antropofagia, Biblioteca Antropofágica, Inventário da Antropofagia, Uma sub-religião no Brasil e a Suma Antropofágica²⁴².

Em outro texto intitulado simplesmente de “Oswald de Andrade”, Haroldo de Campos fez algo bem parecido, ao movimentar uma gama enorme de adjetivos para demarcar a importância do escritor, reconhecendo nele um “espírito marcadamente poundiano”.

Para Campos,

²³⁹ Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 3.

²⁴⁰ _____. *Minas Gerais*, p. 8.

²⁴¹ _____. *Minas Gerais*, p. 8.

²⁴² _____. *Minas Gerais*, p. 8.

Se se pode reconhecer em nossa literatura moderna um espírito marcadamente poundiano, este será o de Oswald de Andrade. Oswald é o inventor, na acepção de Pound: “homens que descubrem um novo processo ou seja obra estante dá-nos o primeiro exemplo conhecido de um processo”. [...] É homem de “separações drásticas”, dos “não li e não gostei” iluminados, que zoneavam clareiras de lucidez por entre o marasmo bom-tom da floricultura-de-estufa em que se confinou certa parte da produção literária subsequente, que supôs reagir sério-esteticamente contra a instigação berrante de sua obra²⁴³.

Apesar do tom sacralizador da passagem, que aliás acompanhou o crítico em outros dois ensaios que se tornaram referências obrigatórias sobre o Oswald, “Miramar na mira” e “A poética da radicalidade”, os quais acompanham alguns títulos das *Obras completas* do autor até os dias de hoje, há um esforço de leitura de produção oswaldiana, tanto em sua poesia quanto em sua prosa. Ao fazer um estudo comparativo com escritor e crítico Ezra Pound, Campos também aproximou sua obra, principalmente a poesia, tanto das vanguardas europeias quanto da linguagem cinematográfica, percebendo como havia presente ali uma complexa rede de saberes envolvida no processo de criação e composição da poética oswaldiana.

Sugerindo uma lógica similar com a de Haroldo de Campos, Benedito Nunes publicou no suplemento o longo ensaio intitulado *A marcha das utopias*, o único em toda a edição a se ocupar menos com a figura de Oswald de Andrade.

Ao explorar uma verve de inconformidade presente nas reflexões do escritor, Nunes se atém à tese oswaldiana de 1950, aproximando dela as discussões feitas no *Manifesto Antropófago* e a partir dele.

Oswald de Andrade deixou-nos uma trilha de inquietação intelectual, que vai da poesia ao romance, do artigo polêmico ao ensaio filosófico. É em “A Crise da Filosofia Messiânica” que ele, após examinar a decadência simultânea do patriarcado e do pensamento filosófico ocidental, prevê o advento de uma sociedade em que a técnica, libertando o homem do trabalho material, devolve-o ao estado de comunhão com a natureza, que o primitivo viveu, o ócio das florestas do Novo Mundo²⁴⁴.

Ainda para Nunes, que talvez tenha sido o primeiro crítico e leitor da produção oswaldiana a se interessar pelos seus escritos de caráter filosófico e sociológico, o *A Crise da Filosofia Messiânica* estaria baseado no

[...] processo, que vai do matriarcado primitivo ao patriarcado, para depois da superação deste retornar a uma diferente e renovada expressão daquela, no esquema triádico abstrato de tese, antítese e síntese. Mas vê-se bem que a tese, o matriarcado do homem natural, aí funciona como “mito de origem” do qual o movimento dialético nos afastou, desenrolando as suas contradições, até cessar na utopia da existência social plenamente recuperada²⁴⁵.

²⁴³ CAMPOS, Haroldo de. Oswald de Andrade. Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano III, n. 85, p. 4, abr. 1968.

²⁴⁴ NUNES, Benedito. Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano III, n. 85, p. 12, abr. 1968.

²⁴⁵ NUNES, Benedito. Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 12.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Diferentemente dos vários detratores do escritor, Nunes tenta perceber, em meio ao seu processo de criação não estruturado ou sistematizado filosoficamente, as potencialidades da escrita e das reflexões oswaldianas. Como leitor de Nietzsche, Freud e Marx, Nunes consegue reconhecer as possíveis conexões entre esses autores e o antropófago. Em suas palavras, “Oswald de Andrade reconhecia a impossibilidade da reflexão teórica pura, que desatendesse a condições a priori de ordem emotiva, a que o pensamento está sujeito, a primeira das quais é o sentimento órfico, gerador de mitos, constante da existência individual e social”²⁴⁶.

Por fim, vale a pena ressaltar brevemente que essa edição contou ainda com os textos “Tarsila e a exposição antropofágica”, de Mário da Silva Brito, trecho retirado do livro *A Literatura no Brasil* (1959), em que o autor rememorou a transmutação do “movimento pau-brasil para a Antropofagia” e enfatizou o escândalo da exposição da pintora no Rio de Janeiro em 1929; “Para a história do modernismo brasileiro”, de João Dornas Filho, publicado no *Diário de Minas* em 1952, com a ênfase na recusa de Carlos Drummond de Andrade à adesão à Antropofagia e a posterior criação do jornal *leite crioulo*, inserindo em seu texto partes da carta em resposta do escritor itabirano a Oswald, e a conferência pronunciada em 1929 a bordo de um navio numa viagem à Europa por Jayme Adour da Câmara, um dos responsáveis ao lado de Raul Bopp pela direção da segunda fase da *Revista de Antropofagia*, que foi divulgada por Oliveira Bastos no extinto *Suplemento Dominical* do *Jornal do Brasil* (1957) intitulada “Antropofagia – a revolta da sinceridade recalçada”.

Se, com ou sem razão, Oswald chegou ao final de sua vida queixando-se da infidelidade e da traição de seus amigos, da pouca repercussão ou leitura de sua obra, de não ter alcançado, talvez, o status de um “intelectual total” – para usar a caracterização de Pierre Bourdieu em relação ao Jean-Paul Sartre –, atuante (e reconhecido como tal) nas várias esferas do saber, uma rápida pesquisa sobre a apropriação e “descoberta” de sua produção intelectual já a partir do final da década de 50 nos induz a afirmar que, mesmo que a massa ainda não estivesse comendo de seu “biscoito fino”, como profetizou na década de 30, seu legado foi (e ainda é) vivo na cultura intelectual brasileira e motivo de várias controvérsias. Entre as apropriações feitas pelas vanguardas artísticas da década de 50 e 60, o reconhecimento tardio do Partido Comunista Brasileiro de sua importância em seu quadro intelectual, a intensa comemoração de seu centenário, a homenagem da Feira Literária Internacional de Paraty em 2011, dentre outras que poderiam facilmente ser localizadas, o lugar destinado ao escritor no *Suplemento Literário* se apresenta como mais uma possibilidade de pesquisa e narratividade sobre a sua presença para a nossa memória cultural, em um embate entre os gestos de monumentalização e desconstrução da sua obra e vida.

²⁴⁶ _____, *Minas Gerais*, p. 12.

Iluminismo e Revolução nas idéias da Geração de 1870 brasileira

Dievani Lopes Vital
Mestrando - História pela UFJF
Agência Financiadora: Capes
dievanilopesvital@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo discute a possibilidade de fazer uma história social das idéias sob perspectiva comparada, no intento de demonstrar a relevância do pensamento francês iluminista e revolucionário sobre a produção intelectual da geração de 1870 brasileira. A relação entre idéia e contexto já tem sido explorada dentro dos estudos que interpretam a Geração de intelectuais brasileiros surgida nos anos de 1870 no que diz respeito ao uso, por parte desses intelectuais, das correntes científicas europeias surgidas no decorrer do século XIX. Contudo, nenhuma pesquisa em particular ainda se debruçou para investigar como as idéias ilustradas e os princípios decorrentes de 1789 foram apropriados em solo brasileiro pelos nossos homens de letras, no contexto da crise do Império do Brasil. Sabe-se que a França foi o país que maior influência exerceu sobre a nossa intelectualidade no período. As analogias referentes à situação social dos membros do Iluminismo e da geração 1870 também são aqui exploradas em um estudo comparativo.

PALAVRAS-CHAVES: Iluminismo, Revolução Francesa, Geração de 1870 brasileira.

As obras *Boemia Literária e Revolução*, de Robert Darnton (1987), e *Idéias em Movimento*, de Ângela Alonso (2002), são dois trabalhos basilares que aqui foram tomados na busca por investigar a influência ilustrada e revolucionária da França, de finais do Setecentos, sobre o pensamento e o direcionamento das práticas de mobilização da Geração de 1870, na crise do

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

sistema imperial-monárquico no Brasil. A abordagem do Iluminismo, e do grupo de intelectuais brasileiros da década de 1870, empregada, respectivamente, nas duas obras, permite ao leitor estabelecer conexões analógicas concernentes à situação social e intelectual de marginalização dos membros que compuseram ambos os movimentos, e ao uso político de suas idéias, mesmo em se tratando de contextos nacionais distantes no tempo e no espaço.

Robert Darnton (1987) aponta para o fato de o Iluminismo ter se constituído no ápice da história intelectual do Setecentos. Especificamente na França, o primórdio do movimento é denominado de Alto Iluminismo, marcado por figuras como Voltaire, D’Alembert, Montesquieu, Rousseau, Mably, Diderot, entre outros. Essas figuras eram os *grands philosophes* e formavam uma unidade composta de homens que morreram entre 1778-1785. O desafio deles era o de recrutar novos acólitos que fossem dignos de sua causa. Esses filósofos buscavam usufruir dos canais de ascensão social disponibilizados pela sociedade absolutista francesa, e ao invés de desafiá-la, apoiavam-na. Era crescente o prestígio social que a profissão de escritor ganhava na França do século XVIII. A Corte favorecia essa situação ao financiar, através de pensões ou de concessões de cargos, escritores que fossem simpáticos ao regime, em sua busca por recrutar novos membros para a República das Letras (DARNTON, 1987: p.25).

Esse movimento filosófico e literário passou por um quadro de institucionalização crescente marcado por uma ruptura conflituosa que separava os filósofos do Alto Iluminismo de seus sucessores do Baixo Iluminismo (DARNTON, 1987: p. 26). Estes últimos passaram a formar o submundo das letras, a boemia literária. Tal distanciamento demonstra a relação entre Iluminismo e a Revolução. Aquela boemia era composta por grupos de provincianos que havia invadido Paris em busca de prestígio e de ascensão social através das letras. Originando uma geração de escritores nascidos entre os anos de 1720 e 1730, esses provincianos vinham de encontro ao ideal da igualitária *República das Letras* defendida pelos grandes filósofos. Entre estes escritores estavam Brissot, Carra, Desmoulins, Prudhomme, Hebert, Marat, entre outros. Muito deles exerciam a atividade de jornalistas. Outros, para além desse ofício também eram advogados, como é o caso de Robespierre. O fato a ressaltar é que os homens de letras da França daquele período estavam profundamente envolvidos com o empreendimento jornalístico e com as demais instituições do espaço público literário, que fornecia a sociabilidade intelectual típica do século XVIII, como os clubes, os cafés, os salões, às sociedades, as lojas (CHARTIER, 2009, p. 235).

Ainda segundo Darnton (1987), a organização corporativa e arcaica da cultura francesa, caracterizada pelo privilégio, empurrava esses jovens para a miséria, restando a eles viver da

literatura clandestina dos *libelles* através da qual difamavam com um escandaloso sensacionalismo sexual a Corte, a Igreja e a aristocracia francesas. Mostravam a incapacidade desta aristocracia em gerir a Igreja e o Exército, além de mostrá-la como grupo social degenerado moral e fisicamente. É dessas obras do “proletariado” literário que brotou o ódio contra os aristocratas literários do Alto Iluminismo que haviam elidido a igualitária *República das Letras*. É nesse submundo intelectual que os subliteratos se tornaram revolucionários. Ali nasceu o ímpeto jacobino de elidir a aristocracia intelectual do pensamento (DARTON, 1987, p. 31). Tanto os *grands philosophes* quanto os subliteratos foram “revolucionários” à sua maneira, merecendo assim lugar nas origens intelectuais da Revolução.

Dessa forma, a Revolução Francesa para Darnton (1987) foi decisiva para a criação de uma nova elite, permitindo que a boemia literária destronasse o *Le monde* e ganhasse poder e prestígio. Enquanto nos anos de 1789-1791 a Revolução pôs em prática as idéias do Alto Iluminismo, o ápice do seu revolucionarismo expressou o antielitismo da boemia literária (DARNTON, 1987, p. 46-48).

Devido à sua amplitude universalista, as ideias ilustradas e os princípios decorrentes da insurreição de 1789 não se retiveram à Europa. Seja através da introdução e circulação clandestina de livros “proibidos” dos autores iluministas, seja através dos filhos das elites que eram enviados à Europa para fazer seus estudos, o fato é que as ideias do pensamento francês de finais do Setecentos se espalharam também para as nações ibero-americanas recém libertas do jugo colonial nas primeiras décadas do século XIX. Ao longo do Oitocentos, neste outro lado do Atlântico, o racionalismo do movimento ilustrado teve forte penetração na elite brasileira, parte da qual o fora beber na própria Europa, inclusive o imperador (MELLO, 2007, p. 91). Dessa forma, as referências europeias, sobretudo a francesa, se apresentavam à vida política e intelectual do Brasil. As décadas de 1870 e 1880 assistiram à emergência do movimento intelectual da Geração de 1870, já em meio à desagregação da ordem político- imperial.

No que se refere ao epíteto “geração de setenta”, Ângela Alonso (2000) assevera que o movimento da nova geração formada em finais do Império foi “(...) assim automeada numa referência à juventude de seus membros”. Foram os seus intérpretes posteriores que passaram a identificá-la como ‘movimento intelectual da geração 1870’ (ALONSO, 2000, p. 35). Conforme ressalta Adalmir Leonídeo (2007), o uso desse epíteto, apesar da sua imprecisão, se difundiu entre os historiadores e críticos literários no Brasil. Ele faz alusão analógica ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à

introdução em Portugal das idéias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (LEONIDEO, 2007, p.194).

Composta por grupos sociais bastante heterogêneos, que incluíam intelectuais, políticos, jornalistas e literatos, Roque S. M. Barros a denominou de *Ilustração brasileira* (BARROS, R., 1986). Ele indicou a data de 1870 como um marco, não necessariamente exato, para a consolidação de novas idéias e para uma mudança de mentalidade no país (BENTO; SANCHES, 2008, p. 4736). Esse período foi assim denominado em sua tese não pelo fato de termos tido, com um século de atraso, a nossa ‘ilustração’, nos mesmos moldes do século XVIII. O autor aponta que sob a influência dos autores do Oitocentos, no Brasil, criou-se um movimento que teria desempenhado um papel semelhante ao do Iluminismo europeu do décimo oitavo século, se diferenciando desse pela dimensão histórica (BARROS, R., 1986, p.9). A Ilustração brasileira teria recebido como herança do Iluminismo “a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral” (BARROS, R., 1986, p. 9). Assim, a essa herança vinha acrescida uma visão da história, específica do século XIX romântico, fundamental para a nossa visão de mundo (BARROS, R., 1986, p.9).

Ressalta-se aqui o fato de que analogamente aos grandes filósofos franceses, a *intelligentsia* nacional quis valer-se da razão como único guia para a reconstrução da sociedade e do Estado pátrios, superando a tradição de hierarquias fundadas no privilégio e a caduca união trono-altar do Império, para fundá-los sobre a ciência, a efetiva propulsora do progresso (MELLO, 2007, p. 93). Entre seus principais representantes destacaram-se Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, entre outros.

O Rio de Janeiro era para o Brasil na década de 1870 o que Paris representava para França no último quartel do Setecentos. Sede política do país e seu centro econômico, o Rio tinha na Rua do Ouvidor o lugar dos seus homens de letras, a boemia literária da época. Eles sonhavam reproduzir na cidade a Paris retratada em *Scènes de la Vie Bohème*, sucesso de Henri Murgar. Frequentemente, eles desempenhavam a função de jornalistas dentro do incipiente espaço público que se constituía naquele decênio, não só na Corte, como também em outras regiões do país. Fora do controle direto exercido pelo Estado, este espaço não estamental e apartidário era representado, sobretudo, pela imprensa periódica e pelas diversas modalidades de formas associativas, que se expressavam através dos clubes, das confederações e das sociedades

(ALONSO, 2002, p. 276-283). Em suas produções muitos atacavam a monarquia, entendida como mesquinha. Esses literatos julgavam-se talentos desperdiçados. Assim como os literatos do Baixo Iluminismo na França setecentista, eles aspiravam a viver das letras, algo impossível na época. Eles eram sensíveis à indiferença do trono para com o talento (MELLO, 2007, p. 67-63).

Atenta ao atraso e à letargia da sociedade imperial, essa geração buscou repensar a realidade nacional, a partir das novas idéias vindas da Europa e em voga no período, especialmente o cientificismo e suas derivações teóricas, que de certa forma eram tributárias do Iluminismo do século XVIII. Muitos de seus membros pugnavam contra as instituições da Monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública. A república era o ideário político de grande parte os intelectuais, salvo alguns como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. De acordo com Ângela Alonso, esta geração acabou por construir uma crítica coletiva às instituições e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do II Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo romântico, e o catolicismo hierárquico (ALONSO, 2002, p. 170). Com isso, o movimento buscou deslegitimar simbólica e teoricamente o regime imperial, ao atacar os seus suportes, forjando com as novas idéias um solo republicano.

Apesar da diferença temporal e, principalmente espacial, que separam a geração de 1870 brasileira do Iluminismo francês, a marginalidade dos seus membros frente ao quadro social e político de suas respectivas épocas e em seus respectivos países foi tomada aqui como um fator que os aproxima em um estudo de História social das idéias sob perspectiva comparada²⁴⁷. Os homens de letras de ambos os movimentos políticos-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio. No caso brasileiro, isto pode explicar o porquê dos intelectuais da Geração de 1870 associarem a Monarquia ao Antigo Regime. Outro caso análogo muito peculiar diz respeito à adoção do credo republicano de tipo jacobino por parte desses letrados de 1870 (PAMPLONA, 2003, p. 119-121).

Outro aspecto que aproxima esses dois movimentos em um estudo comparado da condição social dos seus membros e de suas idéias está no fato de seus representantes terem usado a literatura filosófica como instrumento na busca por alterar o *status quo*. Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, a Geração de 1870 também auxiliaria em 1889, cem anos depois, na queda do regime imperial brasileiro.

²⁴⁷ No caso do Iluminismo francês, segundo Robert Darnton em “Boemia Literária e Revolução”, a situação de marginalidade social e política era característica comum aos subliteratos do Baixo Iluminismo. (DARNTON, Robert, p. 38-39)

Na busca por determinar qual foi a relevância do pensamento francês iluminista e revolucionário na composição das idéias da Geração de 1870 brasileira, uma pesquisa com essa temática aventa a possibilidade de uma abordagem comparativa histórica da conjuntura da França e do Brasil em fins dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, na perspectiva entender a gênese e o uso de tais idéias dentro de uma relação texto-contexto.

Acerca do comparativismo histórico aqui abordado, Marc Bloch indica que dois aspectos são imprescindíveis na construção de uma história comparada “coerente”: de um lado, certa similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que essa similaridade ocorre (BARROS, J., 2007b, p. 165; TARGA, 1991, p. 267). Ele visualizou dois caminhos a serem percorridos neste tipo de estratégia: a comparação entre sociedades com certa contiguidade espacial e temporal (comparativismo sincrônico); ou a comparação entre sociedades distantes no tempo e no espaço (comparativismo diacrônico) (BARROS, J., 2007, p. 165). Neste último caso, segundo José D’Assunção (2007a), dois riscos a serem evitados são o anacronismo (isto é, o transporte de um elemento típico de uma sociedade historicamente localizada para outra em que o elemento não se enquadre) e a leitura forçada (insistência em ajustar realidades a um determinado modelo) (BARROS, J., 2007^a, p. 12).

Ao empregar uma análise diacrônica para o estudo do tema proposto, os riscos apresentados acima, presentes no comparativismo histórico, pretendem ser superados se atendo tanto ao momento analítico dos contrastes quanto ao da analogia, trabalhando no campo de uma história social das idéias em perspectiva comparada. Parte-se do pressuposto de França e Brasil serem partes integrantes do todo denominado civilização Ocidental, na qual o fluxo das idéias iluministas assumiu contornos universais, sobretudo a partir da sua difusão, dentro do ideário da Revolução Francesa, que segundo Tocqueville.

(...) não teve um território próprio, mais do que isso, teve por efeito por assim dizer, apagar do mapa todas as antigas fronteiras (...), formando acima de todas as nacionalidades uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadão (TOCQUEVILLE, 1979, p.57).

Entende-se assim que o Brasil oitocentista não ficou fora do cosmopolitismo dessas idéias e da atração literária e filosófica oriunda da influente tradição francesa. O tratamento conceitual da reinterpretação em solo brasileiro de tais idéias, presentes nos discursos e em obras de alguns membros da Geração 1870, a partir da idéia de conceito pensada por Reinhart Koselleck (1993), será útil na tarefa de evitar os riscos do comparativismo aqui proposto. Isso implica em analisar o que alguns nomes selecionados da geração 1870 entendiam por federalismo, monarquia, CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

secularização, republicanismo, escravidão, instrução pública, entre outras idéias que estavam presentes na teoria política dos porta-vozes do Iluminismo.

Segundo a história dos conceitos koselleckiana, quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos ao longo das épocas, a relevância histórica e social dos resultados cresce, podendo assim avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político. Os conceitos segundo ele reúnem em si diversas experiências históricas e características teóricas de uma única circunstância. Portanto, a retrospectiva diacrônica pode dar acesso a camadas de significados de um conceito (KOSELLECK, 1993, p. 113, 117,118).

Ao se privilegiar a análise de longa duração dos conceitos elencados acima, utilizados pelos autores da Geração de 1870 em suas produções para contestar a ordem imperial, pretende-se identificar aquelas camadas temporais que os remetem às concepções do Iluminismo e a aspectos da experiência revolucionária francesa. Pretende-se também verificar se houve a ressignificação conceitual para o contexto final do Império. Para isso, o uso de dicionários de época torna-se indispensável na busca pela precisão do significado dos conceitos no decorrer das diferentes épocas, nas quais eles são empregados pelos atores sociais²⁴⁸.

Mas afinal, o que viria ser o campo da história social das idéias? Segundo Darnton (1987), a história social das idéias consiste num alargamento da história intelectual. Ela foi sugerida por ele como um gênero híbrido para uma nova avaliação do Iluminismo (DARNTON, 1987, p. 10). Na verdade, Darnton descreve quatro tipos de disciplinas para o estudo das idéias: a história das idéias propriamente dita (o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as idéias geralmente expostas em tratados filosóficos); a história intelectual (o estudo do pensamento informal, climas de opinião, movimentos literários); a história social das idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias); a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades) (FALCON, 1997, não paginado). Para a pertinência do estudo proposto dentro deste campo, toma-se ainda aqui a argumentação de Keith M. Baker, segundo a qual “toda a atividade social tem uma dimensão intelectual que dá a ela significado, assim como toda atividade intelectual tem uma dimensão social que lhe confere o seu ponto de vista” (BAKER, 1990, p. 13).

²⁴⁸ Os dicionários, em sua maioria, já foram levantados na *Fundação Cultural Casa Rui Barbosa* (RJ): Dicionário Raphael Bluteau (1712, 1713, 1720, 1726, 1727,1728), Dicionário da Língua Portuguesa Antonio Moraes e Silva (1889,1891). Outros dicionários de época, como Luiz Maria da Silva Pinto (1832), Antonio de Moraes Silva (1789), também utilizados, se encontram disponíveis online: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>.

As interpretações do Iluminismo e da Geração de 1870 brasileira pela literatura histórica

A historiografia que trata da “Filosofia das Luzes” se mostra bastante extensa, não possuindo, portanto, uma interpretação unívoca. Aqui a análise do Iluminismo com a Geração de 1870 se dá dentro do terreno delimitado por Daniel Mornet para o primeiro caso, porém incluindo o exame do campo cultural como se encontra em Roger Chartier (1990). Segundo Chartier, Mornet em *Les origines intellectuelles de la Révolution Française – 1715-1787* “postulou uma ligação necessária entre o Iluminismo e a Revolução”, ao indicar que foram em parte idéias que determinaram a Revolução a partir de transformações geradas no pensamento pela a inteligência (CHARTIER, 1990, p. 27). Darnton percorre por um caminho semelhante ao de Chartier, indicando a necessidade de se examinar o mundo cultural do Antigo Regime através da conexão entre o Iluminismo e a Revolução (DARNTON, 1987: 49). O fato de levar em consideração o exame do mundo cultural daquele período não faz escapar da abordagem social do Iluminismo, pois “(...) toda a cultura é cultura de um grupo. A história cultural é indissociavelmente social dado que está ligada ao que diferencia um grupo do outro” (PROST, 1998, p. 134). Portanto, “Toda a história é, ao mesmo tempo e indissociavelmente, social e cultural” (PROST, 1998, p. 137).

Tanto Chartier quanto Darnton são vistos por Daniel Roche (1998) como historiadores do livro, “pois dele fazem o centro da sua investigação, ligando o estudo dos textos, o dos objetos materiais e o dos usos que engendram na sociedade” (ROCHE, 1998: 39). Roche recusa a simples identificação entre as Luzes e a Revolução, identificação direta esta que também é discutida por Chartier (1990) e por Darnton (1987). Para ele, “o estudo social mostra como as motivações da ‘República das Letras’ e como as idéias são inseparáveis do comportamento cultural” (ROCHE, 1998, p. 36). Daí o privilégio dado por Roche às sociabilidades culturais e ao livro no estudo do Iluminismo.

Muitos autores, como Jacques Solé (1989)²⁴⁹, seguindo os passos de Darnton (1987), e outros também (FURET; OZOUF, 1989)²⁵⁰, tentam demonstrar como os intelectuais frustrados em suas carreiras, através da atividade panfletária, buscaram solapar as bases de legitimação do Antigo Regime na França, metamorfoseando o vocabulário do Iluminismo. Como se percebe, essa nova perspectiva mostra que é muito mais complexa a relação entre as Luzes e a Revolução.

²⁴⁹ Ver: SOLÉ, Jacques. **A Revolução Francesa em questão**. RJ: J. Zahar Editora, 1989, cap. 1.

²⁵⁰ Ver: FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. RJ: Nova Fronteira, 1989 pp. 754-763.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Tal complexidade é explorada aqui como o vínculo entre o Iluminismo e o movimento revolucionário francês, dentro da proposta de comparar o primeiro ao movimento político-intelectual da Geração setenta no Brasil.

Sendo mais elucidativo, essa abordagem do Iluminismo, qual seja, a da sua conexão com a Revolução, é tomada na tentativa de alcançar o objetivo de comparar a expansão do espaço público na França de fins do Setecentos com aquela ocorrida em fins do Império no Brasil. Isso implica em analisar a relação dos intelectuais marginalizados com a imprensa e com o processo de formação da opinião pública, dentro do contexto de transformações políticas em ambas as sociedades apontadas. A mobilização da opinião, pelos intelectuais marginalizados dessas sociedades, teve papel profícuo no descrédito das autoridades tradicionais (o clero e a monarquia), formando assim, em ambos os casos, ambientes politizados de contestação e de crítica ao *status quo* vigente. Aliás, Berrington Moore (1987) observa que a “(...) a tarefa cultural básica que se coloca para qualquer grupo oprimido é a de solapar ou de destruir a justificação do estrato dominante” (MOORE, 1987, p.127).

Ângela Alonso (2002) aponta que a maior parte da bibliografia que trata da Geração 1870 é composta de monografias sobre os autores. O movimento em suas obras é tanto encarado como interpretação do Brasil quanto espírito de época do Oitocentos. A autora agrupa as análises em duas vertentes. A primeira o entende sob o ângulo da história das idéias e tem como expoentes Cruz Costa e Antônio Paim. Ambos tomam a trajetória da Geração de 1870 a partir da filiação de seus textos com as correntes européias de pensamento em voga no período, tais como o cientificismo, spencerianismo, darwinismo social, novo liberalismo e positivismo. A outra vertente explica o movimento intelectual através da posição social de seus membros, apontando-o como expressão dos anseios dos novos grupos sociais emergentes, surgidos com o processo de modernização do país. Ângela Alonso verifica que ambas as vertentes compartilham o fato de analisarem o movimento em termos do desenvolvimento da filosofia no Brasil, negligenciando assim a relação dos intelectuais com a crise do Império, ou seja, com suas práticas políticas (ALONSO, 2002, p. 22-29).

Como é possível constatar, a historiografia que se dedica ao estudo tradicional da História das idéias sobre a Geração 1870 atém-se exclusivamente aos vínculos intelectuais do movimento em nível das correntes de pensamento européias do século XIX. Além disso, essa historiografia foi obra, sobretudo, de filósofos, como Ricardo Velez, Roquer Spencer, que explicavam o ideário político dos intelectuais brasileiros a partir de sua transposição, mais ou menos deturpada, do

ideário liberal europeu em solo nacional. Esses filósofos tinham dificuldades em vincular os membros da geração de setenta ao contexto político em que viviam, como se seus pensamentos não estivessem fundamentados nas profundas mudanças de conjuntura nas quais se encontravam inseridos.

Por outro lado, trabalhos mais recentes, como os de José Murilo de Carvalho (1990), Ângela Alonso (2002) e Célia de Azevedo (2003), têm apontado para a influência do Iluminismo e da Revolução Francesa sobre as idéias de alguns autores dessa geração. O primeiro ressalta a forte presença simbólica desta Revolução no imaginário republicano brasileiro e o entusiasmo de propagandistas, como Silva Jardim, pelo discurso revolucionário (CARVALHO, 1990, p. 9-15). A. Alonso afirma que, apesar dos contestadores terem negado as formas violentas de mudança, como a Revolução Francesa, preferindo antes a propaganda e a persuasão, a retórica da revolução popular “surgia de forma legítima em ‘situações extremas’” (ALONSO, 2002, p. 262). Segundo ela, os grupos republicanos do movimento “(...) reapropriaram como ideário contramonárquico os símbolos e os lemas da Revolução (...)” (ALONSO, 2002, p. 294). Comparando o Abolicionismo nos EUA e no Brasil, Célia de Azevedo enfatiza que “(...) os conceitos iluministas enraizavam-se de um modo muito mais puro no discurso abolicionista brasileiro” (AZEVEDO, 2003, p. 44).

Apesar desses trabalhos, nenhuma análise aprofundada e de inter-relação, para além daqueles que defendiam a república ou até mesmo a abolição, foi feita na perspectiva de investigar a relevância e a contribuição do ideário francês iluminista e revolucionário no arranjo das idéias políticas da Geração 1870 brasileira, em associação com a crise imperial. Partindo dessa constatação, os objetivos propostos da pesquisa descrita nesse artigo pretendem dar contribuições à historiografia que trata das idéias desse movimento, porém levando em conta a sua participação naquela crise, como indica A. Alonso (2002). Busca-se assim perceber a apropriação do ideário iluminista e revolucionário francês pela produção dos seus autores, e ainda o uso político desse mesmo ideário por esses membros da Geração 1870 no contexto da crise do Império, focando a relação texto-contexto.

Sabe-se que é impossível ignorar a vinculação existente entre a Geração 1870 e as culturas políticas européias do século XIX, idéias estas coetâneas ao movimento político-intelectual brasileiro. Por isso, a análise da percepção das idéias caras à filosofia iluminista sobre o pensamento da inteligência nacional parte aqui do pressuposto de que o cientificismo e suas variantes da segunda metade daquele século constituíram uma continuidade do Iluminismo,

porém repensadas sob novas bases, marcadamente evolucionistas. Para confirmar essa continuidade, toma-se aqui o exemplo do Positivismo, enquanto doutrina filosófica típica do Oitocentos, e do seu criador Augusto Comte. Norbert Elias (2006) chama a atenção para o fato de o filósofo de Montpellier, assim como Marx, ter feito da problemática da transformação da sociedade humana o cerne do seu programa de pesquisa (ELIAS, 2006: 199). A experiência perturbadora da Revolução Francesa, promovendo uma transformação específica, foi decisiva em Comte (ELIAS, 2006, p. 199), o nosso caso aqui em particular.

A obra que maior impacto exerceu sobre a formação do filósofo francês proveio de um iluminista, o estudo do *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, do Marquês de Condorcet (1743-1794), ao qual o próprio Comte, muito influente sobre a intelectualidade republicana da Geração 1870 brasileira, se referiria, mais tarde, como seu imediato predecessor (OS PENSADORES, 1978, não paginado). Ao apontar para o lugar que a educação ocupa não somente nas obras de Augusto Comte, como também nas de Spencer e de Stuart Mill, Roque S. de Barros (1986) indica que os filósofos do século XIX souberam responder ao apelo da Ilustração do Setecentos no que diz respeito à crença no poder das idéias e da cultura (BARROS, R., 1986, p. 10-11).

Apropriação, opinião pública e sociabilidade: os conceitos chaves.

Para os propósitos da pesquisa que esse artigo descreve é utilizado o sentido do conceito de apropriação, tal como é pensado por Chartier (1988) é utilizado. Ao discorrer sobre uma sociologia histórica das práticas culturais, ele aponta que o mundo das representações é “moldado através de uma série de discursos que o apreendem e o estruturam” (CHARTIER, 1988, p. 23). A sua problemática se baseia numa reflexão do modo como as representações [configuradas por meio desses discursos] podem ser apropriados pelos leitores dos textos. A apropriação dos discursos coloca-se assim como a “(...) maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 1988, p. 24). Portanto, é dentro dessa noção que se busca entender como a temática idéias comuns ao Iluminismo e os princípios decorrentes de 1789 foram “apropriados” em solo brasileiro pelos nossos intelectuais, no contexto da crise do Império.

Para isso, 22 produções bibliográficas dos mais destacados membros da Geração 1870, nas quais se apresentam debates e explanações acerca dos conceitos já elencados neste artigo,

foram selecionadas²⁵¹. Outro tipo de material usado é o jornal *A República*²⁵², um órgão porta-voz da propaganda republicana na imprensa carioca. Este jornal foi escolhido, pois nele é possível identificar os principais pontos de defesa do discurso republicano da década de 1870, como a laicização do Estado, a república, e outros pontos que em muito contribuem para o propósito indicado no parágrafo anterior.

O conceito de opinião pública também é imprescindível para os propósitos apresentados. Tanto a ação e a mobilização dos autores do Baixo Iluminismo na crise do Antigo Regime francês, em fins do século XVIII, quanto da Geração de 1870, no ocaso do regime monárquico brasileiro, podem ser verificadas nos respectivos contextos, sobretudo através da produção impressa, tendo em vista a sensibilização pública (as camadas letradas) a respeito da desestabilização do regime, com a publicização de temas políticos antes restritos ao espaço parlamentar. O filósofo alemão *Jürgen Habermas* caracteriza esse fenômeno, verificado tanto na sociedade francesa quanto na brasileira nos períodos mencionados, como processo de formação do *espaço público político*, sucessor do espaço público literário oriundo do Iluminismo do século XVIII

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (Umfunktioerung) [grifo meu] da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataforma de discussão. (...) A dimensão polêmica, dentro da qual a esfera pública chega, durante o século XVIII, à eficácia política, já havia sido, durante os dois séculos precedentes, desenvolvida na controvérsia do Direito Público em torno do princípio da soberania absoluta (HABERMAS, 2003, p. 68-69).

Marcada pela crítica para além da mera publicação noticiosa, a imprensa de opinião enquanto instituição por excelência da esfera pública foi uma criação desse século. Segundo Habermas, é neste espaço público político que emerge o debate racional entre os indivíduos sobre a comunidade política, ao nível mais abstrato e universal (SILVA, 2001, p. 121-123).

François-Xavier Guerra (1993), ao analisar a pedagogia política na imprensa revolucionária espanhola (1808-1810), aponta que foi na proliferação dos impressos, sobretudo da imprensa, e na expansão das formas de sociabilidade do século XVIII que nasceu a opinião pública moderna e o que se pode designar, com Habermas, de espaço público político. A

²⁵¹Essas obras encontram-se disponíveis nos seguintes sites: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/>; www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/biblioteca-digital.

²⁵² Este periódico está disponível de forma digitalizada no *Laboratório de História Política e Social (LAHPS)* da UFJF.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

República das Letras (espaço público literário) deu origem ao espaço público político através dos dois fenômenos apontados acima (GUERRA, 1993, p. 227-228) Assim como Habermas, Tocqueville (2000) também destaca o papel da imprensa no processo formativo da opinião pública (TOCQUEVILLE, 2000, p. 138-146).

Pilar de Quirós (2008) aponta que a noção de sociabilidade surgiu da reflexão feita pelos teóricos do absolutismo sobre a natureza do homem. Ao longo do século XVIII, ela foi difundida pelo Iluminismo como “(...) peça da teoria do estado pré-social do homem/indivíduo” (QUIRÓS, 2008). É precisamente no decorrer daquele século que se verifica o processo de politização das formas de sociabilidade intelectual, expressas sobre tudo nos cafés, nos clubes, nas sociedades literárias e nas lojas maçônicas (CHARTIER, 2009, p. 42-43).

É mormente em Paris, nas últimas décadas daquela centúria nas quais se assinala a crise do Antigo Regime, que se dá o envolvimento dos literatos do Baixo Iluminismo com a imprensa periódica, com a literatura libelista, com os espaços de sociabilidade típicos do Setecentos e, finalmente, com a opinião pública já no advento da era revolucionária. Baker (1990) postula que o discurso revolucionário foi criado pela cultura política que emergira na França entre os anos de 1750-60, assumindo a forma de uma opinião pública (BAKER, 1990, p. 24). Para Lynn Hunt (2007), essa cultura política foi a maior invenção da Revolução. Expressa por meio de práticas simbólicas, ela forneceu a lógica da ação política revolucionária (HUNT, 2007, p. 31 35, 37).

No caso brasileiro, é nas décadas de 1870 e 1880, no Império, que emerge e se desenvolve o movimento político-intelectual da Geração de 1870. O período é marcado pela modernização econômica do país, com o uso de novos meios de comunicação e transporte, pelo advento dos movimentos republicano e abolicionista e pela tentativa de implementação de reformas políticas no sistema imperial. É o período de expansão da imprensa, de associações que permitiram a formação de um tímido espaço público, que era uma “(...) esfera pública do mesmo gênero daquela que se estava constituindo na Europa contemporânea (...)” (ALONSO, 2002, p. 276). É nesse espaço público que os membros da Geração 1870 puderam expressar sua opinião e manifestar seu descontentamento ante a ordem imperial erigida pelos saquaremas.

Considerações finais

A pesquisa esboçada nesse artigo se encontra ainda em fase introdutória, porém, a partir das constatações aqui apontadas, é possível comprovar a pertinência do tema de estudo no que diz respeito à sua fundamentação historiográfica. Esta é comprovada com os trabalhos citados:

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BARROS (1986); CARVALHO (1990); ALONSO (2002); AZEVEDO (2003); MELLO (2007). Os resultados obtidos da leitura preliminar de algumas das já referidas produções bibliográficas levantadas da Geração 1870 direciona também para a fundamentação empírica da investigação acerca da contribuição do Iluminismo e da Revolução de 1789 para o pensamento da intelectualidade brasileira, nos dois decênios finais do Império.

Fontes

A República 1870; 1871; 1872-1873; 1874

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf.

_____. **Idéias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Abolicionismo: EUA e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. SP: Annablume, 2003.

BAKER, M. Keith. **Inventing the French Revolution**. Cambridge: University Press, 1990.

BARROS, José D'Assunção. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p.141-173, jul. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/anos90/articleview5405>. Acesso em: 24 abril 2012.

BARROS, Roque S. M. **A Ilustração brasileira e a idéia de universidade**. SP: Convívio, 1986.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BENTO, FLÁVIO; SANCHES, Samyra H. D. F.N. A Ilustração Brasileira e a atuação dos Bacharéis. In.: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 27, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: [s. n.]2008. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/mausarquivos/anaisBrasília>

08_262.pdf

CARVALHO, José M. **A Formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. SP: Cia das Letras, 1990.

FALCON, Francisco. História da Idéias. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história** : ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 4

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa.** Trad. George Schilensinger. SP: Editora Unesp, 1990.

DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução:** submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencias:** Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México, DF: Editorial Mapfre, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. 2. ed. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa.** Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado:** para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1993.

LEONÍDEO, Aldamir. O “republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.1/n. 2, p.193-213, 2007. Disponível em: www.uem.br > [Capa](#) > [Vol. 11, No 1 e 2 \(2007\)](#).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007.

MOORE JR, Berrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. Trad. João Roberto Martins Filho. [S. I.]: Editora Brasiliense, 1987

PAMPLONA, Marcos A. **Revoltas, Repúblicas e Cidadania**. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. RJ/SP: Record, 2003.

PROST, Antoin. Social e cultura indissociavelmente. IN. : RIOUX, Jean Pierre; SIRRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. IN.: RIOUX, Jean Pierre; SIRRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma idéia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S.I.], n.º 35, 2001, pp. 117-138. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.ptpdfsppn35n35a05.pdf/>>. Acesso em: 13 junho 2012.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1991, 12(1):265-271. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.brindex.phpensaioarticleviewFile14241788/>>. Acesso em: 23 abril 2012

TOQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**: Sentimentos e opiniões. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2000.

_____. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Yvone Jean. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1979.

“Brazil livre”? Crônicas como registro de falsas libertações

Luiz Gustavo Vieira Santos
Mestrando - História do Direito
USP/FAPESP
luiz.vieirasantos@gmail.com

RESUMO: Pensar o intelectual como sujeito engajado nas questões da sociedade e com papel de intervenção nas ideias de um recorte espaço-temporal leva-nos a questionar o pertencimento de alguns personagens do país à categoria, criada²⁵³ teoricamente após a mobilização de muitos personagens assim hoje considerados. Este trabalho busca inserir Machado de Assis nessa esfera, não só pela contribuição literária, mas como atento observador de sua época e importante peça na construção do estado nacional, a partir do legado ficcional; pelo legado crítico; e pela fundação da Academia Brasileira de Letras. A possibilidade de analisar a narrativa machadiana, tanto em romances, quanto em obras ditas menores (sobretudo publicações em periódicos), como discurso político, carregado da cultura e questões da época em que viveu, é o primeiro alicerce do estudo. A análise do texto *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*, publicado em 1873, possibilita creditar a Machado influência sobre a difusão de ideias críticas acerca da produção cultural da época. E o engajamento na fundação da Academia Brasileira de Letras demonstra a preocupação com a construção de uma instituição que abraçasse o projeto de nação e civilização. Cada uma das bases elencadas já seria o bastante para elevar Machado de Assis à categoria de intelectual. No entanto, a discrição que marca a atuação machadiana na cena oitocentista,

²⁵³ Entendo que conceitos são históricos e específicos, no entanto também são atemporais, quando para produzir explicações, desde que não se faça uma análise anacrônica. Cf. MELLO E SOUZA (2008, pp. 95 e 99) e SCHWARCZ (2008, p. 367). Por isso me aproprio da categoria para falar de Machado de Assis.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

sobretudo quanto a questões políticas, afastou a inserção do escritor, crítico e burocrata de parte dos estudos acerca da *intelligentsia* brasileira. Dito isto, é necessário trabalho que o localize em espaço próprio à sua atuação e legado.

PALAVRAS-CHAVE: abolição; crônicas; Machado de Assis.

Por que esta questão?

Este trabalho surge a partir da seguinte indagação: *Machado de Assis foi considerado um intelectual?* a qual, por sua vez, decorre da pesquisa que desenvolvo acerca da cultura jurídica oitocentista, tendo como fonte o periódico *Gazeta de Notícias*, de abril e maio de 1888, em que Machado de Assis publicou crônicas abolicionistas (as nove primeiras da série *Bons dias!*). Busco verificar a circulação de ideias jurídicas no suporte, e, para tanto, valho-me tanto de publicações de cunho oficial, quanto de anúncios, telegramas, crônicas etc. A centralidade dada às crônicas é em virtude de resumirem a circulação almejada, já que, nitidamente, Machado nutre-se do jornal para confeccioná-las.

Diante da proposta, busco identificar a origem das publicações, sendo-me interessante encontrar aquelas que não advêm de um núcleo bacharelesco, profissional e jurídico. Ao me deparar com Machado, encontro um problema: não é bacharel, mas é letrado (não no sentido estrito encontrado em dicionários da época: o bacharelado em direito); não tem formação jurídica, mas não é leigo, pois foi burocrata. Como considerá-lo em minha pesquisa?

Relativamente íntimo da literatura acerca da *alta* cultura jurídica brasileira²⁵⁴, sei que nela o autor não foi alojado. A crítica literária, embora reconheça a obra e a pessoa, como intelectual não o caracteriza expressamente – talvez pelo cuidado de se evitar anacronismos. Propus-me à revisão bibliográfica sobre a intelectualidade brasileira, sobretudo do final do longo século XIX, e, para minha decepção, num primeiro levantamento, onde estão escritores e políticos contemporâneos, não²⁵⁵ está em destaque o maior nome das letras do país. A ausência da

²⁵⁴ Cf. LOPES (2004; 2010), FONSECA (2006) e WOLKMER (2007).

²⁵⁵ Em verdade, Machado de Assis é citado por Angela Alonso logo na terceira linha de seu trabalho, mas descartado da análise em virtude do critério de seleção metodológica da pesquisadora. Cf. ALONSO (2002, p. 37 e capítulo 4). No entanto, é considerado como “intelectual” em artigo publicado pela autora em 2000, ano da defesa de sua tese, e que a resume, antes da publicação em livro. Cf. ALONSO (2000, p. 36). Richard Mikolslci também usa a expressão intelectual. Cf. MISKOLCI (2006, p. 367).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

formação acadêmica e a discrição com que registrou sua atuação e opinião²⁵⁶, não se vinculando publicamente a movimentos ou organizações, talvez tenham sido a causa dessa “omissão”.

Mas há certeza do envolvimento do autor nas questões do país: pela análise da biografia, da crítica literária e pela continuidade em minha pesquisa, já que Machado entra num rol privilegiado de atores, mas mais pelo legado estético do que de mobilização político-intelectual. Típico exemplo dessa construção pode ser vista na seguinte passagem de texto de Francisco de Oliveira:

“De fato, observando-se mais de perto, as duas grandes passagens no século XIX, a abolição da escravatura e a república, contaram com intelectuais já “modernos” na elaboração ativa, com forte intervenção na política. Nomes como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Benjamin Constant, José do Patrocínio e Castro Alves compunham a linha de frente nos embates ideológicos, **e, sutilmente, por trás, como era de seu feitio, Machado de Assis** fez os tipos ideais das elites imperiais, vergastando nas suas crônicas diárias da vida da capital do Império as condutas, os hábitos, os caracteres das classes dominantes e seus representantes políticos [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 294, grifo meu)

A partir da obra de Angela Alonso, acerca da “geração de 1870” (ALONSO, 2002) vislumbrei a possibilidade de inseri-lo na categoria, já que, além de sua biografia ser marcada pelo livre trânsito entre a *intelligentisia* da época, a preocupação com o país é denotada pela crítica *por ele* produzida e conotada pela crítica *sobre ele* produzida. Ou seja, embora fora do recorte feito por Alonso, detalhado no quarto capítulo de sua obra, Machado de Assis é nela citado como intelectual de “grande estatura” (ALONSO, 2000, p. 36) e assim almejo discutir a atuação do autor e sua inserção no projeto político da época, mesmo que sua participação não se tenha tornado pública como a de contemporâneos (Joaquim Nabuco, André Rebouças, Sílvio Romero, José do Patrocínio, José Veríssimo, entre outros, para citar os mais próximos).

Alonso discorre acerca da tênue separação que se faz sobre os pertencentes ao campo político e ao intelectual, ou melhor, sobre a impossibilidade de detectar um grupo exclusivamente intelectual em virtude da “fluidez dos grupos, pela baixa qualidade das obras e pela inconstância dos autores” (ALONSO, 2002, p. 31) e por serem, em verdade, agentes políticos – muitos dos quais ligados a correntes intelectuais europeias. Ora, diante da alta qualidade da escrita machadiana, da coerência de suas exposições, e da ressonância que tem no cenário político –

²⁵⁶ Muito embora seu legado crítico, sobretudo em relação ao teatro e à literatura, tenha sido expresso e contundente. Cf. FARIA (2004) e FACIOLI (In BOSI *et alli*, 1982, pp. 20-1).
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

mesmo que como registro e não atuação direta²⁵⁷ –, como não encara-lo como um grande intelectual brasileiro, sobretudo quando consegue formar críticas à recepção incontrolada de teorias estrangeiras?

Entendo que a omissão quanto ao pertencimento expresso a determinado movimento e, ainda, a ausência de formação acadêmica, dificultam a inserção de Machado em um projeto político²⁵⁸, mas há indícios de uma manifestação constante quanto aos acontecimentos nacionais.

Sidney Chalhoub (2003; 2011); John Gledson (2003; 2009); e Roberto Schwarz (2004; 2008a; 2008b; 2012), entre outros, já registraram o compasso entre a matéria histórica e a narrativa machadiana²⁵⁹. Magalhães Júnior (2008) relata a concepção e formação da Academia Brasileira de Letras. O próprio Machado de Assis nos dá a “*Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*”. Enfim, embora silentes quanto à categoria *intelectual* para caracterizar Machado, obras machadianas, documentos da época (sobretudo relacionados à Academia Brasileira de Letras) e estudos críticos sobre a época são fontes a serem mobilizadas na tentativa de inserir a figura de Machado de Assis no complexo quadro intelectual – e, portanto, político, para a época – da passagem do século XIX ao XX, do trabalho escravo à mão de obra juridicamente livre, da monarquia à república.

Enfim, estudos acerca da intelectualidade (geralmente ligada à atuação política ou científica) do século XIX trazem resultados coerentes com as corretas metodologias utilizadas, no entanto, o recorte metodológico – de forma apropriada – acaba por excluir Machado de Assis dessas pesquisas, ou coloca-lo ao fundo da cena. Proponho a análise de documentos e crítica que, em conjunto, reconheçam uma participação no debate público e, assim, uma trajetória pública em Machado, inserindo-o no campo político intelectual.

Este trabalho toma, como fontes primárias, de Machado de Assis, o texto *Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade*, publicado em 1873 e as crônicas *Bons Dias!*, publicadas na *Gazeta de Notícias* nos anos 1888 e 1889, e que trataram de temas políticos e jurídicos caros à época, como a abolição da escravatura e o advento da República. Como fontes secundárias, além da vasta bibliografia sobre Machado e sobre os oitocentos, busco conversar, sobretudo, com a

²⁵⁷ Faccioli expõe a militância política (liberal) de Machado, inclusive uma candidatura a deputado, que foi retirada antes das eleições na década de 1860 e a partir de então passou a ser mais tímida. Cf. FACIOLI (In BOSI *et alli*, 1982, pp. 22-3).

²⁵⁸ Cf. MACHADO NETO, a distinção entre intelectuais e seu interesse pela política (1973, p. 50).

²⁵⁹ Neste sentido, também cf. MISCOLCI (2006, p. 366).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

obra de Ângela Alonso, sobre a geração de 1870, e o texto de Richard Miskolci, que configura Machado como um “outsider estabelecido”.

Os argumentos para a hipótese de Machado de Assis como intelectual partem dos pressupostos aqui expostos e são desenvolvidos a partir de breve exposição da realidade e política da época, passando pela dicotomia “ciência *vs.* Letras”, e chegando a um circunscrito legado oitocentista, quando fica nítida a contribuição do escritor para o campo intelectual brasileiro, inclusive no que tange ao projeto de nação.

Contexto: realidade e política ao final dos oitocentos

A segunda metade do século XIX, bem como a virada para o século XX, foram marcadas, no Brasil, por reformas que, ao propor possíveis avanços jurídicos e políticos, mantiveram características inerentes à sociedade brasileira. Tratou-se de um movimento pendular que se deu, sobretudo, no que se refere aos sistemas de trabalho – escravo/livre –, e de governo – monarquia/república. O momento é de grande importância para a construção da nação, mas um projeto nacional não foi elucidado à época. Sintetiza José Murilo de Carvalho:

“A Monarquia aboliu a escravidão em 1888. [...] O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. [...] no curto período de um ano que mediou entre a Abolição e a República nada foi feito [...]” (CARVALHO, 1998, p. 92)

A longa luta por direitos dos escravos, iniciada de forma frustrada em 7 de novembro de 1831, quando declarados livres os escravos que a partir de então aportassem no país, assistiu à maior intensidade com a “Lei Eusébio de Queirós”, de 4 de setembro de 1850, que previa o fim definitivo do tráfico, e teve o ano de 1871 como marco, por meio da “Lei do Ventre Livre”²⁶⁰, de 28 de setembro, que trouxe, além da “condição livre” do nascituro, o “fundo de emancipação”, a possibilidade de “formação de pecúlio” para aquisição da alforria, o registro dos escravos e a liberdade aos escravos da nação; e teve no ano de 1888 seu apogeu, com a queda jurídica da escravidão pela “Lei Áurea” de 13 de maio.

²⁶⁰ Necessário registrar calorosas discussões, à época, acerca dos nascituros (seriam ingênuos ou libertos?), e sobre o prazo para matrícula dos cativos, da qual participou Machado de Assis, enquanto burocrata. Chefe da segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura, o escritor, então funcionário público, exarou avisos, relatórios e pareceres cuidadosos a respeito da questão. Cf. CHALHOUN (2007, pp. 171- 182; 212- 220).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

No entanto, a última lei representou a permanência da dependência do negro, ex-escravo, em relação ao senhor; ou seja, esses avanços legislativos representaram uma “Curiosa mistura de retórica favorável ao fim da escravidão e defesa intransigente do *status quo* escravocrata.” (CHALHOUB, 2003, p. 145).

Participaram ativamente dos debates políticos sobre a escravidão figuras memoráveis da cena oitocentista, das quais destaco: Joaquim Nabuco (Cf. ALONSO, 2007), pela atuação parlamentar e pelo legado escrito (sobretudo *O Abolicionismo*, para a questão servil); Antônio Pereira Rebouças e André Rebouças (Cf. GRIMBERG, 2002), também pela jornada parlamentar; e José do Patrocínio (Cf. MACHADO, 1991), pelo ativismo junto à imprensa da Corte. Sem falar em todos os agentes políticos – favoráveis e contrários à abolição – possuidores de título de nobreza, bastante conhecidos da historiografia imperial. Respaldados pela política, integram esses brasileiros o grupo que hoje categorizamos como de intelectuais. E onde se coloca Machado de Assis nesse debate, já que era interlocutor à época, mas não era político? Deixo a questão para ser meditada. Volto-lhe ao final do texto, após a análise do legado machadiano.

Além da questão servil, o final dos oitocentos foi marcado pela mudança do sistema de governo, quando é iniciada a campanha republicana, sobretudo a partir da ideia de que a abolição desmantelaria as bases monárquicas. O modelo que se instaurou foi respaldado pelas ideias estrangeiras, sobretudo norte-americanas, intermediadas pelos positivistas brasileiros (CARVALHO, p. 1998), com o intuito de conservar a ordem patriarcal vigente. Abolida a escravidão e lançadas as bases para a nova forma de governo, fica patente a continuidade das estruturas de dominação e da exclusão de grande parcela da população. Buscou-se, a partir de então, a construção da nação, sobretudo a partir das ideias de um núcleo intelectual que, ao mesmo tempo em que lutou pela república, fez-lhe críticas contundentes.

Imagino que por não ter sido defensor da nova ordem, Machado de Assis, mais uma vez, é jogado ao ostracismo. No entanto, a produção do escritor (sobretudo *Esau e Jacó*; e, mais uma vez, crônicas da série *Bons Dias!*) demonstra a percepção – ou decepção – machadiana sobre a época: um país ainda hierarquizado, sem cidadania; e seu envolvimento para com a criação da Academia Brasileira de Letras retrata o fôlego com que adentrou no projeto de construção da nação.

Falar que não se atentou para a questão racial e de inclusão do negro na nova ordem não é argumento para descartar a importância machadiana. Euclides da Cunha e Graça Aranha, sempre lembrados como marcos da época de transição para o novo século, também não

“enfrentaram a questão mais óbvia que era a da população negra. [...] prevalecia, seja implícita, seja explicitamente, a ideia de que o futuro do Brasil exigia o embranquecimento da raça.” (CARVALHO, 1998, p. 103). Outras tentativas de fundação ou exposição de uma concreta nação foram realizadas, sobretudo a partir da semana de 1922 e obras capitais, como a de Gilberto Freyre, mas em período no qual Machado já havia falecido, razão pela qual me abstenho de desenvolver a questão republicana e seus desdobramentos para o projeto de nação neste trabalho, restringindo-me, na terceira parte, ao legado machadiano sobre o tema.

Ciências vs. Letras: ausência da categoria intelectual

Exposto sucintamente o contexto político ao qual pertenceu a obra madura de Machado de Assis, necessário mapear algumas forças que passaram a ser caracterizadas como intelectuais – mesmo que esta definição não estivesse presente à época –, e que balizaram a política e a construção da nação brasileira. Convergentes ou em embate, a verdade é que houve uma distinção entre os homens de letras e os da ciência, ambos proeminentes no cenário oitocentista, sobretudo a partir da chamada “geração de 1870”, com destaque para esses em detrimento daqueles, diante das teorias científicas que chegavam ao país.

Richard Miskolci entende que “Tal divisão dos intelectuais em dois tipos opostos e qualitativamente diferentes deriva de uma longa tradição do Ocidente de depreciar o papel dos escritores frente aos homens de ciência.” (MISKOLCI, 2006, p. 356), o que parece ser corrente, tanto à época, quanto na historiografia produzida posteriormente. E ainda defende que “A oposição homem de ciência versus homem de letras obscurece o que tornava mais problemática a situação de nossos escritores e pensadores, o fato de que não existia ainda um campo intelectual autônomo no Brasil.” (MISKOLCI, 2006, p. 360).

Tal análise faz o pesquisador diante do embate entre Machado de Assis e Silvio Romero, quando esse ataca o escritor, acusando-o de não ter paixão política, nem conhecimento científico. A inclusão de nomes como de Silvio Romero, e Tobias Barreto na chamada geração de 1870 e a ausência de Machado no rol se dá uma vez que o autor não era bacharel em direito²⁶¹, e, embora também fosse contrário à ideia de indianismo romântico – como os que buscavam negar o *status*

²⁶¹ O próprio texto de Miskolci traz a expressão “intelectuais-bacharéis” (MISKOLCI, 2006, p. 361). Cf. obra de Antônio Luís Machado Neto, em que, além de citar Machado de Assis como exceção, são listados cerca de 200 intelectuais, dos quais 86% são formados em cursos superiores (MACHADO NETO, 1973, pp. 69; 99-103).
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

quo –, não subordinou a arte às ciências, como os demais contemporâneos, na tentativa de reagir à ordem imperial.

Ora, não é por estar de fora do âmbito estritamente político – diga-se carreira ligada a postos de referência no governo²⁶² –, e ter a obra literária em destaque que Machado não se envolveu com as questões políticas da época. Conforme expõe Miskolci, “Aparentemente Romero era um intelectual politicamente engajado e moderno, e, por sua vez, Machado era apolítico e passadista.” (MISKOLCI, 2006, p. 373), o que não traduz a real percepção da realidade brasileira, já que – vale a longa citação –:

“ao esclarecer as relações de poder expressas na oposição de Romero entre homens de ciência e homem de letras, tornamo-nos aptos a explicitar o que realmente distinguia os posicionamentos dos componentes da Geração 1870 e Machado de Assis: o fato de que nossos intelectuais-bacharéis apoiavam-se em teorias científicas novas que justificavam e "naturalizavam" nossas desigualdades sociais, enquanto Machado compreendia esses intelectuais como partícipes de um jogo de poder, sem compromisso com a transformação social nem capazes de perceber o paradoxo de sua própria condição na sociedade brasileira.” (MISKOLCI, 2006, p. 367).

Ou seja, o aparente engajamento político e científico de uma parcela do grupo “estabelecido” acabou por apagar a real intervenção intelectual realizada por Machado de Assis (e talvez por outros literatos)²⁶³ no sentido de que é ele quem desarranja, em sua obra, a relação estabelecida entre o poder e os homens da ciência. Vale notar, ainda, a fragilidade do desenvolvimento das ideias científicas pregadas pela geração em voga²⁶⁴.

Legado oitocentista: análise de fontes e efetividade intelectual

A despeito das divisões, que encaro como metodológicas, para mapear a inteligência brasileira, houve uma produção que se configura (aparentemente) homogênea apenas em campos

²⁶² Muito embora seja necessário lembrar, mais uma vez, a atuação de Machado de Assis enquanto chefe de seção na Secretaria da Agricultura, cuidando de assuntos caros à política e ao direito da época, como a questão do ventre livre (Cf. CHALHOUN, 2003); e que chegou ao posto de Diretor Geral de Contabilidade do Ministério da Aviação (Cf. MACHADO NETO, 1973, p. 85).

²⁶³ Cf. “[...] a posição de Machado era especial: ele era, em certo sentido, parte dos estabelecidos devido à sua condição de escritor respeitado, mas, ao mesmo tempo, um outsider devido à sua origem social e racial.” (MISKOLCI, 2006, p. 369).

²⁶⁴ Cf. “A própria linguagem científica nacional manteve-se dentro do estilo retórico de argumentação e dicção. As correntes científicas que invadiram o país na segunda metade do século passado não produziram cientistas. Positivismo e evolucionismo, por exemplo, tiveram inúmeros seguidores mas não afetaram a prática da ciência. Produziram engenheiros, médicos, militares, que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo, sem saber fazer ciência.” (CARVALHO, 2000, p. 145).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

estanques: o positivista e ou científicista; e o romântico; há, no entanto, uma produção esparsa concomitante e que merece atenção. Brevemente apontado o contexto em que atuou Machado de Assis e demonstrado ser o escritor uma figura anômala diante das forças intelectuais à época abordada, passo a demonstrar a impossibilidade de negação de seu legado intelectual.

Defendo a hipótese a partir da presença dos assuntos centrais elencados no primeiro ponto deste artigo (abolição e república) na obra machadiana, e da marginalidade categórica em que se aloja Machado em relação ao segundo ponto (homens de ciência *vs.* homens de letras), o que lhe rendeu um virtuoso trabalho crítico; além do papel central que possuiu na criação e consolidação da Academia Brasileira de Letras (ABL). Analisarei brevemente o texto crítico para então tecer considerações acerca da implantação da ABL e depois, de maneira mais longa, analisar uma crônica e o jornal em que se insere.

Notícia da atual literatura Brasileira

Astrojildo Pereira anuncia que a preocupação com o caráter nacional, da “literatura como representação e interpretação da nacionalidade”, aparece em Machado, em forma de crítica, desde 1858, quando escreve “O passado, o presente e o futuro da literatura”, na revista *Marmota*. (PEREIRA In BOSI *et alli*, 1982, p. 379-381). Desde então, o assunto é objeto tanto na produção literária, quanto na crítica, e tem seu ápice no artigo que extrapola a questão literária para abarcar a produção e discussão cultural brasileira: *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*. Texto originalmente publicado em 24 de março de 1873, no periódico brasileiro *O Novo Mundo*, editado em Nova Iorque²⁶⁵, trouxe um panorama da produção literária e seu compasso com a cena nacional; ou melhor, problematiza o que seria esse “nacional”, já que expõe questões como o “legado brasileiro” e o “universal”.

Ao pregar que “outra independência [...] não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.” (ASSIS, 2011, p. 13), o autor já afasta uma visão que foi construída sobre sua obra: a de constante fuga do nacional e apelo ao universal e estrangeiro.

²⁶⁵ Cf. ASCIUTI, 2010. A dissertação traz uma interessante comparação entre as revistas *Niterói* e *O Novo Mundo*: “No caso da *Niterói*, a França na década de 1830 tornava-se o modelo preferencial para o país recém-independente, interessado em ilustrar-se e distanciar-se das marcas coloniais; no caso de *O Novo Mundo*, os Estados Unidos pós-abolição emergiam como a primeira grande potência econômica do continente americano. Além disso, assinalou-se a presença dos ensaios críticos de Gonçalves de Magalhães e de Machado de Assis, respectivamente em *Niterói* e em *O Novo Mundo*. Se a publicação de “Sobre a História da Literatura Brasileira” na França foi sintomática da adoção de uma nova ordem de referenciais literários, o mesmo não poderia ser afirmado de “Instinto de Nacionalidade” em relação a *O Novo Mundo*?” (Op. Cit. Pp. 32-33, grifo meu). CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Ora, essa defesa de “uma outra independência” começa não só pela crítica, mas pela literatura produzida por Machado.

O destaque da argumentação encontra-se na afirmação de que é errônea a opinião que “só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local” (ASSIS, 2011, p. 16) e ainda na comparação, em forma de indagação, acerca do teatro shakespeariano: “perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Julio César*, a *Julietta* e *Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa ou com o território britânico, e se, entretanto Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês.” (ASSIS, 2011, p. 17). O resultado é que “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (idem).

Assim, denuncia Machado a ausência de uma “crítica doutrinária, ampla, elevada” (idem), o que o coloca num patamar de observação e vontade de intervenção privilegiado; e que talvez justifique, inclusive, os esforços em torno da fundação da Academia Brasileira de Letras, próximo ponto a suscitar o legado intelectual e de interferência política de Machado.

Academia Brasileira de Letras

A terceira fase (1895-1899) da Revista Brasileira²⁶⁶, sob a edição de José Veríssimo, reuniu aqueles que, mais tarde, fundariam a ABL (embora inaugurada em 20.7.1897²⁶⁷, sua criação foi noticiada pela GN já em 10.11.1896), instituição que deveria defender uma esfera mais autônoma para as letras nacionais, o que vai ao encontro da tese defendida por Machado de Assis no sentido de ser necessária uma separação entre a história e sua escrita (o que realça a ambivalência do homem de letras da época, envolvido de forma expressa na política). Basta observar trecho do curto discurso na solenidade de abertura da ABL: “com a única preocupação literária, [...] homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história se faz lá fora.”²⁶⁸

O projeto desenvolvido pela revista e seus integrantes era de um espaço de pensamento plural, que abarcasse pessoas com diferentes (e divergentes) posicionamentos, sobretudo em relação à política. Obra difícil, que inclusive afastou, no início, o envolvimento de alguns, como

²⁶⁶ Vale lembrar: onde foi publicado Memórias Póstumas de Brás Cubas.

²⁶⁷ Apenas em 8.12.1900 é dada, pelo decreto nº 726, sede própria à Academia, pelo Governo da República, além de autorização para imprimir as publicações da instituição na Imprensa Oficial.

²⁶⁸ Cf. discurso disponível no sítio eletrônico da ABL:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=1>

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Joaquim Nabuco, que só depois entra para o grupo. Muitos foram os nomes envolvidos, várias as recusas: por modéstia, por desavença política, por aversão à agremiação.

As reuniões “gastronômicas-literárias” foram registradas por Machado em crônicas ao longo do ano de 1896 (MAGALHÃES JR., 2008, pp. 331-2) e privilegiavam as letras, as artes e a filosofia em detrimento de discussões políticas, muito embora impossível inexisterem, já que a própria criação da Academia – se passaria por decreto do governo ou de forma independente –, era tema recorrente, inclusive na imprensa (do Rio de Janeiro, de São Paulo e até Belo Horizonte).

Junto com os demais envolvidos (sobretudo Lúcio de Mendonça), mas de forma proeminente e aglutinadora, Machado foi, pela sua atuação na ABL, o tutor das letras no Brasil, no sentido de institucionalizar a profissão, coroando o ofício de escrever (FACIOLI In BOSI *et alli*, 1982, p. 55). O movimento, à época, foi de “traçar novos rumos e novos critérios à atividade da inteligência nacional” (PEREIRA In BOSI *et alli*, 1982, p. 378), o que se deu pela fundação da ABL e, até antes, pela publicação dos *Anais* da Biblioteca Nacional e dos *Arquivos* do Museu Nacional.

Mesmo que exposta de maneira breve a criação da ABL, e atentando para o anseio de afastamento da instituição da política, fica nítida que a mobilização em torno de sua concepção e fundação passa pela ideia de dar maior rigor à reunião de homens que se dedicam às letras e à crítica. Ou seja, buscou-se a proteção do que, à época, foi um grupo de intelectuais. Não seria essa preocupação uma forma de intervenção política?

Bons dias!

Conjunto de crônicas publicadas entre abril de 1888 e agosto de 1889, de forma anônima, no periódico *Gazeta de Notícias (GN)*, a série foi posteriormente atribuída a Machado de Assis²⁶⁹. Nelson Werneck Sodré lista toda a colaboração de Machado para a imprensa (SODRÉ, 1998, p. 268, nota nº 181), considerando-o um típico jornalista, de onde se extrai que foi intensa sua participação; particularmente, em relação à *Gazeta de Notícias*, Miriam Aguiar defende que “Uma colaboração de quase 20 anos em um jornal significava que Machado se identificava com a linha

²⁶⁹ Gledson diz ser “impossível exagerar a importância desse verdadeiro anonimato para a série; [...] Parece claro que Machado ia dizer algumas coisas duras, mesmo sob a capa da ironia, e queria poder dizer essas coisas com uma margem extra de liberdade, sem sofrer consequências mais imediatas.” (2009, p. 20). Apenas da década de 1950 foi descoberta a autoria das crônicas, por Galante de Souza, com base em lista de anônimos e pseudônimos da Biblioteca Nacional, organizada por José Alexandre Teixeira de Melo.

editorial seguida pelo periódico, além de obviamente ter encontrado ali, espaço e liberdade para conseguir expor suas ideias.” (AGUIAR, 2003, p. 60).

John Gledson, que reuniu a série – única obra do escritor publicada entre 1888 e 1889 – em edição comentada, coloca a abolição como chave de leitura principal, pelo menos para as nove primeiras (GLEDSON, 2009, pp. 28-9), já que, ao final, a chave de leitura muda para o debate republicano. Para este trabalho, a título de amostragem, é feita a leitura e levantamento do jornal do dia 29 de abril de 1888 e da crônica de 11 de maio de 1888.

Da *Gazeta de Notícias*, de 29 de abril de 1888, domingo, são extraídas as seguintes informações de seções selecionadas:

“Chronica da Semana”, em que consta, por exemplo,

“o governo tem tratado longamente do projecto de abolição do elemento servil. (...) que corria perigo o projecto, o muito esperado e muito desejado projecto. (...) O projecto, ao que consta, está são, forte e escorreito, e virá contentar brevemente o paiz inteiro, ora de olhos fitos no ministério e pendente de sua palavra-programma.” (GN, 29 abril 1888, p. 1).

“Boletim parlamentar”, em que consta, por exemplo,

“Seguem hoje, para Petrópolis, de onde regressarão amanhã, os Srs. Presidente do conselho e ministro da agricultura. / Vão apresentar à Sua Alteza Imperial a Falla do Throno e a proposta acerca do elemento servil. / Segundo nos consta a proposta contém somente dous artigos. / O 2º é: Revoga-se a legislação em contrário. / Adivinhem agora os dizeres do 1º. Artigo.” (GN, 29 abril 1888, p. 1)

“Telegramas”, em que consta, por exemplo,

“Bella Alliança, 28. O commendador Haritoff e sua digna consorte acabam de libertar incondicionalmente todos os seus escravos, em número de 300, em recompensa aos bons serviços por elles prestados, e em homenagem a Sua Alteza Imperial Regente. / Estiveram presentes o Internuncio, que deu a benção apostólica aos libertos, o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, que proferiu brilhante discurso, aconselhando-os, o Sr. Ministro da Austria, o Sr. Meira e outras pessoas distintas. / Houve grande regosijo.” (GN, 29 abril 1888, p. 2).

“Correspondencia”, em que o jornal responde às cartas de leitores, como, por exemplo, “Sr. C. A. B. de Barros (Petrópolis) – lá vai a notícia, e somos nós que ficamos agradecidos.” (GN, 29 abril 1888, p. 2); e

“Sr. Vicente R. – Os seus versos – o Sr. Diz que são versos – cá estão e cá ficarão. Apesar de ser contrário ao que se é no cabeçalho d’esta folha, estamos promptos a

restituir-lh'os: salva-se daquillo tudo uma cousa – a calligraphia, que naturalmente o Sr. Cultiva com amor, com muito mais amor do que a poesia.” (GN, 29 abril 1888, p. 12);

“Gazetilha”, em que se registra, por exemplo, “A sociedade cooperativa da Raça Negra realiza hoje à tarde a 3ª. conferência, desenvolvendo a these – A utilidade da instrução.” (GN, 29 abril 1888, p. 2).

“Publicações a pedido”, geralmente com propagandas de lojas, notícias de despedidas e mudança de endereço, além de anúncios de liberdade, como, por exemplo,

“Mais uma liberdade / Em virtude do art. 1º da lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885, acha-se manummitida na posse de sua liberdade a preta Clementina, crioula, escravizada do Sr. Antonio Telles de Almeida Barbosa, morador na freguezia de Jacarepaguá. / Rio, 28 de abril de 1888.” (GN, 29 abril 1888, p. 3).

As páginas 4, 5 e 6, trazem anúncios, tanto de estabelecimentos comerciais, quanto de produtos e pessoas (“precisa-se”, “vende-se” etc.), como, por exemplo, “Precisa-se de uma criada, branca ou de côr, para cozinhar o trivial e fazer serviços de casa de pouca família, precisa de fiador; na rua dos Voluntários da Pátria, n. 147” (GN, 29 abril 1888, p. 5).

A crônica de 11 de maio de 1888 traz elementos contidos no periódico em datas anteriores²⁷⁰ e, em seguida, problematiza-os. Seguem alguns trechos:

“Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; **mas ninguém dá a razão desta ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião.**” (ASSIS, 2009, p. 103, grifo meu).

“Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias incondicionais, que vem cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque **esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação.**” (ASSIS, 2009, p. 103, grifo meu).

“Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. **Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais.** Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, **e parece que bom salário.**” (ASSIS, 2009, p. 104, grifo meu).

²⁷⁰ John Gledson traz notas que vinculam partes das crônicas a notícias antes publicadas, tanto na *Gazeta de Notícias*, quanto no *Jornal do Commercio*. Cf. GLEDSON (2009, p. 105).

“Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor.” (ASSIS, 2009, p. 104, grifo meu).

Em resumo, a “Chronica da semana” traz as expectativas da população de forma geral; o “Boletim parlamentar”, embora não seja informação de órgão oficial, faz referência a uma agenda do governo; o “Telegrama” apontado demonstra uma libertação em massa, às vésperas da abolição, e não declara se marca salários aos ex-cativos e de quanto seria; a seção “Correspondência” demonstra que o jornal recebe e publica a seu critério os pedidos de seus leitores (o primeiro inclusive é de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro); a “Gazetilha” traz anúncio de reunião da sociedade cooperativa da raça negra a respeito da necessidade de instrução, o que demonstra a mobilização, mesmo que pontual, da comunidade; “Publicações a pedido” traz uma notícia de libertação em virtude da Lei do Sexagenário; por fim, os “anúncios” trazem diversas demandas de mão de obra, muitas das quais especificados gênero e cor.

Pode-se verificar a presença de alguns desses pontos na crônica machadiana, que traz elementos tanto da seção “Chronica da semana”, quanto do “boletim parlamentar”, ao citar a discussão acerca da lei abolicionista; assim como de “Telegramas”, já que cita as alforrias em massa, como a noticiada na seção e também nas publicações a pedido. A questão dos salários condiz também com a oferta de trabalho encontrada no periódico.

Realizados esses apontamentos, é interessante ver como Machado de Assis cruza essas informações, que estão em seções distintas, provavelmente provenientes de núcleos diversos, e constrói uma narrativa provocante, que instiga o leitor, e hoje o pesquisador, a problematizar os acontecimentos da época. Três frases registram a percepção que Machado tem sobre o processo abolicionista e revelam a falta de cuidado com que foi lidada a questão: “ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião”; “atos são de pura vontade, sem a menor explicação”; e “e parece que bom salário”.

Das assertivas, e dos conteúdos que as antecedem, conclui-se que a mobilização em torno da abolição era geral – abolicionistas ou contrários à lei –, mas sem uma preocupação verdadeira, sem uma real crítica, precedida de análise; que as libertações, como atos de vontade dos senhores, significam controle e permanência da subordinação dos sujeitos antes escravizados; e que, ironicamente, bons salários seriam então pagos à mão de obra livre. Assim, Machado manifestou-se intelectualmente, por meio da escrita literária, e atuou politicamente. Resume Valentim Facioli: “Denunciou a escravidão de inúmeras maneiras, mas especialmente procurou captar a

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

organização ideológica que a mantinha [...]. A denúncia nunca foi simplesmente panfletária, mas sempre integrada no conjunto das relações sociais [...]" (FACIOLI In BOSI *et alli*, 1982, p. 49).

Voltando à questão

Diante de uma produção literária de tão grande porte²⁷¹, com forte diálogo²⁷² com a cena política, econômica, jurídica e social da época, como não considerar essa escrita, e então esse homem das letras que é Machado, um intelectual engajado? Concordo com a separação matizada entre os campos de saber e intervenção da época, e por isso creio que o recorte metodológico para identificação de intelectuais ou personagens pertencentes à determinada escola ou geração também deve ser afrouxado, e que sejam fluidas essas classificações.

Da breve análise da documentação elencada, deparei que Machado de Assis, muito embora pregasse um estatuto de pureza para a literatura, foi eloquente na luta pela consolidação de um espaço privilegiado para os homens de letras e perspicaz na leitura e registro de sua época, sobretudo em relação à política e ao embate de forças teóricas, ou seja, campos hoje privilegiados pelo que se entende por intelectual. Não há, portanto, como afastar a constituição de ideias no sentido de forjarem um projeto de civilização, de nacionalidade, na obra e na vida machadiana.

Bibliografia

Fontes primárias

ASSIS, Machado de. **Bons Dias!** Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. "Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade". In **O jornal e o livro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, pp. 13-26.

²⁷¹ Observo que as crônicas e os contos machadianos foram, durante muito tempo, considerados *obras menores*. Diante de uma simples análise como a realizada aqui, tem-se que equivocado é esse entendimento.

²⁷² "O que dá a medida mais exata da vocação pública de Machado de Assis não é apenas o seu espírito associativo, sua intensa participação nos agrupamentos, que lhe permitiam um contato variado com pessoas e uma troca de experiências a nível pessoal. O caráter específico da publicidade na produção machadiana localiza-se na circulação ampla e variada [...] no modo de incorporar e reescrever a multiplicidade dos discursos sociais e devolve-los segundo uma perspectiva que os revitaliza criticamente e os endereça para o conjunto da sociedade, para a totalidade dos homens." (FACIOLI In BOSI *et alli*, 1982, p. 56).

_____. discurso de fundação da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=1>

Fontes secundárias:

ALONSO, Angela. “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870” In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, nº 44, outubro de 2000. pp. 35-55.

_____. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Joaquim Nabuco**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

ALTAMIRANO, Carlos. “Ideias para um programa de história intelectual” In **Tempo social. Revista de sociologia da USP**. Vol. 19, nº 1, São Paulo: USP, 2007, pp. 9-17.

ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. **Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)**. Dissertação FFLCH USP, 2010.

BOSI, Alfredo *et alli*. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011.

_____. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FARIA, João Roberto. **Machado de Assis, leitor e crítico de teatro**. *Estudos avançados* [online]. São Paulo: 2004, vol.18, n.51, pp. 299-333.

FONSECA, Ricardo Marcelo. “Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX”, **Quaderni Fiorentini**, 35: 339-371. Milão: 2006.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. “Introdução” e “notas” In ASSIS, Machado. **Bons Dias!** Campinas: Editora Unicamp, 2009, pp. 13-61.

GRIMBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Editora 34/Edesp, 2004.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA**, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. **O oráculo de delfos – o Conselho de Estado no Brasil-Império.** São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro 1850-1888.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1991.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930.** São Paulo: Grijalbo; EdUSP, 1973.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Machado de Assis, vida e obra - Maturidade.** São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira.** vol. III (1855-1877) e vol. IV (1877-1896). São Paulo: Cultrix; EdUSP; 1977.

MELLO E SOUZA, Laura de. “Brasil: literatura e ‘intelectuales’ em el período colonial” In ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales em América Latina.** Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008. pp.94-118.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MISKOLCI, Richard. “Machado de Assis, o *outsider* estabelecido”. **Sociologias.** Porto Alegre, 2006, n° 15, pp. 352-377.

OLIVEIRA, Francisco de. “No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil” In NOVAES, Aduino (org.). **O silêncio dos intelectuais.** São Paulo: Cia. das Letras, 2006, pp. 293-305.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Tres generaciones y um largo imperio: José Bonifácio, Porto-Alegre y Joaquim Nabuco” In ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales em América Latina.** Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008. pp.363-386.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2008a.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo.** São Paulo: Editora 34, 2008b.

_____. **Martinha versus Lucrecia.** São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro. Ideias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

José Paulo Paes e a antologia *Poesia erótica em tradução*: leitura e memória de um Sistema Literário

Paulo Roberto Barreto Caetano
Doutorando – FALE/UFMG

paulorcaetano@yahoo.com.br

RESUMO: A comunicação discutirá a antologia *Poesia erótica em tradução*, organizada e traduzida por José Paulo Paes, como um exercício memorialístico. A seleção feita pelo antologista pode refletir uma leitura que este faz do Sistema Literário (nas palavras de Even-Zohar) para o qual se faz a seleção. Ou seja, na comunicação será discutida a visão que Paes lança sobre o contexto brasileiro – aparentemente falto de publicação como essa. Assim, a instância mnemônica, como afirma Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*, configurar-se-ia como uma busca ativa do passado. Será estudada, portanto, a memória que essa antologia ambiciona preservar e/ou construir.

PALAVRAS-CHAVE: poesia erótica, antologia, memória.

Introdução

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O ato de traduzir não se restringe necessariamente a um exercício linguístico. A “passagem” de uma língua a outra pode ser somente parte da tarefa, pois esta envolveria questões como, por exemplo, o que traduzir, para quem, por quais motivos. Faz-se necessário então pensar que caberia ao tradutor²⁷³ avaliar o Sistema Literário de saída – e, por consequência, o Sistema Literário de chegada. Nesse sentido, é pertinente especular que, por exemplo, o ineditismo de um autor estrangeiro seria motivador para traduzi-lo para o Sistema Literário do tradutor.

Mais do que conhecer a língua de saída, o “tradutor-organizador” da publicação deveria conhecer o Sistema Literário de saída²⁷⁴ (a fim de fazer a escolha por certos autores e/ou textos), bem como conhecer o Sistema Literário para o qual a tradução será feita, já que um projeto tradutório normalmente responde a demandas diversas (acadêmicas, mercadológicas, dentre outras).

Esta comunicação então pretende discutir os elementos de que José Paulo Paes se vale na seleção feita em *Poesia erótica em tradução*. Para realizar tal tarefa, a Nota Liminar feita pelo paulista nessa publicação e o livro *Tradução: a ponte necessária* serão os pontos de partida, já que em ambos o paulista fala desse processo seletivo para a tradução. Assim, à luz de Haroldo de Campos será debatida a noção de tradução como crítica, no que tange ao ato de seleção em si. A partir de Itamar Even-Zohar será trabalhado o conceito de (Polis)Sistemas Literários – partida e destino dos textos selecionados pelo tradutor. Por fim, será usada a ideia de memória como imagem construída, uma busca ativa, trabalhada por Paul Ricœur em *A memória, a história, o esquecimento*.

Crítica e aferição

Em “Sobre a crítica de tradução”, capítulo de *Tradução: a ponte necessária*, o autor fala do termo “crítica” e suas relações com a tradução. Citando Ezra Pound (um dos capítulos iniciais de *ABC da literatura*), Paes fala da etimologia do termo, que vem do grego *krinô* e que, de um lado, significa “separar, distinguir, discernir, interpretar” e, de outro, ‘avaliar, julgar, decidir, acusar, condenar’.” (POUND In PAES, 1990, 109). Por meio dessa divisão, o autor de *Tradução: a ponte necessária* menciona o que ele chama de “empenho crítico” procedimento que se dividiria em analítico ou interpretativo, e judicativo ou decisório.

²⁷³ Ou ao organizador do livro, ou seja, a seleção de textos e autores não tem que necessariamente recair sobre o tradutor.

²⁷⁴ Não é intenção de este texto defender a imposição de mais uma responsabilidade às pesadas tarefas do tradutor. Como mostrou Suzana Lages em *Walter Benjamin: Tradução e melancolia*, há muito sobre os ombros desse profissional – o que causa frequentemente sofrimento a este. O propósito é comentar sobre a atividade polivalente do paulista que soube, como bom leitor e editor, colher informações. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

José Paulo Paes argumenta que a crítica de tradução é uma das atividades responsáveis por iluminar o intrincado trabalho que é o traduzir. Nessa toada de valorização do profissional, o autor de Taquaritinga cita Dryden para falar do “leitor arrogante” – aquele que vê o tradutor como somente o indivíduo que cuida da “lavoura de outrem” (PAES, 1990, 110). Tal visão limitada, relata Paes, encontra algum respaldo na teoria da tradução (por meio de autores como John Lehman, que fala da metáfora da transparência). Segundo Lehman, falar da tradução seria como falar do vidro de um quadro (em vez de se falar da pintura, do original). Com severidade, o tradutor de Taquaritinga mostra sua condenação a esse posicionamento: “(...) é a lente tradutória que faculta, à miopia do monolíngüe, enxergar o mundo, vasto mundo que se estende para além das suas limitações lingüísticas”. (PAES, 1990, 110). Habilmente aproveitando a metáfora do vidro, Paes enfatiza a importância dessa atividade linguística que se configura como oportunidade de contato e aprendizado com o estrangeiro, com o estranho. Mas a crítica de tradução não fica restrita a essa função de valorização.

Para José Paulo Paes, a principal função da crítica de tradução seria estudar os pormenores da “refração tradutória”. Sob a ótica jakobsoniana da “equivalência da diferença”, Paes fala da teoria da refração. Citando Manuel Bandeira, ele comenta da busca por equivalência de imagens: “consiste [a equivalência] não na tradução exata das palavras, mas na expressão do mesmo sentimento, e até das mesmas imagens, sob forma diferente”. (BANDEIRA IN PAES, 1990, 61) [colchete meu]. Para o tradutor de Taquaritinga, o texto sofre um desvio ao entrar num meio linguístico de densidade diferente daquela do original: “o raio luminoso (o ‘sentimento’ ou ‘emoção poética’ no dizer de Bandeira, ou os efeitos formais no nosso) continua sendo o mesmo, só a sua intensidade é que mudam.” (PAES, 1990, 61). Desse modo ficaria graduada (ou modalizada) a antítese traduzível – intraduzível.

A crítica de tradução acompanharia então a “passagem” linguística a fim de ver o que houve de (supostas) perdas, compensações e ganhos. À crítica de tradução então ficaria o papel de realizar tal discussão.

Ressalta o autor que essa avaliação seria mais rica se ela fosse feita antes da publicação, como uma espécie de copidescagem²⁷⁵ a várias mãos²⁷⁶. Desse modo, o público teria provavelmente acesso a uma tradução ainda melhor. Tal empresa é exemplificada por meio de uma correspondência em que Alphonsus Guimarães Filho recebe (e acata) indicações de Manuel Bandeira para a tradução que fez de poemas de Emily Dickinson.

²⁷⁵ Atividade que, segundo Paes, é também pouco valorizada.

²⁷⁶ Tal sugestão se aproxima da proposta de Haroldo de Campos (1970) ao afirmar que a tradução de textos literários deveria ser feito sob a forma de uma oficina de poetas. **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

Práticas como essa, revelariam o valor que a tradução deveria ter. Assim, Paes vê como depreciativa e nociva a taxaço do ato tradutório como teoricamente impossível. O autor de *Tradução: a ponte necessária* fala da “objeção prejudicial” (cunhada pelo tradutor francês J. R. Ladmira), rotulando-a como impossível (com base no conceito humbdiano de que cada língua se constitui como recortes específicos entre si, que implicariam incomunicabilidade. Apesar dessa negativa difundida, Paes responde a isso com uma fala de Galileu a seus inquisidores: “*eppur si muove* – e no entanto se traduz”. (PAES, 1990, 111). Esse negativismo tão difundido causa pasmo no poeta de Taquaritinga, já que poetas como Bandeira, que propagava isso, acabaram por traduzir sistematicamente.

Na última seção de “Sobre a crítica de tradução” (chamada “Raça irritável”), Paes fala que é tarefa do crítico de tradução ressaltar e aferir valores dos textos (a serem) traduzidos. O autor comenta que o desejo de editores de publicarem mais - em vez de publicar melhor - atrapalharia a área da Literatura, tão envolvida por *Best Sellers* de qualidade

tão duvidosa e de interesse tão momentâneo que mal justificariam o esforço de uma versão mais cuidada. E assim se instala uma rotina de utilitarismo rasteiro dentro do qual há pouco lugar para o cultivo da tradução como arte – arte que é o plano por excelência dos valores. Ora, ressaltar e aferir valores é a tarefa precípua do crítico de tradução, o qual pouco tem a fazer quando eles escasseiam. (PAES, 1990, 118).

Por meio dessa citação, o tradutor paulista salienta sua consciência para a amplidão que envolve a atividade tradutória e, ao mesmo tempo, permite ao leitor entrever parte de sua longa experiência como editor²⁷⁷. Uma boa publicação, nessa perspectiva, seria marcada por uma qualidade, que parece passar por questões como a possibilidade de levar ao leitor um estranhamento – circunstância que passa ao largo da pasteurização dos *best sellers* – seja da cultura de saída, seja de uma estrutura linguística estrangeira. Nessa toada, a literatura erótica pode ser paradigmática como experiência de leitura invulgar.

Caça

O livro *Poesia erótica em tradução* foi organizado por José Paulo Paes em 1990. Em tal volume, Paes foi responsável não só pela organização e tradução, mas também pela seleção e pelas notas dessa publicação. Para ele, mais do que fazer “algo erudito”, a intenção era divulgar poemas de uma área

²⁷⁷ Mais informações sobre o percurso de Paes como editor podem ser lidas na autobiografia *Quem, eu? Um poeta como outro qualquer*.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

“clandestina e menosprezada pela criação poética” (...) aliás, [divulgação tal] como [ocorre] na minha atividade de ensaísta e tradutor”. (PAES, 2006, 11, 12) [colchetes meus].

Paes, ao traduzir, acaba por fazer uma compilação de poemas cujos autores nem sempre fulguram nos diversos Sistemas Literários. Segundo ele, houve um desejo de distribuição entre o que ele chama de conhecidos e desconhecidos: “Tanto quanto pude, busquei equilibrar, no elenco de autores, nomes conhecidos com nomes desconhecidos do comum dos leitores”. (PAES, 2006, 11, 12). A coletânea, então, declaradamente apresenta esse objetivo de divulgação de textos (não)canônicos. A tradução dessa maneira estabelece um diálogo com diversos Sistemas Literários, endossando ou desestabilizando-os.

A escolha de uma temática tida como não-hegemônica lida com forças consideráveis, mas nem sempre visíveis. Em vários momentos da Nota Liminar desse livro o organizador deixa transparecer sua busca detetivesca pelos textos na língua de saída, para então comentar sobre a marginalidade do erótico:

A obtenção dessas fontes envolveu dificuldades e desapontamentos de várias ordens. Perseguida pelo filisteísmo e pela hipocrisia, a literatura erótica viveu há até pouco confinada às edições clandestinas, muitas de circulação restrita entre os colecionadores. (PAES, 2006, 11).

A citação revela esforço e obstinação do organizador, que esbarrou num moralismo social. Contudo, as restrições não se encontravam somente no campo editorial. Paes também vislumbrava no meio jornalístico barreiras para publicação dos poemas eróticos: “Quando essas versões ocasionais já chegavam à casa de uma vintena, surgiu a tentação de publicá-las em livro, pois seria meio impraticável divulgá-las na imprensa: a permissividade de nossos dias tem seus limites de ordem prática”. (PAES, 2006, 11). Seja nas editoras, seja nos jornais, a publicação de poemas de cunho erótico estaria à mercê de tendências morais da sociedade. Tal fato é colocado por José Paulo Paes na Nota Liminar da antologia, o que sugere que ele que estava ciente do contexto em que estava inserido.

O moralismo ao qual aludiu Paes provavelmente entraria em conflito com o teor explícito dos poemas selecionados para essa publicação. Isso porque, a critério do organizador, o explícito era condição para a escolha: “(...) inclinei para os [textos] que Richard Eberhar²⁷⁸ chama de ‘poemas sexuais explícitos’. Conforme o caso, o grau dessa explicitação pode variar aqui do fescenino ao alusivo...” (PAES, 2006, 12) [colchete meu]. O que leitor encontra nesse volume, portanto, refere-se a um conteúdo erótico explícito, que às vezes toca o chulo, sem deixar de ser lírico.

²⁷⁸ Poeta estadunidense, nascido em 1904 e morto em 2005, tendo recebido o *Pulitzer Prize* com *Selected Poems 1930–1965*.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O que pode surpreender o leitor, contudo, em *Poesia erótica em tradução* é o fato de alguns autores ali selecionados serem mais comumente conhecidos por textos de temáticas bem distantes do erótico. La Fontaine, Rousseau, Goethe (para ficar em apenas três) são exemplos de escritores que normalmente se destacam por produções que passam ao largo do erotismo. A inserção desses poemas “marginais” numa publicação como essa pode fomentar a discussão acerca do lugar que autores como esses detêm, circunscrevendo-os em cenários mais amplos.

Com essa perspectiva, pode-se pensar na noção de tradição literária como uma memória enformadora, que tende a conformar os autores em rótulos mais ou menos estanques. Ou que pode ainda criar seleções, julgando o que (não) é veiculado. Em contrapartida, a teoria dos Polissistemas rejeita hierarquizações, como se verá à frente. Publicação como essa de Paes permite discutir tais questões, pelo modo como ele seleciona os textos.

Buscar onde?

José Lambert, em “A teoria do polissistema de Itamar Even-Zohar: uma perspectiva interdisciplinar em pesquisa cultural”, faz uma breve apresentação do conceito cunhado pelo autor israelense. A pesquisa sistêmica (ou funcionalista) deste se desenvolveu nos anos 70, momento em que ainda se travavam debates sobre o conflito entre Teoria e História Literária, quando o texto ainda era o foco dos estudos, e não a literatura numa perspectiva macro.

Ele defendia uma abordagem mais abrangente, holística. Sua proposta era estudar as dinâmicas que regiam os Sistemas Literários dentro de um Polissistema. Ou seja, caberia investigar como a Literatura traduzida ou a Literatura Infantil (exemplos de Sistemas Literários) dar-se-ia em determinado Polissistema (o brasileiro, por exemplo).

Haveria macro-fatores reguladores das dinâmicas literárias, e o objetivo desse pesquisador seria observar, descrever e analisá-los. Instâncias como universidades, editoras, leitores são alguns dos exemplos de macro-fatores que gerariam impactos dentro de um Polissistema Literário. Nesse sentido, caberia perguntar: como se dá a influência de um curso de Letras nas traduções feitas em uma cidade? Quais os autores que normalmente interessam às editoras traduzir e publicar? Essas são algumas perguntas que se poderia pensar a partir dos macro-fatores de Even-Zohar.

Lambert comenta que uma das conquistas da Teoria Polissistêmica é a revisão feita acerca do lugar da Literatura Traduzida dentro da dinâmica da Literatura. Com a teoria de Even-Zohar, culturas e literaturas marginalizadas têm sido reexaminadas, já que ela pressupõe que não haja hierarquização de

Sistemas. Tal pressuposto se mostra coerente, pois é possível ver como Sistemas Literários foram outrora renegados e hoje são objetos estimados de pesquisa²⁷⁹. Dito isso, poder-se-ia perguntar: que memória José Paulo Paes construiu no Polissistema Literário Brasileiro com a publicação de *Poesia erótica em tradução*?

Uma memória formada

Paul Ricœur, em *A memória, a história, o esquecimento*, trata das intrincadas possibilidades sobre como a memória é vista. Começando pela lembrança e chegando à memória refletida, o pensador francês mostra como haveria um elemento “espontâneo”, assim como atividade ativa de busca no recordar.

No livro, o filósofo trata da questão da representação do passado. Para tal, ele passa pela memória sob a égide da fenomenologia; em segundo lugar, pela epistemologia da história; por fim, realiza uma reflexão sobre o esquecimento, dentro de uma hermenêutica da condição história dos homens.

Nesta comunicação, ater-se-á ao âmbito da percepção, a fim de ser discutida a imagem construída acerca do passado (e, por extensão, da história, como afirma Ricœur). De maneira análoga, pode-se dizer que há a construção de imagens, por Paes, de um Sistema Literário – tanto os de saída, quando o de chegada.

Inicialmente, o autor de *A memória, a história, o esquecimento* estabelece uma divisão que norteará a primeira parte de seu livro. Ele fala de dois *topoi* para a memória. O primeiro, platônico, diz respeito à representação presente da coisa ausente (tendo em vista a arte *eikônica*); já o segundo, aristotélico, baseia-se na representação de algo anteriormente percebido/apreendido.

A problemática é desenvolvida ao tratar da similitude: ao se perguntar se o que é lembrado confere com o que foi sentido. Tal procedimento de tomar uma coisa por outra é colocado em uma fala de Sócrates, em *Teeteto*, ao usar da metáfora do pedaço de cera. A ideia consiste em colocá-lo sob os pensamentos. Aquilo que foi marcado em tal bloco estaria registrado, e seria então possível de ser lembrado, de ser compreendido. Por outro lado, “aquilo que é apagado (...) ou que não foi capaz de ser impresso, nós esquecemos, isto é, não o sabemos”. (RICOEUR, 2007, 28). Assim, fica tênue o limite entre o que se sabe de fato e daquilo de que se tem – somente – uma impressão.

Caberia então perguntar como o processo tradutório se faria análogo ao bloco de cera? Como as traduções poderiam se estabelecer como “aquilo que de fato se sabe”? A partir de que momento pode-se dizer que a Literatura Traduzida é um Sistema dentro de um Polissistema Literário?

²⁷⁹ Um exemplo disso seria a pesquisa acadêmica sobre Literatura Infantil no Polissistema brasileiro, que até a década de 1980 gozava de menos espaço.

CORRÊA, B. C.; GALVÃO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Outra sutileza trabalhada pelo filósofo francês refere-se à ideia de posse e caça concernente ao conhecimento. O apreender poderia entrar no “modelo do viveiro”, já que as investigações seriam possessões, caçadas (a aves, por exemplo). E “toda procura de lembrança é também uma caçada” (RICOEUR, 2007, 30). Mas tal posse pode em alguns momentos se desestabilizar, quando os limites entre o dentro e o fora do viveiro se tornam fracos. Nem sempre haveria distinção entre a ave possuída daquela selvagem, estranha.

A dimensão veritativa da memória ainda é colocada em xeque quando se se pergunta o que seria uma imagem (da qual se tem de um objeto lembrado)? O que seria uma cópia? Como diferenciar a lembrança do que foi apreendido? Questões como essas apontam para a complexidade de um conceito (como o de memória) que perpassa diferentes áreas do saber.

Conclusão

A antologia analisada é fruto de um olhar do tradutor-organizador José Paulo Paes, que soube perceber uma lacuna existente no Polissistema Literário Brasileiro. Construída por esse autor polivalente, a publicação é fruto do que ele selecionou no amplo contexto Ocidental. Nesse sentido, ela é uma imagem que o paulista concebeu. O juízo acerca do que era “elencável” é, sob sua ótica, fruto da leitura que ele fez como editor, tradutor, poeta (para ficar em apenas três funções) dos Polissistemas Literários (os de saída e o de chegada).

Consciente do valor da tradução como circunstância de contato com o outro, com o diferente (nem que esse outro seja mediado, construído), Paes mostra um olhar vigilante. Valorizar a tarefa do tradutor, valorizar o *transfer* cultural²⁸⁰ que é inerente a ela, seria uma oportunidade de alargamento da visão de mundo, de percepção de outros modos de se conceber a experiência humana.

²⁸⁰ Expressão usada pelo o grupo de Göttingen, do qual Itamar Even-Zohar fez parte. Para mais informações sobre relevante projeto, ver o portentoso livro de Ana Maria Garcia Bernardo intitulado *A Tradutologia contemporânea: tendências e perspectivas no espaço da língua Alemã*. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Dessa maneira, a antologia de Paes se mostra como um registro desse outro, à maneira do bloco de cera do qual Sócrates fala e Ricœur o cita. Um “indivíduo-outro” que está distante temporal e latitudinalmente, mas que pode oferecer um olhar novo, distinto, para a esfera do erótico. Retomando a rica problematização platônica que Ricœur traz, fica a pergunta: Por que se poderia dizer que a leitura de poemas eróticos não se restringiria a “apenas” a um prazer estético, uma lembrança do ato sexual, mas que tal leitura se configuraria como um conhecimento de algo que se sabe de fato?

Referências Bibliográficas

BERNARDO, Ana Maria Garcia. *A Tradutologia Contemporânea: Tendências e Perspectivas no Espaço de Língua Alemã*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

CAMPOS, Haroldo. *Metalíngua*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: Tradução e melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

PAES, José Paulo. (Org.) *Poesia Erótica em tradução*. Tradução, apresentação, introdução e notas de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PAES, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária*. Aspectos e problemas da arte de traduzir. São Paulo: Ática, 1990.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Cultura política intelectual: uma possibilidade?

Plauto Daniel Santos Alves
Mestrando – História/UNESP
Agência Financiadora: CAPES
Plautyos775@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho advoga a noção de uma cultura política intelectual. Categoria que emergiu em minha experiência de pesquisa nas trajetórias de Rachel de Queiroz e Fran Martins, do descontentamento com o elitismo da noção de cultura política e da necessidade de questionar certas percepções do intelectual. Este trabalho, portanto, objetiva criticar o conceito de cultura política assim como salvaguardar características aparentemente úteis e argumentar em torno de uma acepção do vocábulo intelectual capaz de realçar a busca desses sujeitos pelo sustento diário.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, política, intelectual.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A proposta deste trabalho é ponderar segundo os critérios do campo historiográfico, a validade de uma noção interpretativa: cultura política intelectual. Tendo isto como objetivo se traça um plano de argumentação pautado primeiramente na discussão de alguns usos relevantes do termo cultura política. Nesta etapa enseja-se criticar o elitismo presente nas diversas encarnações da categoria, assim como argumentar em favor de suas características que parecem mais pertinentes. No segundo momento, o intuito é demarcar ênfases notórias na acepção do vocábulo intelectual, as quais terminam, no limite, por determinar as veredas abertas à análise.

Uma ressalva se faz necessária antes de iniciarmos. É preciso esclarecer que o interesse por essa discussão surgiu dos problemas apontados em minha vivência de pesquisa, a partir da análise das trajetórias de uma intelectual consagrada como Rachel de Queiroz e de um quase desconhecido nacionalmente, Fran Martins. Os caminhos que me foram levando até essa categoria parecem ainda incertos e talvez demasiado restritos à minha própria experiência de trabalho, contudo, o desenvolvimento do percurso argumentativo pode parecer interessante aos que se interessarem. É necessário ressaltar enfim que por questões de espaço e, em função do que foi sugerido durante as comunicações do II EPHIS, se retirou a análise empírica que dava sustento a algumas dessas reflexões. Creio, entretanto que o texto mantém ainda alguma coerência.

Cultura política

O termo cultura política (pelo menos no sentido restrito que aqui nos interessa) só suscitou uma relação mais próxima com a historiografia no início da década de 90. Sua introdução na cena intelectual francesa se deu aparentemente vinculada ao movimento protagonizado por profissionais do Sciences Po, de uma “renovação da história política”. Pelo menos é este o clima que Serge Bernstein enseja comunicar em um texto que se pode considerar como seminal:

Falar de cultura política é a muitos títulos colocar-se num campo de componentes antagônicas. A história cultural, cuja riqueza é considerável desde há alguns anos, situa-se no centro dessa renovação em profundidade do estudo das sociedades humanas, a

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

partir da convergência das ciências sócias de que a École des Annales mostrou a via. Referir-se ao político é trabalhar num campo a que os profetas dessa mesma escola lançaram o anátema, caricaturando-o, antes que alguns dos seus membros soberbamente o ilustrassem. Do mesmo modo, a evocação da cultura política inscreve-se na renovação da história política, operada sob a inspiração de René Rémond e de que a universidade de Paris-X-Nanterre e o Instituto de Estudos Políticos de Paris foram os lugares de eleição.²⁸¹

É notório no trecho o intuito de Bernstein em vincular sua empreitada tanto à tradição dos Annales quanto ao já citado sentimento de retomada do político, provocado entre outras coisas pelo lançamento da coletânea de René Rémond, *Por uma História Política*. O curioso é que o próprio René Rémond, em uma palestra organizada pelo CPDOC ainda na década de 90, se mostra reticente quanto ao uso do termo cultura política.²⁸² Talvez por isso este vocábulo não conste como um dos micro-capítulos que compõem a obra, apesar de aparecer aqui e ali no corpo do texto. Não obstante o fato de contar com inimigos respaldados dentro das duas tradições, como ilustrado meio que a contragosto pelo próprio Bernstein, a chave explicativa da cultura política popularizou-se razoavelmente no território brasileiro trazendo consigo alguns problemas presentes na encarnação francesa.

Não é incomum ver o termo que serve de subtítulo a esta seção ligado “à investigação de aspectos da vida política que eram pouco estudados ou mesmo negligenciados”²⁸³. Contudo, esta característica não se faz tão forte nas argumentações de Bernstein, me parece que neste o foco envia mais intensamente em torno da busca de explicações contundentes para um processo então já estudado, os ditos comportamentos políticos.²⁸⁴ Seu interesse pela categoria, inclusive partiu da necessidade de explicar a “alergia francesa” ao fascismo, um tema por si mesmo clássico²⁸⁵. A bem da verdade, vão se decepcionar tremendamente aqueles que recorrerem aos escritos deste historiador em busca de inspiração para a feitura de uma pesquisa que verse sobre grupos tradicionalmente excluídos da política. Tal afirmação não quer negar que existam abordagens interessantes e inovadoras para a época nos textos de Bernstein. Mas é necessário

²⁸¹BERNSTEIN, Serge. A cultura política. IN: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

²⁸²LINHARES, Maria Yedda. *Por que a história política? De René Remond*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13., 1994, pp. 8.

²⁸³AGGIO, Alberto. *Uma nova cultura política*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2008, pág. 45.

²⁸⁴ Este intuito inclusive abre o primeiro artigo propriamente “teórico” de Bernstein publicado na *Vingtième Siècle*, além de estar presente nos outros dois artigos. Ver, BERNSTEIN, Serge. *Op. Cit.*; BERNSTEIN, Serge. La France des Aneés trente allergique au fascisme. *Vingtième Siècle Revue d’Histoire*. N. 2, abril, 1984, pp. 83 – 94. e por fim, BERNSTEIN, Serge. L’Historien et la culture politique. *Vingtième Siècle Revue d’Histoire*. N. 35, julho-setembro, 1992, pp. 67-77.

²⁸⁵BERNSTEIN, Serge. La France des Aneés trente allergique au fascisme. *Op. Cit.*

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ressaltar o elitismo de sua “grelha interpretativa”. Um bom ponto de partida para a explanação deste problema parece ser um dos artigos de divulgação da categoria, em que o autor, baseado em análises realizadas sobre medida para uma edição da revista *Vingtième Siècle* (periódico financiado pelo Sciences Po), advoga a exclusão do centrismo e dos movimentos feministas e ecológicos franceses do conjunto de práticas que configuram culturas políticas:

Foi a verificação experimental tentada pela revista *Vingtième siècle*, ao propor num número especial a uma quinzena de historiadores e de politólogos a aplicação desta noção ao estudo das grandes famílias políticas da França Contemporânea (o comunismo, o gaulismo, o centrismo, o socialismo, a Frente Nacional), mas também das sensibilidades filosóficas ou religiosas (a cultura laica, o catolicismo), novas correntes surgidas no campo político (a ecologia ou as mulheres), especificidades infra ou supranacionais (a cultura política do Norte ou da Aquitânia, ou a Europa face à cultura política francesa). A fecundidade dos resultados surpreende. Não só confirmam a validade da grelha, trazendo mais uma prova ao que se podia evidentemente supor por intuição ou deduzir de estudos anteriores, como permitem ainda afirmar que, no estado actual das coisas, a ecologia ou a corrente feminista não possuem cultura política constituída, aliás como o centrismo, e que não existe cultura política europeia. O que não promete de momento a estas correntes mais que um futuro precário, como se verá ao examinar as funções da cultura política.²⁸⁶

O que interessa ressaltar nesta passagem não é tanto a supressão dos movimentos, mas a etapa reflexiva imediatamente anterior a estas conclusões. Façamos, portanto, um exercício imaginativo, iniciemos admitindo que naquela ocasião duas alternativas se colocavam ao autor: (1) ele podia concordar com a exclusão, legitimando a categoria analítica decorrente de outros trabalhos; expressão esta que não é específica para as expectativas dos sujeitos de que trata e que está baseada em uma concepção estranha ao modo destes de operar politicamente; por outro lado (2), ele poderia questionar-se quanto aos valores que embasam sua categoria, interpretando-a como uma ideia advinda de certas vivências e determinados costumes (abrindo mão, portanto da proteção de certa aura de cientificidade neutra), em outros termos, poderia questionar-se se esta mesma categoria não traz consigo preconceitos e uma carga simbólica, os quais podem, eles mesmos, corresponder a um entrave para a compreensão empática. Bernstein evidentemente tomou para si a primeira via.

Seria difícil recuar a esta altura da empreitada. Aparentemente, o processo de popularização do conceito se fazia em dimensão coletiva, em que convergiam os esforços de outros intelectuais reunidos tanto por meio da Revista *Vingtième siècle* como através do Sciences Po. É provável que aí resida o entrave que impediu Bernstein de perceber como a união de dois termos tão profundamente carregados de sentido poderia, ao excluir certos sujeitos, corroborar

²⁸⁶BERNSTEIN, Serge. A cultura política. *Op Cit.* pág. 352.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

para a incompreensão através da reencarnação de um preconceito, visto que a caracterização do que ele nomeia como uma cultura política sobrevaloriza intencionalmente as ditas “grandes famílias”, desde a imaginação de suas formas de aplicação (questionários, percepção das veleidades eleitorais, etc.) até os critérios que lhe definem a forma.

Nesse sentido, a valorização exacerbada das “grandes famílias” promove a eleição de dois critérios que considero a base do elitismo das caracterizações de Bernstein, a ideia de que uma cultura política tem de possuir uma raiz filosófica (o que acaba sendo apenas outra maneira de se falar em famílias políticas), e a de que para se constituir enquanto tal necessita se realizar de forma duradoura. Nesse ponto do trajeto é necessário desatar alguns nós. Para tanto bifurco a argumentação, apelando para o contraste com duas tradições, uma ligada ao termo cultura e a outra vinculada ao pensamento do político.

Cultura

De modo geral nos três textos de Bernstein que caracterizamos aqui, ora como seminiais, ora como voltados para a divulgação, apesar de algumas mudanças menores, permanece a ideia de que as culturas políticas são respostas, com capacidade de se perpetuar longamente no tempo, apresentadas a situações problemáticas vivenciadas pela sociedade. Nesta etapa já se entrevê seu elitismo, pois ao passo que Bernstein não consegue admitir que a formulação dos problemas já se dá efetivamente dentro de uma cultura política, evita também garantir alguma fluidez entre maneiras “ordinárias” de viver e conceber o mundo e a dita categoria. Em outros termos, um operário, um carpinteiro ou uma lavadeira, ao escolherem como resposta para certa questão que é urgentemente imposta à sua comunidade, uma ação embasada numa raiz filosófica (detalhe nem sempre necessário), o fazem segundo sua experiência de vida e seus valores culturais, que já são eles mesmos políticos, pois essas vivências dificilmente se dão sem embate com o poder e sem uma relação mesmo que distante com o Estado. Aparentemente esta posição, outorgada por Bernstein fundamenta-se num preconceito quanto às culturas ordinárias, ou seja, na filiação a certa tradição elitista do termo cultura.

Não é novidade que a palavra cultura agrega vários sentidos. Há, entre estes, dois que me parecem mais fortes até mesmo por serem contraditórios entre si. O primeiro faz menção à “alta cultura”, às artes, àquilo que o engenho humano conseguiu produzir de melhor. O outro, de viés antropológico (todo um modo de vida), desde Raymond Williams tenciona objetar a este

primeiro a afirmação de que a “cultura é ordinária”, de que a “cultura é de todos”²⁸⁷. Faz-se alusão a estes sentidos porque ambos estão presentes em nossa sociedade e, portanto, escolher entre um deles é tomar posição dentro de um debate em que se pode ou não privilegiar uma acepção socialmente excludente. Excludente na medida em que entende como criativa apenas a atividade do artista (ou de alguma elite cultural, ou dos “grandes homens”) e não todo e qualquer fazer humano praticado com engenho no dia-a-dia²⁸⁸. Neste sentido, a ideia defendida por Bernstein de que a cultura política só pode existir mediante a ligação com um lastro filosófico - o que implica estar vinculada a alguma das “grandes famílias”²⁸⁹ - ao filia-lo à primeira tradição de cultura, corrobora para desclassificar como tal todo um espectro de práticas populares que dispensam estas características na sua realização. O mesmo se dá com a rejeição da efemeridade. Boa parte do pensamento de Williams se construiu sob a tentativa de encontrar expressões capazes de fazer jus a este dilema, vide, a modo de exemplo, as polêmicas “estruturas de sentimento”²⁹⁰. Categoria de diversas encarnações que buscava aludir às manifestações mais efêmeras que se pudesse produzir, pois, não é pelo fato de permanecer pouco tempo que certas irrupções culturais são desprezíveis. Além do mais, as continuidades longas e médias da cultura política de Bernstein estão cheias de variações, o que poderia mesmo servir para questionar sua validade²⁹¹.

No momento de sua apropriação pela historiografia brasileira, a chave analítica de Bernstein importou consigo as duas características acima criticadas (o lastro filosófico e a longa

²⁸⁷Ver, por exemplo, o texto de divulgação *A Cultura é de Todos (Culture is Ordinary)*. Raymond Williams. 1958. Tradução de Maria Elisa Cevasco, Departamento de Letras, USP.

²⁸⁸Trata-se de uma paráfrase de Williams “no meramente la actividade del artista mas sino la de toda mente humana” WILLIAMS, Raymond. *La Larga Revolucion*. Nueva Visión, Buenos Aires, 2003. p. 31

²⁸⁹Rodrigo Patto chega a comentar quão vaga é a noção de “família política”, propondo que ela chega mesmo a se confundir com a de cultura política. O autor parece hesitante quanto a este ponto. Checar MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Rodrigo Patto Sá. Desafios e Possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, Argumentvm, 2009. pág. 20.

²⁹⁰Ver o capítulo referente em: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. Para uma discussão mais profunda, incluindo as mudanças constantes no conceito, ver: FILMER, Paul. A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. In: *Revista Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009. págs. 371-396.

²⁹¹Rodrigo Patto já acenava em sentido semelhante quando tratou dos perigos do “imobilismo histórico” que pode advir do conceito de cultura política (ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Op. Cit.*, pág. 33.). A mesma preocupação é brevemente mencionada em COSTA, Lorena Lopes. “Cultura Política”: apropriações pela historiografia contemporânea. In *Cadernos de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História e Historiografia: Biografia e História Intelectual*, Ouro Preto, EDUFOP, 2011.
CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ou média duração). Textos de intelectuais brasileiros, tais como Ângela de Castro Gomes²⁹² e Rodrigo Patto²⁹³, contém menções a essas condições de constatação da existência de uma cultura política. Entretanto, também é certo que nossa historiografia acrescentou bastante ao conceito, marcando deliberadamente diferentes tradições de seu uso. Nesse sentido, a abordagem de Jorge Ferreira parece interessante para os nossos propósitos. Mesmo não encontrando trabalhos em que o autor defina sua perspectiva quanto à categoria, na prática suas características foram drasticamente reformuladas. Veja-se, por exemplo, o artigo *A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas*²⁹⁴. Nele é sintomático que o termo cultura política apareça mencionado apenas no título e que ao buscar uma definição para seu objeto - a “expressão da cultura popular de uma época”²⁹⁵ - as referências se distanciem bastante do grupo de Bernstein. Isto, de certo modo, demonstra possibilidades de trabalho com a noção de uma cultura política não formulada nem na longa duração nem com base em algum lastro filosófico, um conceito diferente que se define basicamente pela relação que se mantém com as formas de organização do poder nas sociedades contemporâneas e modernas, lapidado pelo trabalho empírico.

Em suma, pode-se afirmar que no artigo citado, a cultura política dos trabalhadores emerge do emprego deliberado e criativo do quadro de valores hegemônico, promovendo um uso, que em situações limite, pode ser caracterizado como contraditório com a base filosófica desses valores. O resultado dessa apropriação me parece ser algo que extrapola o quadro da cultura política de Bernstein.

Política

Há uma rica tradição voltada ao pensamento da política que pode ser invocada a fim de superar o elitismo da categoria de Bernstein. Um de seus expoentes é Hannah Arendt que há muito já acenava através da noção de *pluralidade* e de sua concepção da *ação*²⁹⁶ para a contraposição entre o fazer político e o fazer técnico. Ou seja, para a autenticidade de toda

²⁹²GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: IN: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Maud, 2005, pág. 31.

²⁹³Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Op. Cit.* pág. 22.

²⁹⁴FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, 1990, pp. 180-195.

²⁹⁵FERREIRA, Jorge Luiz. *Op. Cit.* pág. 182.

²⁹⁶ARENDRT, Hannah. *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

reflexão política sincera, mesmo aquelas desvinculadas do pensamento científico. Pois, como diz um de seus interpretes:

Em política não há uma objetividade absoluta, um saber ou instituição capaz de invalidar ou suprimir a cidadania, a participação e o poder igualitário de todos no destino comum²⁹⁷.

Tal concepção é radicalmente oposta ao elitismo da noção de cultura política. Os usos de Bernstein seriam incapazes de perceber a legitimidade e o esforço criativo presente no fazer destituído de raízes filosóficas, já em Arendt a política é corriqueiramente comparada à criatividade artística, ela é de fato caracterizada como um ato engenhoso, apesar de estipular outros critérios que não aqueles do saber técnico ou do fazer do artesanato.

Retomando o pensamento desta teórica num movimento de mudança do foco analítico, o filósofo Claude Lefort se propôs buscar naquilo em que a primeira vista não se enxerga o político, a marca particular deste. Mesmo atribuindo a Arendt o respaldo de uma argumentação consistente e criativa, este autor ressalva que “todas as suas investigações estão subordinadas à ideia clara e distinta do que é político e do que não é”²⁹⁸. Esta talvez seja sua contribuição mais interessante para a crítica da cultura política. Pois o que Lefort advoga é o deslocamento da investigação e, portanto também da legitimidade do político, para áreas tradicionalmente excluídas de seu campo de aceitação. A ideia é ir além do aparelho de Estado ou da dinâmica dos partidos, adentrando aspectos simbólicos da sociedade.

Parece que, somente apropriando-se radicalmente dos intuitos de Lefort, a concepção de uma cultura política pode ser legítima. Em sua acepção francesa, chegou-se ao absurdo de elaborar um inventário das vinte culturas políticas mais decisivas à dinâmica do século XX. Tal procedimento, estranhamente assemelhado com o estabelecimento de um cânone de grandes obras artísticas é por si mesmo expressão do elitismo que contém. A demarcação escancarada daquilo que embasa uma tradição e que marca predominantemente o nosso presente acaba por dificultar a compreensão das práticas das minorias e dos marginais, que já estão saturadas de preconceitos e de antipatia tanto por parte dos setores legítimos de atuação do poder como dos locais por excelência de produção do conhecimento.

Na base das duas propostas acima reside a crítica da neutralidade científica, advinda, no

²⁹⁷ AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia e Política no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza, EUFC, 2001. p.74.

²⁹⁸ LEFORT, Claude. *Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. São Paulo, Paz e Terra, 1991. p. 15.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

que concerne a Arendt, da necessidade de sinalizar qual *acontecimento* dá o ímpeto de sua reflexão. Ou, em outros termos, de um sentir-se compelido entre um passado e um futuro igualmente infinitos que levam ao *pensamento*²⁹⁹. Quanto a Lefort sua certeza é de que se deve recusar a neutralidade enquanto mito, pois só assim se torna possível “auscultar os sinais do novo” e não perder de vista a capacidade de opinar sobre o que é legítimo e o que não é³⁰⁰.

O que restou do inquérito

Descontado o elitismo do conceito algumas características que lhe orbitam, presentes ainda nos textos seminais, parecem interessantes. É o caso da menção aos “vetores de socialização política”³⁰¹. Expressão que alude às experiências dos anos de formação, salientando o papel de instituições como a escola, o exército, o partido, a família. Penso que é uma ferramenta interessante para se pensar o modo com que valores e elementos discursivos podem ser apropriados de modo a remeter à vivência comum de um grupo. Argumento esse bastante simpático a noções como “geração”, “sociabilidades”³⁰² e “clima cultural”.

Estas noções, se utilizadas sem os preconceitos de uma concepção de (alta) cultura e se balizadas pela busca de entrever o político lá onde ele não se mostra à primeira vista, parecem interessantes ferramentas de realce da criatividade e da vitalidade de práticas políticas plurais.

A noção de cultura política me parece longe de poder ser definida em uma frase curta. Pois o debate referente ao que possa vir a ser cultura³⁰³, ou sobre os limites do âmbito da política³⁰⁴, não dá sinais de cansaço. Entretanto, creio que no que se relaciona a essas ideias uma noção ampla já é o bastante.

Intelectual

O termo intelectual é de trajetória bastante complexa, aqueles que o usam como ferramenta de análise por vezes também o colocam em prática para se auto designar. Fato que

²⁹⁹Entre o passado e o futuro

³⁰⁰LEFORT, Claude. *Op Cit.*

³⁰¹Ver BERNSTEIN, Serge. *Op. Cit.* Pág. 356.

³⁰²Ver por exemplo, os trabalhos de Rebeca Gontijo e Ângela de Castro Gomes: GONTIJO, Rebeca. História, cultura política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Maud, 2005. e, GOMES, Angela de Castro. Essa Gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993. pp. 62 – 77.

³⁰³Sobre isso ver: EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco, revisão; Cezar Mostari. São Paulo: Editora- Unesp, 2005.

³⁰⁴O assunto é tratado em CALVEZ, Jean Ives. *Política: uma introdução*. São Paulo - Ática, 1997.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

acaba promovendo o realce de certas condições a despeito do eclipsamento de outras também importantes. É inegável que características como prestígio e autonomia, condições base para o seu alinhamento político, são extremamente realçadas, sem elas não a como estabelecer a relação de respaldo que tanto marcou, para dar um exemplo ilustrativo, a figura de Jean Paul Sartre, ele mesmo talvez a encarnação da ideia de “intelectual engajado”. Outros nomes relevantes também advogaram a causa da intrusão intelectual nos assuntos da sociedade, Julien Benda, Norberto Bobbio, André Gide. Tal característica do alinhamento é marcante ainda em trabalhos atuais, tanto é que, próximo a virada do século, o crítico literário Edward Said, em uma série de conferências sobre o tema, chegou a afirmar que no “fim das contas, o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa certo ponto de vista, alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras.”³⁰⁵

Mesmo em análises não empenhadas diretamente na defesa de ideais é comum encontrar este tipo de percepção da vivência intelectual. Jean François Sirinelli, usando o termo elites culturais, localiza suas características no fato de dirigirem-se primeiramente a seus pares, a despeito da enorme “influência” de que desfrutam e, do fato de imporem à sociedade sua própria imagem e seus termos de autorreconhecimento³⁰⁶. É comum também localizar a emergência da categoria em torno dos eventos do caso Dreyfus, o que de certo demarca um tipo de sujeito intelectual em detrimento de outros.

Ao status dominante dessas definições parece oportuno sublinhar os riscos e as intempéries da vivência intelectual, nem sempre marcada pela autonomia perante o poder (o que às vezes implica não ter condições mínimas para a garantia do próprio sustento), nem pelo respaldo perante a opinião pública. É nesse sentido que Robert Darnton acena, ao averiguar que à “época do Alto Iluminismo, durante os últimos vinte e cinco anos do *Ancien Régime*”, a elevação do status dos escritores franceses andou de mãos dadas com a formação de um consistente grupo de “subliteratos” que “erguiam, em vão, as mãos para o governo”, enquanto “este concedia suas benesses a escritores seguramente instalados em *le monde*”³⁰⁷. O autor promove um duplo deslocamento, primeiramente temporal, analisando o intelectual (uma presença ainda não

³⁰⁵ SAID, Edward. *Representações do intelectual: As conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 27.

³⁰⁶ SIRINELLI, Jean François, **Os intelectuais**. In: REMOND, René. (org.) *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

³⁰⁷ DARNTON, Robert. **Boêmia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo, Companhia das Letras: 1987. p. 14 e 21.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

nomeada) para um período anterior ao caso Dreyfus e, em segundo lugar, fazendo aflorar as incertezas de suas vivências marginais.

Este movimento balizado pelo ensejo de pensar o papel dos escritores marginais nos processos históricos encontrou fortes adeptos no Brasil. Nicolau Sevcenko (1983), através das narrativas e biografias de Lima Barreto e Euclides da Cunha, conseguiu tratar de projetos derrotados no momento de construção da República. Outro exemplo marcante é o de Helena Bomeny (1994), que trata da maneira como intelectuais de Minas Gerais, relegados a uma posição não hegemônica na política nacional, criaram um “lugar” para este estado na retórica e nos assuntos públicos do país.

Considerações finais

O ponto de partida para a ideia de uma cultura política intelectual (pelo menos como advogamos aqui) é o mais básico possível: a criatividade é uma atividade humana. Ela se faz presente nas mais diversas práticas, não constituindo monopólio de uma estirpe dos grandes iluminados de cada era. Dito isso, o fazer intelectual é apenas mais uma entre tantas modalidades criativas possíveis. O que o particularizaria em relação às outras talvez seja uma espécie de privilégio que estes sujeitos conseguiram estabelecer quanto ao fazer criativo e quanto à tomada de posição política.

O que me parece haver de fecundo na noção de uma cultura política intelectual é - pelo menos na acepção que evoco - o interesse em se reunir duas instâncias que parecem não ter relação entre si. Este processo, na esteira do desafio de Lefort, coloca a necessidade de pensar práticas culturais aparentemente neutras e sua relação com a política. É nas maneiras sutis de alinhamento que a concepção me parece mais forte, assim, detalhes que soam ser de pouca importância como a escolha de um gênero literário, quando inseridos dentro das instâncias visitadas durante os anos de formação podem ter uma sonoridade política bastante relevante e explicar uniões acertadas no nível das sociabilidades.

Além disso, práticas intelectuais como a escrita em revistas literárias, jornais, ou a publicação de romances aparecem, sobre este viés, como demarcadoras do que possa vir a ser a “postura intelectual”, ela mesma uma questão de discussão na medida em que a alargam-na ou restringem-na. E aparecem inseridas dentro de um debate em que se colocam as condições de trabalho do próprio intelectual.

Por fim, é preciso argumentar que estas reflexões se fazem em função de minha própria experiência de pesquisa e correspondem a uma resposta aos problemas que emergiram de lá. Pensar o intelectual como uma transculturação faz bastante sentido para os anos 30, mas a hipótese não foi testada para o começo do século XIX. Além disso, seu teste foi positivo de modo muito restrito para as condições de meu objeto e não para a totalidade dos intelectuais do período. De qualquer modo, a trajetória de um argumento consiste quase sempre em um meio interessante para fecundar discussões.

Bibliografia

AGGIO, Alberto. *Uma nova cultura política*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

AGUIAR, Odílio Alves. *Filosofia e Política no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza, EUFC, 2001.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. IN: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BERNSTEIN, Serge. La France des Aneés trente allergique au fascisme. *Vingtième Siècle Revue d'Histoire*. N. 2, abril, 1984.

BERNSTEIN, Serge. L'Historien et la culture politique. *Vingtième Siècle Revue d'Histoire*. N. 35, julho-setembro, 1992.

CALVEZ, Jean Ives. *Política: uma introdução*. São Paulo - Ática, 1997.

COSTA, Lorena Lopes. “Cultura Política”: apropriações pela historiografia contemporânea. In *Cadernos de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História e Historiografia: Biografia e História Intelectual*, Ouro Preto, EDUFOP, 2011.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA**, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

DARNTON, Robert. **Boêmia Literária e Revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras: 1987.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco, revisão; Cezar Mostari. São Paulo: Editora- Unesp, 2005.

FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, 1990, pp. 180-195.

FILMER, Paul. A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. In: *Revista Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009.

GOMES, Angela de Castro. Essa Gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

LEFORT, Claude. *Pensando o Político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Rodrigo Patto Sá. Desafios e Possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História*: novos estudos. Belo Horizonte, Argu

SAID, Edward. *Representações do intelectual*: As conferências de Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIRINELLI, Jean François, **Os intelectuais**. In: REMOND, René. (org.) Por uma história Política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) *Culturas Políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Maud, 2005.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *La Larga Revolucion*. Nueva Visión, Buenos Aires, 2003.

mentvm, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: América Latina - Política, sociedade e manifestações culturais entre os séculos XIX e XXI

Diego Omar da Silveira

Doutorando em História /UFMG

Francisco de Castro Samarino e Souza

Doutorando em História/UFMG

Helaine Nolasco Queiroz

Doutoranda em História/UFMG

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Isabel Cristina Leite

Doutoranda em História/UFRJ

Em busca da “vinculação internacional pela inteligência e pela cultura”: a *Revista Forense* e as trocas intelectuais entre Brasil e Argentina na passagem dos anos 1930 aos anos 1940

Mariana de Moraes Silveira
Mestranda – UFMG
Agência Financiadora: CNPq
marianamsilveira@gmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise de alguns artigos e notas sobre a Argentina veiculados na passagem da década de 1930 à de 1940 pela *Revista Forense*, então um dos principais periódicos jurídicos editados no Brasil. Pretendemos, a partir do estudo desses textos, discutir alguns pontos de aproximação entre juristas dos dois países, bem como explorar o delicado tema das relações intelectuais entre o Brasil e a Hispano-América. No período aqui estudado, observa-se um importante movimento de permuta de periódicos especializados em direito entre esses países. Além disso, tanto Brasil quanto Argentina viviam movimentos de renovação no pensamento jurídico, que se traduziram em amplos projetos de reformas legislativas – debatidos reciprocamente, pelas páginas dos periódicos jurídicos, nos dois lados da fronteira. Buscaremos avaliar, a partir dessas questões, os sentidos dos diálogos entre os juristas dos dois países, sem deixar de lado seus limites e pontos de tensão.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Revistas, Pensamento jurídico, Intercâmbios intelectuais

A primeira parte do título deste trabalho³⁰⁸ foi inspirada em trecho de um discurso proferido pelo jurista Levi Carneiro durante a Exposição do Livro Argentino, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1940. Deve-se ressaltar que Carneiro era, então, um nome de considerável projeção: fora o primeiro presidente do Conselho Federal da *Ordem dos Advogados do Brasil*, fundada no início da década de 1930, participara de consultorias jurídicas estatais, chegando a ser cotado para assumir a pasta da Justiça, fora constituinte em 1934, escrevera um projeto de código de processo civil, além de se ter tornado, em 1936, “imortal” da *Academia Brasileira de Letras*³⁰⁹.

Tratando especificamente das publicações especializadas da área do direito, sua fala foi iniciada com um forte elogio ao panorama editorial do país vizinho:

A primeira impressão do visitante deste mostruário é, necessariamente, a da amplitude e do alto merecimento da obra intelectual argentina. No entanto, o milheiro de livros aqui reunidos não abrange, sequer, todos os de maior realce em cada setor do pensamento. Basta considerar que mais de mil obras originais, e outras tantas traduções e reedições, se publicaram na Argentina, durante o ano passado. Não admira, portanto, que, particularmente na seção das obras jurídicas, se possa sentir a ausência, ou a representação deficiente de alguns dos mais eminentes autores. Olhando esses livros, recordamos outros, que se não encontram aqui. Afinal, assim, é como se todos estivessem ante nossos olhos (CARNEIRO, 1940, p. 502).³¹⁰

Seguiu-se uma retomada de diversos autores de obras de direito que, na visão de Carneiro, haviam sido esquecidos na montagem da exposição, mas cuja relevância para as letras jurídicas ele tomava como inegável. Deve-se registrar sua preocupação em mencionar autores que haviam visitado o Brasil, chegando a afirmar, sobre Juan Carlos Rébora, então decano da Universidade de La Plata e estudioso do direito civil, que estava “enraizado na [sua] amizade de quase 20 anos” (CARNEIRO, 1940, p. 503). Ele passou, mais à frente, a afirmar a importância de iniciativas como aquela em que falava, asseverando que a exposição incutia em seus visitantes

a confiança na vinculação internacional pela inteligência e pela cultura. A Argentina dá-nos essa afirmação, reconfortante e oportuna. Muito, e muito merecidamente, se tem repetido a frase de Saenz Peña: tudo nos une... Contudo, precisamos não esquecer que nada une tão profundamente como a inteligência. [...] as obras intelectuais, os ideais, os pensamentos comuns, solidarizam indestrutivelmente. Nosso eminente estadista, Sr.

³⁰⁸ Este texto contempla, a partir da análise de um corpo restrito de fontes, algumas reflexões iniciais de um projeto de doutorado em fase de elaboração, que terá como tema o papel da imprensa especializada em direito nos diálogos intelectuais entre juristas brasileiros e argentinos nos anos de 1918 a 1943.

³⁰⁹ Cf. o verbete “Levi Carneiro” em ABREU *et al.*, 2001. A partir deste ponto, todos os dados estritamente biográficos sobre juristas foram retirados da mesma fonte.

³¹⁰ Em todas as transcrições de fontes, optamos por atualizar a ortografia, mas manter a pontuação original. CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Melo Franco, há mais de 20 anos na Argentina, apontava a interpenetração das ideias como fator de solidariedade continental.

Ora, quero crer que, no sentido dessa aproximação, dessa compreensão mútua, dessa solidariedade, os livros de Direito são os que mais valem. Está patente a todos os olhos, nestes conturbados dias da vida humana, quanto a analogia das instituições políticas internas, e das concepções jurídicas, de cada Nação, influi nas suas relações internacionais.

Por isso mesmo, tanto quanto pelos ensinamentos que nos proporciona, havemos de estudar com interesse o Direito argentino (CARNEIRO, 1940, p. 503).

Esse instigante pronunciamento, do qual não selecionamos aqui mais que breves trechos como uma espécie de provocação inicial, foi transcrito em novembro de 1940 pela *Revista Forense*, lançada em 1904 em Belo Horizonte e pensada, a partir de sua transferência para o Rio de Janeiro, em 1936, como um “mensário jurídico nacional”. A arrojada manobra editorial de estabelecimento na então capital da República frutificou, e a *Forense* logo se consolidou como um dos principais periódicos da área no Brasil, dando origem também a uma editora – que, assim como a revista, existe ainda hoje.

O discurso de Levi Carneiro constitui apenas um dos diversos exemplos de artigos e notas sobre a Argentina que apareceram nas páginas dessa publicação na passagem da década de 1930 à de 1940. No mesmo período, também foi publicada uma quantidade significativa de textos de juristas argentinos sobre o Brasil, em regra extraídos de revistas congêneres editadas no país vizinho. Antes de avançarmos para leituras em torno de alguns desses trabalhos, fazem-se necessários alguns apontamentos gerais sobre as relações culturais entre o Brasil e a Hispano-América e, em particular, sobre o lugar dos juristas nessas trocas.

Como diversos autores já discutiram³¹¹, tais contatos foram, com frequência, tensos e ambíguos. A inserção do Brasil em conceitos representativos de identidades regionais ou continentais, sobretudo no de “América Latina”, foi sempre complexa, além de marcada por oscilações ao sabor dos contextos históricos. Ao longo do século XIX, o Brasil monarquista, escravista e centralizado foi visto, com frequência, com forte desconfiança pelas repúblicas vizinhas, sendo tomado como uma “anomalia” ou mesmo como uma “ameaça”, dado o caráter expansionista identificado, sobretudo, em suas políticas na região platina. Em contrapartida, difundiram-se entre os brasileiros diversas representações nada simpáticas das antigas colônias espanholas, que eram vistas como locais da “desordem”, do “caos social”, do “caudilhismo”, da fragmentação e da violência políticas.

³¹¹ Ver, entre outros: BETHELL, 2009, p. 289-321; CAPELATO, 2000, p. 285-316; CARVALHO, 1998, p. 269-274; PRADO, 2001, p. 127-149.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A proclamação da República no Brasil e os consequentes desafios colocados pelo novo regime político, bem como por certa perplexidade face ao processo de modernização comum a esses países, levaram a uma busca por aproximação e a um olhar mais atento para a Hispano-América. Como demonstrou o estudo de Kátia Baggio dedicado aos trabalhos de intelectuais brasileiros que trataram da região entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, esses países seguiram, contudo, sendo representados, em regra, como uma “outra” América, distinta do Brasil e vista preponderantemente em sinal negativo (BAGGIO, 1998, p. 209-211).

Essa história conturbada, pontilhada por uma série de distanciamentos, não deve, entretanto, obscurecer toda uma outra trajetória de aproximações e, em especial, de trocas intelectuais, de uma busca pela “vinculação internacional pela inteligência e pela cultura”, para retomarmos mais uma vez a expressão de Levi Carneiro. A própria ocasião em que esse jurista se pronunciou é um forte indício nesse sentido, ainda mais se aliada ao dado de que evento semelhante foi dedicado aos livros uruguaios também em 1940 e que, no ano anterior, uma exposição de edições brasileiras de igual teor ocorreu em Montevideú. Todos esses eventos expressam, conforme analisado em trabalho recente de Eliana Dutra, um movimento de mão dupla entre esses países, sugerindo uma busca de aproximação, mas também de afirmação de posições continentais, processos em que se atribuiu à cultura papel estratégico, tendo como pano de fundo os fortes debates sobre a nação desenvolvidos em todos esses territórios, bem como os confrontos entre pan-americanismo e latino-americanismo (DUTRA, 2012, p. 8). Não se pode perder de vista que os anos 1930 e 1940 foram um momento em que a América Hispânica assumiu papel de maior protagonismo na política externa brasileira, tendo Vargas visitado alguns desses países e recebido seus líderes políticos, em um movimento não dissociado de uma busca pela liderança do Brasil na região (CAPELATO, 2000, p. 298-304). Esse processo se ligou, como o atestam as exposições brevemente mencionadas acima, a projetos estatais, mas partilhados por inúmeros intelectuais, de difusão da cultura nacional.

A “fórmula Mérou”, feliz expressão empregada por Gustavo Sorá – em referência ao autor argentino que publicou, em 1900, *El Brasil Intelectual*, uma alentada obra dedicada aos pensadores do país vizinho – para designar uma espécie de lugar-comum que postula um desconhecimento da Argentina em relação ao Brasil (SORÁ, 2003, p. 21 e 78-86), merece, por tudo o que já foi exposto, uma revisão crítica, em ambos os lados da fronteira. Isso vem sendo feito em uma série de estudos, entre os quais nos limitaremos a destacar os diversos trabalhos da

professora Kátia Baggio sobre os intercâmbios intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos entre fins do século XIX e inícios do XX, notadamente a partir de relatos de viagem³¹².

É claro que essas aproximações enfrentaram obstáculos e ambiguidades: o principal talvez seja a permanência de modelos de “civilização” e “cultura” preponderantemente europeus ou, em alguns casos, norte-americanos. Ainda na análise de Sorá, que demonstrou como, a despeito da suposta ignorância recíproca, as traduções de autores brasileiros na Argentina levou à acumulação de um significativo fundo de publicações, esses dois países tendem a negar suas relações culturais e a privilegiar o reconhecimento nos locais tidos como “centrais”, em especial na Europa (SORÁ, 2003, p. 23-24). A tomada de tais países como pontos de referência não deixou de influenciar esses contatos, mas, conforme enfatizou Baggio, o olhar de latino-americanos sobre outros latino-americanos foi, frequentemente, marcado por uma mescla de estranhamento e identidade, por uma busca por interiorizar um olhar exterior (BAGGIO, 2013, p. 248).

O desconhecimento está, assim, longe de corresponder à realidade, o que, retornando à *Revista Forense*, pode ser exemplificado de maneira muito significativa pelo texto “Os criminalistas argentinos”, de Roberto Lira, publicado em outubro de 1940. Lira também era um nome consagrado da área, compondo a comissão revisora do Código Penal que seria promulgado em dezembro do mesmo ano, além de lecionar na *Faculdade Nacional de Direito* e integrar o *Conselho Penitenciário*. Em janeiro de 1941, ele representaria o Brasil no II Congresso Latino-Americano de Criminologia, realizado em Santiago do Chile – evento que, por si só, pode ser tomado como representativo das aproximações entre os países da região e está longe de constituir caso isolado. Para ficarmos com apenas mais um exemplo, mencionemos a II Conferência Interamericana de Advogados, que teve, em agosto de 1943, o Rio de Janeiro como sede e Levi Carneiro na presidência de sua comissão organizadora.

No texto, Lira traça um impressionante quadro dos representantes, na Argentina, da área jurídica a que se dedicava, listando uma série de pensadores, projetos de leis e iniciativas institucionais, desde meados do século XIX. A preocupação em enfatizar os laços com o Brasil subjaz a toda a sua narrativa. Ela pode ser vista desde a primeira frase do trabalho, em que Lira destaca a influência que Teixeira de Freitas, autor de uma frustrada tentativa de codificação civil no Brasil imperial, teria exercido sobre Velez Sarsfield, responsável pelo projeto que viria a se transformar no código civil argentino – afirmação de tintas nacionalistas repetida, diga-se de

³¹² Ver, em especial, BAGGIO, 2013, p. 239-251, onde a autora retoma e sistematiza reflexões que vem fazendo em diversos artigos sobre o tema.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

passagem, por inúmeros juristas que trataram das relações entre os dois países. Logo em seguida, porém, ocupa-se da contrapartida desse movimento, afirmando que “provêm de Buenos Aires muitas das lições que inspiraram o nosso Direito Público” (LIRA, 1940, p. 227).

Na discussão sobre o tema propriamente dito do artigo, ele exalta a iniciativa do intelectual positivista José Ingenieros à frente do *Instituto de Criminologia* e da publicação *Archivos de Criminología, Medicina Legal y Psiquiatria*, “em cujas colunas transpuseram as fronteiras nacionais vários cientistas brasileiros” (LIRA, 1940, p. 227). Esse mesmo autor é objeto de um exaltado elogio mais à frente:

Neste passo, devo uma pausa reverente diante de Ingenieros, que já pertence ao elenco das sumidades universais, pela originalidade de suas contribuições, pelo alcance humanista de suas ideias.

Devo a Ingenieros, a quem conheci pessoalmente, quando era repórter junto à Polícia Marítima, estímulos decisivos. Viajando sempre modestamente, isolado, longe da publicidade, o mestre da “Criminologia”, cuja tradução brasileira teve várias edições, numa de suas passagens pela Guanabara aceitou o convite para participar do café do acadêmico de direito feito repórter... Esta, a única homenagem então recebida.

Ingenieros é o escritor argentino mais conhecido, mais lido e mais citado no Brasil, que dá muito boa conta de si com essa preferência (LIRA, 1940, p. 227).

O mais interessante nessa passagem é notar como, sobretudo em seu trecho final, o contato com o autor estrangeiro é tomado como motivo de exaltação da nacionalidade, explicitando, ao olhar para o outro, um desejo de autoconhecimento, então muito forte no Brasil.

O texto de Lira pode ser tomado, também, como um chamado para pensar a importância dos diálogos com outros países no âmbito do direito, problema igualmente sugerido pela conferência de Levi Carneiro. Embora sejam homens para os quais o historiador preocupado com os intercâmbios intelectuais raramente volta seu olhar, os juristas estiveram, em diversos momentos, profundamente envolvidos em diálogos transnacionais, seja em função de aspectos jurídicos das relações diplomáticas, seja em decorrência da valorização das experiências vividas em outros países própria a essa área do conhecimento. O segundo destes aspectos tende a se acentuar em conjunturas de mudança institucional, quando, chamados a repensar o direito e a cooperar com a elaboração de novas leis, esses bacharéis representam a si mesmos como verdadeiros demiurgos de um tempo ainda por vir e de uma estabilização futura dos conflitos sociais.

Nesse processo, sobretudo quando a norma em questão é um código, espécie de diploma legal sistemático que emerge no início do século XIX, sob a influência de ideais ilustrados e com a dupla pretensão de completude e de perenidade, é frequente a busca por discutir e se apropriar da produção jurídica de localidades diversas. Nesse sentido, é emblemática a consolidação, a **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

partir da segunda metade oitocentos, de uma verdadeira área de estudos conhecida como “direito comparado”. Tudo isso se reforça pela temporalidade longa própria ao direito, fazendo com que a circulação de ideias e conceitos em muito ultrapasse o lugar e o momento histórico de sua enunciação inicial³¹³. Não se pode perder de vista, por outro lado, que, em toda a América Latina, os bacharéis em direito ocuparam, ao menos até meados do século XX, papel de protagonismo na cena pública e foram, sem dúvida, alguns dos membros centrais da “cidade letrada” de que fala Angel Rama, atuando desde muito cedo na instauração de uma estrutura administrativa, mas também de uma ordenação simbólica da realidade (RAMA, 1985, 156p).

Especificamente quanto ao universo das revistas jurídicas brasileiras, deve-se ressaltar que, na virada do século XIX para o XX, elas dedicavam um espaço quase nulo à produção dos países vizinhos, parecendo confirmar a “fórmula Mérou”. Seu olhar para fora foi marcado pela forte ênfase nos países europeus, notadamente a França, em um provável esforço para integrar, a partir do direito, o Brasil ao grupo das nações então tidas como “civilizadas”³¹⁴. Isso mudaria de forma decisiva nas décadas seguintes, a ponto de, em levantamentos feitos em resenhas bibliográficas de diversos periódicos jurídicos brasileiros editados entre 1936 e 1943³¹⁵, termos conseguido localizar 138 publicações estrangeiras citadas, das quais apenas 27 eram editadas na Europa ou nos Estados Unidos. Todas as demais provinham da América Hispânica e, somente nas notas veiculadas pela *Forense*, encontram-se revistas congêneres publicadas nas mais diversas localidades, de Buenos Aires a Cidade do México, de Montevideu a Lima, de Caracas a Tegucigalpa. Esses dados se tornam mais significativos quando se atenta para o fato de que, em regra, eram listadas nesses espaços apenas publicações com as quais se mantinha permuta, apontando para o caráter sólido dessas trocas. Também livros e folhetos apareciam nessas resenhas. As menções mais frequentes eram, sem dúvida, a edições argentinas, o que encontra prováveis explicações na vitalidade do mercado editorial desse país³¹⁶ e no contato historicamente mais forte com o Brasil.

Além de atestar a aproximação que temos tentado destacar, bem como o papel crucial da circulação transnacional dos impressos nos contatos culturais entre diferentes países, esse forte

³¹³ Sobre a relação da história do direito com o tempo longo, ver KOSELLECK, 1997, em especial p. 173-180.

³¹⁴ Realizamos uma breve análise desse período em outro trabalho. Ver: SILVEIRA, 2012, 4p.

³¹⁵ Trata-se do recorte temporal adotado em nossa pesquisa de mestrado, que teve como tema as revistas jurídicas brasileiras e as amplas reformas das leis propostas pelo governo Vargas. Foi a partir do contato com essas fontes e, em especial, com suas resenhas bibliográficas, que surgiu a pesquisa de que apresentamos, aqui, algumas das primeiras reflexões.

³¹⁶ Sobre esse aspecto, ver SOARES, 2007, em especial p. 45-50.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

intercâmbio talvez se ligue à busca por soluções próprias para o “problema nacional”. A ideia de que era necessário “salvar a nação” se tornou, ao longo dos anos 1920, um tema onipresente nos inúmeros diagnósticos sobre as relações entre nacionalismo, crise e modernidade que então ganhavam força em diversos países da América do Sul (FUNES, 2006, p. 22). Aventamos a hipótese de que um dos motivos para a busca por dialogar com juristas de países vizinhos teria sido, justamente, a insatisfação com as ideias vindas da Europa, cada vez mais tidas como “inadequadas” à “realidade nacional”, em um raciocínio que atribuía grande importância ao determinismo mesológico. Os olhares cruzados entre Brasil e Argentina teriam sido pensados, assim, como um meio para o desenvolvimento “alternativas autóctones”, a partir da percepção de que esses países partilhariam uma experiência histórica mais próxima, por vezes pensada para a América em sua totalidade, em outros momentos vista de maneira mais restrita.

Um forte indício nesse sentido pode ser encontrado em discurso de Isidoro Ruiz Moreno, presidente de uma delegação do *Instituto de Direito Internacional de Buenos Aires* que visitou o Rio de Janeiro em setembro de 1937 – apenas um entre os diversos exemplos de “juristas-viajantes” que cruzaram a fronteira nos dois sentidos noticiados pela *Revista Forense*. Falando em uma sessão solene no Itamaraty (cuja realização, por si só, atesta o prestígio que foi conferido à delegação de juristas), ele começou por traçar uma exaltação um tanto ufanista da proximidade entre Brasil e Argentina:

Nasceram nossos povos à vida independente, pelo mesmo sentimento de autodeterminação; decorreu-se mais de um século de relações pacíficas; realizamos esforços comuns nos campos de batalha para derrubar duas ominosas tiranias; tudo isso e muito mais nos autoriza a proclamar a irmandade indestrutível de Brasil e de Argentina. Até a Mãe Natureza quis que assim fosse: em terra brasileira nascem os mais caudalosos rios que percorrem ou limitam a terra argentina. São como grandes sistemas arteriais que enlaçam vosso solo e o nosso em um abraço constante e perpétuo, tão perene e duradouro³¹⁷ como os fundos afetos de ambos os povos; tão íntimos e estreitos como que, por se um fato natural, não se poderia remediar; tão forte e potente como os grandes fenômenos que impõem e submetem (RUIZ MORENO, 1937, p. 463).

Mais à frente, expressa sua preocupação com as características que seriam específicas do continente e obstariam a transposição de certos institutos europeus:

Sem admitir um Direito Internacional Americano, reconhecemos que existem princípios que nasceram neste Continente ou que tiveram nele um desenvolvimento maior que em outros.

[...] Bastará enumerar, simplesmente, algumas das matérias pertinentes para que se observe quão útil e interessante pode ser a contribuição a que me refiro. Ela é tão mais necessária quanto que os mestres europeus, a quem devemos tanto, formularam

³¹⁷ No original, “sostenido”.

doutrinas em consonância com seu ambiente físico e histórico, sem ter em conta que as 21 repúblicas soberanas da América nasceram e se desenvolveram em um meio geográfico de todo ponto de vista diferente do europeu.

O meio físico, causa específica do determinismo de muitos povos, que explica porque se orientaram em certos sentidos as atividades nacionais, explica igualmente a razão de ser de alguns princípios ou aspirações claramente americanas (RUIZ MORENO, 1937, p. 464).

Embora não tenhamos, aqui, condições de desenvolver de maneira aprofundada o tema, é crucial ressaltar que tanto Brasil quanto Argentina viveram, na passagem da década de 1930 à de 1940, movimentos de renovação no pensamento jurídico, profundamente ligados aos debates mais amplos sobre a nacionalidade que delinearíamos brevemente. Esses movimentos se traduziram em amplos projetos de reformas legislativas – debatidos reciprocamente, pelas páginas dos periódicos jurídicos, nos dois lados da fronteira. É, justamente, desses projetos de reformas e os eventuais novos códigos elaborados que trata a maioria dos artigos sobre e provenientes da Argentina que pudemos encontrar nas páginas da *Revista Forense* no período. Os resultados muito diversos alcançados por tal movimento, majoritariamente bem sucedido no Brasil, permanecendo quase que apenas em esboço na Argentina, constituem um instigante problema, que talvez possa ser esclarecido a partir de um entrecruzamento da história comparada com a história transnacional, tendo em vista o acompanhamento atento e a constante troca entre juristas dos dois países, fato de que não fizemos aqui mais que um esboço muito vago.

Sem qualquer pretensão de, neste estágio ainda muito inicial da pesquisa, apontar respostas para tão complexo problema, limitar-nos-emos a, à guisa de conclusão, voltar à conferência de Levi Carneiro tomada como provocação inicial para este texto, retomando um trecho em que ele tematiza essas reformas das leis. Após um breve relato das atividades de uma comissão de juristas que, desde 1926, estudava a substituição do código civil argentino, disse ele:

A obra jurídica, inclusive a legislativa, que a Argentina vai realizando, não é uma improvisação; não traduz sofreguidão, nem impaciência. Revela a formação de uma cultura, através do estudo sereno nas Universidades aparelhadas magnificamente, nos seus Institutos de altos estudos, nos seus seminários. É uma construção lenta, que se vai fazendo não para deslumbrar, mas para durar, para assegurar o desenvolvimento da riqueza e da pujança da nacionalidade (CARNEIRO, 1940, p. 505).

Face ao ritmo avassalador que tomavam movimentos semelhantes no Brasil, com a reelaboração de quase todo o sistema normativo – à exceção, significativamente, do código civil,

para o qual se escrevia, contudo, um projeto justamente no momento em que Carneiro falava³¹⁸ – é tentador pensar que, por trás desse elogio à moderação argentina, talvez se escondessem reservas ao que se passava em terras brasileiras, provavelmente ligadas a motivos de caráter pessoal: o projeto de código de processo civil elaborado por Levi Carneiro no início da década de 1930 fora há pouco substituído, rapidamente e com pouca discussão pública, por outro, encomendado pelo então ministro da Justiça Francisco Campos a Pedro Batista Martins. Se aceita essa leitura, pode-se perceber que, mais uma vez, o olhar para “fora” funcionou como uma maneira de falar sobre o que se passava “dentro”. Isso expõe, simultaneamente, potencialidades e ambiguidades das trocas intelectuais entre Brasil e Argentina – sugerindo uma complexidade que somente deve reforçar a curiosidade do historiador, motivando um necessário empenho em superar a “fórmula Mérou”.

Fontes:

CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, v. LXXXIV, n. 449, p. 502-505, nov. 1940.

LIRA, Roberto. Os criminalistas argentinos. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, v. LXXXIV, n. 448, p. 227-228, out. 1940.

Revista Forense. Rio de Janeiro, anos XXXIII a XL, v. LXVI a XCVI, n. 391 a 486, jan. 1936 a dez. 1943.

RUIZ MORENO, Isidoro. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, ano XXXIV, v. LXXII, n. 413, p. 463-467, nov. 1937.

Referências

ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 2001. Captado em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 05 jul. 2013.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1998.

³¹⁸ Uma comissão com esse objetivo foi nomeada em julho de 1939. O primeiro resultado concreto de seus trabalhos, um anteprojeto de Código das Obrigações, pensado como uma reforma parcial dos Códigos Civil e Comercial, veio a público no início de fevereiro de 1941, mas não chegou a ser transformado em lei.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BAGGIO, Kátia Gerab. As viagens, seus relatos e os intercâmbios intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (org.). *História da América: historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP, 2012, p. 239-251. Captado em: <http://www.nehm.ufop.br/images/professors/8/publications/199/199.pdf>. Acesso em 22 ago. 2013.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22. n. 44, p. 289-321, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): A grande transação*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000, p. 285-316.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: outra América?. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 269-274.

DUTRA, Eliana de Freitas. Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: COLOQUIO ARGENTINO DE ESTUDIOS SOBRE EL LIBRO Y LA EDICIÓN, 2012, La Plata. *Actas...* La Plata: Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de La Plata, 2012. Captado em: <http://colquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas>. Acesso em 22 ago. 2013.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. São Paulo. Departamento de História - Universidade de São Paulo. Humanitas. n. 145, 2001, pp. 127-149.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Diálogos transnacionais nas revistas jurídicas brasileiras (1904-1914). In: ESCOLA SÃO PAULO DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA CULTURA NO SÉCULO XIX, 2012, Campinas / São Paulo. *Textos do curso*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp; São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2012. Captado em: http://www.espea.iel.unicamp.br/textos/IDtextos_54_pt.pdf. Acesso em 22 ago. 2013.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires, Libros del Zorzal, 2003.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Jornal do Brasil: A construção de representações sobre a deposição de Arturo Frondizi na Argentina (1962)

Josiane de Paula Nunes
Mestranda - UFSJ
Agência Financiadora: Capes-Reuni
josinunesbj@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo contempla uma análise sobre as representações veiculadas pelo Jornal do Brasil sobre a deposição do presidente, constitucionalmente eleito na Argentina, Arturo Frondizi, em 1962. Partindo das matérias publicadas pelo periódico no momento da deposição do presidente pelas Forças Armadas, evidenciam-se as representações das noções de legalidade e democracia que, nesse momento, para o periódico, não condizem com o panorama político do país vizinho, sendo fortalecidas no modelo político brasileiro, apontado pelo jornal como um exemplo político e modelo de liderança continental.

PALAVRAS-CHAVE: Representações, Jornal do Brasil, Argentina.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Nas últimas décadas os periódicos, antes considerados como fonte suspeita e de pouca importância, foram reconhecidos como valioso material de pesquisa para o estudo de determinadas épocas³¹⁹. Mas, mesmo assim, os estudos sobre as imagens construídas pelos jornais e as representações que tais pudessem implicar, ainda são pouco desenvolvidos na historiografia recente. Com isso, consideramos plausível analisar os potenciais que as fontes periódicas oferecem para a compreensão de determinados posicionamentos e representações em circulação em alguns importantes jornais da grande imprensa brasileira na década de 1960.

Partindo do histórico de formação e consolidação de um discurso jornalístico na grande imprensa brasileira, a análise da deposição de Arturo Frondizi³²⁰ na Argentina, presente neste artigo, contribuirá para a compreensão das representações veiculadas pela grande imprensa em 1962, principalmente em sentido comparativo com o modelo político brasileiro.

No Jornal do Brasil (JB) a *modernização* do periódico³²¹, com a adoção de princípios jornalísticos baseados no modelo do *noticiário informativo norteamericano*, não eximiu que os noticiários do periódico contivessem as *vibrações* dos movimentos estudantis³²² e das discussões sobre o sentido dado a *legalidade* e a *democracia* muito presentes no momento, como no caso do golpe de 1962 contra o presidente, constitucionalmente eleito na Argentina, Arturo Frondizi.

Embora, os discursos se mantivessem *ponderados* algumas matérias, box, seções e colunas não deixaram de publicizar as discussões políticas e suas representações sobre a situação em evidência. Em alguns noticiários, o JB passava a questionar e a receber com reservas algumas medidas e ações dos cívico-governos militares no Brasil e em outros países latinoamericanos. Os noticiários sobre os eventos em outros países começavam a ganhar maior destaque e dentro da

³¹⁹ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil: Imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1988.p. 15.

³²⁰ Arturo Frondizi Ercoli, advogado e político argentino, integrante do partido da União Cívica Radical Intransigente foi eleito em 1 de maio de 1958 e permaneceu no poder até 29 de março de 1962, quando deposto por um golpe militar.

³²¹ O discurso da modernização da imprensa brasileira na década de 1950 e 1960, no geral, abordava três elementos construtores do *fazer jornalístico*: objetividade; imparcialidade e o caráter informativo do noticiário. Entretanto, Se as novas técnicas, baseadas no modelo norteamericano de objetividade e imparcialidade, trouxeram, por um lado, um movimento de padronização do texto e, para tanto, uma objetivação da notícia e uma busca pela impessoalidade, por outro, havia inúmeros espaços para a subjetividade, para a opinião, enfim para a construção de representações sobre o político. Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.p. 40.

³²² Entrevista de Alberto Dines, em 1997. ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, Dora. (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora, FGV. 2003. p.89.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

paginação que orientava o leitor a cada noticiário no JB, como na página 6, organizada em seções e colunas, extremamente opinativas, foram localizados o maior número de matérias sobre a Argentina, nas quais através das representações sobre a noção de *legalidade*, as ações e atos militares ganhavam mais notoriedade, imprimindo posições e juízo de valor.³²³

Dessa forma, apesar da característica menos polemizada do Jornal do Brasil, não foram deixadas de lado a publicização de questões de interesse público, inclusive a ações militares. Nem mesmo o caráter mais moderado do periódico e as reformas do periódico distanciaram o JB de assuntos da *política*, ou impediram que o jornal deixasse de imprimir posicionamentos sobre determinadas situações. O JB não se desvinculou do campo da política e não resumiu suas matérias a um teor estritamente informativo, mesmo que essa vinculação possuísse limites diferenciados de jornal para jornal.³²⁴

O conteúdo analisado centrou-se principalmente no primeiro caderno de notícias, o qual denominaremos “atualidades”. Nos anos de 1960, com a reformulação estrutural da imprensa, a divisão de cadernos se tornou uma prática muito comum, principalmente nos jornais incipientes desse processo, como o Jornal do Brasil. Com isso, era frequente a estruturação dos periódicos em cadernos de esportes, de “atualidades” e, até mesmo, a criação de cadernos de cultura³²⁵.

As questões polêmicas no JB, em geral, eram deixadas de lado. O caráter moderado do jornal se tornava predominante, principalmente a partir de 1964, com a ascensão dos militares ao poder, mas algumas matérias, sobretudo as da página 6, no auge do espaço das discussões políticas, passavam a questionar e a receber com reservas algumas medidas e ações militares no Brasil e em outros países latinoamericanos.

Além disso, algumas partes do primeiro caderno eram direcionadas às seções especializadas; na página 6, por exemplo, as temáticas abordavam “comentários econômicos” e

³²³ Tais elementos foram desenvolvidos em outros capítulos da dissertação, que não serão contemplados nesta comunicação.

³²⁴ Caso do Jornal Última Hora, no qual as matérias sobre a Argentina eram muito polêmicas, com comparações diretas entre os governos brasileiro e argentino.

³²⁵ De acordo com Patrícia Ferreira de Souza Lima, o “caderno de cultura” ou Caderno B do Jornal do Brasil ia muito além de um caderno voltado para serviços de cultura de uma cidade. Para a autora, elementos da política se encontravam subsumidos em crônicas, anúncios etc. E com isso, não era possível resumir o Caderno B como exclusivamente um caderno informativo de cultura. LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. (tese de doutorado).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

“coisas da política”. No geral, a partir dos anos de 1960, as seções especializadas, assim como o colonismo, ganham espaço na imprensa brasileira, alguns jornalistas, como Carlos Castelo Branco, João Saldanha, Armando Nogueira e Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Athayde)³²⁶ e, também, Ferreira Gullar, são nomes importantes nesse contexto, particularmente porque compunham a linha editorial do JB.

Entretanto, matérias internacionais do primeiro caderno não eram assinadas. É sob esse anonimato que serão construídas representações sobre o momento político do país vizinho. As instabilidades em torno da deposição de Arturo Frondizi pelos militares de um presidente eleito constitucionalmente e a busca por um “modelo” de liderança na América Latina³²⁷, ganhavam extensa repercussão no JB.

Após as eleições de 18 de março de 1962, os militares argentinos iniciaram uma intensa pressão sobre o presidente Arturo Frondizi. Para os militares, o país estava passando por uma grave crise política, iniciada com eleição de alguns candidatos peronistas. A crise apontada pelas Forças Armadas estava relacionada com a possível posse dos peronistas eleitos em grande parte das províncias argentinas. Isso causava inquietação nos militares, fosse pela possibilidade de um retorno de Perón ou mesmo uma política peronista continuísta, já que em 1958, a eleição do presidente Arturo Frondizi foi realizada a partir de um pacto com os peronistas, o que foi interpretado pelas Forças Armadas como uma possibilidade de continuísmo do governo de Perón.³²⁸ E, agora, em 1962, a possibilidade de o presidente apoiar a posse desses candidatos, para as Forças Armadas, se apresentava como a concretização de tal “ameaça”.

É marcante que as matérias não estavam desvinculadas de um juízo de valor, em especial no teor político e diplomático que assumiam em contextos de interesse nacional, como

³²⁶ Idem. Pág. 158.

³²⁷ A busca por uma liderança na América Latina, seja com um modelo político ou a partir de um sucesso econômico, será o assunto discutido mais profundamente no caso dos projetos desenvolvidos por Brasil e Argentina, no momento das discussões sobre o Bloqueio a Cuba, em 1962.

³²⁸ Arturo Ercoli Frondizi foi presidente da Argentina, de 1 de maio de 1958 até 29 de março de 1962, ligado à União Cívica Radical Intransigente (UCRI). Fez-se eleito após um pacto com os peronistas. DELASSOPA. Emílio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Pág. 231. De acordo com Emilio Dellasoppa, desde 1955, o golpe militar sobre o governo de Juan Domingo Perón, com a chamada Revolução Libertadora, o peronismo passou por uma desperonização compulsiva. Os sindicatos foram proibidos de toda e qualquer atividade política, além disso, foi baixado um decreto que proibia ocupar cargos sindicais toda pessoa que “tivesse tido alguma vez militância peronista”. Uma das formas encontradas por Perón para se realizar um continuísmo foi através do apoio a Arturo Frondizi, nas eleições de 1958. DELASSOPA. Emílio. Op. Cit. Págs. 218, 219 e 231.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

as questões sobre a preponderância econômica e política do Brasil frente à Argentina no momento da *crise* política do presidente Frondizi.

Como aponta Heloisa Jochims Reichel:

Apesar de relações pendulares e ambivalentes, elas (relações de cooperação e de rivalidades entre Brasil e Argentina) sempre estiveram fortemente presentes no imaginário coletivo de ambas as sociedades, fazendo com que cada um dos países atribuísse ao outro, tanto no cenário latino-americano quanto no regional, uma importância marcante.³²⁹

No JB, as matérias sobre a Argentina ganham substancial valor. O desenrolar de questões políticas no país vizinho é sempre tratado em várias edições da semana, constantemente direcionadas em dois vieses: primeiro, um destaque mais imparcial do acontecimento; segundo, um destaque opinativo, sempre presente na página 6, com títulos e vocabulários sugestivos do posicionamento sobre o acontecido.

Em 1962, com a pressão dos militares para a renúncia de Arturo Frondizi, o primeiro caderno do JB trazia uma matéria intitulada “A hora final”, sem identificação da autoria. Na matéria, é destacada a movimentação dos militares argentinos em prol da renúncia de Frondizi como a solução da *crise argentina* que, de acordo com a notícia, é apontada pelos militares como consequência da eleição e possível posse de candidatos peronistas, eleitos em março de 1962, às províncias do interior.

Na matéria, a princípio de teor informativo, a “solução constitucional” da crise argentina seria finalizada no que as Forças Armadas pregavam como a “renúncia voluntária” do presidente. A utilização das aspas nos termos “solução constitucional” e “renúncia voluntária” são ressaltadas pelo periódico como expressões usadas pelos militares argentinos e não como uma representação do periódico sobre a situação política no país vizinho; ao contrário, já que no decorrer da matéria é deixado claro que tanto a “solução constitucional” como a “renúncia voluntária”, pregados pelos militares argentinos, são compreendidos de outra forma pelo jornal.

Para o periódico, a resistência de Frondizi à “renúncia voluntária” assume um caráter de proteção à nação argentina. A noção de “renúncia voluntária”, proposta pelas Forças

³²⁹ REICHEL, Heloisa Jochims. *Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955)*. Revista Eletrônica da Anphlac - número 7. Pág. 57-58.

Armadas, aparece no JB mais como uma pressão política contra o presidente do que como um ato voluntário. Na matéria, a posição do presidente em não renunciar é uma forma de *desmascarar* a “*trama reacionária*”³³⁰ exposta na Argentina, nas eleições de março de 1962. E mais, contrariar tal presunção básica da democracia, a manutenção de um presidente constitucional e das decisões pelo voto direto é ir de encontro ao que a mesma significa, “a vontade do povo argentino”, posição da qual o jornal não comunga.

Com isso, para o periódico, a noção de democracia se contrapõe às tentativas de um golpe sobre um governo constitucional, escolhido pelo “povo argentino”. A “aparência legal” que os militares tentavam dar à renúncia de Frondizi, nesse momento, não passava de uma afronta à legalidade constitucional, que claramente se opõe aos conceitos do periódico. Em “Militares Irredutíveis”, matéria publicada em 28 de março de 1962, o JB destacava:

(...) os dois únicos sucessores constitucionais de Frondizi – o presidente do Senado José Maria Guido e o Presidente da Câmara Fernandes Monjardim – declararam apoio ao presidente. Caso o golpe seja dado não assumiriam a presidência, dificultando a tarefa dos militares, preocupados em dar uma aparência legal à deposição de Frondizi.³³¹

De acordo com Emilio Dellasoppa, as eleições de 1962 na Argentina foram marcadas por um rompimento de Frondizi com os militares e pela realização de um pacto entre aquele e os peronistas. Em maio de 1962, quando Frondizi assumiu a presidência, tomou algumas medidas para o cumprimento do pacto com os peronistas, entre elas: aboliu o decreto que tornava os mesmos *inomináveis* e pôs fim à intervenção à CGT.³³² As medidas não foram suficientes para satisfazer os peronistas e acabaram indispondo ainda mais, e de forma irreversível, o presidente com as Forças Armadas.

Já em maio podiam apurar os resultados da política frondizista: o recurso ao terrorismo já não era privativo dos setores duros do peronismo inconformados com o apoio de Perón a Frondizi; os *gorilas*, que se sentiam logrados pelo *maquiavelismo* de Frondizi, inauguraram uma nova série de atentados a bomba (...).³³³

³³⁰ *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1962. Quando o JB faz referência à “trama reacionária”, deixa bem claro que “A América Latina não é ameaçada somente pelo comunismo, fidelismo ou forças de extrema esquerda, mas também a trama reacionária exposta na Argentina nas eleições de 1962 com anticomunistas profissionais, políticos condenados ao ostracismo, latifundiários e militares desorientados”.

³³¹ *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1962.

³³² Central Geral dos Trabalhadores que tinha seus principais líderes ligados ao peronismo.

³³³ DELASSOPA. Emilio. Op. Cit. Pág. 233-234.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A busca de uma saída política para a crise argentina também é destacada pelo JB. Em uma entrevista do assessor político de Frondizi, Rogelio Frigerio para Hermano Alves, são destacados pelo assessor, tanto uma manutenção do peronismo no jogo democrático, como também uma defesa das Forças Armadas e do General Aramburu – líder do movimento contra a posse dos peronistas eleitos em 18 de março – pois, de acordo com Frigerio, parte que são do “povo argentino”, não estavam “auspiciando um rompimento da legalidade constitucional”.³³⁴

No JB, principalmente na primeira página, chama a atenção que, no desenrolar do depoimento do Rogelio Frigerio, o mesmo defende uma solução equilibrada, entre peronistas e militares, e que o jornal moderasse seu discurso quanto à crise político-militar no país vizinho. Embora tenha tentado transparecer certa imparcialidade ao depoimento do assessor, dava ênfase a questões pontuais. Na matéria central (1ª página), aponta: “FRIGERIO: REPRESSÃO AO PERONISMO É UM ERRO FATAL PARA A ARGENTINA” (sic). Na mesma página, a primeira matéria ressalta: “Novo governo argentino toma posse sob ameaça”.

Tais questões pontuais se desenvolvem nessa última matéria. Nela, se deixa transparecer a parcialidade do JB quanto à fala de Frigerio. Neste artigo, são destacados termos como: “Frondizi ouvia o juramento de figuras *apolíticas* de projeção nacional”,³³⁵ fazendo referência ao Gabinete de União Nacional, formado por exigência dos militares, com uma composição plenamente militar. A presença dos militares no poder é referenciada por seu caráter *apolítico*. As Forças Armadas não possuem características de *tutoras* do governo, argumento que será destacado em matérias posteriores.

Todo o desenrolar da crise político-militar e a atuação dos militares perante a mesma é destacada como desmoralização dos poderes constituídos legalmente pelo voto e, além disso, contrárias ao conceito de democracia representativa. Ainda que o jornal não abandonasse um caráter mitigado, evitando os conteúdos mais polêmicos, as matérias destacavam a contrariedade causada pela ascensão ou tentativa de ascensão dos militares ao poder sobre um governo constitucional. A noção do ideal de democracia ainda estava em um governo constitucional e não nos governos militares.

³³⁴ *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1962.

³³⁵ *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1962.

Agindo como macacos – melhor gorilas – causaram grande dano a todo o Continente. Não é à toa que se julgam tutores da democracia argentina. Se há regime que abomina os tutores, que os rejeita – inevitavelmente – os expelle, esse regime é a democracia. Aqueles que desejam tutelá-la é porque ou não a entendem ou, simplesmente, porque querem, com hipocrisia, violá-la.³³⁶

Neste momento, é clara a oposição do jornal em relação aos militares no governo. A ideia de democracia é violada com a presença dos militares como “tutores” do poder. Às vésperas da deposição de Frondizi, em 29 de março de 1962, as possibilidades de intervenção militar no poder e a tentativa de aparência legal buscada pelas Forças Armadas na deposição do presidente, contradizem a noção de legalidade, que, nesta circunstância, era materializada pelo jornal, na manutenção de Frondizi na presidência.

Durante todo o desenrolar da crise argentina, em março de 1962 e em, praticamente, toda a semana até a deposição de Frondizi e, posteriormente, a movimentação para a formação do governo, as notícias sobre o país vizinho são centrais no JB, ganham a primeira e a segunda página deste, além das colunas opinativas na página 6.

A partir da efetivação do golpe, com a deposição de Frondizi, o caráter moderado do periódico passa a ser relativizado e os discursos ganham um tom mais hostil em relação aos militares. Em 29 de março de 1962, os vocabulários do JB passam a apontar os militares como “controladores” da Argentina. A matéria de capa, tomando conta de grande parte da primeira página, mas mantida no anonimato, trazia imagens de Frondizi e do General Raúl Poggi à porta da sede do governo argentino, a Casa Rosada, e também um *sublead* fazendo referência às “tropas em posição para a luta”, ressaltando que as mesmas “tomam conta da nação”. Com isso, as representações no JB indicam que a presença das Forças Armadas no poder exercem um controle sobre a nação, sendo esta subjugada à força dos militares que se colocam em posição para a luta. Um caráter moral passa a compor as representações do periódico sobre a situação na Argentina, principalmente no que diz respeito à resistência de Frondizi. Nas matérias, o periódico classifica que a deposição do presidente foge à moralidade. Isso porque a resistência do presidente constitucional está ligada a uma *vitória moral* que – pela resistência do presidente e sem alternativas para se imporem a tal atitude – acabou obrigando os militares a realizarem um golpe.

³³⁶ *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1962.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A contrariedade do periódico quanto às ações dos militares fica mais evidente a partir da derrubada do presidente Frondizi. Em uma das matérias do dia 29 de março, o JB publica um texto dos militares para o presidente, no qual aqueles ressaltam que a necessidade “ante a gravíssima situação imperante, exigir o afastamento de suas funções, a fim de que possa ser salva a ordem constitucional”.³³⁷ Logo em seguida, na página 6, em uma matéria intitulada “E agora?”, o JB questiona qual será a posição dos Estados Unidos perante as *atitudes antidemocráticas* na Argentina. Destacam: “Em suma: esperamos que, na Aliança para o Progresso, os gorilas argentinos sejam tratados em igualdade de condições com os barbudos de Fidel Castro”.

Com isso, fica evidente que a noção de democracia não é acompanhada pelos os rumos tomados pela Argentina com a ascensão dos militares. O descontentamento com os militares no poder é tão grande que, na repulsa à sua tomada de poder vale, até mesmo, uma comparação com a “Revolução Cubana”, movimento rejeitado pela América Latina e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

É interessante notar que, a partir da deposição do presidente Arturo Frondizi, o JB parece realizar um jogo “informativo-opinativo”. Por um lado, a movimentação dos militares é destacada durante toda semana, a divulgação de medidas, pronunciamentos etc., mas enquanto isso, por outro lado, o periódico publica noticiários que contradizem a tão propugnada “defesa da ordem” pelos militares, principalmente nas colunas da página 6.

O periódico aponta a proclamação militar em defender o país dos subversivos e, portanto, defender a segurança do povo; também assinala que, de acordo com as Forças Armadas, o governo carecia de força e autoridade e que, portanto, esses se viram obrigados a assumir a responsabilidade de restaurar aqueles valores. Mas, ainda na mesma página, com imagens de militares e cassetetes, o periódico destaca a atuação da polícia contra as manifestações em favor de Frondizi.

A tentativa da imprensa argentina em justificar o golpe como decorrente da ligação do presidente Frondizi com os peronistas é colocada em segundo plano, já que, em uma nota logo abaixo, o periódico traz o pequeno trecho do discurso de Perón, exilado na Espanha, no

³³⁷ Jornal do Brasil, 29 de março de 1962.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

qual este afirma: “os candidatos eleitos em 18 de março serão empossados de acordo com as leis do país”.

Até mesmo o peronismo, posteriormente questionado pelo periódico, defende a manutenção da constitucionalidade, no país no vizinho, e a preponderância do povo na escolha política. Continuando a defesa da constitucionalidade, sobre a manifestação pró ou contra dos Estados Unidos em relação à situação na Argentina, o JB destaca a frase do presidente Kennedy na qual “as eleições devem ser livres, o povo pode escolher, soberanamente, seus governantes”.

338

Ainda na mesma página, ganha destaque de centro uma fotografia de um popular que levantava *vivas* a Frondizi próximo às tropas militares. A fotografia ocupa mais de um terço da página, ao lado de notícias que apontam a possível recusa dos militares em aceitar como sucessor de Frondizi o presidente do Senado José Maria Guido; com isso, a própria tentativa de dar *um conteúdo legal* à deposição de Frondizi passa a malograr.

Ademais, logo abaixo da fotografia, de uma forma *saudosista*, o periódico traz uma breve história de vida do presidente deposto. Os destaques do periódico, nessa matéria, chamam a atenção. Apontado pelo JB como um dos maiores “malabaristas do panorama político argentino”, o periódico destaca suas grandes habilidades em permanecer no poder, frente a inúmeras crises durante seu governo.

Na sua história, é ressaltado o momento em que foi preso no governo “do ditador Aramburu (militar) e, mais tarde, durante a presidência de Juan Perón”³³⁹ (sic.). Interessante notar a diferença aplicada ao tratamento de Aramburu e Perón, o primeiro como *ditador militar* e o segundo como *presidente*. Uma diferença a princípio sutil, mas que exemplifica o posicionamento do jornal perante os presidentes eleitos pelo voto do “povo” (mesmo que militares, pois Perón chegara a Tenente-General) e dos presidentes empossados por golpes militares.

As noções de *força* e *ilegalidade* impressas na efetivação do golpe argentino são reafirmadas em matérias sobre o reconhecimento ou não reconhecimento do novo governo na Argentina por outros países na América Latina. Ao tratar do reconhecimento venezuelano, o JB

³³⁸ Jornal do Brasil, 30 de março de 1962.

³³⁹ Jornal do Brasil, 30 de março de 1962.

destaca que “o governo venezuelano não reconhecerá um governo imposto pela força” e, mais, que o Governo de Haedo, no Uruguai, se solidariza, juntamente com a Frente Internacional dos Direitos Humanos, com o governo constituído legalmente em eleições democráticas, ou seja, com o presidente deposto Arturo Frondizi.

Com ampla dedicação ao tema do golpe na Argentina, uma nota, a partir de uma matéria do *Le Monde*, em Paris, destaca que, em longo editorial sobre a situação na Argentina, o “influente *Le Monde* diz que o golpe militar que depôs o presidente Frondizi constitui um novo fracasso para a diplomacia norte-americana, que queria ver aquele país como padrão de democracia na América do sul”. Na continuação, o editorial do *Le Monde* questiona:

Kennedy dificilmente poderá explicar como uma ditadura militar, ultraconservadora e sem apoio popular, será capaz de conduzir a bom termo, com ajuda econômica norte-americana, as medidas previstas na carta de Punta del Este.³⁴⁰

A utilização do editorial do *Le Monde* assume um papel de confirmação da resistência do próprio JB quanto ao processo anticonstitucional e antidemocrático na Argentina, a falta de apoio popular ao novo governo apontada pelo *Le Monde* é, ainda que de forma implícita, compartilhada pelo periódico brasileiro, afinal a democracia está no apoio e no voto do “povo”.

Na publicação de declarações do Ministro do Exterior San Tiago Dantas e do Primeiro Ministro Tancredo Neves, são destacadas enfaticamente a solidariedade do Brasil para com o povo argentino, em prol da “preservação das liberdades públicas e pela integridade da democracia representativa”. Nas palavras de Tancredo Neves, ressaltadas pelo JB, devem-se “consolidar e aprimorar, em ambas as nações, as instituições democráticas”.³⁴¹

Os elementos associados às instituições democráticas são reafirmados no desenrolar das matérias durante toda a semana da preparação para o golpe até os dias posteriores. Como apontado anteriormente, a partir da deposição de Frondizi, as matérias são mais incisivas, mas, mesmo antes, fica evidente o descontentamento do periódico com as ações dos militares na pressão contra o governo constitucional de Frondizi e, no geral, no decorrer da situação política na Argentina, o periódico apresentará algumas tendências, indicando que o modelo de democracia, nesse momento, é o brasileiro.

³⁴⁰ Jornal do Brasil, 30 de março de 1962.

³⁴¹ Jornal do Brasil, 30 de março de 1962.

Na página 6 do JB, dividida basicamente em dois tópicos: "coisas da política" e "comentários econômicos", as notícias destacadas em páginas anteriores (com um teor mais informativo) ganhavam corpo *opinativo*. No geral, as colunas não eram assinadas, mas em alguns casos aparece o nome de Ferreira Gullar. As colunas da página 6 eram amplamente opinativas, em uma das matérias publicadas após a saída de Frondizi. Sob o título “Confirmação”, observa:

É preciso que todos saibam que, a partir dos Acordos de Uruguaiana, a diplomacia brasileira tem-se recusado a admitir a tese de que um enfraquecimento temporário da posição Argentina fortalece o Brasil – e vice-versa. (...) O governo brasileiro quer, mais uma vez, manifestar o seu apego aos princípios da não-intervenção e da autodeterminação. O Brasil reafirma o seu apoio à autodeterminação do povo argentino, violada pela minoria oligárquico-militar. (...) essa atitude já define a posição brasileira no caso da instauração de uma junta militar ou de um governo pseudoconstitucional na Argentina. Reconhecer com rapidez um tal regime seria atentar contra a autodeterminação do povo argentino, especialmente após as eleições de 18 de março, em que os peronistas, os frondizistas e os radicais do povo foram votados, mas em que os políticos que se aliaram aos militares foram repudiados pelos eleitores.³⁴²

Preservando os princípios de não-intervenção e da autodeterminação, predeterminados nos Acordos de Uruguaiana,³⁴³ a coluna esclarece que, caso o Brasil reconheça o novo governo, será à contragosto. O vocabulário incisivo defende que, após as eleições de março de 1962, com o voto do povo e sua escolha pelos candidatos peronistas e frondizistas, reconhecer rapidamente um regime seria atentar contra a autodeterminação do povo argentino. Apontando o Brasil como exemplo de modelo político e econômico, a coluna destaca:

O Brasil cresce a seu modo, resolve as suas crises, sente um orgulho nacional cada vez mais intenso. Preserva a democracia, prega a paz e interpreta, também ao seu jeito, a Aliança para o Progresso. (...) Hoje, diante do que ocorre na Argentina, o Brasil percebe, não sem certo espanto, que a História lhe deu razão muito mais rapidamente do que se pensava.

Embora o periódico destacasse que o Brasil não pretendia se beneficiar dos acontecimentos da *nação irmã*, o JB ressaltava que o que a *História* confirmava era um fracasso na experiência Argentina.

³⁴² Jornal do Brasil, 30 de março de 1962.

³⁴³ No encontro de Uruguaiana, em 1961, Quadros e Frondizi ratificaram a amizade brasileiro-argentina, por meio do Tratado de Amizade e Consulta que introduziu o compromisso de consulta permanente sobre todos os temas de interesse comum, além de reconhecer, no campo comercial, a necessidade de proceder um redimensionamento das relações bilaterais. VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Pág. 35. **CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

A experiência de Frondizi malogrou. De nada adiantou seguir a ortodoxia do Fundo Monetário, atender a todas e quaisquer reivindicações dos investidores, resignar-se a uma política externa enquadrada. A experiência brasileira, porém, está de pé. A experiência cumulativa dos Presidentes Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart.

Para o JB, o movimento golpista iria contrariar o modelo de instituições democráticas e o Brasil, com seus exemplos de governos e crescimento econômico, na prática, seria o modelo, na representação do periódico, da *verdadeira* democracia. Ao mesmo tempo em que o jornal defendia certo nacionalismo econômico (caso brasileiro), frente a uma perspectiva mais submissa aos ditames liberalizantes do FMI e do governo norte-americano (caso argentino).

O Brasil é para o JB, nesse momento, o modelo de democracia frente às ambições norteamericanas, na América Latina, mesmo que a Aliança para o Progresso não tivesse o alcance proposto nos acordos de Punta del Este e que representasse mais uma declaração de princípios do que realmente um modelo de ajuda aos países no continente, foi utilizada pelo JB para fazer frente à superioridade Argentina na América Latina.

Na verdade, nas representações do periódico, o modelo argentino foi falho. O golpe mostrou a fragilidade das bases democráticas do país vizinho, condição *sine qua non* para o crescimento econômico do continente, ao passo que, no Brasil, *a experiência cumulativa dos Presidentes Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart* mostrou um crescimento e resolveu suas crises, sem, no entanto, fragilizar o princípio norteador da democracia, o governo constitucional eleito pelo *povo*, até esse momento.

Na crônica “Rumo Certo”, Ferreira Gullar é bem mais incisivo nas considerações sobre os militares. Diante da deposição do presidente Frondizi, Gullar destacava: “os pronunciamentos militares são mesmo um hábito arraigado nesta agitada América Latina, embora os otimistas anunciem de vez em quando que essa época passou”.³⁴⁴

A princípio, de acordo com Gullar, sua crônica iria focar-se no cinema brasileiro, mas, ao se deparar com a situação da deposição de Frondizi, sente a necessidade de mudar o direcionamento. Como uma referência irônica em relação aos militares argentinos, tratando-os

³⁴⁴ Jornal do Brasil, 30 de março de 1962.

como *gorilas*, observa: “Agora vejam vocês: ia falar dos Cafajestes (o filme) e vejo-me às voltas com os gorilas (*sic.*)”.³⁴⁵

De fato, o que podemos corroborar a partir da crônica de Ferreira Gullar é que o termo “gorila” entrou em uso rapidamente no Brasil. Já em finais de março de 1962, os escritores do JB já faziam uso da expressão quando se referiam aos militares argentinos. Em 1964, com o golpe civil-militar no Brasil, o termo ganhará maior expressão e será, muitas vezes, utilizado para representar os militares brasileiros. Em uma matéria do Jornal do Brasil, em 01.04.1964, com referência à invasão dos militares, no JB, abaixo da fotografia de militares na porta do jornal, aparece ““Gorilas” invadem o JB”. As aspas colocadas pelo próprio periódico aludem à apropriação do termo para referenciar-se à situação brasileira.

Retomando a crônica de Gullar, o cronista continua sua representação sobre a tomada de poder pelos militares, na Argentina, comparando-os, durante todo o tempo, com os cineastas. O recurso é utilizado principalmente para ressaltar o profissionalismo daqueles em relação ao antiprofissionalismo destes. De acordo com Ferreira Gullar,

os cineastas sabem do seu papel, têm mais consciência de sua situação no mundo, mas os militares pensam, erradamente, que a sua função é dirigir os destinos do País. São maus profissionais.

As ações e medidas dos militares apresentadas são questionadas enquanto *medidas salvadoras*. Para Gullar, medidas salvadoras que pretendem defender a democracia não anulam eleições e não depõem presidentes. Destarte, Ferreira Gullar fazia referência ao impedimento de posse dos peronistas eleitos em março de 1962 e à consequente deposição do presidente Arturo Frondizi, devido à crise iniciada com a eleição e à provável posse dos peronistas nas províncias argentinas. Em sua conclusão, o Gullar ainda ressalta que frequentemente temos assistido a esse abuso de força dos militares contra o poder desarmado na Argentina, mas que além de tal ato ser “*uma burrice*”, “o exemplo é mau, e não deve ser imitado”.

Há na crônica de Ferreira Gullar uma clara divisão entre o poder civil e o poder militar. Na visão do cronista, a democracia resguardada e representada pelo poder civil não deve

³⁴⁵ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, o termo gorila foi muito utilizado como sinônimo de militar no contexto de deposição do presidente Frondizi na Argentina. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Pág. 41-42.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ser orientada pelos militares. Finalizando, o cronista aponta que a vontade do povo é suprema e que, enquanto os governantes, militares ou não, “não se convencerem de uma vez por todas que o povo, como soma de opiniões, é sempre capaz de dar ao país o rumo certo” as crises continuarão.

Confirmando e mantendo-se na preservação da vontade popular como manutenção da democracia, o JB publica uma carta de Arturo Frondizi, a qual classifica como um testamento político, em que o presidente afirma uma guerra social na Argentina, já que as minorias³⁴⁶ resolveram sobrepor-se à vontade popular.

Em todos os trechos da carta, destacados pelo JB, a resistência de Frondizi é apontada como uma defesa pela nação, pelo povo. No decorrer da carta, a insatisfação do presidente quanto às intervenções militares, aponta que a legalidade foi rompida. Em algumas passagens, Frondizi ressalta que a intervenção nas províncias em que foram eleitos os peronistas, “constitui símbolo de contradição para os que defendem a democracia, já que com as intervenções as reduzidas minorias se arrogam o direito de tutelar o povo”.³⁴⁷

Devido a toda negação da legalidade em torno da operação das Forças Armadas na retirada de Frondizi do poder e na recusa por parte das mesmas da ascensão do peronismo, nas eleições, o reconhecimento do novo governo passa a ser um assunto central no periódico. Os países latinoamericanos, assim como Estados Unidos, se veem perante um novo governo, que ascendeu ao poder sem a aprovação do *povo*, contrariando os preceitos democráticos concordados no encontro de Punta del Este, em 1961, e, principalmente, no Acordo de Uruguaiana, entre Brasil e Argentina, também em 1961.³⁴⁸

A noção ilegalidade da movimentação militar e da posse de José Maria Guido é apresentada pelo JB em vários países do continente. Nas matérias do dia 31 de março, as representações do periódico giram em torno da negação das Américas em relação à situação política na Argentina. Para o periódico, os “autores do golpe” devem se sentir isolados. Em uma

³⁴⁶ As minorias apontadas por Frondizi fazem referência aos militares.

³⁴⁷ Jornal do Brasil, 31 de março de 1962. Trechos da carta de Arturo Frondizi entregue ao Senador Alfredo Garcia, presidente do Partido Radical Intransigente, em caso de “sua morte ou prisão”.

³⁴⁸ Tais acordos são discutidos mais profundamente por: VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

nota sobre o *Daily Mail*, periódico europeu, o JB ressalta que, de acordo com o jornal, a “América do Sul estaria perdida, exceto pelas admiráveis realizações como a construção de Brasília”.

O Brasil passa ser o referencial da democracia e de crescimento econômico, toda a movimentação na *nação irmã* é vista como *um triste* processo, *uma vergonha*, contra a preservação da democracia argentina, principalmente quando as Forças Armadas dão a crise política como encerrada. Para o JB, essa atitude comprova que o novo governo cedeu às pressões militares, submetendo-se, assim, às suas imposições e atendendo a repressão aos movimentos peronista e comunista.

O momento da deposição do presidente Frondizi, em 1962, também envolve um contexto maior na América Latina, os sequentes golpes militares, no geral, explicados pelos efeitos da Revolução Cubana e sua aproximação com o regime soviético e, com isso, a possibilidade de um *efeito dominó* no restante da América Latina. Ainda que o comunismo não fosse, em nenhum momento, modelo de governo no JB, a ascensão dos militares com *medidas salvacionistas*, nesse momento, também não eram. Em março de 1962, o Brasil já passava por questionamentos internos em relação ao governo Jânio Quadros, mas a crise política brasileira só iria se acirrar com sua saída e a sucessão do vice João Goulart. Até esse momento, as representações no JB repreendem as atitudes militares, consideradas como um malogro da democracia, sendo o exemplo maior a crise na Argentina.

A movimentação militar em torno da legalidade, na Argentina, perdia seu conteúdo legal e democrático à medida que anulava eleições e depunha o presidente eleito constitucionalmente. O Brasil, ainda em março de 1962, era, em relação ao contexto vivenciado pela Argentina, o exemplo democrático e econômico para a América Latina. O discurso jornalístico, permeado por representações do social, do político e do econômico, ao representar o direcionamento da situação política na Argentina, preocupava-se para que o modelo não fosse reproduzido no Brasil. A conhecida realidade brasileira, ainda que falseada, era o modelo a ser seguido.

Referências Bibliográficas

ABREU, *Alzira Alves de*; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, Dora. (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2003.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil: Imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

DELISSOPA, Emílio. *Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

REICHEL, Heloisa Jochims. *Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955)*. Revista Eletrônica da Anphlac - número 7.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: A construção do Entendimento (1962-1986)*. Dissertação de mestrado apresentada a Pós-graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

A escória cubana: representações do Êxodo de Mariel

Thiago Henrique Oliveira Prates
Mestrando – UFMG
Agência Financiadora: CAPES/PROEX
thoprates@gmail.com

RESUMO: Este trabalho se debruça nos discursos e representações elaboradas acerca do Êxodo de Mariel. Buscamos entender como o regime castrista e a comunidade cubana de exilados nos Estados Unidos construíram um estereótipo *marielito* definido como a escória da sociedade cubana, o elemento indesejado dentro e fora da ilha, articulando imagens deste grupo que os associavam a criminosos, degenerados e delinquentes. Analisaremos também como este discurso de exclusão serviu para negar uma *cubanidade* aos *marielitos* e para deslegitimar suas vozes e sua produção cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Êxodo de Mariel, Revolução Cubana, Exílio.

No dia 05 de Abril de 1980 cinco cubanos utilizaram um ônibus para invadir a embaixada peruana em Havana em busca de asilo político, matando um policial durante processo. As autoridades cubanas exigiram a entrega dos invasores e quando os peruanos se negaram a

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

retorná-los Fidel Castro ameaçou a retirar o policiamento ao redor da embaixada, o que de fato fez no dia 04 de Abril. A notícia rapidamente se espalhou e várias outras pessoas se dirigiram para o local em busca de asilo. Em questão de dias cerca de 10.000 cubanos ocuparam a área da embaixada.

Após forte crise diplomática Castro permitiu então a saída de todos aqueles que o desejassem através do porto de Mariel, a noroeste da ilha e próximo a Havana. Na Flórida exilados cubanos se mobilizaram para conseguir barcos para o transporte dos dissidentes para os Estados Unidos. De 15 de abril a 31 de outubro cerca de 125.000 cubanos deixaram sua terra natal, rumo aos Estados Unidos³⁴⁹.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as imagens e representações construídas acerca dos homens e mulheres que partiram da ilha durante este evento chamado de Êxodo de Mariel. Buscaremos analisar como se construiu dentro e fora da ilha um arquétipo dos chamados *marielitos* como criminosos, delinquentes, doentes e indesejados, enfim, como escória da sociedade. Procuramos entender como estes discursos serviram para excluir, marginalizar e deslegitimar os membros, as práticas e as produções deste grupo. Para tanto proponho a utilização de alguns discursos de Fidel Castro que abordam o Êxodo de Mariel e a produção cultural acerca do tema, a saber, o filme *Scarface (1983)* e o romance *A casa dos naufragos (Boarding Home)* de Guillermo Rosales.

Os *marielitos* partiram de Cuba sob forte rechaço de parte da população que se reuniu para apoiar o regime e ao chegar ao seu destino também não foram bem recebidos pela comunidade de exilados tradicionais. Repugnados da ilha por seus próprios conterrâneos e desprezados nos Estados Unidos por aqueles que compartilhavam sua condição de exilados, estes cubanos foram relegados inicialmente à marginalidade. Ao se pensar sobre a produção cultural e intelectual da geração de Mariel vêm à cabeça apenas os nomes do escritor Reinaldo Arenas, do pintor Carlos Alfonzo e recentemente do também escritor Guillermo Rosales. Os outros nomes foram esquecidos ou tacitamente ignorados por críticos estrangeiros e por praticamente todos da ilha³⁵⁰. Neste sentido nos cabem as perguntas: porque e como os *marielitos* foram rejeitados tanto na ilha quanto no continente norte-americano?

A possível resposta para tal pergunta seria o desencontro das perspectivas de mundo do governo cubano, da comunidade de exilados na Flórida e do grupo que veio a conformar os *marielitos*. Estes representam o questionamento dos valores morais da sociedade cubana permeada pelo ideal do “homem novo” e também o colocam em xeque os valores da sociedade cubana de Miami baseada em uma tradição pré-1959³⁵¹. Eles representam outra Cuba, a dos negros, dos

³⁴⁹ MARQUES, Rickley Leandro. *A Condição Mariel*. Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana. Goiânia: EDUFMA, 2012, p.14.

³⁵⁰ DE LA NUEZ, Iván. Mariel en el extremo de la cultura. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, nº 8-9, primavera/verano, 1998, p.106.

³⁵¹ MARQUES, Rickley Leandro. *A Condição Mariel*. Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana. Goiânia: EDUFMA, 2012, p.19.

homossexuais, dos pobres, dos pagãos, dos plebeus e dos homens que não se entregaram totalmente à revolução³⁵². Eles trazem à cena uma ilha que não se encaixava nem nos ditames do regime revolucionário nem nos padrões dos exilados anteriores, provindos das altas e médias classes. Como afirmam Isabel Cabrera e Rickley Marques, “Desajuste, em parte, explicado pelas novas condições históricas a que estes indivíduos submetem-se. Se por um lado, os sujeitos revelam as contradições e a desilusão com o processo revolucionário que os levou ao exílio, por outro lado, esses homens não conseguem ajustar-se ao estilo americano de vida, *American way of life*.”³⁵³

Para o discurso revolucionário a vitória de 1959 e o processo de reestruturação política e ideológica da ilha teriam trazido consigo uma regeneração de valores para uma Cuba antes marcada pelo vício e imoralidade. Houve uma reformulação da nacionalidade e da imagem de um cubano ideal, a saber, aquele que permanece na ilha e se entrega de corpo e alma ao projeto revolucionário. O patriota é o que luta contra o inimigo imperialista e busca se aproximar o máximo possível da concepção do *novo homem* construída ao longo do processo revolucionário, um homem forte e viril, com fé inabalável na Revolução e força de vontade inquebrantável, dedicado totalmente à causa socialista.

Em oposição a este ideal, os *marielitos* para Fidel Castro representam a decadência moral dos valores revolucionários e da própria ilha. As menções ao Êxodo de Mariel nos discursos do líder apontam para os homens e mulheres que deixaram a ilha como fonte de problemas para a Revolução. Em um relatório para o Partido Comunista Cubano Castro assinala os *marielitos* como exemplo das condições negativas que afligiam a ilha, eles seriam os indisciplinados, os parasitas sociais, os abastados e os negligentes³⁵⁴, os resquícios de uma sociedade já superada pela Revolução.

Neste sentido o grupo em questão é taxado de *antisocial*, é o grupo que não se encaixa na sociedade revolucionária e que se torna mesmo descartável. Os *marielitos* são constantemente associados ao *lumpemproletariado*, aqueles que não conseguiram desenvolver consciência de classe, perderam sua função produtiva social e, portanto, não úteis no conflito revolucionário contra o capitalismo e o imperialismo. De fato Castro chega a equipará-los ao inimigo e roga para que os Comitês de Defesa da Revolução vigiem e denunciem tais homens: internamente a luta revolucionária se dirige contra os delinquentes e contra os lumpen, grupos que se assimilariam cada vez com a contrarrevolução³⁵⁵.

³⁵² DE LA NUEZ, Iván. Mariel en el extremo de la cultura. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, nº 8-9, primavera/verano, 1998, p.107.

³⁵³ CABRERA, Isabel Ibarra; MARQUES, Rickley Leandro. Boarding Home: literatura, revolução e exílio. *Revista Brasileira do Caribe*, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009, p. 242.

³⁵⁴ Relatório de Fidel Castro ao Congresso do Partido Comunista Cubano em 17 de Dezembro de 1980. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1980/19801217.html>. Acesso em: 25/05/2013.

³⁵⁵ DISCURSO PRONUNCIADO POR FIDEL CASTRO RUZ, PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE CUBA, EN EL ACTO DE CLAUSURA DEL II CONGRESO DE LOS CDR, EFECTUADO EN EL TEATRO CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Assim sendo os *marielitos* são caracterizados não como dissidentes, mas como imprestáveis, inúteis, a escória da sociedade cubana³⁵⁶. Se antes os indivíduos que partiram da ilha rumo aos Estados Unidos eram médicos, engenheiros e profissionais qualificados, os que partem em 1980 pelo porto de Mariel seriam apenas lumpens, marginais e criminosos. Os que deixam Cuba neste momento são os indesejados, aqueles que invadiram a embaixada peruana seriam delinquentes, malfeitores, lumpen e aliados das forças imperialistas. A construção do socialismo na ilha seria a tarefa de homens e mulheres livres, condição esta que não pertence aos *marielitos*. A estes cabe a missão de deixar a ilha: “que se vão!” gritaram os apoiadores do regime durante sua partida.

A imagem de delinquentes e foras da lei criada nos Estados Unidos não é em momento algum rechaçada por Fidel, mas sim reforçada. Os relatos sobre o fenômeno de Mariel geralmente estão situados próximos daqueles que tratam da violência e da criminalidade na ilha. Castro aponta que os roubos teriam decaído 24% em 1980 e em 40% nos sete primeiros meses de 1981, atribuindo este avanço diretamente à partida dos ditos *antisociais*³⁵⁷. O líder cubano ironiza a acusação estadunidense acerca do envio de criminosos para o continente, denunciando o país como uma terra de bandidos que estariam recebendo no momento apenas mais uma parcela dos lumpen e ladrões cubanos, tais quais aqueles que deixaram Cuba após a vitória da Revolução.

Há então uma clara separação entre o povo cubano e os exilados, considerados apátridas. Aos *marielitos* é negada o pertencimento à comunidade nacional por não compactuar os valores revolucionários. O Êxodo de Mariel é referido nos discursos de Castro como “a maior campanha de limpeza da história de Cuba”³⁵⁸ e como “ótimo serviço sanitário”³⁵⁹, classificando desta forma os exilados como escória, sujeira e doença da sociedade cubana e o exílio como a solução para este problema

O discurso do regime castrista articula os elementos ditos indesejados da sociedade cubana ao mau funcionamento da ordem socialista e à existência de uma impureza no corpo civil

"CARLOS MARX", EL 24 DE OCTUBRE DE 1981. "AÑO DEL XX ANIVERSARIO DE GIRON". Acesso em: 25/05/2013.

³⁵⁶ Relatório de Fidel Castro ao Congresso do Partido Comunista Cubano em 17 de Dezembro de 1980. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1980/19801217.html>. Acesso em: 25/05/2013.

³⁵⁷ DISCURSO PRONUNCIADO POR FIDEL CASTRO RUZ, PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA DE CUBA, EN EL ACTO DE CLAUSURA DEL II CONGRESO DE LOS CDR, EFECTUADO EN EL TEATRO "CARLOS MARX", EL 24 DE OCTUBRE DE 1981. "AÑO DEL XX ANIVERSARIO DE GIRON". Acesso em: 25/03/2013.

³⁵⁸ Relatório de Fidel Castro ao Congresso do Partido Comunista Cubano em 17 de Dezembro de 1980. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1980/19801217.html>. Acesso em: 25/05/2013.

³⁵⁹ DISCURSO PRONUNCIADO POR EL COMANDANTE EN JEFE FIDEL CASTRO RUZ, PRIMER SECRETARIO DEL COMITE CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA Y PRESIDENTE DE LOS CONSEJOS DE ESTADO Y DE MINISTROS, EN EL ACTO CONMEMORATIVO DEL PRIMERO DE MAYO, EFECTUADO EN LA PLAZA DE LA REVOLUCION "JOSE MARTI", EL 1º DE MAYO DE 1980, "AÑO DEL SEGUNDO CONGRESO". Acesso em: 25/05/2013.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

a ilha. Como nos lembra o sociólogo Zygmunt Bauman a pureza é um ideal, uma condição ainda a ser criada ou que necessita ser protegida de ameaças reais ou imaginadas, ideal este que constantemente carrega profundos posicionamentos políticos. O seu oposto, a sujeira ou impureza, são as coisas colocadas fora do lugar, é o desafio à ordem, esse meio regular e estável para nossos atos onde as probabilidades dos acontecimentos não estejam entregues ao acaso³⁶⁰.

Ora, não percebemos aqui o lugar ocupado pelos *marielitos* tal qual descrito por Castro? Eles são os desajustados da sociedade revolucionária, os estranhos, aqueles que ameaçam a ordem e a pureza instituídas pela Revolução. São os indivíduos que não se entregaram completamente ao projeto de construção do socialismo tal qual proposto pelo regime, são os críticos, os libertinos, os homossexuais e os que não aderiram à autodisciplina revolucionária ou que cometeram desvios perante o ideal do homem novo. Eles constituem os marginalizados da Revolução, aqueles que esta não conseguiu ou não quis abraçar.

Desta maneira o Êxodo de Mariel se constituiu como uma válvula de escape para as pressões internas da ilha, como um meio de afastar os elementos considerados potencialmente perigosos. A Revolução Cubana, como muitos outros dos projetos da modernidade, buscou construir um espaço harmonioso e perfeito, precisando então eliminar essa sujeira que manchava a sociedade com valores que não mais convinham à ilha. Como já dito por Castro o exílio através do porto de Mariel foi essa limpeza, a maior limpeza social da história de Cuba.

Entretanto engana-se o que acredita que em sua chegada aos Estados Unidos tenha os *marielitos* tenham encontrado braços abertos para lhes acolher. Como já dito, foi justamente neste país que se constituiu primeiro a representação do grupo em questão como marginais e criminosos, representação esta que posteriormente foi reforçada dentro de Cuba. Se no princípio os jornais norte-americanos defendiam a vinda destes cubanos como meio de desestabilizar o regime de Castro, não tardou para que o discurso se alterasse: Fidel estaria enviando criminosos e delinquentes para os Estados Unidos! Seria um meio de ataque do líder cubano e uma forma de aliviar as pressões internas da ilha com a liberação dos elementos tidos como indesejados.

A imprensa estadunidense, fortemente atrelada ao poderoso lobby cubano formado pelo exílio anterior, associou rapidamente a vinda dos *marielitos* ao aumento da criminalidade e da violência no país, mais especificamente na Flórida. Os jornais de Nova York e de Miami teciam artigos e colunas dedicadas a explorar o suposto elemento marginal cubano, suas práticas ilícitas e suas atitudes violentas. Não demorou para que a imagem criada na grande mídia ganhasse forma também nas produções culturais.

Quem nunca assistiu a grande obra *Scarface* de Brian de Palma? O remake do filme homônimo de 1932 trata da saga do *marielito* Tony Montana. O anti-herói parte de Cuba durante o Êxodo de Mariel e ao chegar a Miami se envolve no crime organizado, tornando-se um grande

³⁶⁰ BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp.13-26.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

senhor do tráfico de cocaína nos Estados Unidos. O filme explora de forma excessiva a temática da criminalidade, traição, atividades ilícitas, de uma suposta imoralidade e da violência, configurando-se como um verdadeiro banho de sangue.

Embora a recepção tenha sido mista, o que envolveu críticas inclusive por parte da comunidade de exilados cubanos, *Scarface* foi aclamado como uma das grandes produções de sua época e Tony Montana se tornou uma famosa personagem da cultura popular. Ainda que Montana sempre afirme ser um exilado político o filme o retrata como um assassino e criminoso que saiu das prisões de Cuba para aterrorizar a sociedade norte-americana. *Scarface* dialoga com essa construção do *marielito* marginal de maneira a reforçá-la, contribuindo para formulação e divulgação de um estereótipo que denigre a imagem do grupo em questão.

O encontro dos exilados de Mariel com aqueles que partiram da ilha duas décadas antes foi chocante. Estes últimos compunham os altos e médios estratos da sociedade cubana: brancos e educados, empresários, proprietários de terra e pequeno-burgueses. A vinda dos *marielitos* mostrou à sociedade de Miami uma Cuba totalmente diferente daquela idealizada pela comunidade de exilados da Flórida, a Cuba dos negros, dos pobres, dos homossexuais, dos comunistas, dos ateus e pagãos.

Talvez o escritor cubano Guillermo Rosales narre melhor o desencontro dos *marielitos* com a Revolução e com o exílio de Miami. Seu romance de cunho autobiográfico chamado *Boarding Home*, traduzido mais tarde como *A casa dos naufragos*, é uma das principais obras escritas sobre o exílio em Miami. Rosales, ele próprio um exilado e marginalizado da chamada Geração de Mariel, partiu de Cuba depois de ter participado ativamente por anos na Revolução. Diagnosticado com esquizofrenia, Guillermo nunca conseguiu se adequar aos ideais revolucionários e jamais conseguiu aderir à disciplina exigida.

Seu livro trata de um cubano exilado nos Estados Unidos, William Figueras, recém chegado em Miami e que se interna em uma espécie de asilo norte-americano conhecido como *boarding home*. O autor trata da desumanidade do local e do tratamento recebido pela escória da sociedade que lá é depositada. As *boarding homes* são, para Figueras, “um desses abrigos marginais para onde vai a gente que a vida desenganou. Loucos em sua maioria. Mas às vezes também há velhos abandonados por suas famílias para que morram de solidão e não atrapalhem a vida dos vencedores”.³⁶¹

William, suposto *alter ego* do autor no romance, havia sido um revolucionário e narra sua desilusão com a Revolução e a marginalização sofrida dentro da própria ilha. Ao longo da obra o personagem sonha com fantasiosos conflitos com Fidel Castro nos quais sempre é derrotado. Ao refletir sobre uma figura pública de Miami, *El Puma*, William narra o seu passado e sofrimento em Cuba:

³⁶¹ ROSALES, Guillermo. *A casa dos naufragos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.7.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

El puma é um dos homens que fazem as mulheres de Miami tremer. As mesmas que, quando eu passo, nem se dignam a olhar para mim, e se o fazem é para segurar com mais força suas bolsas e apertar o passo com temor. Lá está ele: E Puma. Não sabem quem é Joyce nem lhe interessa. Nunca lerá Coleridge nem precisa. Nunca estudará o *18 brumário* de Karl Marx. Nunca abraçará desesperadamente uma ideologia e depois se sentirá traído por ela. Nunca seu coração fará crack ante uma ideia em que acreditou firme, desesperadamente. Nem saberá quem foram Lunatchárski, Bulganin, Trótski, Kamenev ou Zinoviev. Nunca experimentará o júbilo de ser membro de uma revolução, e depois a angústia de ser devorado por ela. Nunca saberá o que é *a máquina*. Nunca saberá³⁶².

Ainda que a obra de Rosales se debruce também sobre o desajuste dos *marielitos* com o processo revolucionário, voltemos nossa atenção neste momento para sua descrição acerca da relação destes exilados com a comunidade de cubanos que chegaram anteriormente aos Estados Unidos. William Figueras traça o perfil dos dois grupos, buscando estabelecer uma clara distinção entre ambos. Os exilados anteriores são descritos como pequeno burgueses que fugiram da Revolução, donos de estabelecimentos comerciais e adeptos fiéis do *American Way of Life*. Os *marielitos* são pintados de uma forma bastante diferente, quando Figueras caminha pelas ruas de *Little Havana*:

Essa talvez seja a zona mais pobre do gueto cubano. Vive aqui grande parte daqueles cento e cinquenta mil que chegaram à costa de Miami no último e espetacular êxodo de 1980. Ainda não puderam erguer cabeça, e pode-se vê-los a qualquer hora, sentados à porta das casas, vestindo shorts, camisetas coloridas e bonés. Usam grossas correntes de ouro no pescoço com imagens de santos, índios e estrelas. Bebem cerveja em lata. Consertam seus carros caindo aos pedaços e ouvem, horas a fio, em seus rádios portáteis, estrondosos rocks ou exasperantes solos de tambores³⁶³.

Os *marielitos* claramente se distinguem do perfil da comunidade cubana de Miami. São os membros de uma Cuba com a qual os exilados anteriores não se identificam, são os membros de uma ilha repudiada pela nata cubana da Flórida, uma Cuba da qual sempre planejaram afastar-se. O choque com a chegada dos *marielitos* foi gigantesco: aqueles que partiram da ilha em 1980 simplesmente não representavam a identidade cubana construída pelas antigas elites *habaneras*. Escreve o Rosales:

Aqui me esperavam uns parentes que não sabiam nada da minha vida e que depois de vinte anos de separação já nem me conheciam. Acreditaram que chegaria um futuro vencedor, um futuro comerciante, um futuro playboy; um futuro pai de família que teria uma futura casa cheia de filhos e que iria nos fins de semana à praia e dirigiria carros bons e vestiria roupas de grife Jean Marc e Pierre Cardin; e o que apareceu no aeroporto no dia da minha chegada foi um tipo enlouquecido, quase sem dentes, magro e assustado, que tiveram que internar naquele mesmo dia num asilo psiquiátrico porque olhava com receio para toda a família e em vez de abraça-los e beijá-los os insultou. Sei que foi uma grande decepção para todos. Especialmente para minha tia que esperava uma grande coisa. E o que chegou fui eu. Uma vergonha. Uma mancha terrível nesta boa família de pequenos burgueses cubanos, de dentes saudáveis e unhas polidas, pele viçosa, roupas da moda, com grossas correntes de ouro e donos de magníficos carrões

³⁶² Idem, p. 25.

³⁶³ ROSALES, Guillermo. *A casa dos naufragos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 68.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

último tipo e casas de quartos amplos com ar-condicionado e calefação, onde não falta nada na despensa.³⁶⁴

A reação dos antigos exilados foi corroborar com o estereótipo aqui largamente debatido e excluir os recém-chegados: eles não poderiam participar da identidade cubana imaginada, simplesmente não se encaixavam. Assim como o discurso construído na ilha, estas elites taxaram os *marielitos* como escória, como falsos representantes de uma ilha idealizada no passado. Marginalizá-los significava defender uma identidade cubana fundamentada em valores pré-1959. Como narra Figueras, “Um carro preto, conversível, passa à nossa frente. Um adolescente de Miami bota a cabeça para fora da janela e grita: - Escória!”³⁶⁵

Fica claro que a taxaço dos *marielitos* como escória serve a um projeto de marginalização e supressão deste grupo. Em *A ordem do discurso* Michel Foucault nos apresenta algumas práticas de exclusão social ao longo da história. Interessam-me aqui dois destes princípios: a interdição do discurso e a separação/rejeição. Sobre o primeiro, o filósofo propõe que a produção discursiva é controlada por procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar a aleatoriedade. Desta maneira nem todos os indivíduos ou grupos estariam aptos a falar qualquer coisa: haveria uma espécie de tabu, ritual ou direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala, existe uma hierarquia que legitima a fala de alguns grupos e nega voz a outros. Assim, o discurso não é apenas um instrumento de expressão das lutas ou sistemas de dominação, mas é justamente o objeto pelo qual se luta, o poder que desejamos possuir³⁶⁶.

O segundo princípio de exclusão apontado, a separação ou rejeição, nos remete aos discursos que não podem circular como os outros. São aqueles em que a palavra seja considerada nula, que não tenha importância, não possa ser acolhida e não possuem veracidade, como a fala de um louco. Longe do fim desta separação, ela hoje se daria através de instituições que empoderam certos discursos e cerceiam outros, investimento de poder este que garante o silêncio de falas e práticas de indivíduos ou grupos considerados inaptos³⁶⁷.

Pois bem, não percebemos aqui o funcionamento do estereótipo de escória, criminoso e marginal construído em volta dos *marielitos*? Esta caracterização deslegitima toda a os membros deste grupo, assim como seus projetos políticos e suas representações acerca de uma identidade cubana pautada nas suas próprias experiências e valores. Trata-se uma prática discursiva que visa intencionalmente silenciar atores sociais que não compartilham as mesmas percepções de mundo e que não atendem os pré-requisitos exigidos por grupos que ocupam posições hegemônicas na sociedade. Percebemos assim uma tentativa de negar voz a elementos considerados diferentes, *o outro*, uma estratégia de monopólio do discurso e de manutenção dos instrumentos de poder.

³⁶⁴ Idem, p. 10-11.

³⁶⁵ ROSALES, Guillermo. *A casa dos naufragos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 70.

³⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College deFrance, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6. Ed. São Paulo: Loyola 2000, p. 9-10.

³⁶⁷ Idem. P. 11-13

Presos entre dois discursos excludentes, os *marielitos* tiveram suas práticas deslegitimadas e a participação negada no processo de construção de um discurso sobre a identidade cubana, assim como em todas as simbologias e práticas relacionadas à constituição identitária do próprio grupo: ninguém ouviu os ouviu. Ainda que a chamada Geração de Mariel tenha aos poucos criado um espaço alternativo para sua produção, por muito tempo permaneceram no estranhamento. Como afirma o próprio Guillermo Rosales ele, e os *marielitos*, não eram apenas exilados políticos, mas exilados totais³⁶⁸. Mariel se colocou portanto extremos da cultura.

Referências Bibliográficas

- ABREU, J. Pequeno elogio de la escoria. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*. Madrid,
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, nº 8-9, primavera/verano, 1998, p.135-139.
- BARQUET, J. La generación del Mariel. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, nº 8-9, primavera/verano, 1998, p. 110-125.
- CABRERA, Isabel Ibarra; MARQUES, Rickley Leandro. Boarding Home: literatura, revolução e xílio. In: *Revista Brasileira do Caribe*, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009, p. 241- 257.
- DE LA NUEZ, Iván. Mariel en el extremo de la cultura. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, nº 8-9, primavera/verano, 1998, p. 105-109.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College deFrance, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6. Ed. São Paulo: Loyola 2000.
- LEYVA MARTÍNEZ, Ivette. Guillermo Rosales o la cólera intelectual. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, nº 26-27, invierno, 1998, p. 98-108.
- MARQUES, Rickley Leandro. *A Condição Mariel*. Memórias Subterrâneas da Revolução Cubana. Goiânia: EDUFMA, 2012.
- ROSALES, Guillermo. *A casa dos naufragos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

³⁶⁸ ROSALES, Guillermo. *A casa dos naufragos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.8.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Imprensa e Revolução Sandinista: apreensões acerca do processo revolucionário através de *Cuadernos Políticos*

Viviane Pereira da Silva
Bacharel - UFMG
brizeisgnrs@hotmail.com

RESUMO: Em fins dos anos setenta do século XX a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) liderava uma contestação ao governo Somoza, o qual teve o seu primeiro representante assumindo o cargo máximo da Nicarágua em 1936. Utilizando-se de um discurso voltado para a valorização da população empobrecida e oprimida nicaraguense e propondo ações de redistribuição de renda, como a reforma agrária, a FSLN, através da luta armada, depôs o então presidente Anastasio Somoza Debayle, alterando profundamente a estrutura administrativa do país. Diante destes fatos surgiram questões tais como: estaria o socialismo chegando à Nicarágua? Como se daria a transição do capitalismo para o socialismo naquele país? Qual seria a reação internacional mediante mais uma revolução socialista na América Latina? A proposta do trabalho é expor algumas possibilidades de respostas para estas questões, através da análise de textos e artigos publicados na revista mexicana *Cuadernos Políticos* pautados na revolução sandinista. O periódico *Cuadernos Políticos* era uma publicação da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) feita pela editora Era e foi totalmente digitalizado. Publicaram na revista intelectuais exilados de vários países da América Latina, assim como europeus, exilados ou não. Nossa pretensão é compreender parte do pensamento intelectual sobre a Nicarágua revolucionária, que fora expressa no periódico, possibilitando, assim, delinear uma fração do pensamento da

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

intelectualidade que se ocupava com as questões da América Latina em meio à Guerra Fria e ao debate entre capitalismo e socialismo.

Palavras-chaves: Revistas, intelectuais, sandinismo.

Em fins dos anos setenta do século XX um movimento de massas, surgido em um pequeno país da América Central na década anterior, atraiu os olhares do mundo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) liderava uma contestação ao governo Somoza, o qual teve o seu primeiro representante, Anastásio Somoza García, assumindo o cargo máximo da Nicarágua em 1936. Fazendo um revezamento entre familiares e aliados, o clã Somoza perdurou na administração do país até julho de 1979, quando o movimento sandinista alcançou o triunfo. Utilizando-se de um discurso voltado para a valorização da população empobrecida e oprimida nicaraguense e propondo ações de redistribuição de renda, como a reforma agrária, a FSLN, através da luta armada, depôs o então presidente Anastasio Somoza Debayle, alterando profundamente a estrutura administrativa do país.

A proposta deste trabalho é discutir algumas questões que surgiam mediante o novo momento político que surgira na Nicarágua através da análise de textos e artigos publicados na revista mexicana *Cuadernos Políticos* pautados na revolução sandinista. Nossa pretensão foi compreender parte do pensamento intelectual sobre a Nicarágua revolucionária, que fora expressa no periódico, possibilitando, assim, delinear uma fração do pensamento da intelectualidade que se ocupava com as questões da América Latina em meio à Guerra Fria e ao debate entre capitalismo e socialismo.

Escolhemos trabalhar com a Nicarágua por três motivos principais: primeiro, pelas circunstâncias na qual sua revolução se desenvolveu. Era um levante de caráter predominantemente popular, em um país extremamente pobre e rural, com populações que viviam praticamente isoladas no Norte e no Leste do país, em relação à costa do Pacífico, onde fica localizada a capital Manágua. Apesar de todos esses complicadores, o movimento sandinista conseguiu depor um governo ditatorial, o qual já tinha mais de quatro décadas de existência e que contava como o apoio dos Estados Unidos. O segundo motivo foram as perspectivas que a revolução sandinista trazia consigo. Um governo popular e, aparentemente, socialista, se formou no país, era a esperança e, para alguns, o temor da continuação da expansão socialista na América Latina que havia começado com Cuba em 1959. Além do mais, acarretaria, também, a perda de

mais uma área de influência dos EUA na América Latina e que poderia, como no caso cubano, servir de inspiração para que outros países da região fizessem o mesmo.

O terceiro motivo pelo qual elegemos a Nicarágua para o trabalho é a coincidência do seu processo revolucionário com a existência da revista *Cuadernos Políticos*. O periódico foi criado em 1974, originalmente com edições trimestrais – algumas edições foram duplas, sendo, neste caso, semestrais e, algumas, quadrimestrais – e teve fim em 1990 com a edição dupla de números 59 e 60 (janeiro-agosto). Desta maneira, *Cuadernos Políticos* pôde cobrir tanto o período de embate entre as forças sandinistas e somozistas, a implantação do governo revolucionário, quanto à administração do novo governo.

O recorte temporal escolhido foi o compreendido entre os anos de 1979–1986. Na edição de *Cuadernos Políticos* de número 20 (abril - junho de 1979) encontramos o primeiro texto sobre o conflito que ocorria no país, *Nicarágua: la lucha popular contra la dictadura*, assinado pela FSLN. Em 1986 foi publicado o último artigo sobre o país, na edição de número 48 (outubro - dezembro de 1986), *El impacto de la transición revolucionaria en las clases populares: la clase obrera en la revolución sandinista*, de Carlos M. Vilas, porém, optamos por delimitar a pesquisa com o artigo *De la contención pasiva a la guerra de baja intensidad en Nicaragua*, de Lucrécia lozano e Raúl Benítez Manaut, publicado na edição de número 46 (abril - junho de 1986), visto que, Carlos M. Vilas já havia feito outra publicação na revista sobre a revolução nicaraguense, *El sujeto de la insurrección popular sandinista* (1985). Infelizmente, outros artigos também não puderam ser abordados nesta pesquisa, neste caso, devido à extensão física do trabalho.

Sobre a revista

O periódico *Cuadernos Políticos* era uma publicação da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) feita pela editora Era e foi totalmente digitalizado³⁶⁹. Entre seus fundadores estavam Neus Espresate³⁷⁰, Arnaldo Córdova, Rolando Cordera, Carlos Pereyra, Adolfo Sánchez, Ruy Mauro Marini e Bolívar Echeverría. Foram publicados e republicados trabalhos de intelectuais exilados de vários países da América Latina, assim como europeus, exilados ou não, entre eles: Octavio Ianni, Michael Löwy, Eder Sader, Francisco Weffort, Jaime Osorio Urbina, Adolfo Sánchez Vásquez, Louis Althusser, Perry e Benedict Anderson, Fernand Braudel, Eric

³⁶⁹Pode ser encontrado no site <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>.

³⁷⁰ Cofundadora, também, da *Ediciones Era*. ILLADES, Carlos. *Cuadernos Políticos y las redes intelectuales del exilio*. México, 2012. Disponível em:

http://cisnex.amc.edu.mx/congreso/Ciencias_Sociales_Humanidades/Exilio/ponencias/Illades_pdf.pdf.

Acesso em: 06 de maio de 2013.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Hobsbawm, Umberto Eco e outros. O conselho editorial variou de formação no decorrer dos anos, entretanto, os nomes mais recorrentes sempre foram os membros do núcleo fundador.

O fato de a maioria dos escritores que publicou em *Cuadernos Políticos* ser exilada das ditaduras militares dos países da América Central e do Sul permite-nos delinear uma escolha política praticamente predominante: a aproximação com as esquerdas. Esta primazia é expressa já no primeiro número da revista, onde o Conselho Editorial, composto pelos fundadores do periódico, expõe claramente seu viés marxista, afirmando que as últimas contribuições da doutrina para disciplinas como economia, filosofia e antropologia fazem do pensamento de Marx uma referência obrigatória para a cultura universal contemporânea, mostrando-se uma teoria crítica integral. Entretanto, o conselho percebe um descompasso entre a renovação marxista e a ação revolucionária latino-americana, reconhecendo que o ressurgimento da doutrina se fazia de forma desigual nas variadas realidades da América e que as estratégias revolucionárias ainda não utilizavam, como deveriam, do método de análise marxista³⁷¹.

O Conselho Editorial apresenta *Cuadernos Políticos* como sendo um periódico que teria como propósito elaborar um arcabouço teórico que permitisse analisar os modelos de alternativas táticas para a transformação revolucionária em cada país e em toda a América Latina - o que não impediu a publicação de artigos que discutissem questões de nações não latinas. Pretendia-se unir a luta revolucionária a um novo e mais alto nível de reflexão teórica³⁷².

Os intelectuais que publicavam em *Cuadernos Políticos* procuravam discorrer sobre as implicações do contexto de Guerra Fria no chamado “Terceiro Mundo”, assim como teorizavam sobre o surgimento de levantes nos países subdesenvolvidos que poderiam determinar mudanças em toda a conjuntura mundial, contudo, simultaneamente, mostravam preocupações com questões de âmbito interno fazendo análises de cunho regionalista. Adeptos do marxismo, tratam das questões e tensões entre Estado e população, buscam explicitar a criação de métodos próprios de revolução social para nações subdesenvolvidas, tal qual discutem a emancipação destas em relação aos países desenvolvidos. Os críticos buscam, em muitos momentos, possibilidades de interpretações não globalizantes, de maneira a ressaltar e valorizar as especificidades dos países do “Terceiro Mundo”, modificando e adaptando as teorias marxistas às realidades daquelas nações.

³⁷¹ Presentación. *Cuadernos Políticos*, nº 01. México: Editorial Era, 1979. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

³⁷² *Idem*.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Os intelectuais pretendiam interferir na realidade sócio-política da América Latina, através de uma discussão que teria como foco a ação esquerdista na região. O que nos permite inferir que a publicação deve ser compreendida e estudada como uma revista porta-voz de uma corrente ou facção política - de acordo com a classificação proposta por Regina Crespo. Tais produções, ainda segundo Crespo, devem ser trabalhadas, pelo investigador, de modo a acompanhar sua evolução ideológica, sua tomada de posição e sua luta por hegemonia³⁷³.

Como já exposto anteriormente, o marxismo é o essencial, é o marco de convergência destes intelectuais e, partido deste ponto em comum, cabe a cada um deles, à sua maneira, discorrer sobre as esquerdas latino-americanas. Segundo Carlos Illades, poder-se-ia afirmar que, ao menos em relação ao núcleo fundador do periódico, o ponto em comum de seus membros seria o antiestalinismo e que, a partir deste princípio, perceber-se-ia diferentes correntes entre os intelectuais, como o leninismo, o marxismo de Rosa Luxemburgo, o marxismo holandês, o maoísmo e a perspectiva socialdemocrata³⁷⁴.

A revolução através de documentos sandinistas

O corpo editorial de Cuadernos Políticos, em quatro ocasiões, cedeu espaço para que os próprios sandinistas pudessem se expressar a respeito de sua revolução. Vejamos alguns aspectos recorrentes nos quatro documentos.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) inicia seu primeiro pronunciamento na revista *Cuadernos Políticos*³⁷⁵, ainda durante o embate com as forças somozistas, fazendo um retorno à história nicaraguense. O apelo à história é o artifício que perpassa todos os textos oficiais do movimento sandinista, seja para justificar a existência de um combate armado; ou para explicar a inevitabilidade e a prosperidade do governo popular; ou para justificar, de maneira indireta, uma conduta governamental cuidadosa, claramente receosa de um contra-ataque de forças externas ou internas.

A guerra e suas consequências óbvias – insegurança e mortes – seriam o caminho inevitável causado pela ditadura Somoza e seus aliados – por aliados entenda-se oligarquia, parte

³⁷³ CRESPO, 2010, p. 3.

³⁷⁴ ILLADES, Carlos. *Cuadernos Políticos y las redes intelectuales del exilio*. México, 2012. Disponível em: http://cisnex.amc.edu.mx/congreso/Ciencias_Sociales_Humanidades/Exilio/ponencias/Illades_pdf.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2013.

³⁷⁵ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Nicaragua: la lucha popular contra la dictadura.

Cuadernos Políticos, nº20. México: Editorial Era, 1979. Disponível em:

<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

da burguesia e Estados Unidos. A FSLN, através de seu comunicado de março de 1979, faz uma ampla exposição da política praticada na Nicarágua desde a deposição de José Santos Zelaya, em 1909, com o intuito de expor o seu ponto-de-vista sobre o que ocorrera no país até então. Há a necessidade de convencer a população mundial de que o que passava na Nicarágua não era uma guerra civil e, sim, uma guerra contra o despotismo, buscando, assim, uma legitimação da luta sandinista e apoio externo.

A recuperação da imagem de Augusto César Sandino nos textos é inevitável e é utilizada para divulgar a união das massas e explicar a sua tendência insurrecional. Afirma-se que o mesmo povo humilde que integrou o Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua (EDSNN), criado em 1927, se unia novamente, através da FSLN, para continuar a luta de seu antigo líder contra o imperialismo. Recupera-se, inclusive, a essência do projeto do EDSNN, o qual pretendia unir as nações americanas na luta anti-imperialista. A Frente Sandinista explora o fato de o imperialismo estadunidense agir em vários países da América Latina para solicitar a solidariedade militante de seus “irmãos do continente” ao “povo de Sandino”³⁷⁶, uma clara alusão ao *Plan de realización del supremo sueño de Bolívar*.³⁷⁷

A FSLN se utilizava da história para legitimar e justificar suas ações. A história político-sócio-econômica do país teria fornecido um arsenal de razões que, indubitavelmente, levariam à revolta. A ação armada, para os sandinistas, seria a única maneira de vencer o somozismo, já que este, no entender dos revoltosos, teria como pilar de seu governo a coerção da população através da repressão armada exercida pela Guarda Nacional.

Um povo que em toda a sua história fora submetido às vontades colonialistas, imperialistas e ditatoriais, teria toda uma base histórica para unir-se e dirigir seu futuro rumo à ansiada justiça social, todo o caminho percorrido demonstraria que a revolução seria inevitável.

Já no poder, alcançado em julho de 1979³⁷⁸, a FSLN afirma que o novo governo, agora popular, era um projeto histórico de consequências irreversíveis e altamente próspero. Sempre

³⁷⁶ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Nicaragua: la lucha popular contra la dictadura. *Cuadernos Políticos*, nº20. México: Editorial Era, 1979, p. 15. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

³⁷⁷ Documento de autoria do EDSNN que seria apresentado por Augusto César Sandino em uma conferência que reuniria vinte e um Estados latino-americanos. Entre outros temas abordados, propunha a união dessas nações para a manutenção da independência em relação às pretensões expansionistas dos Estados Unidos (SANDINO *In*: ZEA, 1993).

³⁷⁸ Assim que a ditadura caiu, assumiu o governo da Nicarágua a chamada Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN). Esta Junta era composta por cinco membros, cada qual representando um grupo opositorista à Somoza, são eles: Daniel Ortega da FSLN; Sérgio Ramírez do Grupo dos Doze; Alfonso Robelo do MDN (Movimento Democrático Nicaraguense); Moisés Hasán da Insurreição Urbana de Manágua; e Violeta Chamorro, **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

que possível, a Frente faz menção ao caráter popular do sandinismo, que, por ser oriundo das massas, seria original, hegemônico e definitivo. O triunfo sandinista teria ocorrido graças à confluência de fatores históricos, argumento que eliminaria a possível acusação de reacionários de que o novo governo teria se estabelecido por acaso, assim como, a continuação daquele novo modelo de política seria garantida por ter sua raiz em uma luta popular histórica, que nascera com Augusto Sandino.

Nos textos faz-se menção a pretensão de elevar a sociedade nicaraguense a outros níveis de organização, porém, pouco se utiliza o termo socialismo. A revolução é definida como nacional, popular e anti-imperialista, as suas tarefas fundamentais seriam preservar a liberdade nacional, garantir a continuidade da hegemonia popular e reconstruir o país, sendo que a FSLN afirma que o socialismo seria a meta de tais empreendimentos somente ao fim do documento de 1979, quando ainda não havia alcançado o poder. Posteriormente, pouco expressa, em termos literais, o desejo de construir uma sociedade socialista. Tal meta é explicitada novamente somente no artigo de 1985 que é uma transcrição, feita por Armando Bartra³⁷⁹, de uma discussão sobre a reforma agrária promovida pelo governo sandinista. Oficialmente, pouco o governo afirmou seu caráter socialista utilizando o próprio termo, como mostraremos adiante.

As propostas feitas e as medidas adotadas exemplificam o discurso moderado: a reforma agrária expropriaria terras improdutivas, sendo que a Frente faz questão de deixar claro que os grandes proprietários poderiam escolher entre associar-se às cooperativas ou a continuarem produzindo de forma independente, assim como admitem a importância da continuidade do empresariado privado e da necessidade de satisfazer as necessidades destes. Utilizando-se de um discurso democrático, afirmam que existiriam diferentes interesses entre as variadas camadas da população e que essas diversidades deveriam ser respeitadas e superadas para se alcançar a unidade nacional.

Ao mesmo tempo, nos textos publicados na revista, o governo salienta a ausência da influência comunista na política praticada. Durante o embate, antes da tomada do poder, a ditadura somozista teria acusado os sandinistas de serem comunistas, um dos motivos que levou ao distanciamento definitivo da burguesia em relação aos revolucionários; já no comando do país,

viúva de Pedro Joaquín Chamorro - jornalista do periódico La Prensa executado pela Guarda Nacional – (BATAILLON, 2008, p. 195).

³⁷⁹ Armando Bartra foi diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Maia e professor de Antropologia Social da Escola Nacional de Antropologia e História, especialista em área agrária (ambas instituições mexicanas). Colaboradores. *Cuadernos Políticos*, nº42. México: Editorial Era, 1985. Disponível em:

<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

receberiam tais tipos de acusações da oposição, da imprensa reacionária e do EUA. Em sua defesa, o governo ressalta manter uma política de não alinhamento e que estaria disposto a ter relações com qualquer país do mundo, independentemente de regimes políticos, econômicos e sociais³⁸⁰.

Nos textos aqui analisados, o governo destaca sua preocupação em desenvolver um método próprio de atuação, em outras palavras, procura mostrar não ser outra Cuba. Os líderes sandinistas não negam a influência exercida pelo exemplo revolucionário cubano, no entanto, desenvolvem um discurso de valorização do método nicaraguense de luta e de governo.

Em certos momentos, a FSLN procura enfatizar exatamente o que foi feito de oposto em relação à Cuba, principalmente no que tange à liberdade de imprensa e ao pluralismo político. No artigo *Principios y políticas del gobierno de Nicaragua* foram inclusas listagens que não só apresentam, como nomeiam, os meios de comunicação e os partidos políticos que apóiam a revolução, que são opostos a ela e os que lhe são neutros, assim como fazem questão de divulgar que a primeira decisão governamental foi não aplicar a pena de morte aos aliados somozistas presos de guerra³⁸¹. Em outra passagem do mesmo documento relatam a importância das eleições e fazem um autoelogio em relação à brevidade entre a chegada dos sandinistas ao poder e ao processo eleitoral (cinco anos). Bayardo Arce, membro da Direção Nacional da FSLN, afirma, em uma entrevista concedida a Gabriele Invernizzi, que o processo eleitoral não fora realizando antes porque a FSLN acreditava que haviam outras ações mais imperativas em áreas básicas, como emprego, alimentação e assistência médica. O que não concedia um valor secundário às eleições, visto que, havia a necessidade urgente de dar legitimidade ao governo revolucionário e o processo eleitoral seria a via legal para isso³⁸².

É importante ressaltar que os autores explicitam tais realizações sem citar Cuba. Na leitura do artigo fica evidente que a intenção é desvencilhar a imagem da revolução sandinista da imagem negativa de algumas decisões tomadas pelo governo cubano. Porém, em momento algum, nos textos aqui analisados, os líderes sandinistas criticam diretamente a administração castrista. Entretanto, fica claro que desejavam criar um método próprio de governar e que condenavam a falta de democracia e de liberdade de expressão.

³⁸⁰ *Principios y políticas del gobierno de Nicaragua*. In: *Cuadernos Políticos*, nº32. México: Editorial Era, 1982, p. 22. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

³⁸¹ *Idem*, p. 6 - 8.

³⁸² Entrevista concedida entre fins de 1984 e início de 1985. Participaram, também, Jaime Wheelock e Humberto Ortega, respectivamente ministros da Agricultura e Reforma Agrária e da Defesa (INVERNIZZI, 1985, p. 57 – 63). **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

Tais declarações expressam não somente um conteúdo democrático, mas, também, uma intenção de não aparentar perigo para as demais nações e uma tentativa de conquistar apoio internacional. O novo governo assume receber ajuda cubana, no entanto, não quer ser estigmatizado como uma cópia ou uma extensão de Cuba, em verdade, evita ao máximo possíveis comparações e procura provar, para seus opositores internos e externos, autonomia política total em relação ao país de Fidel e a qualquer outro. O governo sandinista busca criar seu próprio modelo socialista, um socialismo equilibrado com algumas características de economias capitalistas (existência da iniciativa privada incentivada pelo próprio Estado) e que não se alinha a nenhuma força internacional, procurando, desta maneira, agradar a todos com uma política externa neutra.

Esta atitude concede-lhes a propriedade de solicitar ajuda internacional para coibir o contra-ataque antirrevolucionário³⁸³, ao mesmo tempo em que permite a eles denunciar o comportamento estadunidense que agiria de forma a prejudicar a estabilidade do novo governo nicaraguense. Vale lembrar que, segundo a própria FSLN, os Estados Unidos teriam, ainda durante a ditadura, denunciado a má gestão de Somoza e divulgado a luta sandinista, pois, a partir do momento em que os ataques da Guarda Nacional contra a população tornaram-se desproporcionais a ofensiva teria causado mal-estar até entre os aliados imperialistas. As denúncias teriam ocorrido não para defender os nicaraguenses e, sim, com o intuito de evitar que a potência norte-americana fosse acusada de manter relações amistosas com um país que não respeitava os direitos humanos de sua própria população.

A revolução vista pelos intelectuais

Dentre os artigos analisados há uma discordância sobre os objetivos da revolução em relação ao quão profundas seriam as mudanças sociais e econômicas. Os intelectuais que se propõem a partir da análise do econômico demonstram crer que a economia mista será, no mínimo, longa e, conseqüentemente, o aspecto social continuaria apresentando características de uma sociedade capitalista. Já Carlos M. Vilas, que estuda a composição social nicaraguense, defende uma vindoura ação proletária que ocasionaria a implantação do socialismo e, por conseguinte, mudaria toda a conformação socioeconômica do país.

³⁸³ Na Nicarágua as ações reacionárias foram realizadas pelos chamados *contras*. Estes eram grupos armados, que realizavam ataques militares ao governo sandinista, majoritariamente no norte do país, através de incentivos internacionais concedidos, principalmente, pelos Estados Unidos.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Carlos M. Vilas³⁸⁴ traça a população revolucionária nicaraguense como sendo produto de um conjunto de circunstâncias que inevitavelmente ocasionariam uma revolta popular. Mas, ao contrário da Frente Sandinista de Libertação Nacional que credita a culpa da insurreição às políticas do governo Somoza, Vilas busca explicações que extrapolam a instância política. Para o autor, os aspectos psicossociais dos nicaraguenses seriam, juntamente com os aspectos políticos, responsáveis pela vontade revolucionária do povo. O autor tenta demonstrar para o seu leitor que o combatente típico é, praticamente, desconhecedor de autoridades e que não se sentia representado pelos organismos que deveriam fazê-lo. Depreende-se da leitura do artigo que o povo nicaraguense, ao menos na opinião de Carlos M. Vilas, necessitava de uma entidade norteadora, e a FSLN, através de seu caráter popular, teria suprido perfeitamente essa demanda.

Outro aspecto indispensável para a explicação do ânimo insurgente dos nicaraguenses seria o governo ditatorial Somoza. O autor compartilha da opinião da FSLN de que o governo era autoritário, violento e personalista. Suas decisões adviriam de necessidades próprias e das de seus aliados, tal conduta teria condicionado a população à pobreza e à insegurança. O que Vilas faz para além das teorias dos escritos sandinistas é unir o “fator” Somoza à estrutura psicossocial dos marginalizados. A autoridade governamental seria a primeira com a qual aquela camada da sociedade teria relação e, como o contato com o Estado só é reconhecido pelo indivíduo quando ingressa na fase adulta, este ser que até então pouco reconhecia autoridades, se vê acuado. O instinto natural desses jovens seria a rebeldia, mais como defesa, pela brutalidade do governo, do que como resultado de uma conscientização política. Estas pessoas são nomeadas por Carlos M. Vilas como sujeito social da insurreição.

O sujeito social de uma revolução socialista, teoricamente, teria que ser o proletariado (dentre outras características, aquele que é destituído dos meios de produção), o que não ocorre na revolução sandinista, já que camponeses e artesãos vivem do trabalho em seus próprios domínios, mesmo sendo estes pequenos, e com seus próprios instrumentos, mesmo sendo estes rústicos. Daí advém toda a preocupação de Vilas em, primeiro, mostrar que os insurrecionais nicaraguenses podem ser considerados um tipo de proletariado e, segundo, argumentar que os sujeitos históricos e sociais podem ser distintos. O teórico divide a revolução nicaraguense em duas etapas, sendo que a primeira já estaria ocorrendo e a outra estaria por vir, as quais teriam protagonistas distintos, um já ativo e o outro em vias de agir.

³⁸⁴ Vilas é um cientista social argentino e foi membro da Associação Nicaraguense de Cientistas Sociais (ANICS). Colaboradores. *Cuadernos Políticos*, nº42. México: Editorial Era, 1985. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A primeira etapa da revolução seria democrática, popular e antiimperialista, tem como agente o sujeito social e seu ápice seria a luta contra o Estado opressor de Somoza. A segunda etapa seria a das transformações na estrutura econômica e teria como agente o proletariado – aqui como o ideal tradicional de trabalhador destituído dos meios de produção – mesmo sendo a minoria da população economicamente ativa do país. Estes não poderiam causar mudanças sociais sem alterar, também, as condições de vida dos camponeses e dos artesãos, que neste momento já não seriam mais os protagonistas dos eventos. A massa trabalhadora que causaria as alterações da segunda etapa, entende-se, que implantaria o socialismo, seria o sujeito histórico da revolução socialista nicaraguense.

Já Richard L. Harris³⁸⁵, Héctor Guillén Romo³⁸⁶ e Eduardo Baumeister³⁸⁷ analisam os aspectos econômicos da Nicarágua revolucionária para desenvolver teorias a respeito do caráter não socialista das pretensões sandinistas. Nos artigos fica claramente expressado que o governo sandinista não tinha pretensões de implantar, ao menos imediatamente, o socialismo em seu território. Partindo da premissa de que o país era antes da revolução capitalista subdesenvolvido, e considerando as características que este tipo de nação apresenta, os autores mostram que a economia mista é o modelo econômico mais viável para a Nicarágua.

Analisando a reforma agrária, Eduardo Baumeister, defende que esta é limitada pela estrutura agrária herdada do período Somoza, a qual, ao contrário das superestimações feitas pelos revolucionários, não pertencia predominantemente ao ditador e seus aliados. De acordo com o autor, menos da metade da produção era oriunda de domínios da alta burguesia e da família Somoza, e como, inicialmente, apenas estes territórios eram inclusos na redistribuição de terras³⁸⁸, grande parcela da produção agropecuária continuaria pertencente à iniciativa privada.

³⁸⁵ Especialista em estudos da América Latina e África. Colaboradores. *Cuadernos Políticos*, nº40. México: Editorial Era, 1984. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

³⁸⁶ Doutor em Ciências econômicas pela Universidade de Paris I. Disponível em: <http://www.economia.unam.mx/publicaciones/econunam/pdfs/autores/a6.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

³⁸⁷ Pesquisador independente do Centro de Estudos para a Participação Democrática e o Desenvolvimento em Manágua. Disponível em: <http://www.unrisd.org/>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

³⁸⁸ De acordo com o programa revolucionário pretendia-se estatizar apenas as propriedades de Somoza e de seus aliados oligarcas e burgueses. Com a Lei da Reforma Agrária de 1981 incluem-se nos confiscos as propriedades agrárias ociosas e/ou pouco exploradas e as grandes áreas dedicadas à pecuária que tivessem baixa concentração de gado. BAUMEISTER, Eduardo. Un balance del proceso de reforma agraria nicaraguense. *Cuadernos Políticos*, nº43. México: Editorial Era, 1985, p. 13 - 14. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Dessa maneira, persistia na Nicarágua um tipo de capitalismo onde as terras estatizadas seriam dedicadas às cooperativas e as privadas pertenceriam aos pequenos, médios e alguns grandes produtores, constituindo, assim, um capitalismo agrário democrático. Além do mais, uma ação revolucionária com intuítos socialistas, entre a população do campo, seria impensável. Baumeister não atribui o fervor revolucionário apregoado tanto por Carlos M. Vilas quanto pela FSLN aos camponeses, estes são descritos como tendo baixa ação revolucionária, seja pela repressão somozista ou pela extensa fronteira agrícola do país. Segundo o intelectual, quando os camponeses necessitavam expandir seus territórios, o faziam rumo à fronteira agrícola, sem a necessidade de reivindicá-los ao governo³⁸⁹. Os camponeses não poderiam iniciar uma luta contra o governo da mesma maneira que não teriam interesses em tal tipo de empreitada.

Para Harris e Guillén Romo, devido à represália estadunidense, as importações e as exportações estariam prejudicadas não permitindo um crescimento econômico superior ao dos anos imediatamente anteriores à deposição do governo ditatorial somozista. Adiciona-se ao contexto a recusa do setor privado de investir no desenvolvimento da economia mista por falta de garantias por parte do governo revolucionário de que não estatizaria suas propriedades. Este é o argumento da burguesia, em resposta, o governo afirmava que aqueles eram reacionários e que não faziam investimentos como forma de boicote.

A solução encontrada pelo governo sandinista, segundo os autores, foi a planificação da economia sem a sua socialização, já que isto não implicaria em alterar as relações de propriedade (que de acordo com estes autores seria de, aproximadamente, 40% estatal e 60% privada). As zonas das APP's (Área de Propriedade do Povo) seriam o “motor” do desenvolvimento e, especialmente, as suas indústrias proporcionariam a transformação do seu setor. Ainda segundo Harris e Guillén Romo, na medida em que o novo governo adquirisse experiência na administração e na planificação das APP's, ele poderia, gradativamente, aumentar o nível de socialização da economia, sem, contudo, socializar todo o processo produtivo, o que nunca fora, segundo esses autores, a intenção do governo revolucionário.

No que tange ao impacto internacional da revolução, é claramente perceptível que, nos artigos escolhidos para análise, os intelectuais³⁹⁰ fazem uma defesa do governo revolucionário da

³⁸⁹ *Idem* p. 7.

³⁹⁰ Os autores dos artigos são Marlene Dixon, Lucrécia Lozano e Raúl Benítez Manaut. Lozano e Benítez Manaut são pesquisadores do Centro de Estudos Latino-americanos da UNAM. Colaboradores. *Cuadernos Políticos*, nº47. México: Editorial Era, 1986. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Nicarágua e um ataque à, praticamente, todas as medidas do governo dos Estados Unidos, visto como o grande inimigo dos sandinistas. Da leitura dos artigos depreende-se que no conflito, de certa maneira velado entre ambas as nações, existia uma enorme desproporção de forças, semelhante à relação entre o pequeno Davi – Nicarágua – e o gigante Golias – Estados Unidos.

Um ataque direto dos EUA à Nicarágua seria desastroso para o país sandinista, pois este não teria a menor condição de defender-se, porém, o seria, também, para os EUA porque além de ter de enfrentar a crítica mundial, teria que explicar-se a sua própria população. Atacar diretamente um país pequeno, sem um motivo devidamente justificável, naquele momento, seria um erro e os articulistas expressam bem isso. Para os intelectuais estudados, foi graças à guerra do Vietnã, e às suas decorrências, que a Nicarágua conseguiu fazer sua revolução. No entanto, se os EUA não puderam intervir diretamente no conflito, o fez depois através dos *contras* e de medidas político-econômicas.

Os intelectuais engrandecem a Nicarágua quando descrevem todo o esforço dos Estados Unidos para não perdê-la e quando mostram a resistência dela ao imperialismo. Porém, tornam-na pequena e frágil ao delatar embargos econômicos, pressões políticas e ataques militares praticados pelos EUA.

Considerações finais

Como pudemos observar, os intelectuais discutiam as possibilidades e os limites da revolução sandinista dentro do socialismo. Apesar de a revista, graças ao seu caráter marxista, atribuir grande ênfase ao econômico e ao político (o qual já demonstra em seu nome), dedicou-se, também, às questões sociais do país, chegando a aventurar-se no aspecto psicossocial da população nicaraguense.

Percebemos que os intelectuais, por mais que em alguns momentos fossem um pouco mais críticos, acreditavam que a revolução sandinista proporcionara ao país mudanças importantes e que ainda poderia ocasionar maiores benefícios para a camada não abastada economicamente da população. É impossível generalizar a opinião intelectual, mas, se permitirmo-nos procurar um aspecto em comum entre os articulistas estudados neste trabalho, encontraremos o apoio à revolução sandinista. E se a revista dedicou um grande número de páginas à revolução nicaraguense e, até mesmo, aos líderes sandinistas, é porque o apoio às mudanças no país não se restringia aos intelectuais que assinaram os artigos, *Cuadernos Políticos* fez,

praticamente, uma campanha pró-sandinista. Uma campanha pelo sandinismo que se baseava nos anos sessenta, aquele que através de um discurso de cunho socialista, apregoava o fim da ditadura e a redistribuição de renda, e não no da segunda metade nos anos oitenta, o qual aboliu o salário mínimo e que reprivatizou parte do sistema de saúde³⁹¹, e que anos depois seria derrotado pela oposição³⁹².

Cuadernos Políticos representa apenas parte da interpretação intelectual sobre a revolução nicaraguense, a fração favorável ao sandinismo. A oposição ao governo sandinista, quando retratada, é descrita como interesseira, covarde e egocêntrica – tal qual os somozismo foi relatado pela FSLN. O periódico não abriu espaço para as explicações dos opositores, o que é justificado pela conduta explicitamente esquerdista da revista e dos críticos que nela publicavam.

Em 1986 *Cuadernos Políticos* publicou seu último artigo sobre a Nicarágua. A revista perduraria por mais quatro anos, fazendo de sua edição final um especial sobre a queda do Muro de Berlim e sem emitir uma nota sequer explicando o porquê de seu fim, ou mesmo, informando que era o fim.

Ambos os termos apesar de não serem justificados oficialmente são facilmente dedutíveis. O periódico, criado em 1974, vivenciou a Guerra Fria e debateu arduamente as questões que estavam em pauta naquele período: capitalismo versus socialismo; desenvolvimento versus subdesenvolvimento; Primeiro Mundo versus Terceiro Mundo. Sempre se utilizando da dialética marxista, dedicou-se exclusivamente a discutir de forma ferrenha os dilemas da segunda metade do século XX. E quando o século XX “acabou”³⁹³, entre os anos de 1989, com a queda do muro de Berlim, e 1991, com o processo de derrocada do socialismo real na União Soviética, todas aquelas questões debatidas em *Cuadernos Políticos* perderam a sua intensidade e o marxismo perdeu a sua força.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS:

³⁹¹ ZIMMERMANN, 2006, p. 141.

³⁹² Em fevereiro de 1990 Violeta Chamorro, viúva de Pedro Joaquín Chamorro, assassinado pelas forças somozistas, derrotou Daniel Ortega nas eleições presidenciais (RAMÍREZ, 2011, p.195 – 197).

³⁹³ Eric J. Hobsbawm delimita o seu breve século XX entre os anos de 1914 e 1991, respectivamente, início da Primeira Guerra Mundial e colapso da URSS, marcando o fim do socialismo e do mundo bipolar (HOBSBAWM, 1995).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

En este número. *Cuadernos Políticos*, nº20. México: Editorial Era, 1979. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

En este número. *Cuadernos Políticos*, nº25. México: Editorial Era, 1980. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

Principios y políticas del gobierno de Nicaragua. *Cuadernos Políticos*, nº32. México: Editorial Era, 1982. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

BARTRA, Armando. Dos vías de la reforma agrária sandinista; síntesis de um debate. *Cuadernos Políticos*, nº42. México: Editorial Era, 1985. Disponível em <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

BAUMEISTER, Eduardo. Un balance del proceso de reforma agraria nicaragüense. *Cuadernos Políticos*, nº43. México: Editorial Era, 1985. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

DIXON, Marlene. La izquierda norteamericana y la revolución en América Latina. *Cuadernos Políticos*, nº27. México: Editorial Era, 1981. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Nicaragua: la lucha popular contra la dictadura. *Cuadernos Políticos*, nº20. México: Editorial Era, 1979. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

HARRIS, Richard L.; GUILLÉN ROMO, Héctor. Propiedad social y propiedad privada en Nicaragua. *Cuadernos Políticos*, nº40. México: Editorial Era, 1984. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

JAVIER SIGÜENZA R., F. Presentación. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. En este número. *Cuadernos Políticos*, nº42. México: Editorial Era, 1985. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. En este número. *Cuadernos Políticos*, nº43. México: Editorial Era, 1985. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén; MARINI, Ruy M. En este número. *Cuadernos Políticos*, nº32. México: Editorial Era, 1982. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index.html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

JONAS, Susanne. Revolución e intervención en Centroamérica. *Cuadernos Políticos*, nº29. México: Editorial Era, 1981. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

JUNTA DE GOBIERNO DE NICARAGUA. Año I de la Revolución Nicaragüense. *Cuadernos Políticos*, nº25. México: Editorial Era, 1980. Disponível em:

<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 03 de julho de 2012.

LOZANO, Lucrecia; BENÍTEZ MANAUT, Raúl. De la contención pasiva a la guerra de baja intensidad en Nicaragua. *Cuadernos Políticos*, nº47. México: Editorial Era, 1986. Disponível em:

<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

MARINI, Ruy Mauro; PEREYRA, Carlos. En este número. *Cuadernos Políticos*, nº29. México: Editorial Era, 1981. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 20 de novembro de 2012.

VILAS, Carlos M. El sujeto de la insurrección popular sandinista. *Cuadernos Políticos*, nº42. México: Editorial Era, 1985. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/index/html>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

BIBLIOGRAFIA:

BATAILLON, Gilles. *Génesis de las guerras intestinas em América Central (1960-1983)*. México: FCE, 2008.

CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Colóquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010. Publicação em CD-ROM, p. 3.

CRUZ, Heloisa de F. & PEIXOTO, Maria R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, nº 35. São Paulo, 2007, p. 253-270.

FONTANA, Josep. A crise de 1989. In: FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1995.

GIROLA, Lúdia; ZABLUDOVSKY, Gina. La teoría sociológica en México en la década de los ochenta. *Sociológica*, nº 15. México, 1991.

GUEVARA, Ernesto. Sobre a construção do partido. In: SADER, Eder (org.). *Ernesto Che Guevara: política*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ILLADES, Carlos. *Cuadernos Políticos y las redes intelectuales del exilio*. México, 2012. Disponível em: http://cisnex.amc.edu.mx/congreso/Ciencias_Sociales_Humanidades/Exilio/ponencias/Illades_pdf.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2013.

INVERNIZZI, Gabriele (org.). *Sandinistas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *História*, nº 22. São Paulo, 2003, p. 59-79.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RAMÍREZ, Sergio. *Adiós muchachos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

ROUQUIÉ, Alain (org.). *Las fuerzas políticas en América Central*. México: FCE, 1994.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual – As conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDINO, Augusto César. Plan de realización del supremo sueño de Bolívar. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: FCE, 1993, v. 2.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. *A intervenção dos EUA na Nicarágua*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

As representações sobre a Revolução Sandinista nas páginas da revista exílica *Araucaria de Chile* (1978-1990)

Raphael Coelho Neto
Especialista - UFMG
raphaelcneto@yahoo.com.br

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

RESUMO: Este artigo possui como objetivo central analisar as representações da Revolução Sandinista na revista exílica *Araucaria de Chile*, no período de circulação do impresso, entre os anos de 1978 e 1990. Criada por intelectuais chilenos exilados durante a ditadura do general Augusto Pinochet, a maioria deles vinculados ao Partido Comunista do Chile (PCCh), *Araucaria de Chile* dedicou espaço considerável às análises políticas dessa revolução, dando um tom positivo a ela e tendo-a como modelo na tentativa de reverter a ordem ditatorial no Chile. Buscaremos perceber de que maneira os artigos e os ensaios com essa temática, publicados na revista, relacionaram-se ao contexto político chileno, marcado pelo autoritarismo do governo militar de Pinochet e pelo exílio intelectual.

Palavras-Chave: *Araucaria de Chile*, Exílio Intelectual, Revolução Sandinista.

Introdução

Araucaria de Chile (1978-1990) foi uma revista cultural e política, de clara oposição ao regime militar de Augusto Pinochet (1973-1990), criada em 1977, em Roma, por intelectuais chilenos no exílio. A revista, de circulação trimestral e que tinha como sede inicial a cidade de Paris, foi lançada oficialmente no primeiro trimestre de 1978. Fundada e dirigida por intelectuais ligados ao Partido Comunista Chileno (PCCh), como o renomado escritor chileno Volodia Teitelboim, diretor da revista durante seus doze anos de publicação, e Carlos Orellana, secretário de redação, *Araucaria de Chile* veiculou e difundiu em seus textos culturas políticas de esquerda, embora não fosse oficialmente porta-voz do PCCh e recebesse a colaboração de intelectuais de distintas tendências políticas.

Embora tenha sido fundada em Roma, a sede da sua redação foi, inicialmente, Paris, por três razões: a possibilidade de se instalar em uma seção cedida pelo jornal *L'Humanité*, porta-voz do Partido Comunista da França; por viver exilado na capital francesa o escritor, redator e membro do Partido Comunista Chileno (PCCh), Carlos Orellana, nomeado secretário de redação da revista; e, por fim, por funcionar na cidade o comitê de cultura do PCCh, que poderia acompanhar a produção da revista e dar o apoio material necessário (SILVA, 2009, p. 18). Posteriormente, *Araucaria* estabeleceu-se em Madrid por uma questão pragmática de execução e distribuição da revista, já que ela havia sido impressa na capital da Espanha desde seus primeiros dias, pela editora *Ediciones Michay*.

Uma das temáticas recorrentes na revista foi a experiência revolucionária da *Frente Sandinista de Libertação Nacional* (FSLN), de 1979, encerrando décadas de ditadura somozista na Nicarágua. Inspirado em Augusto César Sandino, líder guerrilheiro que lutou, nos anos 1920 e 30,

contra a ocupação norte-americana na Nicarágua, esse movimento revolucionário foi resultado de um acúmulo de forças sociais heterogêneas – camponeses, operários, pobres e marginalizados da cidade e do campo, intelectuais e setores progressistas da burguesia - em torno de um objetivo comum: liquidar o governo da família Somoza na Nicarágua, abrindo caminho para a emancipação do país em face do imperialismo dos Estados Unidos (RODRIGUES, 1996, p. 361).

Inicialmente de caráter popular e anti-imperialista, o movimento de oposição ao governo de Anastasio Somoza Debayle foi canalizado pelo grupo politicamente mais organizado, a FSLN, no sentido de dotá-lo de uma perspectiva revolucionária, incluindo, nesta perspectiva, a luta armada, o que resultou na Revolução Sandinista de 1979 e encerrou décadas de ditadura somozista na Nicarágua. Os termos do socialismo no país foram adotados posteriormente, com o governo da FSLN, no transcorrer da “rota de desenvolvimento da questão nacional nicaraguense” (RODRIGUES, 1996, p. 365).³⁹⁴

Todo esse processo foi analisado por alguns colaboradores da revista *Araucaria de Chile*, dentre eles Julio Cortázar, Mario Benedetti e Eduardo Galeano.

Assim, em função da recorrência desse assunto, propomos, neste trabalho, uma discussão exploratória baseada nas representações referentes ao movimento revolucionário na Nicarágua pelos intelectuais colaboradores da revista *Araucaria de Chile*. Buscaremos vincular tais debates políticos à condição de exílio intelectual e ao contexto ditatorial vivido por alguns países da América Latina nas décadas de 1970 e 1980, especialmente o Chile, bem como ao editorialismo programático da revista – editorialismo militante, ligado a algum projeto político (BEIGEL, 2003, p. 108).

Observamos, todavia, que esta pesquisa encontra-se em fase inicial, o que inviabiliza um maior aprofundamento no tema proposto e em outros que ainda poderão ser descobertos e analisados de forma mais criteriosa.

Considerações teóricas e metodológicas

Torna-se necessário, de antemão, trabalharmos com conceitos significativos para o estudo em questão, quais sejam: culturas políticas, representação, intelectuais, exílio e rede de sociabilidade intelectual. Além desses conceitos, devemos observar o trabalho metodológico com as revistas culturais enquanto fonte/objeto de pesquisa.

³⁹⁴ Sobre a Revolução Sandinista, destacamos os seguintes estudos: Lygia Rodrigues (1996), Matilde Zimmermann (2006) e Adriane Vidal Costa (2009).

Assim, por cultura política, entendemos, com base em Rodrigo Patto Sá Motta (2009), um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas compartilhado por determinado grupo, expressando, dessa forma, identidades coletivas, fornecendo leituras e modos de ver comuns do passado, bem como para projetos futuros, determinando as motivações do ato político.

O conceito de *representação*, importante para o entendimento de uma cultura política e essencial para o artigo em questão, é compreendido como “um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, mobiliz[ando], portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (MOTTA, 2009, p. 21-22). A acepção de Helenice Rodrigues da Silva torna-se útil para complementar o conceito utilizado por Rodrigo Sá Motta e apreendido por nós. Para a autora, “a representação de um objeto corresponde, então, a um conjunto de informações, de opiniões e de crenças referentes a esse objeto”, constituindo modos específicos de conhecimento do real e permitindo, aos indivíduos, agir e comunicar mediante essa forma subjetiva de ver o mundo (SILVA, 2000, p. 86).³⁹⁵

Devemos destacar também o que entendemos por *Intelectuais*, tendo como suporte para a construção do conceito os autores Carlos Altamirano (2006; 2008) e Jean-François Sirinelli (2003). O termo *intelectual*, de acordo com Sirinelli, traz em si duas acepções de natureza sociocultural, sendo uma mais ampla, marcada pela noção de “mediador” cultural, abrangendo escritores, jornalistas, professores secundários, eruditos etc., e outra mais restrita, amparada na noção de engajamento na vida social (SIRINELLI, 2003, p. 242-243). Na acepção de Carlos Altamirano, os intelectuais são atores do debate público, “consciência” de seu tempo, intérpretes da nação ou vozes de seu povo, que transmitem publicamente seu pensamento, podendo atingir desde círculos restritos de letrados até setores mais amplos da sociedade (ALTAMIRANO, 2006, p. 102; 2008, p. 9). No entender dos dois autores, a condição de intelectual necessita do reconhecimento e legitimidade adquiridos junto a seus pares e à sociedade em geral.³⁹⁶

Acreditamos, assim, que os intelectuais colaboradores da revista *Araucaria de Chile* foram mediadores culturais, produtores e transmissores de ideias, engajados na vida social da América Latina, detentores de posicionamento político, participantes do debate público com grande capacidade interpretativa da realidade na qual estavam inseridos.

³⁹⁵ Sobre o conceito de representação, ver também Roger Chartier (1990).

³⁹⁶ A esse respeito, ver o conceito de capital cultural e simbólico em Pierre Bourdieu (2002).

No tocante ao exílio, a partir da concepção de Angel Rama (1978), concebemo-lo como uma condição que submete aqueles que a sofrem a processos de transculturação, a experiências sociais violentas e a rudes mutações em razão da obrigatoriedade de viver em ambientes culturais e de sociabilidade distintos do seu ambiente de origem. Comungamos também da perspectiva de exílio presente em Edward Said, para quem a dificuldade do exilado não consiste somente em ser forçado a viver longe do seu país, mas, sobretudo, em ter de viver com a lembrança de que se encontra no exílio, situando-se em um estado intermediário no qual não está integrado ao novo ambiente social nem totalmente liberto do seu lugar de origem (SAID, 2005, p. 56-57). Concebemos, portanto, a experiência do exílio como vivências de padecimento tanto individuais quanto coletivas, o que, por conseguinte, interfere nas produções intelectuais forjadas sob essa condição.

Podemos, então, compreender a revista exílica *Araucaria de Chile* a partir de três características essenciais: como bem cultural de resistência política; como espaço de socialização de intelectuais que visavam diminuir a sensação de isolamento e solidão provocada pelo exílio; e, por fim, como um meio para as ideias e debates acerca de assuntos distintos. *Araucaria de Chile* atuou no sentido de organizar-se enquanto oposição política à ditadura de Augusto Pinochet, mas serviu também como meio de expressão das artes visuais e da literatura chilenas, bem como discorreu sobre assuntos políticos diversos.

Constituindo fonte/objeto privilegiado para o estudo da *História Intelectual*, as revistas são comumente dirigidas por um coletivo, e “informam sobre os costumes intelectuais de um período, sobre as relações de força, poder e prestígio no campo da cultura” (SARLO, 1992, p. 15). Nessa perspectiva, Regina Crespo (2010) afirma que as revistas são tradicionalmente o resultado de um projeto coletivo, representando, assim, o ponto de vista de um grupo de intelectuais, sua intervenção ideológica na arena político-cultural. Para Jean-François Sirinelli, elas tornaram-se lugares preciosos para a análise do movimento das ideias, assim como podemos concebê-las como espaços de sociabilidade intelectual (SIRINELLI, 2003, p. 249). As revistas estimularam a construção de redes de sociabilidade na medida em que materializam em papel os pensamentos de grupos intelectuais e artistas com propostas culturais e políticas comuns (CRESPO, 2010, p. 5).

Segundo Eduardo Devés-Valdés (2007), a real constituição de uma rede de sociabilidade intelectual demanda frequência e densidade em relação à comunicação de seus membros. Entre as formas de contato, comunicação e estreitamento dos laços intelectuais estão as revistas,

fundamentais para a compreensão da vida intelectual de um dado período. No entanto, embora as redes de sociabilidade remetam à associação de intelectuais por cumplicidade e afinidade de ideias, elas não excluem a pluralidade de pensamentos dentro dos grupos. Tampouco eliminam as “batalhas internas e externas, tanto políticas quanto culturais” (REIS, 2012, p. 21). No que diz respeito à revista *Araucaria de Chile*, podemos afirmar que os laços de sociabilidade entre os intelectuais que nela escreveram foram reforçados em eventos organizados para comemorar seu aniversário. Saraus, conferências e atos foram realizados, contando com a presença de membros do comitê editorial, colaboradores e leitores (SILVA, 2009, p. 24).

Tentativas de encontros frequentes contribuem para a consolidação efetiva de um projeto coletivo em torno dos objetivos editoriais e políticos de uma revista. No caso de *Araucaria de Chile*, no que concerne às representações sobre a Revolução Sandinista, é possível assinalar que as perspectivas dos intelectuais colaboradores a esse respeito mostraram-se em perfeita conexão. Passemos, então, ao contexto de criação da revista *Araucaria de Chile* e às análises dessas representações.

As representações intelectuais sobre a Nicarágua revolucionária em *Araucaria de Chile*

O golpe militar do dia 11 de setembro de 1973, no Chile, destituiu do poder o presidente Salvador Allende, eleito em 1970 pela Unidade Popular (UP), coalizão política composta por partidos de esquerda que propunha a "via chilena para o socialismo".³⁹⁷ De acordo com Priscila Carlos Brandão Antunes (2010), o poder executivo, paulatinamente, concentrou-se em Augusto Pinochet, a ponto deste, até o final do regime militar, personificar um dos governos mais autoritários da América Latina nesse contexto.

Fabiana de Souza Fredrigo (1998) e Pablo Policzer (1998) indicam o gradativo aumento do controle estatal sobre a população chilena através, inicialmente, do fechamento do Congresso Nacional; de decretos-leis que aumentaram o poder político do executivo, proibindo todas as atividades políticas e sancionando a ilegalidade dos partidos; e da criação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) que, em nome da segurança nacional, concentrou as medidas repressivas contra os opositores do governo. Os militares buscavam definir a situação do Chile como uma guerra aos inimigos internos - os marxistas e os adeptos da política de Salvador Allende - prolongando

³⁹⁷ Os seguintes partidos compunham a UP: Partido Comunista (PC), Partido Socialista (PS), Ação Popular Independente (API), Radicais (PR), Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) e Partido Social-Democrata (PSD) (AGGIO, 2008, p. 78). Sobre o governo da UP no Chile, ver: Alberto Aggio (2002; 2008), Sergio Bitar (1980) e Julio Pinto Vallejos (coord.) (2005).

por tempo indefinido esse suposto “estado de emergência e crise”, convertendo um governo militar em um regime ditatorial (GARRETÓN *apud* REBOLLEDO GONZÁLEZ, 2003, p. 92). À medida que a repressão avançava, crescia vertiginosamente o número de mortos, desaparecidos, torturados e exilados.

Na perspectiva de Loretto Rebolledo González, “jamais na história do Chile havia se registrado uma saída forçada de chilenos tão massiva em tão curto prazo, para lugares distintos, a partir de 1973” (REBOLLEDO GONZÁLEZ, 2012, p. 178). O exílio chileno foi marcado por uma grande quantidade de intelectuais, artistas, profissionais e estudantes universitários, aos quais se agregaram, em menor proporção, operários, camponeses e técnicos (REBOLLEDO GONZÁLEZ, 2012, p. 181). No que tange aos intelectuais exilados, não podemos deixar de mencionar sua conduta de oposição e resistência política à ditadura pinochetista ao produzirem nessas circunstâncias. Nesse sentido, em estreita relação com todo esse contexto, evocamos as revistas culturais e políticas exílicas em geral e, especificamente, *Araucaria de Chile*.

Araucaria teve 48 números publicados sem interrupção a cada três meses, durante doze anos (1978-1990), constituindo, como aponta Carlos Orellana (1994), no *Índice Geral* da revista, um exemplar representativo da produção cultural dos intelectuais exilados.

O comitê de redação de *Araucaria de Chile*, que a integrou permanentemente até sua última publicação em 1990, foi composto pelos seguintes intelectuais chilenos: Luis Bocaz, professor, crítico e ensaísta; Osvaldo Fernández, professor de filosofia; e o jornalista Luis Alberto Mansilla. O economista Alberto Martínez incorporou-se ao comitê central de redação a partir do número 8 de *Araucaria de Chile* (ORELLANA, 1994, p. 15-16).³⁹⁸

Orellana, ao referir-se a esse corpo editorial da revista, afirmou que

o diálogo e as discussões constantes e apaixonadas no interior desse grupo nos permitiam sentir que havíamos encontrado por fim aquilo que tão fervorosamente almejávamos desde muito tempo, anos antes do triunfo da Unidade Popular: o funcionamento, no campo da preocupação cultural, de uma inteligência coletiva afinçada em uma visão marxista de mundo, capaz de unir qualidades que nos pareciam essenciais para legitimar uma vontade ideológica (ORELLANA, 1994, p. 16).

³⁹⁸ Os mencionados membros do comitê de redação da revista *Araucaria de Chile* tinham em comum a docência em universidades chilenas e francesas. Todos exerceram funções de destaque no ambiente acadêmico, à exceção de Luis Alberto Mansilla, que marcou sua trajetória intelectual no campo do jornalismo cultural. Alberto Martínez, além de professor da Universidade de Reims, na França, foi diretor da *Dirección de Industria y Comercio* (DIRINCO), durante o governo da UP. Mais informações sobre os integrantes do comitê de redação da revista *Araucaria*, ver Carlos Orellana (1994).

Essa citação evidencia a existência efetiva de uma rede de sociabilidade intelectual ligada a culturas políticas de esquerda, rede esta que poderia se fazer ainda maior, já que *Araucaria de Chile* veiculou textos de inúmeros colaboradores, dentre os quais renomados escritores chilenos e latino-americanos, como Ariel Dorfman, Antonio Skármeta, Bernardo Subercaseaux, Omar Lara, Fernando Alegría, Isabel Allende, Mario Benedetti, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez e Eduardo Galeano.

O editorial de lançamento da revista afirmou que o nome *Araucaria de Chile* foi uma referência a ícones da identidade chilena, a árvore típica da paisagem do país e os povos araucanos (1978, nº1, p. 6). Embora a maioria dos assuntos ressaltassem, de fato, marcas da história do Chile e enfatizassem, sobretudo, problemáticas do país durante a ditadura pinochetista, a revista, até em razão da diversidade de colaboradores mencionados, abordou vários temas relativos aos demais países da América Latina. Dentre os assuntos recorrentes na revista *Araucaria de Chile* esteve a experiência revolucionária na Nicarágua, em 1979, analisada por renomados intelectuais latino-americanos.

Julio Cortázar, ao receber da Junta do Governo nicaraguense o prêmio *Rubén Darío*, discursou para a plateia que o acompanhava na Nicarágua. Em seu discurso, publicado em *Araucaria*, número 22, ele posicionou-se claramente favorável à revolução popular sandinista, ressaltando o valor social adquirido pela cultura com a ascensão ao governo da *Frente Sandinista de Libertação Nacional* (FSLN).

Cortázar ressaltou que a acepção de cultura, na Nicarágua, após a revolução, adquiriu uma conotação que não existia em países europeus, como os do ocidente, nos quais só a usavam em um sentido elitista, concebendo-a como privilégio de poucos. Em sua visão, o Ministério da Cultura e quaisquer das instâncias do governo sandinista “têm expandido desde o primeiro momento o conceito de cultura [...]; têm empurrado a palavra cultura às ruas como se fosse um carrinho de sorvete ou de frutas” que se tem colocado nas mãos e na boca do povo “com um gesto simples e cordial de quem oferece um alimento” (CORTÁZAR, 1983, nº22, p. 49). Essas palavras, colocadas em um sentido metafórico, indicavam a oposição de Julio Cortázar ao caráter elitista e acadêmico da concepção de cultura. Ele criticou seu acesso limitado a poucos, contrapondo essa perspectiva ao sentido de “libertação, de dignidade e de justiça” que as manifestações culturais, como a música, o teatro e a poesia, proporcionaram à sociedade nicaraguense após a revolução (CORTÁZAR, 1983, nº22, p. 49).

Lembremos que Cortázar foi um grande admirador da Revolução Sandinista, atuando junto aos revolucionários no campo cultural, como quando ajudou a fundar o primeiro *Museu de Arte Contemporânea* no país e participou do processo de alfabetização da população local (COSTA, 2009, p. 481). Segundo Adriane Vidal Costa (2009), o escritor argentino apoiou intensamente a revolução na Nicarágua por acreditar que o processo revolucionário naquele país aproximava-se daquilo que ele tanto idealizou para as sociedades da América Latina. Por isso, “Cortázar assinalou que iria quantas vezes fosse preciso à Nicarágua para participar de diálogos e reuniões, e ajudar no que fosse possível no plano da cultura” (COSTA, 2009, p. 481-482).

O tema da cultura na Nicarágua esteve presente também em outro artigo publicado em *Araucaria de Chile*, em 1986, escrito por Pedro Bravo Elizondo. Confluindo para a mesma ideia de Julio Cortázar, Elizondo ressaltou que, com o triunfo da revolução, artistas formaram associações para proteger seus interesses e os do povo, difundindo os novos valores sandinistas (ELIZONDO, 1986, n°36, p. 147). Segundo o autor chileno, a *Associação Sandinista dos Trabalhadores da Cultura*, criada em 1980, encarregava-se de resgatar os elementos da cultura popular nicaraguense: a dança, a música, a tradição oral, a comida e os artesanatos. A associação deveria estimular os jovens a participar de algum ramo artístico, divulgando posteriormente seus trabalhos para suas comunidades de origem.

Os editores da revista *Araucaria de Chile* retomaram personagens históricos de modo a compor as representações sobre a Nicarágua revolucionária. Um poema do comunista Pablo Neruda foi publicado postumamente na revista, homenageando Augusto César Sandino, líder da rebelião armada contra a presença militar dos Estados Unidos na Nicarágua, entre as décadas de 1920 e 1930. Nas palavras do poeta chileno:

Fue cuando em tierra nuestra
se enterraron
las cruces, se gastaron
inválidas, profesionales.
Llegó el dólar de dientes agresivos
a morder território,
en la garganta pastoril de América [...]

Bajaron, vestidos de blanco,
Tirando dólares y tiros.
Pero allí surgió un capitán
que dijo: “No, aquí no pones
tus concesiones, tu botella.” [...]

Sandino se quitó las botas,
se hundió en los trémulos pântanos
se terció la banda mojada
de la libertad en la selva,
y, tiro a tiro, respondió
a los “civilizadores” (NERUDA, 1979, n°8, p. 7).

Percebemos neste poema, intitulado *Sandino*, que Pablo Neruda estabeleceu severas críticas à política imperialista dos Estados Unidos concernente aos países da América Latina e do Caribe. O poeta chileno glorificou a figura mítica de Sandino, realçando sua condição de símbolo da resistência popular à dominação norte-americana. Torna-se necessário destacar que esse poema foi publicado em *Araucaria de Chile* em 1979, no quarto trimestre, poucos meses após os acontecimentos que levaram ao poder os revolucionários da FSLN.

Precisamente a respeito da atuação dos Estados Unidos sobre a Nicarágua, durante a década de 1980, esteve a discussão de Mario Benedetti, publicada em forma de artigo na revista *Araucaria de Chile*, número 24, no quarto trimestre de 1983. O intelectual uruguaio, com certo grau de ironia, afirmou que o porfiado ritual de morte tem tido na Nicarágua três oficiantes fundamentais, quais sejam, os terremotos, a dinastia Somoza e o poderoso vizinho do norte, sendo os dois últimos mais devastadores que os abalos sísmicos (BENEDETTI, 1983, n°24, p. 39). Benedetti se referia à cruenta ditadura da oligarquia Somoza, que governou a Nicarágua por mais de 40 anos, destituída do poder pela Revolução Sandinista, bem como aos Estados Unidos, que apoiaram, em muitos momentos, os Somoza, e manifestaram, no início da década de 1980, toda sua hostilidade e oposição à FSLN. Mario Benedetti alertou para uma possível invasão

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

norte-americana na Nicarágua, que não seria a primeira, implicando, para o uruguaio, uma ruptura com o que ele denominou de pluralismo democrático em curso no país.

Em seu texto *Defensa de Nicaragua*, com um título que já evidenciava seu discurso favorável ao país revolucionário, Eduardo Galeano, em um sentido próximo ao texto de seu compatriota Benedetti, condenou o bloqueio comercial imposto aos sandinistas pelos Estados Unidos e por outros países alinhados à política norte-americana, enfatizando a crise econômica que enfrentava a população nicaraguense, em grande parte decorrente dessa condição de isolamento político-econômico (GALEANO, 1987, n°37, p. 26). Galeano argumentou que tal política externa severa ao povo da Nicarágua foi feita de modo a enfraquecer os avanços na educação, na saúde e na comunicação promovidos pela revolução, embora não isentasse totalmente o governo sandinista em relação aos problemas enfrentados pela população do país.

Ao referir-se aos que se opunham ao regime da FSLN, Eduardo Galeano defendeu que “os opositores honestos, que existem, teriam que reconhecer, ao menos, que nestes sete anos”, desde a implantação do governo revolucionário, “a revolução sandinista tem feito o possível e o impossível para lançar as bases de justiça e soberania necessárias para que a democracia não seja castelos no ar, uma formalidade imposta à hipocrisia reinante”, na qual o povo nada tem e nada decide (GALEANO, 1987, n°37, p. 29). Ele clamou para que países, como os latino-americanos, prestassem “ajudas que ampli[assem] os espaços de liberdade desta jovem revolução acossada” (GALEANO, 1987, n°37, p. 31).

Por fim, Vladimir Eichen (1986), na *Araucaria* número 34, afirmou que a realização da perspectiva histórica da Revolução Sandinista, que não poderia ser outra a não ser a construção de um novo regime social, pressupunha a luta permanente frente à contrarrevolução interna e externa. Para ele, o movimento revolucionário de 1979 na Nicarágua significou a destruição das estruturas de dominação sobre a América Central e sobre o Caribe edificadas por décadas pelos Estados Unidos, inspirando as lutas dos revolucionários anti-imperialistas e dos que buscavam a democratização do Cone Sul.

Percebemos, então, tentando traçar uma linha que amarre as discussões dos intelectuais mencionados, que a Revolução Sandinista foi representada positivamente na revista *Araucaria de Chile*, através de argumentos relacionados ao desenvolvimento e popularização da cultura após a ascensão do governo revolucionário; às possibilidades de ampliação da democracia e da justiça social, com a abertura de canais políticos e culturais que possibilitassem maior participação da população nicaraguense; e, por fim, a Nicarágua foi vista como modelo para demais países latino-

americanos na luta por maior autonomia política e econômica frente aos Estados Unidos e aos governos autoritários. *Araucaria* fez menção, ainda, através do poema de Pablo Neruda, a Augusto César Sandino, que foi retomado simbolicamente pelos revolucionários como o precursor da luta anti-imperialista e pela libertação nacional.

Essas representações encontram-se acordadas com o editorialismo programático da revista *Araucaria de Chile*, que, como mencionamos em mais de uma oportunidade, esteve vinculada ao Partido Comunista do Chile (PCCh), veiculando, por conseguinte, culturas políticas de esquerda em suas páginas.

A pesquisa na revista *Araucaria de Chile*, nossa fonte-objeto, encontra-se ainda em fase inicial. Em razão disso, não conseguimos afirmar se ela foi um porta-voz fiel do PCCh, acompanhando toda sua evolução ideológica e suas tomadas de posição. Pelas publicações, referentes à revolução na Nicarágua, dos autores analisados, não foi possível perceber nitidamente essa fidelidade aos ditames do partido. Assim, embora fosse financiada por tal agremiação política, acreditamos que a revista seguiu uma perspectiva política mais heterogênea, até em virtude da gama variada de intelectuais colaboradores, muitos sem ligação alguma com o PCCh, não obstante a maioria deles ter veiculado em suas publicações culturas políticas de esquerda – socialista e comunista.

Torna-se importante que não percamos de vista que, fundamentalmente, *Araucaria de Chile* foi uma revista produzida sob a condição do exílio, durante a ditadura pinochetista, e, portanto, objetivava, primordialmente, mais do que defender um determinado projeto dentro das esquerdas, colocar-se como veículo de resistência política. Buscava-se, dessa forma, o restabelecimento da democracia, principalmente em se tratando de um país no qual essa condição havia sido tradicionalmente respeitada por décadas.

À guisa de conclusão, acreditamos, portanto, que, do ponto de vista do pensamento político das esquerdas, a experiência revolucionária sandinista tenha servido de modelo recente e próximo - na perspectiva temporal e das condições políticas - para os países latino-americanos que viviam sob governos militares autoritários, como o Chile de Pinochet, no sentido de ser possível a mobilização popular e a realização de transformações sociais e políticas de modo a alcançar maior justiça social e, fundamentalmente, a democracia.

Documentais

Araucaria de Chile - Todos os 48 exemplares da revista, de 1978 a 1990, disponíveis em: <http://www.memoriachilena.cl>.

Fontes primárias citadas no texto

ARAUCARIA de Chile. Editorial. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 1, 1978, p. 5-8.

BENEDETTI, Mario. Nicaragua: un porfiado ritual de agresiones. De Willian Walker a Ronald Regan. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 24, p. 39-42, 1983.

CORTÁZAR, Julio. Decir la palabra “cultura” en Nicaragua. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 22, p. 47-55, 1983.

EICHIN, Vladimir. La Revolución Sandinista en el debate ideológico internacional. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 34, p. 55-70, 1986.

ELIZONDO, Pedro Bravo. La Asociación Sandinista de Trabajadores de la Cultura. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 36, p. 147-149, 1986.

GALEANO, Eduardo. Defensa de Nicaragua. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 37, p. 25-33, 1987.

NERUDA, Pablo. Sandino. *Araucaria de Chile*, Madrid, nº 8, p. 7-9, 1979.

Bibliográficas

AGGIO, Alberto. Democracia e socialismo: a experiência chilena. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 77-93.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Serviços secretos e democracia no cone sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional. Niterói: Impetus, 2010.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia Latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 8. N° 20, Marzo de 2003, p. 105-115.

BITAR, Sergio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Editorial Montessor, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Adriane Vidal. “Nicarágua na encruzilhada”: Cortázar, Vargas Llosa e a experiência sandinista. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 22, p. 479-503, julho-dezembro, 2009.

CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, publicación en CD-ROM, p. 1-15.

DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia desejada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 13-38.

ORELLANA, Carlos. Bitácora personal de una historia colectiva. In: *Araucaria de Chile: Índice General (1978-1989)*. Santiago de Chile: Ediciones del litoral, 1994, p. 9-32.

POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 22, 1998.

RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exilado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, março-abril, 1978, p. 95-105.

REBOLLEDO GONZÁLEZ, Loretto. Exilios y retornos chilenos. *Revista Anales*, Séptima Serie, N° 3, julio 2012.

_____. Vivir con miedo, morir en el terror: Chile (1973-1990). *Ecuador Debates*, Quito, diciembre del 2003.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

REIS, Mateus Fávoro. *Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). 426f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

RODRIGUES, Lygia. O Sandinismo e a Revolução Nacional e Democrática na Nicarágua. In: DAYRELL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda Gricoli. *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 361-375.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICAL*, Paris, Sorbonne la Nouvelle, nº 9-10, 1992, p. 9-15.

SILVA, Êça Pereira da. *Araucaria de Chile: a intelectualidade chilena no exílio (1978-1989)*. 166f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como a representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: papyrus, 2000, p.81-99.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

VALLEJOS, Julio Pinto (coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaragüense*. São Paulo: UNESP, 2006.

La revolución es una fiesta?
Um estudo de caso sobre o Movimento 19 de Abril

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

RESUMO: O presente artigo consiste em uma análise da trajetória do Movimento 19 de Abril (M-19), importante grupo armado colombiano, responsável pelas principais ações de guerrilha urbana desencadeadas no país entre 1974 e 1989. O M-19 se formou a partir de dissidências da Aliança Nacional Popular (ANAPO), em função da alegação de fraudes nas eleições de 1970. De forte cunho nacionalista e anti-imperialista, o M-19 propunha, inicialmente, o socialismo científico, o qual foi abandonado posteriormente, em virtude de mutações ideológicas em favor da democracia. Em 1989 o movimento abandonou a via armada e ingressou a via eleitoral, participando das eleições em 1990 e das Assembleia Constituinte de 1991, sob a sigla Alianza Democrática M-19 (ADM-19). É interessante observar as influências que esse movimento sofreu. Esse artigo pretende, portanto, fazer um estudo de caso do Movimento, amparado pela documentação do acervo do Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA) – composto por discursos, comunicados, entrevistas com as lideranças.

PALAVRAS-CHAVE: História das Américas, História da Colômbia, História dos Movimentos Armados, Movimento 19 de Abril.

Él decía – dice – que la revolución es una fiesta. La fiesta de la dignidad, la voz tumultuosa de los por siempre silenciados; la presencia desbordante de los por centurias ignorados. Es la fiesta de la construcción plena, total de una nueva sociedad, donde el hombre, de verdad pueda serlo.³⁹⁹

Este movimiento guerrillero se especializó en ejecutar acciones que resultaban tan extravagantes que la población civil empezó a concebir al grupo como una “guerrilla espectáculo. (GONZÁLEZ, 2010)

³⁹⁹ Carta de Alvaro Fayad a suas filhas, escrita em Junho de 1983. A carta é escrita pouco antes que esse assumisse o posto de número 2 no movimento guerrilheiro, após a morte do comandante e companheiro de lutas por ele lembrado, Jaime Batemán. É Batemán, portanto, quem “dizia”.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Introdução

O primeiro contato que tive com o Movimento 19 de Abril (M-19) se deu através do brilhante livro *Violencia Publica en Colombia 1958-2010* de Marco Palacios. Em seu livro, Palacios fala sobre o M-19 e suas origens, algumas de suas ações mais notáveis, e por fim afirma que o movimento armado falhou em apresentar uma proposta de nação consistente. Entretanto, à medida que tive contato com a documentação utilizada como base para esse artigo, essa explicação não parecia bastar.

Ao estudar o Movimento 19 de Abril, especialmente como observador externo da realidade colombiana, muitas questões se colocaram: O que torna esse um dos únicos – e certamente o mais expressivo – dos movimentos armados colombianos que não se professaram Marxista-Leninistas e não defenderam o socialismo⁴⁰⁰? Quais condições tornam possíveis ações tão ousadas quanto as que esse movimento levou a cabo, como a Invasão ao Palácio de Justiça? Por que, ao lembrar de movimentos guerrilheiros colombianos, o mundo se volta apenas para o estudo das FARC, e o estudo do M-19 fica marginalizado, com tão pouca bibliografia que busque explicá-lo e estudá-lo? Enquanto a resposta para algumas dessas perguntas nos parece óbvias, outras foram surpreendentes e outras, ainda, pouco conclusivas. Esse trabalho pretende trazer à luz novas questões, além de tentar responder a algumas das colocadas acima. Foi feito um estudo bibliográfico⁴⁰¹ e de uma documentação curta, porém muito rica e pouco explorada, composta por 23 documentos compilados pelo *Centro de Documentación de los Movimientos Armados* (CEDEMA), que inclui discursos de alguns dos número 1, entrevistas, comunicados, cartas, artigos e intervenções escritos por líderes como Álvaro Fayad, entre outros.

Alguns antecedentes históricos

É impossível falar sobre o M-19 sem fazer uma abordagem, ainda que breve, de aspectos da história colombiana que influíram diretamente nas culturas políticas do país e na história recente dos atores que se pretende abordar. Será feita, portanto, uma breve abordagem factual de *La Violencia* e o papel de Gustavo Rojas Pinilla no período, da *Frente Nacional*, da atuação da

⁴⁰⁰ Uma das questões abordadas nesse artigo será a relação do M-19 com o socialismo, timidamente defendido por um breve período, e depois abandonado.

⁴⁰¹ Infelizmente, o estudo bibliográfico foi limitado pela dificuldade em achar bons livros sobre a história colombiana à venda em livrarias brasileiras, e dos altos custos de importação de muitos deles, questão que se pretende sanar ao longo do trabalho.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Alianza Nacional Popular (ANAPO) e, finalmente, de outros movimentos guerrilheiros que antecederam a fundação do M-19.

Após 16 anos de hegemonia do Partido Liberal no poder, o Partido Conservador alcançou a presidência, com vitória de Mariano Ospina Pérez⁴⁰². O caso contrário já havia acontecido anteriormente quando, em 1930, eleições puseram fim à hegemonia conservadora. A transição em 1946 foi ainda menos pacífica que a anterior. Ao trabalhar a influência do bipartidarismo colombiano na construção do Estado, Andrea Lisset-Pérez, estudiosa das FARC, afirma que esse se organizou ao longo dos anos de forma que prevalecia um “estilo de gobierno parcial y de exclusiones”. Essa teoria explica por que, ainda que houvessem esforços de conciliação tanto em 1930 quanto em 1946, o sentimento de vingança e ressentimento mantinha forte impacto sobre a tomada de decisão das classes políticas.

Palacios afirma que o período entre 1946 e 1957 da história colombiana ficou conhecido pelos colombianos como *la era de la violencia*, em que confluíram as lutas fratricidas entre os partidos tradicionais, Liberal e Conservador, as rebeliões sociais e guerrilhas no campo, e o banditismo generalizado. Nesse período, variou-se entre o “conflito dirigido” e o “conflito pleno”; o primeiro ainda permeado pela ideologia e visando metas racionais, e o segundo permeado pela coerção excessiva e a despolitização do conflito. Para as classes menos favorecidas e a população rural, *La Violencia* foi marcada por uma busca quase darwiniana pela sobrevivência, segundo retoma o autor.

Em 9 de abril de 1948, Jorge Eliécer Gaitán⁴⁰³ é assassinado ao deixar seu escritório, dando início ao que chamamos fora da Colômbia de *Bogotazo*, e que chama-se internamente de 9 de abril, uma onda de violência sem precedentes nas regiões de maioria liberal, marcada por assassinatos, saques e agressões feitas por liberais, operários, alguns oportunistas e até membros da força policial. A falta de liderança fez com que o momento de catarse social tivesse pouco impacto político e fosse derrotado pelo exército. Ainda houveram tentativas de tréguas e acordos após o 9 de abril, mas essas não duraram por muito tempo, e após falharem mergulhavam o país

⁴⁰² Segundo Bushnell, em seu livro *Colombia – Una nación a pesar de si misma*, Ospina concorreu com dois liberais, Gabriel Turbay, que contava com o apoio oficial do partido, e Jorge Eliécer Gaitán, e parte de sua vitória é atribuída a essa crise interna no Partido Liberal. Ambos candidatos do Partido Liberal eram consideravelmente populares, e juntos obtiveram mais de 50% das votações totais, entretanto perderam para o candidato conservador.

⁴⁰³ Ainda segundo Bushnell, Gaitán era muito popular entre o operariado das grandes cidades, e tinha ganhado as eleições de 1946 em muitas das grandes cidades, inclusive Bogotá. Muitos explicam isso principalmente por sua aproximação das massas, sua origem humilde e seu discurso reformista. Fala-se de semelhanças entre sua retórica e a de Perón, entretanto não é possível comprovar até que ponto se aproximavam, já que Gaitán nunca alcançou o poder. Em 1948, antes de sua morte, ele já havia despontado definitivamente como a principal e mais carismática liderança do Partido Liberal.

ainda mais fundo em conflito; guerrilhas liberais, autodefesa camponesa comunista e os “pájaros”⁴⁰⁴ conservadores agiram sem controle isento do Estado até 1953.

Em 1949 o conservador Laureano Gómez venceu as eleições presidenciais sem oposição, e declarou estado de sítio. Os esforços de Gómez pelo empoderamento do executivo, o envio de tropas colombianas à Guerra da Coreia⁴⁰⁵ e a inspiração fascista⁴⁰⁶ de que era acusado, fizeram com que perdesse até mesmo o apoio de conservadores. Em 1953 Gómez é deposto por um golpe, que é apoiado por liberais e conservadores.

Gustavo Rojas Pinilla, então chefe das Forças Armadas colombianas, foi o autor do golpe que depôs Gómez, e, “na ausência de um civil que aceitasse o cargo”, em suas palavras, tornou-se presidente da Colômbia com apoio quase unânime. Declarava-se cristão e bolivariano⁴⁰⁷. Anistiou as guerrilhas liberais, enquanto nunca o fez pelas guerrilhas comunistas; aliás, Rojas Pinilla foi um dos únicos presidentes colombianos que colocou o Partido Comunista na clandestinidade.

O então presidente convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, a fim de revisar a constituição, e essa o legitimou para um mandato presidencial iniciado em 1954. Rojas propôs reformas sócio-econômicas; seus defensores afirmam que essas foram as razões para que tanto Liberais quanto Conservadores passassem a se opor a ele. Por outro lado, seus opositores afirmam que essas reformas⁴⁰⁸ tinham um caráter populista, e a intenção exclusiva de conseguir apoio popular e base política. Rojas foi acusado de levantar uma bandeira de defesa das massas contra as oligarquias e se opor a ambos partidos tradicionais a fim de manter-se no poder. Sua imagem foi associada à de Gaitán, mas mesmo os Liberais não o apoiavam, já que sua posição política dificultava o retorno desses ao poder. Sua aproximação da Central Nacional dos Trabalhadores (CNT), que então torna-se adepta da via *justicialista* defendida por Perón, não ajudou a tranquilizar os membros dos partidos tradicionais. Além disso, Rojas Pinilla não conseguiu acabar com *La Violencia*, tendo apenas reduzido incidência de conflitos no início de seu mandato. Além disso, uma vez que grupos liberais não aceitaram a anistia que oferecera, seu governo passou a adotar medidas coercitivas e forte repressão.

⁴⁰⁴ Grupos armados responsáveis por assassinatos e assaltos que o governo conservador nunca puniu.

⁴⁰⁵ A Colômbia foi o único país Latino-americano a enviar tropas para o conflito na Coreia, contraditoriamente, em um período de forte instabilidade interna.

⁴⁰⁶ Bushnell, em seu livro *Colômbia – Uma nação a pesar de si mesma*, menciona uma proposta de Gómez para que somente chefes de família votassem em eleições municipais, medida claramente inspirada no franquismo.

⁴⁰⁷ Segundo Bushnell, o bolivarianismo de Pinilla era uma alusão ao patriotismo e à lealdade, consideravelmente diferente do bolivarianismo defendido anos depois pelo M-19, por exemplo.

⁴⁰⁸ Ainda segundo Bushnell, Rojas aumentou impostos para os mais abastados, criou o Secretariado Nacional de Assistência Social (Sendas), investiu em programas de bem-estar social e obras públicas.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Rojas começa a se preparar para um segundo mandato, mas precisa lidar com o descontentamento de sua oposição, que já fazia planos de partilhar o poder em sua ausência. Enfrenta, então, greves gerais em maio de 1957, e uma proposta de renúncia lhe é entregue pelo alto escalão militar ainda nesse ano. Rojas aceita e se exila. Entre 1957 e 1958 o governo colombiano foi exercido por uma junta militar.

Nesse período os Partidos Liberal e Conservador terminam de acertar os termos de um acordo entre si; em 1958, acontece a eleição do primeiro presidente do “acordo”, Alberto Lleras Camargo. O primeiro ato legislativo aprovado pelo Congresso após sua eleição é a oficialização do Frente Nacional⁴⁰⁹. No texto aprovado, se lê claramente que

“ARTÍCULO 1o. En los tres (3) periodos constitucionales comprendidos entre el siete (7) de agosto de mil novecientos sesenta y dos (1962) y el siete (7) de agosto de mil novecientos setenta y cuatro (1974), el cargo de Presidente de la República será desempeñado, alternativamente, por ciudadanos que pertenezcan a los dos partidos tradicionales, el conservador y el liberal; [...] La elección de Presidente de la República que se hiciere contraviniendo a lo dispuesto en este artículo, será nula.”

Se por um lado o Frente Nacional colocou fim aos conflitos entre Liberais e Conservadores, a política que ele instituiu causou sérias transformações na política colombiana, e certo esvaziamento ideológico dos partidos tradicionais. Políticos de diversos partidos e denominações se filiaram a PC e PL, apenas para que pudessem disputar eleições. Outros, mais ousados, como Alfonso López Michelsen e Gustavo Rojas Pinilla, fundaram partidos próprios e tentaram vencer a Frente Nacional através da via eleitoral.

O Movimento Revolucionário Liberal de López Michelsen foi o primeiro partido criado com o objetivo de competir com o regime da Frente Nacional. Sua proposta pode ser caracterizada como sendo de centro-esquerda reformista; em 1962 Michelsen perde as eleições, que já estavam “garantidas” a um conservador, León Valencia. É a juventude do MRL que, no mesmo ano, se proclama Marxista-Leninista e funda poucos meses depois o Exército de Libertação Nacional⁴¹⁰ (ELN).

Pouco depois do MRL, um segundo grupo surge como oposição ao regime de Frente Nacional, a Aliança Nacional Popular (ANAPO), fundada pelo presidente Gustavo Rojas Pinilla que retornava do exílio. O discurso da ANAPO retomava valores nacionalistas, e apresentava uma proposta de esquerda reformista - não necessariamente propunha reformas estruturais, mas

⁴⁰⁹ O texto completo do Acto Legislativo nº 1 pode ser lido na íntegra na base documental da Câmara colombiana; disponível em: ftp://ftp.camara.gov.co/camara/basedoc%2015-07-11/cp/ACTO_LEGISLATIVO_01_1959.HTML. Acessado em: 05/2013.

⁴¹⁰ O ELN ficaria conhecido pela notável participação de padres adeptos da Teologia da Libertação em seus quadros, entre eles o renomado Pe. Camilo Torres, morto em 1967 em uma de suas primeiras participações em batalha. **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

ainda assim. A ANAPO disputou as eleições de 62 e 66, das quais saiu perdedora, e então as controversas eleições de 70.

As eleições de 70 foram oficialmente vencidas, por uma estreita margem de votos, pelo candidato Misael Pastrana Borrero, um conservador que se encaixava no planejamento oficial da Frente Nacional. Entretanto, a parca diferença de votação entre os candidatos do Partido Conservador e da ANAPO abriu margem para críticas pelos partidos de oposição. Na ocasião, a ANAPO chegou a recorrer da decisão e acusar o presidente responsável pelas eleições, Carlos Lleras Restrepo, de fraude e conivência. Entretanto, a situação se manteve e a ANAPO continuou fora da presidência. Nesse momento, o partido se dividiu em duas vertentes principais: uma, liderada pela filha de Rojas Pinilla, Maria Eugenia, que defendia a manutenção da paz e se negou a convocar o povo às ruas, e outra, mais ligada às esquerdas e ao radicalismo, que desenganada com o sistema democrático colombiano, fundaria poucos anos depois o M-19.

O M-19 entre práticas e discurso

A primeira ação do Movimento 19 de Abril foi precedida de uma verdadeira campanha publicitária; diferentes versões da frase "Parasitas... gusanos?"⁴¹¹ "Aguarde M-19" foram espalhadas em anúncios pelos principais jornais colombianos. O último anúncio dizia apenas "ya viene M-19". No mesmo dia de sua publicação o movimento invadiu a Quinta de Bolívar e roubou a Espada de Bolívar que lá se encontrava em exposição. Em um bilhete, diziam "Bolívar, sua espada volta à luta"; em comunicado oficial, diziam ainda que a liberdade dos povos latinoamericanos, do "México à terra do Fogo" não estava assegurada; que

Nosotros los latinoamericanos vivimos el hambre. Nos debatimos en la miseria. Nos desangramos en la injusticia. Sentimos nuestra cultura castrada, deformada, vendida.

Es que las cadenas españolas rotas por Bolívar, hoy son reemplazadas por el dólar gringo.

Y es que en el solio de Bolívar, cada cuatro años se han turnado los representantes de las oligarquías asesinas del pueblo colombiano.

Falam então sobre como as concentrações de riqueza - comparadas à miséria - são um atestado da injustiça; que por isso a espada de Bolívar "rompe las telarañas del museo y se lanza a los combates del presente. Pasa a nuestras manos, a las manos del pueblo en armas. Y apunta

⁴¹¹ Os termos eram substituídos em alguns casos por "inatividade", "falta de memória", entre outros.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ahora contra los explotadores del pueblo." Terminam dizendo que Bolívar não está ao lado da repressão, mas ao lado dos povos oprimidos em busca de sua "segunda independência"⁴¹².

Nesse primeiro momento, podemos perceber alguns dos elementos que permearam o discurso do M-19 ao longo de toda sua história, que nos ajudam a caracterizá-lo como um movimento popular, nacionalista, anti-imperialista e anti-oligárquico. Até então, não temos nenhum indício de que esse discurso esteja permeado pelas ideias socialistas; pelo contrário.

O segundo documento presente no acervo do CEDEMA data de 1978, e seu título é "M-19: nacimiento y principios". Nesse documento, se definem como uma organização "político-militar, patriótica, antioligárquica, antiimperialista", afirmam que lutam pela "construcción de un poder de obreros, campesinos y trabajadores en general" que empreendam uma guerra contra o Estado oligárquico, para que assim se "logre la liberación de nuestra patria y la instauración del *socialismo*" [grifo nosso]. Ainda nesse trecho, dizem ser inspirados "en los principios del *socialismo científico*" [grifo nosso]. Essa presença do discurso socialista soa intrigante; mais tarde, o nº 1 do movimento, Jaime Batemán, afirmará frontalmente que o movimento não era nem marxista-leninista, nem socialista. Entretanto, ao olhar para esse documento, não é apenas a palavra socialismo que temos como indício, mas também outras palavras tradicionais do vocabulário marxista latino-americano, como o aparecimento dos conceitos de vanguarda e aliança de classes. Diz-se que "las fuerzas fundamentales de la revolución están constituidas por la clase obrera como fuerza de *vanguardia*, en *alianza* con los campesinos y demás sectores populares" [grifo nosso].

Ainda em "M-19: nacimiento y principios", falam sobre como surge o movimento: começa a ser gestado no dia 19 de Abril e 1970, quando as "oligárquias (...) pisotearan la decisión de grandes mayorías". Criticam a decisão da Direção da ANAPO quanto a não defender o triunfo em urnas pelos meios que fossem necessários, e decidem "respaldar con las armas la voluntad popular", se definindo como o "brazo armado del pueblo anapista". Em seguida, se redefinem, afirmando que não só o povo anapista precisa de um braço armado, mas todo o povo colombiano. Seu compromisso é "político, ideológico e organizativo".

No final de 1978, na madrugada de ano novo, o M-19 coloca em prática uma das operações que tornaram o movimento tão conhecido pelo povo colombiano e perseguido pelas Forças Armadas. O feito, a "Operação Baleia Azul", consistiu no saque de milhares de armas do

⁴¹² A segunda independência se tornou um termo recorrente entre os movimentos nacionalistas e antiimperialistas latinoamericanos, que afirmavam que a libertação da Espanha era apenas o primeiro passo rumo à independência e à liberdade, e que o segundo passo seria o rompimento com o imperialismo.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Cantón Norte, importante base militar do exército. O plano tático consistiu na compra de uma casa vizinha e na construção de um túnel até a sala de depósito de armas.

Daí em diante, o M-19 passou a integrar sofrer forte perseguição do Exército, que durante o ano de 1979 desencadeou uma série de operações para prender todos seus membros. Miguel Vega Uribe, então comandante do exército, chegou a afirmar que as F.A. tinham alcançado “el dismantamiento del grupo subversivo” (GONZÁLEZ, 2010), através de massivas prisões. Essa afirmação foi desmentida pelas lideranças do movimento, e mais tarde provou-se mentirosa: o M-19 não só continuou em ação como ainda empreenderia muitas operações de magnitude comparável - ou maior - que a da Operação Baleia Azul.

As significativas prisões de integrantes do M-19, por outro lado, evidenciaram tópico que tornou-se importante pauta das reivindicações do movimento: a questão dos presos. O exército pretendia - e tinha autorização estatal para - julgar a todos guerrilheiros em Conselho de Guerra. Alegações de os processos corriam na ilegalidade e de que os acusados sequer possuíam advogado de defesa vigoraram entre as recorrentes declarações do M-19 e de grupos ligados aos Direitos Humanos. Os Estados de Sítio recorrentes, associados ao Estatuto de Seguridad⁴¹³ aprovado pelo presidente Turbay Ayala, não permitiram que essas alegações fossem amplamente debatidas até o governo de Belisario Betancur Cuartas, iniciado em 1982.

Ao falar sobre os presos, é preciso ter alguma atenção. Na realidade, a própria liderança do M-19 afirma que, do número de presos "do M-19" capturados pelo exército, aproximadamente 4000, apenas metade eram de fato participantes do movimento. Em entrevista ao El País, que consta também entre os documentos do CEDEMA, Carlos Toledo afirma que muitos dos capturados eram apenas simpatizantes.

Essa mesma entrevista ainda nos traz outras afirmações importantes. Carlos Toledo se refere aos fundadores do M-19 como políticos da ANAPO que "estábamos *pelo socialismo*" [grifo nosso], e menciona, sobre as mudanças estruturais que a Colombia precisaria, que o "ideal es un Estado *socialista*, pero nosotros consideramos que *tiene etapas*" [grifo nosso]. Explica-se melhor, portanto, o que o movimento concebe como socialismo científico e afasta o M-19 dos socialistas

⁴¹³ O Estatuto de Segurança Nacional nos parece uma resposta a pressões externas contra insurgentes e internas das classes média e alta, cada vez mais incomodadas com a crescente violência urbana. Limitava direitos (políticos e civis) da população ao conceder maior autonomia e poder às Forças Armadas. Se aplicava, em teoria, à luta contrainsurgente, entretanto, na prática, foi muitas vezes, juntamente com o Estado de Sítio, utilizado para contenção de outros movimentos sociais pacíficos e para repressão a greves, por exemplo.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

influenciados - por exemplo - pela Revolução Cubana e pelas ideias de Che⁴¹⁴, ainda que saiba-se de momentos de forte cooperação entre Cuba e o M-19. Ainda nessa entrevista, Toledo demarca permanentemente essas diferenças, ao dizer que "en este momento la lucha del pueblo colombiano debe dedicarse a la búsqueda de un Estado democrático". Ainda, ao pegar em armas, o Movimento 19 de Abril se coloca distante das orientações do Partido Comunista da União Soviética, o que torna particularmente difícil enquadrá-lo em categorias tradicionais do estudo das esquerdas latinoamericanas.

Em 1980, o M-19 se coloca em destaque mundial, ao invadir - em um dia comemorativo - a embaixada da República Dominicana, que contava com a presença de muitos embaixadores, inclusive o estadunidense. A "Operação pela Democracia e a Liberdade" tinha como principal foco a proteção aos direitos civis dos guerrilheiros presos, garantindo-lhes um julgamento justo e fazendo uma denúncia das violações de direitos humanos que eram comuns no país. O incidente recebeu mediação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O M-19 pediu pela proteção aos guerrilheiros e pela impugnação de julgamentos que pudessem ser considerados inválidos. A invalidação poderia ser motivada pela não garantia dos direitos processuais ou por que os presos não tivessem tido os direitos humanos fundamentais resguardados. Nenhum refém foi gravemente ferido, e ao fim da ação guerrilheira os integrantes do M-19 deixaram a Colômbia em um avião rumo a Havana, juntamente com a quantia de aproximadamente 2 milhões de dólares. Ainda que nunca tenham conseguido libertar os presos da lista que entregaram ao governo, de certa forma o caso da Embaixada da República Dominicana teve um papel extremamente importante na história dos movimentos armados colombianos: pela primeira vez, o governo aceitou um movimento guerrilheiro de esquerda como interlocutor (ZULUAGA NIETO, 1996)

Em 1980, Jaime Batemán se apresenta oficialmente como número 1 do movimento, inclusive perante a imprensa. Em entrevistas, ele afirma que Toledo era uma figura pública do movimento, mas não seu líder. Observamos também algumas alterações do discurso, que já podiam ser percebidas anteriormente, mas não de maneira tão direta. Batemán afirma em uma roda de imprensa, gravada em julho de 1980 em São José de Costa Rica, que o Movimento 19 de Abril é um grupo que se mantém em uma linha "democrática, nacionalista y patriótica", que não

⁴¹⁴ Para Che Guevara, guerrilheiro que muito influenciou os movimentos armados latino americanos, não se deveria esperar pelas condições necessárias para que se fizesse uma revolução socialista. Che era contra as afirmações do Partido Comunista da União Soviética e da Terceira Internacional Comunista, que afirmavam que o momento vivido pela América Latina demandava alianças entre classes, inclusive entre burguesia e proletariado, a fim de promover o desenvolvimento econômico nacional.

está derrotado e que não aceitará do governo uma anistia que não veja a luta armada como forte e crescente. Esse momento coincide com os primeiros esforços políticos do governo de Julio César Turbay Ayala por uma anistia - proposta por esse, debatida e aprovada pelo Congresso em 1981. A anistia de Turbay condicionava a liberdade à deposição de armas e não anistiava todos os crimes cometidos; não foi aceita pelo M-19 como termo para negociação.

Nessa entrevista, ainda, Batemán fala sobre os perigos de uma forte militarização das decisões políticas do país, e também sobre a necessidade crescente da formação de um Exército Revolucionário. Outros documentos mais tarde falarão sobre os desafios da construção desse exército, especialmente o documento La Política de lo Militar - Intervención en la Reunión de Dirección Nacional San Pedro de 1984, transcrição de um discurso feito por Álvaro Fayad. Nesse, ele declara a admiração do M-19 pelas FARC e sua busca pela construção do *Frente Sur*.

No final do governo de Julio Cesar Turbay Ayala, as tensões entre Estado, movimentos guerrilheiros e aqueles que buscavam a paz dialogada - na figura da Comissão de Paz criada pelo presidente - eram latentes. Em carta aberta ao presidente Turbay, o M-19 chama seu governo de "desastre de la tolerancia y de la intransigencia". Tolerância para com a corrupção, os militares e toda a liberdade de ação que receberam durante seu governo, as oligarquias e o imperialismo; e intransigência contra as guerrilhas, movimentos populares, "con el pueblo". Por fim, o M-19 afirma que "para usted [Turbay Ayala] el problema de la guerra o de la paz en nuestra patria, es problema de su imagen popular" e chamam seus quatro anos de governo de "barbarie, ignominia y desgobierno". Na Comissão de Paz, 7 dos 12 membros abandonaram seus cargos. A Comissão acusa o presidente de jamais tê-la apoiado efetivamente, e diz que por isso não conseguiu implementar nenhuma das suas propostas (ARIAS, 2008)

Nas eleições de 1982, vence o presidente Belisario Betancur Cuartas, um conservador cuja campanha foi centrada na necessidade de abrirem-se as negociações com os movimentos guerrilheiros. Cuartas colocou a questão da guerrilha no centro do debate presidencial do período. Ao apresentar as causas para a guerrilha como objetivas, ligadas a motivações de ordem prática, e subjetivas, ligadas a motivações de ordem ideológica, Cuartas buscava compreender quais pontos de diálogo eram possíveis, e se propunha a explorá-los.

Infelizmente, a proposta de Cuartas tinha forte apoio da população, pouco apoio dentre os demais membros de seu partido, e, principalmente, forte oposição no seio das forças armadas. Por isso, o presidente teve ao longo de seu mandato enormes dificuldades para lidar com o Exército e fazer com que as Forças Armadas cooperassem com sua proposta pacifista - o que, de

todo, tornava qualquer diálogo com os movimentos guerrilheiros mais árduo, e quaisquer promessas mais difíceis de cumprir.

Poucos meses após a eleição de Betancur, Jaime Batemán dá uma entrevista ao *El Tiempo*, durante a VIII Conferencia Nacional do M-19. Nesse contexto, ele diz que o movimento aguarda pela paz de Betancur, e que armas não matam sozinhas; que "si los hombres no tienen la voluntad de manejar esos fusiles no hay guerra". O movimento afirma ter certeza de que "pido lo justo" – resumidamente, abertura democrática, diálogo, liberdades políticas, direitos humanos, direitos civis, solução dos problemas do povo.

É durante a VIII Conferencia Nacional que se aprova a criação da Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar⁴¹⁵, sendo seu objetivo promover o diálogo entre movimentos guerrilheiros e uma aliança de fato político-militar. Ao ser perguntado sobre os desafios impostos por essa busca, Jaime Batemán afirma que as diferenças entre as guerrilhas colombianas não são programáticas. É complicado dizer até que ponto essa afirmação pode se sustentar. Ele aponta que "la lucha contra el imperialismo, contra los enemigos del pueblo, contra la antidemocracia, las torturas, la violación de los derechos humanos" é comum a todos os grupos colombianos. Do ponto de vista da ação, o M-19 se relaciona de maneira conturbada com as demais guerrilhas: admira os esforços das FARC pela construção do Exército Guerrilheiro mas critica-os quanto a suas posturas muito enraizadas e pouco combativas. Para o M-19, estabelecer domínios sobre regiões e manter-se lá não é o suficiente para que se faça a revolução do povo.

Em momentos, o M-19 adota uma estratégia discursiva que beira o cômico. Nessa entrevista ao *El Tiempo*, Batemán cita Marx, sobre a postura que se espera do movimento guerrilheiro: "se va con todo, o no se va". Cômica, pois, minutos depois, Batemán diz que o M-19 não é um movimento marxista-leninista, e não defende como bandeira uma revolução socialista. Para Batemán, esse é o motivo pelo qual o M-19 recebe tantas críticas.

Ao adentrar o tema da presença do socialismo no discurso do M-19 é importante perceber a contradição latente entre os primeiros textos e manifestos e a postura que adotam mais tarde, em 1982. Parece contraditória a trajetória que o socialismo seguiu dentro do movimento, de uma de suas bandeiras de luta para um conceito renegado.

O movimento parece ter de fato incorporado muito mais aspectos da luta pelo Estado Democrático do que mantido o socialismo como orientação ideológica. Jaime Batemán afirma ao

⁴¹⁵ O nome variou na documentação, entre Coordenadora Nacional Simón Bolívar, Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar e Coordenadora Nacional de Organizaciones Guerrilheiras.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

El Tiempo que o conceito de democracia é "un concepto revolucionário, que hay que reivindicarlo. Un concepto que la *burguesia* le robó a los revolucionários como bandera" [grifo nosso]. Para ele – o porta-voz do Movimento 19 de Abril no momento - o conceito de democracia jamais poderia ser reivindicado pela burguesia uma vez que esse conceito era aplicado por essa de maneira deturpada. Para o M-19, a democracia deturpada era a maior fonte de desigualdades da América. Em seu discurso esse passa inclusive pelas desigualdades nos próprios Estados Unidos da América, chegando a afirmar que esse país não é democrático. Esse apreço pela democracia nos parece contraditório, ainda que esteja em consonância com outros movimentos contemporâneos ao M-19.

Por exemplo, também a Frente Sandinista de Libertação Nacional tinha forte apreço pela democracia, tanto que buscou respeitá-la enquanto esteve no poder. O Movimento 19 de Abril, ao longo de sua história, sempre apresentou-se como grande defensor e admirador da FSLN. Em 1983, dinamitou a Embaixada de Honduras em Bogotá, a fim de condenar o apoio desse país aos *Contras*, que utilizavam-se de território hondurenho e de base norte-americana no país como apoio a seus ataques à Nicarágua sandinista (Informe Final, 2010).

As relações do M-19 com outros movimentos armados internacionais chama atenção; em 1981 dinamitou pela primeira vez a Embaixada de Israel, em manifestação de apoio à OLP; mais tarde em 1982 o fizeram novamente, protestando contra os massacres de Sabra e Shatila, durante o cerco de Israel à cidade de Beirute, no Líbano (Informe Final, 2010). Essas ações, em apoio a movimentos internacionais mostra que uma noção de solidariedade revolucionária se faz presente nas ações do movimento.

Quando perguntado, ainda em entrevista ao *El Tiempo*, sobre como conseguir financiamento à revolução sem aliar-se aos Estados Unidos ou à União Soviética, Batemán responde que o melhor aliado da revolução que o M-19 propõe seria um país social-democrata, chegando a citar a Alemanha. Ainda assim, não vê problemas em negociar com o capital externo dos Estados Unidos - principalmente no sentido de renegociar a dívida colombiana - ou em aceitar ajuda da URSS ou de Cuba.

Em entrevista para o *El País* no final de 1983, Alvaro Fayad, que assume o número 2 após a morte de Batemán, afirma que os militantes do M-19 não lêem Marx, ou Lenin, e que o marxismo não conseguiria "acomodar una realidad que no cabe en la teoría", e só conseguiria explicar fatos depois de sucedidos. Um novo militante do M-19 lê os Cem Anos de Solição, de Gabriel García Marquez. Aliás, essa preocupação com as leituras dos guerrilheiros parece ser

forte característica de Fayad, que em outro documento, "La Política de lo Militar - Intervención en la Reunión de Dirección Nacional San Pedro", de Setembro de 1984, afirma que "antes de darle un fierro a un compañero que no sabe leer ni escribir, hay que darle un papel y un lápiz, compaz".

Fayad quando perguntado sobre a defesa do socialismo pelo M-19, responde, emblematicamente, com uma pergunta que, nós, estudantes das esquerdas latino-americanas nos fazemos com frequência: "¿Cuál?". A pergunta ainda ecoa enquanto ele diz que o M-19 não luta pelo socialismo, mas por um "régimen democrático en el que se expresen las fuerzas sociales fundamentales del país".

Os conturbados Processos de Paz

Entre 84 e 86, a maioria dos documentos disponíveis no CEDEMA abordam os diálogos de paz com o governo de Belisário Betancur e a questão do Palácio de Justiça. Um incidente em um acampamento do M-19 na cidade de Yarumales, que levou ao embate direto entre guerrilheiros e exército colombiano, marcou a quebra oficial do cessar-fogo no ano de 1985. Sobre esse incidente, contam-se diferentes versões – e ambas são um tanto quanto verossímeis. Segundo as forças armadas, o acampamento era uma base militar que servia para treinamentos militares – violando, portanto, o cessar fogo. Para o M-19, a invasão do exército ao acampamento era completamente descabida em um momento de cessar-fogo e diálogo.

Em 6 de novembro desse mesmo ano o M-19 invade ao Palácio de Justiça, fazendo reféns membros da Suprema Corte e do Conselho de Estado. A demanda era pelo julgamento da constitucionalidade dos acordos firmados entre Estado e guerrilha, do papel do presidente na quebra do cessar-fogo efetuada pelo Exército e, por fim, pediam que o poder judiciário assumisse um papel de mediação dos conflitos. A resposta estatal na ocasião foi a autorização para que o Exército colombiano retomasse o controle sobre o Palácio de Justiça. Os estudos da *Comisión de La Verdad sobre los Hechos de los Palacio de Justicia* indicam que o Exército não se preocupou suficientemente com a integridade dos reféns. Os resultados das duas operações, a “Operação Antonio de Nariño por los Derechos Del Hombre” e da operação de retomada empreendida pelo Exército, foram desastrosos. A memória colombiana chega a chamar o episódio de *holocausto* do Palácio de Justiça. Todos os guerrilheiros envolvidos se encontram mortos ou desaparecidos. Além disso, é importante mencionar que entre os quase 100 mortos, encontravam-se o

Presidente da Suprema Corte colombiana e muitos outros magistrados e funcionários do alto escalão jurídico do país.

Ao falar sobre o Palácio de Justiça, o M-19 atribui a responsabilidade pelas mortes ao exército; chamam a operação posta em prática de “una operación de aniquilamiento masivo, de tierra arrasada, de holocausto total y generalizado”, empreendida contra uma demanda democraticamente feita perante o sistema judicial colombiano. Afirmam que as armas levadas ao Palácio de Justiça não tinham como objetivo a coerção dos magistrados; nesse sentido, é importante perceber a busca pelo movimento pela legitimação de sua ação, por mais contraditória que ela possa nos parecer.

Desde o Palácio de Justiça, os diálogos com Betancur apenas se deterioraram. O M-19 estabeleceu um breve período de trégua unilateral imediatamente após a Tragédia de Armero⁴¹⁶, e pouco depois retomou suas ações tanto no campo quanto na cidade. Aliás, é válido esclarecer que apesar de ser conhecido mais amplamente por suas ações nas cidades, o M-19 buscou associar a luta urbana à luta rural. Isso se deu tanto por meios próprios quanto pela associação com movimentos como o Movimento Armado Quentín Lame e as FARC⁴¹⁷.

Fazemos agora um pequeno salto temporal para o governo de Virgílio Barco. Ao longo desse, negociações de paz entre o M-19 e o governo obtiveram algum sucesso e em 1989 o movimento aceita entregar suas armas ao governo e integrar a via eleitoral. A chave, aparentemente encontrada por Barco, foi negociar a reinserção democrática ao mesmo tempo que negociava a entrega de armas pelo movimento. Em carta escrita pela *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* a Barco no final de 1988, FARC e M-19 se afirmam interlocutores coerentes e de estatura histórica suficiente para pactuar juntamente com o governo o caminho à paz e à democracia. Ao contrário do M-19, as FARC nunca entregaram de fato suas armas.

O processo de participação do Movimento 19 de Abril na via eleitoral não foi simples. Nas primeiras eleições presidenciais das quais participou, a Aliança Democrática M-19 enfrentou um enorme desafio: o assassinato de seu número 1 e candidato à presidência, Carlos Pizarro Leongomé. Esse foi substituído às pressas por Antonio Navarro Wolf, que ainda assim conseguiu a terceira maior votação nas eleições presidenciais desse ano, aproximando-se de 800.000 votos. Esse dado nos mostra – mais que qualquer outro de minha documentação

⁴¹⁶ Erupção do vulcão Nevado Del Ruíz, no dia 13 de Novembro de 1985. Quase 30000 pessoas morreram e o prejuízo para o tesouro nacional foi gigantesco.

⁴¹⁷ Essa associação se deu, principalmente, através da Coordinadora Guerrilheira Simón Bolívar, sobre a qual já falamos aqui.

enviesada – que o movimento obteve, de fato, apoio popular significativo, constatado nas urnas, e não apenas em entrevistas de guerrilheiros, carregadas de retórica.

Algumas conclusões

É complicado estabelecer conclusões sobre a relação entre o movimento e o socialismo, já que é difícil precisar até que ponto entrevistas particulares de líderes refletem a postura do movimento como um todo. Nesse sentido, Toledo Plata pode ser um socialista, enquanto Batemán e Fayad são defensores de um movimento popular, democrático de libertação nacional. A presença prolongada de Batemán e Fayad na liderança do movimento pode indicar que essa tendência interna tenha predominado.

Se por um lado ler Gabo ao invés de Lenin e Trotski afasta o M-19 do marxismo; por outro aproxima o movimento de uma tradição das esquerdas latino-americanas. Vale lembrar que Gabriel García Marquez é, até hoje, professo comunista latino-americano de grande influência. Citações de José Vasconcelos e da raça cósmica, menções a Nuestra América, à Segunda Independencia; são todos indícios, presentes na documentação, de que o M-19 tinha relações mais complexas com as esquerdas latino-americanas que simplesmente renegar o socialismo. Ainda, quando se estabelecem relações tão complexas entre movimentos, torna-se difícil averiguar as influências que movimentos socialistas tiveram no M-19 e suas ações, e vice versa. A adoção do bolivarianismo pelas FARC, por exemplo, se dá após extensos diálogos entre essas guerrilhas, fortalecendo hipótese de influência do M-19.

A expressiva presença de católicos no movimento, de 80%, segundo afirma Batemán ao *El Tiempo*, instaura novas hipóteses. A Teologia da Libertação buscou deixar claro que marxismo e cristianismo eram conceitos conciliáveis, ainda que para isso ignorasse alguns dos ditos do próprio Marx. Na própria Colômbia é possível identificar grandes nomes da Teoria da Libertação que pegaram em armas: Camilo Torres, que se tornou mártir após morrer em sua primeira batalha pelo Exército de Libertação Nacional e Manuel Pérez Martínez, sacerdote que liderou esse mesmo grupo em parte da década de 80. Por outro lado, Jaime Batemán cita o catolicismo como impedimento para que o movimento fosse marxista-leninista, fortalecendo a hipótese de que as fortes influências católicas - vindas dos tempos da ANAPO - são significativo fator que afasta o M-19 do marxismo e do socialismo.

Esse trabalho buscou responder algumas das questões que se colocaram ao longo dessa pesquisa, que buscou estudar o M-19 e a forma como esse associa – nem sempre da maneira mais coerente – práticas e discursos. Ressaltamos que o debate historiográfico sobre o M-19 não se esgota aqui, bem como não se esgotam nossas buscas por novas fontes e abordagens possíveis acerca da temática. Reiteramos, ainda, que as ações guerrilheiras na Colômbia certamente vão além do Movimento 19 de Abril e das questões aqui postas, e seu estudo ainda reserva amplo espaço para historiadores que demonstrem interesse.

Referências Documentais

Arquivo sobre o Movimento 19 de Abril, disponibilizado pelo Centro de Documentación de los Movimientos Armados. Disponível em: [http://www.cedema.org/index.php?ver=verlista&grupo=105&nombrepais=Colombia&nombregrupo=Movimiento%2019%20de%20Abril%20\(M-19\)](http://www.cedema.org/index.php?ver=verlista&grupo=105&nombrepais=Colombia&nombregrupo=Movimiento%2019%20de%20Abril%20(M-19)). Acessado em 05/2013.

Informe Final. Comisión de la Verdad sobre los hechos del Palacio de Justicia. Disponível em: http://editorial.urosario.edu.co/userfiles/file/Informe_comision_web.pdf Acessado em: 03/06/2012.

Referências Bibliográficas

1. Fontes impressas

ARIAS O, Gerson Ivan. “Una mirada atrás: procesos de paz y dispositivos de negociación del gobierno colombiano. Working Paper #4”. Fundación ideas para la Paz. 2008.

BUSHNELL, David. *Colombia: Una nación a pesar de si misma – Nuestra historia desde los tiempos precolombinos hasta hoy* [The Making of Modern Colombia. A Nation in Spite of Itself]. 2ª Ed. Bogotá, Editorial Planeta Colombiana S. A., 2007.

ARAÚJO GOMÉZ, Luis Alberto. “REFLEXIONES ACERCA DE LOS PROCESOS DE PAZ EN COLOMBIA: El marco jurídico y otras consideraciones”. In: *Revista de Derecho*, Universidad del Norte, 18: 118-134, 2002.

LUNA BENÍTEZ, Mario. “El M-19 en el contexto de la guerrilla colombiana”. In: *Revista Sociedad y Economía*. Número 10, abril de 2006, p 157 a 188.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

PALACIOS, Marco. *Violencia pública en Colombia, 1958-2010*. Bogotá, Fondo de Cultura Económica, 2012.

SANCHEZ, Gonzalo. "La Violencia in Colombia: New Research, New Questions". In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 65, No 4, novembro de 1985.

VARGAS, Alejo. (1998) "Una mirada analítica sobre el ELN", In: *Controversia*, Bogotá, No. 173, dez.

ZULUAGA NIETO, Jaime. "Antecedentes y perspectivas de la política de paz" Colombia Contemporánea. In: *Colombia*. ECOE EDICIONES, v. , p.47 – 86, 1996.

2. Sites e fontes eletrônicas

CARREÑO, Manuel Francisco. "Cronicas de un robo à Manera de Vaina". Disponível em: <http://www.quintadebolivar.gov.co/coleccionEspada03.html>. Acessado em 06/11/2012.

ESCHANDÍA CASTLLA, Camilo. "Documento de Trabajo n1: Expansión territorial de la guerrilla colombiana: geografía, economía y violencia." *PAZ PUBLICA: Programa de Estudios sobre Seguridad, Justicia y Violencia de la Universidad de los Andes*. Disponível em: http://economia.uniandes.edu.co/es/content/download/9299/45754/file/expansion_territorial.pdf. Acessado em: 10/11/2012.

GONZÁLEZ, Viviana. "Análisis de los diferentes actores y factores de poder que influyeron en la toma del Palacio de Justicia". 2010. Disponível em Repositorio Institucional de la Universidad do Rosario. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10336/1837>. Acessado em 01/10/2012.

LISSET PÉREZ, Andrea. "Tradiciones De Resistencia Y Lucha: Un análisis sobre el surgimiento y la permanencia de las guerrillas en Colombia". In: *anal.polit.* Vol.23 no.70 Bogotá. Sept./Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-47052010000300004&script=sci_arttext#2. Acessado em: 04/11/2012.

MONTAÑA MESTIZO, Tathiana. "Quintín Lame, 1980s. In: *The International Encyclopedia of Revolution and Protest*". EISBN: 9781405184649. 2009. Disponível em: http://www.blackwellreference.com/public/tocnode?id=g9781405184649_chunk_g97814051846491235. Acessado em 12/11/2012.

PIZARRO LEONGOMÉZ, Eduardo. "Marquetalia: el mito fundacional de las FARC". Disponível em: <http://historico.unperiodico.unal.edu.co/Ediciones/57/03.htm>. Acessado em: 02/11/2012.

Culturas Políticas e Representações no Partido Comunista do Peru Sendero Luminoso

Angelo Anderson Andrade Coimbra
Mestrando - UFMG
angelocoimbra25@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho analisa e discute a inserção do Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso na cultura política comunista, apresentando assim, a forma como o líder Abimael Guzmán e os militantes do partido, por meio de documentos e ações concretas estabelece esta ligação. Por outro lado, ainda tendo o referencial teórico das culturas políticas, o artigo utiliza-se da chave conceitual das representações, para analisar o partido por meio de imagens que perpassam o campo das representações políticas. Mobilizando estes dois conceitos, busca compreender o Sendero Luminoso, inserido em seu contexto político de luta pela conquista do poder, dos movimentos de esquerda da América Latina do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso, Cultura política comunista, Representações.

PCP-SL e a Cultura Política Comunista

O presente trabalho busca compreender o Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso (PCP-SL) tendo como referencial o conceito de culturas políticas. A partir dessa chave conceitual, mobilizar o campo das representações, entendendo que representações perpassam o imaginário e a iconografia. Assim “a cultura política inscreve-se num quadro de normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si própria, de seu passado e de seu futuro.” (RODRIGUES, 2000, p. 95). Trabalhando com as auto-representações sobre o Sendero Luminoso e com as representações produzidas a partir de imagens, pode-se perceber em que medida as imagens transmitem valores, normas, ideias e como se pretende a partir delas elaborar discursos que legitimem as ações. Nesta perspectiva “toda realidade, como conhecimento, é uma

representação. Os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação que são utilizadas na comunicação” (RODRIGUES, 2000, p. 83).

Evocando a tradição do pensamento político comunista (Marx, Lenin e Mao Tse-tung), o Sendero Luminoso emerge no contexto político e social do Peru da segunda metade do século XX como o partido que promoveria a revolução democrática instaurando uma nova sociedade, livre do capitalismo, da exploração do camponês indígena e do proletariado. Assumindo o poder político acabaria com o velho Estado burguês e instauraria o novo Estado com os valores das classes revolucionárias (camponês indígena, proletário, pequena burguesia local, trabalhador). Desde o seu surgimento, o PCP-SL busca tomar o poder político pela via da luta armada e se insere na luta do proletariado a nível internacional, apropriando-se do repertório próprio da cultura política comunista. Assim, analisaremos o partido e movimento social tendo como referencial o conceito de cultura política. Segundo Jean-François Sirinelli, cultura política é “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundido no seio de uma família ou de uma tradição política” (SIRINELLI, 1998, p. 350).

Para o estudo de uma cultura política comunista não podemos partir do pressuposto que estamos lidando com um fenômeno estático, é preciso ter em conta os diversos caminhos que ela pode percorrer como afirma Marc Lasar,

A cultura comunista não é uma simples interiorização das normas, dos valores, das crenças e dos comportamentos, que inclui os aspectos religiosos: ela resulta de um trabalho ativo e perceptível em três níveis.

Na base, notadamente no eleitorado, entre os simpatizantes ou militantes e camponeses, se situa no nível infra-político. “O povo comunista” não sofre passivamente as propostas que vêm do alto do sistema da ação comunista; também não se contenta em buscar aí as respostas para suas próprias aspirações. Ele as utiliza para seus interesses imediatos, por vezes muito afastado dos discursos políticos obrigados para aqueles para os quais ele vota (LASAR, 1999, p. 12).

O Sendero Luminoso contou com um amplo repertório que compunha seu arcabouço teórico inserido dentro de uma estrutura que lhe permitiu alcançar as massas através de discursos próprios de uma cultura política comunista. Segundo Serge Berstein “o nascimento das culturas políticas não se deve ao acaso nem à contingência. Elas surgem em resposta aos problemas

fundamentais enfrentados pela sociedade em que elas emergem e para os quais apresentam soluções globais” (BERSTEIN, 2009, p. 38). Partindo dessa reflexão, o Sendero, ancorado na cultura política comunista, surge em um dado momento da sociedade peruana, com um discurso que busca responder a uma determinada necessidade, de uma camada da população: os camponeses mais pobres. O partido assume para si a responsabilidade de organizar as massas e junto a elas lutar pelo “objeto que elas haviam perdido”, a terra.

O partido utilizando-se da cor vermelha, da bandeira comunista, da foice e do martelo, símbolos já consagrados dentro comunismo, coloca a guerrilha senderista como uma etapa da conquista do poder a nível internacional. Percebe-se que o Sendero se apropria de elementos próprios da cultura política comunista para fundamentar seu discurso no campo político e ideológico. Estes símbolos tornam-se elementos agregadores e de identificação do partido. Tornou-se uma prática senderista acender tochas de fogo em formato de foice e martelo no alto das montanhas das cordilheiras em comemorações de atentados que deixavam cidades inteiras sem energia elétrica.

Neste sentido, a ideologia política do Sendero Luminoso “propõe igualmente uma visão de mundo, uma imagem do estado e do funcionamento da sociedade atual e futura e um esquema coletivo de interpretação” (LASAR, 1999, p. 02). No interior do partido, a militância era formada de acordo com o “Pensamento Gonzalo”, mas também tendo como referência o pensamento de Marx, Lenin, Mao Tse-tung e Mariátegui. Desenvolvendo, assim, uma visão de que o Peru era um país semifeudal e de capitalismo tardio e burocrático, no qual o Estado se submetia aos interesses das grandes potências capitalistas. Para reverter este quadro, era necessário instaurar a Revolução Democrática que colocaria no poder as classes revolucionárias. Assim, a “revolução senderista” teria como base o partido, o exército guerrilheiro e a frente única⁴¹⁸. Seu conceito de revolução tinha como objetivo conquistar o poder pela via da luta armada, instaurando a ditadura do proletariado e aniquilando o velho Estado capitalista. Realizada esta etapa, constituiria, então, um novo Estado democrático que garantiria os direitos do povo. O “Pensamento Gonzalo” cumpria então com as exigências levantadas pelo Presidente Mao: solidez teórica, compreensão da história e bom conhecimento prático da política. Guzmán era um seguidor de Mao Tse-tung e encontrava no pensamento deste as bases para a revolução peruana.

⁴¹⁸ A Frente Única era constituída por meio da aliança entre trabalhadores, camponeses e proletários. Esta aliança deveria ser dirigida pelos proletários e o processo revolucionário conduzido pelo partido.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

O “Pensamento Gonzalo” se desenvolveu em três instrumentos que deram sustentação à política e ideologia de partido: a linha militar, a linha internacional e a linha de massas. No que se refere à linha militar, ela deveria ser o centro da política, porém o partido deveria estar sempre acima do militar. Era necessário que o partido estivesse preparado militarmente, uma vez que ele estava inserido em uma ofensiva mundial, a linha internacional. A luta dos camponeses no Peru, neste sentido, estava diretamente ligada à luta do proletariado a nível internacional. Partindo do princípio de que as massas fazem a história, o partido seria o responsável por organizá-las na luta pela conquista do poder. Percebe-se nesta estrutura organizacional que “o partido ocupa um lugar central e determinante no sistema” (LASAR, 1999, p. 04). Ele congrega em si todos os elementos políticos, ideológicos, militares em um processo dialético de fusão e superação de si mesmo.

O partido mobiliza a tradição do pensamento político comunista e busca acrescentar a esta tradição novos elementos próprios da realidade do país. Se no pensamento marxista o sujeito da revolução é o proletariado das fábricas, no “Pensamento Gonzalo” o camponês indígena é o principal agente revolucionário. Percebe-se neste aspecto, forte influência do pensamento de Mariátegui no “Pensamento Gonzalo”. Nessa perspectiva, o discurso que mobiliza esta classe a aderir ao partido e, conseqüentemente, à guerrilha está ancorado na luta pela (re)conquista da terra. Para atingir seus objetivos, o partido se instala nas comunidades mais pobres da região e desenvolve um processo de formação política ideológica com seus militantes e estes se tornam difusores destas ideias através de cartilhas que foram utilizadas por professores em escolas públicas e populares. Estas cartilhas identificam os principais inimigos do camponês, o Estado capitalista, os latifundiários, o imperialismo e a alta burguesia. Identificando assim que a situação de pobreza dos camponeses se dá pelas causas materiais por meio de relações econômicas.

O partido cria a imagem de um inimigo comum contra quem se deve lutar, possibilitando uma visão homogênea do mundo. O que permite também estabelecer laços entre os militantes e uma identidade partidária. Pertencer ao PCP-SL é ter uma visão comum de mundo, aderir à guerrilha (seja participando efetivamente do exército do partido ou dando apoio através de rondas camponesas) e ter o objetivo de alcançar o poder, configurando assim uma adesão a um projeto político. A partir da tomada de poder, instaurar uma sociedade sem classes, justa e igualitária.

As ações e táticas guerrilheiras eram planejadas e articuladas pelo líder do Sendero, Abimael Guzmán. Para cada etapa da guerrilha eram elaborados documentos que indicavam o encerramento de um processo e o avanço para o seguinte. Demonstrando assim um processo evolutivo ascendente que culminaria na ascensão ao poder. É importante ressaltar que em algumas comunidades onde o Sendero destituiu as autoridades políticas locais e assumiu o poder, foram adotadas novas medidas políticas: tais como os julgamentos em praças públicas, com objetivo de resolver pequenos conflitos entre moradores (por exemplo, o pagamento de dívidas) ou em outros casos julgamentos de cunho moral (traição, homossexualidade entre outros). Este tipo de ação levou alguns camponeses acreditarem que o Sendero já havia tomado o poder em todo o país. Há nestes aspectos ideológicos do partido uma busca em tentar conformar as ideias do partido em uma realidade concreta. O plano ideológico torna-se realidade com a tomada do poder e o surgimento da nova sociedade. Assim “a ideologia política, sobretudo nos partidos comunistas, não é uma simples ‘doutrina’ que repousa sobre uma argumentação científica [...]. Ela propõe uma visão de mundo, uma imagem do estado e do funcionamento da sociedade atual e futura e “um esquema coletivo de interpretação.”” (PIERRE ANSART, In. LASAR, 1999, p. 02-03).

Neste processo, a figura do líder apresentava-se como um ponto de identificação dos militantes para onde tudo se convergia. Guzmán era a figura central do movimento e a ele deveriam ser rendidas homenagens. Era desenvolvido, assim, um culto a personalidade, elemento próprio da cultura política comunista. Mais do que ser líder, era um herói do partido antes mesmo de alcançar o poder. Nestes aspectos, percebe-se que o Sendero configurou-se como um partido hermético altamente centralizado. As qualidades do líder eram amplamente difundidas e ressaltadas no interior do partido criando, assim, um mito. A imagem que se cria sobre a figura de Guzmán é de um homem metódico que vive pelo partido e que este é sua família, sua função no interior do movimento consistia em liderar e planejar as ações, mas não de atuar na linha de frente. O fato de Guzmán não ser totalmente acessível e de não estar diretamente envolvidos nas ações contribuiu para a criação deste mito em torno de sua personalidade. Suas características são ressaltadas no interior do partido, com objetivo de criar a imagem do líder ideal, potencializando assim, a ideia de que Guzmán era de fato a quarta espada do pensamento comunista, posto este que ele se atribui.

Representações sobre o PCP-SL

Nesta etapa do trabalho utilizaremos de fotografias e imagens sobre o Sendero, mobilizando o conceito de representação. O material foi adquirido em livros, em sites ligados ao partido e de demais organizações. O critério de escolha, no caso das imagens se deu por estas fazerem parte da estratégia senderista de divulgação de seu pensamento e por ter, assim, um caráter político e ideológico; já a escolha das fotografias se deu pelo fato delas circularem na mídia e em livros retratando momentos importantes da guerrilha.

Este trabalho trata-se de uma primeira tentativa de compreender a guerrilha senderista a partir de imagens, sejam elas utilizadas pelo próprio movimento, pelo governo e pela mídia. Fizemos a opção de não focar em imagens produzidas somente pelo partido para assim ter uma visão mais ampla sobre as diversas imagens que circulam para representarem o Sendero Luminoso e a guerrilha.

Como foi dito anteriormente, todo este trabalho perpassa a discussão em torno do conceito de representação, entendendo que este tem um significado amplo e pode ser utilizado de maneira abrangente, dele fazem parte o imaginário, a iconografia e as próprias formas mais elaboradas de pensamento (MOTTA, 2002, p. xxv). Assim, buscaremos compreender os vários sentidos e possibilidades de leituras destas formas de representação. Percebendo que cada uma delas contém em si elementos políticos e ideológicos que transmitem ideias corroborando ou não com as ideias do partido e ou do governo.



FIGURA 1: Disponível em: <http://www.solrojo.org/>. Acesso em: 25/03/2010

Na imagem 1, mesmo desarticulado, o Sendero utiliza a imagem para comemorar o vigésimo terceiro aniversário da guerrilha no ano de 2003. Esta imagem criada pelo movimento, ainda que utilizada neste momento para comemorar o aniversário da guerrilha, também foi utilizada em outros momentos sem mencionar nenhuma data específica. Na parte de cima da imagem visualizamos os três principais teóricos do pensamento comunista (Marx, Lenin e Mao Tse-tung) e logo abaixo a figura de Abimael Guzmán que se auto-intitula a quarta espada do pensamento comunista. Essa auto-intitulação de ser a quarta principal vertente do pensamento comunista traz em si a ideia de originalidade do “Pensamento Gonzalo” e insere a guerrilha senderista na luta do comunismo internacional. Nos Documentos Fundamentais do Partido, Guzmán evoca a originalidade de seu pensamento e se coloca com herdeiro da tradição marxista. Interessante pensar que para postular o lugar de quarta espada, Guzmán nega outras lideranças, acusando-as de revisionistas tais como: Enver Hoxha da Albânia, Mikhail Gorbachev da URSS e Fidel Castro de Cuba.

Podemos perceber também que a imagem evoca um ideal de juventude, em que moças e rapazes lutam juntos para derrubar o imperialismo “Yanqui” (Estadunidense). Mostra ainda a

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

vitória do comunismo sobre o capitalismo representado no mastro da bandeira comunista que atravessa o Tio Sam esquelético, com sua típica cartola com a bandeira dos Estados Unidos. Assim, com a alegoria do Tio Sam prostrado ao chão em cima do fogo que há de consumi-lo, o capitalismo é visto como o mal que rasteja pela terra sem mais força para se reerguer. Desta forma, na sigla LOD (*Línea Oportunista de Derecha*) em cima da fogueira, o Tio Sam realizaria sua autocrítica e seria humilhado publicamente se desculpando com o partido, assim como é exigido daqueles que em algum momento tentaram passar por cima das diretrizes e orientações do partido⁴¹⁹. Identificado e derrotado o inimigo, a força da juventude comunista vigorosa será capaz de instaurar o novo Estado.

Além disso, sugere que o movimento do Sendero se encontra presente por várias partes do país já que os grupos armados com fuzil e com a bandeira do Partido Comunista caminham em uma única direção. O local em que os grupos se encontram remete a geografia do país. O Sendero teve maior presença na Região considerada a mais pobre do país, Ayacucho. Região de terras frias e de vegetação mais rasteira. Percebe-se também que na figura sobressai a imagem de duas jovens. O partido tinha parte significativa de seus quadros formados por mulheres. Estima-se que cerca de 40% de seus militantes eram mulheres e que elas ocupavam altos cargos de comando dentro do partido. Haja vista que, as duas esposas que Guzmán teve durante o período da guerrilha ocuparam postos de comando no partido. Sua primeira esposa, Augusta la Torre, denominada número dois do partido, foi líder do Movimento Socorro Popular, grupo ligado ao partido que prestava assistência aos guerrilheiros feridos da guerrilha. Neste período, Elena Iparraguirre, que seria sua futura esposa, era a número três do partido. Juntos os três formavam o Comitê Central do partido de onde elaboravam os Planos de Ações. Após a morte de Augusta la Torre em 1989, Abimael se une a Iparraguirre, que passa a ocupar o segundo maior posto de comando do partido.

⁴¹⁹ A autocrítica era exigida daqueles que em algum momento se aproximaram ou eram acusados de se aproximarem das orientações de direita. Ou de tentarem se desviar das ideias do partido. O camarada, nesta situação, deveria redigir uma carta expondo publicamente para o partido seus desvios. A carta de Alfredo Castilho Montañes, camarada Antonio, oferece um exemplo de autocrítica. “Entrei para o partido em 1976 em meio a uma dura luta do partido, sob a liderança do camarada Gonzalo pela construção da luta armada. No VII Plenário tomei uma negra posição de linha oportunista de direita (LOD), cometendo graves crimes contra o partido que foram esmagados e desmascarados de imediato [...] No VII Plenário, me afundei mais formando parte da LOD, pretendendo atacar a línea e direção do partido [...] O partido deu um grande salto esmagando a LOD e dando início a luta armada.[...] Peço humildemente e meu chefe, camarada Gonzalo, uma oportunidade , y aceito tudo o for ordenado e decidido...”, RONCAGLIOLO, Santiago. *La cuarta espada: la historia de Abimael Guzmán y Sendero Luminoso*. 5ª. ed. Buenos Aires: Debate, 2008. p. 91. Tradução nossa.

A figura 1 consegue reunir diversos elementos da luta armada senderista. Assim, pode ser considerada uma síntese iconográfica da guerrilha, pois consegue articular um discurso em torno das motivações ideológicas, identificando o inimigo e mobilizando as massas. Uma forma de comunicação em que, ao mesmo tempo, apresenta a guerrilha senderista como algo local, com os elementos do próprio país, como a terra, evoca uma universalidade colocando a guerrilha na luta do proletário a nível internacional. A luta senderista não está isolada no mundo, pelo contrário, ela está ancorada em uma tradição e dialoga com outros movimentos revolucionários, principalmente neste caso com a Revolução Chinesa.



FIGURA 2: Disponível em: <http://www.solrojo.org/>. Acesso em: 25/04/2010

A imagem 2 nos remete as estratégias senderistas de sabotagem de eleições diretas através do sufrágio. A primeira atuação do Sendero foi realizada no dia 17 de maio de 1980 na cidade de Chuschi. O partido invadiu a zona eleitoral da comunidade queimando as cédulas de votação e as urnas, impedindo assim que se realizasse votação neste povoado. Os militantes que cometeram este atentado foram presos, mas logo em seguida liberados. Apesar dessa parte da população ter sido impedida de votar, considerou-se da mesma forma o resultado das eleições que elegeu Fernando Belaúnde para presidente do país. Realizando assim a transição de poder do militares para os civis. Mas, além disso, este tipo de desenho com características próximas do infantil nos leva a perceber como o partido alcançava e mobilizava a população. A estratégia de utilizar cartilhas em escolas foi muito utilizada pelo partido. Deve-se ter em conta que o partido teve forte presença nas Universidades, principalmente na de Ayacucho, nos cursos de licenciatura. A estratégia era de que os alunos formados nesta universidade pudessem difundir as ideias senderistas em suas respectivas cidades depois de formados. Para isso, formularam diversas cartilhas que foram adotadas por militantes do partido em diversas regiões, mas principalmente no sul do país. O partido também criou escolas populares onde essas cartilhas foram adotadas.

A imagem também demonstra a participação efetiva de crianças e adolescentes na guerrilha, já que são vários os relatos de sequestros dessa parcela da população para compor o exército guerrilheiro principalmente nas selvas. O filme “*Paloma de Papel*” (2003), do diretor Fabrizio Aguilar, retrata parte dessa realidade vivenciada por crianças e adolescentes que foram vítimas deste tipo de ação, além de vários outros vídeos-reportagens disponíveis na internet que relata o recrutamento de crianças para a guerrilha senderista⁴²⁰. Por outro lado, o fato da figura trazer duas personagens do gênero feminino evoca mais uma vez a forte participação da mulher no partido. Essa participação ficará mais evidente na análise da imagem 4.

⁴²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XQERuc3wTU8>. Acesso dia 30/11/2010.
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.



FIGURA 3: Imagem disponível no livro de , RONCAGLIOLO, Santiago. *La cuarta espada: la historia de Abimael Guzmán y Sendero Luminoso*. 5ª. ed. Buenos Aires: Debate, 2008.

A imagem número 3 tem ainda hoje grande circulação. Ela está presente nos livros *La cuarta espada: la historia de Abimael Guzmán y Sendero Luminoso* de Santiago Roncagliolo, *História de la guerra milenaria en el Peru* de Gustavo Gorriti e, é capa do livro *Toque de queda* de Raúl Tola.

A fotografia entrou para a história da guerrilha senderista como uma imagem impactante e emblemática. A foto se refere à primeira ação do PCP-SL na cidade de Lima em 26 de dezembro 1980. A cidade amanheceu com vários cachorros mortos pendurados em postes de luz, a princípio a polícia trabalhou com a hipótese de que estes pudessem conter bombas, mas não foi o caso; eles continham apenas insígnias que insultavam o líder comunista da China: “Deng Xiaoping filho de uma cadela” (RONCAGLIOLO, 2008, p. 93).

Nesta fotografia em especial, podemos ler o nome de Deng Xiaoping acusado por Abimael Guzmán de revisionista por adotar na China o socialismo de mercado. Enquanto a luta armada estivesse neste âmbito de insultos a líderes comunistas, para o governo peruano isso não representaria grandes problemas. A questão, que vai além simplesmente de pendurar cachorros, é que este ato era apenas um aviso do que poderia vir adiante. O ato de pendurar cachorros mortos faz referência a um costume Inca de enterrar seus entes falecidos juntamente com seus objetos de

trabalho e seus cachorros. A prática de pendurar cachorros mortos foi utilizada pelo Sendero para provocar terror e indicava mau presságio. Em várias situações, quando se descobria que havia na comunidade um delator, pendurava-se cachorros mortos indicando que já havia descoberto o traidor e que este seria morto. Contudo, pelo que pode-se constatar, nem a polícia nem o governo fizeram esta leitura do ato senderista. A guerrilha ainda ficou circunscrita à região rural e tratada como atos isolados e de responsabilidade da polícia e dos governos locais.

Após este ato de pendurar cachorros mortos, a guerrilha Senderista foi aos poucos avançando sobre a cidade de Lima. Torres de eletricidades foram destruídas causando apagões, estradas foram destruídas e prédios públicos foram atacados. Contudo, vale ressaltar que a luta armada manteve a estratégia original. De primeiro ganhar terreno no campo e depois avançar pelos grandes centros urbanos. Ou seja, as ações senderistas continuaram tendo maior peso no campo do que na cidade. Seguindo assim, as estratégias de guerrilha maoísta e do “Pensamento Gonzalo”.



FIGURA 4: (RONCAGLIOLO, 2008)

Retomando a participação feminina na guerrilha senderista, analisaremos a quarta figura. Esta fotografia, que também é recorrente nos estudos sobre o Sendero, foi tirada na penitenciária de *Canto Grande*, em Lima. Foi publicada na *Revista Caretas* no ano de 1991 e, republicada na edição comemorativa intitulada *Dossier Fotográfico de Ilustración Peruana Caretas* no ano de 2012.

Também publicada no livro *La cuarta espada*.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A foto retrata uma cerimônia de culto à personalidade ao líder Abimael Guzmán⁴²¹ por militantes senderistas detidas. No vídeo, as mulheres marcham pelo pavilhão cantando hinos de revolução, carregando a frente um quadro com a foto de Abimael Guzmán, seguido dos símbolos do comunismo (a foice e o martelo recortados em material semelhante a isopor), tochas de fogo e bandeiras do partido comunista.

Desta fotografia pode-se perceber o vigor e a força da participação das mulheres no partido. Concomitante a isto, o forte incentivo ao reconhecimento da importância do líder do partido, o culto a personalidade, prática típica da cultura política comunista. Corroborando, assim, com o que já foi dito anteriormente, a centralização do partido na figura do líder. Percebe-se também o poder de organização das militantes senderistas, que mesmo privadas de liberdade, conseguiam ocupar o pavilhão da penitenciária para render homenagens ao seu líder. De acordo com o *Dossier da Revista Caretas*, as detentas possuíam as chaves de suas celas e tinham liberdade para pintar o pavilhão e realizar eventos desta natureza. O evento recebeu o nome de *Ópera de Sendero* encabeçada pela militante do partido camarada Miriam Rodrigues Peralta. Uma cerimônia de exaltação do comunismo com frases “Viva el Marxismo”, “Viva el Leninismo” e “Proletarios de todos los países, unios”, fazendo referência assim, as cerimônias realizadas na Revolução Cultural Chinesa, liderada por Mao Tse-tung.



⁴²¹ O vídeo da cerimônia se encontra disponível em: http://wn.com/sendero_luminoso?upload_time=all_time. Acesso: 23/05/2012

FIGURA 5:(RONCAGLIOLO, 2008)

A imagem número 5 retrata a apresentação de Guzmán em rede nacional no dia 13 de setembro de 1992. Após doze anos de guerrilha o líder senderista e outros membros do alto escalão do partido são detidos no dia 12 de setembro na cidade de Lima. O feito ficou conhecida como *La captura del siglo*, assim nomeada pelo grupo de operações GEIN (*Grupo Especial de Inteligencia*) ligado a DICOTE (*Dirección Contra el Terrorismo*).

Na busca de “desmistificar” a imagem do líder senderista, Guzmán é apresentado em rede nacional ao vivo para todo o país por cerca de vinte minutos, preso em uma jaula com uniforme “supostamente” próprio para criminosos terroristas. Sua jaula é descoberta no momento em que ele ainda está colocando suas vestes e, seu uniforme tem estampado na frente a data de aniversário da Polícia de Investigação Peruana 15/09 (RONCAGLIOLO, 2008, p. 166).

A prisão de Guzmán representa o fim do “terrorismo” e a volta da paz ao país, segundo a visão das forças de segurança e do Presidente Fujimori. Este soube utilizar-se das prisões efetuadas pelo GEIN para manter-se no poder e justificar seu autogolpe de Estado realizado em cinco de abril de 1992. Já que ele havia sido eleito prometendo acabar com o terrorismo no país. Montou-se um verdadeiro “show” ou um “picadeiro” para celebrar a prisão do líder “terrorista” mais procurado durante os anos da guerrilha. Assim como Guzmán, outras lideranças do partido também foram apresentadas, em jaulas e com os mesmos uniformes, em rede nacional. Uma verdadeira busca de humilhação e deterioração da imagem dos militantes do partido, sobretudo de Guzmán, como afirma:

Durante as seguintes semanas, os jornais só falavam disso. As reportagens sobre o momento da detenção de Guzmán incluíam filmagens do interior da casa. O local havia sido previamente preparado pelo Serviço Psicossocial de Inteligência. Aparecia sujo e desorganizado, cheio de garrafas de vinho, whisky e caixas de preservativos. As pessoas comentavam pela rua. Assim, que era um bêbado, Abimael. Assim que gostava de putas. Assim que organizava orgias. Dizem que era um drogado. (RONCAGLIOLO, 2008, p. 166)

Com a realização da prisão dos líderes do partido, o Sendero se desarticula e o número de atentados diminui significativamente, mas não se pode afirmar que o movimento acabou. O Sendero continuou atuando, mas com menor intensidade.

A prisão de várias lideranças do Sendero foi muito bem aproveitada por Fujimori e seu secretário Vladimiro Montesinos. O país seguiu sob forte repressão e terrorismo de Estado além de altos índices de corrupção. Com o apoio das forças armadas e ações de repressão lideradas pelo grupo Colina, o ditador Fujimori imprimiu um caráter autoritário e repressivo durante seu governo até o ano 2000, quando renunciou ao poder já exilado no Japão e Vladimiro Montesino refugiou-se no Panamá.

Pode-se perceber, ainda que as formas de representação sejam diversas e sob ângulos diferentes, as imagens mantêm certa comunicação entre si. A participação da mulher é um tema recorrente, a forte presença do líder através do culto a personalidade, a identificação de inimigos (seja na imagem 1 em que o inimigo é o imperialismo representado pelos Estados Unidos, na imagem 2 em que a população é convocada a não participar da nova democracia instaurada no país, ou na imagem 3 em que o inimigo é o líder revisionista que mudou os caminhos da sociedade comunista chinesa). Percebe-se também que a ação do Estado não foi isenta de um teor ideológico. A prisão de Guzmán serviu de artifício para “sustentar” parte da popularidade de Fujimori, que mesmo depois de ter desarticulado o Sendero Luminoso, continuou mantendo o discurso de que o país vivia sob ameaças terroristas. Enquanto isso, grupos de extermínios ligados a Segurança Nacional do país seguiam praticando torturas e assassinatos.

Em 2003 o documento elaborado pela *Comisión de la Verdad. Informe Final* relatou que no período de 1980 a 2000 foram assassinadas e desaparecidas 69.280 pessoas. Período que compreende o início da guerrilha até o final do governo Fujimori. Se por um lado a sociedade peruana buscou dar uma resposta ao conflito e ao governo de Fujimori, investigando os fatos ocorridos neste período, e assim propondo medidas de reconciliação, talvez ainda seja precipitado dizer que o Informe possa ser a “verdade” final sobre o conflito armado interno já que o movimento senderista continua atuante. Com menor intensidade, mas com ações violentas. Além disso, o Informe Final da CVR causou ampla discussão sobre sua legitimidade e veracidade.

Referências bibliográficas

AMAYO, Enrique (org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1988.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA*, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre e FRANÇOIS, Jean (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Culturas Políticas e historiografia. In: Azevedo, Cecília *et alii*. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Comisión de la Verdad (<http://www.cverdad.org.pe>.)

CORREA, Marcial Rubio. Militares y Sendero Luminoso Frente al Sistema Democrático Peruano. *Estudios Políticos* (Nueva Época). n.º. 53, setembro –outubro, 1986. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:Fy9mComv_TKUJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=2000>. Acesso: 23/03/2010.

DEGREGORI, Carlos Ivan. Discurso y violencia política em Sendero Luminoso. *Instituto Francés de Estudios Andinos*. Ministerio de Relaciones Exteriores de Francia. Tomo 29, n.º. 3, Lima, Peru, pp. 493-513. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/126/12629310/12629310.html>>. Acesso: 02/12/2010.

_____. *El surgimiento de Sendero Luminoso: Ayacucho 1969- 1979*. Del movimiento por la gratuidad de la enseñanza al inicio de la lucha armada. 3ª.ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2010. (Ideología y Política, 7).

Documentos Fundamentales. Sol Rojo (<http://www.solrojo.org>).

Dossier Fotográfico de Ilustración Peruana. *Revista Caretas*. La verdad sobre el Espanto. Edición Actualizada. 2012.

DREYFUS, Pablo G. Sendero Luminoso: um caso de narcoterrorismo? Disponível em: <http://cendoc.esan.edu.pe/Pregado/guias/metodologia/terrorismo/ot-dreyfus.pdf>. Acesso: 25/03/2010.

FALCON, Francisco. História e representação. CARDOSO, Ciro F. & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. pp. 41-79.

GORRITI, Gustavo. *Sendero: historia de la guerra milenaria en el Perú*. Lima: Planeta, 2008.

GRANADOS, Manuel Jesús. O Sendero Luminoso: aproximações a sua história e ideologia. *Novos Estudos*, n.º 19, dezembro 1987, pp. 46-67.

HERTOGHE, Alain; LABROUSSE, Alain. *Sendero Luminoso Peru: uma reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JULIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CORREIA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

LASAR, Marc. Forte et fragile, immuable et changeante. La culture politique communiste: BERSTEIN, Serge (org) *Les culture politiques en France*. Par editions Du seuil, 1999.

MARIATÉGUI, José Carlos. José Carlos Mariátegui: política. Manoel Lelo Belloto e Anna Maria Martinez Corrêa (orgs.). São Paulo: Ática, 1982 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 27).

MARIATÉGUI, José Carlos. *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Expressão Popular: Clasco, 2008. (Coleção Pensamento Social Latino-Americano).

MÉNDEZ, Cecilia. La tentación del olvido: guerra, nacionalismo e historia en el Perú. *Diálogos en história*. n.º.2. Lima. 2000. pp. 231-248. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/C%20Mendez.pdf>>. Acesso: 23/03/2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. *Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG*. Mariana, 1996, pp.83-91.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002 (Estudos; 180).

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RONCAGLIOLO, Santiago. *La cuarta espada: La historia de Abimael Guzmán y Sendero Luminoso*. 5ª. ed. Buenos Aires: Debate, 2008.

Sendero Luminoso: http://wn.com/sendero_luminoso?upload_time=all_time

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como ‘a representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa. In CARDOSO, Ciro F. & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. pp. 81-99.

SIRINELLI, Jean-Fraçois. *Apud BERSTEIN, Serge*. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre e FRANÇOIS, Jean (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Sol Rojo (<http://www.solrojo.org/>)

TOLA, RAÚL. *Toque de queda*. Lima: Planeta, 2008.

VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (III)*. Barcelona: Seix Barral, 1990.

Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=XQERuc3wTU8>). Acesso dia 30/11/2010.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

**Exposições da Arte
Contemporânea Latino-americana (1980-2000):
entre discurso e prática curatoriais**

Tálisson Melo de Souza
Mestrando – UFJF
Agência Financiadora: CNPQ
talissonmelo@yahoo.com.br

RESUMO: Durante as décadas de 1980 e 1990 a arte moderna e contemporânea latino-americanas ocuparam posição privilegiada na difusão e reflexão de parte importante das questões políticas, sociais e culturais de diferentes contextos, estabelecendo relações em diversos sentidos com a tradição e construção de novas perspectivas para a produção artística e políticas culturais no continente. Nesse sentido, veicula o debate sobre a representação da identidade, uma reflexão sobre os discursos e práticas curatoriais e sua própria posição no cenário global, entre as instituições e o mercado. Para entender o processo e as condições de visibilidade internacional da arte moderna e contemporânea latino-americanas ao longo das duas últimas décadas do século XX, propomos analisar a presença dessa produção artística em exposições que se configuraram como pontos basilares para a construção de sua história e identidade fora e dentro do continente, partindo de uma seleção de exposições em museus e exposições temporárias de grande escala e impacto no campo da arte (produção, crítica, curadoria, história da arte, instituições e mercado).

PALAVRAS-CHAVE: Arte Contemporânea, Arte Latino-americana, Curadoria.

Introdução

A partir de uma pesquisa sobre a condição de artista contemporâneo no Brasil entre 1980 e 2000 sob abordagem sociológica, visando entender os processos de inserção, legitimação e consagração do campo da arte brasileiro em contato com o campo internacional, este artigo resulta de um desdobramento orientado à apreensão de um panorama histórica dessa relação, observando a incorporação da arte brasileira em museus, galerias de arte, exposições temporárias, feiras e bienais que tiveram lugar ao longo das duas últimas duas décadas do século XX.

Ao mapear as práticas expositivas enunciadoras de algum discurso relacionado à América Latina, visamos compreender o cenário brasileiro no contexto mais amplo da região, de modo que possamos analisar condicionantes similares entre os países e especificidades do caso brasileiro.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Focamo-nos aqui sobre um levantamento de exposições que geraram um *corpus* concreto de referências para a historiografia contemporânea, através da produção monográfica, críticas em revistas especializadas, embate interno entre os agente do campo da arte e repercussão na esfera pública. Através da análise de projetos curatoriais elaboramos uma base de dados da qual extraímos estudos de caso para um panorama da incorporação da América Latina à historiografia internacional da arte moderna e contemporânea, articulando os descompassos entre discurso e prática curatoriais.

O mercado de arte global e a figura do curador:

A partir dos anos de 1970 o circuito internacional das artes experimentava maior abertura à produção referente aos países não adscritos no eixo central constituído por certos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América (QUEMIN, 2001, p.10). Diversas condicionantes estavam atreladas a esta reconfiguração do mercado e instituições de arte, seja por especificidades locais, como os movimentos migratórios pontuais durante o século XX, seja pela demanda de novas fontes de recursos simbólicos, estéticos e econômicos para essa rede de mercado e instituições, gerando a “descoberta” da arte da África, da América Latina e da Oceania.

Diretamente relacionado a um processo de estabilização da institucionalização do campo da arte, a ampliação do número de agentes – artistas, críticos, historiadores da arte, *marchands*, galeristas, colecionadores e curadores –, intensifica a segmentação no interior do campo (MALIK, 2011). Se até meados dos anos 1970 observava-se a circulação de movimentos e grupos de artistas, que produziam suas obras, refletiam sobre elas, faziam seus manifestos, estruturavam suas exposições, tal segmentação levava os artistas a produzirem isoladamente, ainda que concatenados por questões comuns, onde a figura do crítico de arte passava a ter papel de mediador entre o campo da arte e a sociedade, raras vezes articulado-se fundamentalmente com os artistas e suas produções. Os galeristas, *marchands* e colecionadores, ao apoiar a projeção institucional de seus artistas, passam a aproximar-se cada vez mais de uma esfera enunciativa e de atribuição de valor econômico e cultural de obras e artistas (BUENO, 1999, p.279)

Durante a década de 1980, paralelamente à emergência do discurso pós-colonialista e pós-modernista, um agente do campo artístico passava a posicionar-se com mais centralidade, o

curador de exposições, em vias de consolidação de seu papel, status e praxis, atua como produtor de leituras sobre a arte, as quais busca plasmar através da realização de exposições – selecionando artistas, produzindo catálogos, definindo a disposição física das obras, estabelecendo parâmetros de apropriação e distribuição de discursos sobre arte e a cultura de modo geral, além de poder costurar relações com os campos histórico, social, político e científico; o curador é quem articula a identidade dos grupos (RAMÍREZ, 2000, p.61).

O termo “curador” há muito refere-se a um agente específico do mundo da arte, conectado ao *connaissanceur*, comissário ou conservador de museus, uma figura erudita completamente envolvida no campo da arte, cujo conhecimento sobre as obras, técnico e histórico, constrói-se graças a seu contato direto com o campo, de modo que as principais funções atribuídas a tal *expertise*, estão ligadas à avaliação da autenticidade de obras, análise de autoria, datação, catalogação e regulação dos sistemas de aquisição e exposição das obras do acervo de um museu, inclusive em contato com outras intuições e o mercado (LACLOTTE, 2010, p.183-4).

O conceito de “curador-autor”, na perspectiva traçada pelos sociólogos Nathalie Heinich e Michel Pollack, é fundamental para a compreensão do trabalho desenvolvido por esse agente ao longo da segunda metade do século XX. O trabalho do historiador Harald Szeemann no Bern Kunsthalle, Suíça, ao longo da década de 1960, alcançou grande projeção no cenário internacional através da exposição que organizara em 1969, “*Live in Your Head: When Attitudes Become Form – Works, concepts, processes, situations, information*”, reconhecida notadamente por introduzir na Europa uma variedade de práticas artísticas conceituais até então pouco conhecidas e ao mesmo pelo modo como a própria exposição fora proposta, remetendo a um grande ateliê e afastando-se do cânone museológico moderno que vigorava. Szeeman referia-se a sua prática sob o termo *Ausstellungsmacher* (criador de exposições), que ele próprio estabelecera. A exposição desencadou ampla reação, que apontava seu caráter subjetivo e espetacular, manifesta inclusive através de exposições em diferentes instituições, e tomou o centro do debate institucional à época, converteu-se em novo paradigma para os anos seguintes (AUBART, 2000, p.43). Ponto alto de sua carreira, esse modelo curatorial não marcou somente uma importante mudança metodológica nas práticas expositivas, como também teve forte influência sobre o papel público do curador, que desde os anos 1980 alcança posição-chave nas instituições.

A nova postura assumida por tais agentes, como “autores de exposições”, e suportada pelas novas instituições ou as antigas em novos formatos, possibilita uma abertura para pessoas de diferentes campos construir suas leituras:

Essa autonomização da função, que não é submetida ao julgamento único dos pares, assinala correlativamente uma dupla abertura do horizonte de referências: ao mesmo tempo geograficamente, pela internacionalização desses grandes acontecimentos culturais e turísticos que se transformaram em certas exposições para um público informado, e socialmente, pelo deslocamento das articulações para um campo cultural ampliado. Uma tal abertura é acompanhada além disso, por uma possibilidade, quase inexistente anteriormente nas instituições, a de ter acesso a essa função sem ser conservador (o antigo *connaissanceur*, ou *expert*): acadêmicos, filósofos, críticos, historiadores, relações públicas, diretores de arte e cenógrafos podem encontrar a oportunidade de exercer a função de comissário ou curador de exposições. Tal evolução leva – inevitavelmente – a uma grande mudança das normas no que diz respeito ao conteúdo, como na execução, ou seja, nas regras em matéria de empréstimo e segurança das obras. (HEINICH, POLLACK, 1989, p.37)

Esse aspecto evidencia ainda a relação da arte com o capital, sendo a produção de leituras singulares sobre a arte, abertas aos mais distintos repertórios e modos de organizá-los, muito adequada à nova economia cultural que delinea-se ao longo das duas últimas décadas do século passado. Segundo o filósofo Andreas Huyssen, a centralidade da curadoria, ao “mobilizar coleções, colocá-las em movimento dentro do museu a que pertencem e por todo o planeta, assim como na cabeça dos espectadores” (HUYSEN, 1997), na nova condição institucional da arte, reflete as contraditoriedades próprias da modernidade:

[...] o que nunca foi no âmbito de uma modernidade restrita: uma instituição genuinamente moderna, espaço onde as culturas desse mundo se chocam e liberam sua heterogeneidade, sua irreconciliabilidade inclusive, onde se entrecruzam, hibridizam e convivem na observação e memória do espectador”. (HUYSEN, 1997, p.63)

Nesse contexto, buscamos discriminar exposições de arte moderna e contemporânea de ampla visibilidade onde a arte da América Latina é enunciada de alguma forma, compreender sob quais discursos/estratégias foram incorporadas.

O critério fundamental para identificar a visibilidade das exposições baseia-se em sua projeção no nível da mediação, que analisamos através da repercussão crítica das mostrar no momento em que se deram e posterior historiografia, bem como o caráter das instituições onde foram realizadas (fatores de legitimação).

Entre as exposições temporárias de acervos de grades museus e obras selecionadas para compor bienais, fixamos cinco casos pontuais para o estudo do desenvolvimento da

incorporação da produção artística latino-americana em projetos que seguiam modelos curatoriais distintos.

Exposições dedicadas à arte da América Latina:

Em 1984, em Cuba, realizou-se a 1ª Bienal de la Habana, partindo da iniciativa conjunta do Centro Wilfredo Lam, criado no ano anterior como resultado direto das políticas culturais do Governo Revolucionário, visando apoiar a pesquisa e projeção das manifestações culturais da América Latina e Caribe. O projeto curatorial surgiu de uma rede de artistas, críticos, historiadores e teóricos locais, entre eles Gerardo Mosquera, Nelson Herrera Ysla e José Veigas, que convergiam idéias em direção a construção de uma outra história da arte, que observasse o desenvolvimento das linguagens artísticas no continente munido de um olhar interno, que compreendesse diferentes camadas de relação do campo artístico com os diferentes contextos constituintes da cultura de “Nuestra América”.

A edição inaugural da Bienal de La Habana situa-se claramente na frente cultural de um projeto de articulação internacional do país, resulta do debate sobre políticas identitárias, descolonização e pós-modernidade, bem como de maiores transformações de sua relação com os EUA e o Bloco Oriental durante final dos anos 1970 e início dos 1980, além da extensão do debate político e ideológico que teve lugar nos países então referidos como Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial. A Bienal gerou diálogo entre iguais e ao mesmo tempo promoveu e reconheceu a diversidade e diferença através da consciência de uma cultura artística emergente paralela ao *mainstream*, mas crítica a ele, que se cultivou na primeira metade do século XX, sobretudo pelos movimentos de vanguarda do início do século (SOTELO, 2009, p.71-2).

Na carreira das edições seguintes, que abriram seu escopo para a arte dos continentes africano e asiático, construiu-se um processo gradual de afirmação e legitimação dessa reflexão, cumprindo papel fundamental na formação de curadores latino-americanos que alcançaram projeção na rede global até meados da década de 1990, como José Carlos Mariategui, Cuauhtemoc Medina, Paulo Herkenhoff, Carlos Basualdo, Nelson Aguilar, Víctor Zamudio Taylor e José Ignacio Roca entre outros. A repercussão das bienais latino-americanas ainda era consideravelmente modesta, porém elaboraram uma base de reflexão, produção textual, conexão institucional e práticas expositivas voltada para um entendimento vertical das especificidades de contextos de produção artística.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Entre a primeira edição dessa bienal e a projeção de discursos curatoriais na perspectiva que inaugurara, destacadamente nos primeiros anos do século XXI, com a Documenta 11, curada por Okwui Enwezor e o novo modelo da 50ª Bienal de Veneza, dirigida por Francesco Bonami, observa-se um *gap* de aproximadamente duas décadas, nas quais realizaram-se as exposições que comentamos a seguir.

Entitulada “*Art of the Fantastic: Latin America, 1920-1987*”, a exposição promovida pelo Indianapolis Museum of Art no Queens Museum, EUA, propusera uma leitura sobre a “atmosfera de magia que emana da arte da região” (CATÁLOGO!). Contou com obras de artistas de diversos países do continente, exibindo-as em seções que pretendiam contemplar três gerações, a modernista, a do pos-guerra e a contemporânea (SMITH, 1987).

A crítica e curadora Mari Carmen Ramírez aponta o apelo à questão da identidade e alteridade referente à América Latina nas grandes instituições norte-americanas como um discurso atrelada à nova “política neocolonialista” dos anos 1980, escondendo uma rede de fatores políticos e diplomáticos, inclusive atentando para a vasta comunidade latino-americana residente no país como consumidores a serem atraídos para as intuições, o que influencia significativamente o *boom* de exposições ao redor do tema na época e a emergência de um mercado bastante exitoso (RAMÍREZ, 1992, p.60).

Sob a rubrica do Surrealismo e Fantástico literário, além das “lentes etnológicas sem as quais a visão modernista Euro-Americana não consegue dirigir-se à arte das sociedades não-Primeiro Mundo” (RAMÍREZ, 1992, p.62), “*Art of the Fantastic*”, em paralelo a outras exposições da mesma época, como “*Hispanic Art in United States: Thirty Contemporary Painters and Sculptors*” 1987, e “*Images of Mexico: The Contribution of Mexico to Twentieth-Century Art*”, 1989, apresenta a manutenção de um esteriótipo latino-americano homogêneo, que não permite a manifestação do complexo processo de formação cultural e diferentes lógicas de desenvolvimento que interseptaram vários níveis de tradição e modernidade.

Exposições onde a arte da América Latina compõe a temática:

“*Magiciens de la Terre*”, curada por Jean-Hubert Martin, no *Centre Pompidou e Grande Halle Parc de la Villette*, Paris, França, em 1989, flexibiliza o alcance dos termos “Arte” e “Magia”, popunha criar um espaço de relação transcultural entre obras de arte e objetos culturais vindos de todo o **CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

mundo. A exposição reunia a produção de cinquenta artistas norte-americanos ou da Europa ocidental e cinquenta artista provenientes de outras regiões, segundo o curador a exposição romperia com a noção de “evolução” no domínio da arte e também com as categorias etnográficas que isolam os artistas em guetos (BECHELANY, 2012, p.110).

Ao observar a representação latino-americana, entre artistas de grande reconhecimento no circuito nacional do país de onde provém, observamos a inserção de objetos culturais, como artesanato ou imagens e ícones rituais. Além de não haver presente nenhum curador não-americano ou não-europeu na comissão, as afirmações desses membros evidenciam as problemáticas de sua pretensa universalidade:

[...] após *Magiciens*, o adjetivo internacional portaria uma nova significação, relativa a um panorama mais amplo de relações entre as nações, que compreenderia também os países não-ocidentais e não somente as interações entre a Europa ocidental e os Estados Unidos. (GAUDIBERT, apud BECHELANY, 2012, p.110)

Especificamente sobre a América Latina, destacamos a fala de Martin:

Na América do Sul, especialmente, à parte o Brasil, nós tivemos muitas decepções porque encontramos artistas envolvidos num sistema de arte ocidental, com galerias, museus, etc. E as produções dos artistas nos pareceram muito dependentes de nossos grandes centros, ora, o que procurávamos era outra coisa – algo que pudesse renovar o olhar, renovar o interesse... Não me interessava mostrar que os artistas na América Latina lêem *Artforum*. (MARTIN, *Art Press*, maio 1989, apud BECHELANY, 2011, p.109)

Mesmo diante de um projeto que parece evitar a exotização da arte e do artista não-ocidental pela não hierarquização estética das obras no espaço expositivo, busca ao mesmo tempo uma “originalidade” na obra do artista-latino americano que esteja conectada à afirmação da arte latino-americana que não condiz com suas práticas no âmbito global da arte contemporânea (FIALHO, 2005, p.659).

A 24ª Bienal de São Paulo, “Antropofagia”, curada por Paulo Herkenhoff, em São Paulo, Brasil, 1998, reuniu obras de artistas de diferentes escolas e movimentos, de Aleijadinho a Ernesto Neto, incluindo Géricault, Goya e Francis Bacon. A partir de uma leitura do “Manifesto Antropófago” de Oswald de Andrade, de 1928, o curador estabeleceu uma rede de diálogos entre a história da arte europeia e norte-americana e a história da arte latino-americana, ampliando o

conceito brasileiro para toda a cultura pós-moderna. Apresentou uma história não linear para conduzir as múltiplas formas de assimilação entre ambos universos cognitivos; tal projeto evidencia a condição do artista na era global (BELTING, 1989), ao situar o artista em “relação produtiva direta com a história da arte, que já não tratam como história de estilos ou de imagens, mas têm a consciência de um processo histórico de problematização das questões plásticas” (HERKENHOFF, 1998, p.26).

Em 2003 comissão do *Walker Art Centre* de Minneapolis, EUA, sediou a exposição “*How Latitudes Become Form: Art in a Global Age*”, apresentou obras de artistas da África do Sul, Brasil, China, Estados Unidos, Índia, Japão e Turquia. Resultado de um fórum multidisciplinar de curadores de vários países e diferentes contextos culturais e práticas políticas, visando expandir a praxis curatorial e examinar o papel da arte no contexto de globalização cultural, ou o “novo internacionalismo na arte”. Atentando para limitações e potencialidades da própria prática curatorial, a instituição, focando sobre conceitos como “imigração, diáspora, trocas, (des)encontros, hibridização, contaminação, desterritorialização e multicontextualidade” (HERKENHOFF, 2003, p.124), e a possibilidades de liguagens artísticas imbricadas ao novo sistema de comunicação através de “sua natureza imaterial, fluida, efêmera e em constante transformação” (HANRU, 2003, p.36), buscou contrastar o projeto das manifestações do “universalismo” ocidental ou mecanismo de inclusão multiculturalista como um ponto cego

Referências bibliográficas:

AUBART, François. *Harald Szeemann: L'invention de l'indépendance*. Paris : Revue 2.0.1. 2008. Disponível em : <http://www.revue-2-0-1.net/files/numero1/Aubart.pdf> Acesso em: 02 set. 2013.

BECHELANY, Camila. *Alterité et Art Contemporain: une étude de deux expositions internationales*. In. : Dossiê : Terremotos patrimoniales : información, inmaterialidad y descentralización geopolítica. Paris: MOUSEION, 2012.

BELTING, H. *L'Histoire de l'art: est-elle finie?* Histoire et Archéologie d'un genre. Paris : Éditions Jacqueline Chambon, 1989.

BUENO, M.L. *Artes plásticas no século XX: Modernidade e Globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FIALHO, Ana Letícia. *L'insertion internationale de l'art brésilien: Une analyse de la présence et de la visibilité de l'art brésilien dans les institutions et dans le marché*. Paris : Tese de Doutorado, École des hautes Études en Sciences Sociales, 2006. 387 p.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

HANRU, Hou. *Initiatives, Alternatives: Notes in a Temporary and Raw State*. In.: *How Latitudes Become Forms: Art in a Global Age*. Minneapolis: Ed. DAP, 2003.

HEINICH, Nathalie; POLLACK, Michel. *Du conservateur de musée à l'auteur d'expositions : l'invention d'une position singulière*. Paris : Sociologie du Travail, n°1, 1989.

HERKENHOFF, Paulo. *Learning and Dislearning to Be Global: Questions at 44°53'N, 93°13'W and 22°54'24"S, 43°10'21"W*. In.: *How Latitudes Become Forms: Art in a Global Age*. Minneapolis: Ed. DAP, 2003 ;

HUYSSSEN, Andreas. *Escapar de la amnesia. El museo como media de masa*. Madri: El Paseante, v. 23-25, p. 56-79, 1995.

LACLOTTE, Michel. *El ojo de los expertos: algunos comentarios sobre el connoisseurship*. In.: MONTEBELLO, P. *El Museo: Hoy y Mañana*. Madri: Cátedra Museo del Prado, 2010.

MALIK, Suhail. *Educations Sentimental and Unsentimental: Repositioning the Politics of Art and Education*. Nova York: RED HOOK JOURNAL, N°1, 2011.

QUEMIN, Alain. *Le rôle des pays prescripteurs sur le marché et dans le monde de l'art contemporain*. Paris : Ministère des Affaires Etrangères, 2001.

RAMÍREZ, Mari Carmen. *Beyond "the Fantastic": Framing Identity in U.S. Exhibitions of latin American Art*. Nova York: Art Journal, Vol.51, N°4, 1992.

_____. *Constellations: Toward a Radical Questioning of Dominant Cuatorial Models*. Nova York: Art Journal, 2000.

SMITH, Roberta. *Art: 67 Years of Works of Latin American Artists*. Nova York: New York Times, 13 de novembro, 1987.

SOTELO, Miguel Leonardo Rojas . *Cultural Maps, Networks and Flows: The History and Impact of the Havana Biennale 1984 to the present*. Pittsburgh: Tese de Doutorado, Graduate Faculty of History of Art and Architecture, University of Pittsburgh, 2009. 531 p.

Rosalina Coelho Lisboa e a sua participação política na América Latina

Luzia Gabriele Maia Silva
Mestranda - UFMG
luzia.gabriele@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como foco a análise da participação política da escritora carioca Rosalina Coelho Lisboa no cenário latino-americano entre as décadas de 1930 e 1940. Além de ser poetisa, jornalista e professora, Rosalina participou ativamente da política nacional estatista de Getúlio Vargas, sendo em diversas ocasiões nomeada pelo presidente como delegada do Brasil em eventos e congressos internacionais, nos quais podia se aproximar ainda mais dos círculos políticos e da alta sociedade na América Latina, Estados Unidos e Europa. Foi a primeira delegada mulher a representar o Brasil no exterior, em uma conferência em Montevidéu, em 1932, participando também de congressos pan-americanos ao longo das décadas de 30 e 40. Angariava posição de destaque nos eventos que participava, recebendo homenagens de honra ao mérito de vários países, como Peru, Bolívia, Equador e Itália. Apesar de sua intensa atuação na política internacional na década de 1950, quando fez parte de comissões brasileiras enviadas à Europa para congressos da ONU e da União Latina, o presente texto privilegiará uma análise do cenário político latino-americano e de questões que preocupavam o Brasil conservador de então, como a ameaça de implementação do comunismo.

PALAVRAS-CHAVE: América-Latina, Anticomunismo, Rosalina Coelho Lisboa.

Rosalina Coelho Lisboa, nascida no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1900, foi escritora, poetisa, jornalista e professora, além de atuar como delegada do Brasil em diversas conferências e eventos internacionais. Oriunda de uma família influente e intelectualizada, ela recebeu em casa aulas de preceptoras estrangeiras, que se encarregaram de sua instrução, bem como ensiná-la outros idiomas. Suas habilidades intelectuais renderam-lhe cargo de professora de inglês no Instituto Benjamin Constant. Entre as décadas de 1920 e 1950 publicou diversos livros. Dentre eles, destaca-se o *Rito Pagão*, coletânea de poemas publicada em 1922, premiada pela Academia Brasileira de Letras. O *Desencantado Encantamento*, um livro de ensaios, foi publicado em 1927 e, assim como a obra anterior de Rosalina, recebeu muitos elogios da crítica literária. Ela escreveu outro livro de poemas, intitulado *Passos no Caminho*, publicado no Brasil em 1932 pela editora Renascença. Esse livro, apesar de menos aclamado que *Rito Pagão*, foi traduzido para o espanhol e publicado em 1946, pela Edições Diana e em 1962, pela Ediciones Idea, de Madri.

Durante a década de 50, Rosalina escreveu dois títulos em espanhol que não foram publicados e comercializados no Brasil, *El mensaje cosmico del Quijote*, em 1950, *Almafuerte* em 1951. A grande obra prima da escritora, que a consagrou no meio literário nacional e internacional, é o romance histórico *A Seara de Caím*, publicado pela primeira vez em 1952. O sucesso desse livro fez com que sua primeira edição se esgotasse em 10 dias, sendo reeditado cinco vezes entre 1952 e 1956. Traduzido para o francês, *Les moissons de Caïn*, publicado pela editora da Livraria Plon, ganhou prefácio de André Maurois, membro da Academia Francesa, que comparou o romance sobre a revolução brasileira com *Guerra e Paz*, de Tolstoi. A edição espanhola ganhou prefácio de Gregorio Marañón, não menos elogioso que o prefácio francês. O livro também foi traduzido para o inglês e o alemão.

Rosalina, desde cedo, possuiu posição de destaque na sociedade carioca. Figura expressiva e controversa, atuava em favor da causa feminina e do divórcio, era anticomunista fervorosa e apoiou os movimentos tenentistas e a Revolução de 1930 que pôs fim à República Velha. Ela defendia veementemente o fortalecimento do Brasil e do governo varguista diante dos demais países latino-americanos, estava sempre atenta às ameaças de implementação da doutrina socialista no continente, principalmente se essas ameaças oferecessem riscos à ordem política brasileira. Era amiga de Vargas e correspondia-se frequentemente com o presidente, informando-o sobre as articulações políticas estabelecidas pelos demais países latino-americanos, bem como o alertava sobre o quanto os EUA representavam uma ameaça à soberania nacional. Atuando nos bastidores dos acontecimentos Rosalina imprimia, quase silenciosamente, sua marca na política nacional e internacional do período.

Entre as décadas de 1930 e 1940, os países da América Latina encontravam-se em um conturbado e diversificado cenário político. O presente trabalho tem como escopo a análise da postura política da escritora Rosalina Coelho Lisboa diante desse heterogêneo contexto. Durante esse período Rosalina viajou constantemente para países latino-americanos, ora para ministrar conferências e palestras, ora como delegada do Brasil em eventos internacionais. Em 1936, foi Delegado Plenipotenciário do Brasil na Conferência Interamericana de Paz. Em um contexto caracterizado por raras possibilidades de participação feminina, Rosalina, em telegrama ao presidente Vargas, brincava com o gênero da palavra sugerindo-se “delegada”, ao comentar sua nomeação para delegado no II Congresso da União Latina em Madri.

A proximidade da escritora com círculos sociais e políticos rendeu-lhe várias homenagens, como as condecorações outorgadas pelos governos boliviano e chileno da ordem dos "*Condor de los Andes*"; o diploma que lhe conferia o grau de *Encomienda* da ordem "*El Sol Del Peru*", concedido pela Presidência da República desse país; o diploma em reconhecimento dos serviços prestados, dado pela Sociedade de Socorros Mútuos de Buenos Aires. Angariou ainda, homenagens concedidas pelas Ordens Nacionais *Al Mérito* do Equador e do Peru.

Rosalina utilizava-se de sua boa relação com a alta sociedade latino-americana para manter-se informada e informar Getúlio Vargas sobre as articulações políticas tramadas nos bastidores desses círculos, principalmente se essas referissem a ameaças comunistas, as quais ela estava sempre atenta. Apesar de anticomunista ferrenha, em suas palestras mostrava-se solidária com a causa da população pobre, como fica evidente em sua fala à Associação Brasileira de Imprensa, publicada no jornal *O Globo* em janeiro de 1933. Na Ocasão, Rosalina voltava de uma viagem ao Chile, então presidido por Arturo Alessandri. Em segundo mandato, Alessandri assumira o governo em 1932, logo após a tentativa de implementação da República Socialista do Chile e dos cem dias de governo socialista de Carlos Dávila. A respeito de sua viagem para o Chile, Rosalina fez algumas considerações na palestra da A.B.I., durante a qual falou do cenário político chileno. Para ela, o Chile vivia a tensão gerada pela disputa entre o defensor do mundo nacional e das camadas pobres (Arturo Alessandri) e o representante dos poderosos (o caudilho militar Carlos Ibáñez del Campo, forte opositor de Alessandri), da qual exploradores (comunistas) estariam tirando proveito. Rosalina acreditava que só Alessandri seria capaz de reorganizar a sociedade chilena e lutar em favor da causa dos oprimidos, missão embargada pelos interesses de seus fortes opositores, dando espaço para a apropriação comunista da causa dos pobres, como fica evidente em sua seguinte fala, sobre o presidente chileno:

(...) as classes poderosas se juntaram e lhe arrebataram o direito de seguir. Veio a queda; o desterro. E o povo, esquecido outra vez, continuou o delírio e surgiram os exploradores. E de repente a força, cuja victoria teria sido um orgulho continental, ruiu desorientada, na mais positiva ameaça de ruína que já conheceu uma pátria americana.

Eu disse uma vez a Alessandri que lhe encontrava o defeito de ser amado de mais.

O destino corrigiu esse defeito. A propaganda comunista, a exploração de situação dolorosa deram ao seu povo novos ídolos. Alessandri não podia fazer promessas mentirosas que longe de libertar escravizariam mais e mais dentro da ambição desmesurada ao povo soffredor. (Jornal *O Globo*, 27/01/1933)

Rosalina havia visitado o Chile um mês antes de um golpe colocar fim ao mandato de Juan Esteban Montero, presidente do senado no governo de Ibáñez, que assumiu a presidência com a renúncia desse, em 1931 e foi eleito presidente em outubro do mesmo ano, quando concorreu às eleições com Alessandri. A perspicácia política de Rosalina permitia-lhe perceber o quanto as correntes socialistas ganhavam força e simpatizantes no conturbado cenário político chileno, fato que a amedrontava, diante do possível sucesso dessas correntes em um importante país da América Latina, como aconteceu em 1938, com a eleição de um presidente da frente popular, Aguirre Cerda.

A força do socialismo chileno durante os anos 30 fazia com que Rosalina notasse aquele país como um vetor do comunismo na América. Em carta escrita a Gregório Porto da Fonseca, em novembro de 1932, a escritora informava da entrada de armamentos clandestinos no Brasil via Chile. Segundo ela, esses armamentos “metralhadoras, granadas, etc., entravam pelo porto de Valparaíso, clandestinamente, tendo o Sr. Costabal, chileno, interessado em negócios da Curtis, ido a Valparaíso, pessoalmente, traze-los para Santiago, de onde eram enviados a S. Paulo.” (Classificação GV c 1932.11.00/1 – série c – CPDOC/FGV)

Nessa carta, ela associava esses armamentos à Revolução Paulista que, em 1932, tinha como objetivo derrubar o governo provisório, instituído com a Revolução de 1930, além de reivindicar a formulação de uma constituição brasileira. Ao que consta em suas palavras, ela já havia tentado avisar membros do governo da conspiração paulista, mas foi negligenciada. Pedia atenção para o alerta que fazia naquele momento sobre a entrada de armamento clandestino em São Paulo:

Desgraçadamente a guerra civil provou que eu tinha razão. É muito triste ter razão as vezes... Agora eu lhes mando um aviso que vocês já devem ter recebido oficialmente mas que não me parece mau seja extra-oficialmente confirmado: cuidado com armamento clandestino em São Paulo. Esse armamento enviado ao Brasil via Chile, com a cumplicidade ignorante do governo Davila, e a cumplicidade jesuítica do governo Blanche (cujo ministro da Guerra, general Otero, após cada reclamação oficial brasileira, tinha conferências com o Sr. Echenique da casa Curtis, segundo me declarou o próprio Sr. Echenique), é poderosíssimo. Num almoço em casa de um agregado militar norte-americano, soube, por um Sr. Da Curtis, ser tão poderoso esse armamento que se tivesse todo antes da Contra-Revolução em S. Paulo teria fatalmente condenado a possibilidade da vitória federal. Disse-me ainda esse Sr. Que como a Curtis tem control de todo armamento vendido no mundo sabe que o armamento vendido ao governo brasileiro era muito inferior

Naturalmente Rosalina não se simpatizou com a vitória de Cerda às eleições de 1938. Naquele período o Brasil vivia o período chamado Estado Novo, iniciado com o golpe de Getúlio Vargas nas eleições de 1937, para que ele pudesse se perpetuar no poder. Essa fase da Era Vargas foi caracterizada pela recuperação da força do anticomunismo. Essa ideologia tendia associar qualquer corrente de esquerda indistintamente ao comunismo, representação de todo mal e desordem (social, política e econômica). A alternativa para o caos que poderia ser originado caso os comunistas tomassem o poder era a militância da nação brasileira contra esse mal.

A tímida ascensão dos movimentos de esquerda no Brasil no início do século XX causou grandes reações por parte dos conservadores fazendo com que o anticomunismo ganhasse força. Segundo Motta, o anticomunismo no Brasil seguiu moldes da repressão utilizada no exterior. Entretanto, possuía elementos que o tornava peculiar em alguns aspectos, como a ênfase na defesa da moralidade tradicional e cristã e, em segundo plano, a defesa de uma economia liberal. Outro fator que demarcou de forma diferenciada esse movimento no Brasil foi a ocorrência da Intentona Comunista de 1935, que justificou e direcionou fervorosa ação repressiva por parte dos militares e setores conservadores da sociedade.⁴²²

Motta aponta que mesmo o comunismo sendo um “perigo distante” da realidade brasileira o pequeno aceleramento das atividades do PCB (com apenas 5 anos de existência) e das esquerdas em 1927, durante o governo de Washington Luís, bastou para que fosse criada uma discutível lei de repressão aos movimentos de esquerda, que colocou o partido na ilegalidade. Para esse autor, o advento do Estado Novo, em 1937, gerou ainda mais desconfiança por parte das classes dominantes e conservadoras com relação aos comunistas.

A orientação a ser tomada pelo novo governo não era clara e o espaço conquistado pelos defensores das propostas antiliberais gerava ansiedade nos setores conservadores da sociedade, notadamente em parcelas do clero, da imprensa e dos grandes proprietários. Muitos temiam que a facção esquerdista tomasse as rédeas na condução dos negócios públicos. (MOTTA, 2002, p. 8)

O ambiente de mudança que os ares revolucionários criavam fez com que muitos jovens e intelectuais se identificassem com as propostas comunistas o que foi aumentando a reação dos conservadores à doutrina soviética. Para Elizabeth Cancelli⁴²³ os comunistas foram o principal

⁴²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. 297 p.

⁴²³ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a policia da era Vargas. 2. ed. Brasília, D.F.: Ed. UnB, 1994

alvo da ação repressiva empreendida pelo Estado a partir de 1930. Isso porque eles questionavam a fundo o capitalismo, possuíam uma organização internacional e tentaram realmente tomar o poder em 1935, fato que contribuiu ainda mais na reação do governo contra eles.

Estas condições facilitavam não só a construção de um forte discurso anticomunista, como ainda fizeram com que grande parte da população se tornasse francamente favorável e receptiva a qualquer manifestação que os apresentasse como inimigos que impediam o país de seguir seu rumo de prosperidade econômica e social. Não foram os únicos, é bem verdade, mas na medida mesma em que se autopropagaram como legítimos representantes da classe operária e tentaram calar as demais correntes de esquerda, foram ao mesmo tempo vítimas e algozes. (CANCELLI, 1993, p.80)

A instabilidade do novo governo tornava-o mais cauteloso, ou agressivo, com as adversidades que pudessem ameaçá-lo, como no caso do tímido florescimento de movimentos de esquerda. E a forte propaganda anticomunista trouxe a população para luta do Estado, contra o perigo que os comunistas significavam.

Rosalina se enquadrava perfeitamente na categoria de militante anticomunista. Em uma de suas cartas ao presidente, redigida em maio de 1939, alertava-o acerca das ameaças que o Chile representava para nações como o Brasil, ressaltando a necessidade brasileira de não negligenciar, como alguns países, a presença de estrangeiros associados ao comunismo, carecendo de tratamento repressivo para esses “agentes da doutrina soviética”. Denunciava o fato de o Chile estar concedendo passaportes para comunistas latino americanos, a exemplo do jornalista peruano Guillermo Hohagen, que estaria no Brasil. Sugeria uma mudança na conduta do governo brasileiro ao lidar com os propagadores do comunismo, cobrando uma postura do presidente a respeito do referido jornalista, como fica claro nesse trecho da carta:

V. Excia me disse em Petropolis: - DIGA AO FILINTO QUE PODE PRENDE-LO. (Referia-se ao Hohagen de quem eu falara). Filinto quer prende-lo ou fixar-lhe residência. O Francisco de Campos também, isso sem falar em V. Excia. Ninguém tem duvidas sobre a sua atividade. Elle é peruano. A embaixada do Perú já o denunciou. Elle viaja com passaporte (diplomático?) chileno! Por que? Para que? Que interesse tem o Chile em proteger com seus passaportes diplomáticos a conspiradores comunistas que nos ameaçam. Porque o permitimos?! (Classificação: GV c 1939.05.00 / 1 – CPDOC /FGV)

Como fica evidente na carta, Rosalina acreditava que a repressão contra os comunistas estrangeiros deveria ser reforçada, pois os comunistas brasileiros acusados “dos mesmos crimes” já estavam “em solitária incomunicáveis” (Classificação: GV c 1939.05.00 / 1 – CPDOC /FGV).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Nessa mesma carta, Rosalina comentou sobre a publicação do relato de Hohagen no vespertino *Meio Dia*, anexado à correspondência pela escritora, no qual o jornalista peruano criticava os ataques ao presidente chileno, Aguirre Cerda, feitos em uma matéria do jornal *A Batalha*. Tal matéria acusava Cerda de ser um “assalariado de Stálin” e denunciava a nomeação de um peruano ligado ao aprismo, corrente política de cetro esquerda, Manuel Seoane, como delegado do Departamento de Propaganda e Turismo do Chile. Rosalina questionava Vargas sobre o fato de Seoane estar com viagem marcada para o Brasil, como teria sido relatado por Hohagen na matéria do *Meio Dia*:

(...) VIRÁ AO RIO O SR MANUEL SEOANE, E QUE V. EXCIA O RECEBERÁ?!... E CONSEGUI DO SR ROQUETTE PINTO, INCONSCIENTE ou consciente colaborador das suas machinações, que LUIZ ALBERTO SANCHEZ, comunista mór, expulso da própria pátria por conspirador soviético, propagandista perigoso dos russos, SEJA O CONVIDADO OU APONTADO, PARA CONFERENCISTA PANAMERICANO NO IATAMARATY! (Classificação: GV c 1939.05.00 / 1 – CPDOC /FGV)

Em defesa de Seoane e de Cerda, Hohagen, na época correspondente do jornal *La Nacion* de Santiago, questionava as críticas feitas ao governo chileno, afirmando não haver nesse nenhum comunista:

Foi-me dado presenciar a posse presidencial do sr. Aguirre Cerda, numa inolvidável tarde de apoteose popular e acompanhei de perto os primeiros atos do governo triunfante, cujo gabinete está composto exclusivamente de políticos socialistas e radicais. Não figura em funções quaisquer que sejam nos diversos departamentos nacionais do governo um único comunista.

Hohagen segue seu relato defendendo Cerda e tecendo-lhe elogios, afirmando que ele estava sendo acusado de comunista por lutar pela causa dos oprimidos e ser um presidente humilde que se confundiria “com os pobres nas feiras livres”. Ele defende também a figura de Seoane:

Quanto ao leader aprista, devo-lhe dizer que ele vai em missão jornalística aos Estados Unidos e que aqui desembarcará, aproveitando a ocasião da sua rápida passagem para entrevistar o excelentíssimo sr. presidente da República, e o sr. chanceler Oswaldo Aranha. Por essa ocasião, terei a oportunidade de apresenta-lo a imprensa carioca, para que se possa apreciar a envergadura política do prestigioso homem publico peruano, que a convite de três Universidades norte-americanas vae realizar um ciclo de

conferencias sobre a doutrina criada por esse cimo luminoso da America, que se chama Victor Raul Haya de la Torre.

A defesa aberta de líderes esquerdistas na América, como Haya de la Torre, fundador da *Alianza Revolucionaria Popular Americana* (APRA), e Aguirre Cerda, representante da Frente Popular chilena, feita por Hohagen não passaria ilesa pela imprensa conservadora brasileira, bem como se tornaria alvo de críticas e denúncias da anticomunista Rosalina.

Como já citado anteriormente, a atuação de Rosalina não se limitou à militância anticomunista. No início da década de 40 demonstrava forte aversão aos EUA, temendo que a Guerra Mundial servisse como pretexto para os norte-americanos cercearem a soberania dos países latinos. Isso fica evidente em suas correspondências com Getúlio Vargas entre 1941 e 1942, nas quais ela faz uma série de revelações ao presidente, obtidas por ela em círculos sociais norte-americanos, apontando a ameaça que os EUA representavam para a soberania nacional. O grande mal estar nesse momento era a resistência brasileira em tomar posicionamento durante a Segunda Guerra, o que gerava especulações em torno de um possível alinhamento com o Eixo. Nesse contexto, os Estados Unidos pressionavam as demais nações americanas a se posicionarem contra o Eixo e se unirem em defesa do continente. A neutralidade brasileira se tornava, cada vez mais, um problema para os EUA, provocando um grande mal estar entre as duas nações. Rosalina acreditava que os americanos tentavam desmoralizar Vargas na comunidade internacional para tornar mais plausível uma intervenção militar no território brasileiro. Segundo ela, os americanos teriam criado uma conspiração de ocupação nazista no Uruguai e sul do Brasil:

A HISTORIA DA CONSPIRAÇÃO NAZI NO URUGUAY, COM OS BOATOS DE QUE DOUS MILHÕES DE ALLEMÃES E “SYMPATHISERS” INVADIRÃO O URUGUAY DÊS DO RIO GRANDE FAZ PARTE DE UMA FORMIDÁVEL MALHA DE INTRIGAS, NASCIDAS ORA AQUI ORA TELEGRAPHADAS DE WASHINGTON, E QUE NOS PODEM ARRASTAR ATÉ A SERMOS INVADIDOS PELOS NORTEAMERICANOS PARA PROTEGER O URUGUAY CONTRA OS “NAZIS” DO GOVERNO VARGAS!...

O addido militar amricano (sic) Coronel Wooten, na minha casa, numa acalorada discussão, disse claramente que os E.U. teriam que forçar V. Excia a se definir tomar medidas de represálias econômicas para arrasta-lo a compreender que o Brasil ainda não póde falar, e que as forças norte-americanas saberiam obrigar o Brasil a se prestar a ser empregado como base defensiva pelos E. U. (Sic).(!) Os norteamericanos estão espalhando que V. Excia é o chefe da quinta columna no Continente e eu, como solido elemento

Varguista, estou mau que observada,,, (Classificação GV c 1941.09.17/2 CPDOC/FGV)

Essa pressão pelo alinhamento das nações latino-americanas com os Aliados se acentuou após o ataque à base americana de Pearl Harbor, levando à formação de uma Conferência de Chanceleres, com a finalidade estabelecer o rompimento das relações diplomáticas e econômicas dos países americanos com o Eixo. Após algumas reuniões dos chanceleres, Rosalina foi percebendo a inviabilidade de o Brasil permanecer neutro nos conflitos, até mesmo porque o projeto para a ruptura das relações comerciais e financeiras com os países do Eixo venceu por unanimidade, com ressalvas apenas da Argentina e do Chile, que aderiam com a condição de não perderem sua autonomia e soberania. Rosalina sabia, e relatava ao Vargas, que romper com o Eixo significaria entrar na guerra, mas advertia também que não tomar decisão também era complicado, sendo desejável permanecer numa posição de semi-neutralidade.

Todavia, Rosalina continuava encarando com desconfiança qualquer aproximação de países latino-americanos com os EUA, condenando, em 1943, a aproximação do Peru com os norte-americanos, o que deixaria os comunistas em situação confortável. Sua antipatia e desconfiança com relação aos ianques prolongavam-se desde a década de 30. As fontes indicam que Rosalina teve oportunidade de se aproximar de muitos políticos e pessoas influentes nos EUA enquanto era casada com o americano James Muller, vice-presidente da United Press. Segundo ela, em carta ao Vargas, ver de perto os americanos subjugando a soberania do presidente e do Brasil contribuíram para que ela, nacionalista, desejasse a anulação do casamento. Com esse casamento anulado, Rosalina casou-se novamente com o Antonio Sanchez Larragoite, diretor da Sul-América Seguros, o que ampliou ainda mais a teia de relações sociais e políticas da escritora.

Seu antiamericanismo manifestava-se em boa parte de suas correspondências e a levava ficar sempre atenta ao que era publicado e falado sobre o Brasil nos Estados Unidos. Em 12 de maio de 1939, Rosalina alerta Vargas para notícias tendenciosas publicadas na imprensa norte americana, que podiam colocar em dúvida a autonomia brasileira, bem como a autoridade e legitimidade de Vargas. Como pode ser observado no seguinte trecho da mesma:

As notícias sobre a visita do Chefe do Estado Maior Norte Americano ao Brasil esta nos criando uma reputação indesejável antes as outras nações, não pela visita em si, mas pelos termos com que ella vê, oficialmente, sendo anunciada pelos E.U. que evocam

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ao mundo as nossas “weaknesses”, a nossa “necessity of defence”, a “lack of preparation of military forces”, qual se evocasse o seu direito de defender e resolver por uma colônia, desmoralizando-o para se tornar necessárias.⁴²⁴

Suas palavras nessas correspondências também demonstram que ela era simpatizante do modelo político autoritário europeu, apoiando o alinhamento do Brasil ao Eixo durante a Segunda Guerra e, como afirma Silvia Pantoja, fez parte de uma conspiração contra Vargas quando ele rompeu com o Eixo a favor dos Aliados:

Contrariada com o rompimento de relações entre o Brasil e o Eixo (1942), participou de uma conspiração contra Vargas, financiada por seu marido, no início de 1943. Entretanto, o golpe, que tinha a finalidade de desagregar o governo, e impedir o esforço de guerra, não foi deflagrado, por ter chegado ao conhecimento de Vargas. Este fato, contudo, não prejudicou o bom relacionamento de Rosalina com o presidente da República.⁴²⁵

Rosalina era amiga de Vargas desde 1930, quando ele ascendeu como presidente, mantendo essa amizade durante todo o período no qual ele governou, mostrando-se habilidosa articuladora política, sabendo intermediar conflitos e ganhar a simpatia do chefe de estado brasileiro. Sempre tinha opinião formada sobre os acontecimentos e fazia questão de se posicionar perante o presidente, mesmo que não fosse à imprensa para se manifestar claramente sobre algum assunto. A análise de sua trajetória de vida, bem como de sua participação política, permite observar as possibilidades e meios de atuação feminina na política, o que naquele período era raro, viabilizando novos olhares para a história das mulheres e a história política nacional.

Referências bibliográficas

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. 2. ed. Brasília, D.F.: Ed. UnB, 1994

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

⁴²⁴ Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Getúlio Vargas informando das notícias tendenciosas sobre o Brasil publicadas na imprensa americana. (Vol. XXXI/74). Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c1939.05.12/2. Data: 12/05/1939. CPDOC.

⁴²⁵ Fonte: Rosalina Coelho Lisboa. Verbete. CPDOC/FGV
CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. 297 p.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.